FUNDAÇÃO



JOÃO MANGABEIRA

Escola de Formação Política Miguel Arraes

O SOCIALISMO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Curso de formação, capacitação e atualização política

Módulo III

O SOCIALISMO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Fundação João Mangabeira

Sede própria – SHIS QI 5 Conjunto 2 Casa 2
CEP 71615-020 – Lago Sul – Brasília, DF
Telefax: (61) 3365-4099/3365-5277/3365-5279
www.fjmangabeira.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA
Diretor-Geral: *Carlos Siqueira*
Diretor-Financeiro: *Renato Xavier Thiebaut*
Diretor de Assessoria: *Marcos Rezende Villaça Nunes*
Diretor de Cursos: *José Carlos Sabóia*
Diretora-Administrativa: *Carmen Soriano Puig*

CONSELHOR CURADOR
Membros natos
Governador Eduardo Henrique Accioly Campos
Carlos Siqueira

Membros eleitos pelo Diretório Nacional do PSB
Deputada Luiza Erundina de Sousa
Roberto Amaral
Prefeito Serafim Fernandes Corrêa
Kátia Born Ribeiro
Mari Elisabeth Trindade Machado
Antônio César Russi Callegari

Membros eleitos pelo Conselho Curador
Jaime Wallwitz Cardoso
Dalvino Trocolli Franca
James Lewis Gorman Jr.
Deputado Alexandre Aguiar Cardoso
Ministro Sérgio Machado Resende
Adilson Gomes da Silva
Álvaro Cabral
Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz
Silvânio Medeiros

Suplentes
Paulo Blanco Barroso
Elaine Breintebach
Paulo Bracarense
Joe Carlo Vianna Valle
Manoel Antônio Vieira Alexandre

CONSELHO FISCAL
Cacilda de Oliveira Chequer
Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha
Antônio Marlos Ferreira Duarte

Suplentes
Marcos José Mota Cerqueira
Dalton Rosa Freitas

FICHA TÉCNICA
Diretoria Fundação João Mangabeira
Diretor-Executivo: *Carlos Siqueira*
Assessor Diretor-Executivo: *Adriano Sandri*

Organização do conteúdo
Cesar Callegari e Sinoel Batista

Coordenação técnica do conteúdo
Alexandre de Freitas Barbosa

Coordenação pesquisa
Ana Carolina Pires Evangelista

Assistentes de pesquisa
Manoela Miklos e Claudia Cristina dos Santos

Autores
Módulo I – História da formação política brasileira
Adriano Sandri, Bernardo Ricupero e Maurício Fronzaglia

Módulo II – História da formação do capitalismo
Alexandre de Freitas Barbosa e Ricardo Luiz Chagas Amorim

Módulo III – O socialismo no mundo contemporâneo
Luis Bernardo Pericás, Osvaldo Coggiola e Robério Paulino

Módulo IV – A atuação política dos socialistas
Alexandre de Freitas Barbosa, Kjeld Jakobsen e Robério Paulino

Ficha catalográfica

O socialismo no mundo conteporâneo
Curso de formação, capacitação e atualização política (3 : 2008 : Brasília, DF)
Escola de Formação Política Miguel Arraes – Fundação João Mangabeira : Brasília, DF
(504 p. : il.; 25cm. (Coleção Curso de formação, capacitação e atualização política, 2007.; Módulo III)

ISBN 978-85-60441-09-9

Textos baseados nas aulas apresentadas durante o *Curso de formação, capacitação e atualização política*, realizado no www.tvjoaomangabeira.com.br, em junho de 2007.

1. Ética. 2. Ciência Política (inclui Teorias Políticas. Ideologias). 3. Política. 4. Democracia. I. Fundação João Mangabeira. II. Curso de formação, capacitação e atualização política. III. Título. IV. Módulo III

CDU 170
320

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

Escola de Formação Política Miguel Arraes

O SOCIALISMO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Curso de formação, capacitação e atualização política

Módulo III

Brasília, 2008

Os autores

Adriano Sandri é formado em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí, mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

Alexandre de Freitas Barbosa é mestre em História Econômica pela USP e doutor em Economia Aplicada pela Unicamp.

Bernardo Ricupero é doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e professor do Departamento de Ciência Política dessa universidade. É autor de *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil* (São Paulo, Editora 34, 2000), *O romantismo e a idéia de nação no Brasil* (São Paulo, Martins Fontes, 2005) e *Sete lições sobre as 'interpretações do Brasil'* (São Paulo, Alameda, no prelo).

Carlos Siqueira é advogado, primeiro-secretário nacional do Partido do Socialista Brasileira (PSB), presidente da Fundação João Mangabeira.

Kjeld Jakobsen é consultor em Relações Internacionais e mestrando em Ciência Política da USP.

Luiz Bernardo Pericás é formado em História pela George Washington University e doutor em História Econômica pela USP. Pós-doutorado em Ciência Política Flacso (México) e em História pela Universidade do Texas em Austin. Foi professor-visitante destas duas instituições. Traduziu para o português diversos autores, como Jack London, John Reed, James Petras, Christopher Hitchens, Edward Said, Slavoj Zizek e José Carlos Mariátegui. É autor de *Che Guevara e o debate econômico em Cuba* e *Mystery Train*, entre outros.

Margarida Vieira é doutora em História pela Universidade Federal Fluminense e professora da Universidade Federal de Minas Gerais, foi Chefe do Departamento de Ciência Política da UFMG.

Mauricio Fronzaglia é formado em Ciências Sociais pela USP, mestre e doutorando em Ciência Política pela Unicamp. Professor de Ciência Política e Evolução das Idéias Sociais do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Presbiteriana Mackenzie e pesquisador do Cedec e Ceipoc-Unicamp.

Osvaldo Coggiola é professor titular de História Contemporânea do Departamento de História da USP e doutor em História Comparada das Sociedades Contemporâneas pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, França.

Ricardo L. C. Amorim é professor-pesquisador do NPQV, vinculado ao CCSA da Universidade Mackenzie. É também doutorando em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Unicamp e membro da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).

Robério Paulino, economista e doutor em História Econômica pela USP, é professor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

ESTRUTURA GERAL DO CURSO

Aula Inaugural

Módulo I – História da formação política brasileira

- **Aula 1** – O que é política numa dimensão ética.
- **Aula 2** – A história do Brasil numa dimensão ética.
- **Aula 3** – O pensamento político brasileiro.
- **Aula 4** – Teorias da democracia.
- **Aula 5** – Instituições políticas brasileiras: evolução e situação atual.

Módulo II – História da formação do capitalismo

- **Aula 1** – Liberalismo, capitalismo e desenvolvimento.
- **Aula 2** – Capitalismo, imperialismo e subdesenvolvimento.
- **Aula 3** – O capitalismo do século XX: do Estado do Bem-Estar Social ao neoliberalismo.
- **Aula 4** – Formação econômica do Brasil, industrialização e os impactos recentes da abertura.

Módulo III – O socialismo no mundo contemporâneo

- **Aula 1** – Teorias do socialismo.
- **Aula 2** – O socialismo depois da III Internacional.
- **Aula 3** – O socialismo no Terceiro Mundo.
- **Aula 4** – Experiências de Estados socialistas.
- **Aula 5** – Experiências de socialismos em Estados democráticos.
- **Aula 6** – História do socialismo no Brasil.

Módulo IV – A atuação política dos socialistas

- **Aula 1** – Os socialistas e os direitos humanos, sociais e do trabalho.
- **Aula 2** – Os socialistas e a atuação no plano internacional.
- **Aula 3** – Os socialistas e o desafio do desenvolvimento brasileiro.
- **Aula 4** – O socialismo depois da queda do Muro de Berlim.



RESENHAS E INDICAÇÃO DOS AUTORES

MÓDULO I – HISTÓRIA DA FORMAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA

Aula 1 – O que é política numa dimensão ética

O texto faz uma abordagem da dimensão ética da política em uma perspectiva histórica, iniciando-se com as abordagens de Platão e Aristóteles, concentrando-se posteriormente nas discussões dos pensadores clássicos da era moderna e contemporânea como Nicòlau Maquiavel, Thomas Hobbes, Jean Jacques Rousseau, Karl Marx, Max Weber, Adorno e Horkheimer e, finalmente, Habermas. Nessa aula o objetivo é fundamentar o sentido ético da política e dar o alicerce para uma reflexão sobre a atividade política tanto dos indivíduos, das ONGs e dos movimentos da sociedade civil, como dos partidos e dos governos, na atualidade.

Autor: Maurício Fronzaglia

Aula 2 – A história do Brasil numa dimensão ética

O texto apresenta numa linha histórica as relações entre os diferentes atores da construção do Brasil moderno a partir da situação dos povos indígenas pré-existentes, a colonização portuguesa, a escravatura africana, a imigração proletária européia e asiática e as várias fases do capitalismo brasileiro.

Autor: Adriano Sandri

Aula 3 – O pensamento político brasileiro

Desde, pelo menos, a independência, o pensamento político brasileiro tem enfrentado a questão de como lidar com instituições "importadas", que não se formaram com referência às condições do país. O problema começa pela criação do próprio Estado brasileiro e ganha dramaticidade com a proclamação da República, onde se evidencia o choque entre afirmações grandiosas, prometendo a "coisa pública", e as prevalecentes práticas particularistas. Esse ambiente estimulou pensadores autoritários, como Oliveira Vianna, a procurar entender o que chamou de "país real" escondido por trás do "país legal". O contexto surgido com a Revolução de 1930 contribuiu, por sua vez, para que autores conservadores, como Gilberto Freyre, democratas, como Sérgio Buarque de Holanda, e marxistas, como Caio Prado Jr., aprofundassem a

exploração de quem somos. Mais recentemente, o golpe de 1964 incitou Florestan Fernandes a buscar traços mais permanentes do que chamou de uma autocracia burguesa no Brasil. O texto procura examinar até que ponto essas diferentes análises continuam a nos ajudar a entender os principais dilemas políticos de nosso país. O objetivo é discutir a complexa história da democracia no Brasil, mostrando as suas principais limitações e desafios.

Autor: Bernardo Ricupero

Aula 4 – Teorias da democracia

O texto procura apontar para os traços principais do debate contemporâneo em torno da democracia. Nossa democracia, a democracia representativa, forma diferente da democracia direta dos gregos antigos, é uma criação recente, datando do contexto posterior à independência dos Estados Unidos. Desde então, tem aparecido aqueles que defendem e criticam a democracia moderna. O artigo se concentrará no debate desenvolvido desde a publicação, em 1942, do livro de Joseph Schumpeter, *Capitalismo, democracia e socialismo.* Contra os argumentos de Schumpeter, de que a democracia seria basicamente um método para a seleção de líderes, os defensores da democracia participativa procuram recuperar a dimensão ética desse regime político. Por fim, Robert Dahl tem buscado desenvolver uma teoria da democracia que combine seus aspectos descritivos e normativos. O objetivo da recuperação destas teorias é o de refletir sobre as várias concepções e limites da democracia no mundo contemporâneo, em especial no Brasil.

Autor: Bernardo Ricupero

Aula 5 – Instituições políticas brasileiras: evolução e situação atual

O texto se propõe a elaborar uma reconstrução histórica das instituições políticas brasileiras, desde a época do Brasil Colônia até os dias atuais – abarcando a Independência do Brasil, a Abolição, a República, a Revolução de 30, a ditadura militar e a redemocratização – tendo como pano de fundo as lutas sociopolíticas do período. Desta forma, mostra a evolução das instituições ao longo da história. Além disso, o texto concentra-se de maneira mais enfática na configuração atual das instituições políticas brasileiras, discorrendo sobre o funcionamento das diversas esferas do Estado, sobre o federalismo e a descentralização administrativa.

Autor: Maurício Fronzaglia



MÓDULO II – HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DO CAPITALISMO

Aula 1 – Liberalismo, capitalismo e desenvolvimento

O texto apresenta as definições e propõe uma periodização para o capitalismo, destacando o processo de acumulação primitiva de capital, a relação entre a burguesia nascente e o Estado Absolutista, bem como descreve o processo de proletarização da força de trabalho. Ao final, discute-se a importância da Revolução Industrial para a consolidação do capitalismo e o papel desempenhado pelo liberalismo nesse contexto histórico.

Autor: Alexandre Barbosa

Aula 2 – Capitalismo, imperialismo e subdesenvolvimento no mundo e no Brasil

O texto discute o capitalismo no período pós-Revolução Industrial, quando se estrutura uma divisão internacional do trabalho, entre países centrais e periféricos. Procura descrever o significado do imperialismo e das suas várias teorias, assim como este processo se recoloca no século XX, no contexto de industrialização, e depois no bojo da aplicação das políticas neoliberais. São apontadas aqui as contribuições da teoria do subdesenvolvimento e da dependência para se compreender o papel do Brasil no sistema internacional.

Autor: Ricardo Amorim

Aula 3 – O capitalismo do século XX: do Estado do Bem-Estar Social ao neoliberalismo

Esta aula pretende apontar as principais transformações presenciadas pelo sistema capitalista depois da crise de 1929, e que tiveram por objetivo frear o avanço do socialismo. Recupera o significado das políticas keynesianas e descreve o papel do Estado do Bem-Estar Social nos países desenvolvidos no pós-Segunda Guerra Mundial. Depois discute o contexto pós-anos 80, marcado pelo avanço das políticas neoliberais e pela globalização desregulada, apoiada na financeirização da economia, e responsável pela redução dos gastos sociais e pela flexibilização trabalhista, gerando um processo de crescente exclusão social tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos.

Autor: Ricardo Amorim

Aula 4 – Formação econômica do Brasil, industrialização e os impactos recentes da abertura dos anos 90

O texto remete o leitor às contribuições de autores clássicos como Caio Prado Jr. e Celso Furtado sobre o sentido e as características da economia e da sociedade brasileiras durante o período colonial. Descreve a importância da expansão cafeeira e a sua interligação com a expansão da indústria e do assalariamento. Depois descreve as transformações observadas no país durante o período de industrialização por substituição de importações. Finalmente, apresenta os impactos negativos do novo modelo de inserção externa e de intervenção do Estado, adotado nos anos noventa, concentrando a análise sobre os problemas sociais.

Autor: Alexandre Barbosa

MÓDULO III – O SOCIALISMO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Aula 1 – Teorias do socialismo

Este texto procura trazer à tona o debate entre os socialistas utópicos e o socialismo marxista dito científico. Discute a contribuição de autores como Proudhon, Fourier, Owen, dentre outros, para se pensar o socialismo antes de Marx, muitos do quais podem ser recuperados nos dias de hoje. Em segundo lugar, o texto recupera a visão do socialismo em Marx, chegando aos debates da I Internacional e, também, ao debate sobre reforma e revolução. O texto incluí como complemento uma parte que aborda a principal vertente teórico-política do marxismo no século XX, o leninismo.

Autor: Luiz Bernardo Pericás

Aula 2 – O socialismo depois da Revolução Russa e da constituição da III Internacional

Nesta aula discutem-se as circunstâncias que levaram à Revolução na Rússia, seu impacto estruturante na ordem mundial do século XX, no movimento e no pensamento socialista, a partir das idéias de Lênin e da III Internacional. Esmiuça a ascensão econômica, política e militar da



União Soviética no cenário mundial, bem como aponta as dificuldades que levaram ao stalinismo e que estariam na base de sua exaustão posterior.
Autor: Robério Paulino

Aula 3 – O socialismo no Terceiro Mundo

A idéia deste texto é mostrar como o socialismo se transforma à medida que vai sendo assimilado em outros países, que procuram pensar a sua própria realidade, fugindo dos esquemas da III Internacional. É o caso da assimilação do marxismo por autores como Caio Prado Jr. no Brasil e José Carlos Mariátegui no Peru. Mais tarde, com a experiência cubana e chinesa, novos modelos de socialismo são estruturados, enriquecendo o arsenal teórico e de práticas socialistas, até então reféns das formulações dos países desenvolvidos e da experiência soviética.
Autor: Luiz Bernardo Pericás

Aula 4 – Experiências de Estados socialistas

Nessa aula são analisadas as experiências políticas em Estados de governos revolucionários socialistas do século XX, dentro do contexto local e mundial em que tais revoluções foram realizadas. São analisadas as experiências da União Soviética, da China e Cuba.
Autores: Luiz Bernardo Pericás, Robério Paulino e Osvaldo Coggiola

Aula 5 – Experiências de socialismos em Estados democráticos

O socialismo não se impôs politicamente só através de revoluções, mas atuou e, à vezes, conduziu processos políticos em muitos países do mundo, com maior ou menor força. Nessa aula são analisadas as experiências significativas das duas correntes mais expressivas: atuação dos partidos socialistas e de partidos socialdemocratas do século XX.
Autor: Osvaldo Coggiola

Aula 6 – História do socialismo no Brasil

No século XX, o socialismo esteve presente na política nacional, representando todas as mais expressivas correntes ideológicas internacionais. Nessa aula são apresentadas as mais re-

levantes vertentes socialistas organizadas que atuaram no Brasil, desde o anarcossindicalismo, passando pelas correntes leninistas, até a fundação das novas organização políticas do final do século XX.

Autores: Robério Paulino e Osvaldo Coggiola

MÓDULO IV – A ATUAÇÃO POLÍTICA DOS SOCIALISTAS

Aula 1 – Os socialistas e os direitos humanos, sociais e do trabalho

O texto parte da evolução seqüencial dos direitos de cidadania nos países desenvolvidos, começando pelos direitos civis, para depois chegar aos direitos políticos e sociais. É ressaltada a contribuição histórica dos movimentos e partidos socialistas para a consolidação destes direitos. Revela também como as dimensões de gênero e raça têm sido mais recentemente incorporadas na discussão dos direitos de cidadania. Finalmente, discute os obstáculos hoje colocados para a universalização destes direitos, enfocando a importância de experiências como a economia solidária.

Autor: Kjeld Jakobsen

Aula 2 – Os socialistas e atuação no plano internacional

O objetivo desta aula é discutir a atuação dos socialistas em fóruns internacionais, incluindo a Primeira, a II e a III Internacional, passando pela cooperação sindical em escala mundial e chegando até ao processo atual de constituição de uma sociedade civil global, onde ONGs e movimentos de contestação ao regime capitalista travam lutas comuns, aproveitando-se das novas redes globais.

Autor: Kjeld Jakobsen

Aula 3 – Os socialistas e os desafios do desenvolvimento brasileiro

Este texto procura sintetizar inicialmente as principais formulações teóricas sobre o processo de desenvolvimento socioeconômico. Num segundo momento, e aproveitando-se dos demais textos produzidos neste e nos demais módulos, o texto elenca um conjunto de constrangimentos



que hoje devem ser enfrentados para se lograr a ampliação do potencial econômico, social e político do país juntamente com a redução expressiva das desigualdades sociais e regionais. A partir de então, pode-se pensar numa pauta de temas que deveriam figurar em qualquer projeto de desenvolvimento nacional.

Autor: Alexandre Barbosa

Aula 4 – O socialismo depois da queda do Muro de Berlim

Nesta aula são discutidas as conseqüências para o movimento socialista do desaparecimento do sistema soviético e da predominância do credo neoliberal. O objetivo é o de apontar algumas das novas formulações realizadas no campo socialista neste novo cenário político. Aponta ainda as contradições presentes no atual momento do capitalismo e que não têm sido motivo de análise por parte dos autores liberais.

Autor: Robério Paulino

Aula inaugural
Fragmentos da história do partido socialista brasileiro (PSB)

Margarida Vieira e Carlos Siqueira

Você estará acompanhando e participando, durante o curso, de um projeto de construção de uma sociedade socialista democrática e solidária, com igualdade de direitos na lei e na prática, respeito aos semelhantes em suas idéias e sonhos, com diálogo constante entre homens e mulheres de todas as idades. Todos se sentirão incluídos, pois trabalham e decidem em comum, possuem o necessário para viver bem alimentados, com saúde, amplo acesso à educação, conhecendo e produzindo cultura, com segurança, lazer e transporte, em meio ambiente saudável. Problemas e divergências vão ocorrer. O esclarecimento, o debate, a decisão pela maioria de pessoas, com igualdade real, vão favorecer as soluções. Todos serão e se sentirão gente.

Ainda estamos longe de chegar a esta sociedade, mas em sessenta anos, o PSB contribuiu para nos aproximarmos de uma vida melhor. Se você já milita no PSB, vai se identificar nos projetos e lutas. Se não, vai se surpreender em ver funcionando, em nosso país, um partido fiel a seus princípios e programa. Como em toda organização humana, houve erros em avaliações, decisões e ações. Apesar de algumas pessoas tentarem utilizar a legenda para objetivos puramente pessoais, predominaram amplamente as ações coletivas e partidárias. Podemos dizer isso, pois examinamos material escrito interno e externo ao partido, imagens e depoimentos diversos.

Vamos narrar de maneira sintética os momentos mais importantes desta construção.



1. O Partido Semente (1947-1965)

Em 1945, quando findava o Estado Novo, formou-se a Esquerda Democrática. Seu objetivo era combinar as transformações sociais com ampla liberdade civil e política. Baseava-se num conceito amplo de esquerda: socialismo construído de forma gradual e legal, nacionalismo e defesa da democracia. Diferenciava-se dos udenistas que defendiam o liberalismo econômico e do socialismo autoritário e estatista dos comunistas. "O Partido não considera socialização dos meios de produção e distribuição a simples intervenção do Estado na economia" e "realizar-se-á gradativamente, até a transferência, ao domínio social, de todos os bens possíveis de criar riqueza, mantida a propriedade privada nos limites das possibilidades de utilização pessoal, sem prejuízo do interesse coletivo".

Entre seus fundadores estavam: João Mangabeira, Domingos Vellasco, Hermes Lima, Rubem Braga, Osório Borba, Joel Silveira, José Lins do Rego, Jader de Carvalho, Sergio Buarque de Hollanda e Antonio Candido.

Em 1947, a Esquerda Democrática transformou-se no Partido Socialista Brasileiro, com o mesmo programa e propostas. Propunha-se a ser um partido de "todos os que dependam do próprio trabalho". Defendia reformas imediatas como a nacionalização de áreas economicamente estratégicas, a ampliação dos direitos dos trabalhadores, a garantia de saúde e educação públicas, além do desenvolvimento da democracia e dos meios de participação popular. Em sua estrutura partidária já trazia uma novidade que caracterizaria o perfil democrático e conscientizador do PSB: os Núcleos de Base. Através deles, a militância poderia se envolver no projeto partidário, discutir as questões nacionais e, através da soma das opiniões debatidas, formar a orientação e o alvo da sua ação. A imprensa partidária teve na *Folha Socialista*, desde 1947, um centro de debates. Em 1950, tornou-se um semanário, vendido em bancas, combinando o debate político com as informações cotidianas. Os representantes eleitos prestavam contas e tinham seus mandatos discutidos. Combatiam aumentos indevidos em seus salários. Tinham grande preocupação com o trato do dinheiro e bens públicos. O PSB sempre lutou para trazer sua militância e as camadas oprimidas do povo para a arena da ação política e da participação direta nos rumos da nação, despertando-as da apatia política e do conformismo com uma realidade que lhes é adversa. O PSB foi pioneiro na campanha do petróleo, com a atuação par-

lamentar de Hermes Lima e com a organização popular através da UNE, dirigida na época por socialistas: Roberto Gusmão (1947/48) e Rogê Ferreira (1949/50). Na questão agrária, desde 1948, fizeram propostas inovadoras como as cooperativas agrícolas que produziriam alimentação, trabalho e renda em terras abandonadas na periferia de São Paulo ou o Código da Terra, que incluía a distribuição, a questão ecológica, a política trabalhista e agrícola. Teve lideranças destacadas nos anos 60, como Francisco Julião, que foi deputado estadual e federal do PSB de Pernambuco, e João Pedro Teixeira, presidente da Liga de Sapé, na Paraíba, e que, assassinado pelo latifúndio, deu base ao filme: "Cabra Marcado para morrer".

O Partido também teve atuação marcante na Frente Parlamentar Nacionalista, desde 1956, sob a liderança de seu deputado federal, Barbosa Lima Sobrinho.

Nos processos eleitorais, salientaremos alguns momentos. Em 1952, Osório Borba foi candidato do PSB ao Governo de Pernambuco, com apoio do PCB. Venceu em Recife e Olinda, mas foi derrotado pelo voto do interior, entretanto, abriu caminho para a "Frente do Recife" que levou Pelópidas da Silveira (PSB) à prefeitura. Esta foi uma administração brilhante, voltada para obras que beneficiaram principalmente as classes mais desfavorecidas.Foram criadas associações de bairro e audiências coletivas quinzenais, nas quais o prefeito discutia com o povo os problemas da cidade. Miguel Arraes o sucedeu e em 1962, com apoio da Frente que incluía o PSB, tornou-se governador. O combate ao analfabetismo e a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais marcaram sua administração.

Em 1953, o PSB apoiou Jânio Quadros, vereador progressista, para a prefeitura de São Paulo. Os socialistas tiveram participação na Secretaria de Higiene, dando ênfase ao saneamento básico; na Secretaria de Alimentação, enfrentando os intermediários; e na Empresa Municipal de Transportes. Com pequena margem de votos na Convenção, obteve o apoio do partido para a candidatura a governador. O grupo paulista, crítico a Jânio Quadros, retomou a direção do Partido em 1957 e em 1960 a Convenção Nacional do PSB rompeu com Jânio, apoiando o Marechal Lott. A aproximação com Jânio trouxe crescimento eleitoral, mas perda de substância política.



Uma característica que sempre marcou e marca até hoje a história do PSB é a postura democrática. Mesmo discordando dos comunistas, posicionaram-se contra a cassação dos seus mandatos e ofereceram legenda para seus candidatos. Em 1950, mesmo derrotados por Vargas, defenderam sua posse. Frente às pressões udenistas para derrubá-lo, o senador socialista Domingos Vellasco declarou: "A posição dos socialistas é a de quem alerta o sr. Getúlio Vargas. Desejamos, como defensores da Constituição, que ele se mantenha na Presidência da República até o fim de seu mandato.E assim desejamos porque, como socialistas democráticos, somos contrários a qualquer golpe, a qualquer ditadura, a qualquer substituição de governo que implique retrocesso político, mas exigimos dos poderes constituídos a punição de todos os corruptores e dilapidadores da fortuna pública".

Em 1960, após a renúncia de Jânio Quadros, o PSB participou ativamente da campanha da legalidade contra a tentativa dos militares e setores conservadores de evitar a posse de João Goulart. O governo de Jango foi marcado pela busca das reformas de base. Os conservadores organizaram-se para manter os privilégios. Nesse cenário, o PSB ampliou sua participação nas lutas sociais e no Parlamento. No movimento estudantil, a maior liderança do Partido era Altino Dantas; no movimento sindical urbano era o presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, Remo Forli; na luta pela reforma agrária, Francisco Julião.

João Mangabeira foi ministro de Minas e Energia e depois da Justiça no período parlamentarista do Governo Goulart. Aurélio Viana, Barbosa Lima Sobrinho, Domingos Vellasco, José Joffily, Jamil Haddad, Adalgisa Nery e muitos outros foram lideranças parlamentares nacionalmente respeitadas. Em 31 de março de 1964, deu-se o golpe militar que derrubou Goulart. Em 1965, o Ato Institucional N. 2 extinguiu os partidos políticos.

A maioria dos militantes do PSB foi para o MDB onde Aurélio Viana tornou-se uma das lideranças. Alguns foram para atuações mais radicais, como Altino Dantas, que foi para a ALN (Aliança Libertadora Nacional). O PSB se dispersou durante o regime militar. Quando houve a abertura política alguns como Pelópidas da Silveira ficaram no PMDB, outros como Jamil Haddad, Saturnino Braga e Rogê Ferreira foram para o PDT e outros como Antonio Candido, Sérgio Buarque de Hollanda e Fúlvio Abramo ajudaram a fundar o PT.

Apesar de ter pequena expressão eleitoral, ser mais um partido de quadros do que de

massas, o PSB lançou as sementes não apenas de uma ampla democracia partidária como de uma atuação política fiel a seu programa, voltada para o socialismo e a liberdade. Seu presidente João Mangabeira, desde a Esquerda Democrática até sua morte em 1964, é considerado uma das figuras mais respeitadas na vida política brasileira, por sua honestidade, inteligência, princípios firmes de defesa do socialismo democrático.

2. A Refundação do PSB (1985/1989)

Conquistada a democracia em 1985, articula-se no Rio de Janeiro um grupo de professores e estudantes universitários para organizar um partido socialista. Para resistir e vencer a ditadura, a sociedade civil desenvolveu inúmeras lutas. Organizou as associações de bairro, as comunidades eclesiais de base e, principalmente, a "Campanha pelas Diretas", criando um tecido social mais amplo para a participação política.

Para obter a habilitação do PSB foram procurados remanescentes da antiga Esquerda Democrática como Joel Silveira, Rubem Braga, Jader de Carvalho e Evandro Lins e Silva que concordaram em assinar o manifesto de reorganização. O escritório de Evandro, na Avenida Rio Branco, tornou-se a sede das reuniões semanais.

No dia 2 de julho, ocorre a reunião de "refundação" do PSB. O manifesto apresenta o mesmo programa e estatuto do período 1947/65. Com os mesmos propósitos socialistas e democráticos, mostram que, 40 anos depois, as mesmas formas de exploração persistiam, agravadas pela brutalidade da ditadura militar. Apontam a necessidade de trabalhar também contra a discriminação racial, opressão às minorias, às mulheres e crianças, violências contra culturas alternativas, degradação da qualidade de vida, depredação do meio ambiente, e genocídio de nações indígenas. Propõe uma cidadania ativa, a incorporação de novos direitos sociais, democratização dos meios de comunicação e defesa da soberania nacional. Em conclusão: descentralização completa do poder em uma economia gradativamente socializada. A Comissão Diretora Nacional terá Antônio Houaiss como presidente e como membros: Marcello Cerqueira, Roberto Amaral, Evandro Lins e Silva, Jamil Haddad, Joel Silveira, Rubem Braga e Evaristo de Moraes Filho. Entre os



que assinam a Ata de Reorganização vamos encontrar, ainda, professores e pesquisadores respeitados hoje como César Guimarães, Wanderlei Guilherme dos Santos e Eli Diniz. Está também o estudante Cláudio Besserman Vianna, que vai se tornar o admirado humorista Bussunda.

Habilitado, o PSB participa com alguns candidatos próprios às eleições municipais nas capitais e apóia candidatos progressistas e de esquerda.

Como Saturnino Braga (PDT) venceu as eleições para prefeito do Rio de Janeiro, sua cadeira no senado será ocupada pelo suplente, Jamil Haddad, em março de 1987.

Em maio, a Convenção dos fundadores elege como presidente da Comissão Diretora Nacional, Jamil Haddad e como secretário-geral, Roberto Amaral.

O gabinete do senador vai se articular com o gabinete de liderança do PSB, oferecendo condições para a organização das comissões municipais e estaduais e para as publicações que discutem as idéias do partido. Da tribuna, Jamil expõe suas concepções e projetos, e apresenta o PSB ao país.

Em 1987 o partido tem seu registro provisório e solicita registro definitivo.

No Primeiro Congresso Nacional, em outubro de 1987, o PSB passa a ter identidade. É oposição ao Governo Sarney, tem dez metas imediatas que vão da reforma agrária à socialização dos setores essenciais, do ensino público e gratuito em todos os níveis ao direito irrestrito de greve, liberdade sindical e jornada máxima de trabalho de 40 horas semanais.

Definem: "Que socialismo queremos":

Socialismo é sinônimo de uma sociedade que aboliu a propriedade privada capitalista dos meios de produção, os quais passam a ser propriedade cooperativas ou coletivas dos criadores das riquezas, os trabalhadores.

Apresentam: "Que partido queremos":

É socialista, com compromisso revolucionário e democrático, com filiado militante, sem lideranças privilegiadas, enraizado no movimento social e sindical e atuação parlamentar como consequência da organização dos trabalhadores e todo o povo.

Em o "PSB e o movimento social" tornam-se princípios:

- Respeito à independência e autonomia e às decisões de congressos das categorias.
- Formação de colegiados de deliberação.
- Recusa da prática do paralelismo.
- Estímulo à solidariedade entre os movimentos sociais.

Em julho de 1988 é aprovado o registro definitivo do PSB. A organização partidária traz crescimento e atrai parlamentares que concordam com as idéias definidas pelo Partido. Há um grande trabalho na Constituinte. Inicialmente, o PSB contava apenas com o senador Jamil Haddad (RJ) e a deputada Beth Azize (AM) que aliam-se aos setores progressistas e de esquerda. Aos poucos Abigail Feitosa (BA), José Carlos Sabóia (MA), Raquel Capiberibe (AP), Ademir Andrade (PA), José Luis Guedes (MG), entram para o PSB e formam uma bancada pequena, mas de grande qualidade. Só Jamil apresentou 123 sugestões na primeira fase, todas ligadas aos princípios partidários e necessidades da população como: reforma agrária, possibilidade de ação popular, punição exemplar à tortura. Das 536 emendas que apresentou posteriormente, 114 foram aprovadas.

A Constituição Cidadã, aprovada em outubro de 1988, coroa o esforço inicial do PSB refundado.

Em 1989, o PSB vai solicitar a intervenção federal no Pará, para enfrentar a violência de assassinos de trabalhadores e lideranças parlamentares, entre elas o deputado estadual José Carlos Batista e o vereador Manoel Cardoso de Almeida, do PSB. A impunidade é completa.

Na campanha eleitoral, o PSB tem participação decisiva. Dois anos antes da formação da Frente Brasil Popular, o PSB já fizera a proposta. Depois de muitas negociações, são escolhidos: Luiz Inácio Lula da Silva (PT), à Presidência da República, e José Paulo Bisol, senador pelo Rio Grande do Sul, que se transferiu para o PSB, para vice-presidente. Participou também o PCdoB. A campanha desperta grande entusiasmo e as pesquisas apontam crescimento constante. Collor vence o primeiro turno e Lula fica em segundo lugar. O PSB participa das articulações que ampliam a frente para o segundo turno com o PDT, PSDB, PPS, PV, progressistas do PMDB e lideranças do movimento social. O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, apóia Lula no 2º turno. No comício final, na Candelária, fica junto com o presidente do PSB, Jamil Haddad, e o secretário-geral, Roberto Amaral.



3. Miguel Arraes no PSB (1990/2005)

Em março de 1990, o governador Miguel Arraes, convidado pela direção nacional, ingressa no PSB. O partido que recomeçara com lideranças de classe média, que após grandes esforços estava organizado em todo o país e com registro definitivo, contava agora com uma das mais importantes lideranças populares. Com sua experiência, capacidade de mobilização e de análise política, vai fazer com que o Partido tenha um grande crescimento eleitoral, superando a cláusula de barreira mais à frente. O momento político era de ápice do neoliberalismo, confundindo até pessoas de esquerda. Com serenidade e firmeza, Arraes chamava a atenção para o fato de que o neoliberalismo é o liberalismo tradicional com nova roupagem, trazendo mais miséria, mais fome, mais exploração. O centro de suas lutas está na nação, nas desigualdades sociais e regionais. E será o povo o responsável pela transformação. Para isto, o PSB tem de se transformar em um partido popular. No fim do ano será, pelo PSB o deputado federal mais votado do país.

Entre 1990 e 1992, o Governo Collor vai encontrar no PSB uma oposição conseqüente. O Partido será reconhecido como guardião da Constituição. Entra com diversos recursos contra inconstitucionalidades: confiscos do Plano Collor, taxa para conservação de rodovias (obteve deferimento), decreto dando ao presidente direito para privatizar estatais sem passar pelo Congresso. Os deputados socialistas reagem contra a destruição da máquina pública. Miguel Arraes lê da Tribuna da Câmara o Manifesto da Frente Parlamentar Nacionalista que condena a desestatização desenfreada que inclui até a Usiminas. As administrações municipais socialistas começam a mostrar uma forma de governar com intensa participação dos setores mais oprimidos da população, com políticas centradas na educação, saúde, geração de emprego e renda. Os programas partidários na TV e rádio apresentam estas experiências que recebem elogios e o Partido ganha novas filiações.

A denúncia de corrupção feita pelo irmão de Collor, em maio de 1992, leva o PSB, pelas falas de Miguel Arraes e do líder na Câmara, Célio de Castro, a solicitar uma CPI. O senador José Paulo Bisol e o então deputado federal pelo Rio de Janeiro, Jamil Haddad, participam da CPI. Ao lado da investigação no Congresso a população se mobiliza no "Fora Collor",

a partir de agosto. O relatório, com provas cabais de desvios dos recursos públicos, é aprovado. Evandro de Lins e Silva, fundador e refundador do PSB, participa da comissão de juristas que elabora o pedido de *impeachment*. Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI e ex-deputado federal do PSB, faz a entrega do pedido ao presidente da Câmara. Decidida pelo Congresso a continuidade da investigação, Collor é afastado e assume o vice, Itamar Franco.

A CNE do PSB avalia ser Itamar Franco pessoa com boa avaliação ética e defensor, quando senador, dos interesses nacionais. Jamil Haddad assume o Ministério da Saúde e Antônio Houaiss, da Cultura. Ao tomar posse, em novembro de 1992, Jamil diz: "A administração socialista (...) instalará neste ministério a religião do interesse coletivo. E a probidade é seu primeiro mandamento". Sua atuação foi importantíssima para a saúde no país. A descentralização, prevista pela Constituição e consolidada com a Lei Orgânica de Saúde de 1990, via Sistema Único de Saúde (SUS), começa a ser realizada com a criação dos Conselhos Municipais de Saúde, instrumento de definição das políticas e de sua fiscalização. Injeta recursos nos laboratórios oficiais para a produção de medicamentos. Recupera os hospitais universitários em convênio com o MEC. O presidente assina o decreto proposto por Jamil para os remédios genéricos. A reação da indústria farmacêutica multinacional foi tão grande que apenas quando Serra foi ministro da Saúde de FHC é que a aplicação acabou sendo efetivada. Atuou na revisão dos registros de remédios retirando medicamentos danosos e fantasiosos. A rede pública hospitalar sucateada começou a ser recuperada. Para a prevenção foi fortalecida a vigilância sanitária, programas de vacinação e saneamento básico. Como primeiro vice-presidente, Miguel Arraes assume a Presidência do PSB, em 2002.

No Ministério da Cultura, Antônio Houaiss vai ter como prioridades: reverter a indigência e sufocação das atividades de recuperação do patrimônio histórico e artístico e o apoio às atividades artísticas, particularmente o cinema.

Em setembro de 2003, em Maceió, vai se realizar o IV Congresso Nacional do PSB.

Depois de proposto pela CNE e discutido em reuniões prepatórias é aprovado "Um Projeto Para o Brasil" que passa a ser o eixo da atuação partidária. A luta política deve ser intensificada para a população elevar sua



consciência e sua força. O Estado deve ser forte e não inchado, regulador, planificador e investindo nas áreas estratégicas.

Reconhecendo duas grandes lideranças, o Congresso elege Jamil Haddad, presidente de Honra, e Miguel Arraes, presidente do PSB.

Em 1994, o PSB vai apoiar novamente a candidatura de Lula a presidente. Mas o Plano Real, adotado em março pelo Governo Itamar, tendo Fernando Henrique como ministro da Fazenda, obtém ótimos resultados e leva-o à Presidência.

Se a campanha de 1989 tivera um caráter forte de frente, inclusive com o candidato a vice, Bisol, do PSB, a campanha de 1994 ficou concentrada no PT. Mas nos diversos níveis o PSB teve crescimento eleitoral, passando de 15 deputados estaduais para 33, de 11 para 15 deputados federais, elege Ademir Andrade, do Pará, para o Senado, e dois governadores: Miguel Arraes, em Pernambuco, e João Capiberibe, no Amapá.

Em novembro de 1995, no Recife, ocorre o V Congresso Nacional do PSB. Dois temas centrais de debate serão o neoliberalismo e a nova lei de partidos.

Sobre a globalização e neoliberalismo, Tânia Bacelar sintetizou de forma brilhante as mudanças. A economia capitalista em ciclo de baixa, nos anos 70, vai fazer três movimentos:

1. Reestruturação positiva ou mudança na organização da produção. O investimento básico hoje é no conhecimento.
2. Globalização, prevista por Marx, levando à concentração e centralização do capital. É enorme o poder dos atores globais enfraquecendo os Estados-Nação.
3. Financeirização da riqueza. Um ano de movimento cambial corresponde a 18 vezes toda a produção mundial. O neoliberalismo é a ideologia da retirada do Estado e da centralidade do mercado adaptada ao momento econômico do capitalismo. É o único caminho? Não. Projetos nacionais podem garantir inserção na economia mundial sem esta subordinação incrível a que o Brasil se submete.

No debate sobre a nova lei dos partidos, Carlos Siqueira apontou a intenção do legislador: reduzir a influência dos partidos de esquerda (PSB, PPS, PV, PDT) pela cláusula de barreira. Qual a estratégia do PSB? Tentar mudar a lei no Congresso e crescer sua representação na Câmara, nas próximas eleições.

O ano de 1996 foi de eleições municipais. O PSB teve um crescimento enorme. De 59 prefeitos eleitos em 1992, passou para 150. Nas capitais elege o prefeito de Belo Horizonte e as prefeitas de Maceió e Natal.

Em 1997 a Fundação João Mangabeira promove seminário sobre as administrações municipais socialistas. Além de haver a troca de experiências para melhor governar, os socialistas passam a ter um perfil comum de administração.

Sendo o ano de comemoração dos cinquenta anos do PSB, em novembro, ele vai discutir em seu VI Congresso Nacional, em Brasília, a construção de um grande partido nacional e popular por meio de um projeto de inclusão social que preserve a soberania, fortaleça a federação, consolide e unifique os movimentos populares e dê solução às desigualdades sociais e regionais. Como se pode ver, os Congressos Nacionais do PSB não são apenas para a escolha de seus dirigentes, mas um espaço de amplo debate dos problemas nacionais e as possibilidades de superá-los no caminho do socialismo democrático.

Em 1998, Roberto Amaral desenvolve, de forma participativa, o Programa de Governo do PSB. É uma combinação dos princípios e experiências do PSB para orientar o exercício do poder em sociedades capitalistas, favorecendo os caminhos para o socialismo. A Fundação João Mangabeira vai promover, em Brasília, Curso de Capacitação de Instrutores em Formação Política. Os 38 militantes de 18 estados vão preparar-se para multiplicar a formação política em suas regiões.

Nas eleições presidenciais, o PSB integra novamente a aliança de esquerda de apoio a Lula. Logo após o segundo turno, Arraes apresenta um texto de grande profundidade: "As eleições de 1998 e o golpe de 1964" mostrando que os objetivos do grande capital internacional e nacional impostos em 1964 cada vez mais se realizam. A única forma de enfrentar o desafio é desenvolver amplo movimento popular.

Em 1999, além de realizar diversos seminários, debates e publicações, o PSB realiza seu VII Congresso Nacional, em novembro, em Brasília. Antônio Houaiss, primeiro presidente do PSB refundado, falecido há pouco, será homenageado.

Em 2001, o PSB decide ter candidato próprio à Presidência. A idéia é oferecer ao eleitorado outra opção além de Lula para buscar a mudança. No 2º turno, as esquerdas apoiariam o mais votado dentre seus candidatos.



Quais devem ser os eixos do Programa? A sugestão de Arraes é aprovada por unanimidade do Diretório Nacional. São eles:

1. Inserção, sem submissão aos EUA, no mundo global. Mercosul como ponto de partida.
2. Auditoria da dívida pública, interna e externa. Há investimentos sociais urgentes.
3. Revisão das privatizações feitas pelo governo federal.
4. Restabelecimento da federação.
5. Fortalecimento do Estado como agente de desenvolvimento para reduzir disparidades regionais.

O VIII Congresso Nacional do PSB, realizado em novembro de 2001, em Brasília, confirma a decisão pela candidatura própria à Presidência da República.

Em 2002 esta decisão será levada à prática. Anthony Garotinho, governador do Rio de Janeiro, que saiu do PDT e se filiou ao PSB, será candidato a presidente da República e o deputado federal do PSB do Maranhão, José Antônio, será vice. Os compromissos básicos serão:

- Com a soberania – autonomia decisória.
- Com a solidariedade – nação de cidadãos.
- Com o desenvolvimento – projeto coerente
- Com a sustentabilidade.
- Com a democracia ampliada.

A candidatura obteve mais de 15 milhões de votos, mas ficou em terceiro lugar. No segundo turno, o PSB apoiou Lula.

Os resultados para a Câmara Federal, com 22 eleitos, foram decisivos para vencer a cláusula de barreira.

Em 2003, o PSB tem novas responsabilidades. Roberto Amaral assume o Ministério de Ciência e Tecnologia. Será sucedido em 2004 pelo deputado federal por Pernambuco, Eduardo Campos. Em 2006, Sérgio Resende, também do PSB, assume o cargo.

A política teve continuidade, sendo situada em quatro eixos:

- Inclusão social, com redução das desigualdades regionais.
- Desenvolvimento econômico agregando inovações.
- Ampliação da formação de pesquisadores em áreas estratégicas.
- Intensificação da cooperação internacional com afirmação da soberania nacional.

A atuação do partido no Congresso foi de apoio ao Governo Lula, mas mantendo fidelidade ao seu programa. Na reforma da previdência, a bancada não aceitou o pacote enviado pelo governo. Defendeu previdência complementar pública e não privada. Na reforma tributária

apresentou emendas: taxação da especulação financeira com a taxa Tobin, desoneração na área produtiva e nas folhas de pagamento.

Em 2004, o PSB cresce nas eleições municipais. Dos 133 prefeitos eleitos em 2000, passa agora para 176. é o nono partido mais votado. Em 2005, o PSB e o Brasil vão perder Miguel Arraes. No dia 13 de agosto ele falece.

O IX Congresso do PSB realizou-se poucos dias depois, sob a Presidência de Roberto Amaral, que salientou o compromisso, individual e coletivo com a continuidade da obra de Arraes.

Na Declaração Política define:

- Só a construção da justiça social poderá gerar a verdadeira estabilidade.
- Como todo o povo, o PSB sofre com a erosão da esperança e dilapidação do patrimônio ético-político.
- O PSB reafirma a governabilidade e busca a apuração de toda e qualquer irregularidade ou desvio de conduta no poder público.
- O PSB defende política econômica soberana e reforma política profunda.
- Eduardo Campos foi eleito presidente do PSB para o triênio: 2005-2008.

4. Os novos desafios

Nas eleições de 2006, o PSB apoiou a recandidatura vitoriosa de Lula à Presidência. Elegeu três governadores: Eduardo Campos (PE), Wilma de Faria (reeleita-RN) e Cid Gomes (CE).

Em 2007, a bancada do PSB no Senado é composta de: Antônio Carlos Valadares (SE), Patrícia Saboya Gomes (CE) e Renato Casagrande (ES).

Na Câmara dos Deputados , tem hoje 29 parlamentares e formou a bancada de esquerda de apoio ao governo federal, composta de 78 deputados. Ao lado do PSB estão o PDT, PAN, PMN e PHS, sob a liderança do deputado federal do PSB de São Paulo, Márcio França. Quase 200 dos municípios são governados por prefeitos do PSB, e 1.879 vereadores socialistas apresentam projetos e fiscalizam a administração de suas cidades.

A Fundação João Mangabeira realizou, no dia 21 de janeiro, Seminário de Planejamento Estratégico dos Segmentos Organizados do



PSB. Cada um deles realiza seu Congresso Nacional um dia antes do Congresso Nacional do PSB. Eles contribuem para a integração do partido e seus representantes no Executivo e Legislativo aos movimentos sociais.

A Juventude Socialista Brasileira (JSB) que teve seu primeiro Congresso Nacional em 1993 tem como meta a conscientização e politização dos jovens para a construção do socialismo.

O Movimento Sindical Socialista, com seu primeiro Congresso Nacional em 1997, propõe um sindicalismo livre, democrático, classista, autônomo e de luta, comprometido com a construção do socialismo.

A Secretaria da Mulher, teve seu primeiro Congresso em 1999. Para buscar a sociedade socialista é necessário alcançar a igualdade de gênero.

O Movimento Negro do PSB foi criado em 2003. Luta pelo socialismo democrático com justiça e eqüidade, unidade na diversidade.

O Movimento Popular Socialista realizou seu primeiro Congresso em 2005.

Depois de examinarmos estes sessenta anos do PSB, entendemos a razão do orgulho dos militantes do Partido. A semente lançada em 1947 rendeu bons frutos. Um pequeno partido, com diminuta presença nos movimentos sociais, poucos parlamentares e ocupantes de mandatos no Executivo, tem hoje uma ampla representação política em todo o país, cresce nos movimentos sociais e é respeitado pela fidelidade a seus princípios e a seu programa. Com densidade, faz a crítica à sociedade capitalista em que vivemos e apresenta proposições voltadas para a sociedade futura, que será, temos certeza, socialista e democrática.

Se acompanhamos toda a construção do PSB, de suas idéias, lideranças e ações na sociedade e nos espaços de poder, se nos sentimos herdeiros desta história com resultados brilhantes em condições tão adversas, novos desafios se apresentam para o PSB e para todos nós, socialistas.

Carlos Siqueira, Primeiro-Secretário Nacional do Partido, apresentou uma tese no IX Congresso do PSB, em 2003, estimulando o desenvolvimento de um projeto de ampliação dos objetivos estratégicos do PSB. Parte das preocupações historicamente básicas da esquerda e marcantes na vida do PSB: a igualdade, a justiça, a liberdade e a participação. Como incluir no projeto estratégico do Partido de mudanças estruturais na sociedade, os novos

problemas e atores que não se limitam à oposição do proletariado e burguesia ou socialismo e capitalismo. Na diversidade e pluralidade da vida social contemporânea, há relações outras de dominação e subordinação como as de gênero ou as étnicas que precisam não só ter espaço de fala, mas também passarem a ser parte do processo de libertação socialista. A democratização precisa ser aprofundada com a participação cidadã, mas precisa ser estendida às diversas instituições sociais como a família, a escola, as igrejas, os serviços públicos...

Para tornar realidade esta ampliação de objetivos teremos de desenvolver, pelo menos seis pontos:

1. incluir esta diversidade com sentido de conjunto;
2. as diversas vozes precisam ter elos de ligação entre suas demandas e a luta política;
3. estas diversidades devem aparecer em suas falas, em sua dignidade e identidade, sem se dissolverem;
4. as necessidades do "aqui e agora" têm que ser contempladas, ao lado dos objetivos de médio e longo prazos;
5. o projeto ampliado deve ter um compromisso ético-político com o presente e o futuro dos sistemas vivos do planeta, revolucionando a vida das pessoas em um meio ambiente saudável;
6. assumir como valores fundamentais:
   a) O igualitário e o popular retomando as aspirações dos excluídos, discriminados e oprimidos não apenas entre os trabalhadores da cidade e do campo. Os jovens encontram enormes dificuldades de acesso ao mercado de trabalho. As mulheres enfrentam a violência doméstica e salários mais baixos que os homens nas mesmas atividades. Com aposentadorias ridículas, os idosos passam a trabalhar como antes para se sustentar.
   b) O democrático não apenas na vida política, mas em toda a vida social.
   c) O libertário, combinando o aprofundamento das liberdades pela democratização da riqueza social com o respeito à diferença. Serão excluídas as liberdades de torturar, explorar, oprimir, discriminar.

Todo este projeto de uma nova esquerda no Brasil só será factível numa nação soberana, capaz de se incluir na globalização sem subserviência aos interesses do grande capital e das grandes potências.



O desafio que está posto hoje para o PSB, a ser enfrentado sob a liderança do governador Eduardo Campos e com a participação das lideranças emergentes do Partido somando-se à experiência histórica acumulada por diversos companheiros, é formular um projeto para o Brasil, capaz de ampliar substancialmente as conquistas do atual governo.

Uma esquerda capaz de ter clareza nas políticas urbanas, quando 80% dos brasileiros moram nas cidades, cercados de problemas. Uma nova esquerda capaz de reorganizar o pacto federativo, para que prefeitos e governadores deixem de ir à Brasília com pires nas mãos. Uma nova esquerda capaz de formular e implementar um desenvolvimento sustentável, construindo um mercado interno sólido, uma produção interna com grande valor agregado, enfrentando a cultura do consumo supérfluo do capitalismo, garantindo a convivência com a natureza e não sua destruição.

Este desafio é de todos nós. Durante e após o curso, com concordâncias e discordâncias, com complementações, com pensamento e ação, você pode e deve enfrentar os desafios do presente como ator desta história.

Sumário do Módulo III

Módulo III – O socialismo no mundo contemporâneo

- Aula 1 – Breves considerações sobre o "socialismo utópico" e o "socialismo científico" de Thomas More e Karl Marx 36
  Luis Bernardo Pericás

- Aula 2 – O Socialismo depois da III Internacional 94
  Robério Paulino

- Aula 3 – O Socialismo no Terceiro Mundo 155
  Luiz Bernardo Pericás

- Aula 4 – Experiências de Estados socialistas 206
  Luiz Bernardo Pericás, Robério Paulino e Osvaldo Coggiola

- Aula 5 – Experiências de socialismos em Estados democráticos 327
  Oswaldo Coggiola

- Aula 6 – História do socialismo no Brasil 382
  Robério Paulino e Osvaldo Coggiola



A GUISA DE INTRODUÇÃO

Carlos Siqueira[1]

Se a proposta socialista de emancipar o homem da exploração e da miséria pode recuperar-se hoje como bandeira de luta por uma sociedade mais justa e igualitária, então deve também ser capaz de ampliar seus objetivos estratégicos. Creio que temos de nos esquecer da idéia de socialismo como expressão política de um sujeito coletivo tal como uma classe ou um partido. O socialismo deve ser considerado como um programa que intenta modificar a ordem existente reivindicando os princípios elementares que têm caracterizado a esquerda.

Por acreditar que existem problemas de igualdade, justiça, liberdade e participação ainda não resolvidos, a esquerda necessita elaborar novas formas de organização de atores e projetos capazes de instaurar mudanças estruturais na sociedade. Porém, devemos considerar que hoje, para vastos e crescentes setores sociais, os contrastes entre democracia e ditadura, entre direitos humanos e terror, entre unilateralismo e multilateralismo, entre liberdade e totalitarismo constituem eixos tão importantes quanto as oposições proletariado-burguesia ou socialismo-capitalismo para definir grandes orientações de uma forma de vida pela qual vale a pena lutar.

A emergência de uma nova esquerda, policêntrica, ecologista e libertária é a forma que, a meu ver, deve assumir o Partido Socialista Brasileiro, para se constituir em partido com características marcadamente diferentes dos demais. Para desenvolver-se face à complexidade contemporânea, este pensamento libertário exige que o discurso socialista seja capaz de pensar essa diversidade

1 Presidente da Fundação João Mangabeira.



e dar-lhe um sentido de conjunto; que o projeto socialista seja capaz de articular ou formular de maneira inteligente os elos existentes entre um sem fim de vozes que relegam seus problemas ao extraterreno e não como uma possibilidade de luta política; que a prática política socialista seja capaz de impulsionar as lutas com a incorporação dos seus atores na sua diversidade, na sua dignidade e identidade sem dissolver as especificidades; que o programa socialista seja capaz de formular proposta que também contemple as necessidades do "aqui e agora"; dos que não estão dispostos a esperar o milênio da revolução para que seus problemas sejam resolvidos; que o projeto socialista assuma um compromisso ético-político com o futuro dos sistemas vivos existentes no planeta, propondo revolucionar os estilos, objetivos, instrumentos e formas de organização social para alcançar o desenvolvimento sem deteriorar a natureza; que o projeto socialista assuma como seus valores fundamentais o igualitário e popular, o democrático, o ecológico e o autônomo-libertário.

A identidade do projeto socialista deve retomar as aspirações dos despossuídos ou excluídos, discriminados e oprimidos, para lutar por uma sociedade cuja riqueza seja compartilhada de forma mais justa e igualitária. Não só entre os trabalhadores urbanos e os do campo, mas também os aposentados, os jovens, cujo ingresso no mercado de trabalho é cada vez mais difícil e menos promissor, as mulheres que encontram obstáculo a sua promoção no trabalho, os trabalhadores temporários que não são cobertos pela seguridade social, e todos aqueles que hoje sobrevivem marginalizados ou socialmente excluídos.

Um projeto socialista, que aspira radicalizar a socialização dos processos de decisão na sociedade, deve, de um lado, defender e ampliar a vigência dos direitos democráticos dos cidadãos e, por outra parte, buscar conquistar a participação e a decisão democrática em espaços locais onde impera o exercício autocrático do poder. Porque uma coisa é a democratização da ação política e outra coisa é a democratização da sociedade. Pode existir um Estado formalmente democrático em uma sociedade na qual a maior parte de suas instituições – seja na família, na escola, na empresa, na igreja, nos serviços públicos, não seja governada democraticamente, como hoje ocorre no Brasil.

Como alternativa de esquerda, um projeto socialista deve ser capaz de impulsionar e defender espaços nos quais a pluralidade e a liberdade pessoal sejam legitimadas e não clausuradas,

e nos quais a diferença possa ter mecanismos de defesa frente a um sentido comum conservador. Estes elementos freqüentemente aparecem nas plataformas políticas e programas de um certo número de partidos políticos, que não são propriamente socialistas. A especificidade do socialismo a respeito deles é a radicalidade transformadora de sua proposta de elaborar propostas que permitam aprofundar as liberdades, o exercício da democracia e a distribuição mais igualitária da riqueza social, assim como a sua habilidade para pensar linhas de ação políticas capazes de implementá-las.

Não se prega o abandono das teses iniciais que impulsionaram o socialismo, mas concebê-lo como um projeto político que se realiza em um movimento que recorre à diversidade e pluralidade da vida social, com suas múltiplas razões, saberes e práticas.

A idéia deste Módulo III – *O socialismo no mundo contemporâneo* dando uma pincelada nas experiências das sociedades socialistas, pontuando seus acertos e reconhecendo seus erros à luz de análises instigantes, é levar ao leitor um denso material preliminar de estudo que lhe permita aprofundar suas pesquisas e refletir estrategicamente uma forma de "atualizar" seus conceitos socialistas mais expressivos.

Nosso país precisa de todos nós, agentes políticos ou não, para firmar-se como nação soberana, partícipe de um novo socialismo com expressão concreta no país. Vamos em frente, muito trabalho nos aguarda!

Boa leitura!



Módulo III

O socialismo no mundo contemporâneo

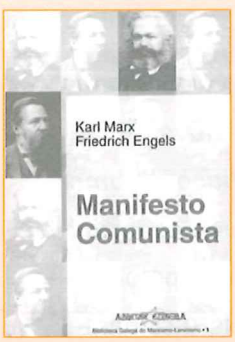
Aula 1
Resenha

O texto apresenta as definições e propõe uma periodização para o capitalismo, destacando o processo de acumulação primitiva de capital, a relação entre a burguesia nascente e o Estado Absolutista, bem como o descreve o processo de proletarização da força de trabalho. Ao final, discute-se a importância da Revolução Industrial para a consolidação do capitalismo e o papel desempenhado pelo liberalismo neste contexto histórico.

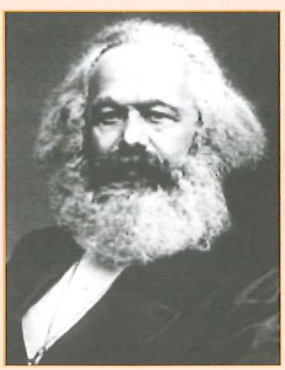
Aula 1
Breves considerações sobre o "socialismo utópico" e o "socialismo científico" de Thomas More e Karl Marx

Luis Bernardo Pericás

Em novembro de 1847, após participarem da sessão final do Congresso da Liga dos Comunistas (antiga Liga dos Justos), em Londres, dois jovens intelectuais alemães, Karl Marx e Friedrich Engels, foram convidados a escrever um documento que representasse os anseios e o programa daquela organização. Em apenas seis semanas, às pressas, Marx, se utilizando de um esboço intitulado *Princípios do comunismo,* preparado por seu colega e colaborador, produziu o *Manifesto do Partido Comunista*, que pode ser considerado a "certidão de nascimento" do chamado "socialismo científico". Este folheto, publicado em 1848 (que teve uma tiragem muito pequena e uma repercussão extremamente limitada), veio a se tornar, ao longo do tempo, o segundo livro mais vendido do mundo, só ficando atrás da Bíblia. E é a obra de autoria definida de maior vendagem da história, se considerarmos que os textos "sagrados" são uma coletânea de escrituras de distintos autores, muitos deles desconhecidos.



Ainda que Marx tenha sido reconhecido como a grande força da dupla, não se pode subestimar o labor intelectual de Engels, que considerava a si mesmo, muito modestamen-







te, como "o segundo violino". Foi a *colaboração* dos dois que possibilitou a criação de obras tão importantes como *A sagrada família* e *A ideologia alemã.*

Esses dois personagens, contudo, eram o oposto um do outro. Engels (um jovem alto e magro, que freqüentava festas e concertos, cavalgava regularmente seu cavalo puro sangue e que era membro, e depois, diretor, de dois clubes da elite inglesa, o Albert Club e o Schiller Institute), usava roupas impecáveis, enquanto seu parceiro andava sempre desalinhado, com seus trajes frequentemente amassados e rotos. O escritório de Friedrich (dois anos mais moço que Marx) era extremamente organizado: cada livro e documento, meticulosamente em seu lugar. Já a papelada de Karl, uma bagunça! Quem o visitasse teria dificuldades em encontrar livros e artigos, jogados por todos os cantos da casa.

Enquanto Marx era um homem de família, noivo aos dezessete anos e casado por décadas com Jenny von Westphalen, com quem teve sete filhos, Engels nunca contraiu matrimônio. Este boêmio e mulherengo, apreciador de boas bebidas, mesmo se relacionando afetivamente por anos e anos com Mary e Lizzy Burns, permaneceu solteiro a vida inteira.

Engels, apesar de um estilo e de uma personalidade diametralmente opostos ao perfil do autor de *A questão judaica,* foi, não obstante, um amigo fiel, sendo responsável por proporcionar ao colega uma base econômica segura, sobre a qual ele poderia trabalhar sem maiores preocupações. Afinal, o autor de *Dialética da natureza,* filho de um industrialista e ele próprio, um rico dono de fábricas, decidiu pagar um "salário", uma espécie de "mesada" a seu amigo durante os últimos trinta anos de sua existência. Também lhe enviava, regularmente, uma caixa de champanhe e charutos. Não seria exagero dizer que, em boa medida, Marx viveu, literalmente, às suas custas.

Depois de se aposentar, aos cinqüenta anos de idade, com o dinheiro da herança do pai e após ter negociado o fim da sociedade com os irmãos Ermen, Friedrich comprou uma mansão em Regents Park Road, em Londres, e pôde, finalmente, se dedicar exclusivamente ao trabalho intelectual.

Se Marx era, antes de tudo, preocupado com a filosofia (especialmente na juventude), foi um trabalho de Engels, *Esboço de uma crítica da economia política,* que despertou o enorme interesse (que ele levou pelo resto da vida) pelo estudo daquela disciplina. Engels também foi o primeiro dos dois a se

autodenominar "comunista" e a utilizar dados estatísticos em seus textos, a partir de censos do *Registrar General,* dos inspetores de fábrica e de informações parlamentares. O uso pioneiro de estatísticas em seu *A condição da classe operária na Inglaterra,* abriu os olhos de Marx para novas possibilidades de análise econômica. Como falava inglês melhor do que Karl, Friedrich escreveu dezenas e dezenas de artigos para o *New York Daily Tribune,* assinando em nome do colega. Uma colaboração certamente fundamental.

Foi Engels, também, que editou os volumes II e III de *O Capital*, um esforço que lhe exigiu doze anos de intenso trabalho: ele era a única pessoa que conseguia entender a letra quase incompreensível de Marx. O volume II, ditado para sua secretária, foi completado em 1885 e o volume III, um texto mais difuso e fragmentado, levou mais dez anos para ser editado. Engels depois iniciou Karl Kautsky e Eduard Bernstein na difícil tarefa de "interpretar" os garranchos de Marx (anos mais tarde, Kautsky publicou *Theories of Surplus Value,* também chamado de volume IV do *Capital*).



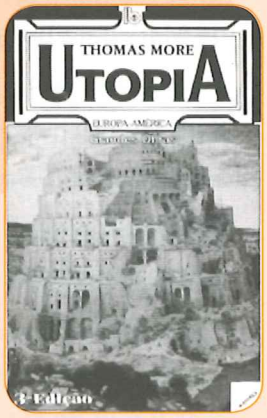
Couverture de la première édition française du *Capital*, 1872-1875

O *Manifesto Comunista* certamente não tem a dimensão, o fôlego e a profundidade do *Capital,* mas, ainda assim, é talvez o *documento político* mais importante do marxismo. Mas este panfleto não surgiu do nada. Antes de Marx e Engels, uma longa tradição de idéias e de lutas libertárias foi criando o ambiente intelectual que, mais tarde, deu origem ao chamado "socialismo científico". Isso sem contar com o próprio contexto econômico e social da Europa no século XIX, onde as forças produtivas e a organização da classe operária eram as mais desenvolvidas do mundo. Se o movimento socialista "moderno" começa, efetivamente, com a publicação do *Manifesto* (isto, é claro, utilizando este evento como um marco histórico, certamente, arbitrário), ele tem suas raízes em idéias e experiências que datam de alguns séculos antes.



Utópicos pré-socialistas

- **Thomas More** – Principal livro: *Utopia*
- **Tommaso Campanella** – Principal livro: *A Cidade do Sol*
- Gabriel Foigny
- Tyssot de Patot
- Tiphaine de La Roche
- Deis Vairas d´Alais
- Claude Gilbert





Um nome emblemático entre os *precursores* de concepções que mais tarde levariam ao socialismo foi o de Thomas More, o autor de *Utopia*, um livro clássico, publicado em 1516. Advogado conhecido, membro do Parlamento inglês, relator do Conselho de Estado e crítico ferrenho do luteranismo, More foi nomeado chanceler da Inglaterra em 1529, demitindo-se em 1532, por discordar do rompimento de Henrique VIII com a Igreja católica romana. Por se recusar a prestar juramento à nova Igreja cismática que surgia dessa ruptura entre rei e papa, More foi julgado e condenado à pena capital, sendo decapitado em 1535. Alguns anos antes, contudo (em 1515), enviado a Flandres como diplomata, com o objetivo de restabelecer o comércio com a Holanda, entrou em contato com estórias fabulosas, narrativas de navegadores que retornavam de terras distantes, de outros continentes. Foram essas narrações que o inspiraram a escrever o seu *Utopia, ou o Tratado da melhor forma de governo.*

O texto toma a forma de um diálogo entre o autor e outro personagem, Raphael Hythloday, companheiro de viagem de Américo Vespúcio. Em sua narrativa, More descreve a situação econômica e social sombria em que se encontrava a Inglaterra, assolada por impostos, miséria e ladrões, enquanto, em contrapartida, uma aristocracia rica e ociosa ostentava luxo e arrogância. More aproveitava para denunciar ainda o enriquecimento escandaloso dos grandes proprietários a partir

de toda a modificação estrutural que ocorria no meio rural inglês. Mas More não achava que a solução viria com uma revolução; afinal, suas conseqüências poderiam ser piores do que o mal que pretendiam curar. E também não acreditava em reformas. Sem estas duas possíveis soluções, ele irá se dedicar, em última instância, a construir um mundo imaginário: uma verdadeira fuga da realidade.

O *Utopia* seria, na prática, uma imagem fantasiada da própria Inglaterra. Fundado por Utopus, este país, que possuía 54 cidades "magníficas" (a Inglaterra tinha 54 condados), todas construídas a partir de um mesmo plano, era separado do continente apenas por um braço de mar artificial.

Tinha como capital Amaurote (cidade fantasma) e se localizava perto do rio Anidro (sem água).

A população local, bastante religiosa e ascética, viveria em constante "rotação" por causa das trocas entre cidades e campo: as pessoas, portanto, estariam sempre mudando de ambiente e de modo de vida. A produção seria completamente planificada e o luxo excessivo acabaria.

Lá, o trabalho obrigatório seria de seis horas por dia. Só os magistrados, os "sábios" e os ministros de cultos estariam isentos. Ainda haveria um monarca reinando sobre o país, eleito pelo Senado (representante das famílias mais importantes da ilha) para um mandato vitalício: só poderia ser afastado do cargo se fosse acusado de tirania.

O tempo livre dos moradores de *Utopia* seria usado para o estudo, o ensino, os jogos, a dança e a música; as refeições seriam comunitárias, ao som de músicas agradáveis; e as famílias viveriam em alojamentos, casas de três andares, parecidas com os padrões ingleses da época (não haveria dormitórios ou casas coletivas). Neste contexto sem propriedade privada, aplicar-se-ia aí o princípio da igualdade.

As motivações de More, aqui, podem se explicar tanto por questões morais como também *econômicas*. As trocas de bens e serviços, portanto, também se dariam de forma gratuita, à base das necessidades recíprocas.

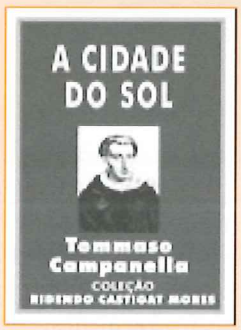
Ainda que muitos praticassem a "religião única" de Jesus Cristo, haveria tolerância religiosa e a rejeição do fanatismo. Na *Utopia* de More, a virtude e a razão estão no centro da



questão, indicando um caminho que levaria a reduzir o interesse pelos bens materiais, aperfeiçoar a alma e a cultivar o espírito. A escravidão até poderia perdurar, mas estaria destinada a apenas algumas pessoas muito específicas, como criminosos e prisioneiros de guerra.

O *Utopia,* portanto, é um esforço interessantíssimo de crítica social e de denúncia contra as injustiças de sua época, e serviu, certamente, como uma base e uma fonte de inspiração para os socialistas, muito tempo mais tarde.

Outra "utopia" pré-socialista que vale a pena ser mencionada é *A cidade do sol* ou *Diálogo sobre a República,* no qual se demonstra que a idéia da reforma da república cristã está de acordo com a promessa feita por Deus a Santa Catarina e a Santa Brígida, escrita no início do século XVII, pelo monge dominicano calabrês Tommaso Campanella.



Novamente se utiliza a forma de diálogo, desta vez entre o grão-mestre dos Hospitalários e um explorador genovês, descobridor da ilha de Topobrana, no Oceano Índico. Era lá que estava a Cidade do Sol, uma área dividida em sete zonas concêntricas (com os nomes de sete planetas), com quatro portas (nos quatro pontos cardeais), e erigida sobre uma enorme colina acima de uma vasta planície. Há aí uma clara alusão ao cosmos, à configuração dos planetas do Sistema Solar, talvez até mesmo um desejo do autor de criar uma urbe em equilíbrio com universo e em sintonia com o Divino. Afinal, em sua descrição, Campanella nos mostra uma cidade harmoniosa, com grandes palácios, esplanadas e passeios. Bem no meio dela, encontra-se um templo circular com uma cúpula imponente, sustentado por colunas cobertas de pedra. Nesta cidade fantástica e futurista, navios não precisariam de velas nem de remos para deslizar nas águas, e máquinas voadoras cruzariam os céus...

Os moradores da Cidade do Sol (indianos fugindo de bandidos de sua terra natal) são liderados por Hoh, o Grande Metafísico, um gênio conhecedor de todas as disciplinas, especialmente a metafísica e a teologia. Ele seria ajudado por três magistrados: Pon (Potência), que se ocuparia da arte da guerra e que seria o comandante das forças armadas; Sin (Sabedoria), responsável por tudo que fosse ligado ao conhecimento; e Mor (Amor), responsável pela reprodução da espécie. Cada uma destas categorias teria um responsável perante este

triunvirato, ou seja, o astrólogo, o geometrista, o poeta, o retórico, o gramático, o médico etc. Num lugar onde não haveria vida privada, estas figuras teriam muito poder. Afinal de contas, para os solarianos, a vida coletiva teria atingido tal grau de desenvolvimento que tudo seria comum entre eles, como alojamentos, dormitórios e até os leitos. De seis em seis meses, aqueles magistrados indicariam aos moradores quem deveria viver em que lugar.

As "uniões sexuais" eram controladas: as mulheres, aos dezenove anos e os homens, aos vinte. Estas uniões deveriam ser decididas também pelos magistrados, a partir de "leis astrológicas" (uma responsabilidade de Mor), tudo com o intuito de tornar a "raça" a mais perfeita possível. Homens e mulheres daquela cidade seriam tratados em pé de igualdade.

Outras características da Cidade do Sol: os habitantes locais praticariam uma religião derivada do cristianismo; os solarianos fariam refeições em comum, em completo silêncio, enquanto liam algo supostamente "edificante", só podendo ser interrompidos, esporadicamente, por comentários feitos por algum dirigente local, sobre alguma das leituras; comeriam apenas alimentos que garantissem uma longevidade maior do que a maioria dos humanos; e o trabalho, obrigatório, seria de apenas quatro horas por dia (no resto do tempo, os solarianos se dedicariam à leituras, conversas e caminhadas).

É possível dizer que a Cidade do Sol era um lugar bastante estático, estratificado e de regras demasiadamente rígidas: algo semelhante a um enorme convento, repleto de convenções e hierarquias. Esta "especulação" bastante irrealista, contudo, era, para Campanella, uma utopia comunitária viável e que poderia algum dia se realizar. Na prática, não passou de uma ilusão...

Mais de cem anos depois de *Utopia,* de Thomas More, e pouco tempo após o lançamento de *Cidade do Sol,* de Campanella, era possível ver, na Inglaterra, uma mobilização popular para tentar, ainda que de forma limitada, modificar as estruturas injustas em que se encontravam as populações mais pobres. Elas constituíram experiências pré-socialistas *de facto,* que tentaram unir a retórica idealista de seus líderes com a ação prática no meio político, ainda que não sofressem nenhuma influência direta destas duas obras. Falamos aqui, dos *Levellers* e, principalmente, dos *Diggers* na Revolução Inglesa de 1640. Estes, obviamente, *não eram* socialistas. O termo,



inclusive, que não era sequer cogitado ou mencionado, seria, no mínimo, anacrônico naquela instância. Mas a participação e organização de elementos populares, de gente "de baixo", das classes desfavorecidas, pode ser caracterizado, pelo menos, como uma tentativa de se incorporar à nação, num *status,* se não igualitário (o que seria difícil), pelo menos em melhores condições de vida, com acesso à terras e garantias de direitos civis.

Ambos movimentos são, certamente, precursores de fenômenos políticos mais radicais anos mais tarde. Depois disso, outros autores, sem ter necessariamente vínculos com movimentos políticos de mudança radical, especularam sobre sociedades "utópicas" e imaginárias, como o padre Gabriel Foigny (no final do século XVII) e Tyssot de Patot (no início do século XVIII), só para citar dois dos mais famosos.

E havia muitos outros. Afinal, este gênero literário se tornou muito popular e foi responsável por diversos *best-sellers* (guardadas, é claro, as proporções), tornando seus autores bastante conhecidos. Sempre houve um público ávido por consumir este tipo de obras. Aqui, resumidamente, mencionamos algumas delas.

A *História dos galígenas,* atribuída a Tiphaine de La Roche, por exemplo, conta a aventura do explorador Duncan, que descobre uma ilhota habitada pelos galígenas, um povo de origem francesa. Aí viveriam, em igualdade absoluta, homens "sábios" e "felizes". A capital contaria com cem mil moradores e possuiria dois edifícios enormes: o primeiro deles, a Casa do Oriente, serviria como educandário de crianças até os sete anos de idade; e o segundo, o Palácio do Ocidente, desempenharia a função de sede do governo dos anciãos. Com o passar dos anos, os galígenas, ao envelhecer, gradualmente iam mudando de moradias, afastando-se anualmente da Casa do Oriente, e se aproximando da Casa do Ocidente.

Em 1677, é publicado *História dos sevarambos,* supostamente de autoria de Denis Vairas d'Alais. Os sevarambos viviam em "osmasias" (enormes construções quadradas com capacidade para conter milhares de moradores), trabalhavam oito horas por dia e defendiam uma filosofia igualitarista. Eles habitavam numa parte do "terceiro continente" chamado de "terra austral". Entre os sevarambos não haveria vícios, orgulho nem avareza. A propriedade privada, como se pode supor, havia sido abolida. Assim, cada cidadão tinha a total liberdade de retirar o que quisesse dos armazéns coletivos.

Outro livro, *História da ilha de Calejava ou ilha dos homens sensatos,* de 1700, escrito por Claude Gilbert, descreve cenários e cidadãos claramente inspirados na obra anterior. Em sua ilha imaginária, Gilbert fala dos avaitas, que possuíam muitas das mesmas características dos sevarambos. Neste caso, entretanto, os avaitas só trabalhariam cinco horas por dia. Tudo o que fosse produzido ou colhido era armazenado em depósitos em distribuídos "a cada pessoa segundo suas necessidades" (uma frase que também se tornaria emblemática e que inspiraria outros militantes sociais no futuro).

Utópicos pré-socialistas e "socialistas utópicos"

Morelly:

Elo de ligação entre utópicos pré-socialistas e "socialistas utópicos"

- Principais livros: *La Basiliade* e *Le code de la nature*

Principais idéias de Morelly

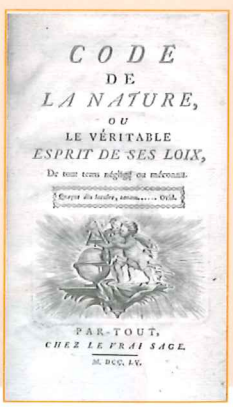
- A sociedade funciona como uma máquina
- A ordem "perfeita" da sociedade primitiva foi rompida quando os homens perderam a inocência
- O surgimento da propriedade destruiu os bons sentimentos de sociabilidade e altruísmo
- O trabalho perdeu seu caráter inicial
- Tornou-se em alguns casos coercitivo
- Outros o abandonaram, tornando-se ociosos
- Surgimento de desigualdades econômicas, de nações, de classe sociais, de castas
- Morelly explica a história a partir de rivalidades, tensões e luta de classes
- Mudança não vem através de violência
- A "Providênia divina" iria inspirar e incitar os homens a realizar as mudanças



- Acredita em "leis da mecânica universal"
- Leis da cidade utópica de Morelly:
  1. Nada na sociedade pertencerá exclusivamente nem singularmente a ninguém, exceto as coisas de que se utilizará na realidade, seja para suas necessidade, seus prazeres ou para o trabalho cotidiano
  2. Todo cidadão será homem público, mantido, sustentado e ocupado às expensas do público
  3. Todo cidadão contribuirá de sua parte para a utilidade pública, segundo suas forças, seu talento e sua idade
- O mundo de Morelly é excessivamente controlado
- As leis teriam condição e poder de organizar todos os aspectos da vida das pessoas

Se há um "teórico" que pode ser considerado o elo de ligação entre os "utópicos" pré-socialistas e os "socialistas utópicos", entretanto, ele foi Morelly, autor de *La Basiliade* e *Le code de la nature.* Seus dois livros mais importantes, *Naufrage des îles flottantes ou La Basiliade du célèbre Pilpai, poème heroïque em quatorze chantes,* de 1753, e *Le Code de la nature ou le véritable esprit des lois, de tout temps négligé ou méconnu,* de 1755, são os exemplos mais explícitos da tentativa de construir uma autêntica e completa utopia em sua época.

A estória de *La Basiliade* é narrada por Pilpai (um "filósofo" indiano, o principal personagem da narrativa). No continente fabuloso de Basilíada (uma ilha dividida em quadrados pontilhados eqüidistantes, com grandes habitações comunitárias), morariam homens simples e rústicos, religiosos e monoteístas, todos com ótima saúde (já que seguiam uma dieta vegetariana) e em estado de completa felicidade. Lá não haveria, como sempre ocorre neste tipo de narrativa, a propriedade privada: tudo era comum ao povo, *inclusive* as mulheres. O trabalho, por seu lado, seria divertido e fácil de se realizar. O próprio Paraíso sobre a Terra...


CODE
DE
LA NATURE,
OU
LE VÉRITABLE
ESPRIT DE SES LOIX,
PAR-TOUT,
CHEZ LE VRAI SAGE.

Já em *Le code de la nature*, Morelly desenvolverá a idéia de que a sociedade funciona como uma máquina, uma idéia análoga àquela do "homem máquina" de La Mettrie, e também à teoria da

harmonia preestabelecida de Leibniz. Para Morelly, a ordem "perfeita" da sociedade primitiva foi rompida quando os homens (seres bons por natureza e dotados de instinto de sociabilidade) perderam a inocência. Isto ocorreu quando as pessoas desejaram "ter", "possuir". A partir daí, vieram como conseqüência, a vaidade, o orgulho, a ambição, a desonestidade, a hipocrisia e o banditismo. O surgimento da propriedade iria destruir os bons sentimentos de sociabilidade e altruísmo, e fariam com que o meio social se tornasse uma selva (mais tarde codificado e institucionalizado pelos juristas). Neste contexto, o trabalho iria perder seu caráter inicial, prazeroso: algumas pessoas o realizariam de forma coercitiva e sem interesse; outras, com mais sorte, abandonando-o por completo, se tornariam ociosas. Como conseqüência, esta atitude inspiraria alguns indivíduos mais pobres à preguiça e aversão ao trabalho. Daí teriam surgido as desigualdades econômicas, as nações, as classes sociais, as castas etc. Morelly foi um dos primeiros (inclusive muito antes de Marx) a tentar explicar o desenvolvimento histórico a partir de rivalidades, tensões e até mesmo da luta de classes.

Mas haveria alguma solução? Este estado de coisas poderia mudar?

Para Morelly, esta situação iria, certamente, se modificar. Mas não através da violência. A "Providência" iria "inspirar" e "incitar" os homens a tal mudança, usando, para isso, a "sede de felicidade" e a "nostalgia de uma fraternidade já desaparecida". Seria de responsabilidade das pessoas, assim, descobrir as "leis da mecânica universal" e procurar aplicá-las no campo social.

Ao contrário de muitos de seus precursores, a cidade utópica de Morelly não se situa no passado, numa busca de pureza no homem primitivo, mas sim, no futuro. Nesta "cidade do futuro" haveria três leis fundamentais, "sagradas" e imutáveis. A primeira delas: "nada, na sociedade, pertencerá exclusivamente, nem singularmente, a ninguém, exceto as coisas de que se utilizará na realidade, seja para as suas necessidades, seus prazeres ou para seu trabalho cotidiano". A segunda: "todo cidadão será homem público, mantido, sustentado e ocupado às expensas do público". E, finalmente, a terceira: "todo cidadão contribuirá de sua parte para a utilidade pública, segundo suas forças, seu talento e sua idade".

Mas sua idéia de planificação social e urbana era certamente excessiva. Para Morelly, cada "tribo" (onde os homens viveriam) teria



um número igual de famílias e cada cidade, um número igual de tribos, *and so forth,* a partir da divisão decimal adotado por Clístenes na Antiguidade. Todas as cidades deste mundo agrário e "fraternal" teriam um plano urbano "idêntico", com disposição uniforme de construções, cada uma delas destinada à funções específicas, como habitação ou armazéns públicos, por exemplo.

O trabalho de lavoura e de colheita seria feito por *todos* os cidadãos, e seu produto, sempre abundante, seria estocado num mesmo depósito e depois, distribuído equitativamente entre a população. Quando estas tarefas já tivessem sido cumpridas, os indivíduos poderiam trabalhar na profissão que bem quisessem (a abundância de alimentos garantiria a diminuição da jornada diária de trabalho). A planificação e a centralização administrativa chegariam a tal ponto, contudo, que até mesmo as roupas dos cidadãos seriam padronizadas: uniformes simples, sem adornos ou enfeites de qualquer tipo.

Em seu livro anterior, Morelly comentava sobre os encantos da comunidade feminina, mas no *Le code,* o viés moralista é maior. Aí o casamento é obrigatório e monogâmico, e o divórcio (que é tolerado) só pode ocorrer depois de dez anos de matrimônio.

No mundo de Morelly, tudo é controlado. A partir dos cinco anos de idade, as crianças seriam retiradas do convívio de seus pais e colocadas em instituições de educação coletiva. Quando completassem dez anos de idade, seriam iniciadas num ofício e entre os quinze e dezoito anos, deveriam se casar. Após dois anos de casados, estes jovens seriam *obrigados* a realizar trabalhos agrícolas e só a partir dos vinte e cinco anos é que ganhariam a liberdade para, finalmente, exercer a profissão que quisessem. Com o desaparecimento da propriedade privada, os indivíduos teriam de volta a bondade e as virtudes naturais, há muito perdidas. Com isso, também se consolidaria a idéia de um Deus da bondade, que só poderia ser concebido plenamente num mundo harmonizado como o proposto por ele. Qualquer desvio religioso, é claro, seria impedido pelas leis. Ou seja, as leis, em sua concepção, teriam condição e poder suficientes para organizar todos os aspectos da vida das pessoas.

"Socialismo utópico"

- Termo foi criado na década de 1830
- Principais "socialistas utópicos":
  - Conde de Saint-Simon
  - François Charles Fourier
  - Robert Owen
- Acreditavam na possibilidade de transformação social total (com a eliminação do individualismo, da competição e da propriedade privada) sem o reconhecimento da necessidade da luta de classes e do papel revolucionário do proletariado como protagonista e catalisador destas mudanças.

Mesmo com todos os exemplos já citados, só no século XIX é que surgiu o que foi chamado de "socialismo utópico", termo este que foi criado na década de 1830, mas *principalmente* utilizado e disseminado por aqueles que se consideravam adeptos do "socialismo científico". A *ênfase* no termo "socialismo utópico", assim, foi uma boa forma de os marxistas se dissociarem, em grande medida, das experiências anteriores e se auto-afirmar como defensores de uma teoria e prática mais profundas, sofisticadas e "científicas".

O "socialismo utópico" (considerado o primeiro estágio na história do socialismo) surge, *de facto,* entre as guerras napoleônicas e as revoluções de 1848, e tem como principais personagens Claude Henri de Rouvroy, mais conhecido como Conde de Saint-Simon; François Charles Fourier; e Robert Owen. Este socialismo seria "utópico" porque seus ideólogos aparentemente acreditavam na possibilidade de uma transformação social *total* (com a eliminação do individualismo, da competição e da propriedade privada), sem o reconhecimento da necessidade da luta de classes e do papel *revolucionário* do proletariado como protagonista e catalisador destas mudanças.

A palavra "socialismo" será usada pela primeira vez em 1831, numa edição do jornal *Le*



Semeur, e no ano seguinte, no *Le Globe.* Pierre Leroux, eloqüente "teórico" de sua geração, iria dizer, na ocasião, que o socialismo surgia para se opor ao "individualismo". Em 1835, L. Reybaud publicaria, na *Revue des Deux Mondes,* uma série de artigos sobre reformadores e "socialistas modernos". Poucos anos mais tarde, este termo chegaria à Inglaterra e iria designar a doutrina "associacionista" de Owen. O seu *New Moral World,* por exemplo, em 1836 já se autodenominava *"organ of socialism".* Por outro lado, os partidários de Fourier vinculariam o termo à "escola societária". E na Alemanha, L. von Stein publicaria *Socialismo e comunismo na França de hoje,* em 1842, divulgando o conceito naquele país.

Conde de Saint-Simon: principais idéias

- Em sua obra, a história ocupa lugar central
- Ela se torna "ciência"
- A história se caracterizaria como um lento processo de industrialização, com a ascensão social de determinados grupos, o crescimento do proletariado e a luta de classes
- Sistemas políticos e formas de pensar estariam ligados às variáveis econômicas
- A "indústria" engloba todo tipo de produção material
- Os "industriais" seriam todos aqueles que participam do enriquecimento material de uma nação
- Divisão social entre "vespas" e "abelhas"
- A própria dinâmica social do sistema industrial traria dentro de si as condições para mudar as relações sociais e estruturas políticas da França
- Acreditava que a transição ocorreria pacificamente
- Acreditava que todos os membros da sociedade teriam como objetivo a participação e cooperação mútuas
- Os "industriais" tomariam o poder após uma tomada de "consciência"
- Fim da luta de classes
- A concórdia prevaleceria em escala mundial

- O Estado repressivo seria abolido
- O Estado seria reduzido e com o tempo desapareceria
- Eliminação de Constituição política
- Em seu lugar, uma Constituição de caráter industrial
- As Câmaras do Legislativo: da "invenção", do "exame" e da "execução"
- Sistema muito estratificado, hierarquizado e elitista
- Surgimento de uma nova religião da era industrial



O primeiro socialista utópico importante foi o francês Conde de Saint-Simon, que escreveu e atuou, paradoxalmente, antes mesmo de o termo "socialismo" ser usado.

Dentro da obra de Saint-Simon, a história irá ocupar um lugar central. Ela deixa de ser apenas hagiografia ou biografia de homens poderosos e governantes para se tornar uma "ciência". Com isso, seria possível (a partir da evolução humana e das distintas "etapas" históricas) também "prever" os acontecimentos futuros.

A história, para ele, se caracterizaria por um lento processo de industrialização, com a ascensão social de determinados grupos, o crescimento do proletariado e a luta de classes. Por isso, sistemas políticos e formas de pensar estariam intrinsecamente ligados às variáveis econômicas. Ora, se o pensamento seria aqui um *reflexo* da estrutura socioeconômica, temos, a partir deste momento, o embrião do que viria a ser, mais tarde, a teoria do materialismo histórico.

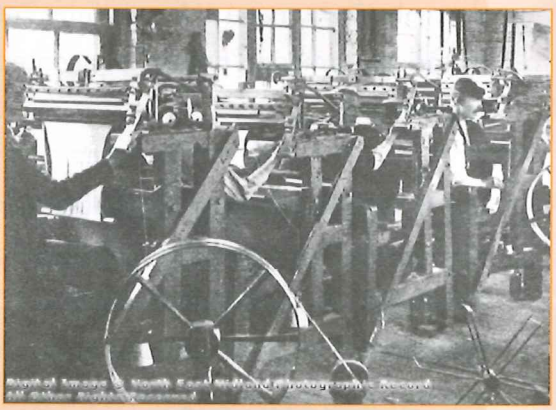
Segundo Saint-Simon, a "indústria" engloba todo tipo de produção material, desde a agrícola e artesanal até a manufatureira e comercial. Assim, os "industriais", em sua acepção, *não seriam necessariamente* os proprietários dos meios de produção, mas todos os trabalhadores que participam do enriquecimento material de uma nação. Os "produtores", veja-se bem, como contraposição aos "ociosos", os detentores do capital e dos meios de produção (como os aristocratas, donos de terras, padres e políticos).



Para ele, a divisão não se daria, portanto, entre patrões e empregados, mas entre as vespas (os que não trabalham) e as abelhas (os produtores). Afinal de contas, na França do começo do século XIX (onde a indústria ainda não era excessivamente desenvolvida, e com uma segregação social muito mais amena do que na Inglaterra), o campo ainda predominava e as tradições artesanais continuavam fortes. Os "patrões", portanto, eram pessoas relativamente modestas, as distâncias sociais não eram extremas e a ascensão de empregados para cargos de chefia, mais comum. Como diria este pensador, ingenuamente, "a indústria é uma. Todos os seus membros estão unidos pelos interesses gerais da produção".

Até 1817, quando escreveu *La classe des prolétaires,* ele achará que o país deveria conservar os "sábios", os banqueiros, os artesãos, os operários e os artistas, ou seja, aquelas pessoas que cumpririam uma função produtiva: todos eram vistos como uma "única" classe. Mais tarde, ele se dará conta que aquilo que chamava de "classe industrial" não era tão homogênea quanto pensava. Perceberia que havia um crescente aumento nos conflitos entre patronato e proletariado, ainda que fossem, a seu ver, conflitos "secundários". Daí em diante, publicará *Du système industriel* e *Henri de Saint-Simon à messieurs les ouvriers.* Só em 1825, com *Le nouveau christianisme,* é que, finalmente, irá confiar o futuro da indústria à classe operária.

A própria dinâmica do sistema industrial traria dentro de si as condições para mudar as relações sociais e estruturas políticas da França, o que poderia acarretar no uso da violência (afinal, a aristocracia não estaria disposta a abrir mão de sua posição tão facilmente). Ainda assim, ele acreditava que essa transição ocorreria pacificamente, pois a própria lógica da indústria seria diferente da militar de outrora. Ele acreditava, também ingenuamente, que todos os envolvidos teriam como objetivo principal, a participação e a cooperação.



Os "industriais" tomariam o poder após uma tomada de "consciência". Depois disso, não haveria a substituição de classes no poder, mas a destruição do próprio poder, o fim da luta

de classes e o começo de novos tempos, onde a concórdia prevaleceria em escala mundial. O Estado repressivo seria abolido e a França se transformaria numa "grande manufatura". Já o Estado *em si,* que seria muito reduzido, com o tempo desapareceria.

Este novo modelo organizacional dispensaria uma Constituição política e teria, em seu lugar, outra, de caráter industrial. Em seguida, os "conselhos industriais" iriam reorganizar os ramos de produção. O Legislativo teria três Câmaras: a da "invenção" (engenheiros, artistas e escritores, responsáveis pelos projetos das indústrias); a do "exame" (matemáticos e físicos, que analisariam os projetos); e a da "execução" (chefes de empresas, que deveriam supervisionar a realização dos planos). Um Banco Central se responsabilizaria por distribuir fundos e verbas para os produtores. Um sistema, como fica claro, ainda muito estratificado, hierarquizado e elitista.

Para completar, Saint-Simon, desconfiado que a ciência não seria suficiente para disseminar a fraternidade universal, irá inserir nesta sua visão de mundo do futuro uma religião da era industrial, um "novo cristianismo", uma doutrina panteísta que uniria os homens através do amor e do culto à exploração racional das riquezas. Como sempre, os "sábios" (em lugar dos padres) cuidariam do poder "espiritual", e os "industriais", das questões de produção.

Charles Fourier

- A história seria uma evolução ou secessão de períodos
  - Éden
  - Selvageria
  - Patriarcado
  - Barbárie
  - Civilização
- A Civilização seria o capitalismo
- A Civilização seria uma criadora de miséria
- Nela um grupo minoritário, de gente ociosa, a partir do direito de propriedade, oprimiria a maioria da população
- Era contra a família monogâmica

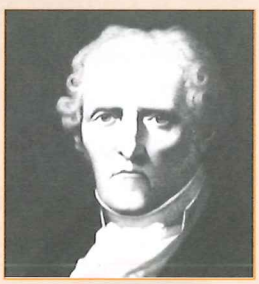


- O casamento era equivalente à prostituição hipócrita e legalizada
- O nível de progresso da sociedade estaria diretamente ligado ao grau de emancipação feminina
- O casamento e a monogamia seriam responsáveis pelo egoísmo e pelo individualismo
- O capital e a propriedade privada continuariam existindo em sua concepção
- Um mundo de "sócios"
- Remuneração distinta
- Livre associação
- Reino da harmonia
- Trabalho realizado com prazer
- Este mundo não surgiria por via violenta ou revolucionária
- Defendia a falange e os falanstérios
- Seria possível uma rápida transição da Civilização para a Harmonia
- Não conseguiu realizar seus projetos

Outro socialista utópico francês foi Charles Fourier, que se considerava o "explorador do mundo amoroso" e o Cristóvão Colombo do mundo industrial. Este pensador, de personalidade exótica e idéias estrambóticas, ainda assim, foi um personagem extremamente influente em sua época.

Nascido em 1772, na cidade de Besançon, trabalhou como balconista, a partir dos dezessete anos de idade, e depois como caixeiro-viajante, a serviço de uma casa comercial (algo que odiava). Durante este tempo, desenvolveu uma imaginação bizarra. Mais tarde, tornou-se especulador, com o dinheiro que ganhou da herança do pai.

Fourier foi sempre solteiro, obsessivo, megalomaníaco, contraditório e paranóico. Resmungava com todos, raramente sorria, detestava cachorros e crianças, mas, por outro lado, adorava os bordéis! Sempre detestará e criticará



os bancos, os banqueiros e os comerciantes, todos "parasitas sociais" que nada produziam e que só cobiçavam a riqueza dos outros.

Fourier vangloriava-se de ter lido pouco em sua vida e achava que isso seria uma vantagem, já que não teria perdido seu tempo com o que outros diziam, mas sim, se dedicado às suas *próprias* idéias. O autor de *Théorie des quatre mouvements et des destinées générales* (1808), do *Traité de l'association domestique agricole* (1822), de *Le nouveau monde industriel et sociétaire* (1829), assim como também de *La fausse industrie, morcelée, mensongère et l'antidote, l'industrie naturelle, combinée, attrayante, véridique, donnant quadruple production* e do *Nouveau monde amoureux,* certa vez afirmou: "Caminhei sozinho para o objetivo, sem ter meios, sem caminhos preparados. Eu, sozinho, teria convencido vinte séculos de imbecilidade política, e é em mim apenas que as gerações presentes e futuras terão a iniciativa de sua imensa felicidade. Antes de mim, a humanidade perdeu vários milhares de anos lutando loucamente contra a natureza". Apesar de todo seu exotismo, foi muito admirado por Marx e Engels, que se inspiraram em vários traços de sua obra para escrever o *Manifesto Comunista.*

A concepção de história para Fourier era a de uma evolução ou sucessão "natural" de períodos "ascendentes" e "descendentes", começando com o Éden, e depois transitando para a Selvageria, o Patriarcado, a Barbárie e a Civilização. Desde o Éden (quando o homem vivia em harmonia), o mundo teria passado por épocas de decadência até chegar na "Civilização" (o "capitalismo"), um estado de total desordem. Tudo neste estágio (indústria, comércio, agricultura, matrimônios) seria uma grande farsa e ilusão. A Civilização, na prática, seria uma "criadora de miséria". Nela, um grupo pequeno, minoritário, de gente ociosa, aproveitando de seu direito de propriedade, oprimiria a maioria da população (os trabalhadores), forçada a realizar um trabalho monótono e ingrato.

A família monogâmica também foi criticada por ele. Esta seria "antinatural", constituída a partir do dogma repressivo das paixões, o resultado de um relacionamento monótono e destituído de amor entre homem e mulher. Ou seja, o casamento não seria nada mais do



que simplesmente uma prostituição hipócrita e legalizada, na qual o marido e a esposa se "venderiam" mutuamente.

O matrimônio (que levaria ao patriarcado) também colocaria a mulher numa posição inferior ao homem, fazendo deste um "déspota" do lar. Este feminista *avant la lettre* achava, com convicção, que "o sexo forte oprime... as mulheres e as crianças". O nível do progresso de uma sociedade, portanto, estaria diretamente ligado ao grau de emancipação feminina.

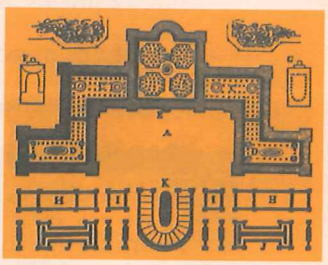
O casamento e as relações monogâmicas também teriam outro problema: seriam os responsáveis pelo egoísmo e pelo individualismo, na medida em que fariam o casal voltar-se para si mesmo. Os indivíduos, assim, deveriam deixar correr soltas as suas paixões e seus instintos.

Fourier também defenderá a abolição do sistema salarial. Em seu lugar, entraria um sistema econômico que se basearia na livre associação e no "jogo das paixões"...

O capital e a propriedade privada continuaram existindo dentro de sua concepção. Este seria um mundo de "sócios", remunerados pelo seu trabalho. Uma parte de seu pagamento seria descontada para um fundo de previdência social. Os benefícios deste seguro seriam divididos de forma *desigual* entre "trabalho", "capital" e "talento". Cada um destes, seria remunerado de forma distinta.

Num ambiente em que a coerção estaria proibida, todos poderiam se associar com quem bem entendessem, para que ali reinasse a harmonia. A preguiça acabaria, e as pessoas trabalhariam sem o menor aborrecimento. Isso porque supostamente este novo ambiente estaria de acordo com a "natureza" humana, fazendo com que o homem pudesse se dedicar ao que lhe desse prazer, sem nenhum interesse pelo lucro.

Este mundo idealizado por Fourier, de qualquer forma, não surgiria a partir de uma via violenta ou "revolucionária". O centro deste lugar imaginário seria a "falange", que agruparia 1.620 indivíduos, divididos em "séries passionais". Um enorme palácio, o "falanstério" (a casa senhorial da falange), teria jardins, pátios, galerias, salas, oficinas, hospedarias, teatro, igreja e apartamentos, com *vinte* preços distintos, desde os mais baratos (para os camponeses), até os mais caros, com três quatros (para os ricos). Em outras palavras, aí não havia a menor



preocupação com a igualdade. A economia idealizada por ele seria *basicamente* agrícola, considerando o verdadeiro horror que tinha pelas máquinas e pelas fábricas. As manufaturas que existissem seriam espalhadas pelos campos e falanges de todo o planeta.

Neste "novo mundo", a gastronomia ganharia maior importância, assim como o teatro. Novas relações amorosas surgiriam, com orgias e maior liberdade sexual. A família tradicional, conseqüentemente, se extinguiria, a poligamia estaria presente e o verdadeiro amor, sem amarras, poderia se desenvolver plenamente.

A combinação da ação de Deus com a dos homens seria responsável pela modificação da natureza. Por isso, de acordo com as "profecias" de Fourier, os mares passariam a ter "gosto de limonada" e a fauna marinha se metamorfosearia em "servidores anfíbios", animais fantásticos, como os "antitubarões" (que ajudariam os pescadores em alto mar), as "antibaleias" (que puxariam os barcos) e os "antileões" (em lugar dos cavalos). Cada homem teria um ciclo de vida de pelo menos 144 anos e chegaria, depois de muitas gerações, a dois metros de altura, em média. Um novo braço, o "arquibraço", apareceria em seu corpo. Até o clima equatorial mudaria e se tornaria mais ameno...

Ambicioso, Fourier acreditava que poderia realizar a rápida transição da "civilização" para a "harmonia". Achava que poderia construir um falanstério em dois anos (como experiência), e em seis anos, seria possível acabar com o capitalismo no mundo. Depois, modificou suas idéias e elaborou um plano com várias etapas (cada uma delas com duração de décadas) para implementar seu projeto. Por isso, depois da "civilização", ainda haveria a fase do "garantismo", em seguida do "sociantismo" e finalmente o "salto para a harmonia". Escreveu sobre estas etapas e deu detalhes sobre uma "fazenda fiscal", um "balcão comunal" e um banco rural acionário. Fez de tudo para conseguir dinheiro de investidores para começar sua experiência, mas nunca conseguiu convencê-los a emprestar um tostão sequer para seus projetos.

Se Saint-Simon e Fourier discutiram as bases de uma nova sociedade a partir de tipos psicológicos *natos* (concebendo acordos sociais que possibilitariam a interação destes distintos indivíduos e classes), Owen, por sua vez, defenderá a idéia de que o caráter do homem será formado pelas circunstâncias externas.



Robert Owen

- Fábrica têxtil de New Lanark
- O homem poderia ser moldado por influências externas
- O ambiente poderia moldar o caráter das pessoas
- Suas concepções tinham caráter humanitário e também econômico
- Aldeia experimental de New Harmony
- Criação do *National Equitable Labour Exchange*
- Criação da *Grand National Consolidated Trades Union*
- Fundação da Associação Unificada, Britânica e Estrangeira, do Trabalho, da Humanidade e da Ciência
- Mudou para Associação de Todas as Classes de Todas as Nações
- Novamente mudou de nome para Sociedade para a Comunidade Universal dos Adeptos da Religião Racional
- Tentou constituir novas comunidades cooperativizadas, que não deram certo
- Suas idéias foram se tornando mais messiânicas e religiosas



Robert Owen nasceu em 1771, filho de um pequeno negociante e agente postal do País de Gales. Aos dez anos de idade, foi para Londres e, em seguida, para Stamford, tornando-se aprendiz de uma fabricante de tecidos. Algum tempo depois, trabalhará como caixeiro na capital inglesa. Muito inteligente e observador, aos dezenove anos será nomeado diretor de produção de uma fábrica têxtil em Manchester.

Vários anos depois, sua ascensão seria impressionante. Iria comprar quatro fiações de algodão de New Lanark, perto de Glasgow. Nesta fábrica, que contava com 1.800 trabalhadores (em torno de 500 crianças), ele tentaria pôr em prática suas idéias "socializantes".

Para Owen, o homem poderia ser moldado a partir das influências exteriores. Por isso, dever-se-ia criar um ambiente capaz de construir e melhorar o caráter e a sociabilidade humana. Ele acreditava, portanto, numa "revolução pela razão".





Este patrão "esclarecido", racionalista otimista e intrinsecamente um pedagogo social, teve enorme sucesso em sua experiência em New Lanark. Em sua fábrica, progressivamente, convenceu seus sócios capitalistas a apoiar sua empreitada e racionalizou a produção das fiações, aumentou a produtividade e os salários, reduziu a jornada de trabalho e aumentou o número de alojamentos dos trabalhadores. Foi também implacável contra o absenteísmo, o alcoolismo, o roubo e outros vícios.

Conseguiu mostrar aos acionistas que suas concepções não tinham apenas caráter humanitário, mas também levavam a uma maior eficiência e lucro comercial. Ou seja, sua lógica era que isso tudo também fazia sentido em termos econômicos.

Na empresa-modelo de New Lanark, os operários não seriam coagidos a laborar. Em vez disso, havia um sistema de quatro cores que indicava a qualidade do serviço realizado. Em frente ao posto de trabalho, eram colocados pedaços de madeira, que indicavam, dependendo da cor, o comportamento e nível de qualidade do trabalho dos operários. Constrangidos ou elogiados em público, mudariam sua atitude e postura na fábrica.

Owen também proibiu que crianças muito pequenas trabalhassem nas fiações, fazendo com que estas freqüentassem escolas construídas e projetadas por ele, instituições que utilizavam um método de ensino moderno e inovador, bem diferente daqueles de sua época. Nestes colégios, o caráter das crianças era modelado através de jogos, observações práticas, dança, canto e esportes.

Depois desta empreitada, Owen acreditou que poderia estender suas realizações para todo o país. Propôs uma reorganização social a partir do cooperativismo: aldeias de 800 a 1.000 pessoas seriam criadas, onde viveriam os desocupados da Inglaterra, que teriam empregos garantidos na lavoura ou na indústria. Ou seja, as comunidades cooperativas deveriam combinar o trabalho agrícola com "apêndices" industriais. Esta "vila-modelo" contaria com um grande edifício quadrado com cozinhas comunitárias, refeitórios, escolas,





igreja, bibliotecas, depósitos, oficinas, enfermarias etc. À sua volta, até 700 hectares de terra seriam cultivados por todos, num regime de trabalho obrigatório, e o salário, seria extinto. O resultado da produção seria inicialmente usado para pagar os "financiadores" do projeto (possivelmente os investidores e patrões capitalistas), e só então distribuído entre a população. Como se pode imaginar, nem o governo nem o povo inglês aprovaram este projeto.

Ele ainda quis pôr em prática uma adaptação de sua idéia original, desta vez tentando construir essa nova sociedade a partir de comunidades livres e autônomas, sem o auxílio estatal. Em sua visão, até as roupas dos habitantes seriam iguais, padronizadas, enquanto os tribunais, as prisões e as punições, desapareceriam.

Nos Estados Unidos, conseguiu convencer alguns grupos a tentar implementar seu plano, inaugurando, em 1º de maio de 1825, a aldeia experimental de New Harmony, em Indiana. O lema de Owen seria "a cada qual segundo seus serviços".

Ainda que tivesse relativo sucesso no início, em última instância fracassou. A extrema heterogeneidade da população se mostrou problemática neste caso. Todos eram ali admitidos, inclusive vagabundos e bandidos, estes sem a menor intenção de construir um embrião do "socialismo". Depois de algum tempo, em vez de moldar os homens favoravelmente, New Harmony se degenerou num lugar onde cada qual vivia como queria, sem nenhuma ordem, com longos discursos e discussões entre intelectuais contra o trabalho manual, com a volta do individualismo, com o retorno da propriedade privada, com a criação de bares, com o alcoolismo, com a ambição pelo dinheiro e com o abandono da produção à decisão arbitrária de alguns poucos membros. As experiências similares, realizadas por seus discípulos em outras partes daquele país, também acabaram fracassando.

De volta à Inglaterra, em 1829, Owen começaria a trabalhar com sociedades cooperativas, ainda que sem a mesma convicção anterior. Ainda chegaria a constituir, em 1832, a *National Equitable Labour Exchange,* uma bolsa de trocas sem dinheiro. Nela, os

produtos seriam avaliados de acordo com o número médio de horas gastas para serem fabricados e seriam trocados por "bônus" de trabalho. Esta tentativa não teve êxito, e dois anos mais tarde, deixava de existir...

Durante e depois disso, Owen tentou se vincular às *trade unions* que cresciam na Inglaterra. Ele via o sindicalismo não apenas como uma forma de unir os trabalhadores em suas categorias na luta por seus direitos trabalhistas e ganhos específicos, mas como o germe de uma futura sociedade socialista. Assim iria surgir a *Grand National Consolidated Trades Union,* com 500.000 membros. Este sindicato deveria primeiramente converter seus filiados ao socialismo, e numa etapa pòsterior, tornar-se uma Câmara de Profissões, que, no futuro, ocuparia o lugar da Câmara dos Comuns. Tudo isso de forma pacífica.

Sempre contra a revolução, a luta de classes e as formas violentas de luta, Owen acreditava veementemente que tudo se modificaria pela razão e pela ciência.

Após brigas com alguns colaboradores, Owen iria abandonar esta empreitada e fundar a *Associação Unificada, Britânica e Estrangeira, do Trabalho, da Humanidade e da Ciência,* uma organização filantrópica, sem poder político real. Esta foi substituída, em 1835, pela *Associação de Todas as Classes de Todas as Nações,* que, em 1839, novamente mudaria de nome, desta vez para *Sociedade para a Comunidade Universal dos Adeptos da Religião Racional,* uma "seita" utopista.

Com o seu *Livro do novo mundo moral,* de 1836, Owen leva ao máximo seus ideais utópicos. Para ele, até os vinte anos de idade, cada indivíduo teria de ganhar conhecimentos práticos e realizar trabalhos manuais; em seguida, dos 25 aos 30 anos, sua função seria de "conservar" e "distribuir" as riquezas; depois, dos 30 aos 40, teria condições de chegar à direção dos negócios internos da comunidade; e então, com mais de 40 anos, teria condições de cuidar dos assuntos externos, ou seja, todas as questões ligadas às relações com outras aldeias cooperativizadas. Em 1839, uma nova comunidade, esta em Queenwood, Hampshire, foi fundada, mas em poucos anos, também teve de ser fechada.



No final da vida, Owen iria divulgar mensagens quase messiânicas e religiosas. Diria que no futuro haveria uma única família dos homens, todos falando a mesma língua (o inglês) e todos impregnados do espírito da caridade e do amor recíproco. Em "Nova Jerusalém", a pobreza e o crime não existiriam, e todos viveriam num ambiente idílico, com jardins, bosques e campos férteis: seria um novo Paraíso terrestre. De acordo com ele, a primeira "vinda" teria sido a de Jesus Cristo; e a segunda, seria a da ciência, que acabaria com a maldade e abriria o caminho para o triunfo das "virtudes cristãs". Owen costumava dizer que era o "pai" dos religiosos racionais. E realmente achava que tinha mostrado ao mundo as "verdades" fundamentais.

Características do "socialismo utópico"

- Ambicionavam construir uma nova ciência da natureza humana
- A esfera moral e ideológica era a base determinante de todos os aspectos do comportamento humano
- Tentariam resolver o problema da harmonia social
- Os obstáculos mais importantes para a realização destas "leis" de harmonia eram as bases morais, religiosas e políticas, e não as práticas de classe e do Estado
- Não haveria distinção entre ciências físicas e sociais
- Eram contra a via revolucionária e violenta para a mudança social
- Acreditavam na colaboração de classes

É possível indicar, resumidamente, as principais características em comum das principais vertentes do "socialismo utópico". Todas estas "teorias" ambicionavam construir uma "nova ciência" da natureza humana. Para elas, a esfera moral e ideológica era a base *determinante* de todos os aspectos do comportamento humano. Também desejavam tornar esta esfera o objeto de uma ciência exata que resolveria o problema da "harmonia" social. Consideravam como obstáculos mais importantes para a realização destas "leis" de harmonia as bases morais, religiosas e políticas, em vez das práticas de classe e do Estado. E finalmente, não haveria, para eles, distinção entre as ciências

físicas e as ciências sociais. Também eram contra a via revolucionária e violenta para a realização da mudança social. E acreditavam na colaboração de classes.

É bom lembrar, depois de tudo isso que já foi colocado, que muitas das idéias de Marx e Engels não eram, necessariamente, novas ou originais, mas adaptações de elaborações que já eram discutidas muito tempo antes. A organização dos trabalhadores, por exemplo, já havia sido discutida e implementada por Robert Owen; a mais-valia foi analisada por Sismondi, no seu *Nouveaux Principes d'Economie* e por W. Thompson, em sua obra *Social Science Inquiry,* de 1824; e várias idéias do *Manifesto* podem ser encontradas em Proudhon, em Fourier e no *Manifesto da democracia,* do fourierista e reformador pacífico Victor Considerant, publicado em 1843. Labriola teria chegado a afirmar que "o *Manifesto Comunista* era apenas uma tradução do Manifesto de Victor Considerant, ao qual Marx e Engels não acrescentaram *nem uma sílaba,* sequer, daquilo que eles diziam que eram descobertas suas".



Mas continuemos. A "interpretação materialista da História", também chamada por alguns de "aclaração econômica da História", havia sido exposta por Blanqui, Gustave Thierry, Godkins, Buckle, Thorold e Rogers; a luta de classes foi discutida por gente como Godwin, Louis Blanc, Buret e Blanqui; e a idéia de concentração capitalista, propalada por Buret e pelo já citado Considerant.

O historiador Charles Seignobos diria que:

> (...) já antes de 1848 se falou da exploração do homem pelo homem, do direito ao trabalho, da *mais-valia,* da anarquia, da socialdemocracia, da luta de classes, da associação internacional dos trabalhadores, da libertação do proletariado, da organização do trabalho, da associação dos produtores. Também, antes dessa época, já se tinham apresentado projetos de lei protegendo o trabalho e sobre a socialização da propriedade; sobre o imposto progressivo das rendas e sobre a greve geral, sobre as 8 horas e sobre os congressos operários.

Tudo isso é verdade. Afinal, o próprio Marx comentaria que:



obras como as de Leroux, Considerant e especialmente o livro perspicaz de Proudhon não podem ser criticadas com algumas observações superficiais e é preciso estudá-las detidamente antes de as criticar.

Principais idéias sobre o socialismo e o comunismo

- Revolução socialista seria internacional, possivelmente violenta e realizada pelo proletariado
- Abolição da propriedade privada
- Introdução de uma Constituição democrática
- Abolição da divisão social do trabalho
- Acabariam os antagonismos entre cidade e campo
- Acabaria a dependência das mulheres de seus maridos e das crianças de seus pais
- Fronteiras nacionais seriam eliminadas
- Religião seria algo desnecessário
- Quando o Estado capitalista fosse destruído, comunas livres e associadas assumiriam o poder, através de administração coletiva
- Os cargos de direção não teriam caráter político
- Teriam caráter técnico-executivo
- O Estado gradualmente iria desaparecer
- Socialismo seria fase inferior do comunismo
- O comunismo seria fase superior
- O mercado seria suprimido a longo prazo
- Eliminação do trabalho assalariado
- Socialização e ampliação dos meios de produção
- Os recursos naturais seriam aproveitados de forma mais racional
- O lucro seria abolido
- Um mundo de abundância, base fundamental para a construção de uma sociedade com mais justiça e igualdade
- Extinção das classes sociais

- Acabariam as distinções entre trabalho manual e intelectual, entre campo e cidade, entre mulheres e homens, e entre os povos
- Revolução socialista ocorreria nos países de capitalismo avançado
- Teria de ser uma revolução internacional
- A ditadura do proletariado significaria o governo da maioria e não uma supressão da democracia
- O próprio Marx defendia as liberdades políticas

Marx e Engels diziam sobre seus antecessores, que estes tinham "idéias de gênio" que, escondidas em narrativas "fantásticas", surgiam por toda parte. Para eles, o problema dos utopistas é que teriam exposto um protesto "moral" sem ter conseguido fundamentá-lo numa ciência social. Estes "teóricos" não perceberiam o movimento dialético da história e colocariam sua ênfase numa visão estática, ahistórica e fantasiosa. Mesmo assim, certamente pode-se perceber um fio condutor nítido que vai dos "socialistas utópicos" aos "socialistas científicos".

No momento em que Marx e Engels decidem sugerir uma possível imagem do socialismo ou do comunismo, claramente serão inspirados pelos utopistas.

Os fundadores do "socialismo científico" conheciam a fundo o cânone socialista e as obras econômicas de seus antecessores, e não é estranho que tivessem absorvido muito delas, como também as criticado. Vários autores, portanto, já haviam tocado em questões posteriormente abordadas por Marx e Engels em seus escritos. Mas poucos chegaram tão longe quanto eles. A análise do sistema capitalista e a crítica da economia política certamente atingiriam seu nível de maior sofisticação com estes dois intelectuais. Alguns herdeiros dos fundadores do "socialismo científico", como Karl Kautsky, mais tarde, iriam lutar por demonstrar a justeza e a originalidade de sua obra.

Para Cesare Pianciola, "o caráter científico da nova teoria socialista de Marx e Engels consiste, segundo os seus autores:



a) no fato de que o socialismo, de programa racionalístico de reconstrução da sociedade que se dirige indistintamente à sua parte intelectualmente esclarecida, se transforma em programa de auto-emancipação do proletariado, como sujeito histórico da tendência objetiva para a solução comunista das contradições econômico-sociais do capitalismo (em particular da contradição entre propriedade privada e crescente socialização dos meios e processos produtivos): neste sentido o socialismo pretende ser "ciência" da revolução proletária; b) no fato de que o socialismo não se apresenta mais como um "ideal", mas como uma necessidade histórica derivante do inevitável declínio do modo capitalista de produção, que se anuncia objetivamente nas crises cada vez mais agudas que ele enfrenta; c) no fato de que o socialismo usa agora um "método científico" de análise da sociedade e da história, que tem seus pontos fortes no "materialismo histórico", com a teoria da sucessão histórica dos modos de produção, e na "crítica da economia política", com a teoria da mais-valia como forma específica de exploração na situação do capitalismo industrial".

Quais seriam as principais idéias elaboradas por Marx e Engels sobre o socialismo e o "comunismo"? Quais seriam suas principais características?

Para eles (e principalmente, para Engels), a revolução socialista teria de, necessariamente, ser *internacional,* possivelmente violenta, e realizada pelo proletariado. Isto resultaria na abolição da propriedade privada e na introdução de uma Constituição "democrática". Escrito no estilo "perguntas e respostas", o texto do *Princípios* dizia que um grande aumento na produtividade significaria mais produtos e prosperidade para todos, o que, conseqüentemente, resultaria na abolição da divisão social do trabalho; não haveria mais antagonismos entre cidade e campo; acabaria a dependência das mulheres de seus maridos e das crianças de seus pais; as fronteiras nacionais seriam eliminadas; e a religião se tornaria algo obsoleto e desnecessário.

Marx, ao escrever o *Manifesto* (ainda que utilizando boa parte das idéias do texto de Engels), foi mais sofisticado, tanto no estilo como em seus argumentos. De forma geral, é possível encontrar sugestões e indicações de como funcionaria a sociedade socialista e comunista em vários textos de Karl. Desde seus *Manuscritos econômico-filosóficos* à *Crítica ao programa de Gotha,* encontramos elementos para compor a imagem deste novo mundo a ser construído.

Assim, quando o Estado capitalista (uma "máquina de opressão" da burguesia sobre o proletariado) fosse destruído (o que não necessariamente seria algo "imediato" e rápido), "comunas" livres e associadas assumiriam o poder, através de uma administração coletiva. Neste caso, os cargos de direção *não possuiriam caráter político,* mas sim, apenas "técnico-executivo". Os mandatos, portanto, poderiam ser revogados a qualquer momento.

Isto muitas vezes foi visto como um tema polêmico. Aqui, há de se inferir que ocorreria, portanto, em caráter *progressivo,* o desaparecimento do Estado. É claro que isso não se daria de um dia para o outro. Mas é inegável que, de acordo com ele, o Estado, ainda importante no período socialista, *gradualmente* iria desaparecer. Com o fim do Estado, os trabalhadores, organizados em comunas, assumiriam, eles próprios, e definitivamente, o poder.

Para Marx, o socialismo seria uma *fase inferior do comunismo,* um estágio necessário para se atingir o que se realmente almejava (ou seja, o comunismo, a fase *superior*), mas que ainda teria resquícios da organização jurídica do período capitalista. Esta primeira "fase" não seria considerada, certamente, uma formação social "autônoma" nem teria "leis" de desenvolvimento próprias. Afinal, este seria um momento intermediário, preparatório, onde elementos do capitalismo e do socialismo conviveriam, em transição. A propriedade privada seria abolida, com a subseqüente socialização dos meios de produção e de distribuição. A conseqüência disso é que, em última instância, o "mercado" seria suprimido (a longo prazo).

Com a eliminação do trabalho assalariado, a força de trabalho não teria mais caráter de mercadoria: seria, supostamente, o fim da exploração do homem pelo homem. A produção passaria a ser coordenada, planificada e incrementada (socialização e ampliação dos meios de produção), os recursos naturais seriam aproveitados de forma mais racional e o lucro, abolido. Isso tudo combinado possibilitaria um mundo de abundância, base fundamental para a construção de uma sociedade com mais justiça e igualdade.



Seria fundamental, neste caso, a *superação* da divisão social do trabalho. Em outras palavras, com a extinção das classes sociais, seriam eliminadas as distinções entre trabalho manual e intelectual, entre as diferenças de campo e cidade, entre mulheres e homens, e também entre os povos.

A revolução socialista ocorreria nos países de capitalismo avançado, onde a classe operária seria mais desenvolvida e organizada. Mas teria de ser, também, uma revolução internacional. Por isso, após o triunfo dos operários nos países mais desenvolvidos, estes "incorporariam" os povos mais atrasados, unificando o mercado mundial e, conseqüentemente, todas as nações do planeta.



Neste contexto, a "ditadura do proletariado" significaria o governo da maioria dos trabalhadores (onde a burguesia seria a minoria) e não uma supressão da democracia. Afinal, o próprio Marx sempre foi um ardoroso defensor das liberdades políticas, do voto universal e de outras conquistas aparentemente reformistas e, em teoria, pouco radicais para alguns.

O fato é que as idéias de Marx e Engels exerceram enorme influência em diversos pensadores políticos de diferentes países durante todo o século XX, muitos dos quais "revisaram" ou adaptaram suas teorias para suas realidades nacionais e para seus contextos históricos. Dentre as muitas tendências marxistas, a mais importante foi, sem dúvida nenhuma, o leninismo, não só dentro da Rússia como em todo o resto do planeta.

Leninismo

- Para Marx e Engels, revolução socialista ocorreria em países de capitalismo avançado
- Países industrializados, desenvolvidos
- Com uma classe trabalhadora com elevado grau de consciência e organização
- Revolução socialista ocorreria simultaneamente em vários países "civilizados", como Inglaterra, Estados Unidos, França e Alemanha

- Lênin apostou as fichas na Rússia
- Sociedades em grande medida agrárias e tecnicamente atrasadas
- Defendia a luta do proletariado
- Mas defendia também a participação do campesinato como agente revolucionário
- Revolução poderia ocorrer em um só país
- Depois se espalharia pelo mundo
- A guerra, nesse sentido, seria justificada
- Uma revolução socialista seria parte constitutiva da revolução mundial

Mas se Marx e Engels defendiam a idéia de que a revolução socialista ocorreria em países de capitalismo avançado, altamente industrializados e desenvolvidos, onde a classe operária tivesse um elevado grau de consciência e organização, Lênin apostou suas fichas na Rússia e em sociedades em grande medida agrárias, ou pelo menos, agrárioindustriais, colonais ou semicoloniais, tecnicamente atrasadas, com alta participação do campesinato. Ou seja, o campesinato se transformava em importante "agente" revolucionário.

Engels dizia em seu *Princípios do comunismo* que "a revolução comunista... será uma revolução que se realizará *simultaneamente* (grifo nosso) em todos os países civilizados, isto é, pelo menos na Inglaterra, na América, na França e na Alemanha". Mas Lênin veria esta questão de forma diferente. Afirmava ele, em 1915, que "a desigualdade do desenvolvimento econômico e político é uma lei absoluta do capitalismo. Daí decorre que é possível a vitória do socialismo primeiramente *em poucos países ou mesmo num só país* (grifo nosso) capitalista tomado por separado. O proletariado vitorioso deste país, depois de expropriar os capitalistas e de organizar a produção socialista no seu país, erguer-se-ia *contra* o resto do mundo capitalista, atraindo para o seu lado as classes oprimidas dos outros países". Para ele, o desenvolvimento do capitalismo ocorreria de forma desigual nos diferentes países, e o socialismo apenas venceria *inicialmente* em poucos locais do mundo. Depois da vitória revolucionária em qualquer país, como forma de defesa do socialismo, a guerra seria considerada algo legítimo e justo.



Situação revolucionária

- Elementos objetivos
  - Crise política da classe dominante
  - Agudização da miséria da classe oprimida
  - Aumento significativo das atividades das massas
  - Para se tornar revolução, precisaria também de um elemento subjetivo
- Elemento subjetivo
  - Capacidade e disposição dos revolucionários para ações de massa para a tomada do poder

Mas uma revolução não poderia ser "feita". Afinal, ela "nasce" de "situações revolucionárias", ou seja, de crises objetivamente maduras. Esta "situação" se caracterizaria por uma crise política da classe dominante, que não conseguiria manter seu domínio sem alterar a forma deste; a agudização da miséria da classe oprimida; e o aumento significativo das atividades das massas. Seria o conjunto de mudanças objetivas que caracterizaria a "situação revolucionária". Mas para que esta "situação revolucionária" se transformasse em "revolução", seria necessário também não só os fatores objetivos já mencionados, mas também um fator subjetivo: a capacidade e a disposição dos "revolucionários" para ações de massa que pudessem destruir o velho regime e se instaurar no poder. Uma revolução socialista, em qualquer país (como a russa, por exemplo), seria parte constitutiva da revolução mundial.

Depois da Revolução de Outubro, partidos comunistas ("seções" da Terceira Internacional) foram criados, seguindo os "ensinamentos" de V. I. Lênin quase que como um catecismo, um dogma. Mesmo as diferentes cisões no mundo socialista não abalaram a força do leninismo. Desde trotskistas e mariateguistas até maoístas e castristas se diziam herdeiros políticos e espirituais diretos do principal líder da revolução russa.





É bom lembrar que todos os partidos maoístas (entre os quais aqueles da América Latina) se denominavam "Partido Comunista Marxista-Leninista", uma mostra clara do vínculo que tinham com as idéias do autor de *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*.

Se os defensores de Lênin o retratavam como um disciplinado, abnegado, criativo e original sucessor de Marx e Engels, com contribuições importantes na aplicação de sua doutrina "científica" para a realidade do período do capitalismo monopolista, da Primeira Guerra Mundial, da revolução socialista, da ditadura do proletariado e da construção da União Soviética, para seus críticos e rivais, ele não seria sequer um marxista. Muitos o tachavam de blanquista, bakuninista, jacobino, discípulo de Tkachev e Nechaev, entre outras definições, de modo geral, improcedentes. O próprio Lênin se considerava um marxista "ortodoxo", lendo e relendo constantemente as obras dos fundadores do "socialismo científico". Ainda que citasse muito mais a Engels que a Marx, via as idéias dos dois como algo único, indivisível, sem diferenças de conceitos entre um e outro, ainda que intelectuais como Karl Korsh, George Lichtheim e Sidney Hook, por exemplo, interpretassem seus vínculos ideológicos de maneira distinta.

Lênin tinha em Marx seu grande guia intelectual e não admitia nunca qualquer crítica a ele. Certamente achava, como chegou a dizer certa vez, que, depois de meio século, *nem um único* marxista havia entendido a Marx. Com apenas uma exceção, é claro: o próprio Lênin.

Para elaborar seu arcabouço teórico, contudo, Lênin bebeu de diversas fontes e reagiu diretamente ao contexto em que vivia. Só dentro desse processo, com suas diferentes leituras, com seu *background* russo, com seus debates e distintos interlocutores, e com as necessidades que o mundo concreto lhe impunha, é que podemos compreender seus anseios e os caminhos políticos que escolheu. Um estudo aprofundado e pormenorizado do leninismo e de seu legado exigiria, certamente, um ensaio bastante longo, que não só apresentasse o pano de fundo histórico, político e cultural da Rússia no século XIX e começo do XX, como também a formação intelectual e desenvolvimento do pensamento de Vladimir Ilyich Ulianov em relação direta ao momento histórico em que



vivia, o que não é o caso aqui. O caráter de nosso texto não permite ir além do que é o mais absolutamente essencial sobre o tema, ou seja, os traços distintivos desta que foi a mais importante corrente político-teórica do marxismo em todo o século XX.

Nesse sentido, podemos indicar, de forma muito breve, alguns dos componentes mais importantes do leninismo. Lênin usava como método de análise o materialismo histórico e dialético; a economia política para o estudo das relações de classe (com a análise implícita dos meios de produção e do desenvolvimento das forças produtivas); e os princípios do "socialismo científico" para antever o processo de construção e a estruturação da sociedade socialista.

Questão do partido

- Partido é composto de marxistas com profunda consciência de classe
- Organizado a partir do princípio do "centralismo democrático"
- Era contra o espontaneísmo
- Partido é elemento catalisador da revolução
- Leva a teoria e a organização política revolucionária às massas proletárias
- Socialismo não pode ser alcançado de forma gradual ou evolucionista
- A tomada do poder é resultado da luta revolucionária controlada pelo partido
- Ditadura do proletariado
- O partido leninista não é partido de massas
- É um partido restrito, com militantes revolucionários "profissionais", disciplinados e dedicados à causa da revolução socialista
- A direção do partido é decisiva para o triunfo da revolução
- Análise de capitalismo monopolista
- Teoria o imperialismo
- Questão nacional
- Questão agrária
- Defesa dos sovietes

Uma das dimensões do leninismo é sua abordagem prático-teórica para a tomada do poder pelo proletariado e a construção da sociedade socialista, o que legitimaria a ação revolucionária do Partido em nome da classe trabalhadora. Aqui o "partido" toma um lugar de relevo. Este é composto de marxistas com profunda consciência de classe e é organizado a partir do princípio de "centralismo democrático". Em vez de depender ou acreditar na possibilidade de vitória da classe trabalhadora atuando de forma "espontânea", o leninismo vê o partido como elemento catalisador, ao "levar" a teoria e a organização política revolucionária às massas proletárias. Para o leninismo, portanto, o socialismo não pode ser alcançado pela tomada gradual do Estado burguês, por infiltrações, "convencimentos" ou meios "evolucionistas".

Para os leninistas, a tomada do poder *é o resultado de uma luta revolucionária, que inicialmente estabeleceria a ditadura do proletariado, controlada a partir da hegemonia do partido.* É bom lembrar que este não seria um partido de massas, aberto a todos que quisessem nele ingressar, mas um partido mais restrito, composto de militantes revolucionários "profissionais", extremamente disciplinados e completamente dedicados à causa da revolução socialista. Ou seja, a direção da revolução pelo *partido* seria uma condição *decisiva* para o triunfo do socialismo.

Lênin também discutia o capitalismo de sua época, ou seja, o período do capitalismo monopolista. Ele via o capitalismo como um fenômeno internacional e imperialista.

O imperialismo pode ser visto como conseqüência da expansão do capital que, ao encontrar entraves no mercado interno, irá tentar assegurar suas áreas de controle no exterior, com o objetivo de preservar sua existência e possibilitar a acumulação capitalista. Foi Rudolph Hilferding, com seu *Capital financeiro,* um dos primeiros a iniciar a discussão contemporânea do tema, e é a partir desta e de outras obras que Lênin mais tarde irá elaborar seu *Imperialismo, fase superior do capitalismo,* com algumas alterações.





Com o desenvolvimento do capital financeiro, ocorre a eliminação da concorrência e a modificação do relacionamento recíproco entre os capitais bancário e industrial e com o Estado, que no início tinha o objetivo, em alguns casos, de estabelecer medidas protecionistas e tarifárias, que criariam inicialmente condições de produzir um capitalismo concorrencial ágil – o que na prática não ocorria –, gerando de fato um capitalismo monopolista, responsável pela formação de cartéis, barreiras alfandegárias e intervencionismo estatal. Os bancos desempenham, neste sentido, um papel preponderante, já que irão unificar os capitais. O instrumento construído para proteger a economia monopolística, as barreiras protecionistas, continuarão a povoar os espaços econômicos em constante expansão. Quanto mais barreiras alfandegárias, mais dificuldades encontrarão as exportações de mercadorias, o que acabará levando à lógica da substituição deste modelo pela exportação de capitais. Com isso, inicia-se um processo de instalação de fábricas em outros países. Quando surge a atitude das nações exportadoras de capital de defender e apoiar estas políticas, aparece o imperialismo. Os Estados capitalistas, a partir daí, irão lutar entre si e contra as prerrogativas dos países atrasados para proteger os interesses financeiros de seus grupos econômicos. Por isso, a dupla dialética entre a luta econômica e a luta pelo poder político. O imperialismo seria, portanto, a "política" do capital financeiro, produzindo um espaço econômico maior, excluindo a concorrência internacional e protegendo os monopólios nacionais, a partir de uma série de movimentações de ordem econômica, como as barreiras protecionistas, a exportação e unificação dos capitais em nível nacional etc. Como a nação não seria o centro da questão, mas sim os "espaços econômicos" mais amplos, não haveria lugar para a luta puramente nacional – ou "nacionalista"–, de acordo com alguns, e sim para as lutas com perspectivas mais largas, já que os países estariam inseridos dentro de um quadro mais abrangente do capitalismo mundial. Por isso, seria necessária uma abordagem internacionalista. Como também apenas algumas modificações nos mecanismos econômicos não alterariam o balanço de força, seria mister a implantação do socialismo.



Bukharin, em seu *A economia mundial e o imperialismo,* publicado em 1915, ainda que em seu escopo geral seja similar ao painel teórico de Hilferding, afirmava que os monopólios não seriam fenômenos "anormais" ou

"artificiais", criados a partir do apoio estatal, e que o processo de estruturação dos monopólios dentro do capitalismo ocorreria como parte do processo histórico de organização da economia nacional e internacional, uma "seqüência lógica" do processo de concentração e centralização. Pela ótica de Bukharin, a nação, portanto, seria uma forma política conceitualmente superada.

O imperialismo também possui uma faceta militarista singular. Kautsky, em seu *O caminho do poder,* de 1909, já apontava o imperialismo como uma política de anexação, de conquista, por Estados que lutam pelos mesmos territórios, mesmo não sendo esta a política preferida do capitalismo. Kautsky irá definir o termo a partir da relação entre os países capitalistas avançados e os países "agrários", subdesenvolvidos, insistindo que os conflitos entre as classes dominantes das nações capitalistas centrais tenderiam a diminuir no período imperialista.

Kautsky acreditava na idéia de um "ultraimperialismo", algo que Lênin discordava veementemente. Para Kautsky, o capitalismo poderia eventualmente entrar numa nova fase, quando os monopólios deixariam de competir entre si. As potências industriais, então, unindo-se como empresas de mercado, formariam algo similar a um cartel. Afinal, se o imperialismo precisava exportar capitais para sobreviver, teria de promover a guerra de conquista, na prática uma *necessidade* econômica. Tudo isso para garantir o livre fluxo de suas mercadorias em nível mundial. Como os conflitos bélicos seriam demasiadamente custosos, os países hegemônicos formariam um truste de nações, algo como um único grande Estado mundial, que assimilaria o restante dos mercados.

Lênin talvez tenha escrito o livro mais conhecido sobre o assunto. Em *Imperialismo, fase superior do capitalismo,* ele indica algumas características do imperialismo, em boa medida elementos já apontados pelos outros estudiosos do tema, porém com alguns traços diferenciais. Ou seja, a obra de Lênin tem um componente político extremamente acentuado. Primeiro ataca o "ultraimperialismo" pacifista – e oportunista, de acordo com ele –, de Kautsky, afirmando categoricamente que não pode haver uma fase posterior ao imperialismo. Depois, critica a teoria do subconsumo de Rosa Luxemburgo, já que o imperialismo não estaria voltado apenas para a dominação de áreas subdesenvolvidas, mas também intrinsecamente vinculado às lutas



interimperialistas dos países de capitalismo avançado. E então afirma que a intensificação da exploração dos trabalhadores, assim como a agudização dos conflitos entre capital e trabalho conduziriam a um crescente descontentamento popular, tanto das massas operárias e camponesas como da pequena burguesia urbana, o que facilitaria as condições de aliança entre diversos grupos para lutar contra a "burguesia imperialista", e conseqüentemente, poderia iniciar um processo revolucionário. Por isso, para Lênin, a questão nacional acaba sendo importante, já que há uma "opressão nacional" por parte dos sujeitos externos, considerando que o imperialismo seria a única política que o capital financeiro poderia desenvolver. O imperialismo, portanto, impediria o livre desenvolvimento dos países marginais. As burguesias locais, assim, *poderiam* ser importantes elementos antiimperialistas por causa de suas contradições com as burguesias dos países centrais. Isso possibilitaria a criação de estruturas transitórias, intermediárias, de tipo revolucionário-democrático, em países em desenvolvimento, que a partir de um processo ininterrupto, se moveriam para o socialismo.

Depois da Revolução de Outubro

- Os sovietes perdem a força
- O partido e o Estado ganham força
- Defendeu a NEP por algum tempo
- Estava insatisfeito com o novo aparelho de Estado soviético
- Burocracia e incompetência
- Aparelho de Estado e povo afastados
- Inchaço do aparato estatal
- Propunha que partido e Estado fundissem melhores quadros técnicos e políticos
- O leninismo tornou-se a ideologia oficial da União Soviética
- Teve enorme influência em todo o mundo

Ao longo de sua atuação política, podemos ver as diferentes facetas de Lênin como teórico e líder revolucionário. Na revolução de 1905, ele acreditava que medidas econômicas contra os latifundiários "feudais" eram mais importantes que projetos constitucio-

nais sobre o tema. Assim, ele enfatizava a importância da nacionalização da terra como a principal medida para separar a burguesia dos proprietários de terra, promover o rápido desenvolvimento do capitalismo no campo e aproximar os camponeses dos proletários urbanos. Em 1917, Lênin diria que o truste de Estado capitalista burocrático-militarista deveria ser trocado por órgãos administrativos da "democracia popular", tais como os sovietes. Naquele ano, os bolcheviques tiveram êxito em controlar a maior parte destes. Mas depois da Revolução de Outubro, as questões práticas iriam levar Lênin a mudar os rumos do socialismo na Rússia de acordo com as necessidades do momento. Suas preocupações eram garantir a melhor mobilização e utilização dos recursos do regime, exigir disciplina e manter a autoridade central do partido. Aí os sovietes gradualmente perdem a força, e o partido e o Estado centralizado ganham mais poder. O partido e o Estado como algo único, portanto, deveriam ser os verdadeiros representantes da classe trabalhadora. Por causa da situação econômica objetiva extremamente complicada, que beirava a fome e a miséria, ele chegou a defender um sistema de economia mista, com maior liberdade de comércio pelos camponeses, mas mantendo uma vigilância constante e uma linha dura contra facções e críticos do partido.

No final da vida, Lênin se mostrava insatisfeito com o novo aparelho de Estado que emulava, em grande medida, os abusos do Estado czarista, com administradores corruptos e incompetentes, e com a máquina de governo cada vez mais distante e descolada dos anseios da população. O aparato estatal também estava excessivamente inchado, o que ele era contra.

Uma redução de funcionários seria necessária. Ele propunha também que o partido e o Estado fundissem seus melhores quadros, em termos de ética e competência, numa só instituição "exemplar" que mantivesse da melhor maneira possível a luta pela construção de um socialismo que não se perdesse na burocracia.

O leninismo se tornou a ideologia oficial do Estado soviético, e foi extremamente associado a ele. Na prática, o leninismo e a



atuação do PCUS no período stalinista deveriam ser separados, e vistos como duas linhas políticas distintas, ainda que o partido tenha se inspirado nele e utilizado seu nome para justificar suas ações políticas. Em realidade, o leninismo, neste contexto, foi petrificado e manipulado, tornando-se uma "doutrina" que ajudou a moldar todo o projeto interno e externo da União Soviética, ao longo de várias décadas. É importante, contudo, entender o leninismo de maneira diferente, ou seja, como uma linha teórica e política marxista extremamente criativa e original. E que exerceu enorme influência em distintos movimentos de libertação nacional e nos partidos revolucionários durante o século XX em todo o mundo.

CRÉDITOS DAS IMAGENS

www.primeiralinha.org/MANIFESTO/manifestocom.htm
classiques.chez-alice.fr/start/mega00.html
www.encyclopedie-marxiste.com/marx_engels_lec...
www.urbi.ubi.pt/010710/edicao/_slivro.html
virtualbooks.terra.com.br/freebook/colecaorid...
www.bonnefoi-livres-anciens.com/morelly.htm
pt.wikipedia.org/wiki/Conde_de_Saint-Simon
br.geocities.com/hupomnemata/industrias1.jpg
www.etsu.edu/cas/history/resources/Private/Faculty/Fac_To1877ChapterDocFiles/ChapterImages/Ch11Fourier.jpg
www.nndb.com/people/510/000096222/
www.bbc.co.uk/.../strathclyde/gallery_1.shtml
www.plu.edu/~vanwyhga/UK.htm
www.senat.fr/evenement/archives/D25/rep2.html
www.marxists.org/portugues/kautsky/index.htm

Para Saber Mais Sobre o Tema

O objetivo deste suplemento é aprofundar o conhecimento dos conteúdos desenvolvidos em aula. Nele, você encontrará indicações e referências de materiais que possibilitam a discussão e oferecem elementos para a reflexão sobre os temas abordados. As obras e textos aqui listados são um complemento daqueles já citados no "Texto de Referência".

Livros

AARÃO Filho, D. *O manifesto 150 anos depois*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

BALINKY, Alexander. *La economía política de Marx.* Buenos Aires: Editorial Paidos, 1970.

BERLIN, Isaiah. *Karl Marx.* Londres: Oxford University Press, 1983.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, e PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). *Dicionário de política,* v. 2. Brasília e São Paulo: Editora UnB/Imprensa Oficial, 2000.

BOBBIO, Norberto. "Marx, o Estado e os clássicos". In: *Teoria Geral da Política*, Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOTTOMORE, Tom (Org.). *A Dictionary of Marxist Thought.* Cambridge: Harvard University Press, 1983.

BUBER, Martin. *O socialismo utópico*. São Paulo: Perspectiva, 1971

CHAFAREVICH. *El fenómeno socialista.* Madrid: Ensayos Aldaba/Emesa, 1978.



COGGIOLA, Osvaldo. *Engels, o segundo violino.* São Paulo: Xamã, 1995.

_____. *Marx e Engels na história.* São Paulo: FFLCH/USP/Humanitas/Xamã, 1996.

_____. *Movimento e pensamento operários antes de Marx.* São Paulo: Brasiliense, 1992.

DICKENS, Charles. *Tempos Difíceis*. São Paulo: Paulinas, 1968.

DOBB, Maurice. *Marx como economista.* México: Editorial Nuestro Tiempo, 1977.

ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico.* Rio de Janeiro: Edições Horizonte, 1945.

FERNBACH, David. *Marx: uma lectura política.* México: Serie Popular Era, 1979.

GALLO, Ivone Cecília DAvilla. *A aurora do socialismo: fourierismo e o falanstério do Saí (1839-1850)*. Campinas, Unicamp, 2002.

GALVÃO, Luís Alfredo. *Marx & Marx.* São Paulo: Editora Ática, 1977.

GORENDER, Jacob. *Marxismo sem utopia.* São Paulo: Editora Ática, 1999.

HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. *Mundos do trabalho.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JACKSON, J. Hampden. *Marx, Proudhon and European Socialism*. Londres: The English Universities Press, 1957.

KRANTZ, Frederick. *A outra História: Ideologia e protesto popular nos séculos XVII e XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

LÊNIN, V. I. *Tres fuentes y tres partes integrantes del marxismo.* Buenos Aires: Editorial Anteo, 1969.

LINS, Ivan. *Tomás Morus e a Utopia.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

LLOSA, Mário Vargas. *O Paraíso na Outra Esquina*. São Paulo: Arx, 2004.

MANDEL, Ernest. *La formación del pensamiento económico de Marx.* México: Siglo Veintiuno Editores, 1973.

MARX, Karl, e ENGELS, Friedrich. *The Communist Manifesto.* Londres: Penguin Books, 1985.

McLELLAN, David. *Engels.* Glasgow: Fontana, 1977.

MORE, Thomas. *Utopia*. Lisboa: Europa-América, 1995.

TCHERKESOF, Varlan. *O marxismo antes e depois de Marx.* São Paulo: Biblioteca Prometeu, de 1935.

TEIXEIRA, A. *Utópicos, heréticos e malditos*. São Paulo: Record, 2002.

UREÑA, Enrique. *Karl Marx economista.* São Paulo: Edições Loyola, de 1981.

ZOLA, Émile. *Germinal*. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

Artigos

BIANCHI, Álvaro. *A mundanização da filosofia: Marx e as origens da crítica da política*. In: Trans/Form/Ação, 2006, v. 29, n. 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732006000200005&lng=pt&nrm=iso>

CODATO, Adriano Nervo. *O 18 Brumário, política e pós-modernismo*. In: Lua Nova, abr. 2005, n. 64. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452005000100007&lng=pt&nrm=iso>

COUTINHO, Maurício Chalfin. *Incursões marxistas*. In: Estud. av., abr. 2001, v. 15, n. 41. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100005&lng=pt&nrm=iso>

GUADARRAMA GONZÁLEZ, Pablo. *Humanismo y socialismo en la óptica del pensamiento marxista en América Latina*. In: Estud. av. , 1997, v. 11, n. 3. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000200021&nrm=iso&lng=pt>

HADDAD, Fernando. *Teses sobre Karl Marx*. In: Estud. av., I dez. 1998, v. 12, n. 3. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000300016&lng=pt&nrm=iso>



MARX, Karl and ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. In: Estud. av., dez. 1998, v. 12, n. 34. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000300002&lng=pt&nrm=iso>

POGREBINSCHI, Thamy. *Jovem Marx, nova teoria política*. In: Dados, 2006, v. 49, n. 3. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582006000300004&lng=pt&nrm=iso>

RICUPERO, Rubens. *Marx, profeta da globalização*. In: Estud. av., dez. 1998, v. 12, n. 34. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000300007&lng=pt&nrm=iso>

SACHS, Ignacy. *A vitalidade do pensamento de Marx*. In: Estud. av., dez. 1998, v. 12, n. 34. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000300008&lng=pt&nrm=iso>

VAISMAN, Ester. *Marx e a Filosofia: elementos para a discussão ainda necessária*. Nova econ., ago. 2006, v. 16, n. 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512006000200005&lng=pt&nrm=iso>

Sítios na internet

- Enciclopédia Eletrônica Wikipedia – Verbete para Socialismo, disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismo>
- Sítio "Mundo do Socialismo", disponível em: <http://www.moreira.pro.br/pagcent.htm>
- Instituto Rosa Luxemburgo, disponível em: <http://www.insrolux.org/>
- Jornal Socialista "A Verdade", disponível em: <http://jornalaverdade.sites.uol.com.br/novo/index.htm>
- Sítio "Gramsci e o Brasil", disponível em: <http://www.acessa.com/gramsci/>
- Revista eletrônica "Crítica Marxista", disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/>

- Revista eletrônica "La Risposti", disponível em: <http://www.lariposte.com/>

Sítio "comunismo.com.br", disponível em: <http://www.comunismo.com.br/>

- Biblioteca Virtual História do Marxismo no Brasil, disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/marxismo/index.htm>
- Sítio "comunism.org", disponível em: <http://www.communism.com/>
- Instituto Astrojildo Pereira, disponível em: <http://www.institutoastrojildopereira.org.br/>
- Sítio Socialismo 1, disponível em: <http://drmiccoli40640.sites.uol.com.br/social.htm>
- Biblioteca Virtual de Autores Socialistas, disponível em: <http://www.ucm.es/info/bas/es/marx-eng/>
- Biblioteca Virtual Revolucionária, disponível em: <http://www.geocities.com/autonomiab-vr/index.html>
- Sítio português "Che – Socialismo ou Barbárie", disponível em: <http://che.com.sapo.pt/>
- Sítio em inglês sobre a história do marxismo e dos movimentos operários "History Archive: a history of the revolutionary working class", disponível em: <http://marxists.org/history/>
- Sítio "World Socialist Movement", disponível em: <http://www.worldsocialism.org/index.php>

Centros de Pesquisa

- Centro de Estudos Marxistas/UNICAMP – http://www.unicamp.br/cemarx/
- NEILS – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Socais da PUC-SP – http://www.pucsp.br/neils/
- IEA USP (Instituto de Estudos Avançados) – http://www.iea.usp.br/iea/
- IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política – http://www.iuperj.br/



- Grupos de Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco – http://www.propesq.ufpe.br/propesq/pesquisa/grupo.html
- Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos – http://www.cebela.org.br/
- NU-SOL Núcleo de Sociabilidade Libertária/PUC-SP – http://www.nu-sol.org
- Fundação Espanhola de Estudos Libertários Anselmo Lorenzo (*Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo*) – http://www.cnt.es/fal/home.php
- Fundação Espanhola de Estudos Marxistas (*Fundación de Investigaciones Marxistas*) – http://www.fim.org.es/01_01.php
- REDEM – Rede de Estudos de Economia Mundial (*Red de Estudios de la Economia Mundial*) – http://www.redem.buap.mx/
- Centro de Estudos em Economia e Sociedade da Universidade de Cornell, EUA (Center for the Study of Economy and Society) – http://www.economyandsociety.org/contact.shtml

Filmes

Título: Pelle, O Conquistador
Título Original: Pelle Erobreren
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 158 min.
Ano de Lançamento: 1988
Direção: Bille August
Sinopse: O filme, baseado no livro de Martim Anderson Nexo intitulado Infância, retrata a luta de dois imigrantes suecos -pai e filho- que tentam a sorte na Dinamarca, no final do século XIX. Enfrentando a discriminação dos dinamarqueses, Pelle e seu envelhecido pai, conseguem apenas um emprego mal remunerado e péssimas acomodações numa fazenda, onde vivem um cotidiano freqüentemente cruel, num universo bizarro de camponeses, patrões e mulheres infelizes. O ator Pelle Hvenegaard – que tinha 13 anos à época – foi escolhido entre duas mil crianças. Seu nome coincide com o do personagem porque sua mãe leu o livro durante a gravidez. O filme recebeu tanto a Palma de Ouro em Cannes, quanto o Oscar de filme estrangeiro, feito antes só alcançado por Ran de Akira Kurosawa.
(Fonte: http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=245)

Título: A Classe Operária Vai ao Paraíso
Título Original: a Classe Operária va in Paradiso
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 125 min.
Ano de Lançamento: 1971
Direção: Elio Petri
Sinopse: Lulu é um operário metalúrgico, que perde um dedo em acidente de trabalho e é envolvido em movimento de protesto. Descobre assim a vida sindical. Neste momento, Lulu divide-se entre as tentações da sociedade de consumo e as convocações da esquerda tradicional, numa radiografia do impasse ideológico de muitos trabalhadores. Ganhou o prêmio David di Donatello 1972 de melhor filme, além da Palma de Ouro no Festival de Cannes 1972.
(Fonte: http://www2.uol.com.br/mostra/30/p_exib_filme_355.shtml)

Título: Os Companheiros
Título Original: I Compagni
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 130 min.
Ano de Lançamento: 1963
Direção: Mario Monicelli
Sinopse: Professor percorre a Itália espalhando seu sonho de conscientização política e mobilização dos trabalhadores. Seu esforço culmina numa greve por redução da jornada e melhores salários.
(Fonte: http://cartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=11300)

Título: Como Era Verde o Meu Vale
Titulo Original: How Green Was My Valley
Gênero: Drama/Romance
Tempo de Duração: 118 min
Ano de Lançamento: 1941
Direção: John Ford
Roteiro: Richard Llewellyn
Sinopse: Aos 60 anos, Huw Morgan relembra a vida de sua família em uma pequena cidade mineradora do País de Gales. Suas reminiscências revelam a desintegração da unida família Morgan, enquanto capta os sentimentos e problemas daquele tempo.
Narrando sua vida de garoto, Huw descreve o cotidiano dos Morgan, família protestante cuja renda provém do trabalho árduo em uma mina de carvão. A mentalidade puritana e mesquinha que ora acalenta, ora repudia seus iguais em função da manutenção da boa conduta, da moral e de um humanismo aparente é o mote para um filme de enfoque político. A obra contextualiza um momento de crise da economia mundial ao retratar as péssimas condições de trabalho da



época, greves, dificuldades financeiras. Mas também trabalha de forma delicada a ética capitalista que começa a ser impressa no imaginário do trabalhador ao mostrar a relação conflituosa com o pensamento comunista e a fé na superação das dificuldades e a melhoria do padrão de vida através do trabalho. Baseado no famoso romance de Richard Llewellyn e vencedor de 5 Oscar, "Como era Verde o Meu Vale" ganhou do clássico filme "Cidadão Kane" a disputa pelo Oscar de Melhor Filme e é um marco na historia de Hollywood.
(Fonte: http://www.cineminha.com.br/filme.cfm?id=1798)

Título: Metrópolis
Título Original: Metropolis
Gênero: Ficção Científica
Tempo de Duração: 100 minutos
Ano de Lançamento (Alemanha): 1927
Site Oficial: www.kin. com/metropolis
Direção: Fritz Lang
Roteiro: Fritz Lang e Thea von Harbou, baseado em livro de Thea von Harbou
Sinopse: Metrópolis, ano 2026. Os poderosos ficam na superfície e lá há o Jardim dos Prazeres, para os filhos dos mestres, enquanto os operários, em regime de escravidão, trabalham bem abaixo da superfície, na Cidade dos Operários. Esta poderosa cidade é governada por Joh Fredersen (Alfred Abel), um insensível capitalista cujo único filho, Freder (Gustav Fröhlich), leva uma vida idílica, desfrutando dos maravilhosos jardins. Mas um dia Freder conhece Maria (Brigitte Helm), a líder espiritual dos operários, que cuida dos filhos dos escravos. Ele conversa com seu pai, que diz que é assim que as coisas devem ser quando Josaphat (Theodor Loos) é demitido por Joh, por não ter mostrado plantas que estavam em poder dos operários. Freder pede a ajuda dele e vê as condições que existem no subsolo. Paralelamente Rotwang (Rudolf Klein-Rogge), um inventor louco que está a serviço de Joh, diz ao seu patrão que seu trabalho está concluído, pois criou um robô à imagem do homem, que nunca se cansa ou comete erro, e diz que agora não haverá necessidade de trabalhadores humanos, sendo que em breve terá um robô que ninguém conseguirá diferenciar de um ser vivo. Além disto, decifra as plantas, que são de antigas catacumbas que ficam na parte mais profunda da cidade. Curioso em saber o que interessa tanto aos operários, Joh e Rotwang decidem espioná-los usando uma passagem secreta. Ao assistir a uma reunião, onde Maria prega aos operários lhes implorando que rejeitem o uso de violência para melhorar o destino e pensar em termos de amor, dizendo ainda que o Salvador algum dia virá na forma de um mediador. Mas mesmo este menor ato de desafio é muito para Joh, que ouviu a fala na companhia de Rotwang. Assim, Joh ordena que o robô tenha a aparência de Maria e diz para Rotwang escondê-la na sua casa, para que o robô se infiltre entre os operários para semear a discórdia entre eles e destruir a confiança que sentem por Maria. Mas Joh não podia imaginar uma coisa: Freder está apaixonado por Maria.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/metropolis/metropolis.asp)

Título: Tempos Modernos
Título Original: Modern Times
Gênero: Comédia
Tempo de Duração: 87 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 1936
Direção: Charles Chaplin
Roteiro: Charles Chaplin
Sinopse: Um operário de uma linha de montagem, que testou uma "máquina revolucionária" para evitar a hora do almoço, é levado à loucura pela "monotonia frenética" do seu trabalho. Após um longo período em um sanatório ele fica curado de sua crise nervosa, mas desempregado. Ele deixa o hospital para começar sua nova vida, mas encontra uma crise generalizada e equivocadamente é preso como um agitador comunista, que liderava uma marcha de operários em protesto. Simultaneamente uma jovem rouba comida para salvar suas irmãs famintas, que ainda são bem garotas. Elas não têm mãe e o pai delas está desempregado, mas o pior ainda está por vir, pois ele é morto em um conflito. A lei vai cuidar das órfãs, mas enquanto as menores são levadas a jovem consegue escapar.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/tempos-modernos/tempos-modernos.asp)

Título: Germinal
Título Original: Germinal
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 158 min.
Ano de Lançamento (França): 1993
Direção: Claude Berri
Sinopse: No Segundo Império, jovem desempregado desce ao inferno quando aceita emprego em mina. O cruel Chaval, o bondoso Toussaint Maheu e o amor de Catherine fazem parte de um cotidiano de miséria, maus-tratos, alcoolismo e uma rebelião que pode acabar em tragédia. Baseado na obra clássica de Émile Zola, é um retrato do cotidiano duro dos trabalhadores e de suas lutas contra as imposições muitas vezes desumanas do capital.
(Fonte: http://www.planetaeducacao.com.br/novo/artigo.asp?artigo=54)

Título: Oliver Twist
Título Original: Oliver Twist
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 130 minutos
Ano de Lançamento (Inglaterra / República Tcheca / França / Itália): 2005
Direção: Roman Polanski



Roteiro: Ronald Harwood, baseado em livro de Charles Dickens
Sinopse: Oliver Twist (Barney Clark) é um órfão entre as centenas que sofrem com a fome e o trabalho escravo na Inglaterra vitoriana. Vendido para um coveiro, ele sofre com a crueldade da família deste e acaba fugindo para Londres. Lá ele é recolhido das ruas por Artful Dodger (Harry Eden), um ladrão que o leva até Fagin (Ben Kingsley), um velho que comanda um exército de prostitutas e pequenos marginais. Quando Oliver conhece um bondoso homem em quem finalmente enxerga um possível pai, Fagin teme que ele denuncie seu esquema. Para evitar isso Fagin planeja um assalto à casa do rico Sr. Brownlow (Edward Hardwicke), o pai desejado por Oliver.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/oliver-twist-2005/oliver-twist-2005.asp)

Título: O Garoto
Título Original: The Kid
Gênero: Comédia
Tempo de Duração: 68 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 1921.
Direção: Charles Chaplin
Roteiro: Charles Chaplin
Sinopse: Uma mãe solteira deixa um hospital de caridade com seu filho recém-nascido. A mãe percebe que ela não pode dar para seu filho todo o cuidado que ele precisa, assim ela prende um bilhete junto a criança, pedindo que quem o achar cuide e ame o seu bebê, e o deixa no banco de trás de um luxuoso carro. Entretanto, o veículo é roubado por dois ladrões, que quando descobrem o bebê o abandonam no fundo de uma ruela. Sem saber de nada um vagabundo faz o seu passeio matinal e encontra o bebê. Inicialmente ele quer se livrar da criança, mas diversos fatores sempre o impedem e gradativamente ele passa a amá-lo. Paralelamente a mãe se arrepende e tenta reencontrar seu filho, mas quando descobre que o carro foi roubado tem um choque, pois muito provavelmente ela nunca mais verá sua criança.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/garoto/garoto.htm)

Título: A Nós, a Liberdade
Título Original: À Nous la Liberté
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 83 minutos
Ano de Lançamento (França): 1931
Direção: René Clair
Roteiro: René Clair
Sinopse: Um industrial é chantageado por causa do seu passado, recebendo então a ajuda de um antigo companheiro de prisão. Encantadora comédia satírica em estilo opereta, dirigido e escrito por René Clair, um dos mais admirados cineastas franceses de todos os tempos, o primeiro a ser eleito para a Academia Francesa. "A Nós a Liberdade" influenciou decisivamente Charles

Chaplin ao fazer Tempos Modernos, tornando-se também uma poderosa denúncia à sociedade moderna mecanizada.
(Fonte: http://www.2001video.com.br/detalhes_produto_extra_dvd.asp?produto=7659)

Título: Coração de Cristal
Título Original: Herz aus glas
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 83 minutos
Ano de Lançamento (Alemanha): 1976
Direção: Werner Herzog
Sinopse: O tema central é a desagregação de uma aldeia de artesões na Alemanha, século XVIII, a partir da morte de um mestre vidraceiro que leva consigo o segredo da fórmula de fabricação do "vidro Rubi".
(Fonte: http://www.bvs-psi.org.br/filmes/filmes_action.asp?id=42)

Título: Daens – Um Grito de Justiça
Título Original: Daens
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 138 minutos
Ano de Lançamento (Bélgica, Holanda, França): 1992
Direção: Stijn Coninx
Sinopse: O filme é passado na virada do século, no norte da Bélgica, em plena Revolução Industrial. A história é desenvolvida em torno da vida dos trabalhadores de uma fábrica de tecidos, na cidade de Aalst. Naquele momento as pessoas estavam condenadas a um estado de miséria absoluta. A imagem da exploração de crianças e mulheres nas fábricas é o ponto alto da trama. A vida da sociedade local passa a ter uma nova direção com a chegada de Daens, um padre revolucionário que se muda para a cidade que se muda para a cidade e vai morar na casa de seu irmão jornalista.
(Fonte: http://www.video21.com.br/padrao.php?page=acervos_&res=935)

Título: O Leopardo
Título Original: Il Gattopardo
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 183 minutos
Ano de Lançamento (Itália, Alemanha): 1963
Direção: Luchino Visconti
Sinopse: Il Gattopardo, de Luchino Visconti é uma obra-prima do filme histórico do século XX. A partir do romance de Tomasi Di Lampedusa, Visconti nos apresenta com vigor narrativo a



ascensão das "classes médias" (a burguesia) e a decadência da nobreza sob o *Risorgimento* italiano, em 1860. A construção dos personagens aponta para seus vínculos com a estrutura de classe. Deste modo, o filme de Visconti não é apenas um filme histórico, mas é uma narrativa sociológica baseada nas lutas de classes do momento histórico retratado.
(Fonte: http://www.telacritica.org/letraL.htm#leo)

Título: O Fantasma da Liberdade
Título Original: Le Fantôme de la Liberté
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 104 minutos
Ano de Lançamento (França / Itália): 1974
Direção: Luis Buñuel
Roteiro: Luis Buñuel e Jean-Claude Carrière
Sinopse: Não há uma narrativa em especial e sim situações surreais, que começam com o fantástico relato que se passou em Toledo, Espanha, em 1808. Um oficial de um exército napoleônico quis levar para a cama uma morta, mas ao se abrir o caixão a falecida tinha um rosto que conservava todo o seu frescor. Já na 2ª metade do século XX, um desconhecido dá para crianças cartões que aparentam ser pornográficos. Inclusive os pais das meninas se escandalizam, mas quando os cartões são mostrados são apenas belos pontos turísticos. Uma enfermeira vai visitar o pai doente e se hospeda em uma estalagem na beira da estrada, onde vê alguns monges rezarem por seu pai e depois iniciarem uma animada partida de poquêr no quarto dela. Em outro aposento, uma mulher de meia-idade está acompanhada por um jovem, François de Richemont (Pierre-François Pistorio), e ela lhe implora que ele não a veja despida. Mas assim mesmo ele puxa os lençóis, revelando um corpo totalmente jovem. Chocado, ele sai do quarto para se acalmar e conhece outro hóspede, Jean Bermans, que o convida para uma bebida em seu quarto. Lá François conhece a Srta. Rosenblum (Anne-Marie Deschott). Então aparece a enfermeira pedindo fósforos e, ao dizer que não pode demorar pois está com quatro homens no seu quarto, Jean interpreta de forma errada. Mas quando vê que eram padres, mesmo assim insiste que tomem um vinho do porto no seu quarto, mas os convidados não tinham a menor idéia do que iria acontecer. Na cena mais marcante os convidados de um jantar se sentam sobre vasos sanitários e discretamente perguntam onde é a sala de jantar, como se fosse o banheiro.
O título é uma referência ao Manifesto Comunista, que dizia que "um fantasma rondava a Europa, o fantasma do comunismo".
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/fantasma-da-liberdade/fantasma-da-liberdade.asp)

Programas de TV

Programa Roda Viva – TV Cultura:
Roda Viva com Francisco de Oliveira, sociólogo, economista e um dos mais respeitados intelectuais da esquerda brasileira: 01/12/2003 (http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=877)

Roda Viva com Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia: 22/01/2001. (http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=735)

Músicas

- Canção *Power to the People*, John Lennon.
- Canção *Pedro Pedreiro*, Chico Buarque.
- Canção *Eterna Paz*, Martinho da Vila.
- Canção *Todos Juntos*, Os Saltimbancos.

Poesia

"Canto para as Transformações do Homem". In: FÉLIX, Moacyr. *Canto para as Transformações do Homem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1964.



Linha do Tempo

Século XVI:

- *Utopia,* de Thomas More

Século XVII:

- *A Cidade do Sol,* de Tommaso Campanella
- *História dos sevarambos,* de Denis Vairas d'Alais
- *História da ilha de Calejava,* de Claude Gilbert
- Revolução Inglesa de 1640

Século XVIII:

- *La Basiliade,* de Morelly
- *Le Code de la nature,* de Morelly

1771 – Nasce Robert Owen

1772 – Nasce Charles Fourier

Século XIX:

1808 – *Théorie des quatre mouvements et des destinées générales,* de Fourier

1809 – Nasce Joseph Pierre Proudhon

1817 – *La classe des prolétaires,* de Saint-Simon

1818 – Nasce Karl Marx

1820 – Nasce Friedrich Engels

1822 – *Traité de l'associacion domestique agricole,* de Fourier

1823 – *Catecismo dos industriais,* de Fourier

1825 – *Le nouveau christianisme,* de Saint-Simon
Owen funda a aldeia experimental de New Harmony, em Indiana, nos Estados Unidos

1829 – *Le nouveau monde indutriel et sociétaire,* de Fourier
Owen retorna à Inglaterra dos Estados Unidos

1831 – Primeira vez que o termo "socialismo" é utilizado

1832 – Criação da *National Equitable Labour Exchange,* por Owen

1834 – *Teoria da unidade universal,* de Fourier

1835 – L. Reybaud publica artigos sobre reformadores e socialistas

1836 – *New Moral World,* de Owen, se auto-intitula "órgão do socialismo"
Livro do novo mundo industrial, de Owen
Fundação da Liga dos Justos

1840 – *O que é a propriedade?,* de Proudhon
Viagem à Icária, de Cabet

1841 – *O que é socialismo?,* de Owen

1842 – L. von Stein publica, na Alemanha, *Socialismo e comunismo na França de hoje*

1843 – *Manifesto da democracia,* de Victor Considerant

1844 – *A questão judaica* e *Manuscritos econômicos e filosóficos,* de Marx

1845 – *A sagrada família,* de Marx e Engels

1846 – *A filosofia da miséria,* de Proudhon

1847 – *Princípios do socialismo,* de Considerant
Miséria da filosofia, de Marx
A Liga dos Justos muda de nome para Liga dos Comunistas

1848 – *Manifesto Comunista,* de Marx e Engels.



Aula 2
Resenha

Nesta aula são discutidas as circunstâncias que levaram à Revolução na Rússia, seu impacto estruturante na ordem mundial do século XX, no movimento e no pensamento socialista, a partir das idéias de Lênin e da Terceira Internacional. É esmiuçada a ascensão econômica, política e militar da União Soviética no cenário mundial, bem como apontadas as dificuldades que levaram ao stalinismo e que estariam na base de sua exaustão posterior.

Aula 2
O socialismo depois da III Internacional

Robério Paulino

A III Internacional: o que foi?
Situação histórica

- Organização que congregou a grande maioria dos partidos comunistas nas décadas de 20 e 30 do século XX, como, por exemplo, o antigo PCB, Partido Comunista Brasileiro, centralizada em Moscou, a partir da liderança do PC da URSS
- Época: fundada em 1919
- Impulsionada pela Revolução Russa de 1917
- Fundada ainda no tempo de Lênin e Trotsky, será depois controlada por Stalin e extinta por este em 1943
- Sua organização viveu os mesmos desafios e problemas da URSS

Este texto tem como objetivo apresentar sucintamente os caminhos que tornaram as idéias socialistas a partir da criação da III Internacional, organização socialista impulsionada pelo triunfo da Revolução Russa, talvez o fenômeno político mais importante e que marcaria de forma mais decisiva a história do século XX. Discute-se aqui, portanto, essencialmente o que veio a se chamar de **sistema soviético** ou ***socialismo real*** e as críticas feitas àquele modelo de "socialis-





mo". Ao final, apontam-se rapidamente algumas poucas idéias do revolucionário italiano Antônio Gramsci, pela importância que tem seu conhecimento para todo militante socialista.

O debate na II Internacional: Reforma ou Revolução

As origens do programa – o marxismo
A I e a II Internacionais
- **O debate na II Internacional: reforma ou revolução**
  Kautsky e o reformismo
  Rosa de Luxemburgo, Lênin e a Revolução Social
- A I Guerra Mundial/caráter imperialista. A luta pela repartilha do mundo
- A divisão perante a I Guerra Imperialista: as alternativas para a II Internacional
  Internacionalismo (I Internacional) ou nacionalismo
- Aprovação dos créditos de guerra. A falência da II Internacional, segundo Lênin. A Conferência de Zimmerwald e as origens da II Internacional

Para entender as origens da III Internacional é bom retomar, ainda que rapidamente, os debates dentro da II Internacional, no início do século XX. Em 1889, foi criada em Paris a II Internacional (ou Internacional Socialista). Como Marx havia morrido em 1883, Engels, também chamado "o segundo violino", foi o grande impulsionador da fundação desta organização. A II Internacional surge em um momento de expansão do capitalismo, em que as forças produtivas estavam em rápido crescimento e conseqüentemente as organizações da classe operária ganhavam corpo e força.

Com o aumento das condições materiais da classe trabalhadora, permitido pela existência de margens de concessões do capitalismo da época, o movimento operário vivia um avanço que permitiu o fortalecimento de suas organizações sindicais e de seus partidos. Era um momento em que a classe trabalhadora estava em intensa mobilização

e obtendo conquistas nas legislações trabalhistas dos países, como aumentos salariais, férias remuneradas, redução da jornada de trabalho, limitação do trabalho feminino noturno, entre outras.

A II Internacional passou a contar com partidos massivos em suas fileiras, atraiu e organizou amplos setores da classe trabalhadora, ligando-se às grandes organizações sindicais surgidas na época. A principal seção da II Internacional era o Partido Socialdemocrata Alemão. Esse partido foi o centro da Internacional Socialista bem como o palco de suas principais polêmicas.

Já em 1889, Rosa Luxemburgo, uma grande liderança do Partido Socialdemocrata Alemão, explicitava em seu trabalho *Reforma ou Revolução* o que para ela devia ser posição da socialdemocracia acerca das conquistas parciais na esfera do capitalismo. Defendia que as lutas pelas reivindicações democráticas, por reformas parciais que garantissem melhores condições de vida aos trabalhadores dentro do sistema capitalista eram apenas os meios através dos quais a socialdemocracia deveria atingir seu objetivo final: **a Revolução Social**. Essa foi a posição majoritária na II Internacional por alguns anos depois de sua fundação.



Com a possibilidade de obtenção e ampliação de conquistas parciais dentro do capitalismo naquele período, as lideranças sindicais e políticas socialdemocratas foram, no entanto, sendo envolvidas na lógica do capitalismo liberal; as posições socialistas originais mais radicais foram perdendo espaço e se fortaleceram as posições mais brandas que tinham por objetivo apenas conquistar avanços parciais para a classe trabalhadora a partir da ação sindical, sem, no entanto, questionar o próprio capitalismo, posições que passaram a ser chamadas de ***reformismo*** pelos seus críticos. Kautsky era o mais conhecido representante da vertente reformista.

O auge desse primeiro ciclo de fortalecimento da II Internacional se deu com a Revolução Russa de 1905, que foi derrotada. Depois daquele ano, a mobilização da classe trabalhadora européia retrocedeu e conseqüentemente o ímpeto da II Internacional também arrefeceu. A partir de 1906, passaram a prevalecer deci-



sivamente dentro do Partido Socialdemocrata Alemão as posições que viam as reformas sociais como um fim em si mesmo, que pretendiam garantir a conquista do chamado *Programa Mínimo*. Tais concepções partiam da premissa que a economia capitalista estava em expansão, de que o desenvolvimento das forças produtivas permitiria elevar as condições de vida dos trabalhadores através de reformas parciais na esfera do capitalismo, além de alargar as liberdades democráticas, o que seria possível através do fortalecimento dos organismos de representação dos trabalhadores, como os sindicatos, por exemplo, e através da eleição de um número cada vez maior de deputados pelos partidos socialdemocratas nos parlamentos nacionais.

A prevalência dessas posições levaria em breve a uma ruptura com aqueles que continuavam defendendo as posições de **revolução social** contra o capitalismo, como Rosa de Luxemburgo e Lênin, então dirigente do Partido Socialdemocrata Russo. Em sua obra *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, de 1918, Lênin afirma que Kautsky e os dirigentes reformistas transformavam o marxismo em uma doutrina liberal que admite uma luta de classes não-revolucionária do proletariado, mantendo toda a sua essência, mas extraindo dele os meios revolucionários de luta.



A divisão diante da guerra imperialista

O elemento decisivo, no entanto, para a primeira ruptura na II Internacional foi a polêmica acerca dos créditos de guerra durante a I Guerra Mundial, votados pelos parlamentos nacionais, aos seus governos. Com a industrialização acelerada de outros países além da Inglaterra e França, como, por exemplo, Alemanha, Japão, Estados Unidos e Itália, as principais potências capitalistas do mundo, dentro do que se veio a chamar de **fase imperialista do capitalismo**, irão se jogar em um primeiro e grande conflito guerreiro de caráter mundial. Aqueles países de industrialização retardatária também demandavam novas fontes de matérias-primas e energia para suas indústrias e novos mercados para seus produtos, o que só podiam buscar fora de suas fronteiras e chocando-se com as potências já estabelecidas, como Inglaterra e França. As novas potências imperialistas, especialmente a Alemanha, lutarão por uma repartilha do mundo colonial e semicolonial. Essa é a motivação primeira da I Guerra Mundial.

A posição original dos socialistas até ali era de se opor às guerras imperialistas. O ***internacionalismo*** proletário sempre foi um dos pressupostos básicos do socialismo marxista e tem sua justificativa no caráter mundial da economia capitalista. O mercado mundial e a divisão internacional do trabalho são características da economia capitalista que tornam comuns os interesses da classe trabalhadora mundial. A luta de classes se torna internacional a partir do momento em que a exploração da mão-de-obra da classe trabalhadora também acontece de maneira global.

Outra questão fundamental é que o caráter mundial da economia capitalista torna impossível a auto-suficiência econômica de um país, seu desenvolvimento por muito tempo em regime de autarquia. Assim, a luta pela construção de uma economia de caráter socialista teria que ser travada em escala mundial, pois só globalmente é que essa economia poderia sobreviver. A partir dessa concepção, os socialistas se negavam a apoiar os capitalismos nacionais nas guerras entre as potências capitalistas pelo controle do mundo. Desde uma perspectiva internacionalista, se recusavam a jogar trabalhadores de um país a matarem seus irmãos de outras nações nos campos de guerra, em nome exclusivamente dos interesses dos capitalismos nacionais em sua febre imperialista. Foi a partir dessa concepção que Marx e Engels haviam fundado, em 1864, a AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores).

Em 1912, com a declaração de guerra de Montenegro à Turquia, a guerra mundial era iminente. A II Internacional organizou então um congresso extraordinário na Basiléia. Esse congresso aprovou um manifesto que ficou conhecido como Manifesto da Basiléia, que afirmava o caráter imperialista da guerra e reafirmava a posição contra a guerra dos congressos anteriores, caso essa fosse declarada o manifesto propunha: "utilizar com todas as forças a crise econômica causada pela guerra para sublevar as massas e precipitar assim a queda do domínio de classe capitalista". Lênin vai tratar mais tarde, em 1916, na sua obra *O oportunismo e a falência da II Internacional* a respeito do manifesto da Basiléia e da questão dos créditos de guerra:

> (...) o manifesto reconhece com toda a clareza o caráter espoliador, imperialista, reacionário, escravista desta guerra, isto é, o



caráter que transforma a admissibilidade da defesa da pátria numa insensatez do ponto de vista teórico e num absurdo do ponto de vista prático. Está em curso uma luta dos grandes tubarões para devorar 'pátrias' estrangeiras. O manifesto tira as conclusões inevitáveis de fatos históricos indiscutíveis: esta guerra não pode ser 'justificada por qualquer pretexto de interesse popular'; ela é preparada 'a bem dos lucros dos capitalistas e das ambições das dinastias'. Seria 'um crime' se os operários 'começassem a disparar uns contra os outros'. (...)

Com início da guerra em 1914, inicialmente, os partidos da II Internacional organizaram grandes manifestações com o intuito de impedi-la. Como nada foi suficiente para evitar que o ímpeto imperialista do capitalismo levasse o mundo a uma carnificina que custou quase 50 milhões de vidas, restavam às seções da Internacional duas alternativas: avançar de acordo com a proposta do Manifesto da Basiléia e **levar as massas à revolta contra o envolvimento de seu país na guerra** ou que cada seção da internacional apoiasse seu capitalismo nessa guerra e se envolvesse no fervor nacionalista.

A maioria dos dirigentes da II Internacional votou a favor dos créditos de guerra para seus governos, lançando suas classes trabalhadoras a lutar contra as outras, renegando por completo as teses internacionalistas de unidade dos trabalhadores do mundo. Os únicos partidos que não apoiaram seus governos na guerra foram o russo e o sérvio. Na Alemanha, apenas o deputado Karl Liebcknecht, ligado ao setor revolucionário de Rosa de Luxemburgo, votou isoladamente contra os créditos de guerra ao governo.

Essa posição foi tomada pelos setores mais radicais da II Internacional como uma traição aos princípios socialistas. No texto *O oportunismo e a falência da II Internacional*, Lênin afirmava: "É evidente a traição ao socialismo por parte daqueles que votaram pelos créditos de guerra, entraram para os ministérios e advogaram a idéia da defesa da pátria em 1914-1915. (...)". Para Lênin, a falência da II Internacional tinha como fator econômico a fase imperialista do capitalismo e como fator político o abandono das posições marxistas por parte dos dirigentes da socialdemocracia, em função das posições e privilégios que esses setores adquiriam apoiando o imperialismo de seus países.

Diante da capitulação nacionalista que tomou conta da II Internacional durante aquela carnificina, o grupo que se opôs à votação dos

créditos de guerra, em minoria, organizou uma conferência em setembro de 1915, em Zimmerwald, na Suíça. Entre os presentes estavam Lênin, Rosa Luxemburgo, Karl Liebcknecht e Trotsky, dirigente de uma das alas do Partido Socialdemocrata Russo. Em 1916 foi organizada uma nova conferência em Kienthal. Essas duas conferências lançaram as bases do que seria depois a III Internacional.

Bolcheviques, mencheviques e o funcionamento do partido russo

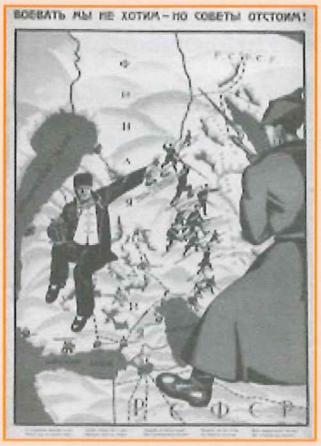
Bolcheviques, mencheviques e as polêmicas no Partido Socialdemocrata Russo

- Bolcheviques – Lênin
- Menchevique – Martov, Plekhanov
- **A polêmica acerca do caráter da Revolução Russa:** revolução burguesa democrática ou revolução socialista e ditadura do proletariado
- **Centralismo democrático**: a polêmica sobre a estrutura do partido

No Partido Socialdemocrata Russo, a ruptura entre os setores mais radicais e os setores que viam a necessidade de aprofundar primeiro o capitalismo já havia acontecido. Em 1903, o POSDR se dividiu em dois grupos, um ligado a Lênin, que levou o nome de **bolchevique** (maioria, por terem maioria de votos no congresso do Partido) e outro ligado aos dirigentes Martóv e Plekhanov, que ficou conhecido como **menchevique** (minoria).

As diferenças fundamentais entre os dois grupos se davam em dois aspectos. O primeiro girava em torno ao **caráter da revolução na Rússia.** Os mencheviques defendiam que antes de realizar-se uma revolução socialista, os trabalhadores poderiam conquistar o poder em aliança com a burguesia, que era necessário primeiro esperar o pleno desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Para justificar sua posição, se apoiavam na visão de Marx, de que o socialismo só seria possível depois que o capitalismo estivesse plenamente desenvolvido,





o que implicava que a revolução socialista deveria começar pelos países mais industrializados. Já Lênin e os bolcheviques defendiam a revolução socialista imediata, organizada por um partido operário disciplinado, de militantes profissionais, que tomasse o poder e implantasse uma **ditadura do proletariado** na Rússia.

O segundo ponto de divergência entre bolcheviques e mencheviques dizia respeito ao **caráter do partido necessário aos socialistas.** Na visão dos bolcheviques, para ser militante pleno do partido não era suficiente apenas concordar com as teses do partido; era necessário cumprir uma série de obrigações e requisitos como levar a política do partido para o movimento e os sindicatos, e atuar de maneira unificada com a orientação do partido sob o regime de centralismo democrático. Os mencheviques discordavam da rigidez da concepção leninista e preconizavam uma organização partidária com critérios mais relaxados quanto às exigências.

O **centralismo democrático** leninista caracteriza-se por garantir que as decisões sejam tomadas dentro do partido com liberdade de discussão, mas que uma vez adotada uma posição, a minoria deve acatar a decisão da maioria e implementá-la sem hesitações. Além disso, quando a discussão interna não fosse possível por motivos de segurança do partido, todas as prerrogativas de decisão se concentrariam nas mãos da direção partidária.

A propósito da discussão sobre o centralismo democrático, Rosa Luxemburgo trava uma dura polêmica com Lênin. Ela, a priori, é favorável ao centralismo democrático. Sua crítica é referente à concepção que Lênin tem de como deve se aplicar esse centralismo. Para ela, como para Lênin, o centralismo tem sua justificativa no fato de a socialdemocracia travar a sua luta no seio da sociedade burguesa, que tem exércitos centralizados, poder centralizado etc. O objetivo do partido seria representar os interesses gerais do proletariado, dentro de um determinado Estado capitalista, acima de quaisquer interesses particulares. Porém, ela afirmava que as condições para um centralismo efetivamente democrático não existiam na Rússia. O centralismo democrático só seria factível em um país onde a democracia burguesa já estivesse consolidada, no qual os operários têm mais espaço para se organizarem, estando, desse modo, mais educados pela luta política e pelas liberdades democráticas. Entretanto,

segundo ela, numa sociedade de características absolutistas como a Rússia czarista, onde as organizações operárias são mais dispersas, anárquicas, sem tradição de debate democrático, o centralismo leninista seria perigoso.

Ela afirma que Lênin tem uma concepção ultracentralista que, em primeiro lugar, separa os revolucionários do seu meio de atuação, que deveria se dar entre pessoas que não conhecem nenhum tipo de organização e disciplina. Em segundo lugar, para ela, o centralismo leninista coloca o comitê central do Partido acima das demais instâncias podendo, inclusive, intervir em sua organização. Dessa forma, o conjunto do partido apenas executaria as ordens do comitê central. Defende então que o centralismo deveria partir então da imposição, mas da autodisciplina da socialdemocracia.

> Daí resulta, além disso, que o centralismo na acepção socialdemocrata não poderia ser um conceito absoluto aplicável do mesmo modo a todas as fases do movimento operário: é antes necessário considerá-lo como uma tendência que se vai tornando uma realidade conforme a consciência e a educação política das massas operárias durante a sua luta.[1]

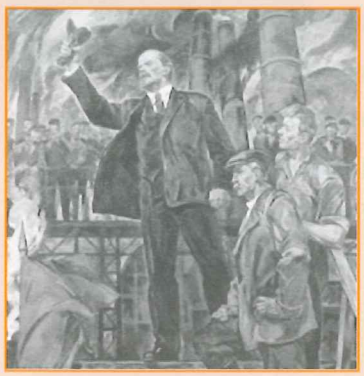
Estado, socialismo e ditadura do proletariado

- O Estado como órgão de dominação de classe
- A posição de Lênin e dos bolcheviques: destruição do Estado burguês e ditadura do proletariado
- Kautsky e a possibilidade de alcançar o socialismo sem destruição do Estado capitalista, por dentro da democracia capitalista
- Depois da revolução, o gradativo desaparecimento do Estado
- A posição anarquista: supressão imediata de qualquer forma de Estado
- Socialismo e Comunismo, etapas distintas
- As formas de controle sobre o novo Estado: a sociedade organizada, os *soviets*, revogabilidade, o exemplo da Comuna de Paris

1 LUXEMBURGO, Rosa. In: *Centralismo democrático.*



Lênin, assim como Marx, compreende o **Estado como instrumento de opressão de uma classe sobre outra**. Na visão marxista, o principal instrumento que garante esse poder numa sociedade dividida em classes como o capitalismo são as Forças Armadas. O Estado burguês precisa, portanto, ser aniquilado para que a sociabilidade humana se desenvolva plenamente sem nenhuma opressão. **Uma revolução socialista pressupõe, portanto, a destruição do Estado capitalista.** Em seu lugar deveria vir um Estado operário, controlado pelos organismos auto-organizados dos trabalhadores, à luz do que indicou a experiência da Comuna de Paris de 1871. Mas **a partir de uma revolução socialista o Estado começaria a desaparecer**, a definhar. Como antes, é preciso, no entanto, aniquilar a classe exploradora e desenvolver as forças produtivas da sociedade, o novo Estado operário não poderia ser aniquilado imediatamente. Isso só seria possível completamente na **fase comunista da sociedade,** uma etapa bem mais avançada, com o fim das classes sociais e quando a base material do comunismo estivesse plenamente desenvolvida. Antes seria necessário passar **por uma etapa transitória, o socialismo**, ou seja, a fase em que o proletariado tomaria o Estado para oprimir a burguesia, expropriando-lhe o capital e os meios de produção, e acelerando o desenvolvimento econômico e cultural do país. A esse respeito Lênin cita as palavras de Marx:



> (...) a primeira etapa da revolução operária é a constituição (...) do proletariado em classe dominante, a conquista da democracia.
> O proletariado aproveitará a sua supremacia política para arrancar, pouco a pouco, todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível a quantidade das forças produtoras.[2]

A essa etapa, a da **fase socialista da sociedade, Lênin e Marx chamam de ditadura do proletariado**, pois ela seria uma fase de desenvolvimento da democracia entre os trabalhadores, mas de ditadura destes sobre a burguesia.

2 Marx, citado por Lênin. *O Estado e a Revolução*, p. 30.

Em 1918, Kautsky escreve em seu livro *A Revolução Proletária* **uma crítica à concepção de ditadura do proletariado.** Ele afirma que o termo *ditadura* significa o fim da democracia ou o poder pessoal de um indivíduo não subordinado a nenhuma lei senão às suas próprias. Afirma que a ditadura difere do despotismo porque a primeira se refere ao poder transitório e a segunda a um poder estrutural, estável. Dessa forma, para se contrapor à concepção de ditadura do proletariado em Lênin, conclui que Marx não utiliza a palavra *ditadura* em um sentido literal:

> Literalmente, a palavra ditadura significa supressão da democracia. Mas, naturalmente, esta palavra, tomada ao pé da letra, significa também o poder pessoal que se diferencia do despotismo porque não se entende como instituição estatal permanente, e sim como medida extrema de caráter transitório.
>
> A expressão 'ditadura do proletariado', quer dizer, não a ditadura de uma pessoa, e sim de uma classe, exclui já a hipótese de que Marx, ao utilizá-la, entenderá literalmente a palavra ditadura. Não se referia neste caso a uma forma de governo, mas sim a uma situação que necessariamente haverá de se produzir em todas as partes onde o proletariado conquiste o Poder político.
>
> O fato de que Marx manteve o ponto de vista de que na Inglaterra e na América do Norte a transição pode se efetuar pacificamente, quer dizer, por via democrática, demonstra já que aqui não se referia às formas de governo.[3]

Lênin contraria essa afirmação, pois para ele, a ditadura do proletariado não significa o fim da democracia para a classe que a exerce, significa simplesmente o fim da democracia para a classe sobre a qual a ditadura é exercida, ou seja, para a burguesia. A esse respeito, diz, em sua obra *O Estado e a Revolução*, de 1917:



> Ao mesmo tempo que produz uma considerável ampliação da democracia, que se torna pela primeira vez a democracia dos pobres, a do povo e não mais apenas a da gente rica, a ditadura do proletariado traz uma série de restrições à liberdade dos opressores, dos exploradores, dos capitalistas.

3 Kautsky, citado por Lênin. *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, p. 08



Esse é um dos principais aspectos em que o leninismo se diferencia tanto da visão anarquista quanto dos teóricos da II Internacional. **Para os anarquistas, a supressão do Estado deve ser imediata, mesmo no socialismo.** Já Lênin afirma que seria incorreto deixar de empregar a força, ou seja, empregar o Estado na luta contra a burguesia. Devido a isso os anarquistas acusam o leninismo de reformismo, por não defender a imediata dissolução do Estado.

Kautsky, por outro lado, não nega que o Estado, inclusive no capitalismo, é o monopólio da força empregada pela classe dominante contra a classe dominada, mas nem por isso afirma que a sua supressão é necessária, ou seja, seria possível transformá-lo por dentro. Os teóricos da II Internacional, por vezes, denominavam os bolcheviques de anarquistas, devido à sua concepção de que o Estado burguês deve ser destruído.

O que Lênin defende em *O Estado e a Revolução*, na realidade, é a **derrubada do Estado burguês e a sua substituição por outro tipo de Estado onde a produção e a administração seriam diretamente controladas pela sociedade civil**. Algo próximo ao que foi a Comuna de Paris. A organização do Estado não se daria da mesma forma que na sociedade burguesa, este seria organizado através dos ***soviets***, os **conselhos populares deliberativos.** As funções do Estado já não deveriam ser políticas, teriam que ser reduzidas a meras funções executivas de fiscalização e registro, praticáveis por qualquer pessoa e ao alcance de toda a população.

Para tal, não seria necessário, segundo Lênin, mais do que **medidas democráticas como a plena elegibilidade e revogabilidade de todos os cargos públicos em qualquer momento e sem exceção, redução do salário dos administradores públicos para o equivalente ao salário de um operário médio, a supressão do exército profissional** permanente e sua substituição pelo próprio povo armado. Durante o socialismo, a abolição do Estado aconteceria de maneira natural; conforme o desenvolvimento econômico avançasse, este definharia naturalmente, já não seria necessário. A esse respeito Lênin cita as palavras de Engels:

> O proletariado se apodera da força do Estado e começa por transformar os meios de produção em propriedade do Estado. Por esse meio, ele próprio se destrói como proletariado, abole todas as distinções e

> antagonismos de classes e, simultaneamente também o Estado, como Estado. (...) Uma vez que não haja nenhuma classe social a oprimir (...) um poder especial de repressão, um Estado, deixa de ser necessário. O primeiro ato pelo qual o Estado se manifesta realmente como representante de toda a sociedade – a posse dos meios de produção em nome da sociedade – é, ao mesmo tempo, o último ato próprio do Estado. A intervenção do Estado nas relações sociais vai se tornando supérflua daí por diante e desaparece automaticamente. O governo das pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção do processo de produção. O Estado não é 'abolido': morre.[4]

A Revolução Russa

- Seu impacto e importância para o século XX: o mundo dividido em dois
- Revolução de 1905
- Revolução democrática de fevereiro de 1917
- Kerensky e o governo provisório. A I Guerra e a Revolução Russa
- Revolução de outubro de 1917: "Pão, Paz e Terra"

A Revolução Russa foi o fator determinante para a fundação da III Internacional, lançando também as suas bases, que em geral partiam do pensamento leninista. A Revolução Russa foi um dos acontecimentos mais importantes, senão o fenômeno político mais importante da história do século XX. No mundo ocidental, os agentes políticos e econômicos passaram a calibrar o passo, pelo menos até a década do anos 60, pelas transformações ocasionadas por ela e pelos avanços obtidos na União Soviética (URSS), fundada em 1922, fossem a favor ou contra ela.



4 Engels, citado por Lênin. *O Estado e a Revolução*, p. 21.



A Revolução Russa acelerou o tempo histórico e também terminou por ajudar nas conquistas dos trabalhadores no Ocidente durante o século XX, pois muitas delas foram fruto do medo que o capitalismo ocidental e as classes ricas tinham dos pobres e de uma revolução nos países mais desenvolvidos e industrializados. As concessões obtidas pelos trabalhadores através do Estado de Bem-Estar Social na Europa e no mundo foram, em parte e sem dúvida, a forma que os governos capitalistas encontraram de evitar que as classes trabalhadoras de seus países se inclinassem para o socialismo.

A Revolução Russa também permitiu um acelerado desenvolvimento das forças produtivas na URSS, possibilitando a esta avançar em 50 anos talvez o que as potências capitalistas centrais como a Inglaterra levaram séculos para alcançar. O grande avanço econômico, baseado em uma economia centralizada e planificada – apesar de burocrática e sob um regime político ditatorial – que se implantou na Rússia após a revolução, foi o que permitiu à URSS conseguir muitos progressos técnicos e científicos.

Embora surgida a partir de um país atrasado, semifeudal, de capitalismo incipiente, como a antiga Rússia, a URSS pôde – assentada nas novas relações de propriedade e produção coletivas estabelecidas por uma revolução de caráter anticapitalista –, em muito pouco tempo transformar-se em um país industrializado e moderno. Durante a maior parte de sua existência, a URSS – mesmo diante do quadro de isolamento internacional – cresceu a um ritmo mais veloz do que a média dos países capitalistas, desacelerando apenas a partir da década de 1970. Esse crescimento em marcha forçada e a modernização em tempo recorde, sem dúvida, permitiram ao país imensos progressos econômicos, sociais e culturais. Foi a industrialização febril dos anos 30 que possibilitou à URSS suportar a maior carga na vitória contra a máquina de guerra nazista e salvar a democracia ocidental naquele momento, sem o que a história da segunda metade do século passado poderia ter sido completamente distinta.

Contudo, a história da Revolução Russa tem início muito antes de 1917. Vejamos um pouco dela, pois é parte fundamental da história do século XX. Entre os anos de 1904 e 1905, a Rússia esteve em guerra com o Japão em disputa por territórios na China. A derrota na guerra agravou a crise econômica e o descontentamento da população em relação ao czarismo. O ano de 1905 foi o estopim de todas as contradições

que a Rússia vinha vivendo, e foi marcada por uma onda revolucionária. Protestos e greves pararam as principais cidades mais industrializadas, São Petesburgo e Moscou. O Partido Socialdemocrata Russo teve papel fundamental nessa insurreição. Foram criados os *soviets*, os conselhos populares deliberativos. No entanto, a derrota da Revolução de 1905 causou um enorme impacto nas organizações operárias do mundo todo, que entraram num período de refluxo. Lênin, no entanto, caracterizava a Revolução de 1905 como o *Ensaio Geral* para a Revolução socialista vindoura.

A I Guerra Mundial agravou profundamente a situação, desequilibrou a produção industrial e agrícola, além de gerar enormes gastos com a manutenção do exército. Com o aumento nos preços dos alimentos a população foi assolada pela fome, além das pestes. O exército Russo já havia tido três milhões de soldados mortos em 1917, além de milhões de feridos. Os soldados desertavam em desespero, aos milhões, incorporando as fileiras da oposição ao regime. No dia 08 de março de 1917 (fevereiro no calendário russo), uma greve geral motivada pelo Dia Internacional da Mulher parou a cidade de São Petersburgo, capital do país. A partir daí os próximos dias foram seguidos por greves e protestos, com o exército se recusando a reprimir a população. No dia 13 de março (27 de fevereiro no calendário russo) o czar, sem apoio militar, teve que renunciar.

Havia dois organismos paralelos de poder, a Duma, que acabou constituindo-se como o Governo Provisório, e os *soviets*, representando os organismos populares. O governo provisório tinha como presidente o príncipe Lvov e como primeiro-ministro Alexander Kerensky, líder do Partido Social Revolucionário e era apoiado pelos mencheviques. A primeira fase da Revolução Russa, a Revolução de Fevereiro de 1917, teve um caráter democrático-burguês



e implementou algumas reformas democráticas como a instituição da jornada de trabalho para 8 horas diárias, a anistia aos presos políticos e exilados, e a liberdade de associação e expressão. No entanto, o governo provisório manteve a participação da Rússia na guerra, que foi uma medida extremamente impopular.



Lênin, no texto Teses de Abril (1917) defendia que os bolcheviques deveriam lutar para que a Rússia saísse imediatamente da guerra, que a Revolução fosse levada ao socialismo, defendia o poder dos soviets, a estatização dos bancos, o fim da propriedade privada, o controle das fábricas pelos operários e terra para os camponeses. Essas passaram a ser as principais palavras de ordem levantadas pelos bolcheviques e que foram as bandeiras emblemáticas da Revolução Russa: **Paz, pão e terra!** e **Todo o poder aos sovietes!**

Em julho, o príncipe Lvov foi substituído por Kerensky e Lênin foi obrigado a exilar-se na Finlândia. Em setembro, Leon Trotsky, presidente do *soviet* de Petrogrado, criou a guarda vermelha, braço armado dos bolcheviques. Os bolcheviques iam ganhando poder dentro dos *soviets* e já contavam com 200 000 militantes, além do apoio dos marinheiros da base naval de Kronstadt. Em 06 de novembro (24 de outubro no calendário russo) os bolcheviques tomaram Petrogrado; o encouraçado Aurora bombardeou a sede do governo, o Palácio de Inverno Kerensky conseguiu fugir.

No dia seguinte se reuniu o Congresso nacional dos *soviets* de operários, soldados e camponeses que deliberou pela criação do Conselho dos Comissários do Povo, que tinha Lênin como presidente, Trotsky como Comissário das Relações Exteriores e Stalin como Comissário das Nacionalidades. As primeiras medidas da Revolução de Outubro foram a estatização da economia, com o confisco das propriedades rurais e das fábricas, e assinar o Tratado de Brest-Litovsk, em março de 1918, que estabelecia a paz com a Alemanha.

A Revolução Russa teve o papel de lançar a corrente leninista aos olhos do mundo, pois até então Lênin era apenas o chefe de uma minoria no partido bolchevique russo. Suas teses de como levar a revolução adiante, sobre a necessidade e os meios para se avançar de uma situação de revolução democrático-burguesa a uma revolução de caráter socialista influenciaram todo o partido, levando à vitória da revolução de outubro e, a partir daí, lançando as bases de como se organizar um partido revolucionário profissional e eficaz. A revolução e o pensamento leninista influenciaram decisivamente quase toda a esquerda mundial do século XX, e ainda influencia grande parte dela até hoje.

A fundação da III Internacional (Komintern) e os seus congressos

- **I Congresso de Fundação em 1919**. As críticas de Lênin aos limites da democracia capitalista e a ditadura do proletariado
- **O II Congresso (1920)** e as 21 condições de adesão para aceitação dos partidos
- **O III (1921) e o IV (1922) Congressos**, o refluxo da onda revolucionária na Europa, a crítica ao ultra-esquerdismo e a política da Frente Única
- **O V Congresso (1925)**, as esperanças na Revolução Alemã em 1924, sua derrota e o isolamento da Revolução Russa
- O VI Congresso (1928), a radicalização do Terceiro Período
- O VII Congresso (1935), a Grande Depressão, a ascensão do nazismo e a política de Frentes Populares
- A dissolução por Stalin em 1943



Em janeiro de 1919, o Partido Comunista Russo (nome que o partido bolchevique adotou a partir de 1918) junto com partidos comunistas de outros países, como o polonês, o húngaro, o alemão, entre outros, lançou o seguinte chamado à constituição de uma nova internacional socialista:

> Os partidos e organizações abaixo-assinados consideram como uma necessidade imperiosa a reunião do primeiro congresso da nova Internacional revolucionária. Durante a guerra e a revolução, não somente se manifestou a completa bancarrota dos velhos partidos socialistas e socialdemocratas e com estes a da II Internacional, como também a incapacidade dos elementos centristas da velha socialdemocracia na ação revolucionária. Ao mesmo tempo se distingue os contornos de uma verdadeira Internacional Revolucionária.[5]

5 III Internacional. *Teses e resoluções.*



O manifesto apresenta alguns pontos sobre a tática e os objetivos dos partidos socialistas. Aponta que a época atual seria a do desmoronamento do capitalismo e a da tomada imediata do poder pelo proletariado. Para tal, o proletariado deveria derrubar o Estado burguês e estabelecer o Estado operário que, através da ditadura do proletariado deve oprimir e expropriar a burguesia, sistematicamente. O Estado deve ser organizado sob a forma da democracia proletária a partir dos conselhos populares,e, assim, deve desarmar a burguesia.

O primeiro congresso da III Internacional aconteceu em março de 1919, em Moscou. Teve início com uma fala de Lênin em homenagem à **Rosa Luxemburgo e Karl Liebcknecht, que haviam sido assassinados naquele mesmo ano pelas forças de repressão do governo socialdemocrata alemão.** O congresso adotou resoluções acerca da questão da democracia burguesa e da ditadura do proletariado. A esse respeito, as teses apresentadas por Lênin defendiam que com o crescimento do movimento revolucionário do proletariado a burguesia procurava argumentos teóricos para combatê-lo. Utilizava então, o discurso da defesa da democracia em relação à ditadura, para desmoralizar, na imprensa internacional, de maneira mentirosa, afirmava ele, os princípios socialistas.

Combatia essa crítica da burguesia afirmando que ela se apoiava nas concepções de democracia e ditadura de maneira genérica, excluindo dela o fator da classe. **Para Lênin, em nenhum país capitalista existia democracia de fato; segundo ele, o que existe é a democracia burguesa.** A classe oprimida deve se amparar no poder político e combater pela força, a resistência da classe opressora. Ele afirma que os falsos socialistas fazem o jogo da burguesia quando se apóiam no debate sobre a questão da democracia e da ditadura de maneira genérica. O parlamentarismo e a democracia burguesa são, sim, um avanço do ponto de vista político, se comparados com a Idade Média, mas não o são na época revolucionária, diz ele.

Critica a liberdade de reunião irrestrita como um exemplo dessa democracia genérica. Defende que a liberdade de reunião não deve ser permitida aos exploradores, da mesma maneira que a burguesia em sua época revolucionária não permitiu a liberdade de reunião da monarquia restauradora. Tampouco a burguesia, por mais democrática que se afirme, não permite nos marcos do capitalismo a liberdade de reunião dos operários. Mantém a mesma

posição em relação à liberdade de imprensa, esta seria um mito, pois no capitalismo quem detém as impressoras, os papéis, é a burguesia. **A imprensa está nas mãos de quem detém os meios de produzi-la, portanto a liberdade de imprensa nos marcos do capitalismo é também um mito para Lênin**, a imprensa deve ser libertada das mãos dos capitalistas. Outra deliberação importante do 1º Congresso foi sobre a necessidade de se ampliar e aprofundar a organização e o poder dos *soviets*:

> Só a organização sovietista do Estado pode realmente quebrar de imediato e destruir definitivamente o velho aparato administrativo e judiciário burguês que é conservado, e deve inevitavelmente ser conservado sob o capitalismo, mesmo nas repúblicas mais democráticas, uma vez que ele é de fato o maior empecilho à prática dos princípios democráticos em favor dos operários e dos trabalhadores. A Comuna de Paris deu, nesse sentido, o primeiro passo de uma importância histórica universal; o poder dos soviets deu o segundo.[6]

Zinoviev foi eleito o presidente do Comitê Executivo da Internacional, que era o órgão máximo entre os congressos. **A III Internacional adotou o nome de Internacional Comunista** (Komintern), pois Lênin considerava que havia um equívoco no nome de socialdemocrata.

O **Segundo Congresso da Internacional Comunista** aconteceu em Petrogrado, entre julho e agosto de 1920. Inúmeros partidos socialdemocratas solicitavam a sua integração à III Internacional, no entanto esses partidos ainda não compartilhavam da concepção bolchevique sobre a organização do partido, sobre o papel que os comunistas deveriam exercer nos sindicatos e sobre a questão do parlamento. O segundo congresso teve o papel de estabelecer esses parâmetros, foram determinadas as 21 condições de adesão à Internacional, **apenas seria aceito como membro da Internacional o partido que discutisse internamente cada um dos 21 pontos e concordasse com todos eles. As 21 condições tinham por objetivo centralizar todas as seções da Internacional, para isso estabelecia que a imprensa do partido deveria estar submetida ao Comitê Central, que a propaganda dos partidos deveriam ter um caráter comunista, que cada seção adotasse o nome de Partido Comunista.** Esse Congresso também aprovou os estatutos da Internacional Comunista.

6 III Internacional. *Teses e resoluções*.

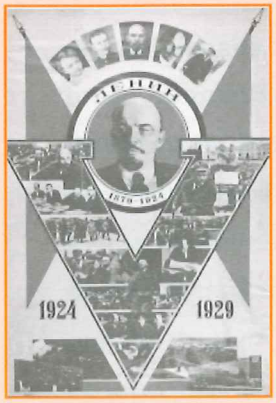


O **Terceiro Congresso da III Internacional** aconteceu entre junho e julho de 1921. Esse congresso caracterizou que a situação revolucionária estava diminuindo, a partir da eleição de governos socialdemocratas em diversos países da Europa. A crise econômica do pós-guerra causou a revolta e a mobilização dos trabalhadores nos países mais industrializados, no entanto, a sua derrota fortaleceu a burguesia e permitiu que essa intensificasse a repressão aos socialistas. Diante disso, a **III Internacional adotou a posição de organizar o trabalho político amplo, conquistando espaço dentro dos sindicatos e a simpatia das massas**, em detrimento da ação direta, imediata, que já não era eficaz nesse novo contexto. Também foi adotada a postura da **Frente Única** com todos os setores do proletariado, inclusive aqueles ligados à II Internacional para conter a ofensiva capitalista.

Outro debate foi em relação à postura do Partido Comunista Alemão, considerada ultra-esquerdista, por ter convocado em março desse mesmo ano, 1921, uma greve geral insurrecional contra o governo, que foi drasticamente derrotada. Por considerar que havia uma certa **tendência sectária e ultra-esquerdista por parte de alguns partidos da Internacional Comunista, que se negavam a se organizar a partir dos sindicatos e que não concordavam com a política de Frente Única,** Lênin escreveu sua obra *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*. Também foram discutidas questões organizativas como a Internacional Sindical Vermelha, que havia sido organizada entre o segundo e o terceiro congressos e a organização da juventude e das mulheres.

O **Quarto Congresso** aconteceu entre novembro e dezembro de 1922 e reafirmou as táticas deliberadas pelo terceiro congresso, em especial a da Frente Única. Foi discutida a ofensiva do capitalismo e a sua nova manifestação: o surgimento do fascismo. Este deveria ser combatido por meio da tática da Frente Única com as demais correntes socialistas. Foram discutidas também as questões dos negros e dos países do Oriente. As organizações críticas do que veio a se chamar de stalinismo, como por exemplo, as correntes de orientação trotskysta, só reconhecem a legitimidade desses quatro congressos.

A grande maioria dos partidos comunistas, como o Partido Comunista Brasileiro, PCB, da época, espalhados pelo mundo estava ligada à Komintern e ao sistema soviético.



O **Quinto Congresso da Internacional Comunista** aconteceu entre junho e julho de 1924 e foi marcado pela derrota da Revolução Alemã. Devido ao caos econômico em que a Alemanha se encontrava depois da I Guerra, os trabalhadores começaram a se manifestar; o Partido Comunista Alemão convocou uma nova greve geral que conseguiu derrubar o governo em agosto de 1923. No entanto, não conseguiu manter o poder e formou-se um governo composto pela burguesia e pela socialdemocracia. **Lênin e os bolcheviques já defendiam desde o início da Revolução Russa que a sobrevivência desta dependia da vitória de uma revolução na Alemanha, devido ao fato de esse país ter as forças produtivas mais desenvolvidas.** O congresso deliberou por novos estatutos que tinham o objetivo de "bolchevizar" todos os partidos da III Internacional.

O **Sexto Congresso** aconteceu entre julho e setembro de 1928 e foi marcado pela política do **Terceiro Período**. Há uma radicalização das posições da Internacional a partir da caracterização da situação mundial em três períodos. O primeiro, que vai de 1917 a 1923, foi considerado um período revolucionário. O segundo, que vai de 1924 a 1928, era avaliado como um período de estabilização do capitalismo. O terceiro, que estava se delineando, era o período da crise do capitalismo que levaria inevitavelmente à revolução e à derrota definitiva do capitalismo.

De fato, o mundo se preparava para entrar, **a partir de 1929, na Grande Depressão que viveu a economia capitalista no período entre as guerras. Esta crise levou a economia mundial a uma grande contração, com muito desemprego e sofrimento humano nos países centrais, agora também nos EUA.** Mas ao contrário do esperado, a crise econômica não levou somente à radicalização de esquerda. Na Alemanha o desespero da população com a grave crise econômica e com a hiperinflação abriu espaço para a ascensão do nazismo e de Hitler, que em breve levaria a humanidade a uma nova catástrofe, a II Guerra Mundial.

O **Sétimo Congresso** aconteceu em agosto de 1935 e foi marcado pela política de **Frentes Populares** com outros partidos socialistas e com setores considerados progressistas da burguesia. Com o susto ocasionado pela ascensão do nazismo e na tentativa de barrar seu avanço, há uma mudança na linha da III Internacional e dos partidos comunistas, que passaram a priorizar as frentes com os partidos socialdemocratas e apoiar os gover-



nos democrático-burgueses, em detrimento de uma posição revolucionária. Essa política foi reforçada posteriormente com a aliança da URSS com as potências capitalistas do Ocidente para derrotar o nazismo durante a II Guerra Mundial.

A III Internacional foi dissolvida em 1943, durante a II Guerra Mundial como forma de garantir que os partidos comunistas não tentariam derrubar o capitalismo no ocidente.

A guerra civil, o comunismo de guerra e a NEP

- A Guerra Civil, Exército Branco e o Exército Vermelho
- O comunismo de guerra e a política de requisições
- A vitória na guerra civil, seu custo, o fracasso do comunismo de guerra
- A NEP
- A supressão dos demais partidos e das frações no partido nesse período. O poder ultracentralizado no partido

Se avançamos cronologicamente na história da III Internacional, voltemos agora à cronologia do avanço da Revolução Russa e da construção da URSS para entender o que veio a se chamar de **sistema soviético** ou ***socialismo real*** e a própria evolução daquela organização. Logo depois da Revolução Russa, **em março de 1918, irrompeu a Guerra Civil, que se estendeu até 1921.** Os setores ligados ao antigo regime apoiados pelas potências capitalistas estrangeiras organizaram o **Exército Branco**, que invadiu grande parte do território russo.

A guerra foi encerrada com a **vitória do Exército Vermelho sob o comando de Trotsky.** A vitória contra o Exército Branco, apoiado por forças de intervenção de quatorze países teve, entretanto, um custo altíssimo. **Os bolcheviques herdaram não só um país atrasado e isolado, mas também arruinado pela guerra civil,** fato que aprofundou terrivelmente o atraso material na Rússia. O desemprego era massivo e a fome se alastrou.



A defesa da Revolução contra a agressão havia levado à implantação do chamado **Comunismo de Guerra**. Um regime de controle rigoroso da produção e da distribuição. **Toda a vida econômica teve que ser subordinada às necessidades geradas pela guerra.** As empresas foram nacionalizadas, a gestão foi centralizada, **os demais partidos foram proibidos em nome da unidade para combater o inimigo.** O abastecimento do Exército e das cidades exigia matérias-primas para a produção industrial além de cereais para a alimentação. A maneira utilizada para conseguir esses gêneros agrícolas foi através do **confisco dos excedentes dos camponeses.** Forçados a entregar ao Estado seu excedente de produção e comprimir mesmo aquela parcela necessária à sua sobrevivência, os camponeses limitavam o plantio e escondiam os estoques para burlar as requisições e comercializá-los no mercado negro. A resistência dos camponeses fez cair radicalmente a produção, a população das cidades fugia para o campo.

> A classe operária russa se desfazia. Os operários industriais, dos quais a maior parte era formada por ex-camponeses, voltava ao campo. Para fazer face à fome e à carência de mão-de-obra industrial, a fim de fixar os trabalhadores à indústria e evitar sua fuga para o campo, foram criados também 'exércitos de trabalho'; os sindicatos foram mobilizados para a tarefa de disciplinar os trabalhadores e contribuir para o aumento da produção. A expressão mais radical na direção da arregimentação obrigatória da força de trabalho encontra-se na proposta defendida por Trotsky e outros no sentido da 'militarização dos sindicatos' e da classe operária, de maneira a soldar o operário à sua fábrica.[7]



A esse respeito, um dos que polemizou com Trotsky foi Alexandra Kollontai, representante da **Oposição Operária**, tendência interna do Partido Comunista Russo. Ela defendia a autonomia dos sindicatos em relação ao partido bem como o controle operário sobre a produção. Lênin também se opôs a posição de Trotsky, que na prática acabava, ainda que temporariamente, com a autonomia dos sindicatos, o que terminou acontecendo depois.

7 RODRIGUES, L.M. prefácio *à Nova Econômica,* de E. Preobrajensky, p. 18.



Economicamente o comunismo de guerra foi uma catástrofe, gerando inúmeros levantes de camponeses e culminando no levante dos marinheiros de Kronstadt, em março de 1921, reprimidos pelo Exército Vermelho. Após a guerra civil as proibições aos demais partidos mantiveram-se, pois permanecia a situação de ameaça e a possibilidade de novas agressões externas. A partir de 1921, com a vitória na Guerra Civil, mas com a economia quase paralisada, o Partido Comunista dá início à **Nova Política Econômica**, a **NEP**. Suas bases foram lançadas na obra de Lênin, *Tarefas imediatas do Poder Soviético.* A questão colocada era como retomar a produção e gerar excedente agrícola comercializável.

A NEP foi, na verdade, um recuo frente ao descontentamento nos campos e nas cidades e o reconhecimento da falência do comunismo de guerra como orientação econômica para o estágio de desenvolvimento das forças produtivas do país no início da década de 20. Não se poderia ainda estabelecer relações diretamente socialistas na velha Rússia atrasada e semidestruída da época. Ainda não era possível prescindir do interesse individual e do mercado como elementos estimuladores, motores para retomar a produção e construir a base material do socialismo. Assim, **a primeira medida da NEP foi restabelecer a circulação de mercadorias no campo em substituição às requisições.** Já não havia excedentes agrícolas a requisitar, então era necessário fazer com que reaparecessem urgentemente. **O X Congresso do Partido Comunista deliberou, em março de 1921, pela adoção do Imposto em Espécie, que concedia o direito de os camponeses venderem livremente o excedente de sua produção depois de terem pagado o imposto. Essa medida permitiu o aumento da produção agrícola.**

Quanto às empresas, o Estado ainda manteve a posse e a gestão dos setores estratégicos, mas arrendou uma série de empresas, principalmente as de pequeno porte, para administradores capitalistas estrangeiros. **A NEP foi um retorno parcial ao capitalismo,** uma economia mista. Ao mesmo tempo em que a administração econômica era centralizada pelo Estado, ela permitia a indústria e o comércio privados.

Segundo Lênin, a economia Russa de então continha elementos tanto do socialismo quanto do capitalismo, que se apresentavam como cinco formações econômicas distintas:

1) Economia natural ou patriarcal
2) Pequena produção camponesa
3) Capitalismo privado
4) Capitalismo de Estado
5) Socialismo

O elemento que predominava na economia russa, no entanto, era o pequeno-burguês, a pequena produção camponesa.

O debate econômico sobre os caminhos da industrialização

- Fundação da URSS em 1922. Os avanços
- Progresso/modernização em 50 anos igual ao que potências industriais capitalistas tiveram em séculos
- A constatação do atraso da Rússia, o debate econômico e as alternativas para avançar. Preobrajensky (industrialização acelerada) e Bukarin (ou lenta acumulação camponesa)
- Como construir a base industrial-material necessária ao socialismo? De onde viriam os recursos? Do campo. A idéia da acumulação primitiva socialista (Preobrajensky)

O fato de que a primeira revolução socialista tenha se dado em um país atrasado, semifeudal, submetido ao isolamento e à agressão externa forçou a história a enfrentar tarefas completamente distintas daquelas originalmente formuladas por Marx e Engels, que previam que o socialismo começaria nos países avançados.



A Revolução Russa de 1917 gerou imensos e imprevistos desafios, muito superiores aos problemas que esses teóricos imaginavam que o socialismo teria que enfrentar. A luta interna no partido se dava na questão da interpretação de quais os rumos que a economia soviética deveria tomar e se traduzia na luta pelo poder político.
As questões que se levantavam eram:

Seria a NEP uma concepção estratégica de construção do socialismo ou apenas um recuo tático, uma concessão aos interesses individualistas dos camponeses e pequenos capitalistas privados enquanto não se pudesse avançar mais na socialização de toda a economia e enquanto durasse o isolamento da URSS? **Como superar o atraso e construir a base industrial necessária à modernização do país** e ao mesmo tempo decisiva para sobreviver a uma próxima agressão militar das potências imperialistas? De onde viriam os recursos para a industrialização? Seria possível avançar na industrialização e na socialização da economia a partir da lenta acumulação privada do camponês ou o enriquecimento deste ameaçaria a revolução e conduziria à restauração do capitalismo? O camponês enriquecido seria assimilado pelo socialismo ou se voltaria contra este?

No plano econômico as divergências ficavam explícitas na polêmica entre Bukhárin, na ocasião ligado a Stalin, então já no controle do partido, e Preobrajensky, alinhado com Trotsky, já na oposição. Preobrajensky era contra a NEP, defendia que ela levaria ao enriquecimento dos ***kulaks*** (camponeses ricos), e assim, ao surgimento de uma burguesia rural.

> O processo de nivelamento das diferenças sociais no campo foi detido; começou novamente o processo de diferenciação que se desenvolveu mais fortemente nos lugares em que a recuperação da economia camponesa se realizou com mais êxito e onde a superfície da terra cultivada aumentou... No meio da imensa decadência da economia camponesa no seu conjunto, e do empobrecimento geral do campo, vem-se formando uma agricultura burguesa de emergência.[8]

Preobrajensky e Oposição de Esquerda de conjunto defendiam uma aceleração intensa da industrialização, com prioridade para a

8 PREOBRAZENSKY, Idem. P. 12

indústria pesada, além de uma forte cobrança de taxa sobre os camponeses, com o objetivo de atingir uma **acumulação socialista primitiva**. Preobrajensky afirmava que havia dois elementos em conflito na economia soviética, de um lado, a lei do valor e do consumo e, de outro, a planificação, identificada como acumulação socialista primitiva.

Bukhárin se opunha a essa tese de Preobrajensky, sobre os elementos em conflito na economia soviética, não concordava com o conceito de acumulação socialista primitiva e tinha uma posição favorável à NEP e à aproximação com os camponeses. Para ele, **a NEP não deveria ser apenas uma política circunstancial, pelo contrário, deveria ser pensada como uma aliança de longo prazo entre operários e camponeses.** Defendia que a construção do socialismo não poderia prescindir dessa aliança, ainda que isso significasse que o desenvolvimento econômico avançasse mais lentamente. Era através da expansão da economia agrícola que se fortaleceria a economia estatal. Era necessário, portanto, **aumentar a acumulação capitalista no campo** e, nesse sentido, ele defendia uma política mais flexível em relação aos impostos cobrados dos camponeses.



> Existem ainda certos vestígios do comunismo de guerra (...) que constituem um obstáculo para nosso desenvolvimento futuro: as camadas de camponeses acomodados e as que tendem a tornar-se camponeses acomodados têm medo de acumular. Há uma situação em que o camponês hesita em construir um teto de chapa de ferro com medo de ser tratado como um Kulak; se ele compra uma máquina ele o fará de modo que os comunistas não percebam. As técnicas avançadas são empregadas clandestinamente. Ocorre daí que o camponês rico está descontente por que nós o impedimos de acumular, de recrutar força de trabalho... Um medo exagerado do trabalho assalariado, de acumulação das camadas camponesas capitalistas, etc., pode nos levar a conceber uma estratégia errada no domínio da agricultura (...).[9]

9 BUKHÁRIN, Idem. P. 25.



A consolidação do stalinismo

- A luta pela sucessão de Lênin, Stalin e Trotsky
- Stalin secretário-geral do PCUS em 1922
- A burocratização do partido e do Estado. As críticas de Lênin a Stalin. A doença e a morte de Lênin em 1924
- Trotsky e a Oposição de Esquerda
- A vitória e Stalin à frente da burocracia, a perseguição a toda e qualquer oposição, o exílio de Trotsky em 1929



Em 1922, foi fundada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Nesse mesmo ano, **Stalin foi nomeado secretário-geral do Partido Comunista**. Stalin compunha um grupo com Kamenev e Zinoviev, que era chamado de *Tróika*. Esse grupo tinha maioria no Comitê Central. Lênin, que já se encontrava debilitado e afastado da política desde o final de 1922, morreu em 1924. A partir de então a luta política entre Stalin e Trotsky é intensificada pela questão da sucessão.

O atraso material e cultural do país, a militarização das relações sociais em função da guerra civil e a necessidade de compor um quadro dirigente com antigos técnicos do velho regime czarista inevitavelmente levaram ao surgimento dos mesmos vícios burocráticos e autoritários de antes na condução do Estado e do partido.

Lênin já havia se dado conta da **burocratização que crescia no partido e no Estado,** mas não teve tempo de enfrentar esse processo, pois a morte o levou antes. O setor constituído pela nova burocracia estatal e partidária era dirigido por Stalin. **Lênin chegou a escrever duras críticas ao ímpeto burocrático de Stalin em seu testamento político** e havia sugerido que este fosse afastado de seu posto de secretário-geral do partido.

Trotsky, que veio a se opor ao processo de burocratização, não se sabe exatamente por que, foi negligente na única chance que teve de afastar Stalin do poder, no congresso do partido em 1923.

O Partido Comunista desde a guerra civil não permitia a existência de correntes internas. Ainda assim, **Trotsky organizou a Oposição de Esquerda**. No plano político, a divergência entre Stalin e Trotsky se dava quanto à via de prosseguimento da revolução internacional e a construção do socialismo na Rússia. Stalin, junto com Bukhárin, defendia a tese do **socialismo num país só**, ou seja, **de que era possível construir o socialismo apenas na URSS,** e de que havia alguns países que estavam maduros para o socialismo enquanto outros não. Baseavam-se em que o ímpeto revolucionário nos outros países estava arrefecido e que a URSS era muito rica em recursos naturais e que poderia, portanto, construir sozinha o socialismo.



Trotsky defendia a tese da Revolução Permanente, ou seja, de que as conquistas da Revolução Russa só poderiam sobreviver duradouramente com a expansão do socialismo para o resto do mundo, com o alastramento da revolução mundial. A Revolução Russa, de acordo com a teoria de Trotsky, seria apenas o prólogo de uma revolução mundial e só poderia ser vitoriosa em definitivo se acontecesse uma revolução em esfera mundial.

A disputa é vencida por Stalin, que **inicia um processo de depurações**, eliminando de todos os postos do partido toda e qualquer oposição e mesmo os membros do partido que apoiaram as suas posições, mas que não se submetessem. Em 1925, Trotsky é destituído de seu cargo no Comissariado do Povo e em 1929 será exilado. **Em 1926 Zinoviev e Kamenev rompem com Stalin** e junto com a Oposição de Esquerda compõem a **Oposição Unida.** O programa econômico defendido pela Oposição Unida foi o mesmo apontado pela Oposição de Esquerda, teorizado por Preobrajensky.



A consolidação do sistema soviético
As coletivizações forçadas e os planos qüinqüenais

A gênese e o padrão do sistema soviético. A década de 30

- A coletivização forçada (início em 1929), suas conseqüências e o método de terror contra os oponentes
- Os planos qüinqüenais, a mobilização compulsória da força de trabalho
- O avanço extraordinário da URSS e a comprovação das possibilidades do planejamento econômico
- A II Guerra Mundial. A URSS enfrenta e derrota o exército nazista. O papel na guerra
- O *socialismo real*: grandes conquistas econômicas, sociais e científicas, aliadas a ditadura política de um partido único sobre a sociedade e à perseguição e aniquilamento das oposições. Esse é o padrão e a concepção de poder dos partidos comunistas da época

Em 1928, depois de ter aniquilado qualquer oposição, Stalin decide adotar medidas que permitissem uma industrialização acelerada com prioridade para a indústria pesada, ou seja, as mesmas propostas apontadas pela Oposição de Esquerda antes, mas agora com um diferencial fundamental: utilizando o **método do terror e das imposições.** Foi retomada a política de confiscos e logo depois os camponeses foram expropriados das terras que haviam conseguido na revolução, através da **coletivização forçada do campo**. Nesse processo, **milhões de camponeses e suas famílias foram brutalmente massacrados, assassinados ou deportados** por se negarem a entregar suas terras ou simplesmente discordar das posições de Stalin. Nesse momento, Bukhárin rompe com Stalin e segue defendendo a política da NEP. Trotsky, assim como Bukhárin, defendia que a coletivização deveria ser alcançada pelo exemplo do convencimento dos camponeses quanto à superioridade da produção coletiva, pela sua maior rentabilidade e não pelas imposições e pelo terror. A coletivização forçada trouxe imensos prejuízos e contradições para a economia soviética por muitas décadas.

Em 1929, o Partido Comunista aprovou o **primeiro plano qüinqüenal,** que iniciou o processo de industrialização acelerada que havia sido defendido pela Oposição de Esquerda ainda na primeira parte da década. O plano estabelecia audaciosas metas anuais de crescimento que foram sendo atingidas pela mobilização compulsória de recursos e política da repressão indiscriminada. Um dos objetivos era a liquidação da classe dos ***kulaks***, o que acabou sendo feito também através de seu extermínio físico. **Na década de 30 foram desenvolvidos outros três planos qüinqüenais que permitiram que o crescimento da URSS fosse maior que o de qualquer país capitalista em toda a história,** um crescimento febril da economia soviética, em níveis superiores ao alcançado pela China hoje em dia. Foram desenvolvidos novos ramos econômicos como a aeronáutica, a química, a eletrotécnica, o setor de máquinas e de automóveis. Esse crescimento só foi possível devido à centralização das decisões sobre os investimentos nas mãos do Estado. O Estado levou a acumulação socialista primitiva teorizada por Preobrajensky em níveis inimagináveis. No entanto, essa política foi baseada no terror, na mobilização imposta da mão-de-obra de milhões de trabalhadores e camponeses e nos extermínio destes últimos.

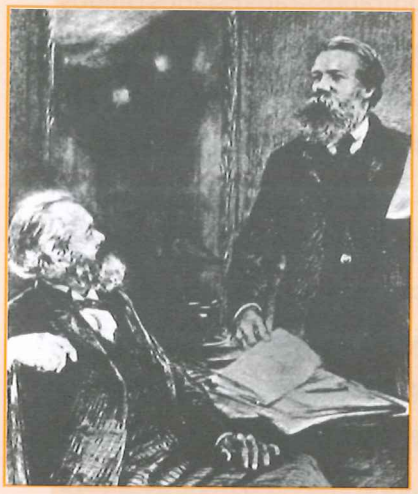
Foi a acelerada industrialização modernizadora da URSS que permitiu ao **exército soviético derrotar a poderosa máquina de guerra nazista.** A chegada de Hitler ao poder e a preocupação com uma agressão externa haviam levado a URSS a aumentar os seus gastos militares e sua prioridade com a indústria pesada e de defesa. O Exército Vermelho, às vésperas da II Guerra Mundial, tinha um equipamento militar de nível técnico dos mais modernos do mundo, para surpresa dos nazistas. Foram o planejamento estatal e os avanços na economia soviética que permitiram vitória soviética na guerra. Foi esse acelerado crescimento que também permitiu a URSS se recuperar da destruição da II Guerra em tempo recorde e polarizar e dividir o mundo em dois como uma superpotência, contraposta aos Estados Unidos na Guerra Fria e também sair na frente em vários campos como a corrida espacial, por exemplo. **É a partir da coletivização forçada e dos planos qüinqüenais que levaram a um grande crescimento econômico e a importantes conquistas sociais e científicas, mas ao mesmo tempo do terror indiscriminado como método de luta política contra os oponentes e da eliminação física de qualquer oposição que se consolida e se delineia o que ficou conhecido como sistema soviético ou *socialismo real*.**



Comparação do sistema soviético com o socialismo marxista

O socialismo original marxista e as críticas ao sistema soviético

- O socialismo marxista
- Comparação. As identidades e diferenças do socialismo real com o socialismo marxista
- A abolição da propriedade privada
- O Estado hipertrofiado opressor
- A supressão da democracia
- A continuidade da divisão social do trabalho
- Socialismo num só país
- Trotsky, a identificação e as críticas ao processo de burocratização
- A tentativa de fundação de uma nova internacional como continuidade das anteriores: a IV Internacional. A dispersão
- As correntes trotskystas do Brasil



É importante esclarecer que o sistema soviético ou o ***socialismo real*** **não é sinônimo daquele socialismo pensado inicialmente por Marx e Engels.** O socialismo marxista difere em diversos pontos do chamado *socialismo real.* Do ponto de vista teórico, por sua natureza democrática, o socialismo marxista previa o fim de toda opressão contra os trabalhadores, o que é oposto à excessiva centralização burocrática e à cruel opressão ditatorial que ocorreu na URSS. Por outro lado, nem Marx, nem Engels, nem Lênin nunca pensaram que seria possível a construção de um socialismo de caráter nacional, pelo contrário este só poderia ser uma formação mundial.

A URSS, mesmo com sua acelerada industrialização, não poderia, portanto, chegar ao socialismo sozinha. Na visão da oposição trotskysta, somente uma revolução nos paí-

ses industrializados era a alternativa para livrar a URSS de seu isolamento. A derrota ou simplesmente a ausência de revoluções nos demais países desenvolvidos foram um fator que levaram ao isolamento da experiência soviética e contribuíram para a posterior derrocada do seu regime, bem como as agressões externas que a Rússia revolucionária e a URSS sofreram por parte das potências capitalistas, que resultaram em imensas perdas materiais e humanas, além de gerar enormes gastos e prejudicar a produção.

Para comparar o sistema soviético com o marxismo, vejamos alguns aspectos que podem ser extraídos das obras de Marx e Engels como definidoras do socialismo:

1) **Abolição da propriedade privada**, base da exploração capitalista, e imediata **socialização dos meios de produção e de distribuição, e estabelecimento do planejamento econômico.**
2) **Supressão do direito burguês na esfera da distribuição.** Sob o capitalismo os trabalhadores recebem apenas uma parte de sua produção; sob o socialismo os trabalhadores, tendo a posse dos meios de produção, receberam de maneira igualitária por aquilo que trabalharam, tendo descontados apenas uma parte que o Estado utilizaria para investir nos serviços públicos.
3) **Superação da divisão social do trabalho**, ou seja, da divisão entre o trabalho manual e o intelectual. Na sociedade capitalista, enquanto uns pensam, planejam, administram, outros executam, sem nenhum controle sobre o quê produzem ou como produzem.
4) **Desaparecimento progressivo do Estado.** Com o fim das classes sociais o Estado, entendido por Marx como instrumento de opressão de uma classe sobre a outra, não seria mais necessário.
5) **O socialismo como uma formação mundial.** Devido ao caráter mundial da economia o socialismo só poderia triunfar se ocorresse em escala mundial.
6) **O fim das relações de opressão e estabelecimento de ampla democracia para a grande massa da população**. Como o fim da exploração do homem pelo homem, deveriam desaparecer também as relações sociais baseadas na violência e em todas as formas de opressão, seja ela contra as mulheres, contra outros povos, contra qualquer pessoa. As relações sociais sob o socialismo se dariam de forma mais humana, baseadas na fraternidade, na lealdade, na solidariedade.



Apenas no primeiro ponto o sistema soviético guarda relação com o socialismo marxista. Nos demais, foi, de certa forma, sua negação.

As críticas ao *socialismo real*

Como se demonstrou, a maneira como o processo se desenvolveu na URSS levou a algo bem distinto do socialismo proposto por Marx. Várias são as críticas que surgiram ao modelo soviético de "socialismo". Ao invés de um Estado baseado em conselhos e que tivesse meras funções de fiscalização e controle, facilmente acessíveis a toda a população, o Estado soviético se hipertrofiou e se burocratizou tremendamente. A propriedade dos meios de produção e da terra, embora fossem declaradas coletivas, eram controladas exclusivamente pela burocracia do Estado, sem qualquer controle pelos trabalhadores. A propriedade, mesmo sendo estatal não estava nas mãos do povo, pois este não tinha qualquer participação nas decisões do Estado.

Os planos econômicos também foram construídos de cima para baixo, através da coerção, sem diálogo como os produtores diretos. A coletivização forçada da terra dos camponeses foi um exemplo de como o Estado impunha suas medidas econômicas de maneira centralizada, autoritária e cruel. O trabalho assalariado também continuou existindo; grande parte da produção dos trabalhadores lhes era subtraída, seja pela lógica acumulativa do Estado soviético, seja para manter os privilégios da burocracia. A divisão social do trabalho jamais chegou a ser superada na URSS. Na sociedade soviética se formaram duas categorias, classes ou extratos de classes sociais bem distintos. A burocracia, que se apodera de todas as tarefas de planejamento, administração e controle, mas sem uma relação direta com a produção e a grande massa de produtores sem qualquer controle sobre o processo produtivo, como no capitalismo.

O Estado soviético controlava todas as esferas da sociedade, sem nenhuma participação do povo; a burocracia tendo, assim, poderes totalitários. O regime soviético funcionava como uma ditadura de um partido único que se fundiu ao Estado.

A proibição dos demais partidos e frações, que se fez ao tempo de Lênin como algo transitório em função da guerra civil, foi mantida pelo stalinismo e transformada em pilar do regime, que também perseguiu, prendeu e assassinou seus opositores políticos, mesmo quando estes eram autênticos socialistas.

A tentativa de construção de uma Quarta Internacional

Em 1938, por não avaliar mais a orientação seguida na URSS como socialista e por acreditar que o stalinismo desviava a URSS dos princípios da revolução internacional, Trotsky liderou a fundação do que veio a se chamar a IV Internacional. Para a corrente trotskysta, a fundação da IV Internacional tem sua justificativa no abandono do **internacionalismo** por parte do stalinismo. Esta corrente do movimento socialista, o trotskysmo, considerava que a partir da tese do *socialismo num país só*, o stalinismo abandonou qualquer projeto de levar a revolução aos outros países, um dos pressupostos básicos do marxismo, segundo Trotsky. Dessa forma avaliava-se que a III Internacional perdera sua razão de ser, pois sua idéia inicial era a de organizar a classe trabalhadora de todo o mundo sob um partido mundial de trabalhadores que organizasse a revolução, que só poderia triunfar se acontecesse globalmente. E isso ela já não fazia. De fato, Stalin extinguirá a III Internacional ou Komintern em 1943, pois há muito deixaram de soprar ventos revolucionários vindos da URSS. Se a intenção não era mais a de organizar a revolução em outros países, então ela não era mais necessária.

A fundação da IV Internacional parece ter sido uma tentativa de apontar e denunciar a burocratização stalinista e seus crimes, e diferenciá-los do socialismo de Marx e Lênin. O sistema de funcionamento da IV Internacional era o mesmo que o da III; na realidade, a IV Internacional se propunha ser uma espécie de continuidade da III Internacional em sua primeira fase, quando Lênin ainda estava vivo. Contudo a duração da IV Internacional sob a condução de Trotsky foi curta. Ele foi assassinado em 1940, a mando de Stalin e a IV Internacional nunca chegou a ser uma organização com influência de massas no mundo e se dividiu em inúmeras correntes.



Hoje existem vários grupos no mundo todo que se reivindicam da IV Internacional. São muitos os grupos, muitas as polêmicas entre os trotskystas que hoje defendem a continuidade da IV Internacional. No Brasil, a maior corrente política de orientação trotskysta é o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). Grande parte das correntes internas do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) também são de orientação trotskysta.

Antonio Gramsci e a conquista da hegemonia da classe trabalhadora sob a democracia burguesa

Antônio Gramsci e a luta pela hegemonia na sociedade civil

- A dificuldade da ação dos socialistas na democracia capitalista: o controle ideológico da burguesia
- A sociedade civil organizada
- O poder popular e o novo Estado socialista não podem ser improvisados
- A luta pela hegemonia em todos os espaços

Embora não esteja diretamente ligada à questão do Estado soviético, uma posição que não se pode deixar de destacar, por influência no pensamento socialista do século XX é a do dirigente do Partido Comunista Italiano, Antonio Gramsci, elaborada no entreguerras. Gramsci viveu boa parte de sua vida e morreu na cadeia. Seus trabalhos versam acerca da questão de como os trabalhadores devem travar as suas lutas sob o regime da democracia burguesa para chegar ao poder. Para Gramsci, o Estado socialista que surgir de uma revolução socialista não pode ser improvisado do dia para a noite, ele seria fruto das instituições organizativas dos trabalhadores desenvolvidas dentro do regime de democracia burguesa. Os trabalhadores organizados em seus locais de trabalho e moradia, em suas assembléias deliberativas constroem os organismos de poder que devem derrubar e substituir o Estado burguês:



> Conectar entre si estes institutos, coordená-los e subordiná-los numa hierarquia de competências e de poderes, centralizá-los

fortemente, porém, respeitando as necessárias autonomias e articulações, significa criar aqui e agora uma verdadeira e própria democracia operária, em contraposição eficiente e ativa ao Estado burguês, preparada desde já para substituir o Estado burguês em todas as suas funções essenciais de gestão e domínio do patrimônio nacional.[10]

É tarefa do partido, para Gramsci, disciplinar e educar a classe trabalhadora, orientá-la a se auto-organizar e a adquirir consciência e preparo para a tomada do poder. As comissões de fábrica são os órgãos que limitam o poder do patrão dentro da fábrica. Devem ser disciplinadas e preparadas para assumir as funções administrativas dentro desta, depois da tomada do poder. Os comitês de bairro seriam os locais onde deveriam ser organizados todos os demais trabalhadores, de outras categorias. Os socialistas deveriam fazer seu trabalho de agitação e propaganda dentro desses organismos, bem como estimulá-los a se organizar da maneira mais democrática possível, através da eleição de delegados em assembléias.

Tal sistema de democracia operária (integrados com organizações equivalentes de camponeses) daria uma forma e uma disciplina permanente às massas, seria uma magnífica escola de experiência política e administrativa, enquadraria as massas até o último homem, habituando-as à tenacidade e à perseverança, habituando-as a considerar-se como um exército em campo que tem a necessidade de uma firme coesão se não quer ser destruído e escravizado.[11]

O exercício da democracia operária entre os trabalhadores em seus organismos deliberativos os educaria e os prepararia para a conquista do poder, transformaria as suas consciências e apenas dessa forma o Estado burguês poderia ser derrubado e substituído por organismos de poder construídos desde há muito tempo, muito antes, e bastante disciplinados e conscientes. Ou seja, **os trabalhadores e socialistas deveriam conquistar a hegemonia no seio da sociedade civil.**

10 GRAMSCI, A. *Democracia operária*. in www.marxist.org.br
11 Idem.



É a **sociedade civil organizada quem deveria derrubar o Estado burguês e assumir suas funções.** Ou seja, o Estado socialista seria na realidade a organização da sociedade civil gerida de maneira democrática e hegemonizada pelos trabalhadores. Desse modo, o Estado socialista não seria improvisado após a tomada do poder, mas partiria da existência de sólidas organizações representativas dos trabalhadores, onde estes já exercem o poder, de maneira democrática.

> A ditadura do proletariado é a instauração de um novo Estado, tipicamente proletário, no qual confluem as experiências institucionais da classe oprimida, no qual a vida social da classe operária e camponesa transforma-se num sistema difundido e fortemente organizado.[12]

Sabe-se que a dominação burguesa não se dá apenas através da repressão, mas se dá exatamente porque esta tem a hegemonia dentro da sociedade civil. **A burguesia exerce o domínio ideológico sobre a classe trabalhadora, dominando a superestrutura da sociedade, como os meios de comunicação de massa e a educação,** por exemplo. Apenas através de suas organizações é que a classe trabalhadora se educaria e assim deixaria de aceitar os valores burgueses, que dominam a superestrutura da sociedade, como valores naturais. Assim, na mente dos trabalhadores e na superestrutura da sociedade, se travam batalhas tão importantes quanto as infra-estruturais, na luta de classes, que devem estar aliadas a estas. A posição de Gramsci destaca, portanto, a importância do trabalho cotidiano dos partidos socialistas dentro das organizações de massa, de seu fortalecimento, de seu funcionamento democrático e da auto-organização livre do povo e dos trabalhadores como preparação à construção do socialismo.

Bibliografia consultada

BETTELHEIM, Charles. *Planificación y crecimiento acelerado.* México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1965.

_____. *A transição para a economia socialista.* Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

_____. *A luta de classes na União Soviética.* V. 1: 1917-1923, v. 2: 1923-1930, 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

12 GRAMSCI, *A. Democracia operária.* In: www.marxist.org.br

BUKHARIN, Nicolai. *Sobre la acumulación socialista.* Buenos Aires: Materiales Sociales, 1973.

_____. *Teoria económica del periodo de transición.* Córdoba: Passado e Presente, 1974.

_____. *A Nova Política Econômica e nossas tarefas*. In: N. BOUKHARINE; L. KAMENEV; E. PREOBRAJENSKY; L. TROTSKY. *La Question Paysanne em URSS (1924-1929).* Paris: Maspero, 1973, p. 151.

CARR, Eric H. *A Revolução Russa de Lênin a Stalin (1917-1929)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Historia de la Rusia Soviética.* Madrid: Alianza Editorial, 1974. 12 vols.

_____. *La Revolución Bolchevique, (1917-1923)*, Madrid: Alianza Editorial, 1974.

_____. *El interregn.* Madrid: Alianza Editorial, 1977.

_____. *El socialismo en un solo país.* Madrid: Alianza Editorial, 1974-1976, 3 vols.

COHEN, Stephen. *Rethinking the soviet experience*. Oxford: Oxford University Press, 1985.

CONQUEST, Robert et al. *Ditadura sem proletariado.* Barcelona: Afrodite, 1978.

_____. *O grande terror. Os expurgos de Stalin.* Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1987.

DEUTSCHER, Isaac. *Stalin*. Londres: Harmondsworth, 1966.

_____. *O profeta armado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966-1968.

_____. *O profeta desarmado.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966-1968.

_____. *O profeta banido.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966-1968.

_____. *A revolução inacabada.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. *Ironias da história.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, A. *Democracia operária.* In: www.marxist.org.br

HOBSBAWN, Eric. *História do marxismo.* 2. ed., 11 vols. São Paulo: Paz e Terra, 1986-1991.

LÊNIN, Vladimir I. *Teoria económica y economía política de la construcción del socialismo.* México: Roca, 1974.

_____. *Obras escolhidas.* São Paulo: Alfa-Omega, v. 1, 3. ed., 1986; v. 2, 3. ed., 1986; v. 3, 1980.



_____. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1987a.

_____. *A Nova Política Econômica (NEP): capitalismo de Estado, transição e socialismo*. São Paulo: Global, 1987b.

_____. *O oportunismo e a falência da II Internacional.*

_____. *A revolução proletária e o renegado Kautsky.*

_____. *Teses de Abril.*

LUXEMBURGO, Rosa. *Questões de organização da socialdemocracia russa.* In:

Centralismo Democrático. Coimbra: Ed. Centelha, 1979.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da Economia Política*. 5. ed., Lisboa: Ed. Estampa, 1977.

_____. *Miséria da filosofia,* São Paulo: Global, 1980.

_____. *O Capital*, São Paulo: Nova Cultural, 3. ed., v. 5, 1988.

_____. *Grundisse*. México D.F., Siglo Veinteuno Editores, v. 1, 17. ed., 1997; v. 2, 13. ed., 1997; v. 3, 11. ed., 1998.

_____. ENGELS, Friedrich. *Escritos económicos vários de Marx y Engels*. Barcelona: Ediciones Grijalho, 1975.

_____.*Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 3 vols. , 1980

_____. *A ideologia alemã*, São Paulo: Hucitec, 1987.

MEDVEDEV, Roy. *Le stalinisme. Origines, histoire, conséquences.* Paris, Seuil, 1971.

_____. *Era inevitável a Revolução Russa?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *O socialismo num só país*. In: HOBSBAWN, Eric. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. v. 7, p. 45.

PREOBRAJENSKY. *A Nova Econômica*. RJ: Paz e Terra, 1979.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Uma revolução perdida – A história do socialismo soviético*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Prefácio à Nova Econômica. In: PREOBRAJENSKY. *A Nova Econômica*. RJ: Paz e Terra, 1979.

RODRIGUES, Robério Paulino. *O colapso da URSS. Um estudo das causas*. Tese de doutorado. USP.

SERGE, Victor. *El año uno de la Revolución Russa.* México, D.F.: Siglo Veinteuno Editores, 1969.

TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. *Stalin. El gran organizador de derrotas.* Buenos Aires: Yunque, 1974.

_____. *A revolução traída.* Lisboa: Antídoto, 1977a.

_____. *Escritos.* Bogotá: Editorial Pluma, 1977b.

_____. *A revolução desfigurada.* São Paulo: Ciências Humanas, 1979a.

_____. *A revolução permanente.* São Paulo: Ciências Humanas, 1979b.

_____. *Em defesa do marxismo.* São Paulo: Proposta Editorial, (s.d.).

III Internacional Comunista. Manifesto, teses e resoluções do 1º congresso. Cadernos de Formação Marxista, v.1. SP: Ed. Brasil Debates, 1988.

III Internacional Comunista. Manifesto, teses e resoluções do 2º congresso.

Cadernos de Formação Marxista, v. 2. SP: Ed. Brasil Debates, 1988.

III Internacional Comunista. Manifesto, teses e resoluções do 3º congresso.

Cadernos de Formação Marxista, v. 3. SP: Ed. Brasil Debates, 1988.

III Internacional Comunista. Manifesto, teses e resoluções do 4º congresso.

Cadernos de Formação Marxista, v. 4. SP: Ed. Brasil Debates, 1988.

CRÉDITO DAS IMAGENS

http://br.geocities.com/mcrost00/20040713a_comunismo.htm

www.midiasemmascara.com.br

br.geocities.com

www.sergiosakall.com.br/.../materia_russia.html

pt.wikipedia.org/wiki/Bolchevique

asvinhasdaira.wordpress.com/.../

http://dotecome-leituras.blogspot.com/2004/10/o-estado-e-revoluo.html

http://resistir.info/brasil/outubro_1917.html

http://www.pstu.org.br/juventude/mg/fotos/revrussafoto.html

http://www.cecac.org.br/MATERIAS/88_anos_revolucao_sovietica.htm

www.marxists.org/.../politics/bolsheviks.htm

commons.wikimedia.org/wiki/Image:Stalin1.jpg

http://gemsmiderland.blogspot.com/2006/04/antonio-gramsci.html



Para Saber Mais Sobre o Tema

O objetivo deste suplemento é aprofundar o conhecimento dos conteúdos desenvolvidos em aula. Nele, você encontrará indicações e referências de materiais que possibilitam a discussão e oferecem elementos para a reflexão sobre os temas abordados. As obras e textos aqui listados são um complemento daqueles já citados no "Texto de Referência".

Livros

BERLIN, I. *Pensadores Russos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

BOBBIO, Norberto. *Qual Socialismo?: discussão de uma alternativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BOTTOMORE, Tom (ed). *Dicionário do pensamento marxista.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

CARR, Eric H. *A Revolução Russa de Lênin a Stalin (1917-1929)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *A revolução Bolchevique.* Porto: Afrontamento, 1977.

CLAUDIN, F. *A oposição ao socialismo real*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

COUTINHO, C.N. e TEIXEIRA, A. (Orgs. .) *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DEUTSCHER, Isaac. *Stalin*. Londres: Harmondsworth, 1966.

_____. *Stalin. Uma biografia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *O profeta armado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966 -1968.

_____. *O profeta desarmado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966-1968.

_____. *O profeta banido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966-1968.

_____. *Stalin: A história de uma tirania*. RJ, Civilização Brasileira, 1970.

DJILAS, Milovan. *Conversações com Stalin*. POA. Ed. Globo, 1964.

DOSTOIÉVSKI, Fiodor M.. *Os Irmãos Karamazovi*. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1971.

DROZ, Jacques. *História geral do socialismo*. Lisboa: Horizonte, 1976.

FERNANDES, Florestan (Org.). *Lênin*. São Paulo: Ática, 1978.

FERRO, Marc. *A Revolução Russa de 1917*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GÓGOL, Nicolai Vassílievitch. *O capote e outras novelas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1990.

GRAMSCI, A. *Democracia operária*. In: www.marxist.org.br

_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HOBSBAWN, Eric (Org.). *História do marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1986-1991.

_____. *A era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979.

_____. *Os Trabalhadores – Estudos sobre a História do Operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

KEEP, John; BRISBY, Liliana. *História contemporânea na concepção soviética*. Rio de Janeiro: Record, 1965.

KITCHEN, Martin. *Um Mundo em chamas: uma breve história da II Guerra Mundial na Europa e na Ásia (1939-1945)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

KRIEGEL, Anne. *As Internacionais Operárias (1864-1943)*. Lisboa: Bertrand, 1974.

LENIN. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Global, 1979.

_____. *A Nova Política Econômica (NEP): capitalismo de Estado, transição e socialismo*. São Paulo: Global, 1987.

_____. *O oportunismo e a falência da II Internacional*.

_____. *A revolução proletária e o renegado Kautsky*.



LUXEMBURGO, Rosa. *Questões de organização da socialdemocracia russa*. In: Centralismo Democrático. Coimbra: Ed. Centelha, 1979.

_____. *A revolução russa*. Petrópolis: Vozes, 1991.

MARTENS, Ludo. *Stalin: um novo olhar*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MEDVEDEV, Zhores A. *Um Stalin, desconhecido*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

MONTEFIORE, Simon. *Stalin: A corte do czar vermelho*. Cia das Letras, 2006.

NETTO, José Paulo. *O que é stalinismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *O que é marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PEDRO, Antônio. *A Segunda guerra mundial*. São Paulo/Campinas: Atual/Unicamp, 1985.

PERROT, Michelle (Org.). *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

PREOBRAJENSKY. *A Nova Econômica*. RJ: Paz e Terra, 1979.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Uma revolução perdida – A história do socialismo soviético*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

_____. *Rússia (1917-1921): anos vermelhos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REMOND, René. *O século XIX – 1815-1914*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1976.

_____. *O século XX – De 1914 aos nossos dias*. São Paulo: Cultrix, 1993.

SERVIC, Robert. *Lênin: a biografia definitiva*. São Paulo: Difel, 2006.

SPINDEL, Arnaldo. *O que é Comunismo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____.*O que é Socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

TCHECOV, Anton Pavlovitch. *O Malfeitor e outros contos da Velha Rússia*. São Paulo: Ediouro, 1989.

THOMPSON, David. *Pequena História do Mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

TREMAIN, Rose. *Stalin*. Rio de Janeiro: Renes, 1975.

TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. *Stalin: El gran organizador de derrotas*. Buenos Aires: Yunque, 1974.

_____. *A Revolução Traída*. São Paulo: Global, 1980.

VOLKOGONOV, Dmitri. *Stalin, triunfo e tragédia*. São Paulo: Nova Fronteira, 1996.

VOLIN. *A Revolução Desconhecida: Nascimento, Crescimento e Triunfo da Revolução Russa (1825-1917)*. São Paulo, Global, 1980.

III Internacional Comunista. Manifesto, teses e resoluções do 1º congresso. v. 1, 2, 3 e 4 . Cadernos de Formação Marxista. SP: Ed. Brasil Debates, 1988.

Artigos

- FAUSTO, Ruy. *Trotski, a democracia e o totalitarismo (a partir do Trotsky de Pierre Broué)*. Lua Nova, 2004, n. 62. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452004000200007&lng=pt&nrm=iso>
- FERREIRA, Oliveiros S. *A sociologia de Gramsci*. Rev. bras. Ci. Soc., out. 2006, v. 21, n. 62. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000300006&lng=pt&nrm=iso>
- GILL, S. "Gramsci, modernity and globalization". In: *Gramsci And The Twentieth Century Conference*. Istituto Fondazione Gramsci, Sardinia, 1997. Disponível em: <http://www.italnet.nd.edu/gramsci/resources/online_articles/articles/gill01.shtml>
- LOSURDO, Domenico. *Os primórdios de Gramsci: entre o Risorgimento e a I Guerra Mundial*. Cad. CEDES, dez. 2006, v. 26, n. 70. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622006000300002&lng=pt&nrm=iso>
- NIVAT, Georges. *Elementos milenaristas na Revolução Russa*. Estud. av., abr. 1998, v. 12, n. 32. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000100005&lng=pt&nrm=iso>
- ZIZEK, Slavoj. *De História e consciência de classe a Dialética do esclarecimento, e volta*. Lua Nova, 2003, n. 59. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000200008&lng=pt&nrm=iso>

Sítios na internet

- Enciclopédia Eletrônica Wikipedia – Verbete para Socialismo, disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismo>
- Sítio "Joseph Stalin Biographical Chronicle", com biografia e discursos do autor, disponível em: <www.stel.ru/stalin>
- Sítio "Mundo do Socialismo", disponível em: <http://www.moreira.pro.br/pagcent.htm>
- Instituto Rosa Luxemburgo. disponível em: <http://www.insrolux.org/>
- Jornal Socialista "A Verdade", disponível em: <http://jornalaverdade.sites.uol.com.br/novo/index.htm>



- Sítio "Gramsci e o Brasil", disponível em: <http://www.acessa.com/gramsci/>
- Revista eletrônica "Crítica Marxista", disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/>
- Sítio "comunismo.com.br", disponível em: <http://www.comunismo.com.br/>
- Biblioteca Virtual História do Marxismo no Brasil, disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/marxismo/index.htm>
- Sítio "comunism.org", disponível em: <http://www.communism.com/>
- Instituto Astrojildo Pereira, disponível em: <http://www.institutoastrojildopereira.org.br/>
- Biblioteca Virtual de Autores Socialistas, disponível em: <http://www.ucm.es/info/bas/es/marx-eng/>
- Biblioteca Virtual Revolucionária, disponível em: <http://www.geocities.com/autonomiabvr/index.html>
- Sítio em inglês sobre a história do marxismo e dos movimentos operários "History Archive: a history of the revolutionary working class", disponível em: <http://marxists.org/history/>
- Sítio "World Socialist Movement", disponível em: <http://www.worldsocialism.org/index.php>
- Sítio "80 Anos Sem Lênin", disponibiliza as grandes obras do autor em português, disponível em: <http://www.pstu.org.br/campanha_lenin.asp>

Centros de Pesquisa

- Centro de Estudos Marxistas/UNICAMP – http://www.unicamp.br/cemarx/
- NEILS – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Socais da PUC-SP – http://www.pucsp.br/neils/
- IEA USP (Instituto de Estudos Avançados) – http://www.iea.usp.br/iea/
- IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política – http://www.iuperj.br/
- Grupos de Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco – http://www.propesq.ufpe.br/propesq/pesquisa/grupo.html
- NEC – Núcleo de Estudos Contemporâneos da UFF – http://www.historia.uff.br/nec/
- Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos – http://www.cebela.org.br/
- NU-SOL Núcleo de Sociabilidade Libertária/PUC-SP – http://www.nu-sol.org

- Fundação Espanhola de Estudos Libertários Anselmo Lorenzo (*Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo*) – http://www.cnt.es/fal/home.php
- Fundação Espanhola de Estudos Marxistas (*Fundación de Investigaciones Marxistas*) – http://www.fim.org.es/01_01.php
- REDEM – Rede de Estudos de Economia Mundial (*Red de Estudios de la Economia Mundial*) – http://www.redem.buap.mx/
- Centro de Estudos em Economia e Sociedade da Universidade de Cornell, EUA (Center for the Study of Economy and Society) – http://www.economyandsociety.org/contact.shtml
- Centro de Estudos Russos da Universidade de Harvard, EUA (*Davis Center for Russian and Eurasian Studies at Harvard*) – http://daviscenter.fas.harvard.edu/
- Centro de Estudos Russos da Universidade de Columbia, EUA (*The Harriman Institute*) – http://www.harrimaninstitute.org/about/mission.html
- Centro de Estudos Russos da Universidade de Stanford, EUA – http://www.stanford.edu/dept/CREES
- Centro de Estudos Russos da Universidade de Georgetonw, EUA – http://www3.georgetown.edu/sfs/ceres/

Filmes

Título: Nicholas e Alexandra
Título Original: Nicholas and Alexandra
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 183 minutos
Ano de Lançamento (Inglaterra): 1971
Direção: Franklin J. Schaffner
Roteiro: James Goldman, baseado em livro de Robert K. Massie
Sinopse: Retrato dos anos que antecederam a Revolução Russa, que derrubou a dinastia dos Romanov e, consequentemente, o governo do czar Nicholas II (Michael Jayston) e da czarina Alexandra (Janet Suzman). Nicholas nasceu para ser um dos homens mais poderosos do mundo, pois governava milhões de pessoas em um império que tomava mais de um sexto do mundo, mas a revolução que abalou o mundo reservou para ele e sua família um trágico destin.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/nicholas-e-alexandra/nicholas-e-alexandra.asp)



Título: O Encouraçado Potemkin
Título Original: Bronenosets Potyomkin
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 74 minutos
Ano de Lançamento (Rússia): 1925
Direção: Sergei Eisenstein
Roteiro: Nina Agadzhanova e Sergei Eisenstein
Sinopse: Em 1905, na Rússia czarista, aconteceu um levante que pressagiou a Revolução de 1917. Tudo começou no navio de guerra Potemkin quando os marinheiros estavam cansados de serem maltratados, sendo que até carne estragada lhes era dada com o médico de bordo insistindo que ela era perfeitamente comestível. Alguns marinheiros se recusam em comer esta carne, então os oficiais do navio ordenam a execução deles. A tensão aumenta e, gradativamente, a situação sai cada vez mais do controle. Logo depois dos gatilhos serem apertados Vakulinchuk (Aleksandr Antonov), um marinheiro, grita para os soldados e pede para eles pensarem e decidirem se estão com os oficiais ou com os marinheiros. Os soldados hesitam e então abaixam suas armas. Louco de ódio, um oficial tenta agarrar um dos rifles e provoca uma revolta no navio, na qual o marinheiro é morto. Mas isto seria apenas o início de uma grande tragédia.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/encouracado-potemkin/encouracado-potemkin.htm)

Título: Assassinato do Tzar
Título Original: Assassin of the Tzar
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 100 minutos
Ano de Lançamento (Rússia/Ingraterra): 1992
Direção: Karen Shakhnazarov
Sinopse: Doente mental afirma ser o assassino do czar Nicolau II e de toda a sua família. Mistura de ficção e realidade que examina com originalidade – e também com excessiva frieza – um dos mais sangrentos e polêmicos episódios da Revolução Russa.
(Fonte: http://www.historia.uff.br/nec/vidrrs.htm)

Título: Dr. Jivago
Título Original: Dr. Zhivago
Gênero: Épico
Tempo de Duração: 201 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 1965
Direção: David Lean
Roteiro: Robert Bolt, baseado em livro de Boris Pasternak
Sinopse: O filme conta sobre os anos que antecederam, durante e após a Revolução Russa pela ótica de Yuri Zhivago (Omar Sharif), um médico e poeta. Yuri fica órfão ainda criança e vai para

Moscou, onde é criado. Já adulto se casa com a aristocrática Tonya (Geraldine Chaplin), mas tem um envolvimento com Lara (Julie Christie), uma enfermeira que se torna a grande paixão da sua vida. Lara antes da revolução tinha sido estuprada por Victor Komarovsky (Rod Steiger), um político sem escrúpulos que já tinha se envolvido com a mãe de Lara, e se casou com Pasha Strelnikoff (Tom Courtenay), que se torna um vingativo revolucionário. A história é narrada em flashback por Yevgraf de Zhivago (Alec Guiness), o meio-irmão de Yuri que procura a sua sobrinha, que seria filha de Jivago com Lara. Enquanto Strelnikoff representa o "mal", Yevgraf representa o "bom" elemento da Revolução Bolchevique.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/dr-jivago/dr-jivago.htm)

Título: Anastacia, a Princesa Esquecida
Título Original: Anastasia
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 105 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 1956
Direção: Anatole Litvak
Roteiro: Arthur Laurents, baseado em peça teatral de Marcelle Maurette
Sinopse: Em Paris, no início dos anos 20, uma refugiada com amnésia (Ingrid Bergman) é salva da tentativa de suicídio pelo exilado russo general Bounine (Yul Brynner) e seu comparsas,. Entretanto, o motivo do salvamento está longe de ser altruísta, pois Bounine tem como objetivo fazer com que ela se passe como sendo a filha do último czar russo e assim receber pelo menos parte dos 10 milhões de libras que estavam reservado a qualquer membro da família real russa, pois oficialmente eles tinham sido mortos. Mas enquanto Bounine a treina para representar este papel ele gradativamente começa a acreditar, através de pequenas lembranças dela de sua origem real, que ela seja mesmo Anastacia, a última sobrevivente da dinastia dos Romanoff.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/anastacia-56/anastacia-56.asp)

Título: Anastasia
Título Original: Anastasia
Gênero: Animação
Tempo de Duração: 94 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 1997
Direção: Don Bluth e Gary Goldman
Roteiro: Susan Gauthier, Bruce Graham, Bob Tzudiker e Noni White, baseado em peça teatral de Marcelle Maurette
Sinopse: Aparentemente o Czar e toda a sua família morreram durante a Revolução Russa, mas após alguns anos surge um boato de que a Princesa Anastasia teria sobrevivido. Como sua avó, a grã-duquesa imperial que vive em Paris, ofereceu uma recompensa de 10 milhões de rublos para quem encontrasse sua neta, apareceram várias "Anastasias" sonhando ficar com



a recompensa. Em Moscou, Dimitri e Vladimir se esforçam para encontrar uma jovem que se aparente com a princesa desaparecida e, assim, possam ganhar a recompensa. Quando estão quase desistindo encontram Anya, uma jovem órfã que não se lembra do seu passado mas tem tudo para se fazer passar por Anastasia. Assim, começam a ensaiá-la e rumam para Paris, mas gradativamente Dimitri passa a acreditar que Anya é realmente a princesa desaparecida e isto lhe parece aterrador, pois está apaixonado por ela e sabe que nunca permitirão que um plebeu se case com alguém da realeza.
Baseado em Anastácia, a Princesa Esquecida (1956).
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/anastasia/anastasia.asp)

Título: Reds
Título Original: Reds
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 188 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 1981
Direção: Warren Beatty
Roteiro: Warren Beatty e Trevor Griffiths, baseado em livro de John Reed
Sinopse: Um pouco antes da Primeira Guerra Mundial John Reed (Warren Beatty), um jornalista americano, conhece Louise Bryant (Diane Keaton), uma mulher casada, que larga o marido para ficar com Reed e se torna uma importante feminista. Eles se envolvem em disputas políticas e trabalhistas nos Estados Unidos, e vão para a Rússia a tempo de participarem da Revolução de outubro de 1917, quando os comunistas assumiram o poder. Este acontecimento inspira o casal, que volta aos Estados Unidos esperando liderar uma revolução semelhante. Trata-se da cinebiografia do jornalista americano John Reed que, juntamente com sua esposa, esteve presente na Revolução Russa de 1917 e sonhou em liderar uma revolução semelhante nos Estados Unidos. Dirigido e estrelado por Warren Beatty e com Diane Keaton, Jack Nicholson e Paul Sorvino no elenco. Vencedor de 3 Oscars.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/reds/reds.asp)

Título: O Inimigo X
Título Original: Comrade X
Gênero: Comédia
Tempo de Duração: 90 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 1940
Direção: King Vidor
Roteiro: Ben Hecht e Charles Lederer, baseado em estória de Walter Reisch
Sinopse: A imprensa estrangeira é submetida a rigorosa censura, imposta pela União Soviética. Mesmo assim várias notícias são mandadas secretamente por um jornalista, que se intitula de "Camarada X". O comissário Vasiliev (Osmar Homlka), chefe da polícia secreta, alega que seu antecessor sofreu um 'acidente', o que faz com que assuma o comando da censura da imprensa

estrangeira. Ele diz que até o "Camarada X" ser preso os membros da imprensa não podem enviar notícias, nem deixar o país. O empregado de um hotel, Igor Yahupitz (Felix Bressart), conhecido como Vanya, descobre que um dos hóspedes, McKinley B. "Mac" Thompson (Clark Gable), é o jornalista procurado. Mas como tem uma filha, Golubka (Hedy Lamarr), conhecida como Theodore, que trabalha como motorneira de bonde e é muito ligada aos ideais da revolução comunista, isto passou a ser perigoso. Vanya chantageia Mac, dizendo que não revelará seu nome se a filha dele for para os Estados Unidos. Mas o problema é fazer Golubka deixar o país.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/inimigo-x/inimigo-x.asp)

Título: A Condessa de Hong Kong
Título Original: A Countess from Hong Kong
Gênero: Comédia Romântica
Tempo de Duração: 120 minutos
Ano de Lançamento (EUA / Inglaterra): 1967
Direção: Charles Chaplin
Roteiro: Charles Chaplin
Sinopse: A Revolução Russa fez com que vários integrantes da nobreza local fugissem para a China e Hong Kong, que na época era um protetorado inglês. Lá cresceram suas filhas que, apesar de terem títulos nobiliárquicos, precisaram se prostituir para sobreviver. Uma destas mulheres é Natascha (Sophia Loren), condessa de pai russo, que é apresentada ao empresário Ogden Mears (Marlon Brando) quando o navio dele aporta em Hong Kong. Ogden e Harvey (Sydney Chaplin), seu amigo, saem com Natascha e outras mulheres na mesma situação, acreditando que apenas as verão naquele dia. Porém, quando o navio deixa Hong Kong, Ogden encontra Natascha escondida no guarda-roupas de sua cabine. Ela deseja ir para os Estados Unidos, onde poderá recomeçar sua vida, mas para tanto precisa da ajuda de Ogden para não ser descoberta como clandestina. Inicialmente reticente, aos poucos Ogden aceita a idéia de ajudá-la. Último filme de Charles Chaplin como ator e diretor.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/condessa-de-hong-kong/condessa-de-hong-kong.asp)

Título: O Poder Vai Dançar
Título Original: Cradle Will Rock
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 109 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 1999
Direção: Tim Robbins
Roteiro: Tim Robbins
Sinopse: Os Estados Unidos entram na década de 30 mergulhados na Grande Depressão. Para construírem seus arsenais Alemanha e Itália, ainda sem serem inimigos dos americanos, adquirem



petróleo, borracha e aço de companhias americanas. Porém os trabalhadores não têm jornadas de quarenta horas semanais, salário mínimo e assistência médica, assim percebem a necessidade dos sindicatos e surgem greves, que fecham indústrias inteiras. O governo então inicia o WPA (Works Progress Administration), um programa variado e ambicioso para gerar empregos. Uma das divisões da WPA é o Projeto do Teatro Federal, que leva teatro de baixo custo a milhões de americanos. Em Nova York, no outono de 1936, enquanto a Itália de Benito Mussolini invade a Abissínia (Etiópia) e Adolf Hitler fortalece seu poder, os Estados Unidos começam a se recuperar dos tempos difíceis, com empregos gerados pelo governo, mas ainda há muita pobreza e falta de emprego. Isto cria uma instabilidade política, assim quando está se montando "Cradle Will Rock" gradativamente a peça vai assustando os setores mais conservadores, fazendo este aparente problema chegar até Washington até a peça ser censurada, no dia da sua estréia. Paralelamente Nelson Rockefeller (John Cusack) se mostra imbuído do mesmo radicalismo conservador ao dispensar os serviços de Diego Rivera (Rubén Blades), um pintor mexicano que estava pintado um belíssimo mural no Rockefeller Center, mas como o rosto de Lênin estava na pintura, foi motivo para o magnata destruir o painel por completo.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/craddle-will-rock/cradle-will-rock.asp)

Título: Stalin
Título Original: Stalin
Gênero: Drama
Ano de Lançamento (Hungria): 1992
Direção: Ivan Passer
Sinopse: A longa trajetória do ditador soviético Stalin, desde o princípio da Revolução Russa (1917) até sua morte em 1953. Exibição do terror político soviético e da personalidade cruel de Stalin. Ótima reconstituição histórica, cenas filmadas no Kremlin.
(Fonte: http://www.sobenh.org.br/filmes.htm)

Título: Alexandre Nevsky
Título Original: Aleksandr Nevsky
Gênero: Épico
Tempo de Duração: 112 minutos
Ano de Lançamento (Rússia): 1938
Direção: Sergei Eisenstein e Dmitri Vasilyev
Roteiro: Sergei Eisenstein e Pyotr Pavlenko
Sinopse: O diretor Sergei Eisenstein (O Encouraçado Potemkin) leva às telas a história do príncipe-herói russo que unificou o país no século XIII: Rússia, primeira metade do século XIII. Em um momento difícil da sua história o país é invadido em uma frente pelos cavaleiros teutônicos e por outra frente pelos tártaros. Como resultado, a pátria é saqueada e a moral da população fica bem baixa. Finalmente, o deprimido e instável príncipe Alexander Yaroslavich Nevsky (Nikolai Cherkasov) é chamado para liderar seu povo na luta contra os opressores.

O ditador Joseph Stalin queria que Alexandre Nevsky fosse produzido como propaganda para alertar os cidadãos russos do perigo de uma invasão alemã. Entretanto, quando foi lançado nos cinemas o filme foi rejeitado inicialmente, devido à proximidade da assinatura de um acordo de não-agressão entre Rússia e Alemanha. Porém, após a invasão alemã ao território russo em 1941 Stalin ordenou que Alexandre Nevsky fosse exibido em todo cinema russo, na intenção de inspirar a população local a resistir à invasão.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/alexandre-nevsky/alexandre-nevsky.asp)

Título: Greve
Título Original: Statchka
Gênero: Drama
Ano de Lançamento (Rússia): 1924
Direção: Sergei Eisenstein
Sinopse: A ação desenrola-se numa das maiores fábricas da Rússia czarista. Tudo parece calmo: os operários trabalham, a burguesia goza de uma vida rica em prazeres; mas, essa serenidade é só aparente: os contra-mestres percebem que, entre os operários, há uma agitação dissimulada e comunicam à direção da fábrica. A direção por sua vez avisa à polícia. Os espiões infiltram-se na fábrica e na vila operária.
Apelos à luta são lançados pelo comitê. O suicídio de um operário, injustamente acusado pela direção de ter roubado documentos, marca o início da greve. Os operários deixam as fábricas, as máquinas param. Organiza-se uma concentração na floresta. Uma ofensiva da guarda montada fracassa. Ao saber da recusa da administração em satisfazer as reivindicações dos operários, o comitê decide continuar a greve. A polícia incendeia o depósito de vinhos, certa de que os operários esfomeados irão saqueá-lo, o que serviria de pretexto para represálias; entretanto, o plano não funciona.
(Fonte:http://72.14.209.104/search?q=cache:0n8OcACkhi8J:www.klepsidra.net/klepsidra9/eisenstein.rtf+stalin+filme+ficha&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br)

Título: Outubro – Dez Dia que Abalaram o Mundo
Título Original: Oktiabr – Dessiat Dnei Kotoye Potriasli Mir
Gênero: Drama
Ano de Lançamento (Rússia): 1928
Direção: Sergei Eisenstein e G. Alexandrov
Sinopse: Fevereiro de 1927. Ruiu a autocracia. A estátua de Alexandre III é derrubada. A burguesia, que tomou o poder, canta vitória. Nas igrejas, os sacerdotes desejam êxito ao Governo Provisório. Os soldados russos e alemães fraternizam na frente. Mas os mencheviques e os socialistas-revolucionários atraiçoam o povo: comprometem-se a continuar a guerra até a vitória final. Reinam a fome e o frio em Petrogrado. Perto da "Estação da Finlândia", Lênin, de volta, faz um discurso caloroso aos operários, soldados e marinheiros, os quais vieram ao seu encontro.



Em julho, operários, soldados e marinheiros concentram-se muito perto do quartel general dos bolcheviques, situado no palácio Kszesinska. A concentração transforma-se em manifestação. Os alunos da escola militar atiram contra os manifestantes desarmados. A fim de isolar os bairros operários, o Governo Provisório ordena que se levantem as pontes sobre o rio Nêva. A redação do jornal "Pravda" é saqueada, os números recém impressos jogados ao rio. Os bolcheviques são obrigados a entrar na ilegalidade. O ídolo da burguesia, Kerenski, sobe as escadas do Palácio de Inverno, a residência dos tzares e, diante do busto de Napoleão, assume a pose do imperador e general francês. O proletariado de Petrogrado prepara as defesas da cidade contra o ataque do general Kornilov, que se rebelou contra o governo provisório. Os operários armam-se; estão prontos. A aventura de Kornilov acabou-se. Os grandes dias de outubro aproximam-se. Destacamento de insurrectos vão do Estado-Maior da Revolução até o Palácio de Inverno para assaltar o último baluarte da burguesia. Os Cossacos, os alunos das escolas militares e as mulheres-soldados do "batalhão da morte" defendem o palácio.
Durante o assalto, abre-se o Segundo Congresso dos Sovietes. Os delegados chegaram de todos os pontos do país. Os ministros do Governo Provisório, abandonados pelo Primeiro Ministro Kerenski, além de apavorados, dispersam-se. De noite, os agitadores de Smolni penetram no Palácio a fim de convencer os Cossacos a aderir à Revolução. Os destacamentos de operários e soldados levam o combate até os apartamentos dos tzares. Com um sorriso irônico nos lábios, um soldado examina a riqueza do quarto do Tzar, onde, há poucas horas, Kerenski dormia. Os ministros de Kerenski são presos. O poder passa para os sovietes.
(Fonte:http://72.14.209.104/search?q=cache:0n8OcACkhi8J:www.klepsidra.net/klepsidra9/eisenstein.rtf+stalin+filme+ficha&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br)

Título: Câmera Olho – Réquiem a Lenin
Título Original: Tri Pesni o Lenine
Gênero: Documentário
Tempo de Duração: 62 minutos
Ano de Lançamento (Rússia): 1934
Direção: Dziga Vertov
Sinopse: Esta compilação dirigida pelo soviético Dziga Vertov, criador do "cinema-olho", investiga o país do famoso Vladimir Ilich Lênin (1870-1924), em três filmes de curta-metragem que abordam sua vida, carreira política e a importância de sua figura na História. Mudo e em preto e branco.
(Fonte: http://www2.uol.com.br/menuinterativo/lancamentos_julho2001.htm)

Título: O Círculo do Poder
Título Original: The Inner Circle
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 137 minutos
Ano de Lançamento (Rússia): 1991

Direção: Andrei Konchalovsky
Sinopse: história de Ivan Sanchin, funcionário da KGB e operador de projeção de filmes privados de Joseph Stalin, durante os anos de 1939 e 1953, ano da morte do ditador. O filme é baseado numa história real. Durante os tempos do stalinismo, Ivan é detido pela poderosa KGB para trabalhar como projecionista particular do grande líder socialista e tem de escolher entre sua lealdade ao partido e o amor da esposa Anastasia, a quem talvez ele não volte a ver.
(Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/O_C%C3%ADrculo_do_Poder)

Título: Ivan, O Terrível I e II
Título Original: Ivan Grozny
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 96 e 84 minutos
Ano de Lançamento (Rússia): 1944 e 46
Direção: Sergei Eisenstein.
Sinopse: Na primeira parte da saga do herói russo do século 16, o czar Ivan IV, com carismática atuação de Cherkasov e bela música de Sergei Prokofiev. Este primeiro segmento mostra o início da trajetória de Ivan à frente do governo e seu casamento com Anastasia Romanovna (Tselikovskaya). Mais tarde, enfrenta conspiradores que chegam a envenenar sua esposa.
A saga do lendário czar russo foi planejada para ser uma trilogia, mas Eisenstein teve que travar uma luta contra a censura, aparentemente por causa da negativa descrição que fez da polícia secreta de Ivan – Stalin temia que o cineasta fizesse uma velada referência a ele próprio.
(Fonte: http://www2.uol.com.br/menuinterativo/lancamentos_julho2001.htm)

Título: Leste/Oeste – O Amor no Exílio
Título Original: Est-ouest
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 120 minutos
Ano de Lançamento (França): 1999
Direção: Régis Wargnier
Roteiro: Sergei Bodrov, Louis Gardel, Rustam Ibragimbekov e Régis Wargnier
Sinopse: Junho de 1946. Stalin lança uma vasta campanha de propaganda direcionada aos emigrantes russos que vivem no Oeste, oferecendo-lhes anistia, um passaporte soviético e a chance de participar da reconstrução da União Soviética pós-guerra. Alexei Golovin (Oleg Menshikov), um emigrante que vive na França, responde ao apelo de Stalin e decide retornar à sua terra natal, levando consigo sua esposa francesa, Marie (Sandrine Bonnaire), e seu filho, Seryozha (Ruben Tupiero). Ao chegarem em Odessa, a recepção de Stalin surpreende pela violência e falta de liberdade do lugar. Para salvar sua família em meio aos soviéticos, Alexei é obrigado a ser um exemplo de patriota, o que lhe causa conflitos com sua esposa. Apesar da força de seu amor, Alexei e Marie vão se distanciando um do outro aos poucos, culminando com a vontade



de Marie de partir novamente, a fim de recuperar sua liberdade. Até que chega à cidade um grupo de teatro francês, liderado pela conhecida atriz Gabrielle Develay (Catherine Deneuve), que irá mudar sua vida.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/leste-oeste/leste-oeste.asp)

Título: A Balada de um Soldado
Título Original: Ballada o Soldate
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 160 minutos
Ano de Lançamento (Rússia): 1959
Direção: Grigori Chukhraj
Roteiro: Durante a Segunda Guerra, o jovem russo Alyosha se vê abandonado nos campos de batalha quando seu parceiro morre, e sendo caçado por quatro tanques nazistas. Ao destruir dois na mais pura sorte, ele recebe uma condecoração, mas a troca por uma semana de licença para visitar sua mãe e consertar seu telhado. Só que o caminho de volta é longo e, sem um meio de transporte definido, Alyosha vai de comboio em comboio, vendo as diversas facetas da sociedade e as mazelas da guerra.
(Fonte: http://www.cineplayers.com/filme.php?id=1474)

Título: A Mãe
Título Original: Mat
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 87 minutos
Ano de Lançamento (Rússia): 1924
Direção: Vsevolod Pudovkin
Roteiro: Na cidade operária de Sormovo, um ferreiro bêbado, fura-greves, é morto acidentalmente por um militante, amigo de seu filho. A viúva (interpretada por Vera Baranovskaia, pupila de Stanislavsky) acreditando agir corretamente, ajuda os investigadores, porém, seu filho é preso e ela se arrepende profundamente. Com isso ele participa de uma manifestação revolucionária de solidariedade proletária e entra em conflito com a polícia do governo vermelho. A Mãe teve como base o romance de Máximo Górki. Dirigido esplendidamente por um dos grandes do cinema soviético dos anos 20, Vsevolod Pudovkin, dirigiu também "Tempestade Sobre a Ásia" e "O Fim de São Petersburgo".
(Fonte: http://www.2001video.com.br/detalhes_produto_extra_dvd.asp?produto=3943)

Título: Andrei Rublev
Título Original: Andrei Rublev
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 185 minutos
Ano de Lançamento (Rússia): 1966

Direção: Andrei Tarkovsky
Sinopse: Épico medieval com 205 minutos de duração, baseado na vida do monge e artista russo Andrei Rublev. Premiado no Festival de Cannes e saudado como obra-prima, o filme de Andrei Tarkovsky (Solaris, O Sacrifício) ficou retido durante cinco anos na União Soviética por ser considerado anti-histórico e antinacional.
(Fonte: http://www2.uol.com.br/menuinterativo/lancamentos_julho2001.htm)

Título: Agonia Rasputin
Título Original:]Agony
Gênero: Drama
Ano de Lançamento (Rússia): 1975
Direção: Elem Klimov
Sinopse: Panorama histórico da Rússia do começo do século XX (1905-1919). Narra a influência de Rasputin sobre a família do czar Nicolau II.
(Fonte: http://www.sobenh.org.br/filmes.htm)

Título: A Revolução dos Bichos
Título Original: Animal Farm
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 91 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 1999
Direção: John Stephenson
Sinopse: Uma adaptação contemporânea do clássico homônimo de George Orwell (autor de "1984"). A história se passa na Fazenda Manor cujo proprietário é o Sr. Jones – antes um bom fazendeiro que tratava bem dos animais. Porém, começa a beber e, desde então, o lugar passa a sofrer de falta de cuidados. Certo dia, embriagado, se esquece de alimentar os bichos que, por muitas vezes, já se perguntavam o porquê de serem subjugados por um animal de capacidade inferior. Então, liderados pelos porcos, expulsam o homem da fazenda e se apossam da propriedade. Entretanto, na busca de uma sociedade ideal, se vêem traídos pela opressiva atuação dos novos dirigentes suínos.
A narrativa é uma alusão à corrupção na antiga União Soviética, quando Josef Stalin estava no poder. Embora mais lúdico, o filme é muito próximo do livro.
(Fonte: http://www.cineclubenatal.blogspot.com/)

Título: A Insustentável Leveza do Ser
Título Original: The Unbearable Lightness of Being
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 160 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 1988



Direção: Philip Kaufman
Roteiro: Jean-Claude Carrière e Philip Kaufman, baseado em livro de Milan Kundera
Sinopse: Nos anos 60 em Praga, Tchecoslováquia, Tomas (Daniel Day-Lewis), um médico totalmente apolítico, tem como hobby ter diversas parceiras sexuais, mas evitando sempre um maior envolvimento. Mas duas mulheres: Sabina (Lena Olin), uma artista plástica, e Tereza (Juliette Binoche), uma garçonete que sonha em ser fotógrafa, vão estar muito presentes na vida dele. Mas ao serem atingidos pelos acontecimentos de 1968, conhecido como "A Primavera de Praga", quando tanques soviéticos invadiram a capital tcheca para pôr fim a uma série de protestos, a vida deste triângulo amoroso é afetada, pois seus sonhos foram destruídos e suas vidas mudariam para sempre.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/insustentavel-leveza-do-ser/insustentavel-leveza-do-ser.htm)

Título: Sunshine – O Despertar de um Século
Título Original: Sunshine
Gênero: Romance
Tempo de Duração: 180 minutos
Ano de Lançamento (Inglaterra): 1999
Direção: István Szabó
Roteiro: Israel Horovitz e István Szabó
Sinopse: Conheça a história de três gerações dos Sonnenscheins, uma família húngaro-judia que tem início na Hungria, na época em que esta era governada pelo Império Austro-Húngaro. A história familiar se desenrola em paralelo aos acontecimentos políticos de seu país. O nazismo, a II Guerra Mundial, o legado comunista da Hungria pós-guerra são cenários para este filme comovente.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/sunshine/sunshine.asp)

Título: Dr. Fantástico
Título Original: Dr. Strangelove or How I Learned to Stop Worrying and Love the Bomb
Gênero: Comédia
Tempo de Duração: 93 minutos
Ano de Lançamento (Inglaterra): 1964
Direção: Stanley Kubrick
Roteiro: Stanley Kubrick, Terry Southern e Peter George, baseado em livro de Peter George
Sinopse: Enlouquecido pela Guerra Fria, um general acredita que ficou impotente devido à sabotagem comunista dos reservatórios de água e por isso ordena um ataque nuclear à União Soviética. Dirigido por Stanley Kubrick (Lolita) e com Peter Sellers e George C. Scott no elenco. Recebeu 4 indicações ao Oscar. Dr. Fantástico é baseado no livro "Alerta Vermelho", escrito pelo ex-tenente da Força Aérea Britânica Peter George, que lançou o livro sob o pseudônimo de Peter Bryant em 1958.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/dr-fantastico/dr-fantastico.asp)

Programas de TV

Série Alô Escola – TV Cultura:

Equipe de produção internacional:

Produzido por: Via Le Mond (D.B.) Inc. com a participação de: La Sept (France)

Concepção original: Daniel Bertolino e Catherine Viau

Roteiro: Catherine Viau

The Multimedia Group of Canada

Equipe de produção TV Cultura:

Roteiro: Fernando Navarro, Dora Karam

Episódios:

Cenas do Século XX: O Muro de Berlim

(http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/internacionais/murodeberlim.htm)

Cenas do Século XX: A Primeira Bomba Atômica

(http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/internacionais/bombaatomica.htm)

Cenas do Século XX: Hiroshima e Nagazaki

(http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/internacionais/hiroshimaenagazaki.htm)

Cenas do Século XX: Yuri Gagarin

(http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/internacionais/gagarin.htm)

Cenas do Século XX: KGB

(http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/internacionais/kgb.htm)

Cenas do Século XX: Lech Walesa e o Solidariedade

(http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/internacionais/lechwalesa-solidariedade.htm)

Cenas do Século XX: A Batalha de Kiev

(http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/internacionais/kiev-abatalhade.htm)



Cenas do Século XX: A Batalha de Stalingrado
(http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/internacionais/stalingrado-batalhade.htm)

Cenas do Século XX: Corrida para a Lua
(http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/internacionais/corridaparaalua.htm)

Cenas do Século XX: República Popular da China
(http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/internacionais/china.htm)

Cenas do Século XX: Sir Winston Churchill
(http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/internacionais/churchill.htm)

Guerra Fria
(http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/guerrafria/index.htm)

Anos de Chumbo: Um panorama da II Guerra Mundial
(http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/anosdechumbo/index.htm)

Músicas

- Canção *Imagine*, John Lennon.
- Canção *Classe Operária*, Tom Zé.
- Canção *Cerca de la Revolución*, Mercedes Sosa.
- Canção *Era Nova*, Gilberto Gil.
- Canção *Canção do Senhor da Guerra*, Legião Urbana.
- Canção *Back at the USSR*, The Beatles.
- Canção *Nome aos Bois*, Titãs.
- Canção *Russian*, Sting.

Poesia

Nos, os comunistas. In: MAIAKOVSKI, Vladmir. Poemas. São Paulo: Perspectiva, 2002.

Aula 3
Resenha

A idéia deste texto é mostrar como o socialismo se transforma à medida que vai sendo assimilado em outros países, que procuram pensar a sua própria realidade, fugindo dos esquemas da Terceira Internacional. É o caso da assimilação do marxismo por autores como Caio Prado Jr., no Brasil, e Jose Carlos Mariátegui, no Peru. Mais tarde, com a experiência cubana e chinesa, novos modelos de socialismo são estruturados, enriquecendo o arsenal teórico e de práticas socialistas, até então reféns das formulações dos países desenvolvidos e da experiência soviética.



Aula 3
O socialismo no Terceiro Mundo

Luiz Bernardo Pericás

Século XX: de 1945 aos anos 1990

- Principais revoluções (socialistas e não-socialistas)
  - Revolução Chinesa
  - Revolução Boliviana
  - Revolução Cubana
  - Revolução Nicaraguense

- Principais países socialistas que surgiram depois da II Guerra Mundial fora da Cortina de Ferro
  - China / Coréia do Norte / Cuba / Vietnã / Angola / Moçambique / Iugoslávia / Camboja / Nicarágua

- Principais teóricos marxistas ou terceiromundistas
  - Louis Althusser
  - Herbert Marcuse
  - Giap
  - Régis Debray
  - Agostinho Neto
  - Jean-Paul Sartre
  - Mao Tse-tung
  - Frantz Fanon
  - Nhkrumah
  - Che Guevara

- Principais líderes revolucionários, guerrilheiros ou estadistas do Terceiro Mundo (socialistas e não-socialistas)
  - Fidel Castro
  - Mao Tse-tung
  - Ho Chi Mihn
  - Agostinho Neto
  - Nasser
  - Frantz Fanon
  - Humberto Ortega
  - Nehru
  - Carlos Marighella
  - Che Guevara
  - Nyerere
  - Chou En-lai
  - Pol Pot
  - Samora Machel
  - Bem Bella
  - Carlos Fonseca Amador
  - Abimael Guzmán
  - Tito
  - Camilo Cienfuegos
  - Nkrumah
  - Giap
  - Salvador Allende
  - Patrice Lumumba
  - Boumedienne
  - Daniel Ortega
  - Gandhi
  - Carlos Lamarca
  - Raul Castro

- Principais tendências marxistas
  - Maoísmo
  - Trotskismo
  - Titoísmo
  - Castrismo

Eventos definidores do socialismo depois da II Guerra Mundial:

- Revolução Chinesa
- Ruptura da Iugoslávia com a União Soviética
- Construção do Muro de Berlim
- Invasão da Hungria pelos soviéticos
- Invasão da Tchecoslováquia pelos soviéticos
- Descolonização africana
- Guerra do Vietnã
- Eleição de Salvador Allende no Chile



- Revolução Cubana
- Conflito sino-soviético
- Revolução Cultural Chinesa
- Assassinato de Patrice Lumumba
- Tomada do poder pelo Khmer Vermelho no Camboja
- Ditaduras militares na América Latina
- Golpe militar no Chile
- Denúncias contra Stalin na União Soviética
- Assassinato de Che Guevara na Bolívia
- Lutas revolucionárias na América Latina
- Teologia da Libertação
- Visita do Papa João Paulo II à Polônia
- Visita do Papa João Paulo II à Nicarágua
- Encontro do Papa João Paulo II com Fidel Castro
- O Grande Salto à Frente, na China
- Organização do encontro tricontinental em Cuba
- Revolução Nicaragüense
- O fim da União Soviética

Falar do marxismo no Terceiro Mundo, tanto em termos gerais como detalhadamente, não é tarefa fácil. São vários os motivos. Primeiro, a escolha do período a ser abordado. Desde o final do século XIX, o "socialismo científico" se espalhou por todos os continentes. Se, por um bom tempo, as correntes anarquistas e anarcossindicalistas predominavam no movimento operário, o marxismo, ainda assim, era discutido por diversos teóricos dos países subdesenvolvidos e ganhou enorme impulso após a Revolução de Outubro. Depois do triunfo da revolução russa, ficou nítida a força que os partidos comunistas teriam dali para frente: vários PCs foram gradualmente sendo criados e incorporados à Terceira Internacional, penetrando com sua influência nas faculdades e nas fábricas, e acabando por eclipsar de vez os seguidores de Bakunin e Malatesta. Em poucos lustros, ganharam a hegemonia no campo da esquerda em muitas nações. Intelectuais socialistas de peso surgiram nos

cinco continentes, alguns se destacando por reelaborar e "nacionalizar" o marxismo a partir da leitura de fontes variadas (muitas vezes, inclusive, com abordagens culturalistas e literárias) e usando como base de suas análises a realidade nacional e o processo histórico específicos de seus países. Na América Latina, por exemplo, na primeira metade do século XX, é possível citar, entre os teóricos que mais se sobressaíram, nomes como os de José Carlos Mariátegui (Peru), Lombardo Toledano (México), Julio Antonio Mella (Cuba), Tristán Maróf (Bolívia) e Caio Prado Júnior (Brasil), entre muitos outros. Enquanto vários partidos comunistas pró-soviéticos seguiam a linha ortodoxa imposta pela Komintern, alguns pensadores e dirigentes, ligados ou não a estas estruturas aparelhistas, elaboravam interpretações criativas e originais sobre os problemas e possíveis soluções para as contradições e desigualdades em seus territórios. Temas como o imperialismo, a questão agrária, o indigenismo e a questão nacional e colonial estavam em voga, assim como as preocupações tradicionais, como o aumento dos salários, o direito à greve, a proibição do trabalho infantil e melhores condições de segurança para os operários nas indústrias. Ainda que, em geral, lessem pouco, os dirigentes e os trabalhadores conheciam (mesmo de segunda mão e com pouca profundidade e compreensão), os trabalhos de Marx, Engels, Lênin, Trotsky, Bukharin, Preobrazhensky e alguns outros.

Como é possível perceber, desde muito cedo, os movimentos de libertação nacional e os acirrados debates políticos e teóricos já estavam presentes nas lutas internas para se construir um modelo de desenvolvimento alternativo na periferia do capitalismo avançado. Falar de todos eles, com detalhes, seria inviável num artigo como este. Por isso, delimitaremos o período de análise do final da Segunda Guerra Mundial ao final dos anos 1980, período este, não obstante, também relativamente extenso. Nesta fase, boa parte do mundo era socialista.

A União Soviética (o maior país do mundo); a China (com a maior população do planeta); toda a Europa Oriental; a Iugoslávia e a Albânia, nos Bálcãs; o Vietnã, o Camboja e a Coréia do Norte, na Ásia; diversos países africanos, como Angola e Moçambique; e Cuba e Nicarágua, na América Latina. O socialismo avançava em todo o planeta e parecia, em determinado momento, que poderia triunfar mundialmente.



Mas aí surge outro problema. A partir do segundo pós-guerra, dezenas de países foram palco de lutas intensas pelo socialismo (seja através da via eleitoral, seja pela via armada), com a participação de partidos, movimentos sociais, guerrilhas e intelectuais. Os atores políticos foram numerosos, representando uma vasta gama de colorações ideológicas e um amplo espectro de posições e apoios sociais. Seria, igualmente, impossível, num texto destas dimensões, detalhar cada um destes exemplos, especialmente quando se trata de empreitadas que ocorreram em lugares tão distantes quanto a Ásia, a África e a América Latina. Por isso, iremos mostrar as *principais* linhas de atuação, tendências políticas e influências ideológicas ocorridas entre os socialistas dos países do Terceiro Mundo neste período.

Assim, é possível delinear aqui *alguns* "momentos" emblemáticos neste interregno, "momentos" que certamente influenciaram o processo de disseminação do socialismo na "periferia" do mundo. São eles a revolução chinesa e sua expressão teórica, o maoísmo; a descolonização africana; a guerra do Vietnã; a revolução cubana; e o castrismo.

Certamente houve outras linhas ideológicas, em geral, *variáveis* ou mutações destas. No campo da esquerda, o maoísmo, o titoísmo, o trotskismo, o nasserismo, o panafricanismo, o panarabismo, o peronismo, o mariateguismo, o guevarismo e o castrismo, por exemplo, muitas vezes tomaram formas diferentes, se desmembraram, foram *adaptados* e *reelaborados,* e muitas vezes, até mesmo, *combinados,* acabando por constituir, em algumas ocasiões, tendências híbridas e confusas.



Com a Revolução Chinesa, em 1949, foram abertas novas possibilidades para se enfrentar a hegemonia do PCUS no mundo. Afinal, o maoísmo, ao contrário de outras correntes minoritárias dentro do marxismo, tinha por trás um partido disciplinado e um país de enormes proporções e potenciais.

Os chineses, com o tempo, iriam se "rebelar" contra os soviéticos e se mostrar como uma alternativa política aos interesses da URSS. Enquanto muitos ativistas marxistas no Terceiro Mundo começavam a ver uma calcificação e petrificação do aparelho burocrático da União Soviética, olhavam com interesse para o "Império do Centro", que se mostrava mais ousado em suas atitudes contra o imperialismo, assim como uma "genuína" opção

"moral" e "ética" na construção do socialismo. Esse suposto "voluntarismo" dos chineses seria atacado pelos russos, que os chamariam de "aventureiros" e até mesmo "trotskistas". Por outro lado, os comunistas chineses iriam classificar o "socialismo" soviético como conservador, autocentrado, revisionista e antirrevolucionário. Os chineses, portanto, seriam completamente contra a política soviética de "socialismo em um só país" e da "coexistência pacífica". Também foram muito críticos na questão do sistema de incentivos. Durante a era Khrushev, o governo chinês afirmou num documento que o dirigente soviético, "preconizando o estímulo material, reduziu as relações entre os homens a relações de dinheiro e desenvolveu o individualismo e o egoísmo. Foi ele que rebaixou o trabalho manual e rendeu glórias aos prazeres auferidos com apropriação dos frutos do trabalho alheio. O clima moral e os costumes encorajados por Khrushev estão a 10 mil léguas do comunismo". Quando Kossigin e Brejnev assumiram o poder, os chineses, sempre a favor dos estímulos morais, continuaram suas duras críticas.

O Partido Comunista Chinês começou inspirado no tradicional modelo leninista, mas rapidamente se adaptou às condições locais. É bem verdade que Mao provavelmente conheceu Marx através de Lênin, e deste tirou parte da inspiração para sua luta revolucionária. Assim, ele poderia defender uma revolução num país atrasado em termos materiais, que apresentava uma realidade estrutural muito distante daquela dos países de capitalismo avançado na Europa, por exemplo.

Em outras palavras, a revolução socialista poderia triunfar em qualquer lugar, independentemente de seu estágio de desenvolvimento industrial. Neste caso, seria possível, também, fazer com que duas fases revolucionárias distintas, a "democrático-burguesa" e a "socialista-proletária", pudessem se mesclar numa só, sem um intervalo de tempo, nem uma base material sólida ou prosperidade econômica. Tudo isso, realizado pelo *partido.* O voluntarismo do *indivíduo* e do *partido,* assim, seria uma marca forte no maoísmo.

Para o "marxismo" de Mao, nacionalismo e comunismo andariam juntos. Não é estranho, portanto, que houvesse uma grande identificação entre a "Nova China" e as lutas de libertação e soberania nacional no Tercei-



ro Mundo. Se havia uma aproximação com o "nacionalismo" terceiro-mundista, havia também, paradoxalmente, a exaltação do "internacionalismo", na medida em que a China se sentia na obrigação de promover e apoiar a revolução em nível global. A revolução chinesa, afinal de contas, seria apenas *parte* de uma revolução maior, mundial.

O painel histórico e social chinês exigia um instrumento político que tivesse também um caráter *didático* permanente. Se era a vanguarda das lutas proletárias e camponesas, cumpriria também a função de ensinar, dirigir e organizar as massas rurais. A função histórica da realização da revolução socialista, assim, seria transferida do operariado urbano para o partido e para o campesinato.

Se no início havia uma ligação clara com a URSS e com o stalinismo, por motivos óbvios, a China gradualmente foi lutando por sua autonomia em termos materiais e ideológicos. Isso já havia começado com as elaborações de Mao em relação à estratégia militar da revolução, na primeira metade da década de 1930; na resistência ao invasor japonês, de 1937 a 1945; e depois do triunfo da revolução, em 1949, quando começou a construir seu próprio modelo de socialismo.

Uma premissa básica do maoísmo é que a luta de classes (pelo menos no caso chinês) só podia ser realizada através das armas, como sempre havia se constatado historicamente naquele país, que tradicionalmente fora palco de revoltas camponesas. Neste sentido, partido e "exército vermelho" trabalhariam juntos, como uma só organização. Esta "vanguarda" combinada seria a responsável por elaborar um trabalho didático e organizacional entre o campesinato. Tudo isso numa perspectiva de guerra popular prolongada.

O socialismo chinês, assim, só poderia ser construído a partir de uma clara ruptura com o passado. Ou seja, novas relações sociais e de "produção", como a reforma agrária de 1949; as cooperativas agrícolas em 1952; as comunas em 1958; e as brigadas de produção, em 1959. Formas coercitivas de trabalho e imposições de diretrizes partidárias poderiam se assemelhar, em alguns casos, às práticas stalinistas, ainda que não fossem tão exarcebadas e características como no caso soviético. Afinal de contas, a prioridade do PC chinês era a utilização de técnicas como a "doutrinação", o "convencimento", a autocrítica e as denúncias. Ainda assim, a *chave* do método de controle maoísta residia no apoio de massa. Em outras palavras, a constituição de um aparato que tivesse o suporte do exército, dos

estudantes e do populacho para preservar seu ideário e suas conquistas. Mas, novamente, paradoxalmente, muitos elementos tradicionais chineses seriam levados em conta nas elaborações do partido e de seu principal dirigente...

Algumas das características mais marcantes do maoísmo foram o apelo a uma mobilização *permanente* da população, a partir de palavras de ordem revolucionárias; rigoroso controle das massas; denúncia do privilégio social, mas, ao mesmo tempo, monopólio do poder ao partido e o culto à personalidade de Mao; tentativa de se formular uma ideologia dialética, com influências ocidentais e das próprias raízes chinesas; e a defesa de *alguns* ideais democráticos (principalmente na educação), mas, concomitantemente, a imposição de uma ditadura burocrática distante da maioria da população. O maoísmo também acreditava que a natureza do imperialismo nunca mudaria. Portanto, o imperialismo incitaria à guerra: enquanto ele existisse, esta seria inevitável. Por isso, a luta armada seria *necessária* contra o imperialismo, enquanto a luta de classes, um instrumento fundamental de mudança social.

Como falamos anteriormente, muitos dos líderes e dos intelectuais que se destacarão entre 1945 e 1989, em todo o Terceiro Mundo, moldaram seu ideário, paulatinamente, nos anos precedentes, sendo ou não membros de partidos que já estavam estruturados havia décadas, e lendo autores que haviam participado das lutas políticas em suas nações no começo do século. Ou seja, a difícil e prolongada "batalha" pelo triunfo do socialismo no Terceiro Mundo não começou no final da década de 1940, mas sim, foi parte de um processo longo, que se estendeu por muitos lustros. E se deu em países, em grande medida, agrários, onde a maioria da população era composta de camponeses, população esta, como se pode imaginar, majoritariamente rural. Mas, como diria Jacob Gorender, "as lutas camponesas tendem por si mesmas ao isolamento regional e só saem dele quando se associam a uma causa nacional. Na China, foi a guerra antijaponesa que transformou o exército de Yenam numa força capaz de derrubar Chiang-kai Chek. No Vietnã, a luta camponesa se identificou à guerra de libertação contra o colonizador francês.









O mesmo na Argélia. Em Cuba, a guerrilha encontrou o terreno preparado pelo movimento nacional contra a ditadura de Batista. Na Nicarágua, a vitória foi o fruto da luta nacional contra a ditadura Somoza, travada pelas três correntes guerrilheiras unificadas no campo e em Manágua". E então: "Os casos contrários, de guerrilhas rurais mantidas em prolongado confinamento local ou regional, são ilustrativos: Colômbia, Guatemala, Peru, Filipinas. O caso de El Salvador fica à parte: ali, a guerrilha só não venceu por causa da intervenção maciça dos Estados Unidos".

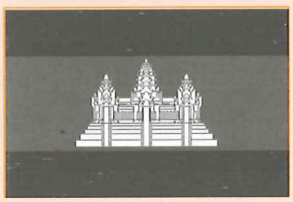
Neste contexto, as lutas de libertação nacional se disseminaram em todo o Terceiro Mundo. Tiveram destaque aquelas na África, em seu processo de descolonização das potências européias, como na Argélia, Congo belga, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Na América Central, guerrilhas em El Salvador, Honduras, Guatemala e Nicarágua foram extremamente ativas, e, num dos casos, triunfante. E na Ásia, o Vietnã, Laos e Camboja se viram em guerra contra a intervenção norte-americana e na luta pela soberania e pelo socialismo. Especialmente no meio asiático, os chineses tiveram participação ideológica e material nos processos em curso. A luta contra o invasor estrangeiro funcionaria, assim, como catalisador para mudanças maiores, que se processariam durante o período de libertação.

Um exemplo emblemático foi a participação chinesa na guerra da Coréia. Tropas estrangeiras, principalmente dos Estados Unidos, acreditavam que ganhariam o conflito e dominariam completamente a península coreana (após expulsar os norte-coreanos do Sul, em sua luta pela unificação do país), até que, inesperadamente, sem que ninguém pudesse acreditar, milhares e milhares de soldados chineses foram enviados para combater na região. Foi a ajuda internacionalista chinesa que garantiu que a Coréia do Norte se mantivesse "independente" e socialista...

No Vietnã, os vietmihn e os vietcongs, liderados por Giap e Ho Chi Mihn, puderam expulsar os colonialistas franceses e os imperialistas norte-americanos de seu território e unificar o Vietnã do Sul e Vietnã do Norte, fazendo com que voltassem a constituir um só país, desta vez, inteiramente comunista. A China, contudo, iria intervir, mais tarde, militarmente naquele país. Para Ernest Man-

del, "qualquer desenvolvimento autônomo político e ideológico, em qualquer Estado operário, independente do nível imediato das mobilizações de massas lá existentes, é visto como uma ameaça direta à direção do Kremlin, incluindo seu governo na URSS. Qualquer forma de desenvolvimento autônomo político e ideológico, em qualquer Estado operário asiático, é igualmente visto por Pequim como uma ameaça ao seu governo, principalmente no interior da China. E, qualquer desenvolvimento autônomo político e ideológico em qualquer país indochinês ou da vizinhança, é igualmente visto por Hanói como uma ameaça ao seu governo, compreendendo todo o Vietnã. Nisso, e em nada mais, repousam as raízes políticas objetivas de possíveis guerras entre Estados operários burocratizados".

É difícil, contudo, associar, de forma realista, o ideário e prática de outros grupos políticos, como o Kmer Vermelho de Pol Pot e Ieng Sarim, no Camboja (de origem stalinista), vitorioso a partir de 1975, com qualquer traço do marxista original. O agrarismo exacerbado; o ódio à civilização ocidental e à industrialização; o desprezo pelos intelectuais; o trabalho forçado; a eliminação física de todos os elementos que faziam parte do aparelho estatal "burguês" anterior; a dispersão da população urbana; a coletivização obrigatória (contrária às tradições camponesas históricas daquele país); a supressão completa, por um tempo, de todas as formas de comércio e dinheiro; e o massacre de milhões de pessoas, indicam que aquelas experiências estavam muito distantes das idéias de Marx e Engels. Alguns chegaram a classificar o regime cambojano de "governo contra-revolucionário capitalista" que ameaçava a revolução vietnamita, algo que realmente não procede neste caso. O que não exime os dirigentes do Khmer de sua culpa. Toda a experiência pseudosocialista do Camboja foi um enorme fracasso, uma verdadeira e profunda aberração e excrescência política. O resultado foi a fome generalizada, desnutrição e epidemias em todo o país. Sem contar com assassinatos em massa. Os transportes, os suprimentos médicos, os hospitais e o sistema educacional foram completamente destruídos. A repressão não poupava ninguém, incluindo aí mulheres e crianças. Como se pode imaginar, não houve qualquer desenvolvimento econômico neste período.





A influência dos chineses se estendeu também para a África e América Latina. No continente africano, enviaram armas e assessores para apoiar guerrilhas no Congo e outras partes. Che Guevara também foi lutar naquele país, em meados dos anos 1960, enquanto mais tarde, tropas cubanas foram fundamentais para expulsar os mercenários sul-africanos de Angola e de garantir a continuidade do governo socialista naquela nação.

Depois da Segunda Guerra Mundial, houve um acelerado processo de descolonização africana. As antigas colônias da França, Bélgica, Portugal e Inglaterra se rebelaram contra seus antigos "senhores" e conseguiram, a custo de muitas batalhas e sangue, obter a independência. O socialismo parecia ser o caminho a seguir para muitos destes novos países. Muitas organizações de luta de libertação nacional surgiram, como a MPLA, a FLN e a Frelimo. Importantes líderes revolucionários ficaram conhecidos internacionalmente, como Agostinho Neto e Samora Machel, só para citar dois dos mais famosos. Este "socialismo africano", desenvolvido no processo de descolonização e depois, no período de construção da nova realidade política, era inspirado em uma diversidade de fontes, principalmente o leninismo, assim como pensadores contemporâneos, como Fanon e Guevara.

O presidente de Gana, Nkrumah, dizia que só havia um tipo de socialismo. Afirmava que "a nossa ideologia socialista, o nkrumahísmo, é a aplicação dos princípios do socialismo científico ao nosso *milieu* africano". Um documento oficial do governo do Quênia dizia que "na expressão "socialismo africano", a palavra "africano" não é introduzida para descrever um continente a que uma ideologia alienígena deve ser transplantada. Tem a intenção de se referir às raízes africanas de um sistema que é, em si mesmo, africano nas suas características".

Socialismos "nacionais", "árabe", "africano tradicional", "pragmático" e "empírico" foram todos termos usados pelos governos "revolucionários" africanos. Para os líderes daqueles países, o socialismo seria importante no seu empenho pela unidade nacional, dentro da moldura de um Estado moderno e eficiente. E como uma forma de garantir a estabilidade política dentro de seus territórios. Afinal, as sociedades "multitribais" africanas se livraram do peso colonial e tinham de construir novas bases políticas e econômicas, a partir da infra-estrutura administrativa herdada dos países centrais, mas com uma situação financeira

bastante caótica e desigual. Seria importante, assim, "modernizar" essa máquina administrativa e seus instrumentos políticos, tentando ao mesmo tempo, proporcionar um desenvolvimento econômico acelerado em cada uma daquelas nações.

Muitas vezes, o termo "socialismo" equivalia, para aqueles dirigentes, a "desenvolvimento econômico". O próprio Nkrumah dizia que o capitalismo era "um sistema demasiadamente complicado para ser utilizado por uma jovem nação independente. Daí a necessidade de uma sociedade socialista". Para ele, "os pressupostos e objetivos do capitalismo são contrários aos da sociedade africana. O capitalismo significaria uma traição à personalidade e à consciência da África". Ou seja: "Com pouco ou nenhum capital para investimento de nossa parte, com um pequeno grupo de técnicos (ambas as ocorrências produto de décadas de colonialismo), temos de mostrar ao nosso povo que o índice mais rápido de desenvolvimento, acompanhado de uma distribuição humana das dádivas do progresso, só pode ser conseguido seguindo-se o roteiro socialista do desenvolvimento".

Já o presidente Dacko, da República Centro Africana, insistia que "não há capitalismo africano... Assim, em obediência à própria força das coisas, estamos agindo em direção à economia socialista, com o Estado intervindo cada vez mais". E o ministro do Planejamento e Economia mali, Seydou Kouyate, declarava: "Não se pode ser capitalista quando não se tem capital".

A retórica do socialismo funcionaria, assim, como uma andaime ideológico, uma forma de se alcançar o poder político: as elites locais viam o sistema de partido único como um instrumento político que poderia render boas garantias para sua longevidade no poder e como forma de assegurar que os investimentos nos setores importantes da economia nacional fossem alocados devidamente. Esse novo painel político também necessitava de uma "ideologia" que pudesse se moldar ao contexto africano, e o "socialismo" poderia cumprir este papel também.

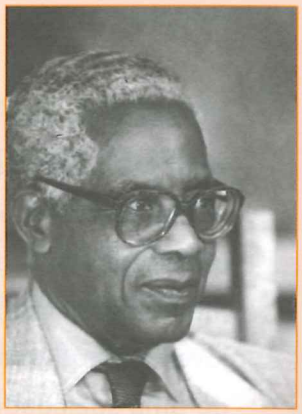
Os partidos comunistas dos países de capitalismo avançado poderiam ter ajudado seus novos camaradas africanos. Mas não o fizeram de forma contundente. Os comunis-



tas franceses, por exemplo, eram contra a criação de um Partido Comunista Africano, ainda que achassem que "isso não quer dizer que os africanos não estejam suficientemente *evolués* e educados a fim de se mostrarem aptos a criar um partido comunista. Isso se deve simplesmente ao fato de que tal partido não estaria aparelhado para a espécie de luta que os comunistas têm de levantar no presente, dentro da África tropical". Para eles, a libertação da África teria de esperar pela libertação da França.

Os africanos, certamente, não tinham tempo a esperar que europeus decidissem o que era melhor para eles. Como acusava o presidente Léopold Senghor, "presentemente é um lugar-comum que o padrão de vida das massas européias só se pode elevar à custa do padrão de vida das massas na Ásia e na África. A economia das nações européias consiste fundamentalmente em vender produtos manufaturados aos países subdesenvolvidos a preços altos e a comprar matéria-prima deles ao menos preço possível... Numa palavra, o proletariado europeu tem tirado proveito do sistema colonial: portanto, não se opôs nunca a esse sistema".

Em discussões sobre a obra de Marx, Senghor demonstrava interesse no "jovem" Marx, e via semelhanças entre algumas de suas idéias e a "gnosiologia negro-africana", enquanto Sékou Touré achava que "no marxismo, os princípios de organização, democracia, controle, tudo que é concreto e se refere à vida orgânica de dados momentos pode ser perfeitamente bem adaptado às condições presentes na África. Mas teríamos fracassado – está escrito há muito tempo –, se nos tivéssemos encerrado numa filosofia abstrata. Digo que a filosofia não nos interessa. Temos de enfrentar fatos concretos". De acordo com as palavras de Aimé Césaire, o objetivo seria "não tanto a de tornar marxista a África, mas a de fazer que o marxismo seja africano".



Isso quer dizer que houve uma forte preocupação em "adaptar" e "nacionalizar" o marxismo no continente. O "socialismo africano", portanto, foi uma tentativa de afirmar a "originalidade", a "singularidade" e a "personalidade" da África; de afirmar a "independência" ideológica e política do continente; e de afirmar sua abertura ideológica e flexibilidade de adaptação de distintos conceitos ocidentais em sua própria realidade.

Era comum que muitos teóricos africanos insistissem que o "socialismo africano" era baseado, principalmente, nas tradições supostamente socialistas do próprio continente. Sua visão do socialismo era, em boa medida, ligada aos aspectos morais e éticos do povo africano. Para Nkrumah, seria fundamental "dar uma expressão filosófica ao socialismo que servirá para preservar os princípios válidos universalmente da ideologia, dentro do contexto da história africana, das suas tradições e aspirações. Em resumo, o socialismo inclui a restituição dos princípios igualitários e humanísticos inerentes à vida tradicional africana, dentro do contexto de uma sociedade tecnológica moderna, que serve às exigências de bem-estar de todo o povo".



Mas, em sua análise muito particular da realidade do continente, alguns destes líderes chegavam ao ponto de que na África não existiam classes sociais, o que permitiria que a questão social fosse abordada de uma forma especial. Diria Senghor que "as realidades da África ocidental são as que caracterizam um país subdesenvolvido – terras de camponeses aqui, campos de cultura de gado acolá-, que já foram feudais, mas tradicionalmente sem classes e sem qualquer espécie de setor de remuneração de salário". Para este teórico e dirigente, "não há classes na nossa sociedade. Mas a análise revela certa tendência, um movimento real em direção à formação de classes".

Numa análise similar, Touré afirmava que não aceitava de forma alguma "a luta de classes, por causa da identidade africana social de grupos na sua identidade de condições de vida e na falta de diferenciação em classes antagônicas, e por causa ainda da alienação política e econômica em que os povos da África tropical no presente se encontram". De acordo com ele, portanto, "a classe operária colonial também é a fração burguesa do povo colonizado". Esta era, é claro, uma análise muito particular...

Ao longo dos anos, foram surgindo e se consolidando uma elite econômica corrupta e uma casta burocrática naqueles governos. E a pobreza e o subdesenvolvimento continuaram.

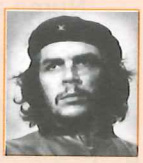
O socialismo africano, portanto, pode ser caracterizado pelo nacionalismo; anticolonialismo; planejamento econômico; luta contra o imperialismo; defesa da "negritude";



luta pela autonomia política e econômica; tentativa de se manter eqüidistante e relativamente independentes das grandes potências; e a tentativa de se construir um novo modelo a partir das tradições dos próprios países.

Já na América Latina, o grande evento do século XX (talvez mesmo um divisor de águas) foi a revolução cubana. Liderada por Fidel Castro, Raúl Castro, Camilo Cienfuegos e Che Guevara, entre outros, a revolução, que triunfou em 1959, iria inspirar toda uma geração de militantes na região.



Começando como uma revolução democrática contra a ditadura de Fulgencio Batista, com diversas forças políticas aliadas no campo e na cidade lutando juntas (como estudantes, trabalhadores, sindicalistas, camponeses, estratos médios urbanos, intelectuais e guerrilheiros), logo transitou para o socialismo. A aliança com a União Soviética foi praticamente inevitável. A partir da aproximação dos dois países, o governo da ilha acreditava que poderia ao mesmo tempo ter maiores garantias de defesa de sua soberania contra uma possível invasão norte-americana, assim como também possibilitar um desenvolvimento industrial acelerado e uma ampla diversificação da economia. Com a crise dos mísseis, em 1962, muitos, como Che Guevara, se decepcionaram com a capitulação soviética diante dos Estados Unidos. Mas isso não foi o suficiente para afastar as duas nações.

Ao longo dos anos, Cuba e URSS mantiveram laços estreitos de amizade, com um sistema de trocas desiguais, em que a ilha caribenha fornecia açúcar a preços inflacionados para os soviéticos, e estes, em contrapartida, vendiam petróleo por um valor mais barato que o do mercado internacional. A URSS também treinou e equipou as Forças Armadas cubanas, assim como ajudou a instalar diversas fábricas, que, em geral, produziam produtos de má qualidade se comparados com os dos países capitalistas.

Entre os principais críticos da atuação soviética em relação à ajuda aos países do Terceiro Mundo estava Che Guevara, que fora presidente do Banco Nacional e ministro das Indústrias da ilha. Ao observar a falta de interesse dos russos em fornecer armas e apoio

militar aos movimentos de libertação nacional nos países da periferia do capitalismo avançado, ele começou a ser visto com desconfiança pela URSS, que, em alguns momentos, chegou a considerá-lo um "trotskista", um "maoísta" e um "aventureiro", o que não era verdade neste caso. Com seu espaço de atuação dentro do governo cubano cada vez mais limitado, Guevara iria lutar no Congo (após o assassinato de Lumumba) e em seguida na Bolívia, onde tentaria criar "dois, três, muitos Vietnãs", com o objetivo de enfraquecer os Estados Unidos militar e economicamente (ao forçá-lo a dispersar suas tropas em diversos lugares do planeta), como também possibilitar o surgimento de uma retaguarda para a revolução cubana. Para ele, se vários países da América Latina se tornassem socialistas, aumentariam as possibilidades de sobrevivência e fortalecimento do regime cubano. Guevara certamente não confiava nos soviéticos.

Por outro lado, entre 1950 e 1960, a China fez um enorme esforço de propaganda na América Latina, ainda que a literatura política vinda da URSS ainda fosse predominante entre os grupos de esquerda do continente. Mesmo que nos primeiros anos da década de 1950 os chineses ainda não tivessem nem os recursos materiais nem um interesse mais aprofundado na região, começaram a intensificar suas atividades à medida que percebiam a importância de uma postura mais ativa entre os movimentos de esquerda que começavam, aos poucos, a incomodar os Estados Unidos. Esta política também criava uma posição favorável à China entre os latino-americanos, sendo um contraponto à influência soviética.



Já em 1958, o primeiro-ministro Chu En-lai afirmava que os povos da América Latina representavam a vanguarda da luta contra o imperialismo. Mesmo com a vitória da revolução cubana, eles ainda acreditavam ter uma participação maior no campo da propaganda ideológica do que necessariamente no apoio direto à guerrilha.

Na metade de 1960, contudo, uma artigo do periódico *Hung Ch'l* (Bandeira Vermelha), órgão oficial do CC do PC chinês, exaltava a guerra de guerrilhas em Cuba e apontava aquele país como exemplo para todo o continente. A propaganda chinesa na América Latina tinha como objetivos principais difundir um sentimento anti-ame-



ricano na região, propagar o modelo maoísta de luta revolucionária e melhorar a imagem de seu país para conseguir eventuais apoios nos foros internacionais.

Entre as diferentes formas de intercâmbio "cultural", houve um grande aumento no número de chineses visitando países da América Latina, assim como diversas delegações latino-americanas indo para a China. Lá, essas delegações, compostas por artistas, intelectuais, jornalistas e dirigentes políticos, visitavam cidades, povoados, plantações e fábricas, eram apresentadas a importantes líderes chineses e encorajados a escrever sobre os progressos da "Nova China" em seus respectivos países. Os chineses, igualmente, começaram a mandar seu pessoal para a América Latina, como estudantes, dançarinos, músicos e até uma ópera. Uma grande quantidade de publicações chinesas para o espanhol começou a ser distribuída na região, enquanto autores como Euclides da Cunha, Jorge Amado, Pablo Neruda, Ricardo Guiraldes, Nicolás Guillén e José Martí, entre outros, tiveram suas obras traduzidas para o chinês. Com as restrições impostas por diversos governos da América Latina aos materiais de propaganda chineses e o ataque dos soviéticos às políticas do "Império do Centro", a influência da China no continente diminuiu relativamente, mesmo havendo adeptos em alguns partidos maoístas da região, que tinham pouca influência nas lutas políticas da época.

Na Bolívia, Guevara tentou, sem sucesso, conseguir o apoio do PC-ml (maoísta), partido fundado em 1965 por Oscar Zamora. Para aquele dirigente, seria necessário promover uma guerra popular, que deveria ser, como se pode imaginar, liderada por seu partido. Alguns dissidentes do PC-ml lutaram no ELN junto a Guevara, mas nenhum deles estava mais vinculado formalmente ao partido.

Os dirigentes maoístas na América Latina defendiam basicamente que se devia colocar a política em primeiro plano na condução da guerra *popular* (sempre tendo uma direção "marxista-leninista"), desprezando todas as correntes consideradas por eles "contra-revolucionárias" ou revisionistas. Ou seja, "partido", "frente popular" e "exército popular revolucionário" teriam de estar unidos pela "ideologia" marxista-leninista. Para os maoístas latino-americanos, a guerra popular representaria uma *luta política de massas por meio das armas* para sua libertação. O trabalho político no meio das massas seria, portanto, *inseparável da atividade militar,* e deveria ocorrer *antes* e *durante* a luta armada. A "guerra popular" se desenvolveria em três etapas: a "guerra de movimentos", a "guerra de guerrilhas"

(ligada aos levantes camponeses) e a "guerra de posições": ou seja, a tomada das cidades pelo campo.

Guevara em grande medida concordava com os preceitos da "guerra popular". Sua interpretação da guerrilha, contudo, era distinta daquela aplicada no Vietnã, especialmente considerando sua aplicação no continente americano, com todas as suas especificidades. Dizia ele: "A luta de massas foi utilizada durante todo o transcurso da guerra pelo partido vietnamita. Foi utilizada, em primeiro lugar, porque a guerra de guerrilhas não é senão uma expressão da luta de massas e não se pode pensar nela quando isolada de seu meio natural, que é o povo; a guerrilha significa, neste caso, o avanço numericamente inferior da grande maioria do povo que não tem armas mas que expressa em sua vanguarda a vontade do triunfo". Em cada região, portanto, as forças revolucionárias deveriam aplicar a melhor forma de luta para conseguir seus objetivos.

No continente, o maoísmo teria sua maior expressão no Peru, com o Sendero Luminoso, ainda que este fosse um maoísmo bastante diferente do original. Afinal, os dirigentes do Sendero diziam que sua organização era inspirada em Marx, Lênin, Mao, Mariátegui e nas idéias de seu líder máximo, Abimael Guzmán.



Uma mistura certamente surrealista, e que ia contra tudo o que acreditavam seus inspiradores, com exceção do próprio líder, Guzmán, que conseguiu fazer uma interpretação muito pessoal e completamente absurda do ideário de teóricos como Marx e Mariátegui, sendo responsável pelo massacre de milhares de pessoas, especialmente durante os anos 1980, época mais importante de sua atuação política e militar.

Em outros países, como o Equador, os maoístas tiveram menos influência. Ainda assim, guerrilhas, como o Sol Vermelho, inspiradas no ideário de Mao Tse-tung, surgiram, sem contudo, ter nenhum sucesso.

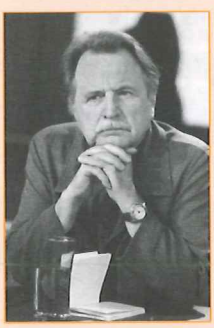
A teoria revolucionária mais influente na região, durante os anos 1960, foi, contudo, a do "foco" guerrilheiro, defendida por Guevara e Debray, que tentaram, de alguma forma, aproveitar a experiência cubana e generalizar suas "leis" para todo o continente.



Para eles, a teoria do foco guerrilheiro seria um *método,* talvez até mesmo a única e ideal forma de luta revolucionária no continente. De acordo com Guevara, "toda a ação política começa com uma forma particular que conduz a outras ou as elimina em seguida. A da luta armada na América Latina é a *força móbil estratégica,* o *"foco"* constituído por um pequeno grupo de guerrilheiros que, trabalhando em completa clandestinidade, inicia a luta armada contra os destacamentos do exército regular e procura seduzir as massas camponesas com os seus sucessos". Ainda: "A característica fundamental de uma guerrilha é a mobilidade que lhe permite encontrar-se, em poucos minutos, longe do lugar de ação, e, se for necessário, em poucas horas longe da zona de operação. Essa mobilidade permite-lhe ainda mudar constantemente de frente e evitar o cerco". E então: "Uma outra característica essencial do guerrilheiro é a sua faculdade de se adaptar a todas as circunstâncias e transformar todos os incidentes em vantagens. Em face da rapidez dos métodos de combate clássico, o guerrilheiro improvisa a sua própria tática em cada instante de luta e surpreende constantemente o adversário".

Na concepção de Guevara e Debray, não seria necessário um trabalho político e ideológico prévio nas massas rurais, já que o próprio foco guerrilheiro iria inculcar na população uma consciência política durante o processo revolucionário. Ou seja, a propaganda armada *segue* a ação militar, e não o contrário.

Estes teóricos também acreditavam que não poderia haver qualquer subordinação da guerrilha a partidos situados na capital. A dependência significaria subordinação política, que acarretaria, em última instância, em perdas no campo militar. Por isso, os grupos guerrilheiros teriam a necessidade de ter completa independência. A guerrilha seria, portanto, para eles, um partido em gestação.



Dizia Debray que "o exército popular será o núcleo do partido e não o inverso... É por isso que é preciso desenvolver a guerrilha para que ela se torne a vanguarda política".

Este autor dava muita importância aos aspectos militares e até mesmo à tecnologia (como o uso do rádio, por exemplo), deixando que o fator político fosse *demasiadamente* vinculado ao militar. Para ele, a guerrilha no continente seria uma necessidade.

O fato é que, com o aparecimento de diversas ditaduras militares na região (em países como o Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e Bolívia, por exemplo), os partidos de esquerda, em geral pequenos e clandestinos, começaram a intensificar seu trabalho político de resistência. Nos anos 1960 e 1970, também surgiram muitos grupos guerrilheiros de inspiração marxista. No Brasil, o PCB se cindiu, formando o PCdoB. Mais tarde, apareceu o PCBR. Isso para não falar de numerosos grupos revolucionários, como a VPR, a Polop, a Colina, o MRT, o MR-8, a ALN, entre alguns outros. É claro que aí a grande influência política da época era a da revolução cubana e a teoria do foco guerrilheiro.

No Brasil, as obras de Che Guevara, Régis Debray, Frantz Fanon, Paul Sweezy, Paul Baran, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Charles Bettelheim e muitos outros, eram lidas e discutidas em debates acalorados, e influenciaram toda uma geração de militantes políticos. Muitos daqueles ativistas viriam a se tornar, mais tarde, membros do atual governo de nosso país.

Para o teórico e dirigente trotskista Nahuel Moreno, o castrismo, em comparação com o maoísmo, teria um caráter mais dinâmico, menos provinciano, nacional, burocrático e bonapartista. Ele dizia que "o stalinismo é uma conseqüência contra-revolucionária sobre uma revolução operária triunfante. O maoísmo é produto de uma combinação circunstancial de contra-revolução stalinista e do desenvolvimento desigual do movimento de massas chinês. O castrismo é uma conseqüência direta do ascenso revolucionário mundial". Uma opinião tendenciosa, mas que é representativa de uma corrente que muito discutiu a revolução internacional, certamente.

A experiência do socialismo no Terceiro Mundo terminou de forma melancólica, e em alguns casos, trágica.

No Chile, o governo democraticamente eleito do socialista Salvador Allende acabou em 73, com o golpe militar de Augusto Pinochet.

A teoria do foco guerrilheiro sofreu um forte revés e nunca mais teve a mesma força depois do assassinato de Che Guevara na Bolívia, em 1967. Régis Debray, o principal



defensor deste "método", que estava preso naquele país, acusado de participar da guerrilha, foi solto alguns anos depois e ao longo do tempo, foi mudando sua postura política, fazendo críticas a Che e Fidel, à revolução cubana e às suas próprias idéias, tornando-se bastante conservador.

Pensadores como Marcuse, Sartre e Althusser, muito populares e discutidos nos anos 1960 e 1970, foram aos poucos perdendo sua proeminência nos meios acadêmico, estudantil e partidário, e começaram a ser considerados antiquados e até mesmo, ultrapassados.

Na África, o resultado de anos de guerras civis, pobreza, burocratização, incompetência administrativa e exploração resultaram em catástrofes humanitárias, genocídios, aumento da miséria e o fim de qualquer ilusão de construção de um "socialismo" que merecesse esse nome.

O Camboja acabou esfacelado, assim como o Vietnã, que aos poucos foi transitando ao capitalismo, até estreitar fortes laços econômicos com os Estados Unidos.

As guerrilhas da Guatemala, Honduras e El Salvador, muito atuantes durante décadas, não conseguiram tomar o poder por causa do enorme apoio econômico e militar dos Estados Unidos aos governos de direita daqueles países. O resultado das guerras civis foi pauperização geral, populações deslocadas e massacres de milhares de civis inocentes.

Na Nicarágua, mesmo com o apoio de Cuba e da União Soviética, o governo revolucionário sandinista teve de enfrentar anos de luta dos *contras* (grupos financiados e armados pelos norte-americanos), que fizeram de tudo para acabar com a experiência socialista naquele país. Em 1990, depois de muita pressão, os sandinistas aceitaram realizar eleições presidenciais democráticas e perderam o poder.

Com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e o fim da URSS, em 1991, poucos países socialistas restaram.

A Coréia do Norte tenta se manter firme com seu Estado autocrático e burocratizado. Investindo excessivamente no campo militar e num programa nuclear obsoleto, mas sem nenhum dinamismo econômico, não consegue resolver o sério problema da miséria crônica em que se encontra a maior parte da população do país.

A China continua com seu sistema de partido único, mas está muito distante do

socialismo. Já é, na prática, um país capitalista. E em breve será, ao que tudo indica, uma superpotência econômica e militar, talvez até mesmo no nível dos Estados Unidos.

E Cuba, que tenta como pode manter seu sistema socialista, apesar de todas as suas limitações e dificuldades. Sem o apoio da URSS, teve de mudar o foco de sua forma de captação de divisas, investindo muito no setor de turismo. Com o apoio de Hugo Chávez, da Venezuela, tem conseguido preservar o regime e ter alguns índices econômicos favoráveis.

Cuba certamente já não é mais o mesmo exemplo de socialismo tão almejado pelos militantes dos diversos países da América Latina. Seus projetos e suas prioridades certamente mudaram. Também dá a impressão de estar transitando rapidamente para o capitalismo. Ainda assim, continua se considerando socialista, mesmo que seja no discurso.

CRÉDITO DAS IMAGENS

http://www.vermelho.org.br/museu/classe/217/internacional-F1.jpg

http://www.gallerym.com/images/work/big/pulitzer_nick_ut_vietnam_napalm_kim_phuc_6872_L.jpg

http://brasil.indymedia.org/images/2006/07/358524.jpg

sti.br.inter.net/.../rev__nicaraguense.htm

www.libreria.com.br/paises.asp?id_pais=38

www.afritheatre.com/index.asp?navig=auteur...

www.canalacademie.com/Leopold-Sedar-Senghor.html

student.britannica.com/eb/art/print?id=73333...

hugo-ventura.blogs.sapo.pt/2007/10/09/

www.theage.com.au/.../08/01/1154198138978.html

foro.univision.com/univision/board/message?bo...

maltez.info/cosmopolis/anode1969/aabril.htm

boards4.melodysoft.com/app?ID=eurotheo.marxis...

cultureetloisirs.france3.fr/.../26838948-fr.php



Para Saber Mais Sobre o Tema

O objetivo deste suplemento é aprofundar o conhecimento dos conteúdos desenvolvidos em aula. Nele, você encontrará indicações e referências de materiais que possibilitam a discussão e oferecem elementos para a reflexão sobre os temas abordados. As obras e textos aqui listados são um complemento daqueles já citados no "Texto de Referência".

Livros

AARÃO REIS, F.D. *A Construção do socialismo na China*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *O manifesto 150 anos depois*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

ADAS, Melhem. *Geografia da América: aspectos da geografia física e social*. São Paulo: Moderna, sd.

ARBEX JR., José. *Guerra fria: terror de Estado, política e cultura*. São Paulo: Moderna, 1997.

BABY, Jean. *As grandes divergências do mundo comunista.* São Paulo: Editora Senzala, s/d.

BETTEHEIM, Charles. *Revolução cultural e organização industrial na China*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BEZERRA, Holien Gonçalves. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Atual, 1984.

BLANCO, A. & DORIA, Carlos A. *A Revolução Cubana: de Martí a Fidel (1868-1959)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*, v. 2. Brasília e São Paulo: UnB/Imprensa Oficial, 2000.

BOBBIO, Norberto. *Qual Socialismo?: discussão de uma alternativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BOND, Rosana. *Nicarágua: a bala na agulha*. São Paulo: Ícone, 1987.

BORDA, Fals. A*s revoluções fracassadas na América Latina*. São Paulo: Global, s/d.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

CANÊDO, Leticía Bicalho. *A Descolonização da Ásia e da África*. São Paulo/Campinas: Atual, Unicamp, 1986.

CASTRO, Fidel. *La revolución cubana.* México: Ediciones Era, 1976.

_____. *A história me absolverá*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

CAUTE, David. *Fanon.* Londres: Fontana/Collins, 1970.

CHESNAUX, J. *A Ásia oriental nos séculos XIX e XX*. São Paulo: São Paulo: Pioneira, 1982.

COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Revolução cubana: história e problemas atuais.* São Paulo: Xamã, 1998.

CORTAZAR, Júlio. *O livro de Manuel*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

DELGADO, Carlos. *A Revolução Peruana.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

DEUTSCHER, Isaac. *Problemas e perspectivas do socialismo.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

DONGHI, Halperin. *História da América Latina*. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1975.

DRACHKOVITCH, Milorad. *O marxismo no mundo moderno.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

DROZ, Jacques. *História geral do socialismo*. Lisboa: Horizonte, 1976.

FAIRBANK, John King. *The Great Chinese Revolution 1800-1985.* Nova Iorque: Perennial Library/Harper & Row Publishers, 1987.

FANON, Frantz. *Por la revolución africana.* México: Fondo de Cultura Económica, 1975.

_____.*The Wretched of the Earth.* Nova Iorque: Grove Weidenfeld, 1991.



FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo. A Revolução Cubana*. São Paulo: T.A. Queirós, 1979.

FORNET-BETANCOURT, Raúl. *O marxismo na América Latina.* São Leopoldo: Unisinos, 1995.

FREI BETO. *Nicarágua livre: o primeiro passo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GARCÉS, Joan. *Allende e as armas da política.* São Paulo: Scritta, 1993.

GENDZIER, Irene L. *Frantz Fanon.* México: Serie Popular Era, 1977.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas.* São Paulo: Ática, 1987.

GRIGULÉVICH, Iósif. *Luchadores por la libertad de América Latina.* Moscou: Editorial Progreso, 1988.

GUEVARA, Ernesto. *Diário da guerrilha boliviana.* São Paulo: Edições Populares, 1980.

_____. *Sierra Maestra: da guerrilha ao poder.* São Paulo: Edições Populares, 1980.

_____. *Textos políticos e sociais.* São Paulo: Edições Populares, 1981.

_____. *Textos revolucionários.* São Paulo: Edições Populares, 1987.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *Historia contemporanea de America Latina.* México: Alianza Editorial, 1983.

HOBSBAWN, Eric (Org.). *História do marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1986-1991.

_____. *A era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LABIN, Suzanne. *A condição humana na China comunista.* Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1963.

LACOUTURE, Jean. *Ho Chi Minh*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

LEVESQUE, Jacques. *O conflito sino-soviético.* Póvoa de Varzim: Estudios Cor, 1974.

LIU SUINIAN, e WU QUNGAN (Orgs.). *China's Socialist Economy, An Outline History (1949-1984).* Pequim: Beijing Review, 1986.

LLOSA, Mário Vargas. *O Paraíso na Outra Esquina*. São Paulo: Arx, 2004.

LOWY, Michael. *O pensamento de Che Guevara.* Lisboa: Livraria Bertrand, 1976.

MacEOIN, Gary. *Revolution Next Door, Latin America in the 1970's.* Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston, 1971.

MANDEL, Ernest et al. *China x Vietnã.* São Paulo: Versus, 1979.

MAGNOLI, Demétrio. *O Mundo contemporâneo*. São Paulo: Moderna, 1996.

MAO Tse-TUNG. *Selected Military Writings of Mao Tse-Tung.* Pequim: Foreign Languages Press, 1963.

_____. *Sobre a prática e sobre a contradição.* São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Defensa del marxismo.* Lima: Biblioteca Amauta, 1988.

_____. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana.* México: Serie Popular Era, 1988.

MAREGA, Marisa. *A Nicarágua sandinista*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

MASSARI, Roberto. *Che Guevara, grandeza y riesgo de la utopia.* Navarra: Txalaparta, 1993.

MERLE, Robert. *Ahmed Bem Bella.* Nova Iorque: Walker and Company, 1967.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *De Martí a Fidel, a revolução cubana e a América Latina.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MORÁN, Fernando. *Revolución y tradición en África negra.* Madri: Alianza Editorial, 1971.

NETTO, José Paulo. *O que é stalinismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *O que é marxismo.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

OELGART, Bernd. *Ideólogos e ideologias da nova esquerda.* Lisboa: Editorial Presença, s/d.

OLIC, Nelson Bacic. *A Guerra do Vietnã*. São Paulo: Moderna, 1988.

_____. *Oriente Médio – Uma região de conflitos*. São Paulo: Moderna, 1991.

_____. *Geopolítica da América Latina*. São Paulo: Moderna, 1993.



PERICÁS, Luiz Bernardo. *Che Guevara e a luta revolucionária na Bolívia.* São Paulo: Xamã, 1997.

_____. *Che Guevara e o debate econômico em Cuba.* São Paulo: Xamã, 2004.

PERICÁS, Luiz Bernardo e BARSOTTI, Paulo (Orgs.). *América Latina: história, idéias e revolução.* São Paulo: Xamã, 1998.

PETRAS, James (Org.). *America Latina: economia y politica.* Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1972.

REMOND, René. *O século XIX – 1815-1914.* São Paulo: Ed. Cultrix, 1976.

_____. *O Século XX – De 1914 aos nossos dias.* São Paulo: Cultrix, 1993.

RODRIGUES, Miguel Urbano. *Opções da revolução na América Latina.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

ROSSI, C. *Militarismo na América Latina.* São Paulo: Brasiliense, 1990.

SALVADORI, Massimo. *Desenvolvimento do comunismo moderno.* Rio de Janeiro: Editora Ipanema, s/d.

SARTRE, Jean-Paul. *Furacão sobre Cuba.* Rio de Janeiro: Do Autor, 1960.

SCALZARETTO, Reinaldo & MAGNOLI, Demétrio. *Atlas geopolítico.* São Paulo: Scipione, 1996.

SCHRAM, Stuart. *Mao Tse-Tung.* Harmondsworth: Penguin Books, 1966.

SCHWARTZ, Benjamin I. *Chinese Communism and the Rise of Mao.* Cambridge: Harvard University Press, 1951.

SERRANA, Carlos & MUNANGA, Kabengele. *A Revolta dos colonizados: o processo de descolonização e as independências da África e da Ásia.* São Paulo: Atual, 1995.

SMITH, T. Lynn (Org.). *Agrarian Reform in Latin America.* Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1965.

SNOW, Edgar. *China, la larga revolución.* Madri: Alianza Editorial, 1974.

SPINDEL, Arnaldo. *O que é Comunismo.* São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____.*O que é Socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SZULC, Tad. *Fidel, A Critical Portrait.* Nova Iorque: Avon Books, 1987.

THOMPSON, David. *Pequena História do Mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

VIGEVANI, Tullo. *Terceiro Mundo, conceito e história*. São Paulo: Ática, 1990.

WOLF, Eric R. *Peasant Wars of the Twentieth Century.* Londres: Harper Torchbooks, 1970.

YAZBEK, Mustafa. *Argélia; a guerra e a independência*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

YRARRAZAVAL CONCHA, Eduardo. *América Latina en la Guerra Fría.* Santiago: Nascimento, de 1959.

Artigos

AGGIO, Alberto. *Uma insólita visita: Fidel Castro no Chile de Allende.* In: História, 2003, v. 22, n. 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742003000200009&lng=pt&nrm=iso>

_____. *Frente Popular, Modernização e Revolução Passiva no Chile*. In: Rev. bras. Hist., 1997, v. 17, n. 34. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200012&lng=pt&nrm=iso>

BECERRA, Marina. *All you need is love: ciudadanía, género y educación en los debates del primer socialismo argentino*. In: Cad. Pagu, Dic 2006, n. 27. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000200014&lng=pt&nrm=iso >

COELHO, Marco Antônio Tavares. *Memórias de um comunista*. In: Estud. av., dez. 1999, v. 13, n. 37. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000300003&lng=pt&nrm=iso>

FAUSTO, Ruy. *Acertos e dificuldades do Manifesto Comunista*. In: Estud. av., dez. 1998, v. 12, n. 34. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000300018&lng=pt&nrm=iso>



GUADARRAMA GONZÁLEZ, Pablo. *Humanismo y socialismo en la óptica del pensamiento marxista en América Latina*. In: Estud. av. , 1997, v. 11, n. 3. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000200021&nrm=iso&lng=pt>

PONTES, Heloisa. *Entrevista com Antonio Candido*. In: Rev. bras. Ci. Soc., out. 2001, v. 16, n. 47. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092001000300001&lng=pt&nrm=iso>

GUIMARÃES, Cesar. *A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo*. In: Estud. av., dez. 2002, v. 16, n. 46. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000300005&lng=pt&nrm=iso>

RIDENTI, Marcelo. *Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960*. In: Tempo Soc., jun. 2005, v. 17, n. 1. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000100004&lng=pt&nrm=iso>

VIANNA, Luiz Werneck. *Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira*. In: Dados, 1996, v. 39, n. 3. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581996000300004&lng=pt&nrm=iso>

Sítios na internet

- Enciclopédia Eletrônica Wikipedia – Verbete para Socialismo, disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismo>
- Enciclopédia Eletrônica Wikipedia – Verbete para Terceiro Mundo, disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Terceiro_Mundo>
- Sítio "Mundo do Socialismo", disponível em: <http://www.moreira.pro.br/pagcent.htm>
- Instituto Rosa Luxemburgo, disponível em: <http://www.insrolux.org/>
- Sítio "Gramsci e o Brasil", disponível em: <http://www.acessa.com/gramsci/>
- Sítio "comunismo.com.br", disponível em: <http://www.comunismo.com.br/>
- Biblioteca Virtual História do Marxismo no Brasil,, disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/marxismo/index.htm>
- Sítio "comunism.org", disponível em: <http://www.communism.com/>

- Biblioteca Virtual de Autores Socialistas, , disponível em: <http://www.ucm.es/info/bas/es/marx-eng/>
- Biblioteca Virtual Revolucionária, disponível em: <http://www.geocities.com/autonomiab-vr/index.html>
- Sítio em inglês sobre a história do marxismo e dos movimentos operários "History Archive: a history of the revolutionary working class", disponível em: <http://marxists.org/history/>
- Sítio "World Socialist Movement", disponível em: <http://www.worldsocialism.org/index.php>
- Banco de Dados de Discursos de Fidel Castro organizado pela Universidade do Texas, EUA, disponível em: <http://www1.lanic.utexas.edu/la/cb/cuba/castro.html>

Centros de Pesquisa

- Centro de Estudos Marxistas/Unicamp, disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/>
- NEILS – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Socais da PUC-SP, disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/>
- IEA USP – Instituto de Estudos Avançados, disponível em: <http://www.iea.usp.br/iea/>
- IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, disponível em: <http://www.iuperj.br/>
- Grupos de Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco, disponível em: <http://www.propesq.ufpe.br/propesq/pesquisa/grupo.html>
- NEC – Núcleo de Estudos Contemporâneos da UFF, disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/>
- Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, disponível em: <http://www.cebela.org.br/>
- NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/PUC-SP, disponível em: <http://www.nu-sol.org>
- Fundação Espanhola de Estudos Libertários Anselmo Lorenzo (*Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo*), disponível em: <http://www.cnt.es/fal/home.php>
- Fundação Espanhola de Estudos Marxistas (*Fundación de Investigaciones Marxistas*) – http://www.fim.org.es/01_01.php
- REDEM – Rede de Estudos de Economia Mundial (*Red de Estudios de la Economia Mundial*), disponível em: <http://www.redem.buap.mx/>



- Centro de Estudos em Economia e Sociedade da Universidade de Cornell, EUA (*Center for the Study of Economy and Society*), disponível em: <http://www.economyandsociety.org/contact.shtml>
- Centro de Estudos Cubanos da Universidade de Tulane, EUA (*Cuban Studies Institute, Tulane University*), disponível em: <http://cuba.tulane.edu>
- Centro de Estudos Latino Americanos da Universidade de Harvard, EUA (*David Rockefeller Center for Latin American Studies, Harvard University*), disponível em: <http://www.fas.harvard.edu/~drclas>
- Programa de Estudos Cubanos da Universidade de Georgetown (*Georgetown University Caribbean Project's Cuba Program*), disponível em: <http://www.georgetown.edu/sfs/programs/clas/Caribe/Cuba.htm>
- Casa de Estudos do Socialismo, Peru (*Casa de estudios del Socialismo*), disponível em: <http://www.yachay.com.pe/especiales/mariategui/SUR/index.htm>
- Centro de Estudos Chineses da Universidade de Berkeley, EUA (*Center for Chinese Studies, UC Berkeley*), disponível em: <http://ieas.berkeley.edu/ccs/>

Filmes

Título: Diários de Motocicleta
Título Original: The Motorcycle Diaries
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 128 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 2004
Direção: Walter Salles
Roteiro: Jose Rivera, baseado nos livros de Che Guevara e Alberto Granado
Sinopse: A viagem do jovem Che Guevara pela América do Sul, antes de se tornar um dos ícones da Revolução Cubana.
Che Guevara (Gael García Bernal) era um jovem estudante de Medicana que, em 1952, decide viajar pela América do Sul com seu amigo Alberto Granado (Rodrigo de la Serna). A viagem é realizada em uma moto, que acaba quebrando após 8 meses. Eles então passam a seguir viagem através de caronas e caminhadas, sempre conhecendo novos lugares. Porém, quando chegam a Machu Pichu, a dupla conhece uma colônia de leprosos e passam a questionar a validade do progresso econômico da região, que privilegia apenas uma pequena parte da população.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/diarios-de-motocicleta/diarios-de-motocicleta.asp)

Título: A Batalha de Argel
Título Original: La Battaglia di Algeri
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 117 minutos
Ano de Lançamento (Itália / Argélia): 1965
Direção: Gillo Pontecorvo
Roteiro: Gillo Pontecorvo e Franco Solinas
Sinopse: Os eventos decisivos da guerra pela independência da Argélia, marco do processo de libertação das colônias européias na África. Entre 1954 e 1957 é mostrado o modo de agir dos dois lados do conflito, a Frente de Libertação Nacional e o exército francês. Enquanto que o exército usava técnicas de tortura e eliminava o maior número possível de rebeldes, a FLN desenvolvia técnicas não-convencionais de combate, baseadas na guerrilha e no terrorismo. Recebeu três indicações ao Oscar e é um marco na história do cinema político mundial.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/batalha-de-argel/batalha-de-argel.asp)

Título: O Último Imperador
Título Original: The Last Emperor
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 165 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 1987
Direção: Bernardo Bertolucci
Roteiro: Mark People e Bernardo Bertolucci
Sinopse: No início do século XX, a China é retalhada pelo neocolonialismo. Neste contexto, o filme dá ênfase à crueldade do imperialismo japonês para falar da saga de Pu Yi (John Lone), o último imperador da China. Declarado imperador com apenas três anos, viveu enclausurado na Cidade Proibida até ser deposto pelo governo revolucionário, enfrentando então o mundo pela primeira vez quando tinha 24 anos. Neste período se tornou um playboy, mas logo teria um papel político quando se tornou um pseudo-imperador da Manchúria, quando esta foi invadida pelo Japão. Aprisionado pelos soviéticos, foi devolvido à China como prisioneiro político em 1950. É exatamente neste período que o filme começa, mas logo retorna a 1908, o ano em que se tornou imperador.
O filme resgata a história da China ainda imperial no início do século XX, passando pela proclamação da república em 1911, até a revolução comunista que proclamou a República Popular da China em 1949.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/ultimo-imperador/ultimo-imperador.htm)



Título: Terra dos Deuses
Título Original: The Good Earth
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 138 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 1937
Direção: Sidney Franklin
Roteiro: Talbot Jennings, Tess Slesinger e Claudine West, baseado em livro de Pearl Buck
Sinopse: A saga de um casal, O-Lan (Luise Rainer) e Wang Lung (Paul Muni), na China antes da Revolução Comunista. Eles têm uma modesta propriedade rural, mas a seca abate-se sobre a região de forma impiedosa e faz com que o casal, juntamente com os filhos, tentem a vida em outra região. Porém não há empregos, o que faz com que os filhos mendiguem e roubem comida. Quando a Revolução Chinesa acontece, em meio aos distúrbios de rua O-Lan acha um pequeno saco de jóias. Era a passagem de volta para as terras, que ainda eram deles e agora estão férteis, pois a seca acabara.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/terra-dos-deuses/terra-dos-deuses.asp)

Título: Tempos de Viver
Título Original: Huozhe
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 125 minutos
Ano de Lançamento (China): 1994
Direção: Zhang Yimou
Sinopse: O filme acompanha a trajetória de uma família chinesa em um espaço de 30 anos, desde a revolução popular até os anos 70, época, portanto, de profundas transformações. Fugui (Ge You, melhor ator em Cannes) enterra a fortuna familiar no jogo e vira animador de teatro de sombras. Artista itinerante, acaba envolvido na luta entre nacionalista e comunistas, mudando de lado de acordo com as necessidades.
(Fonte: http://www.video21.com.br/padrao.php?page=acervos_&res=4362)

Título: Balzac e a Costureirinha Chinesa
Título Original: Balzac et la Petite Tailleuse Chinoise
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 116 minutos
Ano de Lançamento (França / China): 2002
Direção: Dai Sijie
Roteiro: Dai Sijie e Nadine Perront, baseado em livro escrito por Dai Sijie
Sinopse: Após serem encaminhados para serem reeducados, dois jovens se apaixonam por uma costureirinha e com ela dividem um grande tesouro: livros considerados subversivos no rígido regime chinês de Mao Tse-Tung.
Luo (Chen Kun) e Ma (Liu Ye) são dois jovens de 17 anos que, em plenos anos 70, vivem na

China comandada por Mao Tse-Tung. Os dois são encarados como sendo inimigos do povo por seus pais serem médicos e dentistas, considerados burgueses reacionários. Luo e Ma são então presos e encaminhados a um «campo de reeducação», em uma vila isolada no Tibet. Todos os livros de Luo são queimados, mas Ma consegue manter seu violino ao alegar que Mozart compunha para o presidente Mao. No campo eles apenas encontram alívio nas músicas tocadas por Ma e nas histórias narradas por Luo, até que conhecem uma costureirinha (Zhou Xun) por quem ambos se apaixonam. Ela então lhes revela um precioso tesouro: livros considerados subversivos e de autoria de Flaubert, Tolstói, Victor Hugo e Balzac, que estão de posse de Quatro Olhos (Wang Hongwei), outro jovem que está sendo reeducado e está prestes a retornar à cidade. O trio então decide por roubá-los.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/balzac/balzac.asp)

Título: Um Amor de Borges
Título Original: Un Amor de Borges
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 92 minutos
Ano de Lançamento (Argentina): 1999
Direção: Javier Torre
Roteiro: Isabel de Estrada e Javier Torre, baseado em livro de Estela Canto
Sinopse: Buenos Aires, 1946. Ao procurar alguém que lhe ajude em traduções, Estela Canto (Inés Sastre) conhece Jorge Luis Borges (Jean Pierre Noher), um simples funcionário de uma biblioteca, pois seu enorme talento ainda era desconhecido do grande público. Enquanto ele é bastante retraído, Estela é extrovertida, inteligente, bela e provocante. Ambos tem algo em comum a vontade de serem reconhecidos como escritores, mas um livro de Borges vendeu apenas 37 cópias, enquanto Estela ainda nem lançou o seu. Borges, apesar de homem feito, ainda é totalmente dominado por sua mãe. Eles começam uma relação muito especial, apesar de Estela ser seu oposto, pois é liberada, não é virgem e é uma precursora do feminismo e grande simpatizante do comunismo, sendo que isto trará algum problema para os dois.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/amor-de-borges/amor-de-borges.asp)

Título Original: Olga
Gênero: Drama
Tempo de Duração:
Ano de Lançamento (Brasil): 2004
Roteiro: Rita Buzzar
Sinopse: Olga Benário (Camila Morgado) é uma militante comunista desde jovem, que é perseguida pela polícia e foge para Moscou, onde faz treinamento militar. Lá ela é encarregada de acompanhar Luís Carlos Prestes (Caco Ciocler) ao Brasil para liderar a Intentona Comunista de 1935, se apaixonando por ele na viagem. Com o fracasso da revolução, Olga é presa com



Prestes. Grávida de 7 meses, é deportada pelo governo Vargas para a Alemanha nazista e tem sua filha Anita Leocádia na prisão. Afastada da filha, Olga é então enviada para o campo de concentração de Ravensbrück.
(Fonte: http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/olga/olga.asp)

Título Original: Cabra Cega
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 107 minutos
Ano de Lançamento (Brasil): 2005
Direção: Toni Venturi
Roteiro: Di Moretti, baseado em argumento de Fernando Bonassi, Roberto Moreira e Victor Navas
Sinopse: Thiago (Leonardo Medeiros) e Rosa (Débora Duboc) são dois jovens militantes da luta armada, que sonham com uma revolução social no Brasil. Após ser ferido por um tiro, em uma emboscada feita pela polícia, Thiago precisa se esconder na casa de Pedro (Michel Bercovitch), um arquiteto simpatizante da causa. Thiago é o comandante de um "grupo de ação" de uma organização de esquerda, que está no momento debilitada e estuda um retorno à luta política. Rosa é o contato de Thiago com o mundo, sendo agora ainda mais importante por estar ferido. Com o passar do tempo Pedro passa a ficar preocupado com a segurança deles, adotando um comportamento estranho e colocando dúvidas em Thiago se ele não seria um traidor.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/cabra-cega/cabra-cega.asp)

Título Original: A Terceira Morte de Joaquim Bolívar
Gênero: Drama Histórico
Tempo de Duração: 104 minutos
Ano de Lançamento (Brasil): 2000
Direção: Flávio Cândido
Roteiro: Flávio Cândido
Sinopse: Em meio aos acontecimentos políticos de 1964, o filme retrata a disputa ideológica entre Joaquim Bolívar (Sérgio Siviero), um jovem barbeiro integrante do Partido Comunista, e o poderoso Coronel Gaudêncio (Othon Bastos), um típico líder político de província. Os antagonistas se enfrentam ao longo de 35 anos, tendo como pano de fundo a construção de uma usina hidrelétrica, que pode ser a salvação da cidade.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/3-morte-de-joaquim-bolivar/3-morte-de-joaquim-bolivar.asp)

Título Original: Araguaya – Conspiração do Silêncio
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 105 minutos
Ano de Lançamento (Brasil): 2004
Direção: Ronaldo Duque

Roteiro: Ronaldo Duque, Guilherme Reis e Paula Simas
Sinopse: O exército brasileiro no auge da ideologia da segurança nacional, um partido de esquerda dissidente, militantes aguerridos (a maioria deles ainda jovens e inexperientes), inocentes camponeses e uma região onde a ambição e a miséria disputavam lugar palmo a palmo. É neste cenário que está o Padre Chico (Stephane Brodt), um religioso francês que chegou à região do Araguaia no início dos anos 60. A profunda identidade de Padre Chico com as pessoas da região, associada ao seu sentimento religioso e dúvidas existenciais, fazem com que o religioso presencie os eventos ligados à formação da Guerrilha do Araguaia.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/araguaya/araguaya.asp)

Título Original: Zuzu Angel
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 110 minutos
Ano de Lançamento (Brasil): 2006
Direção: Sérgio Rezende
Roteiro: Marcos Bernstein e Sérgio Rezende
Sinopse: Brasil, anos 60. A ditadura militar faz o país mergulhar em um dos momentos mais negros de sua história. Alheia a tudo isto, Zuzu Angel (Patrícia Pillar), uma estilista de modas, fica cada vez mais famosa no Brasil e no exterior. O desfile da sua coleção em Nova York consolidou sua carreira, que estava em ascensão. Paralelamente seu filho, Stuart (Daniel de Oliveira), ingressa na luta armada, que combatia as arbitrariedades dos militares. Resumindo: as diferenças ideológicas entre mãe e filho eram profundas. Ela uma empresária, ele lutando pela revolução socialista e Sônia (Leandra Leal), sua mulher, partilha das mesmas idéias. Numa noite Zuzu recebe uma ligação, dizendo que "Paulo caiu", ou seja, Stuart tinha sido preso pelos militares. As forças armadas negam e Zuzu visita uma prisão militar e nada acha, mas viu que as celas estavam tão bem arrumadas que aquilo só podia ser um teatro de mau gosto, orquestrado pela ditadura. Pouco tempo depois ela recebe uma carta dizendo que Stuart foi torturado até a morte na aeronáutica. Então ela inicia uma batalha aparentemente simples: localizar o corpo do filho e enterrá-lo, mas os militares continuam fazendo seu patético teatro e até "inocentam" Stuart por falta de provas, apesar de já o terem executado. Zuzu vai se tornando uma figura cada vez mais incômoda para a ditadura e ela escreve que não descarta de forma nenhuma a chance de ser morta em um "acidente" ou "assalto".
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/zuzu-angel/zuzu-angel.asp)

Título Original: Contos de Resistência
Gênero: Documentário
Ano de Lançamento (Brasil): 2005
Direção: Getsemane Silva, Glória Varela, Marcya Reis, André Carvalheira, Guilherme Bacalhao.
Sinopse: Para marcar os 40 anos do golpe militar de 1964, a TV Câmara produziu a série Contos



da Resistência, composta de quatro episódios. Cada um dos vídeos da série enfoca um aspecto da resistência à ditadura e como esses movimentos contribuíram para a construção da democracia que temos hoje no Brasil. As articulações em todos os segmentos da sociedade para se contrapor ao governo autoritário; as organizações sociais de estudantes, trabalhadores e religiosos para lutar pela democracia e esclarecer a população; a resistência política no Congresso; a crítica inteligente e criativa das artes e da imprensa; a repressão e a tortura a representantes desses grupos; e o movimento social pelas eleições diretas em 1984. Todos os temas estão na série, abordados a partir da perspectiva de quem viveu esses tipos de resistência.
(Fonte: http://www2.camara.gov.br/homeagencia/materias.html?pk=57006)

Título: A Casa dos Espíritos
Título Original: The House of the Spirits
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 150 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 1993
Direção: Billie August
Roteiro: Billie August, baseado em livro de Isabel Allende
Sinopse: A história do Chile da década de 20 aos anos 70 é contada através da saga da família Trueba, que começa com a união de um homem simples (Jeremy Irons), que fica rico, com uma jovem (Meryl Streep) de poderes paranormais. A saga se desenvolve até esta família ser atingida pela revolução, que no início da década de 70 derrubou o presidente Salvador Allende.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/casa-dos-espiritos/casa-dos-espiritos.asp)

Título: Machuca
Título Original: Machuca
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 120 minutos
Ano de Lançamento (Chile / Espanha): 2004
Direção: Andrés Wood
Roteiro: Andrés Wood e Mamoun Hassan
Sinopse: Em pleno Chile do governo Allende, dois garotos de classes diferentes criam uma forte amizade.
1973. Gonzalo Infante (Matías Quer) é um garoto que estuda no Colégio Saint Patrick, o mais conceituado de Santiago. Gonzalo é de uma família de classe alta, morando em um bairro na área nobre da cidade com seus pais e sua irmã. O padre McEnroe (Ernesto Malbran), o diretor do colégio, inspirado no governo de Salvador Allende decide implementar uma política que faça com que alunos pobres também estudem no Saint Patrick. Um deles é Pedro Machuca (Ariel Mateluna) que, assim como os demais, fica deslocado em meio aos antigos alunos da escola. Provocado, Pedro é seguro por trás e um deles manda que Gonzalo o bata, que se

recusa a fazer isto e ainda o ajuda a fugir. A partir de então nasce uma amizade entre os dois garotos, apesar do abismo de classe existente entre eles.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/machuca/machuca.htm)

Título: Missing – O Desaparecido
Título Original: Missing
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 122 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 1982
Direção: Costa-Gavras
Roteiro: Costa-Gavras, John Nichols, Donald Stewart, baseados em livro de Thomas Hauser
Sinopse: Após a Revolução Cubana em 1959, a guerra fria se radicalizou na América Latina, onde qualquer proposta política mais popular, democrática ou nacionalista, era tida como esquerdista e anti-capitalista, ou seja, anti-EUA.
Entre 1964 e 1970, o Chile conheceu alguns avanços sociais com o governo democrata-cristão de Eduardo Frei.
Em 1970 através de eleições, Salvador Allende, candidato da União Popular (frente progressista liderada por comunistas e socialistas), assumiu a presidência do país. Já nos primeiros meses, Allende nacionalizou as minas e os bancos e acelerou o processo de reforma agrária, iniciado no governo de Eduardo Frei. Essas medidas contrastavam-se cada vez mais com o contexto de radicalização da Guerra Fria, e Salvador Allende, começava a sofrer uma forte oposição por parte das oligarquias internas, temerosas com os avanços populares. Soma-se a essa oposição, o boicote norte-americano, que agravou a crise econômica do país, isolando ainda mais o governo socialista de Allende, que perdia o apoio dos democratas-cristãos e de representativos setores da classe média.
Nesse cenário, em 11 de setembro de 1973, Salvador Allende foi deposto e assassinado por um golpe militar. Iniciava-se no Chile uma das mais sangrentas ditaduras militares da América Latina, comandada pelo general Augusto Pinochet, proclamado no ano seguinte "Chefe Supremo da Nação".
Imediatamente após o golpe, o general inicia uma repressão cruel contra as oposições, proibindo qualquer atividade política e oprimindo os setores de esquerda com prisões, torturas e execuções em massa, espalhando o terror por todo país.
É este o pano de fundo para a história fimada por Costa-Gravs, um ícone do cinema político. Num restaurante em Santiago do Chile, um jovem jornalista norte-americano, residente nesse país, acaba escutando uma conversa na mesa ao lado, entre um agente da CIA e militares chilenos, que deixa clara a participação do governo norte-americano no golpe militar que depôs o governo socialista de Salvador Allende e inaugurou a ditadura do general Augusto Pinochet.
A obra de Costa Gavras focaliza inicialmente o cotidiano do jornalista no Chile, até seu desaparecimento, dias após o golpe de Estado do general Pinochet. O filme prossegue até o final



com a busca desesperada do pai e da mulher do jornalista, na tentativa de encontrá-lo.
O Chile pós-golpe de Estado, os primeiros dias da repressão e todo horror da ditadura chilena, considerada uma das mais violentas da América Latina, são fielmente retratados pelo filme, que venceu a Palma de Ouro e o prêmio de melhor ator no festival de Cannes, além do Oscar de melhor roteiro adaptado.
(Fonte: http://parceiros.cineclick.com.br/cinemateca/ficha_filme.php?id_cine=730)

Título: De Amor e de Sombras
Título Original: Of Love and Shadows
Gênero: Drama
Ano de Lançamento (EU/Argentina): 1993
Direção: Betty Kaplan
Sinopse: De Amor e de Sombras é baseado no romance de Isabel Allende, sobrinha do ex-presidente deposto, Salvador Allende, e autora de A Casa dos Espíritos. Jennifer Connelly faz uma alienada repórter chilena de uma revista de moda, que vive com a mãe, dona de um asilo. Apesar da sua profissão e de namorar com um jovem militar, ela ignora a repressão política que domina seu país. Quem lhe abre os olhos é Francisco (Antonio Baderas), um fotógrafo de origem espanhola que luta contra o regime militar. Juntos, descobrem uma mina abandonada que os militares usam para esconder cadáveres. Apaixonados um pelo outro, eles precisam enfrentar uma arriscada fuga do país, com Connelly gravemente ferido.
(Fonte: http://www.netmovies.com.br/detalhesFilmeVisita.aspx?pesq=4678)

Título: Os Sonhadores
Título Original: The Dreamers
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 130 minutos
Ano de Lançamento (EUA / França / Itália): 2003
Direção: Bernardo Bertolucci
Roteiro: Gilbert Adair
Sinopse: Matthew (Michael Pitt) é um jovem que, em 1968, vai estudar em Paris. Lá ele conhece os irmãos gêmeos Isabelle (Eva Green) e Theo (Louis Garrel). Os três logo se tornam amigos, dividindo experiências e relacionamentos enquanto Paris vive a efervescência da revolução estudantil.
Apesar de não ter como cenário um país de "terceiro mundo", trata-se de um retrato delicado e emocionante do ambiente pulsante e intenso da época.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/dreamers/dreamers.asp)

Título: A Cidade Perdida
Título Original: The Lost City
Gênero: Drama

Tempo de Duração: 143 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 2005
Direção: Andy Garcia
Roteiro: G. Cabrera Infante
Sinopse: Havana, Cuba, 1958. A cidade é considerada a capital dos prazeres e diversões para muitos, enquanto que algumas pessoas estão descontentes com a ditadura de Fulgencio Batista (Juan Fernández). Fico Fellove (Andy Garcia) é o proprietário da elegante casa noturna El Trópico e tenta manter sua família unida, em meio à tomada da cidade pelas forças revolucionárias de Fidel Castro (Gonzalo Menendez) e Ernesto Che Guevara (Jsu Garcia). Alheio à situação do país está o escritor (Bill Murray), um expatriado americano que acompanha a situação de Fico e sua família em meio a tantas mudanças.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/cidade-perdida/cidade-perdida.asp)

Título: Memórias do Subdesenvolvimento
Título Original: Memorias Del Subdesarrollo
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 97 minutos
Ano de Lançamento (Cuba): 1968
Direção: Tomás Gutiérrez Alea
Sinopse: Retrato lúcido e poético de Cuba no começo dos anos 60, Memórias do Subdesenvolvimento é considerado um clássico do cinema latino-americano. Tomás Gutiérrez Alea (1928-1996) oferece um olhar ao mesmo tempo carinhoso e crítico sobre os rumos da revolução de Fidel Castro, narrado pelos olhos de Sérgio, um homem que aos 38 anos se descobre sozinho em Havana, depois que sua mulher e seus pais resolvem migrar para os Estados Unidos. Ao acompanhar Sérgio, o espectador é chamado a percorrer as ruas da capital cubana e a encontrar personagens reais, num filme que mistura com habilidade, recursos da ficção e do documentário.
(Fonte: http://www.videolar.com/ProdutoDVD.asp?ProductID=112738)

Título: Os Sobreviventes
Título Original: Los Sobrevivientes
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 130 minutos
Ano de Lançamento (Cuba): 1978
Direção: Tomás Gutiérrez Alea
Sinopse: Com o triunfo da revolução, uma família de descendência aristocrática, decide ficar isolada em sua mansão e ignorar as mudanças que acontecem no país. O tradicional talento satírico de Gutiérrez Alea faz desse filme uma das peças chaves na sua cinematografia. Com Jorge Alí, Leonor Borrero, Juanita Caldevilla, Elio Mesa, Reynaldo Miravalles, Carlos Monctezuma, Germán Pinelli, Lili Rentería.



(Fonte:http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/ctr/rptg/ReportagemDetalhe.jsp?Reportagem.codigo=3260)

Título: A Morte de Um Burocrata
Título Original: La Muerte de um Burócrata
Gênero: Comédia
Tempo de Duração: 85 minutos
Ano de Lançamento (Cuba): 1966
Direção: Tomás Gutiérrez Alea
Sinopse: A morte de um operário exemplar desencadeia uma série de absurdas situações nessa sátira social que se diverte denunciando um mal antigo, a burocracia, suas conseqüências e derivações no novo regime cubano, com irreverência e humor.
(Fonte:http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/ctr/rptg/ReportagemDetalhe.jsp?Reportagem.codigo=3260)

Título: Yo Soy Cuba
Título Original: Yo Soy Cuba
Gênero: Documentário
Ano de Lançamento (Rússia/Cuba): 1964
Direção: Mikhail Kalatozov
Sinopse: A mais espetacular descoberta cinematográfica dos últimos anos. Filmado pelo grande e premiado diretor russo Mikhail Kalatozov (Quando Voam as Cegonhas – 1957), Eu Sou Cuba é um poema visual do Comunismo Kitsch, mostrando a opressão do povo cubano, em plena revolução dos anos 60. Kalatozov mostrou com sua câmera acrobática, em grande angular, imagens fascinantes de Cuba, com vários planos-sequências sem corte, lembrando vários momentos o virtuosismo estilístico de Orson Welles.
(Fonte: http://www.netmovies.com.br/detalhesFilmeVisita.aspx?pesq=6639&cod=12)

Título Original: Soy Cuba – O Mamute Siberiano
Gênero: Documentário
Tempo de Duração: 90 minutos
Ano de Lançamento (Brasil): 2005
Direção: Vicente Ferraz
Roteiro: Vicente Ferraz
Sinopse: No início dos anos 1960, o famoso diretor soviético Mikhail Kalatozov, com uma equipe de 200 pessoas, filmou em Cuba a superprodução Soy Cuba. O filme pretendia ser uma arma de propaganda para divulgar a revolução cubana e a união entre dois povos socialistas. Porém, foi mal recebido nos dois países e ignorado após sua estréia em Havana e Moscou. Ficou desconhecido pelo público do Ocidente até que, nos anos 90, foi redescoberto por Martin Scorsese e Francis Ford Coppola. Atores e técnicos que participaram do filme foram

entrevistados para o documentário brasileiro e os depoimentos apontam o contraste entre as culturas cubana e eslava. Trechos do filme original intercalam-se com as entrevistas, permitindo sua reavaliação artística.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/soy-cuba/soy-cuba.asp)

Título: Antes do Anoitecer
Título Original: Before Night Falls
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 125 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 2000
Direção: Julian Schnabel
Roteiro: Lázaro Gómez Carriles, Cunningham O'Keefe e Julian Schnabel, baseado em livro de Reynaldo Arenas
Sinopse: O diretor Julian Schnabel (Basquiat) traz às telas a cinebiografia do escritor cubano Reynaldo Arenas, que foi perseguido em seu país natal e viveu anos exilado em Nova York. Após ser educado com a Revolução Cubana e premiado nacionalmente por seu trabalho, o escritor Reynaldo Arenas termina sendo preso e, posteriormente, exilado de seu país-natal. Conheça a vida de Reynaldo Arenas, desde sua infância pobre até seu exílio em Nova York, passando pelo horror e preconceito sofrido ainda em Cuba, pelo fato de ser homossexual.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/antes-do-anoitecer/antes-do-anoitecer.asp)

Título: De Certa Maneira
Título Original: De Cierta Manera
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 78 minutos
Ano de Lançamento (Cuba): 1974
Direção: Sara Gómez
Sinopse: O condomínio Miraflores, construído em 1962 pelas mesmas pessoas que iriam morar nele, é resultado dos primeiros esforços da Revolução para erradicar os bairros periféricos. Yolanda, a nova professora da comunidade, enfrenta as diferenças e os conflitos que surgem em sua relação amorosa com um operário da construção. A partir dessa história, se trata um tema inédito: a incorporação de homens e mulheres até agora marginais ao processo revolucionário.
(Fonte: http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/ctr/rptg/ReportagemDetalhe.jsp?Reportagem.codigo=3260)

Título: Retrato de Teresa
Título Original: Retrato de Teresa
Gênero: Drama



Tempo de Duração: 103 minutos
Ano de Lançamento (Cuba): 1976
Direção: Pastor Vega
Sinopse: A partir da crise de um jovem casal, o filme discute as mudanças provocadas na célula familiar cubana como conseqüência da revolução. A incorporação da mulher a tarefas de responsabilidade social e política acaba por causar uma série de conflitos nos relacionamentos: de um lado está a tradição familiar e do outro um modelo social que não faz diferenciação de sexo.
(Fonte:http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/ctr/rptg/ReportagemDetalhe.jsp?Reportagem.codigo=3260)

Título: Morango e Chocolate
Título Original: Fresa y Chocolate
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 110 minutos
Ano de Lançamento (Cuba/Espanha): 1993
Direção: Julian Schnabel
Roteiro: Senel Paz
Sinopse: Vencedor de inúmeros prêmios internacionais, sendo o primeiro filme cubano indicado ao Oscar de Melhor Filme Estrangeiro, Morango e Chocolate é um dos grandes filmes da década de 90. Em parceria com Juan Carlos Tabío, o mestre Tomás Gutiérrez Alea (Guantanamera) aborda, com talento e sensibilidade, temas como tolerância e discriminação. Em Havana, 1979, o estudante David, defensor ferrenho do comunismo e das virtudes da Revolução Cubana, cai em depressão ao descobrir que sua namorada irá casar-se com outro homem. Certo dia, conhece o artista Diego, homossexual e dissidente, que luta incansavelmente contra a discriminação que sofre em seu próprio país. Diego interessa-se por David e decide alimentar esta amizade com o objetivo e a esperança de quebrar a barreira entre eles e conseguir levar o rapaz para a cama. Só que a amizade entre os dois cresce e toma outros rumos. (Fonte:http://www.cinemacomrapadura.com.br/filmes/960/morango_e_chocolate_(fresa_y_chocolate_1993)

Título: Lúcia
Título Original: Lucía
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 160 minutos
Ano de Lançamento (Cuba): 1969
Direção: Humberto Solás
Sinopse: Através da vida de três mulheres cubanas é contada a história de Cuba em três períodos diferentes: em 1895, na Guerra de Independência contra Espanha; nos anos 1930 e nos anos 1960.
(Fonte:http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/ctr/rptg/ReportagemDetalhe.jsp?Reportagem.codigo=3260)

Título Original: Rocha que Voa
Gênero: Documentário
Tempo de Duração: 94 minutos
Ano de Lançamento (Brasil): 2002
Direção: Eryk Rocha
Roteiro: Eryk Rocha e Bruno Vasconcelos
Sinopse: O diretor Eryk Rocha apresenta um filme-ensaio sobre o papel dos intelectuais na América Latina, em especial os que fizerama ligação entre o Cinema Novo brasileiro e o Cinema Revolucionário cubano. O exílio em Cuba de 1971 a 1972, um dos períodos menos conhecidos da vida do diretor Glauber Rocha, coincide com um período de grande euforia e discussão em torno do papel das artes na revolução social e política dos países da América Latina e do Terceiro Mundo. Glauber, com sua fala barroca e poética, propõe o cinema como o principal instrumento cultural e político para a promoção da unidade latino-americana, servindo como fio condutor para a reconstituição do Cinema Novo brasileiro e do Cinema Revolucionário cubano.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/rocha-que-voa/rocha-que-voa.asp)

Título: Corações e Mentes
Título Original: Hearts and Minds
Gênero: Documentário
Tempo de Duração: 112 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 1974
Direção: Peter Davis
Sinopse: Uma investigação sobre a Guerra do Vietnã, através de imagens da guerra e entrevistas com ex-combatentes americanos e sobreviventes vietnamitas, analisando assuntos como a duração do conflito, o militarismo e o racismo entranhado na cultura dos Estados Unidos. Foi o 1º documentário a dar voz aos vietnamitas sobre a Guerra do Vietnã e a apurar os efeitos da guerra no país.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/coracoes-e-mentes/coracoes-e-mentes.asp)

Título: Os Gritos do Silêncio
Título Original: The Killing Fields
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 141 minutos
Ano de Lançamento (Inglaterra): 1984
Direção: Rolland Joffé
Roteiro: Bruce Robinson
Sinopse: A visão de Sidney Schanberg (Sam Waterston), um jornalista americano, sobre a guerra do Camboja e a amizade feita com Dith Pran (Haing S. Ngor), intérprete cambojano e jornalista local. São mostradas as trágicas conseqüências das ações do Khmer Vermelho.



O Filme é baseado em fatos reais da guerra do Camboja, vividos em 1973 por Schanberg, reporter do The New York Times. Com a cobertura da tomada de Phnom Penh, Schanberg ganhou o prêmio Pulitzer e retornou ao oriente procurando o amigo.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/gritos-do-silencio/gritos-do-silencio.asp)

Título: Questão de Lealdade
Título Original: A Different Loyalty
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 98 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 2004
Direção: Marek Kanievska
Roteiro: Jim Piddock
Sinopse: Logo após a II Guerra Mundial, o mundo se divide entre dois grandes blocos: o capitalista e o comunista. Em plena Guerra Fria vive Sally Tyler (Sharon Stone), uma americana solitária que vive em Beirute devido ao trabalho de seu marido. Lá ela conhece Leo (Rupert Everett), por quem se apaixona e faz com que se divorcie. Até que inesperadamente Leo desaparece, com o governo o acusando de ser um desertor e seguir uma "lealdade diferente". Sem saber em quem acreditar e sendo perseguida pelas ruas, Sally recebe uma carta que pode mudar os rumos de sua vida para sempre.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/questao-de-lealdade/questao-de-lealdade.asp)

Título: Dr. Fantástico
Título Original: Dr. Strangelove or How I Learned to Stop Worrying and Love the Bomb
Gênero: Comédia
Tempo de Duração: 93 minutos
Ano de Lançamento (Inglaterra): 1964
Direção: Stanley Kubrick
Roteiro: Stanley Kubrick, Terry Southern e Peter George, baseado em livro de Peter George
Sinopse: Enlouquecido pela Guerra Fria, um general acredita que ficou impotente devido à sabotagem comunista dos reservatórios de água e por isso ordena um ataque nuclear à União Soviética. Dirigido por Stanley Kubrick (Lolita) e com Peter Sellers e George C. Scott no elenco. Recebeu 4 indicações ao Oscar. Dr. Fantástico é baseado no livro "Alerta Vermelho", escrito pelo ex-tenente da Força Aérea Britânica Peter George, que lançou o livro sob o pseudônimo de Peter Bryant em 1958.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/dr-fantastico/dr-fantastico.asp)

Título: O Planeta dos Macacos
Título Original: The Planet of the Apes
Gênero: Ficção Científica

Tempo de Duração: 111 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 1968
Direção: Franklin J. Schaffner
Roteiro: Michael Wilson e Rod Serling, baseado em livro de Pierre Boulle
Sinopse: George Taylor (Charlton Heston), um astronauta americano, viaja por séculos em estado de hibernação. Ao acordar, ele e seus companheiros se vêem em um planeta dominado por macacos, no qual os humanos são tratados como escravos e nem mesmo tem o dom da fala. Neste lugar humanos migalham por sua subsistência, são caçados e escravizados por primatas tiranos, que formam o poder local.
Sem concordar com a opressão imposta à raça humana, Leo logo se torna uma séria ameaça ao status quo local e dá início à uma revolução social no planeta.
Uma fábula emblemática que faz alusão ao nascimento dos movimentos revolucionários da época.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/planeta-dos-macacos/planeta-dos-macacos.asp)

Programas de TV

Programa Roda Viva – TV Cultura:
Entrevista com Bolivar Lamounier, cientista político brasileiro: 02/06/1997
http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=561

Entrevista com Ricardo Alarcon, presidente da Assembléia Nacional de Cuba: 18/06/2001
http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=753

Entrevista com Fidel Castro, presidente de Cuba: 19/03/1990
http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=187

Entrevista com Jacob Gorender, historiador, militante histórico do comunismo no Brasil, dirigente político, intelectual estudioso do marxismo e da realidade do país: 16/01/2006
http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=988

Entrevista com Luis Carlos Prestes, ex-secretário do Partido Comunista Brasileiro: 27/10/1986
http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=5

Roda Viva com Francisco de Oliveira, sociólogo, economista e um dos mais respeitados intelectuais da esquerda brasileira: 01/12/2003
http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=877



Série Alô Escola – TV Cultura:
Equipe de produção internacional:
Produzido por: Via Le Mond (D.B.) Inc. com a participação de: La Sept (France)
Concepção original: Daniel Bertolino e Catherine Viau
Roteiro: Catherine Viau
The Multimedia Group of Canada
Equipe de produção TV Cultura:
Roteiro: Fernando Navarro, Dora Karam

Episódios:
Cenas do Século XX: O Muro de Berlim
(http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/internacionais/murodeberlim.htm)
Cenas do Século XX: República Popular da China
(http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/internacionais/china.htm)
Guerra Fria
(http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/guerrafria/index.htm)

Músicas

- Canção *Mama África*, Chico César.
- Canção *Canción Con Todos*, Mercedes Sosa.
- Canção *Revolution*, The Beatles.
- Canção *Al Otro Lado del Rio* (Trilha do filme "Diários de Motocicleta"), Jorge Drexler.
- Canção *How Many People*, Paul McCartney.
- Canção *À Palo Seco*, Belchior.
- Canção *Quero ir à Cuba,* Caetano Veloso.
- Canção *Fado Tropica*, Chico Buarque.
- Canção *Estado Violência*, Titãs.
- Canção *Marginália II*, Gilberto Gil.
- Canção *Give Peace a Chance*, Jonh Lennon.

Poesia

Che. CORTÁZAR Júlio, 1967. In: http://www.juliocortazar.com.ar/obras.htm

Linha do Tempo

Século XX

1945 – Termina a Segunda Guerra Mundial

1948 – O *Bogotazo* na Colômbia

A Iugoslávia rompe com a União Soviética

1949 – Triunfo da revolução chinesa

1950 – Começa a guerra da Coréia

Começa governo Jacobo Arbenz na Guatemala

Fundado o Partido Comunista da Bolívia

1951 – Independência da Líbia

1952 – *Pele negra, máscaras brancas,* de Frantz Fanon

Revolução boliviana

1953 – Fim da guerra da Coréia

Independência do Camboja

Ataque ao Quartel Moncada em Cuba

1954 – Batalha de Dien Bien Phu

Golpe de Estado contra Jacobo Arbenz na Guatemala

1955 – Conferência Afro-Asiática de Bandong

1956 – Independência do Sudão e do Marrocos

O MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) é "oficialmente" fundado

Reunião do XX Congresso do PCUS, com as denúncias contra Stalin

1957 – Independência de Gana



Movimento das Cem Flores na China

1958 – Independência da República Popular da Guiné

Grande Salto para a Frente, na China

1959 – Triunfo da revolução cubana

1960 – Independência do Congo belga, da Somália, do Mali, do Beni, da Nigéria, de Níger, de Burkina Fasso, da Costa do Marfim, do Chade, da República Centro-Africana, do Congo, do Gabão, do Senegal e da Mauritânia

Guerra de guerrilhas, de Che Guevara

1961 – Invasão da Baía dos Porcos

Declaração do caráter socialista da revolução cubana

Independência da Mauritânia e de Sierra Leoa

Os condenados da terra, de Frantz Fanon

A FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional) é fundada por Carlos Amador Fonseca, na Nicarágua

Che Guevara se torna ministro das Indústrias de Cuba

1962 – Crise dos Mísseis em Cuba

Independência de Ruanda, Burundi, Argélia e Uganda

A Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) é fundada

Cuba é expulsa da OEA naquele ano

1963 – Independência do Quênia

Pasajes de la guerra revolucionaria, de Che Guevara

1964 – Golpe Militar no Brasil

Independência do Malauí, da Zâmbia e da Tanzânia

Surge o Khmer Vermelho

Criação do ELN na Colômbia

1965 – Che Guevara vai lutar no Congo

Invasão de São Domingos

Fundação do novo Partido Comunista de Cuba

1966 – Che Guevara vai lutar na Bolívia

Criação das Farc na Colômbia

Revolução Cultural na China

Conferência Tricontinental em Cuba

1967 – Che Guevara é assassinado na Bolívia

1968 – Primavera de Praga

Protestos de estudantes em maio, em Paris

1969 – Assassinato de Carlos Marighella

Reunião do IX Congresso do PC chinês, com a reorganização do partido

1970 – O socialista Salvador Allende ganha as eleições no Chile

Fundação do Partido Comunista Sendero Luminoso, por Abimael Guzmán, no Peru

1971 – A China entra na ONU

1973 – Golpe de Estado no Chile

Independência da Guiné Bissau

Os Estados Unidos abandonam o Vietnã

Golpe militar no Uruguai

1975 – Independência de São Tomé e Príncipe, de Moçambique, de Cabo Verde, de Camarões e de Angola

Os vietcongs tomam Saigon, decretando o fim da guerra no Vietnã

O Khmer Vermelho entra em Phnom Pehn, capital do Camboja

1976 – Assassinato de Carlos Fonseca Amador

1978 – Assassinato de Pedro Joaquín Chamorro na Nicarágua

O PC chinês decide adotar uma economia "socialista" de mercado

1979 – Triunfo da revolução nicaraguense

Fuga de Anástasio Somoza da Nicarágua

1980 – Quatro organizações guerrilheiras e o Partido Comunista de El Salvador se unem para formar a FMLN, em El Salvador

Combate ao culto da personalidade de Mao

1989 – O Muro de Berlim é derrubado

Massacre na Praça da Paz Celestial, na China

1990 – Eleições na Nicarágua

Os sandinistas perdem o poder

1991 – O fim da União Soviética.



Aula 4
Resenha

Nesta aula são discutidas as circunstâncias que levaram à Revolução na Rússia, seu impacto estruturante na ordem mundial do século XX, no movimento e no pensamento socialista, a partir das idéias de Lênin e da Terceira Internacional. É esmiuçada a ascensão econômica, política e militar da União Soviética no cenário mundial, bem como apontadas as dificuldades que levaram ao stalinismo e que estariam na base de sua exaustão posterior.

Aula 4
Experiências de Estados socialistas

Robério Paulino • Osvaldo Coggiola • Luiz Bernardo Pericás

Estados revolucionário socialistas do século XX

- Revolução Russa
- Revolução socialista na China
- Revolução Cubana

Este texto apresenta uma historiografia e uma análise *das experiê*ncias de Estados revolucionários socialistas do século XX. Deste modo são apresentadas, por três diferentes autores, as experiências da União Soviética, da China e de Cuba.

Revolução Russa

Robério Paulino

A Revolução Russa de 1917 e a constituição da URSS, em 1922, foram os fenômenos políticos mais importantes e de maior impacto estruturante na realidade do século XX, tendo dividido o mundo em dois ideologicamente. Por ser a primeira revolução socialista da história humana, teve que caminhar sem referências de qualquer experiência semelhante anterior.





Dessa forma, muitos acertos, mas também muitos erros foram cometidos na tentativa de construção do socialismo a partir de um país que não era um dos países centrais do capitalismo, onde Marx previa que se iniciaria a construção do socialismo. Até chegar-se à consolidação do que ficou conhecido como sistema soviético, na década de 30, várias etapas se passaram.

A velha Rússia czarista

A velha Rússia czarista no início do século XX

- País, apesar de imenso, era atrasado material e culturalmente, convivendo com formações sociais pré-capitalistas
- Mais de 85% da população viviam no campo
- Movimento dos populistas defendia sociedade socialista baseada nas comunas rurais. Com fracasso do trabalho entre os camponeses, passaram a praticar atentados

A Rússia no final do século XIX era marcada pelo absolutismo czarista e por sua característica rural, com muitos traços de uma economia feudal. Mais de 85% da população vivia no campo e a cultura camponesa ainda prevalecia nas poucas cidades existentes. O incipiente proletariado era, na verdade, constituído por camponeses recém-convertidos em operários.

Na economia russa ainda permaneciam muitos elementos de formações sociais pré-capitalistas. A agricultura era rudimentar e ainda utilizava métodos medievais; a produtividade era baixa e havia crises regulares de abastecimento. A população vivia bastante dispersa pelas aldeias.



O império czarista era também demasiadamente heterogêneo, sendo composto por diversas nacionalidades, de línguas, culturas e religiões diferentes.

A partir da década de 40 do século XIX, surgiram os primeiros movimentos de contestação ao regime czarista, que aos poucos foram assumindo um caráter socialista. Esses movimentos defendiam estabelecer na Rússia um socialismo de tipo rural, baseado na tradição comunal das aldeias russas, apoiado na nacionalização da terra, pulando assim

etapas, passando direto de uma economia rural para uma economia socialista, saltando por cima da fase capitalista.

Esse movimento ficou conhecido como *narodniks* (da palavra russa *narod* – povo), ou populistas. Defendiam que era necessário fazer um trabalho de conscientização com os camponeses e estes então abraçariam a idéia e lutariam para implantar uma sociedade socialista baseada nas comunas rurais.

No entanto, a receptividade dos camponeses aos populistas não foi nada boa; estes os receberam com desconfiança e delações. A partir da experiência frustrada da ida ao povo, o populismo assumiu um caráter de luta direta, com ações vanguardistas e atentados.

Assim, a tradição populista enfeixou duas vertentes básicas: a da organização de tipo molecular, baseada na propaganda, e a da ação de vanguarda. Mantiveram constante intercâmbio, eventualmente laços organizativos, mútuo apoio, programas fundamentalmente comuns. (...) Herdeiros diretos destas tradições fundaram, em 1902, o Partido Socialista Revolucionário, muito mais um movimento, ou uma confederação de grupos, de estatuto mais ou menos fluido, do que propriamente um partido.[1]

A socialdemocracia russa, o POSDR

A socialdemocracia russa, o POSDR, bolcheviques, mencheviques

- A socialdemocracia na Rússia surgiu a partir da crítica à ação dos populistas e na defesa do trabalho sistemático de propaganda e organização sobre o pequeno proletariado em formação
- Plekhanov, que defendia que a revolução socialista não deveria se apoiar no campesinato, mas sim na classe operária, nos trabalhadores urbanos
- Bolcheviques – maioria – Lênin

1 REIS FILHO, Daniel A. *Uma revolução perdida*. Perseu Abramo. SP. 1997, p. 32.



- Mencheviques – minoria – Martov, Plekhanov
- A polêmica acerca do caráter da Revolução Russa: revolução burguesa democrática ou revolução socialista e ditadura do proletariado
- Centralismo democrático: a polêmica sobre a estrutura do partido

A socialdemocracia na Rússia surgiu a partir da crítica à ação direta de vanguarda dos populistas e na defesa do trabalho sistemático de propaganda e organização entre as massas, especialmente sobre o pequeno proletariado em formação. O maior expoente da socialdemocracia russa foi Plekhanov, que defendia que a revolução socialista não deveria se apoiar no campesinato, mas sim na classe operária, nos trabalhadores urbanos, como preconizava Marx.



De acordo com Plekhanov:

> As condições existentes impunham aos russos uma revolução política pela derrubada da autocracia. Uma primeira etapa, necessariamente dirigida pela burguesia, resultaria de preferência, numa república democrática, na qual o capitalismo e a classe operária encontrariam plenas condições de desenvolvimento, materiais e políticas. Só então, e na seqüência, é que colocaria a possibilidade da revolução socialista, que, numa segunda etapa, entraria na ordem do dia. No processo, o partido socialdemocrata da classe operária, a ser formado, deveria concentrar todas as energias no sentido de aprofundar a consciência revolucionária do proletariado. Participando com a máxima conseqüência da luta pela derrubada da autocracia, lutando por instituições republicanas, políticas e jurídicas, abstendo-se de participar de qualquer governo dominado pela burguesia e, a partir da proclamação da república, mas só então, preparando as condições para o advento do socialismo. [2]

Em 1903, surgiram divergências no POSDR. De um lado o grupo ligado a Lênin divergia das propostas de Martóv em relação aos critérios para que um indivíduo fosse considerado filiado ao partido. Lênin defendia critérios mais rígidos para pertencer

2 PLEKHÁNOV, citado por REIS FILHO, Daniel A. Uma revolução perdida. Perseu Abramo. SP. 1997, p. 38

ao partido e que este deveria ser organizado a partir de militantes profissionais que acatassem o centralismo da direção e que militassem efetivamente na organização.



Martóv defendia critérios mais flexíveis para que um indivíduo fosse considerado integrante do partido, bastando para isso que concordasse com o seu programa, sem que fosse necessária a participação cotidiana na organização.

O grupo ligado a Lênin ficou conhecido como bolchevique (maioria em russo, por serem maioria no congresso do partido em que as duas correntes se separaram) e o grupo ligado a Martóv e Plekhánov ficou conhecido como menchevique (minoria).

A revolução democrática de 1905

- Revolução democrática contra o absolutismo czarista. Onda de greves e manifestações em 1905, precipitada pela derrota para o Japão
- Foi ensaio geral da Revolução de 1917
- Surgiram espontaneamente, pela primeira vez os sovietes, os conselhos populares e deliberativos
- Czarismo fez pequenas concessões democráticas, mas se manteve

Em 1904, a Rússia e o Japão entraram em guerra pela disputa de territórios na China. As inúmeras mortes, a crise econômica causada pela guerra e por fim a derrota da Rússia fizeram com que a população se revoltasse contra o czar.

Em 1905, uma onda de greves e manifestações tomou as cidades russas mais industrializadas, como São Petersburgo e Moscou. No dia 09 de janeiro deste mesmo ano, milhares de pessoas foram se manifestar em frente ao Palácio de Inverno, em São Petersburgo. O exército do czar abriu fogo contra a multidão, deixando centenas de mortos. Este dia ficou conhecido como o Domingo Sangrento.





Nessa onda de revoltas, foram criados os conselhos populares deliberativos, que ficaram mundialmente conhecidos como *soviets*. Os marinheiros também se rebelaram na base naval de Krondstadt e em Odessa, tomando o encouraçado Potemkim.

Os camponeses também se mobilizaram ocupando terras, exigindo a reforma agrária e uma Assembléia Constituinte; esta, aliás, defendida pelos demais grupos.

O czar fez pequenas concessões e anunciou outras que jamais faria de fato. Os grupos mais moderados ficaram satisfeitos com as concessões, pois também temiam o grau de mobilização da sociedade. O exército voltou da guerra e foi utilizado para reprimir fortemente as manifestações, que seriam anuladas até o final do ano.

A respeito da revolução de 1905, Trotsky, que foi presidente do *soviet* de Petrogrado naquele ano e que seria junto com Lênin um dos dirigentes da Revolução de 1917, afirmou:

> A Revolução Russa de 1905 veio a ser não apenas o 'ensaio geral' de 1917, mas também o laboratório onde foram elaborados todos os agrupamentos fundamentais da vida política e onde se pronunciaram todas as tendências e matizes do marxismo da Rússia. No âmago dos debates e divergências, estava, é escusado dizer, a questão relativa à natureza histórica da Revolução Russa e do seu desenvolvimento posterior.[3]

A revolução de 1905 forçou o czarismo a algumas concessões democráticas, mas este conseguiu se manter e fazer retroceder o movimento revolucionário por um tempo.

1917 e a Revolução Socialista de Outubro

Entre 1914 e 1917 o mundo viveu a I Guerra Mundial. Rússia envolvida, mandou 13 milhões de soldados. Grandes perdas geravam fome e revolta contra conseqüências da guerra

3 TROTSKY, Leon. Stalin. V. 1. O militante anônimo. SP: Ched, 1980, p. 17.

- Revolução democrática de fevereiro de 1917 derruba czarismo e leva ao poder Kerensky e o governo provisório, apoiado por mencheviques
- Bolcheviques defendiam saída imediata da guerra
- Em agosto de 1917, Kornilov, tentou dar um golpe militar reacionário para tomar o poder. Mobilização dos sovietes derrotam os golpistas, fortaleceram os bolcheviques e desmoralizaram Kerensky, que vacilou perante o golpe. Bolcheviques passaram a prevalecer dentro dos sovietes
- Bolcheviques propõem "Todo poder aos sovietes" e se enfrentam com governo provisório
- Em outubro, bolchequiques e sovietes tomam o poder
- Lema da Revolução de outubro de 1917: "Pão, Paz e Terra"

Durante os anos de 1914 a 1917 o mundo viveu a Primeira Guerra Mundial. A participação da Rússia na guerra desestabilizou completamente a produção, gerando crise econômica e grande descontentamento da população. A manutenção de um enorme exército gerou gastos igualmente enormes. A Rússia havia enviado 13 milhões de soldados para a guerra. Em 1917, três milhões já haviam morrido. Com milhões de soldados na guerra, a mão-de-obra na indústria e no campo se tornava escassa.

A posição dos bolcheviques em relação à guerra divergia da maioria da Internacional Socialista. A maioria dos dirigentes da II Internacional votou a favor dos créditos de guerra, apoiando os seus próprios governos capitalistas com pretensões imperialistas, salvo algumas exceções, como o deputado socialista Karl Liebcknecht, na Alemanha, por exemplo. Essa posição nacionalista dos partidos social-democratas contrariava por completo a idéia do internacionalismo proletário, de que os trabalhadores de todo o mundo deviam sim se unir contra as distintas burguesias nacionais, ou seja, contra o capitalismo mundial.



Os bolcheviques e os demais setores mais radicais da Internacional se julgaram traídos por essa posição nacionalista que jogou os trabalhadores de um país em uma



grande matança contra os outros em defesa dos interesses dos capitalistas de cada país. A partir daí, se inicia a ruptura desses setores com a II Internacional e a fundação da III Internacional.

A posição de Lênin e dos setores ligados a ele em relação à guerra era a de transformar a guerra imperialista em guerras civis internas, onde cada povo se encarregaria de derrubar o capitalismo do seu próprio país.

Segundo Lênin:

> A época do imperialismo capitalista é a época do capitalismo maduro e mais que maduro, do capitalismo que está em vésperas da sua derrocada, que amadureceu o suficiente para dar lugar ao socialismo. O período de 1789 a 1871 foi a época do capitalismo progressista, em que na ordem do dia da história estava o derrube do feudalismo e do absolutismo, a libertação do jugo estrangeiro. Nesse terreno, e só nele, era admissível a 'defesa da pátria', isto é, a defesa contra a opressão. Este conceito poderia ainda hoje ser aplicado a uma guerra contra as grandes potências imperialistas, mas seria absurdo aplicá-lo à guerra entre as grandes potências imperialistas, à guerra na qual se trata de saber quem pilhará mais os países balcânicos, a Ásia Menor, etc.[4]

O descontentamento em relação à guerra só aumentava, enquanto crescia o número de mortos e feridos e a fome no campo e nas cidades.

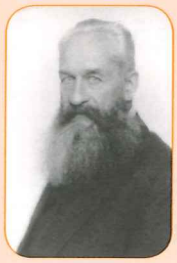


Em plena guerra, em fevereiro de 1917, uma greve geral parou a cidade de São Petersburgo, a partir de uma intensa mobilização popular, com dias de protestos ininterruptos, e com o exército insatisfeito se recusando a reprimir as mobilizações. Frente a esta situação, o czar Nicolau II renunciou em 27 de fevereiro (13 de março, no calendário gregoriano).

A Duma, uma espécie de parlamento russo, assumiu o governo provisório, tendo o príncipe Lvov como presidente e Alexander Kerensky como primeiro ministro. Foi implantada uma série de medidas democráticas, como a redução

4 LÊNIN. *O oportunismo e a falência da II Internacional*. www.marxist.org

da jornada de trabalho para oito horas por dia, uma relativa liberdade de expressão e os presos e exilados, dentre eles muitos bolcheviques, foram anistiados.





Os mencheviques apoiaram o governo democrático burguês de Lvov e Kerensky. Baseando-se na idéia de Marx, que afirmava que o socialismo só seria possível em uma sociedade onde o capitalismo estivesse plenamente desenvolvido, eles defendiam então que na Rússia, que era um país economicamente atrasado, seria necessário primeiro passar pela etapa da revolução democrático-burguesa e esperar o pleno desenvolvimento econômico do capitalismo para, só depois que este estivesse consolidado, passar ao socialismo.

Os bolcheviques, por outro lado, defendiam o imediato caráter socialista da revolução e a implantação de uma ditadura do proletariado, como preconizava Marx. Uma vez que é através do Estado que a classe dominante exerce o seu poder, seria necessário, portanto, segundo eles, tomar o Estado das mãos desta para oprimir-lhe. A ditadura do proletariado consistiria numa fase onde a democracia seria desenvolvida apenas entre a imensa maioria proletária e o Estado seria utilizado para expropriar e derrotar a classe dominante. Só depois de eliminada esta classe é que seria possível o desenvolvimento do comunismo, ou seja, a fase onde o Estado seria suprimido.

Ou, segundo as palavras de Lênin:

> A democracia para a imensa maioria do povo e a repressão pela força da atividade dos exploradores, dos opressores do povo, por outras palavras, a sua exclusão da democracia – eis a transformação que sofre a democracia no período de transição do capitalismo ao comunismo.[5]

Lênin afirmava que as tarefas históricas da revolução democrático-burguesa só poderiam ser levadas em frente pelo proletariado, através de uma revolução de caráter socialista, tendo o campesinato como aliado, já que a burguesia russa era raquítica, covarde e incapaz de fazê-lo.

5 LÊNIN. *O Estado e a Revolução*. SP: Ed. Hucitec, 1979, p. 110.



Paralelamente ao poder da Duma, existia, entretanto, o poder efetivo dos *soviets*, dos quais participavam os bolcheviques. Nos *soviets* se defendia a imediata saída da Rússia da guerra, que não era possível mais para a população suportar a fome causada pelos gastos com a guerra. Isso foi traduzido na consigna: "Paz, pão e terra", que foi o lema da Revolução Russa de 1917.

No entanto, o governo provisório optou por permanecer na guerra, o que causou a revolta da população.

O ano de 1917 foi cheio de crises e mudanças na conjuntura política. Em julho, Lvov foi substituído por Kerensky. Este desencadeou uma intensa repressão contra os bolcheviques, que defendiam que todo o poder deveria ser dos sovietes.

Em agosto, o comandante do exército, Kornilov, tentou dar um golpe militar reacionário para tomar o poder. A resistência dos *soviets* e a derrota dos golpistas fortaleceram os bolcheviques e desmoralizaram Kerensky, que vacilou perante os golpistas. As idéias bolcheviques passaram a prevalecer dentro dos *soviets*, que foram ganhando apoio e adeptos.



Na noite de 24 de outubro, os bolcheviques ocuparam Petrogrado (antiga São Petersburgo) e tomaram o Palácio de Inverno. Kerensky fugiu.

Um congresso nacional dos *soviets,* que se reuniu nos dias seguintes, ratificou a tomada do poder e criou o Conselho dos Comissários do Povo, nomeando Lênin como seu presidente.

A Revolução de Outubro retirou a Rússia da guerra, assinando a paz com a Alemanha, através do tratado de Brest-Litovsk. Na seqüência adotou várias medidas de caráter anticapitalista, como a estatização das fábricas, o confisco e a distribuição das terras aos camponeses. Pela primeira vez na história, o capitalismo fora derrotado e o poder estava na mão da classe operária em um país e isso teve grande impacto no mundo, gerando fortes reações. As implicações da Revolução Russa marcaram decisivamente a vida de todo o século XX.

A Guerra Civil e a constituição da

URSS

A Guerra Civil, o comunismo de guerra e a NEP

- A guerra civil, Exército Branco agressor e o Exército Vermelho. !4 potências capitalistas agridem a Rússia revolucionária
- O comunismo de guerra e a política de requisições
- A vitória na guerra civil, seu custo econômico e humano, o fracasso do comunismo de guerra. País arrasado, economia paralisada
- A NEP. Um recuo. Reativação da produção com estímulos e mecanismos capitalistas de mercado
- A supressão dos demais partidos e das frações no partido nesse período como premissa de unidade para enfrentar o inimigo. Vista como medida temporária. O poder ultracentralizado no partido
- Fundação da URSS em 1922 com outros povos do Oriente

Diante da revolução na Rússia, as potências capitalistas reagiram imediatamente e organizaram um exército conjunto, composto por 14 países, para intervir no país e derrubar a revolução operária. Um exército revolucionário, o exército vermelho, foi organizado às pressas e liderado pelo dirigente Leon Trotsky, que se saiu vitorioso contra o exército branco após três anos de guerra civil.



No entanto, as perdas materiais e humanas que aquela agressão causou foram enormes para a Rússia; o país saiu devastado e perdeu milhões de vidas. O necessário tensionamento de forças que se impõe durante uma guerra levou à militarização das relações no partido, no Estado e na sociedade como um todo, dificultando, como se verá mais tarde, o estabelecimento de uma verdadeira democracia socialista e facilitando o surgimento de um regime ditatorial e despótico, pretensamente socialista, encabeçado por Stalin.



Durante a guerra civil, os bolcheviques implementaram um modelo de funcionamento da economia que ficou conhecido como comunismo de guerra, que incluía medidas para garantir que a produção fosse destinada primeiramente à defesa e a distribuição priorizasse o abastecimento do exército.

Uma das medidas do comunismo de guerra foi confiscar a produção dos camponeses, não apenas o excedente comercializável, mas também grande parte da porção que era necessária ao consumo de suas famílias, o que gerou muita resistência daqueles.

Em 1922 foi constituída a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, integrando muitos povos e nacionalidades da Europa do Leste e da Ásia. Por essa época também foi fundada a III Internacional, organização que viria a reunir a maioria dos partidos comunistas espalhados pelo mundo, com centro em Moscou.

O comunismo de guerra e a NEP

O comunismo de guerra ajudou a vitória na guerra civil, mas causou uma queda muito grande na produção. Os camponeses se recusavam a produzir, já que teriam sua produção confiscada. Preferiam esconder a produção ou resistiam a entregá-la.



O regime de requisições ajudou a garantir o abastecimento das tropas vermelhas e a vitória na guerra civil, mas diminui drasticamente o comércio, gerando fome, inflação e revolta. Constatado o fracasso econômico do comunismo de guerra, o partido passou a implementar, a partir de 1922, a *Nova Política Econômica* (NEP), formulada por Lênin, como uma forma de reativar a economia do país e especialmente incentivar a produção agrícola. Na verdade, uma reintrodução de relações de mercado dentro de certos limites.

Já não era mais possível confiscar o excedente dos camponeses, uma vez que não havia excedente. A questão agora era como estimular os camponeses a voltar a produzir e apaziguar os conflitos no campo. As medidas da NEP foram, em primeiro lugar, o fim da política de requisições e a permissão aos camponeses para comercializar suas mercadorias, sendo

necessário apenas pagar um imposto sobre a produção, ao invés de tê-la confiscada.

Foi permitida a entrada do capital privado nas pequenas empresas e no comércio. Contudo, o Estado manteve a propriedade dos setores estratégicos, como as grandes indústrias, os bancos, os meios de comunicação e os transportes.

A NEP foi um retorno parcial ao capitalismo, a uma economia mista. Ficava claro que não era possível estabelecer relações de produção e uma economia socialistas plenamente desenvolvidas num país sem a base material para tal, atrasado técnica e culturalmente, como a Rússia. Era necessário, antes de tudo, desenvolver as forças produtivas, construir aquela base material, na opinião dos bolcheviques.

A NEP mostrou-se um grande acerto e permitiu que a produção, tanto no campo quanto na indústria, se recuperasse da queda gerada pela guerra civil. No entanto, mesmo o aumento da produção gerado pela NEP só foi suficiente para se alcançar em 1926 os índices de produção do período anterior à guerra.

O isolamento, a degeneração burocrática e a consolidação do stalinismo

- Condições objetivas que determinaram a evolução da revolução socialista na Rússia e na URSS: atraso material e cultural, isolamento, agressões e ameaças constantes vindas do exterior. Erros dos bolcheviques, como supressão de demais partidos, transformada em permanente por Stalin, contribuíram
- A burocratização do partido e do Estado. Lênin tenta enfrentar Stalin e a burocracia. A doença de Lênin a partir de 1922 e sua morte em 1924
- Sob aquelas condições desfavoráveis, Stalin, havia chegado a secretário geral do PCUS em 1922, massacra todas as oposições e derrota Trotsky



⊙ Perseguição a toda e qualquer oposição, o exílio de Trotsky em 1922. Na década de 30, Stalin irá assassinar quase todos os antigos dirigentes da revolução, como Zinoviev, Kamenev, Bukharin e Trotsky.

A Revolução Russa teve que enfrentar problemas muito distintos do que previa a teoria marxista. A implantação do socialismo não começou, como avaliara Marx, por um país central de capitalismo adiantado, mas sim por um país periférico, atrasado material e culturalmente. Isso colocou problemas completamente inesperados aos bolcheviques no poder. Tudo teria que ser criado, pensado, inventado, improvisado. Além disso, a participação na Primeira Guerra Mundial e a guerra civil haviam devastado o país. A necessária militarização das relações sociais durante a guerra civil e o medo permanente de uma nova agressão contribuíram ainda mais para o surgimento de um regime ultracentralizado e ditatorial. O Estado, assim, foi se agigantando, ao invés de começar a desaparecer, como previam os marxistas. Além disso, a ajuda do proletariado ocidental não chegava, não aconteceram outras revoluções socialistas vitoriosas no Ocidente e a Revolução Russa ficou isolada, sozinha. Todo esse quadro de atraso material e cultura, isolamento e agressão, veio a contribuir para um processo de surgimento de uma nova burocracia que se apossou do poder e, em nome do socialismo, passou a oprimir a própria classe trabalhadora e a colocar seus interesses particulares acima dos interesses coletivos. O dirigente desse processo de retrocesso e burocratização foi Stalin. Nas próximas décadas, milhares de oposicionistas, a maioria deles autênticos socialistas, perderam a vida por se opor ao stalinismo. A maioria dos dirigentes do partido bolchevique, como Zinoviev, Kamenev, Bukharin e Trotsky, entre outros, viria a ser assassinada



por Stalin posteriormente. Lênin percebeu o perigo da burocratização, ainda tentou lutar contra ele e contra Stalin, mas a morte o levou antes. Na década de 20, Trotsky organizou uma oposição e combateu a nova burocracia stalinista, mas as condições objetivas lhes eram completamente desfavoráveis. A burocratização e o estabelecimento de um regime ditatorial parecem, no entanto, terem sido facilitados por alguns erros que cometeram os bolcheviques ainda no tempo de Lênin vivo.

Durante a guerra civil, como forma de assegurar a unidade para enfrentar o inimigo,

haviam sido proibidas as tendências internas no Partido Bolchevique (que partir de 1918 passou a se chamar Partido Comunista) e os demais partidos socialistas foram dissolvidos e ilegalizados. Teoricamente estas medidas serviam para proteger o país da constante ameaça externa e para dar uma maior coesão ao campo revolucionário. Inicialmente, elas foram pensadas por Lênin, Trotsky e pelos bolcheviques apenas como medidas transitórias, até o momento em que acabasse a guerra e cessasse a ameaça de novas agressões e viesse a ajuda dos trabalhadores do Ocidente.

No entanto, a ajuda não chegava e tais medidas, além de se tornarem permanentes, foram aprofundadas, mesmo depois da guerra civil. Quando a direção do partido e do Estado veio a se burocratizar e se degenerar, com a ascensão de Stalin, outros direitos democráticos foram retirados dos trabalhadores, suas organizações passaram a ser controladas pelo Estado e qualquer setor de oposição, mesmo que estivesse no campo revolucionário, passou a ser brutalmente perseguido, com a acusação de fazer o jogo do inimigo, o que se tornou um axioma típico do stalinismo em todo mundo para justificar seus crimes. A crítica foi transformada em crime de Estado pelo regime ditatorial dirigido por Stalin. Toda e qualquer democracia socialista foi suprimida.

Os bolcheviques sabiam que a consolidação do socialismo na Rússia dependia de uma revolução nos países industrializados do Ocidente, como a Alemanha. O atraso material e cultural da Rússia não permitiria o desenvolvimento pleno do socialismo ali. Para sua consolidação era necessário que as forças produtivas estivessem plenamente desenvolvidas, o que não era o caso da Rússia, onde ainda existiam fortes elementos de uma economia pré-capitalista. Dessa forma, o destino final do socialismo na URSS dependeria da extensão do socialismo para outros países do mundo.

Enquanto a ajuda do estrangeiro não viesse, seria necessário desenvolver aceleradamente a economia e consolidar as conquistas socialistas na Rússia. Foi a urgência de desenvolver aceleradamente as forças produtivas para criar as condições objetivas necessárias para a consolidação do socialismo e a imposição involuntária de concentrar o poder durante a guerra civil para derrotar a reação capitalista que levaram a uma excessiva centralização do poder no partido e no Estado, o que facilitou o surgimento do fenômeno do stalinismo.



O isolamento, como já se falou, contribuiu decisivamente para a consolidação do stalinismo. O fato de nenhuma outra revolução socialista ter acontecido no Ocidente foi decisivo para o destino da URSS, comprovando que uma economia socialista não pode se dar nos limites de um único país e que só subsistirá se acontecer em escala mundial. O mercado capitalista é mundial, a economia de todos os países é cada vez mais integrada, o desenvolvimento tecnológico é cada vez mais interdependente entre os países, os transportes e as comunicações fazem do mundo cada vez mais um só, não sendo possível para qualquer país viver em regime de isolamento, nem tampouco qualquer formação social alternativa ao capitalismo ser apenas nacional. Essa é uma das grandes lições que o século XX deixa para o movimento socialista.

A coletivização forçada, os planos qüinqüenais e a consolidação do sistema soviético. A década de 1930

- A coletivização forçada (início em 1929), suas conseqüências negativas para a agricultura soviética e o método do terror contra os camponeses e oponentes
- Os planos qüinqüenais, a mobilização compulsória da força de trabalho
- Os avanços extraordinários da URSS e a comprovação das possibilidades do planejamento econômico e do socialismo. A URSS avança em 30 anos o que as principais potências capitalistas européias levaram séculos para avançar
- O *socialismo real*: coletivização da terra, propriedade nacionalizada da indústria, planejamento econômico, burocrático, grandes conquistas econômicas, sociais e científicas até determinado limite, terror e coação, Estado hipertrofiado, ditadura política de um partido único sobre a sociedade e perseguição e aniquilamento das oposições. Esse é o padrão do sistema soviético e a concepção de poder dos partidos comunistas da época

O aumento da produção no campo gerado pela NEP começou a declinar a partir de 1928, pois os preços dos produtos agrícolas estavam muito baixos e os produtos industriais eram escassos. Isso levou ao descontentamento dos camponeses, que passaram a não ampliar a produção e a estocar seu excedente, e a uma grande queda da produção agrícola.

O abastecimento das cidades e das forças armadas ficou comprometido, a burocracia partidária viu a queda da produção como um boicote dos camponeses e retomou a política de requisições do tempo do comunismo de guerra. A partir de então os enfrentamentos com os camponeses assumiram o caráter de uma guerra civil. Entre 1928 e 1929, Stalin e seus partidários abandonaram definitivamente a NEP e iniciaram a coletivização forçada das terras, baseada na violência indiscriminada contra os camponeses, que agora eram vistos como inimigos. O objetivo era expropriar toda a terra dos camponeses e transformá-las em grandes fazendas coletivas ou em cooperativas, mesmo que para isso fosse necessário adotar medidas violentas e métodos bárbaros.

Os camponeses se rebelavam contra as coletivizações forçadas, se armavam, destruíam a produção, matavam o gado, incendiavam as propriedades. O Estado desencadeou uma verdadeira guerra interna com o objetivo de eliminar a classe dos pequenos produtores, inclusive fisicamente. Os camponeses foram mortos aos milhares, deportados, fuzilados ou, simplesmente, vítimas da fome.

A coletivização forçada provocou centenas de milhares de mortes. Milhares de famílias camponesas que foram brutalmente reprimidas ou deportadas para regiões inóspitas simplesmente pelo fato de se negarem a entregar suas terras, as mesmas que a revolução de outubro havia concedido e que agora eram retiradas em nome do socialismo.

A coletivização através do terror não atingiu os resultados esperados e a produção se manteve inferior ao período da NEP. A agricultura soviética sofreu uma grande baixa e levou décadas para se recuperar daquele processo.

Os bolcheviques sempre defenderam a coletivização das terras, vistas como pré-condição para a industrialização e a superação do



atraso no campo. Trotsky, entretanto, criticou duramente aquele modelo de coletivização, não por negar sua necessidade em si, mas pelos métodos de terror contra os camponeses pelos quais foi imposta, que trouxeram imensos prejuízos ao país. Para ele, a coletivização deveria ser feita pelo convencimento dos camponeses quanto às vantagens da agricultura coletiva relativamente à cultura individual, nunca pela imposição e pelo terror.

Outra característica do modelo soviético de socialismo, que ficou conhecido como *socialismo real* foram os planos qüinqüenais para a economia. Em abril de 1929 o comitê central do PCUS adotou o primeiro plano qüinqüenal, a partir do qual se impôs o programa de industrialização acelerada, que estabelecia metas de crescimento antes inimagináveis.

Se a coletivização da agricultura não deu os resultados esperados, na indústria, no entanto, os níveis de crescimento foram impressionantes, com os planos qüinqüenais também impostos de maneira ditatorial.

A industrialização e a urbanização do país se deram em tempo recorde. A prioridade dos planos era o desenvolvimento da indústria pesada e do setor de infra-estrutura, em detrimento do setor de bens de consumo. Esse tipo de crescimento exigia comprimir enormemente o consumo, ou seja, os salários, para poupar e aumentar os níveis de investimento. Os setores de energia, de transportes, a metalurgia e a siderurgia foram prioritários. Contudo, o setor para o qual mais se destinaram os investimentos foi o de defesa, em função da ameaça que voltava do Ocidente, agora proveniente do nazismo na Alemanha. Foi a impressionante industrialização em tempo recorde que permitiu à URSS derrotar a máquina de guerra nazistas na Segunda Guerra Mundial.

Enquanto o capitalismo ocidental vivia a sua maior crise entre 1929 e 1936, a URSS crescia freneticamente. Isso só foi possível a partir do planejamento estatal da economia, ainda que feito de forma autoritária, exemplo que depois foi utilizado por diversos países capitalistas ocidentais e especialmente pelos países atrasados para acelerar seu desenvolvimento.

A coletivização forçada, os planos econômicos implementados em marcha forçada e com crescimento acelerado, impostos autoritariamente pelo Estado, a perseguição e eliminação física de qualquer forma de oposição ou contestação ao Estado, a existência de um único partido no poder fundido ao Estado, são os elementos constitutivos fundamentais do que veio a se chamar de *socialismo real* ou sistema soviético.

O legado e as grandes conquistas da Revolução Russa

- Apesar de todas as deformações e das condições desfavoráveis, Revolução Russa e URSS trouxeram grandes conquistas sociais a favor das massas, não só internamente, mas inclusive no capitalismo ocidental, que para conter crescimento da influência socialista, foi obrigado a fazer concessões sociais, as mesmas que hoje retira
- Estado de Bem-Estar Social na Europa, por exemplo, também foi política de contenção da influência da URSS
- Gênese socialista, propriedade nacionalizada e planejamento econômico permitiram, apesar do regime totalitário, grandes avanços econômicos, técnicos e científicos, que só não puderam ser maiores em função das agressões e das incontáveis perdas sofridas pela URSS
- Revolução Russa e URSS foram fenômenos políticos mais importantes do século XX, seu elemento estruturante explicativo mais decisivo. Dividiu o mundo em dois, política e ideologicamente, e marcou a vida de todas as suas gerações
- Talvez a maior contribuição da URSS para a humanidade tenha sido derrotar o nazismo e salvar a limitada democracia ocidental, ao custo de mais de 25 milhões de mortos para o povo soviético, metade de todos os mortos da II Guerra Mundial



Apesar de todas as deformações, resultantes de condições extremamente desfavoráveis como o baixo nível de desenvolvimento técnico, material e cultural do qual teve que partir, das agressões e do isolamento, fatores que levaram à burocratização e a um regime ditatorial, a Revolução Russa e a URSS trouxeram sem dúvida grandes conquistas para o povo soviético e para os demais povos do mundo.

Através dos planos qüinqüenais, baseados na propriedade nacionalizada, ou seja, por sua gênese socialista, a URSS alcançou em três décadas um grau de desenvolvimento econômico, industrial e técnico que as principais potências capitalistas levaram séculos para atingir. Foi a partir da idéia do planejamento econômico, baseado no exemplo soviético, que muitos países atrasados como o Brasil aceleraram seu progresso durante o século XX.

Depois da Segunda Guerra Mundial, mesmo tendo suportado a maior carga no enfrentamento do nazismo, a URSS se recuperou e disputou de igual para igual a influência no mundo com a principal potência capitalista, os EUA. A URSS foi a primeira a lançar um satélite ao espaço e a colocar um homem em órbita do planeta. Em muitos terrenos da ciência e da técnica, os cientistas soviéticos obtinham destaque. Em termos de tecnologia aeronáutica e espacial, por exemplo, a URSS esteve emparelhada com os EUA pelo menos até o início da década de 1970.





No campo social, as conquistas foram também muito significativas. Na URSS foram eliminados muito cedo fenômenos típicos do capitalismo, como a miséria e o analfabetismo. A questão da fome foi superada em poucas décadas. Sistemas de educação, saúde e transporte públicos muito eficientes foram construídos. A Rússia de hoje, por exemplo, tem como herança, uma altíssima proporção de sua população com nível de educação superior, comparado aos países capitalistas mais avançados.

Mas o impacto social positivo da Revolução Russa não se deu só na URSS. No Ocidente, como forma de se contrapor ao aumento da influência das idéias socialistas, as distintas burguesias nacionais foram obrigadas a acelerarem o passo e as concessões à

classe trabalhadora para evitar que essa se radicalizasse e se contagiasse com o exemplo da Revolução Russa.

O Estado de Bem-Estar Social, por exemplo, foi também uma resposta do capitalismo à Revolução Russa e à constituição da URSS. Era uma forma de isolar e conter a influência do socialismo. Hoje, ao início do século XXI, com o capitalismo já não tendo a quem se contrapor, o que se observa é uma nova onda de liberalismo econômico, com a retirada de muitas conquistas dos trabalhadores.

Além disso, a Revolução Russa e a existência da URSS em si – apesar de seu regime ditatorial que passou a travar as lutas sociais em todo o mundo –, eram contraditoriamente elementos de estímulo aos movimentos sociais em todo mundo, por significarem um desafio ao capitalismo e colocar um contraponto à sua hegemonia no mundo.

Uma das maiores contribuições da Revolução Russa e da URSS para a humanidade talvez tenha sido, no entanto, a derrota da reação e do exército nazista, que poderia ter avançado muito sobre o mundo se não tivesse sido parado e derrotado pelo exército soviético. A história do mundo na segunda metade do século XX poderia ter sido inteiramente outra com uma vitória do nazismo e do Eixo na II Guerra Mundial.

Foi na frente leste que o exército de Hitler perdeu a quase totalidade de seu equipamento e teve as maiores baixas. Ao início da guerra, os EUA ainda estavam praticamente desarmados quando se compara seu equipamento militar da época com o de Hitler. Somente e URSS tinha uma força militar capaz de derrotar a máquina de guerra nazista naquele momento. Mas isso se deu ao custo de mais de 25 milhões de mortos para a população soviética, enquanto que os EUA, por exemplo, perderam 400 mil vidas.

Por mais paradoxal que pareça ser, apesar de viver sob o regime totalitário de Stalin, talvez um dos maiores legados da Revolução Russa e da URSS para a humanidade tenha sido salvar o pouco de democracia e liberdade que hoje existe no mundo ao derrotar Hitler.





Ao final do século, o colapso e desaparecimento da URSS colocaram ao movimento socialista o desafio de averiguar com rigor as causas de tal perda. Uma dessas lições parece ser que não pode haver socialismo sem liberdade.

Revolução Chinesa

Osvaldo Coggiola

Antecedentes

- Revoltas camponesas
- Século XIX:
  - Estagnação econômica
  - Rebelião Taiping (1850-1864) – segundo Perry Anderson, "o maior levantamento das massas oprimidas e exploradas do mundo em todo o século XIX"
  - Rebelião Nienfei
- Submissão da China às potências européias

Nas palavras de Mao Tse-tung:
Durante mais de 70 anos, desde a Guerra do Ópio de 1840 até às vésperas do Movimento do 4 de Maio de 1919, os chineses não dispunham de armas ideológicas com que se defender do imperialismo. As armas ideológicas do velho feudalismo ultraconservador foram derrotadas... os chineses foram obrigados a equipar-se com armas ideológicas e fórmulas políticas, como a teoria da evolução, a teoria dos direitos naturais e a república burguesa, todas elas extraídas do arsenal do período revolucionário da burguesia no Ocidente, berço do imperialismo. Os chineses organizaram partidos políticos e fizeram revoluções crendo que poderiam assim resistir às potências estrangeiras e estabelecer uma república. Mas todas essas armas ideológicas, da mesma maneira que as do feudalismo, revelaram-se muito frágeis e tiveram, por seu turno, que ceder. A Revolução Russa de

1917 despertou os chineses, que aprenderam algo de novo: marxismo-leninismo. Na China, nascera o Partido Comunista. Sun Yat-sen também advogou a idéia de 'aprender da Rússia' e de 'aliança com a Rússia e o Partido Comunista'. A China mudou de orientação

História da Revolução

- 1931: Proclamação do "governo independente" comunista de Cantão
  - O PCC proclama a República Soviética da China em Kiangsi, controlando seis distritos
  - A China Soviética declara guerra ao Japão
- 1934: o "Exército Vermelho" do PCC experimenta várias derrotas.
  - A China Soviética é derrotada; os partidários do PCC devem retirar-se de Hunan e de Kiangsi, começa a Longa Marcha, de mais de 100 mil homens
- 1935: a Longa Marcha termina em Shensi
  - O PCC reorganiza seu Exército e executa na região algumas medidas que lhe valem o apoio camponês
  - O congresso do PCC escolhe Mao Tse-tung como secretário-geral; cai a influência da Internacional Comunista no PCC
  - Dos 100 mil que partiram, apenas 9 mil terminaram a Longa Marcha
- 1936 (dezembro): Chiang é detido quando suas tropas exigem lutar contra os japoneses e não contra os comunistas. Liberado por intervenção da URSS, negocia com o representante do PCC (Chou En-lai) uma Frente Única contra o Japão
- 1941 (janeiro): um incidente com o 4º Exército (do PCC) acaba com a Frente Única. O PCC consolida suas bases regionais no Norte da China. O Japão entra em guerra com os Estados Unidos, a partir do ataque a Peal Harbor, base naval norte-americana no Pacífico



- 1942: O PPC começa um movimento pela reforma agrária no Norte: as regiões controladas pelos "vermelhos" abarcam 100 milhões de pessoas.
- 1945: O Japão rende-se aos Aliados
  - Disputa entre o PCC e o KMT para ocupar os territórios abandonados pelos japoneses; os Aliados facilitam uma ponte aérea ao KMT (reconhecido como governo legal, inclusive pela URSS) para ocupar o Norte, que se encontra sob risco de passar para o controle total do PCC
  - Chiang reprime o movimento operário nas cidades retomadas ao Japão, notadamente uma greve geral em Xangai
  - As negociações KMT-PCC são cumpridas
- 1945: Missão Marshall, na tentativa de formar um "governo de união nacional", fracassa pela intransigência de Chiang. Porém, o PCC restitui a Manchúria ao KMT
  - Logo depois, guerra civil
  - Chiang dá início à sua ofensiva, contando com um grande exército (500 aviões, boa parte pilotados por americanos)
- 1947: começa a Campanha do Noroeste (Mao), que irá até junho de 1949
- 1949 (outubro): após a completa vitória do EPL contra o KMT, é proclamada a República Popular da China (RPC), com capital em Pequim
  - Os nacionalistas, sob Chiang Kaishek, retiram-se para Taiuan (Formosa)
  - (dezembro): Mao visita a URSS até 4 de março de 1950, assinando, com Stalin, o Tratado de Amizade, Aliança e Ajuda
- 1951 (fevereiro-maio): Lei de castigo dos contra-revolucionários, campanha nacional contra a intervenção norte-americana na Coréia
  - Na Manchúria, Kao Kang inicia o plano para aumentar a produção
  - (maio): as tropas chinesas anexam o Tibete
  - (dezembro): Movimento dos três anti (contra a corrupção, o desperdício e a burocratização)

- 1952 (dezembro): Chou En-lai anuncia o Primeiro Plano Qüinqüenal
- 1954 (fevereiro): Expurgo de Kao Kang do PCC
  - O escritor Hu Feng desfia o PCC; tem eco entre outros escritórios de Xangai
  - (abril): A RPC participa da Conferência de Genebra sobre a Coréia e a Indochina. Primeira entrada da RPC numa grande conferência internacional
  - (julho): Proclamação da Constituição da RPC
- 1955: Mao contra-ataca Hu Feng e os escritores dissidentes
- 1956 (maio): Mao publica a declaração *Que desabrochem cem flores.*
  - (setembro): O VIII Congresso do PCC confirma as Três Transformações Socialistas (expropriação da burguesia industrial, do comércio urbano, movimento cooperativista no campo, que dá início às Comunas Agrárias)

O mais remoto antecedente da Revolução Chinesa são as revoltas camponesas que percorrem toda a sua história moderna. Essas revoltas foram o motor da história chinesa durante séculos. Quando geograficamente restritas, eram facilmente isoladas e reprimidas. Mas às vezes atingiam várias regiões ou quase o país inteiro; nesses casos faziam entrar em colapso as autoridades locais e até a própria dinastia. Essas *lutas de classes*, porém, não provocavam a substituição de uma classe por outra no Estado, pois os camponeses não conseguiam articular-se nacionalmente, eles mesmos, como uma classe social capaz não só de lutar, como também de mudar radicalmente o sistema social através do exercício do poder. E não existia outra classe social, nas cidades ou de âmbito nacional, que enfrentasse as dinastias, opondo outro sistema de produção (por exemplo, o desenvolvimento de indústrias baseadas na exploração do trabalho assalariado), pois as classes possuidoras preferiam investir, segundo a tradição chinesa, em terras.

As revoltas camponesas reivindicavam a propriedade comum da terra e a distribuição igualitária dos seus frutos. Às vezes, elas provocavam até a queda da dinastia, que era substituída por outra. A paz, a solidez, a apa-



rente eficiência do Império Chinês, eram precisamente o grave elemento de fraqueza em relação à Europa agitada pelas contraditórias pressões com que nascia a sociedade moderna: a China vivia uma crise histórica, isto é, uma situação em que a antiga sociedade já



não mais podia sobreviver sobre as mesmas bases, e uma sociedade nova não podia surgir, por carecer de forças sociais suficientes para instaurá-la (segundo Gramsci, uma "crise" é o momento em que o antigo já morreu, mas o novo ainda não nasceu). As revoltas sociais pareciam entrar num círculo vicioso, pois revelavam o anacronismo da velha sociedade, sem conseguir criar uma nova. A revolução chinesa resolveria esse impasse nas décadas seguintes. As rebeliões contra o poder central foram criando uma tradição de revolta contra o arbítrio das autoridades, que se cristalizou nas *sociedades secretas* de ajuda e proteção mútuas, espalhadas pela China inteira. Estas sociedades alcançaram poder suficiente para pôr em xeque as próprias autoridades, chegando a ter grande importância nas rebeliões da China moderna.

As revoltas e os colapsos econômicos foram preparando o terreno para mudanças no sistema econômico e social. Em 1645 deu-se a conquista do poder pela dinastia Manchu, que submeteu os povos "tradicionais" da China Central (os manchus provinham da região Norte da China, a Manchúria). A dinastia Manchu que governaria o país até o século XX. A máxima expansão da civilização chinesa foi conseguida no século XVIII, quando foram conquistadas as vastas regiões interiores da Mongólia, do Sinkiang e do Tibete.



No século XIX começou a instalar-se uma estagnação econômica. A erosão varria as colheitas e inundava os sistemas de irrigação, nas aldeias começava a fazer-se notar um excesso de população. As indústrias de consumo não deram lugar a um surto tecnológico, e a utilização de trabalho assalariado não se difundiu significativamente. Os extraordinários avanços da economia na dinastia Sung (dos séculos X-XIII), sobretudo na metalurgia, tinham se consumido a si próprios nas épocas subseqüentes, e a transformação radical da indústria e da sociedade que pareciam prometer nunca se verificou.

Em meados do século XIX eclodiu a rebelião Taiping (1850-1864). Em certo sentido, ela lembra a rebelião brasileira de Canudos: os camponeses, dirigidos por um chinês convertido ao cristianismo (Hung Xiu-chuan) que se proclamava irmão mais novo de Jesus Cristo, sublevaram-se contra o poder dinástico central. A rebelião controlou – estabelecendo temporariamente um novo poder – um vasto setor da China durante mais de dez anos, chegando até os muros de Pequim, a capital do império. Os taiping retomaram a velha tradição camponesa de reivindicação da propriedade coletiva da terra: os exércitos rebeldes participavam na produção e trabalhavam nos campos numa base comum. Mas na direção "ideológica" da revolta encontrava-se uma espécie de sincretismo místico que já denota a influência ocidental (o cristianismo, religião introduzida na China pelas potências européias). Este misto de velhas tradições com influência de idéias ocidentais antecipou o que será a grande revolta democrático-camponesa do século XX. Os taiping foram, segundo Perry Anderson, "o maior levantamento das massas oprimidas e exploradas do mundo em todo o século XIX".

Vítimas de suas próprias contradições – Hung Xiu-chuan tentou proclamar-se imperador hereditário –, os taiping foram esmagados por chefes militares a serviço da dinastia Manchu. Mas as revoltas continuaram: no período 1864-1878, os povos muçulmanos do Sul rebelaram-se contra o domínio chinês, ocorrendo ao mesmo tempo a rebelião Nienfei (dos camponeses dessa região). Os revoltosos foram derrotados, mas provaram a fragilidade da unidade do Império Chinês, mantida às custas de uma violenta opressão exercida pelo poder imperial.

Mas, na mesma época, a unidade da nação chinesa já estava muito mais ameaçada do exterior que do interior. Iniciou-se então a submissão da China às potências européias. As primeiras tentativas de penetração econômica do ocidente na China datam dos séculos XV-XVI. Na época, porém, tratava-se de obter apenas o intercâmbio de embaixadores com o império e a permissão de exercer o comércio. Não raro os imperadores chineses negavam-se a manter relações diplomáticas com os europeus, aos quais desprezavam por suas bárbaras (bárbaras, mesmo) atividades de pirataria na Índia e no Ceilão (atual Sri Lanka). O comércio foi autorizado, embora com muitas restrições e sob a permanente supervisão do Império. A China fez, sem se importar muito, algumas concessões territoriais em pontos inabitados, como Macau, que foi entregue aos





portugueses. Até então, o país não corria o risco de colonização pelas potências marítimas da Europa. Como disse o historiador indiano K. M. Panikkar:

> Os portugueses, até 1849, pagaram regularmente um foro sobre a terra e os chineses mantiveram em Macau tanto o controle das finanças quanto o da justiça civil ou criminal. Os portugueses encontravam-se em Macau em atitude de súplica. E a quem suplicavam? Nem mesmo à corte de Pequim, mas a um subcomissário qualquer de Cantão.

Os europeus, claro, queriam muito mais: o comércio livre. Mas o imperador chinês dava-se ao luxo de responder ao rei da Inglaterra que os seus produtos não interessavam aos chineses. A partir de 1840, as coisas mudaram. A Revolução Industrial na Europa tinha multiplicado várias vezes a capacidade de produção e artigos manufaturados: era urgente abrir mercados para escoar essa produção. A China, com 400 milhões de habitantes, representava a maior tentação. A Inglaterra, berço da Revolução Industrial e primeira potência econômica, foi logicamente, a primeira a tentar penetrar pela força (nos séculos anteriores tinha acumulado na América, na Ásia do Sul e na África, uma longa experiência na matéria).

Faltava encontrar o pretexto, que não pôde ser mais vil: os ingleses fomentaram o contrabando do ópio para a China. Uma vez criado o "mercado de consumo", reclamaram o direito de vendê-lo livremente em todo o território chinês (o governo chinês tinha proibido seu consumo). Frente à negativa, a invasão. Foram as Guerras do Ópio (1840-1860), onde a Inglaterra exerceu cruelmente sua superioridade militar, assassinando milhares de chineses, saqueando suas cidades e suas riquezas, humilhando a nação chinesa (o palácio de Verão de Pequim, símbolo do império e da própria China, foi saqueado e incendiado; as coleções de arte roubadas pelos ingleses na época enfeitam, até hoje, o Museu Britânico) e, sobretudo, impondo tratados ultravantajosos para a Inglaterra após cada vitória.



As guerras forçaram a China a permitir a importação de ópio e outros produtos. A Inglaterra obteve grandes concessões territoriais, com direito de "extraterritorialidade": as concessões (Hong Kong, Kowloon, Birmânia, Nepal) situavam-se, assim como os próprios ingleses residentes na China, fora do alcance das leis chinesas.

Depois da Inglaterra, ao perceberem a fragilidade militar da China (agravada pela crise da dinastia Manchu), vieram a França, a Alemanha, os Estados Unidos e até uma nova potência asiática, o Japão. Através de guerras e "concessões", estes países foram obtendo o controle dos pontos estratégicos da China: à medida que o litoral chinês e os portos dos seus rios iam caindo sob o domínio estrangeiro, a China passou a ser uma semicolônia, não de uma única nação, mas de todas as grandes potências industriais e navais. A imensidão do seu território impediu que fosse transformada em colônia – idéia que provavelmente passou pela cabeça dos colonizadores. As revoltas contra os novos dominadores estrangeiros foram freqüentes. As potências compreenderam que, embora fosse fácil vencer a China, era impossível conquistá-la completamente.

Concessões territoriais, pagamento de pesadas indenizações, saques, formação de uma classe social comerciante nativa associada à exploração estrangeira (a burguesia compradora): eis os principais resultados da forçada penetração européia. Mas o objetivo principal não foi atingido: o "negócio da China" não funcionou, porque os chineses recusaram o consumo dos produtos europeus. O "grande mercado" sonhado pelos ingleses foi na verdade bem pequeno.

Além disso, de tempos em tempos os colonizadores recebiam o troco: os chineses revoltavam-se contra os privilégios, as humilhações impostas (um inglês que matasse um chinês era "julgado" – por assim dizer – pelos próprios ingleses) e contra a exploração a que eram submetidos nas concessões. Estas eram então tomadas por assalto, e não raro todos os estrangeiros mortos. Aí, sim, a imprensa européia gritava contra a "selvageria" dos "bárbaros chineses" e argumentava que era – necessário aprofundar a submissão da China. Poucos europeus tiveram a coragem de dizer na cara dos seus compatriotas o que essas revoltas significavam, ainda que nelas



fossem mortas pessoas inocentes, como o fez Friedrich Engels em 1857:

> Em suma, em vez de alardear a crueldade dos chineses (como costuma fazer a cavalheiresca imprensa britânica), melhor faríamos se reconhecêssemos que se trata de uma guerra popular pela sobrevivência da nação chinesa – com todos os seus arrogantes preconceitos, sua estupidez, sua ignorância douta, sua pedantesca barbárie, mas sempre uma guerra popular.

As principais conseqüências da penetração euro-japonesa na China foram: a) A diferenciação social no interior do país. A burguesia compradora chinesa utilizou seus benefícios para a agiotagem e a compra de terras, promovendo o surgimento de uma classe de grandes proprietários agrícolas e outra de trabalhadores rurais sem posses. Em 1926, 88% das terras pertenciam a 13% dos habitantes, e 65 % da população nada possuía; b) A identificação da dinastia Manchu (e do império) com a opressão nacional. A impotência manchu para deter a rapina estrangeira (por incapacidade, incompetência ou corrupção) fez com que a luta contra os opressores da nação se unisse à luta pela democracia, contra o poder imperial.

Em 1898, durante cem dias, um movimento reformador pacífico ocupou o poder em Pequim, no lugar da dinastia Manchu (forma os chamados *Cem Dias de Pequim*). O fracasso deste movimento sintetizou o drama e a impotência da democracia chinesa, que seriam mais evidentes ainda no século XX. A agitação nacionalista percorreu a China desde inícios do século XX (em 1902 aconteceu a "revolta dos *boxers*", uma sociedade secreta). Em 1905 houve a fusão da Sociedade ou Liga pelo Renascimento da China (Xin Zhong Hui) e da Sociedade ou Liga pela Regeneração da China (Guang Fu Hui), dando vida à Liga Revolucionária de China (Dong Meng Hui), ou Liga Jurada, sob a direção do Dr. Sun Yat-sen. Seu objetivo: livrar a China do duplo jugo estrangeiro, representado pela dinastia Qing (manchu) e pelas potencias imperialistas, que haviam retalhado a China em concessões territoriais, alfandegárias, comerciais, de transporte, financeiras, e de extraterritorialidade.

A onda revolucionária que percorria o país teve um ponto alto com o desabamento da monarquia da dinastia Manchu, em outubro de 1911. O edifício imperial estava em ruínas, mas a dominação estrangeira continuava. Era preciso varrer os detritos: essa era a tarefa que cabia ao partido nacionalista encabeçado por Sun Yat-sen, nomeado presidente da República Chinesa após a queda da monarquia.



A Liga Jurada, encabeçada por Sun, transformou-se então num verdadeiro partido político, o Kuomintang (KMT). Entrava a China numa era de democracia e independência? Em fevereiro de 1912, Sun renunciou à Presidência da República em favor de Iuã Chi-kai, marechal do império, desde que este se pronunciasse em favor do princípio republicano. O KMT acreditava que a aliança com o exército imperial podia garantir a unidade nacional e a estabilidade política. Iuã aceitou, mas em agosto de 1914 dissolveu o Parlamento recém-eleito e tentou, em vão, transformar-se em um novo imperador. Em 1915, o Japão lembrou à China sua verdadeira situação, apresentando as "21 exigências", apoiadas numa chantagem militar, que transformariam o país numa espécie de colônia japonesa. Iuã morreu no ano seguinte, e um golpe militar em Cantão chamou novamente Sun Yat-sen para exercer a Presidência. Mas a situação do governo central estava muito deteriorada.

O governo de Sun não controlava mais do que uma porção reduzida do território. O controle das outras regiões deslocou-se para as tradicionais elites rurais, que se agrupavam em torno de chefes militares. Várias províncias reivindicavam autonomia, e determinados territórios foram retalhados em "feudos" independentes. Os chefes militares locais (os "senhores da guerra") lutavam constantemente entre si e impunham todo tipo de arbitrariedades ao povo, como impostos e paralisação de colheitas e trabalhos públicos. O desmembramento da China favorecia a manutenção do poder das potências estrangeiras. O país mergulhou no caos. O fracasso da primeira república chinesa deveu-se à tentativa de unificar e democratizar o país sem afetar os interesses sociais das classes possuidoras (agrárias e comerciais), associadas às potências estrangeiras.

As mudanças políticas isoladas não resolveram o problema da unidade nacional. A partir de então, a questão da unidade chinesa estaria indissoluvelmente ligada aos problemas sociais. A reconstituição da nação não poderia ser feita sem luta frontal contra os "senhores da guerra" e os grandes proprietários, e contra as potências estrangeiras e seus associados nativos. Um novo surto do movimento social colocará esses problemas sobre a mesa, ao mesmo tempo em que a China sofre o impacto da tomada do poder pelos "conselhos operários" na vizinha Rússia, em 1917.

O novo surto viria a se concretizar após a "concessão" alemã de Shantung ter sido transferida em favor do Japão (1919). Na Con-



ferência de Paris, as potências discutem abertamente como repartir a China. Um enorme movimento de protesto explodiu a partir do 4 de maio de 1919, inicialmente através de grandes manifestações dos estudantes. Os desdobramentos são muitos: os operários fazem greve, decide-se um boicote aos produtos japoneses, e tem início a organização de um grande movimento de contestação cultural onde germinam as sementes plantadas pelo movimento da "Nova China": questionam-se as hierarquias, a submissão da mulher, o sistema educacional, a escrita reservada aos mandarins etc. Centenas de novas revistas e jornais vieram à luz: uma nova cultura florescia.

As manifestações foram controladas a partir de agosto, mas a onda seguiu em frente. No balanço do dirigente comunista Mao Tse-tung, "durante mais de 70 anos, desde a Guerra do Ópio de 1840 até às vésperas do Movimento do 4 de Maio de 1919, os chineses não dispunham de armas ideológicas com que se defender do imperialismo. As armas ideológicas do velho feudalismo ultraconservador foram derrotadas... os chineses foram obrigados a equipar-se com armas ideológicas e fórmulas políticas, como a teoria da evolução, a teoria dos direitos naturais e a república burguesa, todas elas extraídas do arsenal do período revolucionário da burguesia no Ocidente, berço do imperialismo. Os chineses organizaram partidos políticos e fizeram revoluções crendo que poderiam assim resistir às potências estrangeiras e estabelecer uma república. Mas todas essas armas ideológicas, da mesma maneira que as do feudalismo, revelaram-se muito frágeis e tiveram, por seu turno, que ceder. A Revolução Russa de 1917 despertou os chineses, que aprenderam algo de novo: marxismo-leninismo. Na China, nascera o Partido Comunista. Sun Yat-sen também advogou a idéia de 'aprender da Rússia' e de 'aliança com a Rússia e o Partido Comunista'. A China mudou de orientação".

O movimento de maio de 1919 pôs em ação todas as classes sociais da China, mas testemunhou, sobretudo a primeira grande mobilização de uma nova classe, fruto da penetração dos capitais imperialistas: a classe operária. Isto produziu uma cisão entre os intelectuais nacionalistas. Como disse Enrica Colotti Pischel, "a demarcação era agora clara entre os que queriam transformar a cultura para transformar o mundo, e os que queriam manter essencialmente intactas as estruturas sociais da velha China e revesti-las de uma cultura moderna ocidentalizada". Não é de se estranhar que o mais destacado

entre os intelectuais da Nova China (Chen Tu-xiu) fosse também um dos fundadores do novo partido que vai se proclamar porta-voz dos interesses da classe operária: o Partido Comunista.

Causava grande impressão o fato de a nova Rússia soviética (a URSS) ter renunciado às concessões feitas pela China aos czares do Império Russo do outrora, comportamento bem diferente daquele das potências capitalistas. A partir de 1920, a URSS enviou delegados à China, na tentativa de estabelecer uma colaboração com o KMT, que enfrentava a perspectiva de uma luta contra as mesmas potências que ameaçavam a URSS. Ao mesmo tempo, delegados da Internacional Comunista tentaram erguer o Partido Comunista Chinês (PCC); Voytinsky, em 1920, e Sneevliet (Maring), pouco depois, entrevistaram-se nesse sentido com Chen Tu-xiu e com Li Da Zhao. O PCC foi fundado em julho de 1921, num congresso do qual participam treze delegados (em nome de 57 militantes): Chen foi seu primeiro secretário-geral, e entre os delegados encontravam-se os educadores Peng-Pai (que já havia organizado uma União de Camponeses) e Mao Tse-tung.

O partido se propunha organizar politicamente o operariado chinês, que era pouco numeroso, se levarmos em conta que a produção industrial da China era, em 1918, igual à da Bélgica, que tinha uma população quase cem vezes menor. Mas, além do operariado, existiam também 12 milhões de trabalhadores artesanais e 30 milhões de *coolies* (uma espécie de "táxi humano", que transportava outros homens baseados na sua própria força, num pequeno veículo de rodas). Em 1923, o embaixador soviético Abraham M. Ioffe e o chefe do KMT, Sun Yat-sen, assinaram um acordo de cooperação. Tratava-se na verdade de um acordo político, pois nele se reconhecia que "a China não está ainda madura para o socialismo, mas para a realização de unidade e independência nacionais". O Partido Comunista da URSS designou um "conselheiro político" para Sun Yat-sen (Mikhail Borodin).

Sun chegou até a propor o ingresso dos militantes comunistas no KMT, o que foi aceito, apesar da resistência de Chen Tu-xiu. Em 1924 foi criada uma Academia Militar no KMT, em Whampoa, sob a supervisão de oficiais soviéticos; ela era dirigida por um oficial nacionalista que acabava de realizar um estágio em Moscou,





Chiang Kai-shek, assistido pelo comunista Chou En-lai.

Em outubro, o novo exército, apoiado pelas milícias operárias, obteve suas primeiras vitórias. No fim do ano, o KMT entrou em conversações com o general cristão Fung Yu-Xiang, no poder de Pequim graças a um golpe militar, e lançou a idéia de uma Convenção Nacional pela Reunificação (o governo do KMT controlava só um setor ao Sul da China, com sede em Cantão). Paralelamente, a organização operária iniciou um movimento de grande extensão e profundidade. O Congresso Nacional do Trabalho reuniu, em 1925, representantes de 540 mil trabalhadores – o comunista Liu Shao-chi foi o vice-presidente do evento.

Outro comunista, Peng-Pai, organizou as Associações Camponesas em Kuangtung, com 180 mil adeptos. Em maio, foi deflagrada uma greve geral, em Xangai, contra o massacre de operários pela polícia inglesa; em junho, houve a greve-boicote contra a colônia inglesa de Hong-Kong. A significação desses movimentos era inequívoca: na luta pela democracia e pela independência nacional, os explorados (operários e camponeses) iniciavam uma intervenção independente (até então eram os estudantes e os complôs militares do KMT que tomavam a iniciativa). Segundo a reflexão posterior de Trotsky: "Mal o proletariado chinês começara a organizar os sindicatos, via-se imediatamente obrigado a pensar nos sovietes". Nas principais cidades, organizaram-se milícias operárias.

O PCC passou rapidamente para 20 mil militantes e continuou crescendo com velocidade fulminante. No entanto, sua política ficava determinada pela sua filiação ao KMT e pela consideração de que, na China, ainda restava uma etapa histórica para ser cumprida, antes de se pensar na tomada do poder pelos operários e camponeses. Um dos seus dirigentes chegou a afirmar que "nesta revolução somos os *coolies* do KMT". A aliança com a burguesia nacional devia ser respeitada, e, em função disso, os movimentos de massas deviam ser limitados.

Na Internacional Comunista existia uma facção que se opunha a essa política, liderada por Trotsky, contrária à política de conciliação de classes praticada por Stalin, já então o dirigente máximo da URSS. Para Trotsky:

A propriedade fundiária grande e média (como existe na China) está ligada, de maneira mais estreita, ao capital urbano, inclusive ao estrangeiro. Não existe na China uma casta de senhores feudais que se opõe à burguesia. O tipo de explorador mais odiado, no campo, é o agiota, agente do capitalismo financeiro urbano. Por conseguinte, a revolução agrária tem tanto um caráter antifeudal como um caráter antiburguês.

A fração opositora reivindicava, portanto, que na aliança com o KMT não se sacrificasse a política independente do operariado, posição segundo a qual o PCC deveria sair do KMT. No entanto, a Oposição de Esquerda seria derrotada na luta interna da Internacional e do PCC russo, quando se consolidou, a partir de 1927, o poder total de Stalin. No KMT, entretanto, esboçava-se uma mudança de rumo. Em março de 1925, morria Sun Yat-sen, sem ter conseguido reorganizá-lo. Seu sucessor, Wang Jin-wei, enfrentava atritos com o líder militar Chiang Kai-shek, que se vinculara a um velho aliado das potências estrangeiras, Zhan Jing-jiang, o banqueiro de Xangai. Eis a situação na qual o KMT lançou sua campanha militar pela reunificação da China. Em março de 1926, se produziu um acontecimento que anunciava o futuro: Chiang Kai-shek, no comando das tropas do KMT, desarmou as milícias operárias de Cantão, prendeu vários dirigentes comunistas e excluiu os comunistas da direção do KMT. O PCC, ainda assim, se manteve dentro do KMT. Chiang se fez nomear "generalíssimo". Em Moscou, por direta influência de Stalin, Chiang foi nomeado "presidente de honra" da Internacional Comunista.

Em julho começou a campanha militar do exército de Chiang, que foi fulminante. Até dezembro libertou todo o Sul da China e chegou ao rio Yang-tse e às portas de Xangai. O KMT contava com 100 mil homens armados, contra 700 mil dos "senhores da guerra": a vitória do KMT teria sido impossível se as sublevações do movimento operário e camponês não tivessem destruído a retaguarda do inimigo. Chiang venceu numa China sublevada contra as potências estrangeiras, os senhores locais e os grandes proprietários. Milhões de trabalhadores organizaram sindicatos e milícias operárias. Muitos "senhores de guerra", assustados com a revolução social em curso, começavam a ver em Chiang e no KMT a última esperança de salvação e passaram para o seu lado.



Não seriam desiludidos. Xangai foi libertada por uma insurreição popular dirigida pelas milícias operárias. Chiang entrou na cidade como libertador, desarmou as milícias operárias, prendeu e massacrou os líderes sindicais e comunistas, que foram jogados nas caldeiras das locomotivas. O "massacre de Xangai" (de 12 de abril de 1927) deixou mais de cinco mil mortos. Chiang conseguia ser ao mesmo tempo o libertador da China e o defensor das classes possuidoras, contra a revolução social. De Xangai, ele partiu para esmagar as rebeliões camponesas no Sul.

No início, a atitude de Chiang provocou uma divisão do KMT. O KMT "de esquerda", dirigido pelo sucessor de Sun Yat-sen, Wang Jin-wei, formou um governo "opositor" em Wuhan. Os comunistas o apoiaram, e entraram nesse governo. Em junho, houve a reconciliação entre Wang e Chiang: os comunistas foram então também perseguidos e mortos em Wuhan. A política imposta pela Internacional Comunista ao PCC revelou-se assim um verdadeiro desastre: a IC, no entanto, sustentou que só houve "erros de aplicação". O secretário-geral do PCC, Chen Tu-xiu, foi destituído (ele acabaria aderindo à Oposição de Esquerda de Trotsky). No seu lugar foi colocado Li Li-san, que organizou em 1927 uma insurreição contra o KMT em Cantão, "a vermelha". Mas o movimento operário estava enfraquecido pelo massacre de Chiang, e Cantão estava isolada: a insurreição acabou em novo massacre de operários e comunistas.

Ao mesmo tempo em que reprimia operários e camponeses, Chiang continuava sua campanha militar de unificação, encontrando pouca resistência. Em julho de 1928 suas tropas entraram em Pequim, consagrando uma vitória simultânea contra os chefes feudais, as potências e a revolução social. Os grandes proprietários, os "senhores da guerra" e até a máfia passaram a apoiar Chiang e o KMT. O KMT, dirigido por intelectuais nacionalistas, não abria mão da repressão e da ordem social para sufocar os movimentos das classes exploradas. Ele só tinha sido útil às classes dominantes para retomar o controle político do país, mas também era violentamente hostil à revolução social de operários e camponeses. De partido da democracia e da "esperança nacional" que era em 1912, foi-se transformando, até 1927, em partido da reação política e dos possuidores.

O PCC, entretanto, organizou em julho de 1930 novas "insurreições" nas cidades de Wuhan, Changsha e Nanchang: novos fracassos e novos massacres, que o fizeram perder quase toda influência política nas cidades. Mao Tse-tung e Chuh Teh empreenderam

então uma retirada em direção ao campo, onde criam "bases vermelhas". A partir de então, e por longo tempo, toda a força do PCC estaria concentrada no campo. Seu empenho em organizar "insurreições" condenadas ao fracasso, entre 1927 e 1930, deve-se à política então seguida pela Internacional Comunista, chamada do "terceiro período", segundo a qual o capitalismo estaria próximo a afundar-se em toda a parte, sendo, portanto, necessário organizar a imediata "tomada do poder".

Essa política será abandonada pela IC só em 1934, quando se adota a política das Frentes Populares. As conseqüências dos massacres de 1927-1930 foram enormes. A classe operária ficaria afastada do cenário político durante dezenas de anos. O operariado que, a partir do movimento revolucionário de 1919, tinha provado ser uma força social capaz de se pôr à frente da sociedade chinesa, seria doravante apenas uma "força de apoio" da classe social sobre a qual repousaria o destino da revolução chinesa: o campesinato.

A derrota da revolução chinesa seria um fator decisivo na consolidação do stalinismo na URSS, e na derrota da oposição russa, apesar desta ter visto confirmados todos os seus prognósticos a respeito. Disse Pierre Broué:

> Se, por um lado, a máquina burocrática deve o próprio triunfo à desmobilização das massas, por outro, ela mesma é fator de desmobilização, encontrando aí a sua justificativa. As trágicas derrotas da revolução chinesa, em 1927, representam uma contundente confirmação das profecias da oposição, que denuncia a política burocrática como causadora dessa desgraça. Mas, caso estranho, essas derrotas debilitam terrivelmente a oposição, desferindo um golpe mortal contra a autoconfiança, a audácia e o moral dos militantes. Por fim, os reveses reforçam a posição dos próprios responsáveis, tornando irreais os pontos de vista daqueles que haviam indicado a maneira de evitá-los.

A vitória de Stalin contra a esquerda não foi, porém, automática, e teve que atravessar uma série de crises. A oposição deflagrou uma ofensiva de críticas contra a "linha chinesa" de Stalin-Bukharin. Stalin respondeu administrativamente, com mutações e exclusões, primeiro individuais, depois coletivas.

O golpe do Kuomintang obrigou à direção do PCC a se refugiar nas bases rurais, e a conviver com a força do movimento camponês, começando a mudar, na prática, a linha geral



da revolução chinesa. A URSS e a Internacional Comunista ainda tentaram influenciar o PCC Chinês, enviando Voitinski, Besso Lominadze, M.N.Roy e Jacques Doriot à China, para reforçar o papel das cidades e da luta operária como direção e força fundamental da revolução chinesa. E a URSS também ofereceu Moscou para a realização do III Congresso do PCC Chinês. Esse congresso, com a presença, entre outros, de Qu Qiubai, Zhu Enlai e Liu Bocheng, reafirmou a linha de luta antiimperialista e antifeudal, mas não conseguiu resolver a questão das suas estratégias e táticas principais. A direção do PCC Chinês, mesmo localizada nas bases rurais, continuava designando pejorativamente a luta camponesa como "guerrilheirista", e procurou usar o Exército Vermelho para comprovar a correção de tomar as cidades como centro do processo revolucionário. Fez várias tentativas para tomar cidades médias e grandes, a última das quais foi Wuhan, em 1930, todas elas tendo fracassado.

Os proprietários e chefes locais readquiriram confiança após Chiang ter esmagado a revolução. Não é estranho, então, que em setembro de 1930 seja proclamado um "governo independente de Pequim", rival do KMT, ao qual segue a proclamação, em maio do ano seguinte, de outro "governo independente", em Cantão. O Japão percebeu a fragilidade da situação, e já em 1928 invade Jinan. Em setembro de 1931 invade a Manchúria, onde acabará estabelecendo um estado-satélite (o Manchukuo).

O grande mérito dos dirigentes que impulsionaram a reorganização do PCC no campo (Mao e Chu Teh) foi ter percebido que ainda existia o fogo sob as cinzas. Os camponeses famintos, por não terem sido tão atingidos pela repressão quanto os operários, estavam dispostos a continuar lutando. O próprio Chen Tu-xiu, adversário de Mao e feito prisioneiro pelo KMT, escrevia, em 1932, que o movimento operário não terá vez nos próximos anos, pois fora massacrado nas principais cidades, além de as indústrias terem sido desmanteladas pelo Japão numa das regiões mais desenvolvidas (a Manchúria).



Em 1928, os comunistas organizaram nos campos as primeiras bases de sua própria força militar. No início de 1930 contariam com quinze "bases vermelhas" nos campos, em lugares afastados, a coberto da repressão: oeste do Hunan, nas fronteiras de Shensi-Kansu, de Henan-Hubei-Anhui. Em novembro de 1931, o PCC proclamou

a República Soviética da China, em Kiangsi, controlando apenas seis distritos, o que revela a fragilidade do domínio do KMT sobre o território (ou seja, da suposta "unidade nacional" que conseguira), assim como a brecha aberta entre o KMT e os camponeses a partir da guerra civil de 1927-1930.

Em 1931, o Japão ocupou a Manchúria, como parte de seu plano global de expansão imperialista asiática e mundial, explicitado, em 1927, no memorando do barão Tanaka, então seu ministro do exterior. uando o nazismo sequer chegara ao poder, o imperia-lismo japonês — habitualmente esquecido quando se estuda o problema da guerra mundial — já iniciara a ocupação da China. E, naquele período, a ocupação da China se fazia sem a oposição dos Estados Unidos e da Inglaterra. A oposição destes países ao Japão dar-se-á anos mais tarde. Com efeito, todos os acontecimentos prévios à Segunda Guerra Mundial são testemunhas de uma luta para encontrar novos mercados e novas saídas para os imperialismos, no momento em que o sistema capitalista mundial tinha chegado a um impasse. Esse é o ponto fundamental e, portanto, a saída para cada um desses países tinha que ser às expensas de outrém. A deflagração da Segunda Guerra Mundial não foi uma simples decorrência dos problemas não resolvidos pela Primeira Guerra Mundial

Entre dois fogos – a invasão japonesa e a sublevação camponesa dirigida pelo PCC –, Chiang não hesitou na escolha. Pronunciou uma frase que resumiu sua política: "Os japoneses são uma enfermidade da pele, os comunistas do coração". De 1930 a 1933, organizou quatro expedições contra as "bases vermelhas" (a de 1933 contava com 300 mil homens). Mas as montanhas e o apoio camponês protegiam os comunistas, que sofriam, no entanto, derrotas nas batalhas frontais. Finalmente, em 1934, Chiang organizou 500 mil homens, apoiados por 500 aviões, para esmagar os comunistas – mas nada fazia para proteger a China do progressivo avanço japonês.

Os comunistas perceberam que não resistiriam a semelhante ataque e organizaram a retirada para mudar o centro de operações. Foi a *Longa Marcha*, que levaria o nascente Exército Vermelho de Kiangsi até o Noroeste (Shansi-Kansu-Shensi), após percorrer dez mil quilômetros a pé. Cem mil partiram, nove mil



chegaram, após um ano (outubro de 1934 a outubro de 1935). Os comunistas retomaram a velha tradição camponesa de migrações a pé, para fugir da seca e da fome: só que, desta vez, não é uma catástrofe natural que os ameaça.

No meio da Marcha, uma Conferência do PCC (janeiro 1935) escolheu Mao Tse-tung, o artífice da nova política, como secretário-geral. Disse o jornalista norte-americano Edgar Snow, em *A China, ontem e hoje*: "Pode-se rejeitar ou desprezar a ideologia comunista como religião universal ou fé política, mas é impossível não reconhecer na Longa Marcha um dos grandes triunfos do homem contra as probabilidades, e do homem contra a natureza".

Apesar da feroz perseguição aos comunistas, o próprio Mao afirmou:

> Depois da invasão das três províncias do Norte pelos agressores japoneses, o Partido Comunista da China, em 1933, propôs a todas as forças do KMT, que então atacavam as bases de apoio revolucionário e o Exército Vermelho, a conclusão de um armistício para favorecer a resistência comum ao Japão. A proposta comportava três condições: cessação dos ataques, garantia ao povo dos direitos democráticos e armamento do povo. Não obstante, as autoridades do KMT rejeitaram a proposta.

A Frente Única KMT-PCC só seria obtida pela força. Em dezembro de 1936, Chiang foi detido pelas suas próprias tropas (sob influência da agitação comunista), quando pedia, em Sian (capital de Shensi), que lutassem contra os "vermelhos" e não contra os japoneses. A URSS interveio para obter sua libertação, pois Stalin continuava a ver Chiang com simpatia, apesar de o líder chinês carregar sobre as costas o assassinato de milhares de comunistas chineses.

Apesar disso, as bases rurais dos comunistas haviam se reforçado e dado surgimento às primeiras áreas territoriais com conselhos governamentais camponeses, os sovietes. O que lhes permitiu derrotar, ainda em 1930, com as táticas de guerrilha e guerra de movimento do Exército Vermelho, a primeira das cinco campanhas de cerco e aniquilamento lançadas pelas tropas do Kuomintang, para liquidar o PCC e as bases rurais dirigidas por ele.

Os japoneses implantaram um governo fantoche na China, tendo à frente o antigo imperador Qing, Pu Yi, e iniciam seus preparativos para passar à segunda fase do plano Tanaka, a invasão da parte central e sul da

China. Apesar das evidências, a direção do Kuomintang desprezou o perigo nipônico e rechaçou a proposta de enfrentá-lo com uma nova aliança entre os dois partidos, feita pelo PCC. Chiang Kai Shek manteve sua decisão de combater os comunistas como inimigos principais, e continuou com suas campanhas de cerco e aniquilamento.

Entre 1931 e 1934, as tropas do Kuomintang lançaram mais três campanhas de cerco e aniquilamento, todas derrotadas pela combinação das táticas de guerrilha com a guerra de movimento, que tinham como linha mestra não a defesa do território, mas a conservação de suas forças militares e a destruição das forças do inimigo. Em 1935, porém, frente à 5ª campanha do Kuomintang, a direção do PCC destituiu o comandante político e militar do soviete da área Hunan-Jiangxi, Mao Tse-tung, de modo a garantir que suas ordens de defesa territorial das bases fossem fielmente cumpridas.

O cumprimento dessas ordens levou o Exército Vermelho à derrota, colocando-o diante da necessidade de realizar uma retirada estratégica, rumo às bases rurais do norte do país, para salvar seus 300 mil homens. Já em meio à retirada, o comitê central do PCC realizou uma reunião de emergência na cidade de Tsunyi, durante a qual introduziu mudanças profundas em suas linhas de ação, tanto de ordem política e militar, quanto organizativa.

Em termos políticos, o PCC manteve a classe operária como força dirigente do processo revolucionário chinês, mas reconheceu que o campesinato constituía a força fundamental da revolução. Também manteve a necessidade de construir uma forte aliança entre a classe operária, o campesinato e a burguesia nacional. Mas assumiu que, naquele momento preciso, diante da ameaça do Japão, o imperialismo japonês passava a ser o inimigo principal. Isso significava desenvolver esforços para suspender a guerra civil e estabelecer uma aliança com o Kuomintang (o que pressupunha aliar-se também a alguns setores latifundiários que concordassem com a defesa nacional). Nesse sentido, a retirada estratégica deveria transformar-se de retirada para salvar forças, em retirada para enfrentar a ameaça japonesa.

Em termos militares, a direção do PCC afirmou que a "guerra popular prolongada" seria a forma principal da luta revolucionária na China, devendo assumir as características



de cerco das cidades pelo campo e combinação da guerra de guerrilhas com a guerra de movimento, só admitindo a hipótese de travar guerra regular de defesa de território na fase avançada do acúmulo de forças. Em termos organizativos, Mao Tse-tung assumiu a secretaria geral do PCC, enquanto Zhu De assumiu o comando do Exército Vermelho.

A partir desse momento, a influência da URSS sobre o PCC e a revolução chinesa tornou-se apenas simbólica. Em 1936, lembremos novamente, o PCC salvou Chiang Kai Shek da morte por seus próprios generais antijaponeses, revoltados pelo fato de Chiang combater mais os comunistas do que o invasor estrangeiro. Foi a base das concessões necessárias para suspender a guerra civil e consolidar a aliança com o Kuomintang, reconhecendo o governo deste como o governo nacional, e admitindo que o Exército Vermelho fosse transformado no 4º e no 8º corpos de exército do Exército Nacional da China. O PCC perseverou na estratégia de ser a força principal da guerra contra o Japão, mesmo antes da ofensiva geral nipônica de 1937, e sairia fortalecido no final da guerra de resistência.

Os soldados dos corpos militares do PCC não se engajavam pela força. Agir de outro modo teria sido situar-se no mesmo plano que Chiang Kai Shek. Por esse motivo, o 4º e no 8º exércitos eram inteiramente compostos de voluntários. Os 4° e o 8º exércitos foram se transformando na "China em armas". Em 1944 controlavam dezenove "áreas liberadas", onde promoveram reformas democráticas (eleição dos órgãos de poder em votação universal e secreta, ainda que um terço dos cargos devia ser preenchido por comunistas). Os exércitos agrupavam 950 mil homens, apoiados por milícias populares (2.200.000 homens) e por unidades de autodefesa nas aldeias (cerca de 10 milhões de homens e mulheres). O domínio do PCC abrangia um território de 950 mil km^2, com uma população de 100 milhões de habitantes.

Os comunistas ocupavam de fato o poder nessas áreas, mas estavam desorganizados. Realizaram então, em maio 1945, seu VII Congresso, onde, para marcar suas diferenças com Moscou, proclamaram o "Pensamento de Mao Tse-tung" como a "expressão do comunismo chinês". Por outro lado, o PCC esforçou-se em liquidar toda a dissidência no seu interior ou nos setores por ele controlados. Assim, o Estado Maior do seu exército mandou fuzilar o chefe militar trotskista Chou Li-ming. O dirigente dos trotskistas chineses, Chen Chi-chang, tinha sido morto pelos japoneses, enquanto Chen Tu-xiu, o fundador do PCC, que tinha aderido

à oposição trotskista, morria nas prisões de Chiang Kai Shek. Os trotskistas proclamavam a necessidade de aliar a guerra com a revolução social (distribuição das terras aos camponeses), com o objetivo de garantir uma base social à luta contra o inimigo estrangeiro.

O resultado da Segunda Guerra favoreceu os Aliados. As tropas da URSS ocuparam a Manchúria chinesa, até então em mãos do Japão. Os norte-americanos, entretanto, equiparam 57 divisões do exército de Chiang (700 mil homens) para permitir-lhe assumir o controle da China diante do perigo da expansão das áreas controladas pelos comunistas. A primeira atividade do "valente" exército nacionalista foi reprimir o renascente movimento operário nas cidades retomadas aos japoneses: uma greve geral em Xangai foi contida mediante um massacre. Os Aliados, a URSS inclusive, outorgaram a Chiang o controle das áreas retomadas. A Manchúria foi cedida ao KMT pelo exército soviético, que se encarregou também de manter os exércitos do PCC fora das cidades. Os Estados Unidos organizaram uma ponte aérea para que Chiang pudesse ocupar a Manchúria. Da ajuda aliada à China, 98% foi dada a Chiang, e só 2% às "regiões liberadas" sob controle dos 4° e 8° exércitos. O PCC viu então se desenhar no horizonte um novo massacre pelas tropas de Chiang, desta vez com o apoio norte-americano.

No final da II Guerra Mundial, então, tivemos a retomada da guerra civil na China. A Frente Única Antijaponesa fora apenas um parêntese na guerra civil de 1927-1930. Desaparecido o "perigo japonês", as contradições internas da China reapareceram em toda a sua força. Os vencedores da Segunda Guerra (URSS e EUA) tentaram, porém, minimizá-las. Em 1946, o general Marshall chegou à China para propor um "governo de unidade nacional". A condição imposta era a dissolução dos exércitos controlados pelo PCC. Stalin aconselhou o partido comunista chinês a aceitar, mas Mao aferrou-se decididamente às armas: sabia que perdê-las significava a morte certa. As armas dos japoneses, recuperadas pelo exército soviético, estavam em mãos do PCC.

O PCC, de fato, criara nos campos uma nova sociedade e um novo regime político. Dadas as condições efetivas da guerrilha, cada dirigente, cada militante, mesmo nas bases, podia ter a todo o momento de assumir sozinho decisões e iniciativas de que dependeriam a vida e a vitória daqueles que tinham posto a sua confiança na função



de vanguarda dos comunistas perante a invasão inimiga: precisamente por isso era necessária uma extrema firmeza na orientação ideológica geral, uma profunda consciência de classe, mas ao mesmo tempo uma ágil capacidade de decisões autônomas e de iniciativas responsáveis. Nesta perspectiva deve ser visto o relevo atribuído por Mao aos problemas de "método" na luta, a sua denúncia da estagnação, da abstração, do autoritarismo e da anarquia e o seu apelo simultâneo à firmeza nos princípios e à originalidade na sua aplicação "de modo vital".

Mas havia outras exigências, propriamente de Partido: no fim da Longa Marcha, os comunistas chineses eram cerca de 40 mil, dispersos na clandestinidade, nas prisões, nas fileiras do Exército Vermelho ou espalhados pelas antigas "bases vermelhas" do Sul. Em 1942, os inscritos no Partido eram 800 mil e seriam mais de 1.200.000 quando, em abril de 1945, se reuniu em Yenan o VII Congresso do Partido (a dezoito anos de distância do VI, realizado em Moscou em 1928, portanto antes de os comunistas chineses terem realizado a sua experiência histórica). As estruturas organizativas do Partido também tinham de ser reconstituídas e "repensadas", precisamente porque as que existiram nas cidades antes da repressão dos anos 1930 já não subsistiam (e de qualquer modo seriam inúteis e prejudiciais para aplicar a estratégia de Mao) e as que se haviam formado a partir das bases na guerrilha e na Longa Marcha não bastavam para dirigir o novo esforço gigantesco se não fossem enquadradas, coordenadas, sistematizadas. A experiência que criara a partir das bases e no decurso da luta uma série de estruturas de partido ligadas à estratégia defendida por Mao podia conservar o seu valor de método, mas não bastava só por si para criar um aparelho organizado, institucional. E isso era necessário dado que os comunistas já não eram apenas um "partido de rebeldes", mas assumiam cada vez mais a tarefa de governar a China.

Chiang atrapalhou as negociações de paz, pois só tinha uma coisa em mente: acabar com os comunistas. Sentia-se confiante para isso depois dos reforços militares recebidos. Em julho de 1946 pôs em marcha a ofensiva contra os "vermelhos", com um exército enorme, novamente apoiado por 500 aviões, desta vez pilotados majoritariamente por oficiais norte-americanos. Para piorar as coisas para os comunistas chineses, em 1946, no curso das negociações de paz entre o PCC e o Kuomintang, a URSS reconheceu diplomaticamente o governo do Kuomintang, na suposição de que

o PCC seria derrotado numa nova guerra civil (em 1950, após a proclamação da República Popular da China, Stalin reconheceu haver cometido um sério erro de avaliação).

Mao, verdade seja dita, tinha chegado a aprovar a fusão militar de seus exércitos com os de Chiang. Mas logo viu desvanecer-se a possibilidade de uma "nova democracia" sem guerra civil e, sobretudo, sem revolução social. Enfrentando primeiro a ofensiva de Chiang mediante a guerra de guerrilhas, Mao lançou em março de 1947 a Campanha do Noroeste, cuja palavra de ordem central era "Reforma agrária imediata!". Desta vez, a luta pela democracia e pela unidade nacional não estaria separada da luta pela revolução social. Começou então a acontecer o que ninguém no mundo acreditava possível: os 4° e 8° Exércitos se transformam no Exército Popular de Libertação (EPL).

Abandonados por Stalin, cujo conselho apontando para a formação de um governo de frente nacional com Chiang Kai-shek eles tinham rechaçado, e cercados, pois o Exército Vermelho (soviético) havia entregue a Manchúria para Chiang, os líderes comunistas chineses tiveram que se confrontar com a mais poderosa ofensiva que as tropas "nacionalistas" jamais lançaram contra o seu exército. A única possibilidade que lhes restava (igual à situação que tiveram de enfrentar os líderes do PC da Iugoslávia em 1942-1943) era a mobilização revolucionária das massas. Rechaçando sua linha stalinista dos anos anteriores, adotaram um programa limitado de reforma agrária, que foi saudado pelas massas com grande entusiasmo. Por todos os lados surgiram comitês camponeses e grupos de resistência que se organizaram para defender e estender a reforma agrária e para esmagar Chiang, o representante dos latifundiários.

O avanço do exército de Mao foi, sobretudo, o produto do recrutamento massivo do campesinato revolucionário e do paralelo colapso do exército camponês de Chiang, que foi contaminado pela revolução e pela fome de terras. O próprio PC chinês sofreu uma modificação em sua composição social: os filhos educados dos camponeses acomodados, que constituíam a espinha dorsal de seus quadros até esse momento (e alguns deles tenderam a se opor à explosão da violência camponesa elementar desatada pela virada realizada pelo seu partido) foram submersos pelo afluxo de novos militantes endurecidos na forja da própria revolução. O nascimento da revolução chinesa foi o começo do fim do stalinismo do PC chinês; o PC chinês deixou de se subordinar às



diretrizes do Kremlin e ficou sob a dependência das massas e de suas ações; sua composição social foi realmente modificada.

O PC chinês conservou de seu passado uma série de conceitos burocráticos que vieram a refletir-se em suas ações: no tímido caráter de sua reforma agrária, em limitar-se ao Norte da China, e no esforço consciente do PC para manter o proletariado urbano isolado na revolução. Mas, paralelamente à ação dos exércitos dirigidos pelos comunistas, a vida social se deteriorava totalmente nas regiões controladas por Chiang: o salário de um trabalhador qualificado permitia comprar, em 1946, 350 quilos de arroz por ano; em 1948, só 40. A inflação era galopante: de janeiro de 1946 até agosto de 1948, os preços multiplicaram-se por 67. A burguesia especulava e investia no estrangeiro. Um dólar valia 12 milhões de *fabi* (um fósforo, 200 *fabi*). De agosto de 1948, até abril de 1949, o índice de preços passou, em Xangai, de 100 para 13.574.000 (ou seja, os preços multiplicam-se por 135.740). Uma papelaria comprou, por exemplo, 800 caixas de notas de 2 mil iuan (1 iuan = 3 milhões de fabi) para... fabricar papel! A própria burguesia – incluindo os generais do exército de Chiang – vendia aos comunistas as armas recém-entregues pelos Estados Unidos.

A corrupção era total. A população pobre experimentava enorme repugnância diante do exército e do governo de Chiang. Além disso, este aparecia como agente direto dos Estados Unidos, e isto num país (a China) que levara mais de um século lutando contra as potências estrangeiras. O EPL transformou-se assim no autêntico exército chinês. A guerra civil e a guerra nacional transformaram-se em uma só. A vitória do EPL foi a vitória da China contra os seus opressores, assim como a dos camponeses e trabalhadores contra os seus exploradores.

Às vezes os guerrilheiros do EPL pareciam na iminência de sucumbir. Recuperavam-se e tornavam a combater; mas quase ninguém fora da China contava com a possibilidade imediata de seu triunfo total. Ainda em 1948 Stalin aconselhava Mao, como aconselhara Chen Tu-xiu vinte e tantos anos antes, a fazer as pazes com o Kuomintang; e ao ser informado dos planos de Mao para uma ofensiva geral, menosprezou-os por quiméricos e temerários (Stalin chegou a qualificar Mao de "Dom Quixote chinês").

Certamente, para evitar um rompimento público com Moscou, Mao assumiu a cor prote-

tora da ortodoxia stalinista. Stalin se dava conta da complexidade do jogo de Mao; e não teria tolerado uma coisa dessas em qualquer partido comunista situado numa esfera da política mundial que ele considerasse vital para seus interesses. Mas até 1949 a China ocupou uma posição secundária nos cálculos de Stalin; e o comportamento de Mao Tse-tung parecia-lhe tão "quixotesco" – e exteriormente tão submisso, que não exigia a "excomunhão".

Como disse Isaac Deutscher, em *Stalin: a História de uma Tirania*:

> Nunca os guerrilheiros chineses, durante sua longa provação, foram beneficiados com qualquer auxílio russo. Sentiam profundo ressentimento, mas sorriam e escondiam a decepção. Desde a guerra Stalin lhes dera motivo para nova e amarga indignação. As tropas soviéticas que ocuparam a Manchúria após a rendição do Japão trataram a região como se fosse território inimigo conquistado, e não uma parte da China. Os comunistas chineses ficaram horrorizados ao ver que os russos tratavam as indústrias da Manchúria como presa de guerra, desmontavam muitas fábricas e instalações e embarcavam-nas para a União Soviética. Aí estavam as origens de uma tremenda discórdia.



O exército dirigido pelo PCC, o Exército Popular de Libertação, apoiado na rebelião de milhões de camponeses, foi inclinando a balança em seu favor. Rechaçados os primeiros ataques de guerrilha, passou então para a "guerra de posições". O exército de Chiang se desestruturou, e muitos de seus efetivos passam para o EPL, que assim reforçou suas fileiras. Chiang era totalmente incapaz de pôr fim à corrupção entre seus próprios homens. Em 1948, o EPL passou à ofensiva na Manchúria, no Norte e na China Central. Na Conferência de Hopei do PCC – em junho de 1948 – Liu Shao-chi, recém-chegado de Moscou, desaconselhou (provavelmente "inspirado" por Stalin) uma rápida vitória militar.

O PCC e o EPL responderam com fatos: em janeiro de 1949 entraram vitoriosamente em Pequim, obrigando Chiang a fugir. Em dezembro, Chiang e o que restava de seu governo refugiaram-se na ilha de Formosa (Taiwan). A embaixada da URSS foi a delegação estrangeira a ficar ao seu lado, até o último momento. Já então estavam mais do que maduros os germes do futuro conflito entre a China comunista e a URSS.

Em 1° de outubro de 1949 foi proclamada a República Popular da China (RPC). No seu governo, o PCC (único partido político nacio-

nalmente organizado e com apoio de massas) não era majoritário, simplesmente porque não o queria. Na composição da Conferência Política Consultiva havia representantes dos partidos políticos (142), regionais (102), do Exército (60), diversos (profissões, associações culturais, minorias nacionais, chineses de ultramar) (206) e "personalidades convidadas" (75!). No novo governo, a viúva de Sun Yat-sen representava simbolicamente a "burguesia nacional". A unidade nacional da China, enfim alcançada, tinha sido obrigada a passar por cima do cadáver do partido designado pelo PCC como representante da burguesia nacional: o KMT, que constituiu um "governo no exílio" em Formosa (esse, sim, com o apoio da burguesia chinesa).

A política do PCC no governo da RPC foi assim resumida por Mao, em 1950:

> Nós entendemos que a meta desta revolução não é acabar com a burguesia em geral, mas é acabar com a. opressão nacional e feudal; que as medidas tomadas nesta revolução não visam a abolir, mas a proteger a propriedade privada, e que, como resultado desta revolução, a classe trabalhadora poderá constituir a força que conduzirá a China ao socialismo, embora o capitalismo possa ainda crescer em certa medida durante um tempo bastante longo. 'Terra para os pequenos proprietários' significa a transferência da terra dos exploradores feudais para os camponeses, transformando a propriedade privada dos senhores feudais em propriedade privada dos camponeses emancipados das relações agrárias feudais, permitindo assim a transformação de um país agrícola em um país industrial.

Seria possível conciliar interesses tão contraditórios?

Na verdade, com o partido comunista realmente no poder, deu-se uma rápida transição para a economia socialista. As coisas aconteceram muito mais rapidamente do que Mao e a direção do PCC previam. E não se tratou só de uma questão de "ritmo", mas, sobretudo, de qualidade, da natureza social do processo econômico. A burguesia chinesa, que durante os séculos XIX e XX tinha se manifestado incapaz de encabeçar uma revolução democrática e uma luta frontal contra a opressão estrangeira e os grandes proprietários de terra, manifestou-se também incapaz de acompanhar tal processo, quando executado por um partido que representava as massas.

A passagem para uma economia onde predominasse a propriedade social foi surpreendentemente rápida, mas a causa foi

mais política do que econômica: situava-se em nível do Estado. A burguesia não podia tolerar que o Estado (o primeiro que realmente unificava a China depois da queda da última dinastia) ficasse sob a direção de organismos representativos dos trabalhadores, o PCC e o EPL, e começou de imediato um processo de boicote. O sinal foi dado pela potência na qual a burguesia chinesa tentara se apoiar para reconstituir seu Estado depois da Segunda Guerra: os Estados Unidos.

Os EUA estenderam logo um cordão de isolamento ao redor da "China Vermelha", negando-lhe reconhecimento diplomático (na ONU, o governo de Chiang, o KMT, foi reconhecido como o legítimo governo chinês, apesar de exercer sua autoridade só na ilha de Formosa) e intercâmbio econômico. Chegou-se a proibir que qualquer cidadão norte-americano pusesse os pés na RPC. Assim tratou o "mundo livre" uma revolução que, no entanto, não lhe manifestou de início qualquer hostilidade, pois dele precisava para desenvolver sua economia.

Quando a República Popular da China foi proclamada, o nível da produção agrícola e industrial da China era inferior até àquele anterior à Segunda Guerra Mundial; em 12 anos, a inflação multiplicara os preços por 8 bilhões (sic); os transportes estavam totalmente desorganizados; a maioria das instalações do "coração industrial da China" (a Manchúria) tinham sido desmanteladas pela URSS ou destruídas pelo exército de Chiang.

O governo da RPC tentou enfrentar esses problemas através da política já definida por Mao. Em 1949, mesmo depois da nacionalização de certas indústrias-chave, e das propriedades dos dirigentes do KMT, o capital privado controlava ainda 48,7% da produção industrial. Foram adotadas então uma série de medidas: um Tratado de Cooperação com a URSS, assinado por Mao e Stalin, que resultou num empréstimo da URSS de 300 milhões de dólares em cinco anos (isto representava apenas 3% dos investimentos nacionais; os 97% restantes seriam fornecidos pelo esforço do povo chinês); a adoção de uma série de leis: sindical, de reforma agrária, de casamento (que anulava a tradicional poligamia masculina), de divórcio; a constituição de três "companhias mistas" com a URSS, que enviou à China vários técnicos; aumentos salariais de 100% inicialmente e mais 30% depois.

Depois de um ano de governo, o premiê da RPC, Chou En-lai, pôde anunciar: o território está pacificado, a unidade nacional realizada, a inflação está contida desde março de 1950, e 90% das estradas de ferro estão reconstruídas. Mas ao boicote econômico da burguesia (eva-



são de capitais), existente desde o início, somou-se, a partir de 1950, a intervenção da RPC na Guerra da Coréia. Nesse país, Syngman Rhee liderava o governo pró-americano e ameaçava as fronteiras da China (dessa guerra resultou a divisão do país em Sul e Norte, existente até hoje). A RPC viu-se na obrigação de realizar grandes investimentos no orçamento da defesa e a avançar na estatização da economia.

O *Jen Min Ji Pao* (jornal do PCC), de 25 de outubro de 1950, conclamou então a "corrigir radicalmente a política de generosidade" para com a burguesia. A partir de 1950, os elementos sociais de uma mudança política se definiram: nos campos, atividade dos "tribunais populares", com execuções e condenações a trabalhos forçados aos antigos proprietários; uma campanha política nacional contra o imperialismo norte-americano; a repressão às atividades das Igrejas, sobretudo às missões estrangeiras; finalmente, as tropas chinesas ocuparam o Tibete, em 1950; o PCC lança o Movimento dos três anti (contra a corrupção, contra o desperdício e contra a burocratização). Gerou-se um clima geral de tensão, onde não faltou o medo de uma grande fome, em1951.

Na Manchúria, o dirigente comunista Kao Kang deu início a um plano pelo aumento da produção, seguindo o "modelo soviético". Tratou-se de uma vasta mudança que só seria oficialmente sancionada em dezembro de 1952, quando Chou En-lai anunciou o Primeiro Plano Qüinqüenal, e em outubro de 1953, quando o PCC anuncia a "Nova linha geral para a transição ao socialismo". De fato, no início de 1952, quatro quintos da indústria pesada já haviam passado para as mãos do Estado; no fim de 1952, a reforma agrária estava 75% realizada e 12 milhões de hectares passam para 90 milhões de pessoas; os empresários privados ficaram com apenas um terço do comércio atacadista, metade do varejista e um terço da produção industrial.

O governo criou uma Comissão da Planificação do Estado (com Kao Kang), e no Plano Qüinqüenal deu-se prioridade à indústria pesada: anunciou-se um investimento de 18 bilhões de dólares, num ritmo incrível: 25% do produto nacional seria consagrado à indústria, em 1956 (na época da sua industrialização, os EUA nunca investiram mais de 20% do PIB nesse ítem). Um esforço semelhante só era possível através de uma rápida estatização do excedente nacional. O ritmo da "socialização da economia" superou todos os planos dos dirigentes do PCC.

Em 1955, decidiu-se a coletivização da agricultura. Um ano depois, 96% dos camponeses encontravam-se organizados em um milhão de cooperativas: o Plano previa que só um terço dos camponeses se encontraria nessa condição no fim de 1957. A coletivização completa só estava prevista para 1960, o

que já era muito rápido. Eis o essencial, pois a produção agrária continuava sendo a base da economia chinesa. O ponto de partida foi muito baixo: em 1951, o parque de tratores era de duas mil unidades (um trator para cada 120.000 acres, contra um para cada 119 nos EUA, ou um para cada 998 na URSS). O PCC encamparia definitivamente o movimento em 1956, com as *Três Transformações Socialistas* – expropriação da burguesia industrial, expropriação do comércio urbano e implantação de um movimento cooperativo no campo. As Três Transformações limitavam-se, na verdade, a sancionar uma situação já existente na sociedade chinesa: o "tempo bastante longo" que Mao previra para o fim do capitalismo chinês limitou-se, na verdade, a uns poucos meses.

A Revolução Chinesa tinha se transformado, num processo sem solução de continuidade, em revolução socialista, na verdade, a revolução social e demograficamente mais abrangente de toda a história moderna e contemporânea. A história posterior, incluídas as contradições violentas da transformação socialista, assim como a reintrodução do capitalismo e da economia de mercado nas últimas duas décadas, é outra história.

Revolução Cubana

Luiz Bernardo Pericás

Historiografia

- Guerra de Independência
- Guerra Chica
- Guerra Hispano-Americana

Destaques da História da Revolução Cubana

- Principais ditaduras
  - Gerardo Machado
  - Fulgencio Batista
- Principais líderes do Movimento 26 de Julho
  - Fidel Castro
  - Raúl Castro



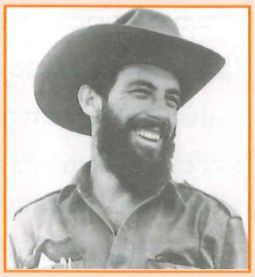
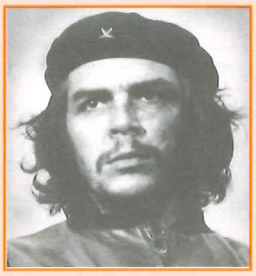
- ▸ Frank País
- ▸ Juan Almeida
- ▸ Camilo Cienfuegos
- ▸ Che Guevara

- ⊙ Principais dirigentes sindicais
  - ▸ Eusébio Mujal
  - ▸ Lázaro Peña
- ⊙ Principais líderes do PSP
  - ▸ Blas Roca
  - ▸ Carlos Rafael Rodriguez
- ⊙ Principais organizações políticas
  - ▸ M-26-7
  - ▸ CTC
  - ▸ PSP
  - ▸ FON
  - ▸ Directorio Revolucionário
  - ▸ FEU

Revolução no dia 1º de janeiro de 1959

- ⊙ Caráter socialista da revolução
- ⊙ Báia dos Porcos
- ⊙ Crise dos Mísseis
- ⊙ Assassinato de Che Guevara
- ⊙ Ingresso no Comecon
- ⊙ Envio de tropas para a África
- ⊙ Fim da União Soviética
- ⊙ Período especial
- ⊙ Momento atual



A Revolução Cubana, que triunfou em 1º de janeiro de 1959, é comumente associada ao Movimento 26 de Julho e às suas principais lideranças. Fidel Castro, seu irmão Raúl, Camilo Cienfuegos e Che Guevara foram certamente figuras emblemáticas e extremamente importantes naquele processo. Mas não podemos deixar de ressaltar aqui, contudo, que esta revolução, na prática, fez parte de um processo de longa duração, iniciado na segunda metade do século XIX e que culminou com a entrada dos rebeldes castristas em Havana quase cem anos depois. Desde a guerra de independência (de 1868 a 1878), passando pela luta revolucionária encabeçada por José Martí, Máximo Gómez e Antonio Maceo (em 1895), pela guerra hispano-americana (em 1898) e pelas constantes intervenções dos Estados Unidos na ilha até a resistência contra o governo Machado na década de 1930, os cubanos participavam intensamente de atividades políticas que visavam a plena soberania e autonomia do país. Mesmo no período de 1953 a 1959, não foram apenas os correligionários de Fidel que atuaram nas cidades e no campo para depor a ditadura batistiana. Diferentes setores da população tomaram parte no processo revolucionário para tirar Fulgencio Batista do poder, como a FEU (Federação dos Estudantes Universitários), o Diretório Revolucionário (seu braço armado) e o Partido Ortodoxo.



O golpe de Estado de Batista, em 1952, inicialmente não enfrentou uma oposição popular séria. A CTC (Confederação dos Trabalhadores de Cuba), liderada na época por Eusebio Mujal, foi rapidamente cooptada pelo governo. Os comunistas do PSP (Partido Socialista Popular) incitaram a construção de uma frente democrática nacional contra o governo, sem êxito. Propunham a restauração da Constituição de 1940, realização de eleições gerais e boicotes. Mesmo postos na ilegalida-



de, os comunistas teriam um posição dúbia em relação ao regime e ao grupo liderado por Fidel, e mais tarde, inclusive, chegariam a ter alguns de seus membros ocupando pastas na ditadura batistiana.

Fidel Castro, um jovem advogado nascido em 1926, na província de Holguín, tornou-se o principal catalisador das ansiedades do povo cubano. Membro do Partido Ortodoxo, denunciava publicamente a ditadura. Entrou com um processo legal contra o governo no *Tribunal de Urgencia,* no qual pedia cem anos de prisão para o presidente. É claro que o tribunal não aceitou o pedido. Mais tarde, Castro iria organizar um grupo de 140 homens que invadiria o Quartel Moncada, em Santiago de Cuba, em 26 de julho de 1953. Ele acreditava que tomando aquela instalação militar, numa região que tinha tradição de lutas, o povo se levantaria em armas. Aquele quartel, o segundo maior de Cuba, era um alvo simbólico. Eles se apoderariam de armas e por rádio, conclamariam a população a lutar. Também planejavam o assalto ao quartel de Bayamo, assim como a ocupação do tribunal provincial e do hospital civil da cidade. Ainda que os grupos de Raúl Castro e Abel Santamaría conseguissem ter sucesso *inicial* na tomada das outras instalações, o ataque ao Moncada foi um grande fracasso. Dois grupos que participaram do assalto àquela guarnição militar foram destruídos e o terceiro, liderado por Fidel, após três horas de combates, fugiu para as montanhas. Lá, muitos de seus homens foram assassinados e outros, como o próprio Castro, capturados e presos.



Em outubro, começa o julgamento dos sobreviventes do Moncada. É nestas circunstâncias que Fidel irá pronunciar seu famoso discurso, de mais de cinco horas de duração, intitulado "A história me absolverá". Ele diria que os motivos de sua luta eram a restauração da Constituição de 1940; a reforma educacional, agrária e habitacional; em torno de 30% de participação nos lucros das companhias para seus empregados; a nacionalização das companhias de telefone e eletricidade; e o retorno do dinheiro roubado ou malversado pelos membros do governo. Fidel, depois das deliberações, seria condenado a 15 anos de prisão. Enquanto esteve encarcerado, Castro iria organizar o M-26-7, inspirado na data do ataque ao Quartel Moncada. Membros de outras organizações políticas, como o Movimento Nacional Revolucionário e da Ação Libertadora Nacional, aderiram a este grupo. Fidel seria finalmente

anistiado, e em 1955 se exilaria no México, onde conheceria Che Guevara, que se uniria aos expedicionários do *Granma* e teria destaque na luta revolucionária naquele país.

Podemos perceber que as medidas preconizadas por Fidel em seu "A história me absolverá" tinham um caráter democrático, distributivo e popular. Eram exigências relacionadas diretamente com o contexto histórico de Cuba naquele período. Tanto setores "burgueses", mais conservadores, como os mais radicais, começaram a ver em Batista o representante de um modelo que travava o desenvolvimento de todas as potencialidades da ilha. Aquela era uma ditadura, onde a corrupção, o desvio de verbas públicas, a falta de democracia, uma quantidade significativa de negócios nas mãos de gangsteres e mafiosos, e a prostituição, eram fortemente presentes na ilha. Se quisermos entender quais os reais motivos da luta revolucionária em Cuba, precisamos analisar, portanto, o contexto político e econômico mais amplo.

O caráter "dependente" do capitalismo cubano em relação aos interesses dos monopólios norte-americanos durante a primeira metade do século XX constituiu um sério entrave para o pleno desenvolvimento das forças produtivas da ilha e mostrou nitidamente as dificuldades inerentes dos diferentes governos daquele período em criar reais possibilidades de alocação de recursos a projetos que pudessem promover de fato uma ampla diversificação agrícola e industrial no país. Os indicadores econômicos, mesmo apresentando em algumas instâncias relativas variações favoráveis, exemplificam o estado crônico de atraso em que Cuba se encontrava e o labirinto complexo das relações bilaterais com o Colosso do Norte, o que dificultava uma saída "autônoma" para oxigenar as demandas intrínsecas daquela sociedade por maior liberdade de ação no nível das decisões de Estado.

É certo que não se pode falar de aspectos econômicos sem associá-los ao âmbito político. Fatores internos, como a situação social, o quadro partidário e as diretrizes técnico-administrativas, assim como fatores externos, no âmbito mais amplo das relações internacionais, principalmente no campo comercial, se inter-relacionam e se sobrepõem, e são aspectos importantes para que se possa compreender melhor a dinâmica político-econômica de qualquer país. Em Cuba houve



um ambiente favorável para a acumulação e ampliação do capital dos Estados Unidos, através de acordos assinados por dignitários locais, em geral vinculados a Washington ou a empresas norte-americanas, que apenas contribuíram para manter o estado geral da "nação" inalterado. Com isso, durante décadas o que se pôde constatar foi uma deterioração de diversos índices sociais, principalmente nas áreas rurais, e parca, se não ínfima, eficiência econômica global.

A partir de 1934, pode-se perceber a frustração de quaisquer possibilidades de efetivo desenvolvimento industrial, a partir do tratado de reciprocidade comercial assinado naquele ano com os Estados Unidos, o que iria reforçar a posição de Cuba basicamente como país consumidor de produtos manufaturados e exportador de açúcar, seguido de aumento da repressão aos opositores do novo regime e da promoção de algumas concessões reformistas à população em geral, mascarando a democracia e dando ao governo uma capa supostamente nacionalista e defensora dos interesses dos trabalhadores. Assim, iniciava-se um novo momento da economia cubana, já que os Estados Unidos – impulsionados pelo *New Deal* rooseveltiano –, juntamente com a oligarquia nacional, interromperam o processo revolucionário de 1933 e inauguraram uma política de incremento de exportações de produtos acabados para a ilha, impedindo um processo de industrialização maior e estimulando a continuidade da produção de açúcar, ao conceder a Cuba algumas vantagens comerciais preferenciais.

A Lei Costigan-Jones formalizou a reformulação da tradicional dependência ao outorgar poderes a Washington para controlar a indústria açucareira não só dos Estados Unidos como também de suas possessões, autorizando o governo norte-americano a fixar cotas de importação das nações exportadoras de açúcar para o mercado do Colosso do Norte. Nesse sentido, foi imposta a Cuba uma cota de 1,9 milhão de toneladas anuais – o que calcificou as exportações cubanas do produto em níveis abaixo de sua capacidade –, e reduziu-se em 22% a cota de exportação total de açúcar refinado, prejudicando os refinadores nacionais. O novo "tratado comercial", por sua vez, concedeu taxas de importação preferenciais a 550 produtos norte-americanos, com a diminuição tarifária de 25% a 60%, em troca da redução das tarifas para exportação de mais de 20 artigos cubanos, entre eles o açúcar, com uma redução de US$ 1,50 para US$ 0,90 a libra; o rum, de US$ 4 para US$ 2,50 o galão; e o tabaco, de US$ 1,90 para US$ 1,50 a libra, garantindo um maior influxo de materiais dos Estados Unidos

em Cuba, ao mesmo tempo que facilitava, em bases vantajosas, a compra dos principais produtos daquele país. O fato é que Cuba, a partir daí, tinha de reduzir impostos de produtos norte-americanos no mercado interno, não podia aumentar seus impostos domésticos sobre artigos dos Estados Unidos e não podia impor nenhuma restrição quantitativa aos itens mencionados no tratado.

Por outro lado, as altas taxas a alguns produtos específicos fizeram com que certas empresas norte-americanas transferissem suas filiais para os Estados Unidos; paralelamente, não ocorria o desenvolvimento de indústrias locais de processamento e acabamento de produtos ligados a outros setores, como o mineiro – controlado por proprietários estrangeiros e conseqüentemente sem interesse maior no progresso econômico do país –, levando à manutenção do *status* da ilha como país basicamente voltado para a agricultura. Como o açúcar era o produto mais rentável a curto e médio prazos, investimentos significativos deixaram de ser feitos na indústria de forma geral. Por outro lado, com a cota de importação daquele item pelos Estados Unidos, começou a haver, paradoxalmente, não só dificuldades de industrialização como também de maior comercialização e lucros provenientes do próprio açúcar. É bem verdade que alguns capitalistas norte-americanos começaram a investir em outros setores, como o elétrico e o mineiro (algumas vezes em parceria com o governo local), em grandes lojas, como a Sears (que garantiam a entrada de produtos estrangeiros na ilha), e na criação de gado. Esses "novos" investimentos, contudo, que entre 1946 e 1956 chegaram a US$ 700 milhões, foram praticamente revertidos para os bancos do país de origem, considerando que somente US$ 100 milhões foram reinvestidos de fato no setor produtivo cubano. Já o aumento relativo do estrato assalariado nos setores de serviços, comércio e governo se deveu, em parte, ao crescimento do aparato da burocracia do Estado e de seu interesse em interferir cada vez mais nas questões econômicas, sempre ligadas aos Estados Unidos, que acreditavam ser importante manter a estabilidade política em Cuba para proteger seus investimentos e garantir que o país fosse um mercado lucrativo para suas exportações, assim como fonte de açúcar não-refinado para abastecer seu mercado interno.

Após a Segunda Guerra Mundial, setores "industrialistas" da numericamente pequena elite econômica cubana, insatisfeitos com a corrupção e a irresponsabilidade de seus mandatários e preocupados com o quadro de instabilidade política, depositaram sua confiança





em Eduardo Chibás, candidato do Partido Ortodoxo, que propunha caminhos "desenvolvimentistas" para Cuba. Com a lacuna aberta no meio político após o suicídio desse dirigente populista, o setor industrialista da burguesia cubana começou a apoiar Batista, que garantia um clima favorável para o influxo de investimentos norte-americanos no país. A classe média burocratizada e a burguesia locais eram ideológica e economicamente vinculadas aos Estados Unidos, e a idéia de "desenvolvimento" estaria invariavelmente atrelada a um posicionamento próximo àquele país. Como o fraco setor industrialista da burguesia cubana não conseguiu se firmar, deu espaço para que se mantivessem intactos os interesses ligados à agricultura e à produção mineira.

Alguns autores chegaram até mesmo a caracterizar o Estado cubano, nos anos que precederam a revolução, como administrativo, redistributivo e burocrático. Tal tendência aumentou com os anos, a ponto de, em 1950, cerca de 80% do orçamento nacional ser utilizado para o pagamento de salários de cargos burocráticos, e não investido no setor produtivo. Aproximadamente 186 mil pessoas, ou 11% da força de trabalho, estavam empregadas no governo naquele mesmo ano.

Um reajuste com o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt), substituindo o tratado comercial de 1934, havia ocorrido em 1948, garantindo que uma cota de compra de açúcar seria deixada para decisão do Congresso norte-americano, mantendo, portanto, os privilégios das empresas dos Estados Unidos no mercado interno da ilha. O acordo com o Gatt e a lei de cotas açucareiras (do mesmo ano) resultaram, no período entre 1948 e 1958, num déficit na balança comercial de Cuba, em relação aos Estados Unidos, de US$ 603,4 milhões, tendo sido relativamente compensado no mesmo período com um saldo favorável com outros países.

No final da década de 1950, a situação de dependência de Cuba podia ser explicitada em diversos indicadores econômicos. Em 1958, por exemplo, 40% da produção açucareira, 90% dos serviços elétricos e telefônicos, 50% das ferrovias e 23% das indústrias não-açucareiras eram de propriedade norte-americana, enquanto o capital bancário em mãos cubanas, que atingia o nível dos 60%, era utilizado basicamente para favorecer as corporações monopolistas estrangeiras. O volume de inves-

timentos dos Estados Unidos em Cuba chegou, naquele ano, a US$ 1 bilhão, só inferior, no continente, às inversões feitas na Venezuela e no Brasil. As empresas norte-americanas, contudo, construíam e equipavam as unidades produtivas, que tinham suas matrizes na "metrópole", e estabeleciam todas as normas e instruções na filial cubana.

A unidade típica na sociedade capitalista monopolista não era representada, portanto, pela firma pequena, responsável pela fabricação de algum artigo em escala reduzida, com uma produção homogênea, mas pela empresa de produção em larga escala, que tinha nas mãos uma parcela substancial da produção de uma determinada indústria – ou de várias indústrias –, a capacidade de controle dos preços de seus produtos, o volume de sua produção e o planejamento eficiente de seus investimentos. Esse modelo estava consolidado em Cuba, mesmo com a existência de milhares de *chinchales* (pequenas indústrias artesanais) e serviu de base, após a revolução de 1959, para experiências defendidas por alguns dirigentes e intelectuais, como Che Guevara e seu grupo. Muitas empresas, por conseguinte, haviam surgido na ilha durante o governo de Batista, desde fábricas de produtos lácteos até de refrigerantes. A International Telephone and Telegraph, Esso, Texaco, Sinclair Oil, Lone Star Cement, U. S. Rubber, Firestone, American Agricultural Chemicals, Procter and Gamble, entre outras, instalaram-se na ilha. O capital aplicado nas indústrias, como se pode constatar, saía em forma de lucros novamente para o país de origem. É importante lembrar que essas empresas já surgiram "grandes". Não houve um processo de concentração e centralização a partir da expropriação, fusão e substituição de pequenas companhias ao longo do tempo em alguns setores da economia cubana. Ou seja, as empresas norte-americanas já entraram em Cuba consolidadas.

A produção de borracha e pneus estava monopolizada pela U.S. Rubber e a Firestone; aproximadamente 80% da produção de sabão eram controlados pela Palmolive e Procter and Gamble; em torno de 80% das máquinas para engenhos eram produzidas por uma só empresa em Sagua la Grande; duas fábricas de papéis de Havana supriam toda a demanda do país; a American Agricultural Chemicals produzia quase todos os fertilizantes usados na ilha; toda a produção de *rayon* estava nas mãos da Rayonera de Matanzas; quase toda a produção têxtil era controlada pela Textilera Ariguanabo. Esses monopólios controlavam diversos ramos da



produção e fixavam preços, com a conivência e o apoio do governo local.

Análises politicamente mais conservadoras apontam para uma interpretação diferente dos anos que antecederam a revolução. Cuba, em 1952, ocupava o terceiro lugar em renda *per capita* na América Latina; era o segundo país com maior consumo de carne *per capita* do continente; o segundo em milhas de estradas pavimentadas por mil milhas quadradas de território; o segundo na proporção de médicos em relação à população e o terceiro no nível de salários pagos a 500 mil trabalhadores na indústria açucareira. Teria superado todas as repúblicas da América Central juntas em volume de exportações e ainda havia paridade do peso com o dólar. Um relatório do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird) publicado em 1951 declarava que "a impressão geral dos membros da Missão, oriunda das observações e viagens por toda Cuba, é a de que o nível de vida dos fazendeiros e dos trabalhadores dos campos, das indústrias, dos armazéns e de outros, é mais elevado, em todos os sentidos, que o de grupos semelhantes de outros países tropicais". O documento do Banco Mundial, por outro lado, sugeria que Cuba deveria tentar se tornar menos dependente do açúcar e colocar maior ênfase na diversificação de outras atividades; expandir e criar novas indústrias de produtos derivados, ou que usassem o açúcar como matéria-prima; promover exportações de outros produtos para reduzir o *status* do país como monoprodutor, ajudando, assim, a aumentar a renda total nacional e incrementar o número de empregos em setores distintos, como o mineiro e o de processamento de alimentos; e aumentar a produção para consumo interno. Já o Departamento de Comércio dos Estados Unidos, em 1956, apresentava Cuba como tendo uma renda nacional que dava ao povo um dos mais altos padrões do continente. Mas recordava que o único desenvolvimento importante na primeira metade daquela década havia ocorrido com a mecanização da indústria de exportação de charutos – com um aumento nas vendas externas – e a exportação de cera feita a partir da cana-de-açúcar, o produto tradicional do país.

A classe trabalhadora cubana era relativamente grande em comparação com o resto da população. De acordo com o censo de 1953, havia aproximadamente 327.208 operários nas indústrias, 395.904 no setor de serviços, 232.323 no comércio e 104.003 nos transportes, totalizando 1.059.438, ao mesmo tempo que no setor agrícola o número era de 818.906 trabalhadores, maior do que qualquer outro individualmente, mas menor em relação ao

conjunto. A população cubana contava, na época, com aproximadamente 6 milhões de habitantes, enquanto os sindicatos diziam ter em seus quadros em torno de 1 milhão de filiados. No final da década, o país possuía um automóvel para cada grupo de 39 pessoas e um aparelho de rádio em cada 5. Em torno de 57% da população era urbana, sendo que mais da metade vivia em cidades com mais de 25 mil habitantes, e um terço em quatro cidades com mais de 100 mil pessoas. Um sexto da população vivia em Havana, enquanto um terço de toda a população nacional era considerada de classe média. Já as habitações dos estratos médios urbanos eram relativamente confortáveis, embora as moradias da população de baixa renda, especialmente no campo, fossem de má qualidade. Assim, alguns autores – como Theodore Draper, Harry Oshima, Felipe Pazos e Eugene Stanley – rejeitavam o termo "subdesenvolvimento" para o caso cubano, já que, para estes, as diferenças econômico-sociais dos países do Terceiro Mundo eram tantas que a designação não poderia abarcar todas as situações de forma igual, inclusive a da ilha, que mostrava alguns índices favoráveis. Felipe Pazos chegou a dizer que Cuba deveria ser classificada como país "semidesenvolvido". De acordo com Theodore Draper, em 1958 a renda *per capita* do país era de US$ 356, maior do que, por exemplo, a do México, de US$ 263 naquele mesmo período, o que para o estudioso era um sinal favorável para a economia. O país teria a terceira maior renda *per capita* da América Latina, superado apenas por Argentina e Venezuela. Já a expectativa de vida era de 58,8 anos. Em torno de 70 jornais eram publicados em Cuba, 18 somente em Havana. Os maiores periódicos publicavam 580 mil exemplares diariamente. Os índices de 1957 mostram que havia um médico para cada 998 pessoas; um dentista para cada grupo de 3.052 habitantes; 24 telefones para cada mil indivíduos; e 176 rádios para o mesmo número de pessoas.

Os autores mais conservadores não concordavam também com o rótulo de país "monoprodutor" para a ilha. Os trabalhadores das indústrias de açúcar, níquel e tabaco recebiam salários equiparados aos dos operários norte-americanos. Essas indústrias, assim como os canaviais, representariam uma diversificação na produção, juntamente com outras menores, também com salários "altos", como as de fibras sintéticas, detergentes, vidro, refino de petróleo, refrigerantes, rum e cerveja. Cuba ainda produzia têxteis, calçados e extrativos minerais, com uma base salarial menor. Portanto, os críticos admitiam a possibilidade de haver um modelo "monoexportador"



na ilha, mas não "monoprodutor". Em 1954, por exemplo, a parcela de contribuição da indústria açucareira em sua totalidade foi de 25% da renda nacional, apesar de esse produto representar em torno de 80,2% do volume de exportações nacionais. Por outro lado, estudiosos cubanos observam que os números favoráveis *per capita* de Cuba antes da revolução não representavam a realidade do país, já que redistribuíam para toda a população supostos benefícios de um grupo específico que possuía mais do que outros, ligado à classe média dependente das grandes empresas ou do setor burocrático estatal, não correspondendo ao que ocorria de fato no resto da ilha.

Na prática, a situação mostrava-se bastante complexa. O desemprego era um problema crônico para a saúde econômica da ilha. Cerca de 25% da força de trabalho encontrava-se desempregada no começo dos anos 1950, enquanto 75% dos trabalhadores tinham emprego em base anual. Isso demonstrava que uma significativa parcela da população dependia de trabalhos sazonais ou temporários. O açúcar representava mais de 75% das exportações do país, mas os trabalhadores só eram necessários durante um período de três ou quatro meses durante o ano. Entre os anos de 1956 e 1957, o desemprego foi de 9% durante a safra e 20% depois dela.

Um grupo, classificado de "mal-remunerados", trabalhava 40 horas semanais. Em 1958, numa força de trabalho de 2,204 milhões de trabalhadores, 549 mil, em média, estavam desempregados. Num painel de investimentos globais de US$ 650 milhões, aproximadamente US$ 300 milhões vinham diretamente de empresas norte-americanas, que controlavam pelo menos 30 das 161 usinas açucareiras da ilha. A renda *per capita* média dos trabalhadores cubanos entre 1950 e 1954, de acordo com números apresentados por Leo Huberman e Paul Sweezy, era de aproximadamente US$ 312, o equivalente a cerca de US$ 6 por semana. Já o índice de crescimento econômico médio anual de Cuba estava em torno de 1,5%, um dos mais baixos do planeta. O informe de 1957 da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) afirmava que, de um total de US$ 58,5 milhões em investimentos diretos efetuados na ilha no ano anterior, US$ 41,4 milhões haviam sido transferidos novamente para o exterior; enquanto isso, a dívida externa chegava a US$ 788 milhões na mesma época. Os empréstimos externos de curto e médio prazos conseguidos pelos bancos oficiais,

que haviam chegado a US$ 90,9 milhões em 1955, foram reduzidos para US$ 23 milhões em 1956 e foram para US$ 27,1 milhões em 1957, mostrando o grau de insatisfação dos credores estrangeiros com o governo do país. Já as reservas internacionais foram de US$ 500 milhões em 1952 para US$ 100 milhões no final da década. Isso enquanto os principais grupos monopolísticos dos Estados Unidos investiam e controlavam grande parte do setor produtivo cubano. O grupo Rockefeller era o mais importante acionista da Moa Bay Mining, Freeport Sulphur Co., Nickel Processing Corp., Goodyear Tire and Rubber, Standard Oil e Chase Manhattan Bank; a Morgan, da Sun Oil, Coca-Cola, Cuban Tobacco, B. F. Goodrich e Procter and Gamble; a Sullivan & Cromwell, da King Ranch, Pepsi-Cola, Sears, Woolworth; o First National Bank, da First National Bank, Grace and Co., Owens Illinois Glass, Phelps Dodge e Compañia Cubana de Teléfonos; o Grupo de Chicago, da Swift and Co., Armour and Co., assim como da Liquid Carbonic of Cuba; os Manufacturers Hanover Trust, da Compañia Cubana de Electricidad, Colgate e Palmolive; entre outras empresas. Todas essas companhias também tinham capital investido na produção açucareira. As novas indústrias que haviam sido implantadas em Cuba durante o governo de Batista utilizavam, de forma geral, 74% de matérias-primas importadas. Isso correspondeu, de 1948 a 1958, a um aumento de 32% para 35% na utilização desses materiais. Paralelamente, faltava uma política de localização racional do parque industrial da ilha. Um ano antes da revolução, a província de Havana, que possuía 25% da população, tinha em suas mãos 75% de toda a produção industrial não-açucareira do país.

A necessidade de real diversificação e criação de um mercado interno amplo era clara e explicitada em vários documentos de diferentes organismos internacionais. Poder-se-ia argumentar, contudo, se essas medidas ocorreriam efetivamente, no estado em que se encontrava aquele país, sem a excessiva ingerência dos Estados Unidos nos assuntos internos de Cuba. Dificilmente a ilha conseguiria um desenvolvimento relativamente independente sem uma mudança real nas instâncias de poder e na relação com os norte-americanos. Somente uma revolução poderia modificar as estruturas agrária e industrial *profundamente,* afetando os interesses dos monopólios externos, assim como direcionar os investimentos para as áreas estratégicas, tanto no setor social como no produtivo. Isso implicaria uma modificação no relacionamento entre classes sociais internamente e entre países no campo da política externa, o que era algo delicado e difícil de se fazer em outras circunstâncias.



Em 1956, no exílio no México, Fidel conseguirá organizar um grupo de 82 homens, que, depois de treinados durante três meses pelo veterano da Guerra Civil espanhola, o coronel Alberto Bayo, iria desembarcar em Cuba na famosa expedição do *Granma*. A partir daí, começaria a etapa armada da revolução, a guerra de guerrilhas, na área rural. Estes preparativos estavam sendo feitos em coordenação com o *Directorio Revolucionario,* encabeçado por José A. Echeverría. O desembarque deveria coincidir com uma insurreição em Santiago, preparada por Frank País, para o dia 30 de novembro. O barco, contudo, sobrecarregado, repleto de homens mareados e que navegava muito lentamente, chegou depois do prazo combinado, encalhando no dia 2 de dezembro em Las Coloradas, onde foi recebido a tiros pelas tropas do exército regular.





Nessa altura, a tentativa de insurreição em Santiago já havia ocorrido. Durante algumas horas, houve um novo assalto ao quartel Moncada, a tomada da delegacia de polícia, uma greve dos trabalhadores de Guantánamo e a ocupação de uma central açucareira. Em Holguín e Matanzas, outras ações similares ocorreram. Mas o governo rapidamente controlou a rebelião.

Dos 82 guerrilheiros do *Granma,* apenas 12 sobreviveram (alguns autores afirmam que foram 16), e depois de se reagruparem, alguns dias mais tarde, começaram a atuar na região da Sierra Maestra. Enquanto isso, o *Directorio* agia em Havana, tentando levar a cabo ações ousadas contra o governo Batista, sem sucesso. Muitos de seus membros foram torturados e executados.

Setores da burguesia também se interessavam pelos acontecimentos. Felipe Pazos, antigo presidente do Banco Nacional, Roberto Agromonte, ligado ao Partido Ortodoxo e Raúl Chibás, presidente do mesmo partido, se encontraram com Fidel nas montanhas e assinaram um documento conhecido como "Manifesto da Sierra Maestra", em que defendiam a formação de uma frente de todos os partidos oposicionistas ao regime; a recusa de mediação estrangeira ou a constituição de um governo provisório; uma

reforma agrária que devolvesse a terra aos camponeses expropriados; e a distribuição de terras não utilizadas aos trabalhadores rurais.

Os setores burgueses deram mais um exemplo de que não só queriam participar, mas tirar das mãos do Exército Rebelde e da ala mais radical do Movimento 26 de Julho a direção do processo revolucionário e tomar o controle da situação. Na Flórida, representantes do Partido Autêntico, do Diretório Revolucionário e Felipe Pazos (que falava em nome dos setores mais conservadores do M-26-7) se reuniram e assinaram um documento conhecido como Pacto de Miami. Esta reunião, supostamente apoiada pela CIA e que foi organizada por Jules Dubois, presidente da Associação Interamericana de Imprensa, decidiu que depois da revolução o Exército Rebelde liderado por Castro seria desarmado e integrado ao exército regular, e que uma junta de "libertação" teria o poder de aprovar ou não a composição de um gabinete proposto pelo novo presidente, que seria Felipe Pazos, escolhido para ocupar o posto por Agramonte (dos ortodoxos) e Prío Socarrás (dos autênticos), os signatários deste documento.

Fidel, indignado, não reconheceu esta manobra política e disse que o futuro dirigente do país seria Manuel Urrutia, que teria o poder de decidir quem seriam os seus ministros. De acordo com Castro, o M-26-7 teria a responsabilidade de manter a ordem pública e reorganizar o exército do país.

Só no final do processo revolucionário, o PSP anunciou seu apoio à guerrilha, que antes fora considerada por este partido como um grupo de pequeno-burgueses putschistas e democráticos. Enquanto isso, os setores urbanos do Movimento continuavam a atuar intensamente em Havana. Em 1958, as ações se intensificam. O campeão mundial de Fórmula 1, o argentino Juan Manuel Fangio, foi seqüestrado pelo M-26-7, o que deu uma visibilidade internacional para o Movimento. Foi inaugurada, no mesmo ano, a Rádio Rebelde, transmitindo diretamente da Sierra Maestra e rompendo com o monopólio de informações do governo. A Segunda Frente "Frank País", comandada por Raúl Castro, começou a atuar no noroeste do Oriente, enquanto era criada a Terceira Frente a oeste de Santiago. Camilo Cienfuegos atuava entre as cidades de Manzanillo, Holguín e Tunas.

Uma greve geral foi marcada para abril daquele ano, organizada pela FON (Frente Operária Nacional), grupo criado pelo Movimento



26 de Julho para atuar no setor sindical. Nela participariam os estudantes da FEU e a *Resistencia Civica* (representante dos setores burgueses urbanos). O PSP não foi convidado a participar. O M-26-7 seria o responsável por coordenar tudo isso. Ainda que no dia 9 de abril a greve fosse decretada e lutas e manifestações ocorressem em diversas cidades, a falta de um melhor preparo levou o evento ao fracasso. Houve, por certo, uma paralisação total em Santiago, Camagüey, Pinar del Rio e Cienfuegos. Mas em Havana, a polícia conseguiu reprimir duramente os rebelados e venceu a resistência.

Acreditando que o fracasso da greve era sinal de fraqueza dos rebeldes, Batista resolveu iniciar uma grande ofensiva, apoiada pelos Estados Unidos, para destruir a guerrilha castrista, utilizando 14 batalhões, 7 companhias e 10. 000 soldados apoiados por aviões. Mesmo com todo esse poderio militar, a ditadura teve pouco sucesso na empreitada. Depois de algumas semanas, os guerrilheiros, por sua vez, deram um duro golpe no regime. Após três dias de combates, os rebeldes tomaram material militar, radiotransmissores e o livro de códigos secretos do exército. Com isso, puderam saber, antecipadamente, quais seriam as movimentações do inimigo. Com a vitória esmagadora na Batalha de El Jigüe, o M-26-7 tomava definitivamente a dianteira e destruía as ilusões de Batista em relação a acabar com o Movimento, que aumentava sua atuação coordenada nas áreas urbanas e rurais.

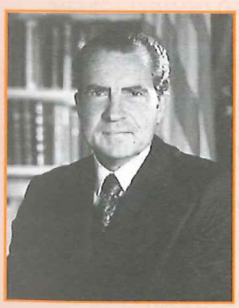
A partir daí, começa a ofensiva final do Movimento. Colunas comandadas por Camilo Cienfuegos e Che Guevara invadem a parte ocidental da ilha. Em dezembro, a coluna de Cienfuegos sitiava Yaguajay; Che Guevara vencia a famosa Batalha de Santa Clara; e as tropas de Raúl se aproximavam de Santiago. No dia 1º de janeiro, Batista assina sua demissão e foge para a República Dominicana. Em seguida, Fidel Castro anuncia pela Rádio Rebelde uma greve geral, para evitar qualquer manobra oportunista de outros grupos que quisessem ficar no poder. Nesta situação, as tropas de Camilo Cienfuegos e Che Guevara entram em Havana e controlam os quartéis de Columbia e La Cabaña. E alguns dias depois, Fidel Castro entra na capital do país.



A revolução que triunfou em 1º de janeiro de 1959 traria a possibilidade de grandes mudanças, que não viriam facilmente. É bom lembrar que aquela foi uma revolução democrático-nacional, e não uma revolução socialista. Mas, por diversos fatores internos e externos, ela transitaria, em etapas aceleradas, ao socialismo.

Naquela época, entre 75% e 80% do comércio exterior de Cuba se dava com os Estados Unidos, que controlavam mais de 75% das exportações da ilha. Mesmo fazendo declarações em diversos atos públicos, nos primeiros meses da revolução, sobre a reforma agrária e a industrialização do país, Fidel Castro ainda tentou uma aproximação com os Estados Unidos. Seus discursos, até então, não preocuparam demasiadamente os monopólios norte-americanos.

Em sua visita a Washington, Castro manteve conversações sobre a economia cubana – principalmente sobre o comércio de produtos como o tabaco e o açúcar – com o secretário de Estado Christian Herter, sem, contudo, aprofundar-se nas discussões. De forma geral, o governo dos Estados Unidos não deu a devida importância à visita do "líder máximo" da revolução, já que o presidente Eisenhower deixou de se encontrar com Fidel porque supostamente estaria jogando golfe durante a permanência do dirigente cubano no país. O então vice-presidente Richard Nixon, que já naquela ocasião apontaria Castro como "perigoso" e "comunista", foi designado para acompanhá-lo em sua estadia, o que mostrava implicitamente certa desconfiança em relação ao novo governo da ilha. De qualquer forma, nessa viagem Castro conversou com o embaixador Mikhail Menshikov, o que representou seu primeiro encontro com uma autoridade soviética após a revolução.





Os interesses dos monopólios do "Colosso do Norte" seriam abalados com uma série de leis de desapropriação e nacionalização de terras e empresas. Como afirmamos anteriormente, somente uma revolução poderia tocar profundamente na relação de classes e na propriedade dos meios de produção no país. Como o açúcar era o principal produto cubano, e como grande parte da população era composta por um campesinato sem-terra ou um proletariado rural desempregado, seria fundamental modificar a estrutura agrária. Apenas 114 latifundiários ocupavam 20% de todas as áreas cultiváveis de Cuba, e 30% das pessoas dedicadas à agricultura eram proprietárias do solo. Aproximadamente 100 mil cubanos encontravam-se em categorias como arrendatários, subarrendatários e precaristas. Cuba possuía cerca de 159 mil fazendas, numa área total de 676 mil *caballerías,* com 20% destas – ou seja, 32 mil propriedades – ocupando apenas 6.410 *caballerías:* menos de 1% do total nacional. Já outras 30 mil fazendas – em torno

de 19% do total – ocupavam 15.700 *caballerías,* ou 2,32% da terra. Em outras palavras, 39% das fazendas de Cuba ocupavam apenas 3,27% de toda a área agrícola do país. No âmbito mais geral, 157 mil fazendas ocupavam 359 mil *caballerías,* ou 53% da área total. As fazendas que tinham entre 75 e 372 *caballerías* eram controladas por 780 proprietários, aproximadamente 0,5%, que concentravam 107 mil *caballerías,* ou 16% do total. A lei de reforma agrária iria modificar essa situação. A primeira lei de reforma agrária, de 17 de maio de 1959, proibiria o latifúndio, indicando como o "mínimo vital" por pessoa duas *caballerías* – o equivalente a 27 hectares –, e uma área máxima de 30 *caballerías,* ou 402,6 hectares. A propriedade que excedesse esse limite seria expropriada e distribuída para o campesinato despossuído. As terras até 30 *caballerías,* por outro lado, não seriam expropriáveis, com exceção das partes utilizadas por arrendatários ou precaristas.

A lei contemplava ainda um limite de 100 *caballerías,* ou 1.342 ha, para propriedades que produzissem arroz e cana-de-açúcar, já que o rendimento destas áreas chegava a 50% a mais que a média nacional; proibia contratos de parceria; dividia o país em 28 Zonas de Desenvolvimento Agrário (ZDA), que se tornaram uma unidade administrativa intermediária entre a municipalidade e a província; fornecia créditos estatais para cooperativas; e indenizava os proprietários de latifúndios desapropriados num prazo de até 20 anos, com juros de 4,5% anuais, com os chamados Títulos da Reforma Agrária. A primeira lei da reforma agrária eliminou o latifúndio e redistribuiu aproximadamente 67% das terras para os pequenos produtores e para o governo revolucionário. Também isentou os camponeses de pagarem aluguel, assim como acabou com a exploração de intermediários e usurários. Possibilitou a criação de um mercado interno a partir de uma redistribuição de renda mais eqüitativa no país e ajudou a diminuir a curto prazo o crônico desemprego no campo. Esse processo também criou o Instituto Nacional da Reforma Agrária (Inra), uma instituição poderosa que funcionava quase como um governo paralelo; formou "tribunais da terra"; expropriou propriedades ociosas por dois anos; e permitiu a transferência de títulos de terra somente por herança, enquanto as vendas só poderiam ser feitas para o Estado ou com a autorização do Inra, órgão competente na questão. De acordo com a nova legislação, somente cubanos poderiam adquirir terras, mas proprietários estrangeiros não eram proibidos de manter suas propriedades, desde que estivessem nos limites estipulados. Todas as divisões,

subdivisões e vendas de terra ocorridas após a revolução foram consideradas nulas.

As expropriações começaram lentamente e, 10 meses depois da lei, em torno de apenas 850 mil hectares haviam sido confiscados, e 40.200 hectares distribuídos a 6 mil beneficiários. A partir de janeiro de 1960, contudo, o ritmo de desapropriações e distribuição de terras aumentou. Até junho de 1961, 3,8 milhões de hectares de terra já haviam sido expropriados. De acordo com números do governo cubano da época, essas medidas beneficiaram 55.785 colonos (89,55% do total), 74.415 criadores de gado (82,74%), 50 mil cafeicultores, arrozeiros e produtores de frutas, assim como 50 mil trabalhadores agrícolas e proletariado rural. A reforma agrária fez com que 85% dos agricultores deixassem de pagar aluguel de terras e aumentou em 60% o poder aquisitivo do campesinato de forma geral. Ainda que a diversificação agrícola não tenha sido tão profunda a ponto de mudar radicalmente o painel econômico do país, foi relativamente significativa em comparação com os anos anteriores, já que, de 1958 a 1960, a produção de arroz cresceu 28%, a de milho, 26%, a de algodão, 400%, a de feijão, 39%, a de batata, 21%, e a de tomate, 108%. É bom recordar que, antes da revolução, o rendimento da terra por *caballería* era menor do que sua capacidade real. A subutilização da terra pelos monopólios implicava que estas empresas acabavam adquirindo propriedades como reserva de valor e para futuras expansões agrícolas, quase sempre para a produção de açúcar. Uma melhor utilização do terreno possibilitaria maior produtividade por hectare e, conseqüentemente, a liberação do restante das terras para a produção de outras culturas.

A lei de reforma agrária e outras medidas nacionalizantes foram suficientes para preocupar os investidores norte-americanos na ilha, que consideraram as medidas muito mais "drásticas" do que imaginavam, já que poderiam prejudicar não só as companhias dos Estados Unidos como a própria economia cubana, ao desincentivar novas inversões estrangeiras. Isso poderia levar o Congresso em Washington a revisar a lei açucareira e baixar a cota de importação do produto. Em 21 de maio de 1959, numa reunião ordinária da Cepal que se realizava no Panamá, a delegação cubana, presidida pelo então ministro da Economia, Regino Boti, recomendou que a reforma agrária recente fosse considerada pela comissão como um dos principais meios de melhorar e aumentar a produção agrícola, elevar o nível de vida



do campesinato e preparar o caminho para a industrialização; a proposta foi aprovada por unanimidade, com exceção dos Estados Unidos, que sugeriram incluir no texto a expressão "sempre que apropriado" na parte do documento referente à reforma agrária como um dos instrumentos adequados para o desenvolvimento econômico dos países do continente. Uma nota diplomática assinada pelo então secretário de Estado Christian Herter e enviada às autoridades cubanas expressava preocupação com a lei agrária cubana em relação às compensações dos cidadãos norte-americanos que tiveram suas terras desapropriadas, lamentando que os dirigentes da ilha não tivessem ouvido o critério dos investidores afetados. Em carta àquele secretário, o então ministro das Relações Exteriores de Cuba, Raúl Roa, respondeu que a destruição do latifúndio e a redistribuição de terra eram fundamentais para que Cuba não continuasse economicamente estancada e para que não aumentasse o ritmo de desemprego. Roa recordou os enormes fundos retirados do país e depositados em bancos estrangeiros e não admitiu nenhuma sugestão ou proposta que pudesse fragilizar a soberania nacional.

Com o aumento das pressões de Washington sobre Havana, a American and Foreign Power Company, subsidiária da Electric Bond and Share e matriz da Compañia Cubana de Electricidad (CCE), cancelou, no final de agosto de 1959, um financiamento de US$ 15 milhões, já que o governo cubano reduzira em 30% as tarifas de eletricidade no país, o que representara uma perda de 20% de seus lucros. Al Powell, diretor da zona do Caribe do escritório de Comércio Exterior dos Estados Unidos, informou no início de setembro que os interesses dos produtores de arroz estadunidenses estavam comprometidos – já que exportavam US$ 37,5 milhões por ano a Cuba –, e também os dos investidores do ramo têxtil, que se sentiam preocupados com os rumos econômicos do novo governo. No início de janeiro de 1960, um grupo de assessores jurídicos do governo dos Estados Unidos recomendou a redução do preço que Washington pagava pelo açúcar cubano – o que representaria uma perda imediata de US$ 150 milhões –, assim como o congelamento dos fundos de Cuba naquele país e a proibição de viagem de turistas norte-americanos à nação caribenha.

Alguns observadores, contudo, eram mais cautelosos. Um artigo do *New York Times* de 8 de janeiro daquele ano advertia que tais medidas poderiam fortalecer Castro e seriam um indicativo do fracasso da "tradicional" política de "boa vizinhança". O senador Kenneth Keating, apesar disso, sugeriu que os Estados Unidos comprassem

menos açúcar de Cuba como represália ao confisco de propriedades norte-americanas, enquanto outro congressista, o deputado Keith Thompson, elaborou um projeto de lei que propunha privar Cuba de qualquer participação no eventual aumento do consumo do produto de seu país. Naquele mesmo mês, o senador George Smathers, em visita ao Equador, conversou com o presidente Ponce sobre a possibilidade do aumento da cota açucareira para exportação aos Estados Unidos.

O governo norte-americano começava a preparar uma série de medidas contra a ilha. Os projetos tinham como objetivo tentar aumentar a influência sobre outros governos do continente para conter os "impulsos" de Fidel Castro e seu grupo; escrever uma nova lei açucareira, para dar aos Estados Unidos poderes de reduzir ou eliminar subsídios; estabelecer uma tarifa de US$ 1,25 para o açúcar; usar o total de sua arrecadação para indenizar seus investidores nacionais prejudicados; e criar uma rádio para promover propaganda contra o novo governo. Todos esses fatos fizeram com que Cuba começasse a procurar alternativas para seu comércio exterior. A União Soviética seria a opção.

Os soviéticos haviam reconhecido o governo revolucionário em 10 de janeiro de 1959 e comprado em torno de 500 toneladas de açúcar naquele ano, aproximadamente o mesmo de 1955, o que era muito pouco em termos gerais. Uma delegação operária soviética também havia sido convidada para o Primeiro de Maio em Havana, mas não compareceu por não conseguir os vistos a tempo. Mesmo que alguns sindicalistas da União Soviética tivessem ido à ilha e que um alto funcionário do serviço de inteligência soviético visitasse por duas vezes o país, a relação entre os dois governos era tímida. Somente em outubro de 1959 é que começaram a ocorrer tentativas de aproximação mais sólidas, a partir de um encontro entre Fidel Castro e Alexander Alexeiev, agente da KGB (órgão de segurança do Estado soviético) e correspondente da agência de notícias Tass, enviado pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS) como negociador. Foi nessa reunião que pitorescamente se estreitaram os laços de amizade entre os dois países e se iniciaram as conversas para acordos comerciais importantes. Na ocasião, surgiu a idéia de trazer Anastas Mikoyan (então primeiro vice-presidente do Conselho de Ministros da União Soviética) a Cuba para inaugurar uma exposição industrial, programada para ser iniciada no México em novembro e que poderia depois ser



levada para Havana. Isso estimulou Alexeiev a ir ao México conversar pessoalmente com Mikoyan, que aceitou a proposta, chegando em Cuba no dia 4 de fevereiro de 1960, para uma visita de 9 dias. Nesse período, inaugurou a exposição soviética de ciência, tecnologia e cultura no Museu de Belas Artes de Havana – que duraria 21 dias –, visitou cooperativas em Pinar del Río, Camagüey e Oriente, esteve em Ciénega de Zapata e Ilha de Pinos e, pouco antes de partir, assinou um comunicado conjunto com as autoridades cubanas, no qual afirmava a intenção de ampliar e fortalecer os vínculos entre os dois países nos campos de cooperação econômica, ajuda técnica e intercâmbio cultural. Também foi firmado um acordo comercial formalizando a compra de 5 milhões de toneladas de açúcar a preços internacionais entre 1960 e 1964 pela União Soviética, que equivaleriam a 325 milhões de pesos, com uma média anual de 65 milhões de pesos. Entre outros produtos que seriam vendidos à União Soviética, estavam frutas diversas, sucos, conservas, couro e pimenta, o que deixaria um saldo líquido de US$ 36,5 milhões em 1960, e de até US$ 15 milhões anuais nos anos subseqüentes. Por outro lado, a União Soviética concedeu um empréstimo de US$ 100 milhões, com juros de 2,5% ao ano, com um prazo de pagamento de 12 anos.

Os acordos com os soviéticos causaram especulações na imprensa ocidental e no governo norte-americano, que acreditavam estar ocorrendo uma "manobra" da União Soviética para aumentar seus estoques de açúcar, revender o produto a outros países ou tentar aumentar o padrão de vida de seus cidadãos. Em realidade, a União Soviética era o primeiro produtor de açúcar do mundo, com mais de 6 milhões de toneladas anuais. O consumo interno do produto, contudo, era baixo, apenas 21 quilos por pessoa. De acordo com o plano septenal, em 1965 a União Soviética deveria estar produzindo 10 milhões de toneladas, o que não significaria que isto viesse a suprir por completo o mercado interno e a eliminação das importações da ilha, já que a intenção era também de aumentar o consumo *per capita* para 44kg. Devemos recordar que, na época, entre os países desenvolvidos, apenas Estados Unidos, Inglaterra e Canadá tinham consumo *per capita* acima dos 40kg. Nações como a Itália, com 19kg, Alemanha, com 30kg, e França, com 31kg, mantinham seu consumo em níveis inferiores aos citados anteriormente. Para que a União Soviética pudesse igualar os níveis de consumo dos Estados Unidos, teria, portanto, de continuar importando o produto. Isso significava que a União Soviética não só iria manter suas importações de açúcar cubano como poderia inclusive aumentar sua cota

para 3 milhões de toneladas anuais depois de terminado o acordo. De qualquer forma, o acordo com os soviéticos garantiria até 1964 uma venda anual antecipada de 1 milhão de toneladas, o equivalente a metade de todas as exportações cubanas desse artigo para o mercado mundial em 1959.

Já as críticas ao próprio acordo eram inconsistentes, considerando que várias cláusulas do convênio demonstravam explicitamente o caráter das negociações. Os termos do documento afirmavam que todo o açúcar comprado pela União Soviética seria destinado para o mercado interno e não seria reexportado, ou seja, não seria desviado para outros mercados que fossem importadores habituais deste item cubano.

De 1955 a 1959, a União Soviética comprou açúcar cru cubano por US$ 165 milhões, sem que Cuba comprasse nenhum artigo da União Soviética. Por isso, os cubanos decidiram também abrir seu mercado para os soviéticos, com um compromisso de gastar 80% dos valores recebidos do açúcar em mercadorias daquele país e os outros 20% a ser pagos em dólares. Já o crédito de US$ 100 milhões não era novidade para os soviéticos, que pouco antes haviam negociado um crédito do mesmo valor com a Argentina, para financiar a produção petrolífera e reparos na malha ferroviária. Em relação a amortização e juros, estes começariam a ser pagos não sobre todo o crédito, mas apenas sobre parte dele. Este pagamento não seria em divisas, mas com produtos cubanos. Como Cuba não conseguia obter créditos do Bird e de outros organismos e anteriormente estava recebendo somente empréstimos de empresas norte-americanas com interesses no país – o que era, de acordo com o governo revolucionário, um atrelamento excessivo ao capital estrangeiro –, decidiu aceitar a oferta dos soviéticos.

É interessante lembrar que a União Soviética, de 1948 a 1960, proporcionou aos países do bloco socialista mais de 28.800 documentos técnicos para a fabricação de diferentes máquinas, equipamentos e aparatos. Em 1955, a soma total de créditos e outras obrigações financeiras da União Soviética na prestação de assistência econômica e técnica aos países em desenvolvimento chegava a algumas dezenas de milhões de rublos. No início dos anos 1960, era superior a 10 bilhões de rublos em divisas. Isso com juros de 2,5% ao ano. A União Soviética possuía na época 206 mil empresas industriais e mais 100 mil em fase de construção. Tinha aproximadamente 200 milhões de consumidores e US$ 120 bilhões anuais em operações



no mercado interno. O orçamento da União Soviética no final dos anos 1950 estava em torno de US$ 140 bilhões – quase o dobro do orçamento dos Estados Unidos –, reinvestindo 50% de seu capital na expansão industrial.

O fato é que, mesmo supostamente sendo uma superpotência "econômica" e militar, a maior parte da população do país ainda vivia em estado de extrema dificuldade. Se considerarmos que havia falta de diversos bens de consumo e que sua qualidade era duvidosa, podemos imaginar que esse capital investido ou emprestado a outros países poderia ter sido utilizado internamente para elevar o nível de vida da população em geral. Isso pode demonstrar, até certo ponto, um interesse político dos dirigentes soviéticos em garantir relações próximas e amigáveis com diversos países socialistas e em desenvolvimento.

A aproximação da União Soviética também parecia a alguns críticos ocidentais uma forma de ter maior influência política dentro do governo da ilha. Mesmo assim, o governo cubano ainda tentou manter relações "normais" com os Estados Unidos, que cada vez mais endureciam suas posições. Em diversas cartas entre autoridades de alto escalão dos dois países, pode-se notar a deterioração gradual das relações entre Cuba e o governo norte-americano, com todos os pedidos de auxílio econômico dos dirigentes da ilha sendo ignorados ou recebidos de forma áspera pelos norte-americanos. Dos primeiros meses de 1960 em diante, as solicitações de compra de helicópteros para uso agrícola e até mesmo aquelas de ajuda humanitária foram sistematicamente rejeitadas pelos Estados Unidos.

Enquanto isso, já vinha ocorrendo um intenso processo de nacionalização e estatização de muitas empresas. Uma série de indústrias passou para as mãos do governo, com uma produção total de US$ 2,933 milhões na época, como a Textilera Ariguanabo, com 3.049 trabalhadores e uma produção equivalente a US$ 1,5 milhão; a Betroma, com 679 operários; a Concordia Textil, com 635 funcionários; a Fábrica Cubana de Tecidos, com 589; entre outras. Também foram para o Estado a Cubanitro, com 270 trabalhadores; a Rayonera de Matanzas, com 1.308; assim como a Antillana de Acero, a Fábrica Cubana de Acero e Aceros Unidos de Cuba. Até meados de 1960, o governo já controlava 40% das terras, 37,6% da indústria não-açucareira e grande parte da produção industrial. Desde o começo de 1959, haviam ocorrido intervenções na CCE e a subseqüente diminuição nas tarifas elétricas; corte de até 50% no pagamento de aluguéis; um imposto de 25% sobre exportação a de minerais a ser pago pelos monopólios; a Lei nº 851, de 6 de julho

de 1960, confiscando e nacionalizando todas as empresas estadunidenses; e, até o final desse ano, a promulgação da lei de reforma urbana e a completa nacionalização de todos os bancos e de praticamente todas as empresas monopolistas estrangeiras. O crescimento industrial, que em 1959 havia sido de 17%, chegou a 25% no ano seguinte. Já o PIB nos dois primeiros anos da revolução atingiu os 10,5% anuais.

O aumento das tensões internas – com elementos contra-revolucionários utilizando propaganda e sabotagens dentro do país –, o apoio "implícito" de agências do governo norte-americano a esses atos, assim como o endurecimento do embargo e pressões econômicas sobre a ilha, foram fatores que contribuíram para o rompimento diplomático entre os dois países, no dia 3 de janeiro de 1961, e para o início do embargo, em 4 de setembro do mesmo ano. Devemos lembrar que durante o governo Batista o sistema de crédito e pagamentos era padronizado, mas após a revolução os Estados Unidos exigiram que o país pagasse imediatamente todas as suas dívidas pendentes – o que era inviável naquelas circunstâncias –, fazendo com que o regime de Castro declarasse que durante 1960 não pagaria seus credores, o que desagradou o governo de Washington e os grupos com interesses no país.

A partir de 1961, podemos identificar diversos elementos marcantes no processo revolucionário. Naquele ano é declarado o caráter "socialista" da revolução e em seguida, ocorre o desembarque de tropas de anticastristas treinados pela CIA na Baía dos Porcos, para tentar destruir o novo regime. Nesta ocasião, Castro teve uma vitória estrondosa. Em 1962, a crise dos mísseis radicaliza as tensões entre Estados Unidos, União Soviética e Cuba, e, após a capitulação da URSS, esta ainda garante, de qualquer forma, que não haveria intervenção militar norte-americana na ilha. Ainda que muitos tenham se decepcionado com a atuação soviética, as relações econômicas e políticas entre os dois países continuaram e se fortaleceram nas próximas décadas. Para o governo e os estudiosos cubanos, sua revolução é vista como um processo longo, contínuo e ininterrupto. Neste sentido, o processo da revolução cubana continua até a atualidade.



Bibliografia consultada

Sobre a Revolução Russa:

BETTELHEIM, Charles. *A transição para a economia socialista.* Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

_____. *A luta de classes na União Soviética. V. 1: 1917-1923, v. 2: 1923-1930*, 2 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BUKHARIN, Nicolai. *A Nova Política Econômica e nossas tarefas*. In: N. BOUKHARINE; L. KAMENEV; E. PREOBRAJENSKY; L. TROTSKY. *La Question Paysanne em URSS (1924-1929).* Paris: Maspero, 1973, p. 151.

CARR, Eric H. *A Revolução Russa de Lênin a Stalin (1917-1929)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Historia de la Rusia Soviética.* Madrid: Alianza Editorial, 1974. 12 vols.

_____. *La Revolución Bolchevique, (1917-1923)*, Madrid: Alianza Editorial, 1974.

COHEN, Stephen. *Rethinking the soviet experience*. Oxford: Oxford University Press, 1985.

_____. *O grande terror. Os expurgos de Stalin.* Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1987.

DEUTSCHER, Isaac. *Stalin*. Londres: Harmondsworth, 1966.

_____. *O profeta armado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966 -1968.

_____. *O profeta desarmado.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966-1968.

_____. *O profeta banido.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966-1968.

_____. *A revolução inacabada.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

HOBSBAWN, Eric. *História do marxismo.* 2 ed., 11 vols. São Paulo: Paz e Terra, 1986-1991.

LENIN, Vladimir I.. *Obras escolhidas.* São Paulo: Alfa-Omega, v. 1, 3 ed., 1986; v. 2, 3 ed., 1986; v. 3, 1980.

_____. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1987a.

_____. *A Nova Política Econômica (NEP): capitalismo de Estado, transição e socialismo.* São Paulo: Global, 1987b.

_____. *O oportunismo e a falência da II Internacional.*

_____. *Teses de Abril.*

LUXEMBURGO, Rosa. *Questões de organização da socialdemocracia russa.* In: *Centralismo Democrático.* Coimbra: Ed. Centelha, 1979.

MARX, Karl. *O Capital*, 3 ed., São Paulo: Nova Cultural, 5 vols., 1988.

MEDVEDEV, Roy. *Le stalinisme. Origines, histoire, conséquences.* Paris, Seuil, 1971.

_____. *Era inevitável a Revolução Russa?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *O socialismo num só país*. In: HOBSBAWN, Eric. *História do marxismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, v. 7, p. 45.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Uma revolução perdida – A história do socialismo soviético.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

RODRIGUES, Robério Paulino. *O colapso da URSS. Um estudo das causas.* Tese de doutorado – USP.

SERGE, Victor. *El año uno de la Revolución Russa.* México, D.F.: Siglo Veinteuno Editores, 1969.

TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. *Stalin. El gran organizador de derrotas.* Buenos Aires: Yunque, 1974.

_____. *A revolução traída.* Lisboa: Antídoto, 1977a.

_____. *A revolução desfigurada.* São Paulo: Ciências Humanas, 1979a.

_____. *A revolução permanente.* São Paulo: Ciências Humanas, 1979b.

Sobre a Revolução chinesa:

BIANCO, Lucien. *Los Orígenes de la Revolución China.* Caracas, Tiempo Nuevo, 1970.

BUJARIN, Nicolai; TROTSKY, Leon. *La Revolución China*. Buenos Aires, Crisis, 1973.

COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Chinesa*. São Paulo, Editora Moderna, 1986.



COLLOTTI PISCHEL, Enrica. *História da Revolução Chinesa*. Lisboa, Europa – América, 1976.

GUILLERMAZ, Jacques. *Histoire du Parti Communiste Chinois*. Paris, Payot, 1972.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Colonialismo y Guerras en China*. México, Roca, 1972.

MENGUY, Marc. *L´Économie de la Chine Populaire*. Paris, Presses Universitaires de France, 1967.

SNOW, Edgar. *La China Contemporánea*. México, Fondo de Cultura Económica, 1965.

SERGE, Victor. *Le Lotte di Classe nella Rivoluzione Cinese de 1927*. Roma, Savonà e Savelli, 1971.

Sobre a Revolução cubana:

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA UNIÃO SOVIÉTICA. *La historia de Cuba*. Moscou, 1980.

_____. *La política exterior de la Cuba socialista*. Moscou: Editorial Progreso, 1982.

ALARCÓN DE QUESADA, Ricardo; ÁLVAREZ SÁNCHEZ, Miguel. *Bloqueo, guerra económica de Estados Unidos contra Cuba*. Havana: Editora Política, 2001.

ALTMANN, Werner. *México e Cuba, revolução, nacionalismo, política externa*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

BALIÑO, Carlos et al. *La Revolución de Octubre y su repercusión en Cuba*. Havana: Instituto del Libro, 1967.

BALOYRA, Enrique A.; MORRIS, James A. (Org.). *Conflict and change in Cuba*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1993.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BONACHEA, Rolando E.; VALDÉS, Nelson P. (Org.). *Cuba in revolution*. Nova York: Anchor Books; Doubleday & Company, 1972.

BONSAL, Philip W. *Cuba, Castro and the United States. Foreign Affairs,* Nova York, v. 45, n. 2, p. 260-276, jan. 1967.

BORREGO, Orlando. *Che, el camino del fuego*. Havana: Imagen Contemporanea, 2001a.

BUCH RODRÍGUEZ, Luis M. *Gobierno revolucionario cubano: génesis y primeros pasos*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1999.

CABRERA, Olga. *El antiimperialismo en la historia de Cuba.* Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1985.

CASTRO, Fidel. *La Revolución Cubana, 1953/1962.* Cidade do México: Era, 1976.

CENTRO DE ESTUDIOS SOBRE AMÉRICA. *Pensar al Che: desafíos de la lucha por el poder político.* Havana: Centro de Estudios sobre América; Editorial José Martí, 1989a. t. 1.

_____. *Pensar al Che: los retos de la transición socialista.* Havana: Centro de Estudios sobre América; Editorial José Martí, 1989b. t. 2.

CEPERO BONILLA, Raul. *Escritos económicos*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1983.

_____. *Escritos históricos.* Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1989a.

COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Revolução Cubana, história e problemas atuais.* São Paulo: Xamã, 1998.

COLE, Ken. *Cuba from revolution to development.* Londres: Pinter, 1998.

DEL TORO, Carlos. *El movimiento obrero cubano en 1914*. Havana: Instituto del Libro, 1969.

DE SANTIS, Sergio. Debate sobre la gestión socialista en Cuba. In: _____ et al. *La economía socialista: debate*. Barcelona: Terra Nova, [197-?].

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: TAQ, 1979.

FERNANDEZ RÍOS, Olga. *Formación y desarollo del Estado socialista en Cuba*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1988.

FLORES CASAMAYOR, Bárbara. *Aspectos económicos del período de transición en Cuba*. Cuba Socialista, Havana, n. 35, p. 105-125, set./out. 1988.

FRANQUI, Carlos. *Retrato de família com Fidel.* Rio de Janeiro: Record, 1981.



FUNG RIVERÓN, Thalia M. *En torno a las regularidades y particularidades de la revolución socialista en Cuba*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1982.

GÁLVEZ, William. *Camilo, señor de la vanguardia*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1979.

_____. *Viajes y aventuras del joven Ernesto*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1997.

_____. *Camilo en Camilo*. Havana: Verde Olivo, 1998a.

_____. *El joven Camilo*. Havana: Gente Nueva, 1998b.

GARCÍA BRITO, Horacio (Ed.). *Monopolios norteamericanos en Cuba*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1973.

GONZALEZ CARBAJAL, Ladislao. *El ala izquierda estudiantil y su época*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1974.

GUEVARA, Ernesto. *Sierra Maestra: da guerrilha ao poder. Passagens da guerra revolucionária*. São Paulo: Edições Populares, 1980.

_____. *Reflexões sobre a história cubana*. São Paulo: Edições Populares, 1981.

_____. *Textos políticos e sociais*. São Paulo: Edições Populares, 1981.

_____. *Textos econômicos*. São Paulo: Edições Populares, 1982.

_____. *Che Guevara speaks*. Nova York: Pathfinder Press, 1985.

_____. *Escritos y discursos*. V. 5. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1985.

_____. *Che Guevara and the Cuban Revolution*. Sydney: Pathfinder, 1987.

_____. *Textos revolucionários*. São Paulo: Edições Populares, 1987.

_____. *Temas económicos*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1988.

GUTELMAN, Michel. Cuba's lessons on economic policies. In: BONACHEA, Rolando E.; VALDÉS, Nelson P. (Org.). *Cuba in revolution*. Nova York: Anchor Books, 1972. p. 231-237.

HANSEN, Joseph. *Dynamics of the Cuban Revolution. A Marxist appreciation*. Nova York: Pathfinder, 1994.

HARNECKER, Marta. *Cuba: democracia ou ditadura?* São Paulo: Global, [197-?].

HUBERMAN, Leo; SWEEZY, Paul. *Cuba, anatomy of a revolution*. Nova York: Monthly Review Press, 1960.

_____. *Socialism in Cuba.* Nova York: Modern Reader, 1970.

KAROL, K. S. *Les guérilleros au pouvoir.* Paris: Robert Laffont, 1970.

LEÓN COTAYO, Nicanor. *El bloqueo a Cuba*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1983.

LE RIVEREND, Julio. *Orígenes de la propiedad agraria en Cuba*. Lunes de Revolución, Havana, n. 19, p. 14-15, 26 jul. 1959.

_____. *Historia económica de Cuba*. Havana: Instituto del Libro, 1967.

LOCKWOOD, Lee. *Castro's Cuba, Cuba's Fidel*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1990.

LÓPEZ-FRESQUET, Rufo. *Fui ministro de Fidel.* Rio de Janeiro: Laudes, 1969.

LOPEZ SEGRERA, Francisco. *Cuba: capitalismo dependiente y subdesarrollo (1510-1959).* Havana: Casa de las Américas, 1972.

MANKIEWICZ, Frank; KIRBY, Jones. *With Fidel: a portrait of Castro and Cuba*. Chicago: Playboy Press, 1975.

MASSARI, Roberto. *Che Guevara, grandeza y riesgo de la utopia*. Navarra: Txalaparta, 1993.

MESA-LAGO, Carmelo. Economic significance of unpaid labor in Socialist Cuba. In: BONACHEA, Rolando E.; VALDÉS, Nelson P. (Org.). *Cuba in revolution.* Nova York: Anchor Books; Doubleday & Company, 1972. p. 384-412.

_____. *The labor sector and Socialist distribution in Cuba.* Nova York: Frederick A. Praeger, [197-].

MILLS, C. Wright. *A verdade sobre Cuba.* Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

MINÀ, Gianni. *An encounter with Fidel.* Melbourne: Ocean Press, 1991.

MIRANDA FERNÁNDEZ, Lucinda. L*azaro Peña, capitan de la clase obrera cubana*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1984.

NOYOLA, Juan. *La economía cubana en los primeros años de la revolución.* Cidade do México: Siglo XXI, 1978b.



NUIRY SÁNCHEZ, Nuria; FERNÁNDEZ MAYO, Graciela (Org.). *Pensamiento y política cultural cubanos*. Havana: Pueblo y Educación, 1986. t. 1.

NUÑEZ JIMENEZ, Antonio. *En marcha con Fidel*. Havana: Letras Cubanas, 1982.

O'CONNOR, James. *Revolution and the Cuban workers.* Monthly Review, Nova York, v. 21, n. 1, p. 52-56, maio 1969.

_____. Cuba: it's political economy. In: BONACHEA, Rolando E.; VALDÉS, Nelson P. (Org.). *Cuba in revolution*. Nova York: Anchor Books, 1972. p. 52-81.

OQUENDO BARRIOS, Leyda et al. *Las clases y la lucha de clases en la sociedad neocolonial cubana.* Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1981.

PÉREZ-GALDÓS, Víctor. *Un hombre que actúa como piensa*. Manágua: Vanguardia, 1987.

PERICÁS, Luiz Bernardo. *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*. São Paulo: Xamã, 2004.

PINO-SANTOS, Oscar. *El asalto a Cuba por la oligarquia financiera yanki*. Havana: [s. n.], 1972.

REGALADO, Antero. *Las luchas campesinas en Cuba*. Havana: Comisión de Educación Interna del Comité Central del Partido Comunista de Cuba, 1973.

RIVERO, Nicolas. *Fidel Castro, um dilema americano.* São Paulo: Dominus, 1963.

ROCA, Blas. *Los fundamentos del socialismo en Cuba*. Havana: Ediciones Populares, 1961.

RODRÍGUEZ, Carlos Rafael. *Cuba en el tránsito al socialismo (1959-1963)/Lênin y la cuestión colonial*. Cidade do México: Siglo XXI, 1978.

_____. *La clase obrera y la revolución.* Havana: Vanguardia Obrera, 1960.

_____. *Letra con filo*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1983a. t. 1.

_____. *Letra con filo*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1983b. t. 2.

_____. *Letra con filo*. Havana: Unión, 1987. t. 3.

_____. *Palabras en los setenta.* Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1984.

_____. *Sobre la contribución del Che al desarrollo de la economía cubana.* Cuba Socialista, Havana, n. 33, p. 1-29, maio/jun. 1988.

RODRÍGUEZ GARCÍA, José Luis et al. *Cuba: revolución y economía 1959-1960.* Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1985.

SZULC, Tad. *Fidel, a critical portrait*. Nova York: Avon Books, 1987.

TABLADA, Carlos. *Che Guevara: economics and politics in the transition to Socialism*. Sydney: Pathfinder, 1989.

TAIBO II, Paco Ignácio. *Ernesto Guevara, também conhecido como Che*. São Paulo: Scritta, 1997.

VAIL, John J. *Fidel Castro*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

VIGNIER, E.; ALONSO, G. *La corrupción política y administrativa en Cuba.* Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1973.

WILKERSON, Loree. *A filosofia política de Fidel Castro*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.

ZEITLIN, Maurice. *La política revolucionaria y la clase obrera cubana*. Buenos Aires: Amorrortu, de 1970.

CRÉDITO DAS IMAGENS

www.canalacademie.com/Leopold-Sedar-Senghor.html

student.britannica.com/eb/art/print?id=73333...

hugo-ventura.blogs.sapo.pt/2007/10/09/

www.theage.com.au/.../08/01/1154198138978.html

foro.univision.com/univision/board/message?bo...

maltez.info/cosmopolis/anode1969/aabril.htm

boards4.melodysoft.com/app?ID=eurotheo.marxis...

cultureetloisirs.france3.fr/.../26838948-fr.php

http://www.vermelho.org.br/museu/classe/217/internacional-F1.jpg

http://www.gallerym.com/images/work/big/pulitzer_nick_ut_vietnam_napalm_kim_phuc_6872_L.jpg

http://brasil.indymedia.org/images/2006/07/358524.jpg

sti.br.inter.net/.../rev__nicaraguense.htm

www.libreria.com.br/paises.asp?id_pais=38

www.afritheatre.com/index.asp?navig=auteur...



Para Saber Mais Sobre o Tema

O objetivo deste suplemento é aprofundar o conhecimento dos conteúdos desenvolvidos em aula. Nele, você encontrará indicações e referências de materiais que possibilitam a discussão e oferecem elementos para a reflexão sobre os temas abordados. As obras e textos aqui listados são um complemento daqueles já citados no "Texto de Referência".

Livros

Sobre a historiografia e a teoria do socialismo:

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

DEUTSCHER, Isaac. *Problemas e perspectivas do socialismo.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

DRACHKOVITCH, Milorad. *O marxismo no mundo moderno.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

DROZ, Jacques. *História geral do socialismo*. Lisboa: Horizonte, 1976.

HOBSBAWN, Eric (Org.). *História do marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1986-1991.

_____. *A era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

NETTO, José Paulo. *O que é stalinismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *O que é marxismo.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

OELGART, Bernd. *Ideólogos e ideologias da nova esquerda.* Lisboa: Editorial Presença, s/d.

REMOND, René. *O século XIX – 1815-1914*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1976.

_____. *O século XX – De 1914 aos nossos dias*. São Paulo: Cultrix, 1993.

SPINDEL, Arnaldo. *O que é Comunismo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. *O que é Socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

Sobre a Revolução Russa:

BROUÉ, Pierre. *União Soviética Da Revolução ao Colapso.* Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

CARR, Eric H. *A Revolução Russa de Lênin a Stalin (1917-1929).* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

DEUTSCHER, Isaac. *O profeta armado.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966 -1968.

_____. *O profeta desarmado.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966-1968.

_____. *O profeta banido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966-1968.

FITZPATRICK, Sheila. *The Russian Revolution*. Oxford University Press; 2nd Reissue edition, 2001.

HOBSBAWN, Eric. *História do marxismo*. 2. ed., 11 vols. São Paulo: Paz e Terra, 1986-1 1991.

LENIN, *O Estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1987a.

_____. *A Nova Política Econômica (NEP): capitalismo de Estado, transição e socialismo*. São Paulo: Global, 1987b.

_____. *O oportunismo e a falência da II Internacional.*

_____. *A revolução proletária e o renegado Kautsky.*

MALONE, Richard. *Analysing the Russian Revolution.* Melbourne, Cambridge University Press; 1st edition, 2004.

PREOBRAJENSKY. *A Nova Econômica.* RJ: Paz e Terra, 1979.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Uma revolução perdida – A história do socialismo soviético.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

STEINBERG, Mark, *Voices of Revolution, 1917.* Yale University Press, 2001.

TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. Stalin. *El gran organizador de derrotas*. Buenos Aires: Yunque, 1974.

_____. *A revolução traída.* Lisboa: Antídoto, 1977.



Sobre a Revolução Socialista na China:

AARÃO REIS, F.D. *A Construção do socialismo na China*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BETTEHEIM, Charles. *Revolução cultural e organização industrial na China*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BEZERRA, Holien Gonçalves. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Atual, 1984.

BIANCO, Lucien. *Los Orígenes de la Revolución China.* Caracas: Tiempo Nuevo, 1970.

BUJARIN, Nicolai; TROTSKY, Leon. *La Revolución China*. Buenos Aires: Crisis, 1973.

COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Editora Moderna, 1986.

COLLOTTI PISCHEL, Enrica. *História da Revolução Chinesa.* Lisboa: Europa – América, 1976.

FAIRBANK, J. *The Chinese World Order: Traditional China's Foreign Relations*. Harvard Univ Press, 1968

_____. *The Great Chinese Revolution 1800-1985.* Nova Iorque: Perennial Library/Harper & Row Publishers, 1987.

FRAY, J. *Rebellions and Revolutions: China from the 1800's to the 1980's (Short Oxford History of the Modern World).* Oxford University Press, 1990.

GUILLERMAZ, Jacques. *Histoire du Parti Communiste Chinois.* Paris: Payot, 1972.

KING, J. China uma nova historia. LPM, 2006.

LABIN, Suzanne. *A condição humana na China comunista.* Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1963.

LACOUTURE, Jean. *Ho Chi Minh*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

LEVESQUE, Jacques. *O conflito sino-soviético.* Póvoa de Varzim: Estudios Cor, 1974.

LIU SUINIAN, e WU QUNGAN (Orgs.). *China's Socialist Economy, An Outline History (1949-1984).* Pequim: Beijing Review, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Colonialismo y Guerras en China. México, Roca, 1972.

MAO Tse-TUNG. *Selected Military Writings of Mao Tse-Tung.* Pequim: Foreign Languages Press, 1963.

_____. *Sobre a prática e sobre a contradição.* São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MENGUY, Marc. *L´Économie de la Chine Populaire.* Paris: Presses Universitaires de France, 1967.

SERGE, Victor. *Le Lotte di Classe nella Rivoluzione Cinese de 1927.* Roma: Savonà e Savelli, 1971.

SCHRAM, Stuart. *Mao Tse-Tung.* Harmondsworth: Penguin Books, 1966.

SCHWARTZ, Benjamin I. *Chinese Communism and the Rise of Mao.* Cambridge: Harvard University Press, 1951.

SNOW, Edgar. *China, la larga revolución.* Madri: Alianza Editorial, 1974.

_____. *La China Contemporánea.* México: Fondo de Cultura Económica, 1965.

Sobre a Revolução Cubana:

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia.* São Paulo: Editora UNESP, 2002.

AYERBE, Luis Fernando. *O Ocidente e o "Resto": A América Latina e o Caribe na Cultura do Império.* Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2003.

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana.* São Paulo: Editora da Unesp, 2004

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BLANCO, A. & DORIA, Carlos A. *A Revolução Cubana: de Martí a Fidel (1868 – 1959).* São Paulo: Brasiliense, 1982.

CASTRO, Fidel. *La revolución cubana.* México: Ediciones Era, 1976.

_____. *A história me absolverá.* São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Revolução cubana: história e problemas atuais.* São Paulo: Xamã, 1998.

CORTAZAR, Júlio. *O livro de Manuel.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

DONGHI, Halperin. *História da América Latina.* Rio de janeiro: Paz e Terra, 1975.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo. A revolução cubana.* São Paulo: T.A. Queirós, 1979.

FORNET-BETANCOURT, Raúl. *O marxismo na América Latina.* São Leopoldo: Unisinos, 1995.



GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GRIGULÉVICH, Iósif. *Luchadores por la libertad de América Latina.* Moscou: Editorial Progreso, 1988.

GUEVARA, Ernesto. *Diário da guerrilha boliviana.* São Paulo: Edições Populares, 1980.

_____. *Sierra Maestra: da guerrilha ao poder.* São Paulo: Edições Populares, 1980.

_____. *Textos políticos e sociais.* São Paulo: Edições Populares, 1981.

_____. *Textos revolucionários.* São Paulo: Edições Populares, 1987.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *Historia contemporanea de America Latina.* México: Alianza Editorial, 1983.

LLOSA, Mário Vargas. *O Paraíso na Outra Esquina*. São Paulo: Arx, 2004.

LOWY, Michael. *O pensamento de Che Guevara.* Lisboa: Livraria Bertrand, 1976.

MacEOIN, Gary. *Revolution Next Door, Latin America in the 1970's.* Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston, 1971.

MASSARI, Roberto. *Che Guevara, grandeza y riesgo de la utopia.* Navarra: Txalaparta, 1993.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *De Martí a Fidel, a revolução cubana e a América Latina.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

OLIC, Nelson Bacic. *Geopolítica da América Latina*. São Paulo: Moderna, 1993.

PERICÁS, Luiz Bernardo. *Che Guevara e a luta revolucionária na Bolívia.* São Paulo: Xamã, 1997.

_____. *Che Guevara e o debate econômico em Cuba.* São Paulo: Xamã, 2004.

PERICÁS, Luiz Bernardo e BARSOTTI, Paulo (Orgs.). *América Latina: história, idéias e revolução.* São Paulo: Xamã, 1998.

PETRAS, James (Org.). *America Latina: economia y politica.* Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1972.

RODRIGUES, Miguel Urbano. *Opções da revolução na América Latina.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

ROSSI, C. *Militarismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SARTRE, Jean-Paul. *Furacão sobre Cuba*. Rio de Janeiro: Do Autor, 1960.

SMITH, T. Lynn (Org.). *Agrarian Reform in Latin America.* Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1965.

SZULC, Tad. *Fidel, A Critical Portrait.* Nova Iorque: Avon Books, 1987.

THOMPSON, David. *Pequena História do Mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

VIGEVANI, Tullo. *Terceiro Mundo, conceito e história*. São Paulo: Ática, 1990.

YRARRAZAVAL CONCHA, Eduardo. *América Latina en la Guerra Fría.* Santiago: Nascimento, de 1959.

Artigos

AGGIO, Alberto. *Uma insólita visita: Fidel Castro no Chile de Allende.* In: História, 2003, v. 22, n. 2

COELHO, Marco Antônio Tavares. *Memórias de um comunista*. In: Estud. av., dez. 1999, v. 13, n. 37. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000300003&lng=pt&nrm=iso>

FAUSTO, Ruy. *Acertos e dificuldades do Manifesto Comunista*. In: Estud. av., dez. 1998, v. 12, n. 34. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000300018&lng=pt&nrm=iso>

GUADARRAMA GONZÁLEZ, Pablo. *Humanismo y socialismo en la óptica del pensamiento marxista en América Latina*. In: Estud. av. , 1997, v. 11, n. 3. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000200021&nrm=iso&lng=pt>

PONTES, Heloisa. *Entrevista com Antonio Candido*. In: Rev. bras. Ci. Soc., out. 2001, v. 16, n. 47. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092001000300001&lng=pt&nrm=iso>

GUIMARÃES, Cesar. *A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo*. In: Estud. av., dez. 2002, v. 16, n. 46. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000300005&lng=pt&nrm=iso>

RIDENTI, Marcelo. *Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960*. In: Tempo Soc., jun. 2005, v. 17, n. 1. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000100004&lng=pt&nrm=iso>

VIANNA, Luiz Werneck. *Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira*. In: Dados, 1996, v. 39, n. 3. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581996000300004&lng=pt&nrm=iso>



Alguns artigos publicados no Brasil por ocasião do 40º aniversário da morte de Che Guevara:

- Há quarenta anos morria o homem e nascia a farsa – Diogo Schelp e Duda Teixeira – Revista Veja, edição 208, ano 40 – 3 de out. de 2007
- SCLIAR, Moacyr. Doutor Che Guevara tentou aliar revolução e avanços na área de saúde. Folha Online, 7 de out. de 2007 – 02h30
- SERPONE, Fernando. Maior legado de Che é a sua própria imagem, diz especialista. Ilustrada, Folha Online, 7 de out. de 2007.
- SÁNCHEZ, Isabel. Mito de Che gera polêmica 40 anos depois de sua morte. Havana: France Presse, in: Folha Online, 8 de out. de 2007
- Da Redação. Saiba mais sobre o revolucionário Ernesto Che Guevara. Mundo – Folha Online, 8 de outubro de 2007 – 11h18.
- Che Guevara é lembrado em Cuba como o segundo personagem mais popular da Revolução. Havana: Agência EFE, 8 de out. de 2007.
- Da BBC Brasil. Mídia argentina marca 40 anos de morte de Che Guevara. In: Folha Online, 8 de out. de 2007 – 10h12.
- Che Guevara foi encontrado e executado com ajuda da CIA. Em arquivos publicados há dez anos, agência revela como ajudou o Exército boliviano.... São Paulo: Internacional, América Latina, estadao.com.br 8 de out. de 2007, 14h29.
- Show inicia homenagens a Che Guevara em Santa Clara É o início do chamado "Ano Guevariano", que vai durar até outubro de 2008, Santa Clara, Cuba: Internacional, América Latina, Agência EFE, in: estadao.com.br, 8 de out. de 2007, 01h40.
- CONY, Carlos Heitor. Che Guevara. Rio de Janeiro: Opinião, Folha de S. Paulo, 11 de outubro de 2007.
- LACEY, Marc. Che, ícone revolucionário, vira biquíni. O Estado de S. Paulo, 14 de out. de 2007.

Sítios na internet

- Sítio "Mundo do Socialismo", disponível em: <http://www.moreira.pro.br/pagcent.htm>
- vInstituto Rosa Luxemburgo, disponível em: <http://www.insrolux.org/>

- Sítio "Gramsci e o Brasil", disponível em: <http://www.acessa.com/gramsci/>
- Sítio "comunismo.com.br", disponível em: <http://www.comunismo.com.br/>
- Biblioteca Virtual História do Marxismo no Brasil, disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/marxismo/index.htm>
- Sítio "comunism.org", disponível em: <http://www.communism.com/>
- Biblioteca Virtual de Autores Socialistas, disponível em: <http://www.ucm.es/info/bas/es/marx-eng/>
- Biblioteca Virtual Revolucionária, disponível em: <http://www.geocities.com/autonomiabvr/index.html>
- Sítio em inglês sobre a história do marxismo e dos movimentos operários "History Archive: a history of the revolutionary working class", disponível em: <http://marxists.org/history/>
- Sítio "World Socialist Movement", disponível em: <http://www.worldsocialism.org/index.php>
- Banco de Dados de Discursos de Fidel Castro organizado pela Universidade do Texas, EUA, disponível em: <http://www1.lanic.utexas.edu/la/cb/cuba/castro.html>
- Para uma linha do tempo sobre a Revolução Russa, disponível em: <http://www.badley.info/history/Revolution-of-Russia-Russia.general.html>
- Portal sobre a Revolução Russa, disponível em: <http://libcom.org/history/russian-revolution>
- Marxists Internet Archive, disponível em: <http://www.marxists.org/>
- International Socialism (Periódico sobre o Socialismo), disponível em: <http://www.isj.org.uk/index.php4?id=364&issue=116>
- Marxism.com, disponível em: <http://www.marxist.com/>
- Fórum Comunismo.com.br, disponível em: <http://www.comunismo.com.br>

BBC Country Profile

- China, disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/asia-pacific/country_profiles/1287798.stm>
- Cuba, disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/country_profiles/1203299.stm>
- Russia, disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/country_profiles/1102275.stm>



CIA (Ficha Técnica)

- China, disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>
- Cuba, disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cu.html>
- Russia, disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/0rs.html>

- Site oficial do governo chinês, Disponível em: <http://english.gov.cn/>
- History of Cuba.com, disponível em: <http://www.historyofcuba.com/cuba.htm>
- Partido Comunista de Cuba, disponível em: <http://www.pcc.cu/pccweb/>
- Órgão Oficial do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba, disponível em: <http://www.granma.cubaweb.cu/> e em: <http://www.granma.cu/portugues/index.html>
- Fotos sobre Cuba, disponível em: <http://www.cuba-pictures.com/>
- Havana Journal, disponível em: <http://havanajournal.com/>
- The Carter Center, disponível em: <http://www.cartercenter.org/homepage.html>
- Summit of the Americas Center, disponível em: <http://www.americasnet.net/>
- Discursos de Fidel Castro de 1959 até 2006, disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/>
- CubaNET – site independente sobre Cuba, disponível em: <http://www.cubanet.org/>
- Bibliotecas Independentes de Cuba, disponível em: <http://www.bibliocuba.org/espanol/>
- Constituições da República de Cuba, disponível em: <http://www.exilio.com/CubaPLey/LeyFrame.html>
- Cuba Archive, disponível em: <http://www.cubaarchive.org/version_espanol/>
- Washington Post (Matérias sobre Cuba), disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/world/americas/caribbean/cuba/>
- Cuba e os Direitos Humanos (informes e relatórios), disponível em: <http://www.derechos.org/nizkor/cuba/index.html>
- Human Rights Watch (documentos sobre Cuba), Disponível em: <http://hrw.org/doc/?t=spanish&c=cuba>
- Página da CIA sobre Cuba, disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-

factbook/print/cu.html>

- Site sobre Alberto Korda (fotógrafo cubano que tirou a foto mais conhecida de Che Guevara), disponível em: <http://www.art-for-a-change.com/Month/korda.htm>

Centros de Pesquisa

- Centro de Estudos Marxistas/UNICAMP, disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/>
- NEILS – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Socais da PUC-SP, disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/>
- IEA USP (Instituto de Estudos Avançados), disponível em: <http://www.iea.usp.br/iea/>
- IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, disponível em: <http://www.iuperj.br/>
- Grupos de Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco, disponível em: <http://www.propesq.ufpe.br/propesq/pesquisa/grupo.html>
- NEC – Núcleo de Estudos Contemporâneos da UFF, disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/>
- Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, disponível em: <http://www.cebela.org.br/>
- NU-SOL Núcleo de Sociabilidade Libertária/PUC-SP, disponível em: <http://www.nu-sol.org>
- Fundação Espanhola de Estudos Libertários Anselmo Lorenzo (*Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo*), disponível em: <http://www.cnt.es/fal/home.php>
- Fundação Espanhola de Estudos Marxistas (*Fundación de Investigaciones Marxistas*), disponível em: <http://www.fim.org.es/01_01.php>
- REDEM – Rede de Estudos de Economia Mundial (*Red de Estudios de la Economia Mundial*), disponível em: <http://www.redem.buap.mx/>
- Centro de Estudos em Economia e Sociedade da Universidade de Cornell, EUA (*Center for the Study of Economy and Society*), disponível em: <http://www.economyandsociety.org/contact.shtml>
- Centro de Estudos Cubanos da Universidade de Tulane, EUA (*Cuban Studies Institute, Tulane University*), disponível em: <http://cuba.tulane.edu>



- Centro de Estudos Latino Americanos da Universidade de Harvard, EUA (*David Rockefeller Center for Latin American Studies, Harvard University*), disponível em: <http://www.fas.harvard.edu/~drclas>
- Programa de Estudos Cubanos da Universidade de Georgetown (*Georgetown University Caribbean Project's Cuba Program*), disponível em: <http://www.georgetown.edu/sfs/programs/clas/Caribe/Cuba.htm>
- Casa de Estudos do Socialismo, Peru (*Casa de estudios del Socialismo*), disponível em: <http://www.yachay.com.pe/especiales/mariategui/SUR/index.htm>
- Centro de Estudos Chineses da Universidade de Berkeley, EUA (*Center for Chinese Studies, UC Berkeley*), disponível em: <http://ieas.berkeley.edu/ccs/>
- Cuban Research Institute (Florida International University) EUA, disponível em: <http://lacc.fiu.edu/centers_institutes/?body=centers_cri&rightbody=centers_cri)
- Instituto de Estudos Cubanos (espanhol), disponível em: <http://iecubanos.org/>
- Institute for Cuban & Cuban-American Studies (University of Miami) EUA, disponível em: <http://www6.miami.edu/iccas/iccas.htm>
- Cuba Online (Base de Dados sobre Cuba) – inglês, disponível em: <http://cuba.iccas.miami.edu/>

Filmes

Título: Diários de Motocicleta
Título Original: The Motorcycle Diaries
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 128 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 2004
Direção: Walter Salles
Roteiro: Jose Rivera, baseado nos livros de Che Guevara e Alberto Granado
Sinopse: A viagem do jovem Che Guevara pela América do Sul, antes de se tornar um dos ícones da Revolução Cubana.
Che Guevara (Gael García Bernal) era um jovem estudante de Medicana que, em 1952, decide viajar pela América do Sul com seu amigo Alberto Granado (Rodrigo de la Serna). A viagem é realizada em uma moto, que acaba quebrando após 8 meses. Eles então passam a seguir viagem através de caronas e caminhadas, sempre conhecendo novos lugares. Porém, quando chegam a Machu Pichu, a dupla conhece uma colônia de leprosos e passam a questionar a validade do progresso econômico da região, que privilegia apenas uma pequena parte da população.

(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/diarios-de-motocicleta/diarios-de-motocicleta.asp)

Título: O Último Imperador
Título Original: The Last Emperor
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 165 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 1987
Direção: Bernardo Bertolucci
Roteiro: Mark People e Bernardo Bertolucci
Sinopse: No início do século XX, a China é retalhada pelo neocolonialismo. Neste contexto, o filme dá ênfase à crueldade do imperialismo japonês para falar da saga de Pu Yi (John Lone), o último imperador da China. Declarado imperador com apenas três anos, viveu enclausurado na Cidade Proibida até ser deposto pelo governo revolucionário, enfrentando então o mundo pela primeira vez quando tinha 24 anos. Neste período se tornou um playboy, mas logo teria um papel político quando se tornou um pseudo-imperador da Manchúria, quando esta foi invadida pelo Japão. Aprisionado pelos soviéticos, foi devolvido à China como prisioneiro político em 1950. É exatamente neste período que o filme começa, mas logo retorna a 1908, o ano em que se tornou imperador. O filme resgata a história da China ainda imperial no início do século XX, passando pela proclamação da república em 1911, até a revolução comunista que proclamou a República Popular da China em 1949.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/ultimo-imperador/ultimo-imperador.htm)

Título: Terra dos Deuses
Título Original: The Good Earth
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 138 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 1937
Direção: Sidney Franklin
Roteiro: Talbot Jennings, Tess Slesinger e Claudine West, baseado em livro de Pearl Buck
Sinopse: A saga de um casal, O-Lan (Luise Rainer) e Wang Lung (Paul Muni), na China antes da Revolução Comunista. Eles têm uma modesta propriedade rural, mas a seca abate-se sobre a região de forma impiedosa e faz com que o casal, juntamente com os filhos, tentem a vida em outra região. Porém não há empregos, o que faz com que os filhos mendiguem e roubem comida. Quando a Revolução Chinesa acontece, em meio aos distúrbios de rua O-Lan acha um pequeno saco de jóias. Era a passagem de volta para as terras, que ainda eram deles e agora estão férteis, pois a seca acabara.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/terra-dos-deuses/terra-dos-deuses.asp)



Título: Tempos de Viver
Título Original: Huozhe
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 125 minutos
Ano de Lançamento (China): 1994
Direção: Zhang Yimou
Sinopse: O filme acompanha a trajetória de uma família chinesa em um espaço de 30 anos, desde a revolução popular até os anos 70, época, portanto, de profundas transformações. Fugui (Ge You, melhor ator em Cannes) enterra a fortuna familiar no jogo e vira animador de teatro de sombras. Artista itinerante, acaba envolvido na luta entre nacionalista e comunistas, mudando de lado de acordo com as necessidades.
(Fonte: http://www.video21.com.br/padrao.php?page=acervos_&res=4362)

Título: Balzac e a Costureirinha Chinesa
Título Original: Balzac et la Petite Tailleuse Chinoise
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 116 minutos
Ano de Lançamento (França / China): 2002
Direção: Dai Sijie
Roteiro: Dai Sijie e Nadine Perront, baseado em livro escrito por Dai Sijie
Sinopse: Após serem encaminhados para serem reeducados, dois jovens se apaixonam por uma costureirinha e com ela dividem um grande tesouro: livros considerados subversivos no rígido regime chinês de Mao Tse-Tung.
Luo (Chen Kun) e Ma (Liu Ye) são dois jovens de 17 anos que, em plenos anos 70, vivem na China comandada por Mao Tse-Tung. Os dois são encarados como sendo inimigos do povo por seus pais serem médicos e dentistas, considerados burgueses reacionários. Luo e Ma são então presos e encaminhados a um «campo de reeducação», em uma vila isolada no Tibet. Todos os livros de Luo são queimados, mas Ma consegue manter seu violino ao alegar que Mozart compunha para o Presidente Mao. No campo eles apenas encontram alívio nas músicas tocadas por Mao e nas histórias narradas por Luo, até que conhecem uma costureirinha (Zhou Xun) por quem ambos se apaixonam. Ela então lhes revela um precioso tesouro: livros considerados subversivos e de autoria de Flaubert, Tolstói, Victor Hugo e Balzac, que estão de posse de Quatro Olhos (Wang Hongwei), outro jovem que está sendo reeducado e está prestes a retornar à cidade. O trio então decide por roubá-los.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/balzac/balzac.asp)

Título Original: Olga
Gênero: Drama
Tempo de Duração:
Ano de Lançamento (Brasil): 2004

Roteiro: Rita Buzzar
Sinopse: Olga Benário (Camila Morgado) é uma militante comunista desde jovem, que é perseguida pela polícia e foge para Moscou, onde faz treinamento militar. Lá ela é encarregada de acompanhar Luís Carlos Prestes (Caco Ciocler) ao Brasil para liderar a Intentona Comunista de 1935, se apaixonando por ele na viagem. Com o fracasso da revolução, Olga é presa com Prestes. Grávida de 7 meses, é deportada pelo governo Vargas para a Alemanha nazista e tem sua filha Anita Leocádia na prisão. Afastada da filha, Olga é então enviada para o campo de concentração de Ravensbrück.
(Fonte: http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/olga/olga.asp)

Título Original: A Terceira Morte de Joaquim Bolívar
Gênero: Drama Histórico
Tempo de Duração: 104 minutos
Ano de Lançamento (Brasil): 2000
Direção: Flávio Cândido
Roteiro: Flávio Cândido
Sinopse: Em meio aos acontecimentos políticos de 1964, o filme retrata a disputa ideológica entre Joaquim Bolívar (Sérgio Siviero), um jovem barbeiro integrante do Partido Comunista, e o poderoso Coronel Gaudêncio (Othon Bastos), um típico líder político de província. Os antagonistas se enfrentam ao longo de 35 anos, tendo como pano de fundo a construção de uma usina hidrelétrica, que pode ser a salvação da cidade.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/3-morte-de-joaquim-bolivar/3-morte-de-joaquim-bolivar.asp)

Título Original: Contos de Resistência
Gênero: Documentário
Ano de Lançamento (Brasil): 2005
Direção: Getsemane Silva, Glória Varela, Marcya Reis, André Carvalheira, Guilherme Bacalhao.
Sinopse: Para marcar os 40 anos do golpe militar de 1964, a TV Câmara produziu a série Contos da Resistência, composta de quatro episódios. Cada um dos vídeos da série enfoca um aspecto da resistência à ditadura e como esses movimentos contribuíram para a construção da democracia que temos hoje no Brasil. As articulações em todos os segmentos da sociedade para se contrapor ao governo autoritário; as organizações sociais de estudantes, trabalhadores e religiosos para lutar pela democracia e esclarecer a população; a resistência política no Congresso; a crítica inteligente e criativa das artes e da imprensa; a repressão e a tortura a representantes desses grupos; e o movimento social pelas eleições diretas em 1984. Todos os temas estão na série, abordados a partir da perspectiva de quem viveu esses tipos de resistência.
(Fonte: http://www2.camara.gov.br/homeagencia/materias.html?pk=57006)



Título: Missing – O Desaparecido
Título Original: Missing
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 122 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 1982
Direção: Costa-Gavras
Roteiro: Costa-Gavras, John Nichols, Donald Stewart, baseados em livro de Thomas Hauser
Sinopse: Após a Revolução Cubana em 1959, a guerra fria se radicalizou na América Latina, onde qualquer proposta política mais popular, democrática ou nacionalista, era tida como esquerdista e anti-capitalista, ou seja, anti-EUA.
Entre 1964 e 1970, o Chile conheceu alguns avanços sociais com o governo democrata-cristão de Eduardo Frei.
Em 1970 através de eleições, Salvador Allende, candidato da União Popular (frente progressista liderada por comunistas e socialistas), assumiu a presidência do país. Já nos primeiros meses, Allende nacionalizou as minas e os bancos e acelerou o processo de reforma agrária, iniciado no governo de Eduardo Frei. Essas medidas contrastavam-se cada vez mais com o contexto de radicalização da Guerra Fria, e Salvador Allende, começava a sofrer uma forte oposição por parte das oligarquias internas, temerosas com os avanços populares. Soma-se a essa oposição, o boicote norte-americano, que agravou a crise econômica do país, isolando ainda mais o governo socialista de Allende, que perdia o apoio dos democratas-cristãos e de representativos setores da classe média.
Nesse cenário, em 11 de setembro de 1973, Salvador Allende foi deposto e assassinado por um golpe militar. Iniciava-se no Chile uma das mais sangrentas ditaduras militares da América Latina, comandada pelo general Augusto Pinochet, proclamado no ano seguinte "Chefe Supremo da Nação". Imediatamente após o golpe, o general inicia uma repressão cruel contra as oposições, proibindo qualquer atividade política e oprimindo os setores de esquerda com prisões, torturas e execuções em massa, espalhando o terror por todo país.
É este o pano de fundo para a história fimada por Costa-Gravs, um ícone do cinema político. Num restaurante em Santiago do Chile, um jovem jornalista norte-americano, residente nesse país, acaba escutando uma conversa na mesa ao lado, entre um agente da CIA e militares chilenos, que deixa clara a participação do governo norte-americano no golpe militar que depôs o governo socialista de Salvador Allende e inaugurou a ditadura do general Augusto Pinochet.
A obra de Costa Gavras focaliza inicialmente o cotidiano do jornalista no Chile, até seu desaparecimento, dias após o golpe de Estado do general Pinochet. O filme prossegue até o final com a busca desesperada do pai e da mulher do jornalista, na tentativa de encontrá-lo.
O Chile pós-golpe de Estado, os primeiros dias da repressão e todo horror da ditadura chilena, considerada uma das mais violentas da América Latina, são fielmente retratados pelo filme, que venceu a Palma de Ouro e o prêmio de melhor ator no festival de Cannes, além do Oscar de melhor roteiro adaptado.
(Fonte: http://parceiros.cineclick.com.br/cinemateca/ficha_filme.php?id_cine=730)

Título: A Cidade Perdida
Título Original: The Lost City
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 143 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 2005
Direção: Andy Garcia
Roteiro: G. Cabrera Infante
Sinopse: Havana, Cuba, 1958. A cidade é considerada a capital dos prazeres e diversões para muitos, enquanto que algumas pessoas estão descontentes com a ditadura de Fulgencio Batista (Juan Fernández). Fico Fellove (Andy Garcia) é o proprietário da elegante casa noturna El Trópico e tenta manter sua família unida, em meio à tomada da cidade pelas forças revolucionárias de Fidel Castro (Gonzalo Menendez) e Ernesto Che Guevara (Jsu Garcia). Alheio à situação do país está o escritor (Bill Murray), um expatriado americano que acompanha a situação de Fico e sua família em meio a tantas mudanças.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/cidade-perdida/cidade-perdida.asp)

Título: Memórias do Subdesenvolvimento
Título Original: Memorias Del Subdesarrollo
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 97 minutos
Ano de Lançamento (Cuba): 1968
Direção: Tomás Gutiérrez Alea
Sinopse: Retrato lúcido e poético de Cuba no começo dos anos 60, Memórias do Subdesenvolvimento é considerado um clássico do cinema latino-americano. Tomás Gutiérrez Alea (1928-1996) oferece um olhar ao mesmo tempo carinhoso e crítico sobre os rumos da revolução de Fidel Castro, narrado pelos olhos de Sérgio, um homem que aos 38 anos se descobre sozinho em Havana, depois que sua mulher e seus pais resolvem migrar para os Estados Unidos. Ao acompanhar Sérgio, o espectador é chamado a percorrer as ruas da capital cubana e a encontrar personagens reais, num filme que mistura com habilidade, recursos da ficção e do documentário.
(Fonte: http://www.videolar.com/ProdutoDVD.asp?ProductID=112738)

Título: Os Sobreviventes
Título Original: Los Sobrevivientes
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 130 minutos
Ano de Lançamento (Cuba): 1978
Direção: Tomás Gutiérrez Alea
Sinopse: Com o triunfo da revolução, uma família de descendência aristocrática, decide ficar isolada em sua mansão e ignorar as mudanças que acontecem no país. O tradicional talento



satírico de Gutiérrez Alea faz desse filme uma das peças chaves na sua cinematografia. Com Jorge Alí, Leonor Borrero, Juanita Caldevilla, Elio Mesa, Reynaldo Miravalles, Carlos Monctezuma, Germán Pinelli, Lili Rentería.
(Fonte: http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/ctr/rptg/ReportagemDetalhe.jsp?Reportagem.codigo=3260)

Título: A Morte de Um Burocrata
Título Original: La Muerte de um Burócrata
Gênero: Comédia
Tempo de Duração: 85 minutos
Ano de Lançamento (Cuba): 1966
Direção: Tomás Gutiérrez Alea
Sinopse: A morte de um operário exemplar desencadeia uma série de absurdas situações nessa sátira social que se diverte denunciando um mal antigo, a burocracia, suas conseqüências e derivações no novo regime cubano, com irreverência e humor.
(Fonte: http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/ctr/rptg/ReportagemDetalhe.jsp?Reportagem.codigo=3260)

Título: Yo Soy Cuba
Título Original: Yo Soy Cuba
Gênero: Documentário
Ano de Lançamento (Rússia/Cuba): 1964
Direção: Mikhail Kalatozov
Sinopse: A mais espetacular descoberta cinematográfica dos últimos anos. Filmado pelo grande e premiado diretor russo Mikhail Kalatozov (Quando Voam as Cegonhas – 1957), Eu Sou Cuba é um poema visual do Comunismo Kitsch, mostrando a opressão do povo cubano, em plena revolução dos anos 60. Kalatozov mostrou com sua câmera acrobática, em grande angular, imagens fascinantes de Cuba, com vários planos-sequências sem corte, lembrando vários momentos o virtuosismo estilístico de Orson Welles.
(Fonte: http://www.netmovies.com.br/detalhesFilmeVisita.aspx?pesq=6639&cod=12)

Título Original: Soy Cuba – O Mamute Siberiano
Gênero: Documentário
Tempo de Duração: 90 minutos
Ano de Lançamento (Brasil): 2005
Direção: Vicente Ferraz
Roteiro: Vicente Ferraz
Sinopse: No início dos anos 1960, o famoso diretor soviético Mikhail Kalatozov, com uma equipe de 200 pessoas, filmou em Cuba a superprodução Soy Cuba. O filme pretendia ser uma arma de propaganda para divulgar a revolução cubana e a união entre dois povos socialistas. Porém,

foi mal-recebido nos dois países e ignorado após sua estréia em Havana e Moscou. Ficou desconhecido pelo público do Ocidente até que, nos anos 90, foi redescoberto por Martin Scorsese e Francis Ford Coppola. Atores e técnicos que participaram do filme foram entrevistados para o documentário brasileiro e os depoimentos apontam o contraste entre as culturas cubana e eslava. Trechos do filme original intercalam-se com as entrevistas, permitindo sua reavaliação artística.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/soy-cuba/soy-cuba.asp)

Título: Antes do Anoitecer
Título Original: Before Night Falls
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 125 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 2000
Direção: Julian Schnabel
Roteiro: Lázaro Gómez Carriles, Cunningham O'Keefe e Julian Schnabel, baseado em livro de Reynaldo Arenas
Sinopse: O diretor Julian Schnabel (Basquiat) traz às telas a cinebiografia do escritor cubano Reynaldo Arenas, que foi perseguido em seu país natal e viveu anos exilado em Nova York.
Após ser educado com a Revolução Cubana e premiado nacionalmente por seu trabalho, o escritor Reynaldo Arenas termina sendo preso e, posteriormente, exilado de seu país-natal. Conheça a vida de Reynaldo Arenas, desde sua infância pobre até seu exílio em Nova York, passando pelo horror e preconceito sofrido ainda em Cuba, pelo fato de ser homossexual.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/antes-do-anoitecer/antes-do-anoitecer.asp)

Título: De Certa Maneira
Título Original: De Cierta Manera
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 78 minutos
Ano de Lançamento (Cuba): 1974
Direção: Sara Gómez
Sinopse: O condomínio Miraflores, construído em 1962 pelas mesmas pessoas que iriam morar nele, é resultado dos primeiros esforços da Revolução para erradicar os bairros periféricos. Yolanda, a nova professora da comunidade, enfrenta as diferenças e os conflitos que surgem em sua relação amorosa com um operário da construção. A partir dessa história, se trata um tema inédito: a incorporação de homens e mulheres até agora marginais ao processo revolucionário.
(Fonte: http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/ctr/rptg/ReportagemDetalhe.jsp?Reportagem.codigo=3260)



Título: Retrato de Teresa
Título Original: Retrato de Teresa
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 103 minutos
Ano de Lançamento (Cuba): 1976
Direção: Pastor Vega
Sinopse: A partir da crise de um jovem casal, o filme discute as mudanças provocadas na célula familiar cubana como conseqüência da revolução. A incorporação da mulher a tarefas de responsabilidade social e política acaba por causar uma série de conflitos nos relacionamentos: de um lado está a tradição familiar e do outro um modelo social que não faz diferenciação de sexo. (Fonte: http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/ctr/rptg/ReportagemDetalhe.jsp?Reportagem.codigo=3260)

Título: Morango e Chocolate
Título Original: Fresa y Chocolate
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 110 minutos
Ano de Lançamento (Cuba/Espanha): 1993
Direção: Julian Schnabel
Roteiro: Senel Paz
Sinopse: Vencedor de inúmeros prêmios internacionais, sendo o primeiro filme cubano indicado ao Oscar de Melhor Filme Estrangeiro, Morango e Chocolate é um dos grandes filmes da década de 90. Em parceria com Juan Carlos Tabío, o mestre Tomás Gutiérrez Alea (Guantanamera) aborda, com talento e sensibilidade, temas como tolerância e discriminação. Em Havana, 1979, o estudante David, defensor ferrenho do comunismo e das virtudes da Revolução Cubana, cai em depressão ao descobrir que sua namorada irá casar-se com outro homem. Certo dia, conhece o artista Diego, homossexual e dissidente, que luta incansavelmente contra a discriminação que sofre em seu próprio país. Diego interessa-se por David e decide alimentar esta amizade com o objetivo e a esperança de quebrar a barreira entre eles e conseguir levar o rapaz para a cama. Só que a amizade entre os dois cresce e toma outros rumos. (Fonte:http://www.cinemacomrapadura.com.br/filmes/960/morango_e_chocolate_(fresa_y_chocolate_1993)

Título: Lúcia
Título Original: Lucía
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 160 minutos
Ano de Lançamento (Cuba): 1969
Direção: Humberto Solás
Sinopse: Através da vida de três mulheres cubanas é contada a história de Cuba em três períodos diferentes: em 1895, na Guerra de Independência contra Espanha; nos anos 1930 e nos anos 1960.

(Fonte: http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/ctr/rptg/ReportagemDetalhe.jsp?Reportagem.codigo=3260)

Título Original: Rocha que Voa
Gênero: Documentário
Tempo de Duração: 94 minutos
Ano de Lançamento (Brasil): 2002
Direção: Eryk Rocha
Roteiro: Eryk Rocha e Bruno Vasconcelos
Sinopse: O diretor Eryk Rocha apresenta um filme-ensaio sobre o papel dos intelectuais na América Latina, em especial os que fizerama ligação entre o Cinema Novo brasileiro e o Cinema Revolucionário cubano. O exílio em Cuba de 1971 a 1972, um dos períodos menos conhecidos da vida do diretor Glauber Rocha, coincide com um período de grande euforia e discussão em torno do papel das artes na revolução social e política dos países da América Latina e do Terceiro Mundo. Glauber, com sua fala barroca e poética, propõe o cinema como o principal instrumento cultural e político para a promoção da unidade latino-americana, servindo como fio condutor para a reconstituição do Cinema Novo brasileiro e do Cinema Revolucionário cubano.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/rocha-que-voa/rocha-que-voa.asp)

Título: Os Gritos do Silêncio
Título Original: The Killing Fields
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 141 minutos
Ano de Lançamento (Inglaterra): 1984
Direção: Rolland Joffé
Roteiro: Bruce Robinson
Sinopse: A visão de Sidney Schanberg (Sam Waterston), um jornalista americano, sobre a guerra do Camboja e a amizade feita com Dith Pran (Haing S. Ngor), intérprete cambojano e jornalista local. São mostradas as trágicas conseqüências das ações do Khmer Vermelho.
O Filme é baseado em fatos reais da guerra do Camboja, vividos em 1973 por Schanberg, repórter do The New York Times. Com a cobertura da tomada de Phnom Penh, Schanberg ganhou o prêmio Pulitzer e retornou ao oriente procurando o amigo.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/gritos-do-silencio/gritos-do-silencio.asp)

Título: Questão de Lealdade
Título Original: A Different Loyalty
Gênero: Drama



Tempo de Duração: 98 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 2004
Direção: Marek Kanievska
Roteiro: Jim Piddock
Sinopse: Logo após a II Guerra Mundial, o mundo se divide entre dois grandes blocos: o capitalista e o comunista. Em plena Guerra Fria vive Sally Tyler (Sharon Stone), uma americana solitária que vive em Beirute devido ao trabalho de seu marido. Lá ela conhece Leo (Rupert Everett), por quem se apaixona e faz com que se divorcie. Até que inesperadamente Leo desaparece, com o governo o acusando de ser um desertor e seguir uma "lealdade diferente". Sem saber em quem acreditar e sendo perseguida pelas ruas, Sally recebe uma carta que pode mudar os rumos de sua vida para sempre.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/questao-de-lealdade/questao-de-lealdade.asp)

Título: Dr. Fantástico
Título Original: Dr. Strangelove or How I Learned to Stop Worrying and Love the Bomb
Gênero: Comédia
Tempo de Duração: 93 minutos
Ano de Lançamento (Inglaterra): 1964
Direção: Stanley Kubrick
Roteiro: Stanley Kubrick, Terry Southern e Peter George, baseado em livro de Peter George
Sinopse: Enlouquecido pela Guerra Fria, um general acredita que ficou impotente devido à sabotagem comunista dos reservatórios de água e por isso ordena um ataque nuclear à União Soviética. Dirigido por Stanley Kubrick (Lolita) e com Peter Sellers e George C. Scott no elenco. Recebeu 4 indicações ao Oscar. Dr. Fantástico é baseado no livro "Alerta Vermelho", escrito pelo ex-tenente da Força Aérea Britânica Peter George, que lançou o livro sob o pseudônimo de Peter Bryant em 1958.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/dr-fantastico/dr-fantastico.asp)

Título: Nicholas e Alexandra
Título Original: Nicholas and Alexandra
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 183 minutos
Ano de Lançamento (Inglaterra): 1971
Direção: Franklin J. Schaffner
Roteiro: James Goldman, baseado em livro de Robert K. Massie
Sinopse: Retrato dos anos que antecederam a Revolução Russa, que derrubou a dinastia dos Romanov e, consequentemente, o governo do czar Nicholas II (Michael Jayston) e da czarina Alexandra (Janet Suzman). Nicholas nasceu para ser um dos homens mais poderosos do mundo, pois governava milhões de pessoas em um império que tomava mais de um sexto do mundo,

mas a revolução que abalou o mundo reservou para ele e sua família um trágico destino.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/nicholas-e-alexandra/nicholas-e-alexandra.asp)

Título: O Encouraçado Potemkin
Título Original: Bronenosets Potyomkin
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 74 minutos
Ano de Lançamento (Rússia): 1925
Direção: Sergei Eisenstein
Roteiro: Nina Agadzhanova e Sergei Eisenstein
Sinopse: Em 1905, na Rússia czarista, aconteceu um levante que pressagiou a Revolução de 1917. Tudo começou no navio de guerra Potemkin quando os marinheiros estavam cansados de serem maltratados, sendo que até carne estragada lhes era dada com o médico de bordo insistindo que ela era perfeitamente comestível. Alguns marinheiros se recusam em comer esta carne, então os oficiais do navio ordenam a execução deles. A tensão aumenta e, gradativamente, a situação sai cada vez mais do controle. Logo depois dos gatilhos serem apertados Vakulinchuk (Aleksandr Antonov), um marinheiro, grita para os soldados e pede para eles pensarem e decidirem se estão com os oficiais ou com os marinheiros. Os soldados hesitam e então abaixam suas armas. Louco de ódio, um oficial tenta agarrar um dos rifles e provoca uma revolta no navio, na qual o marinheiro é morto. Mas isto seria apenas o início de uma grande tragédia.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/encouracado-potemkin/encouracado-potemkin.htm)

Título: Assassinato do Tzar
Título Original: Assassin of the Tzar
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 100 minutos
Ano de Lançamento (Rússia/Ingraterra): 1992
Direção: Karen Shakhnazarov
Sinopse:Doente mental afirma ser o assassino do czar Nicolau II e de toda a sua família. Mistura de ficção e realidade que examina com originalidade – e também com excessiva frieza – um dos mais sangrentos e polêmicos episódios da Revolução Russa.
(Fonte: http://www.historia.uff.br/nec/vidrrs.htm)

Título: Dr. Jivago
Título Original: Dr. Zhivago
Gênero: Épico
Tempo de Duração: 201 minutos



Ano de Lançamento (EUA): 1965
Direção: David Lean
Roteiro: Robert Bolt, baseado em livro de Boris Pasternak
Sinopse: O filme conta sobre os anos que antecederam, durante e após a Revolução Russa pela ótica de Yuri Zhivago (Omar Sharif), um médico e poeta. Yuri fica órfão ainda criança e vai para Moscou, onde é criado. Já adulto se casa com a aristocrática Tonya (Geraldine Chaplin), mas tem um envolvimento com Lara (Julie Christie), uma enfermeira que se torna a grande paixão da sua vida. Lara antes da revolução tinha sido estuprada por Victor Komarovsky (Rod Steiger), um político sem escrúpulos que já tinha se envolvido com a mãe de Lara, e se casou com Pasha Strelnikoff (Tom Courtenay), que se torna um vingativo revolucionário. A história é narrada em flashback por Yevgraf de Zhivago (Alec Guiness), o meio-irmão de Yuri que procura a sua sobrinha, que seria filha de Jivago com Lara. Enquanto Strelnikoff representa o "mal", Yevgraf representa o "bom" elemento da Revolução Bolchevique.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/dr-jivago/dr-jivago.htm)

Título: Anastacia, a Princesa Esquecida
Título Original: Anastasia
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 105 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 1956
Direção: Anatole Litvak
Roteiro: Arthur Laurents, baseado em peça teatral de Marcelle Maurette
Sinopse: Em Paris, no início dos anos 20, uma refugiada com amnésia (Ingrid Bergman) é salva da tentativa de suicídio pelo exilado russo general Bounine (Yul Brynner) e seu comparsas,. Entretanto, o motivo do salvamento está longe de ser altruísta, pois Bounine tem como objetivo fazer com que ela se passe como sendo a filha do último czar russo e assim receber pelo menos parte dos 10 milhões de libras que estavam reservado a qualquer membro da família real russa, pois oficialmente eles tinham sido mortos. Mas enquanto Bounine a treina para representar este papel ele gradativamente começa a acreditar, através de pequenas lembranças dela de sua origem real, que ela seja mesmo Anastacia, a última sobrevivente da dinastia dos Romanoff.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/anastacia-56/anastacia-56.asp)

Título: Anastasia
Título Original: Anastasia
Gênero: Animação
Tempo de Duração: 94 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 1997
Direção: Don Bluth e Gary Goldman
Roteiro: Susan Gauthier, Bruce Graham, Bob Tzudiker e Noni White, baseado em peça teatral de Marcelle Maurette

Sinopse: Aparentemente o Czar e toda a sua família morreram durante a Revolução Russa, mas após alguns anos surge um boato de que a Princesa Anastasia teria sobrevivido. Como sua avó, a grã-duquesa imperial que vive em Paris, ofereceu uma recompensa de 10 milhões de rublos para quem encontrasse sua neta, apareceram várias "Anastasias" sonhando ficar com a recompensa. Em Moscou, Dimitri e Vladimir se esforçam para encontrar uma jovem que se aparente com a princesa desaparecida e, assim, possam ganhar a recompensa. Quando estão quase desistindo encontram Anya, uma jovem órfã que não se lembra do seu passado mas tem tudo para se fazer passar por Anastasia. Assim, começam a ensaiá-la e rumam para Paris, mas gradativamente Dimitri passa a acreditar que Anya é realmente a princesa desaparecida e isto lhe parece aterrador, pois está apaixonado por ela e sabe que nunca permitirão que um plebeu se case com alguém da realeza.
Baseado em Anastácia, a Princesa Esquecida (1956).
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/anastasia/anastasia.asp)

Título: Reds
Título Original: Reds
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 188 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 1981
Direção: Warren Beatty
Roteiro: Warren Beatty e Trevor Griffiths, baseado em livro de John Reed
Sinopse: Um pouco antes da Primeira Guerra Mundial John Reed (Warren Beatty), um jornalista americano, conhece Louise Bryant (Diane Keaton), uma mulher casada, que larga o marido para ficar com Reed e se torna uma importante feminista. Eles se envolvem em disputas políticas e trabalhistas nos Estados Unidos, e vão para a Rússia a tempo de participarem da Revolução de outubro de 1917, quando os comunistas assumiram o poder. Este acontecimento inspira o casal, que volta aos Estados Unidos esperando liderar uma revolução semelhante. Trata-se da cinebiografia do jornalista americano John Reed que, juntamente com sua esposa, esteve presente na Revolução Russa de 1917 e sonhou em liderar uma revolução semelhante nos Estados Unidos. Dirigido e estrelado por Warren Beatty e com Diane Keaton, Jack Nicholson e Paul Sorvino no elenco. Vencedor de 3 Oscars.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/reds/reds.asp)

Título: O Inimigo X
Título Original: Comrade X
Gênero: Comédia
Tempo de Duração: 90 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 1940



Direção: King Vidor
Roteiro: Ben Hecht e Charles Lederer, baseado em estória de Walter Reisch
Sinopse: A imprensa estrangeira é submetida a rigorosa censura, imposta pela União Soviética. Mesmo assim várias notícias são mandadas secretamente por um jornalista, que se intitula de "Camarada X". O comissário Vasiliev (Osmar Homlka), chefe da polícia secreta, alega que seu antecessor sofreu um 'acidente', o que faz com que assuma o comando da censura da imprensa estrangeira. Ele diz que até o "Camarada X" ser preso os membros da imprensa não podem enviar notícias, nem deixar o país. O empregado de um hotel, Igor Yahupitz (Felix Bressart), conhecido como Vanya, descobre que um dos hóspedes, McKinley B. "Mac" Thompson (Clark Gable), é o jornalista procurado. Mas como tem uma filha, Golubka (Hedy Lamarr), conhecida como Theodore, que trabalha como motorneira de bonde e é muito ligada aos ideais da revolução comunista, isto passou a ser perigoso. Vanya chantageia Mac, dizendo que não revelará seu nome se a filha dele for para os Estados Unidos. Mas o problema é fazer Golubka deixar o país.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/inimigo-x/inimigo-x.asp)

Título: A Condessa de Hong Kong
Título Original: A Countess from Hong Kong
Gênero: Comédia Romântica
Tempo de Duração: 120 minutos
Ano de Lançamento (EUA / Inglaterra): 1967
Direção: Charles Chaplin
Roteiro: Charles Chaplin
Sinopse: A Revolução Russa fez com que vários integrantes da nobreza local fugissem para a China e Hong Kong, que na época era um protetorado inglês. Lá cresceram suas filhas que, apesar de terem títulos nobiliárquicos, precisaram se prostituir para sobreviver. Uma destas mulheres é Natascha (Sophia Loren), condessa de pai russo, que é apresentada ao empresário Ogden Mears (Marlon Brando) quando o navio dele aporta em Hong Kong. Ogden e Harvey (Sydney Chaplin), seu amigo, saem com Natascha e outras mulheres na mesma situação, acreditando que apenas as verão naquele dia. Porém, quando o navio deixa Hong Kong, Ogden encontra Natascha escondida no guarda-roupas de sua cabine. Ela deseja ir para os Estados Unidos, onde poderá recomeçar sua vida, mas para tanto precisa da ajuda de Ogden para não ser descoberta como clandestina. Inicialmente reticente, aos poucos Ogden aceita a idéia de ajudá-la. Último filme de Charles Chaplin como ator e diretor.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/condessa-de-hong-kong/condessa-de-hong-kong.asp)

Título: Stalin
Título Original: Stalin
Gênero: Drama
Ano de Lançamento (Hungria): 1992

Direção: Ivan Passer
Sinopse: A longa trajetória do ditador soviético Stalin, desde o princípio da Revolução Russa (1917) até sua morte em 1953. Exibição do terror político soviético e da personalidade cruel de Stalin. Ótima reconstituição histórica, cenas filmadas no Kremlin.
(Fonte: http://www.sobenh.org.br/filmes.htm)

Título: Alexandre Nevsky
Título Original: Aleksandr Nevsky
Gênero: Épico
Tempo de Duração: 112 minutos
Ano de Lançamento (Rússia): 1938
Direção: Sergei Eisenstein e Dmitri Vasilyev
Roteiro: Sergei Eisenstein e Pyotr Pavlenko
Sinopse: O diretor Sergei Eisenstein (O Encouraçado Potemkin) leva às telas a história do príncipe-herói russo que unificou o país no século XIII: Rússia, primeira metade do século XIII. Em um momento difícil da sua história o país é invadido em uma frente pelos cavaleiros teutônicos e por outra frente pelos tártaros. Como resultado, a pátria é saqueada e a moral da população fica bem baixa. Finalmente, o deprimido e instável príncipe Alexander Yaroslavich Nevsky (Nikolai Cherkasov) é chamado para liderar seu povo na luta contra os opressores.
O ditador Joseph Stalin queria que Alexandre Nevsky fosse produzido como propaganda para alertar os cidadãos russos do perigo de uma invasão alemã. Entretanto, quando foi lançado nos cinemas o filme foi rejeitado inicialmente, devido à proximidade da assinatura de um acordo de não-agressão entre Rússia e Alemanha. Porém, após a invasão alemã ao território russo em 1941 Stalin ordenou que Alexandre Nevsky fosse exibido em todo cinema russo, na intenção de inspirar a população local a resistir à invasão.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/alexandre-nevsky/alexandre-nevsky.asp)

Título: Greve
Título Original: Statchka
Gênero: Drama
Ano de Lançamento (Rússia): 1924
Direção: Sergei Eisenstein
Sinopse: A ação desenrola-se numa das maiores fábricas da Rússia czarista. Tudo parece calmo: os operários trabalham, a burguesia goza de uma vida rica em prazeres; mas, essa serenidade é só aparente: os contra-mestres percebem que, entre os operários, há uma agitação dissimulada e comunicam à direção da fábrica. A direção por sua vez avisa à polícia. Os espiões infiltram-se na fábrica e na vila operária.



Apelos à luta são lançados pelo comitê. O suicídio de um operário, injustamente acusado pela direção de ter roubado documentos, marca o início da greve. Os operários deixam as fábricas, as máquinas param. Organiza-se uma concentração na floresta. Uma ofensiva da guarda montada fracassa. Ao saber da recusa da administração em satisfazer as reivindicações dos operários, o comitê decide continuar a greve. A polícia incendeia o depósito de vinhos, certa de que os operários esfomeados irão saqueá-lo, o que serviria de pretexto para represálias; entretanto, o plano não funciona.
(Fonte:http://72.14.209.104/search?q=cache:0n8OcACkhi8J:www.klepsidra.net/klepsidra9/eisenstein.rtf+stalin+filme+ficha&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br)

Título: Outubro – Dez Dia que Abalaram o Mundo
Título Original: Oktiabr – Dessiat Dnei Kotoye Potriasli Mir
Gênero: Drama
Ano de Lançamento (Rússia): 1928
Direção: Sergei Eisenstein e G. Alexandrov
Sinopse: Fevereiro de 1927. Ruiu a autocracia. A estátua de Alexandre III é derrubada. A burguesia, que tomou o poder, canta vitória. Nas igrejas, os sacerdotes desejam êxito ao Governo Provisório. Os soldados russos e alemães fraternizam na frente. Mas os mencheviques e os socialistas-revolucionários atraiçoam o povo: comprometem-se a continuar a guerra até a vitória final. Reinam a fome e o frio em Petrogrado. Perto da "Estação da Finlândia", Lênin, de volta, faz um discurso caloroso aos operários, soldados e marinheiros, os quais vieram ao seu encontro.
Em julho, operários, soldados e marinheiros concentram-se muito perto do quartel general dos bolcheviques, situado no palácio Kszesinska. A concentração transforma-se em manifestação. Os alunos da escola militar atiram contra os manifestantes desarmados. A fim de isolar os bairros operários, o Governo Provisório ordena que se levantem as pontes sobre o rio Nêva. A redação do jornal "Pravda" é saqueada, os números recém impressos jogados ao rio. Os bolcheviques são obrigados a entrar na ilegalidade. O ídolo da burguesia, Kerenski, sobe as escadas do Palácio de Inverno, a residência dos tzares e, diante do busto de Napoleão, assume a pose do imperador e general francês. O proletariado de Petrogrado prepara as defesas da cidade contra o ataque do general Kornilov, que se rebelou contra o governo provisório. Os operários armam-se; estão prontos. A aventura de Kornilov acabou-se. Os grandes dias de outubro aproximam-se. Destacamento de insurrectos vão do Estado-Maior da Revolução até o Palácio de Inverno para assaltar o último baluarte da burguesia. Os Cossacos, os alunos das escolas militares e as mulheres-soldados do "batalhão da morte" defendem o palácio.
Durante o assalto, abre-se o Segundo Congresso dos Sovietes. Os delegados chegaram de todos os pontos do país. Os ministros do Governo Provisório, abandonados pelo Primeiro Ministro Kerenski, além de apavorados, dispersam-se. De noite, os agitadores de Smolni penetram no Palácio a fim de convencer os Cossacos a aderir à Revolução. Os destacamentos de operários e soldados levam o combate até os apartamentos dos tzares. Com um sorriso irônico nos lábios, um soldado examina a riqueza do quarto do Tzar, onde, há poucas horas, Kerenski dormia. Os

ministros de Kerenski são presos. O poder passa para os sovietes.
(Fonte:http://72.14.209.104/search?q=cache:0n8OcACkhi8J:www.klepsidra.net/klepsidra9/eisenstein.rtf+stalin+filme+ficha&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br)

Título: Câmera Olho – Réquiem a Lenin
Título Original: Tri Pesni o Lenine
Gênero: Documentário
Tempo de Duração: 62 minutos
Ano de Lançamento (Rússia): 1934
Direção: Dziga Vertov
Sinopse: Esta compilação dirigida pelo soviético Dziga Vertov, criador do "cinema-olho", investiga o país do famoso Vladimir Ilich Lênin (1870-1924), em três filmes de curta-metragem que abordam sua vida, carreira política e a importância de sua figura na História. Mudo e em preto e branco.
(Fonte: http://www2.uol.com.br/menuinterativo/lancamentos_julho2001.htm)

Título: O Círculo do Poder
Título Original: The Inner Circle
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 137 minutos
Ano de Lançamento (Rússia): 1991
Direção: Andrei Konchalovsky
Sinopse: história de Ivan Sanchin, funcionário da KGB e operador de projeção de filmes privados de Joseph Stalin, durante os anos de 1939 e 1953, ano da morte do ditador. O filme é baseado numa história real. Durante os tempos do stalinismo, Ivan é detido pela poderosa KGB para trabalhar como projecionista particular do grande líder socialista e tem de escolher entre sua lealdade ao partido e o amor da esposa Anastasia, a quem talvez ele não volte a ver.
(Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/O_C%C3%ADrculo_do_Poder)

Título: Ivan, O Terrível I e II
Título Original: Ivan Grozny
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 96 e 84 minutos
Ano de Lançamento (Rússia): 1944 e 46
Direção: Sergei Eisenstein.
Sinopse: Na primeira parte da saga do herói russo do século 16, o czar Ivan IV, com carismática atuação de Cherkasov e bela música de Sergei Prokofiev. Este primeiro segmento mostra o início da trajetória de Ivan à frente do governo e seu casamento com Anastasia Romanovna (Tselikovskaya). Mais tarde, enfrenta conspiradores que chegam a envenenar sua esposa.



A saga do lendário czar russo foi planejada para ser uma trilogia, mas Eisenstein teve que travar uma luta contra a censura, aparentemente por causa da negativa descrição que fez da polícia secreta de Ivan – Stalin temia que o cineasta fizesse uma velada referência a ele próprio.
(Fonte: http://www2.uol.com.br/menuinterativo/lancamentos_julho2001.htm)

Título: Leste/Oeste – O Amor no Exílio
Título Original: Est-ouest
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 120 minutos
Ano de Lançamento (França): 1999
Direção: Régis Wargnier
Roteiro: Sergei Bodrov, Louis Gardel, Rustam Ibragimbekov e Régis Wargnier
Sinopse: Junho de 1946. Stalin lança uma vasta campanha de propaganda direcionada aos emigrantes russos que vivem no Oeste, oferecendo-lhes anistia, um passaporte soviético e a chance de participar da reconstrução da União Soviética pós-guerra. Alexei Golovin (Oleg Menshikov), um emigrante que vive na França, responde ao apelo de Stalin e decide retornar à sua terra natal, levando consigo sua esposa francesa, Marie (Sandrine Bonnaire), e seu filho, Seryozha (Ruben Tupiero). Ao chegarem em Odessa, a recepção de Stalin surpreende pela violência e falta de liberdade do lugar. Para salvar sua família em meio aos soviéticos, Alexei é obrigado a ser um exemplo de patriota, o que lhe causa conflitos com sua esposa. Apesar da força de seu amor, Alexei e Marie vão se distanciando um do outro aos poucos, culminando com a vontade de Marie de partir novamente, a fim de recuperar sua liberdade. Até que chega à cidade um grupo de teatro francês, liderado pela conhecida atriz Gabrielle Develay (Catherine Deneuve), que irá mudar sua vida.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/leste-oeste/leste-oeste.asp)

Programas de TV

Programa Roda Viva – TV Cultura:
Entrevista com Bolivar Lamounier, cientista político brasileiro: 02/06/1997
http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=561

Entrevista com Ricardo Alarcon, presidente da Assembléia Nacional de Cuba: 18/06/2001
http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=753

Entrevista com Fidel Castro, presidente de Cuba: 19/03/1990
http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=187

Entrevista com Jacob Gorender, historiador, militante histórico do comunismo no Brasil, dirigente político, intelectual estudioso do marxismo e da realidade do país: 16/01/2006
http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=988

Entrevista com Luis Carlos Prestes, ex-secretário do Partido Comunista Brasileiro: 27/10/1986
http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=5

Roda Viva com Francisco de Oliveira, sociólogo, economista e um dos mais respeitados intelectuais da esquerda brasileira: 01/12/2003
http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=877

Série Alô Escola – TV Cultura:
Equipe de produção internacional:
Produzido por: Via Le Mond (D.B.) Inc. com a participação de: La Sept (France)
Concepção original: Daniel Bertolino e Catherine Viau
Roteiro: Catherine Viau
The Multimedia Group of Canada
Equipe de produção TV Cultura:
Roteiro: Fernando Navarro, Dora Karam

Episódios:
Cenas do Século XX: O Muro de Berlim
(http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/internacionais/murodeberlim.htm)

Cenas do Século XX: República Popular da China
(http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/internacionais/china.htm)

Guerra Fria
(http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/guerrafria/index.htm)

Músicas

- Canção *Mama África*, Chico César.
- Canção *Canción Con Todos*, Mercedes Sosa.
- Canção *Revolution*, The Beatles.



- Canção *Al Otro Lado del Rio* (Trilha do filme "Diários de Motocicleta"), Jorge Drexler.
- Canção *How Many People*, Paul McCartney.
- Canção *À Palo Seco*, Belchior.
- Canção *Quero ir à Cuba,* Caetano Veloso.
- Canção *Fado Tropical*, Chico Buarque.
- Canção *Estado Violência*, Titãs.
- Canção *Marginália II*, Gilberto Gil.
- Canção *Give Peace a Chance*, Jonh Lennon.

Poesia

Che. CORTÁZAR, Júlio. 1967. In: http://www.juliocortazar.com.ar/obras.htm

Linha do Tempo

A seguir estão apresentadas as cronologias da Revolução Russa, da Revolução Socialista na China e da Revolução Cubana

História da Revolução Russa

1903 – O POSDR se dividiu em dois grupos: um ligado a Lênin, que levou o nome de bolchevique (maioria, por terem maioria de votos no congresso do Partido) e outro ligado aos dirigentes Martóv e Plekhanov, que ficou conhecido como menchevique (minoria).

1905 – Primeira onda da Revolução Russa, de caráter democrático, contra o absolutismo feudal czarista.

1914 – Explode a Primeira Guerra Mundial, como conseqüência da fase e das disputas imperialistas entre as potências capitalistas.

Os partidos da II Internacional aprovam os créditos de guerra aos seus governos, negando as teses internacionalistas. Lênin e Rosa de Luxemburgo dizem que II Internacional faliu após isso.

Ao final da guerra, a Alemanha, derrotada, terá que pagar os prejuízos de guerra, pelo Tratado de Versalhes.

1917 – Revolução Russa

Fevereiro – Revolução democrático-burguesa espontânea. Assume o príncipe Lvov, que em julho foi substituído por Kerensky.



Agosto – Tentativa derrotada de golpe de Kornilov. Bolcheviques se tornam maioria nos sovietes.

Outubro – Tomada do Palácio de Inverno. Revolução de caráter mais claramente socialista. Lema: "Pão, Paz e Terra". Poucas mortes.

1918 – Março – Irrompe a Guerra Civil, que se estendeu até 1921. Durante este período predominou o regime do Comunismo de Guerra, baseado nas requisições da produção camponesa e no racionamento.

1919 – Março – Tratado de Brest-Litovsk, Rússia sai da guerra. Paz com a Alemanha.

1921 – Vitória do Exército Vermelho na Guerra Civil. Saldo: milhões de mortos na guerra ou pela fome e economia arrasada.

Constatação do fracasso do comunismo de guerra e início à Nova Política Econômica, a NEP.

Os demais partidos soviéticos foram banidos em 1921.

1922 – Fundação da União Soviética – URSS.

Final do ano. Afastamento de Lênin, por doença. Stalin assume a Secretaria Geral do Partido Comunista Russo.

1924 – Morte de Lênin abre caminho para Stalin. Trotsky organiza a Oposição de Esquerda. Stalin já tinha sob controle o aparato do partido.

1925 – Trotsky é destituído de seu cargo no Comissariado do Povo.

1926 – Zinoviev e Kamenev rompem com Stalin e junto com a Oposição de Esquerda compõem a Oposição Unida.

1927 – Stalin derrota definitivamente e massacra qualquer oposição.

1928/1929 – Começam as medidas da Coletivização Forçada da terra, pelo método do terror contra qualquer um que se opusesse.

1929 – Trotsky foi exilado.

Início do Primeiro Plano Qüinqüenal (1929-1933) de industrialização acelerada. Na década de 30 foram desenvolvidos outros três planos qüinqüenais que fizeram a URSS crescer mais rapidamente que qualquer país capitalista.

1936 – Processos de Moscou – Julgamentos forjados condenam a morte ou ao exílio em regiões inóspitas milhares de oposicionistas, acusados sempre de fazerem o jogo do inimigo pelo simples fato de discordar do regime de Stalin, que ao final, teria assassinado a grande

maioria dos dirigentes do partido bolchevique que dirigiu a Revolução Russa, como Zinoviev, Kamenev, Bukharin e Trotsky.

1940 – Início da Segunda Guerra Mundial.
Assassinato de Trotsky.

História da revolução socialista na China

1931 – Maio: Proclamação do "governo independente" comunista de Cantão. (setembro). O Japão invade a Manchúria, uma das regiões mais ricas e desenvolvidas economicamente, situada ao Norte da China. (novembro): O PCC proclama a República Soviética da China em Kiangsi, controlando seis distritos. A China Soviética declara guerra ao Japão.

1934 – Chiang Kai Shek organiza uma expedição de 500 mil homens apoiados por aviões militares contra as bases do PCC (a China Soviética). (outubro): o "Exército Vermelho" do PCC experimenta várias derrotas. A China Soviética é derrotada; os partidários do PCC devem retirar-se de Hunan e de Kiangsi:, começa a Longa Marcha, de mais de 100 mil homens.

1935 – Outubro: a Longa Marcha termina em Shensi. O PCC reorganiza seu Exército e executa na região algumas medidas que lhe valem o apoio camponês. O congresso do PCC escolhe Mao Tse-tung como secretário-geral; cai a influência da Internacional Comunista no PCC. Dos 100 mil que partiram, apenas 9 mil terminaram a Longa Marcha.

1936 – Dezembro: Chiang é detido quando suas tropas exigem lutar contra os japoneses e não contra os comunistas. Liberado por intervenção da URSS, negocia com o representante do PCC (Chou En-lai) uma Frente Única contra o Japão.

1941 – Janeiro: um incidente com o 4° Exército (do PCC) acaba com a Frente Única. O PCC consolida suas bases regionais no Norte da China. O Japão entra em guerra com os Estados Unidos, a partir do ataque a Pearl Harbor, base naval norte-americana no Pacífico.

1942 – O PCC começa um movimento pela reforma agrária no Norte; as regiões controladas pelos "vermelhos" abarcam 100 milhões de pessoas.

1945 – Agosto: O Japão rende-se aos Aliados. Disputa entre o PCC e o KMT para ocupar os territórios abandonados pelos japoneses; os Aliados facilitam uma ponte aérea ao KMT (reconhecido como governo legal, inclusive pela URSS) para ocupar o Norte, que se encontra



sob risco de passar para o controle total do PCC. Chiang reprime o movimento operário nas cidades retomadas ao Japão, notadamente uma greve geral em Xangai. (outubro): As negociações KMT-PCC são rompidas.

1946 – Missão Marshall, na tentativa de formar um "governo de união nacional", fracassa pela intransigência de Chiang. Porém, o PCC restitui a Manchúria ao KMT. Logo depois, guerra civil. (julho): Chiang dá início à sua ofensiva, contando com um grande exército (500 aviões, boa parte pilotados por americanos) .

1947 – Março: começa a Campanha do Noroeste (Mao), que irá até junho de 1949.

1949 – Outubro: após a completa vitória militar do EPL contra o KMT, é proclamada a República Popular da China (RPC), com capital em Pequim. Os nacionalistas, sob Chiang Kaishek, retiram-se para Taiuan (Formosa). (dezembro): Mao visita a URSS até 4 de março de 1950, assinando, com Stalin, o Tratado de Amizade, Aliança e Ajuda.

1951 – Fevereiro-maio: Lei de castigo dos contra-revolucionários, campanha nacional contra a intervenção norte-americana na Coréia. Na Manchúria, Kao Kang inicia o plano para aumentar da produção. (maio): as tropas chinesas anexam o Tibete. (dezembro): Movimento dos três anti (contra a corrupção, o desperdício e a burocratização).

1952 – Dezembro: Chou En-lai anuncia o Primeiro Plano Qüinqüenal.

1954 – Fevereiro: Expurgo de Kao Kang do PCC. O escritor Hu Feng desafia o PCC; tem eco entre outros escritores de Xangai. (abril): A RPC participa da Conferência de Genebra sobre a Coréia e a Indochina. Primeira entrada da RPC numa grande conferência internacional. junho: Proclamação da Constituição da RPC.

1955 – Mao contra-ataca Hu Feng e os escritores dissidentes.

1956 – Maio: Mao publica a declaração *Que desabrochem cem flores*. (setembro): O VIII Congresso do PCC confirma as Três Transformações Socialistas (expropriação da burguesia industrial, do comércio urbano, movimento cooperativista no campo, que dá início às Comunas Agrárias).

História da Revolução Cubana:

1868 – Começa a guerra de independência de Cuba.

1878 – Pacto de Zanzón.

Termina a guerra de independência.

1879 – Começa a *Guerra Chica,* encabeçada por Calixto Garcia, um novo movimento independentista que termina naquele mesmo ano.

1880 – Abolição da escravidão em Cuba.

1895 – Manifesto de Montecristi.

José Martí desembarca em Cuba.

José Martí perde a vida em Dos Ríos.

1898 – Guerra Hispano-Americana.

1899 – Governo militar em Cuba.

1900 – Emenda Platt.

1902 – Proclamação da República.

Tomás Estrada Palma se torna o presidente.

1903 – Tratado de reciprocidade comercial com os Estados Unidos.

1925 – Gerardo Machado se torna presidente.

Fundação do Partido Comunista de Cuba.

1929 – Julio Antonio Mella é assassinado no México por ordens de Machado.

1931 – Insurreição contra Machado.

1933 – Nova insurreição contra Machado.

O presidente Machado sai do poder.

Carlos Manuel de Céspedes é nomeado presidente, mas muitos rejeitam essa medida.

Fulgencio Batista derruba o governo Céspedes e é designado um governo provisório de cinco membros, a pentarquia.

Batista se torna chefe do exército.

1935 – Assassinato de Antonio Guiteras.

1940 – Nova Constituição.

O Partido Comunista volta a legalidade.

1944 – Eduardo Chibás organiza o Partido Ortodoxo.

1951 – Eduardo Chibás se suicida durante uma transmissão de rádio.

1952 – Batista dá um novo golpe de Estado para impedir as eleições.



1953 – Assalto ao Quartel Moncada.

Julgamento de Fidel Castro.

Discurso *A história me absolverá.*

1955 – Fidel Castro vai para o exílio no México.

1956 – Fidel organiza a expedição do *Granma.*

Desembarque em Cuba.

1957 – Combate de La Plata.

Assassinato de José Antonio Echeverría.

Assassinato de Frank País.

Combate de Guisa.

1958 – Sequestro do piloto argentino Juan Manuel Fangio.

Segunda Frente da zona norte do Oriente comandada por Raúl Castro.

Manifesto da Sierra Maestra.

Batalha de Jigüe.

Invasão do Ocidente.

Lei N. 3 da Reforma Agrária, na Sierra Maestra.

Che Guevara consegue a rendição do Quartel do Fomento, em Las Villas.

Camilo Cienfuegos consegue a rendição do Quartel de Yaguajay.

Che Guevara ataca Santa Clara, descarrila o trem blindado, vence a batalha de Santa Clara e toma a cidade.

1959 – Triunfo da Revolução Cubana.

1961 – Proclamação do caráter socialista da revolução.

Invasão da Baía dos Porcos.

O governo revolucionário vence os invasores.

1962 – Crise dos Mísseis.

Bloqueio norte-americano.

Nacionalização de todas as empresas comerciais particulares.

Aula 5
Resenha

O socialismo não se impôs politicamente só através de revoluções, mas atuou e, às vezes, conduziu processos políticos em muitos países do mundo, com maior ou menor força. Nessa aula são analisadas as experiências significativas das duas correntes mais expressivas: atuação dos partidos socialistas e de partidos socialdemocratas do século XX.



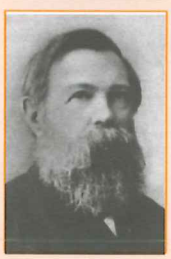
Aula 5
Experiências de socialismos em Estados democráticos

Oswaldo Coggiola

A Internacional Socialista (IS)

- Criação do Partido Socialdemocrata da Alemanha (1875), que unia as diversas correntes do movimento operário alemão
- Nos anos seguintes surgem partidos socialistas, na França, Áustria, Espanha, Itália, EUA, Inglaterra e Rússia
- Fundada em 1998, a IS (ou II Internacional) sucedeu a Associação Internacional dos Trabalhadores, dissolvida em 1872, após a derrota da Comuna de Paris





A entidade conhecida hoje como Internacional Socialista (IS) foi fundada em 1889, em Congresso celebrado em Paris. Friedrich Engels estava presente ao Congresso, mas já não Karl Marx, morto em 1883. A IS sucedeu à Associação Internacional dos Trabalhadores, dissolvida em 1872, após a derrota da Comuna de Paris. Por isso foi também chamada de *Segunda Internacional*.

Nos primeiros anos da década de 1860, acontecimentos ocorridos no cenário internacional fizeram com que lideranças sindicais e ativistas socialistas começassem a pensar em fundar uma organização que reunisse as forças e militantes que estavam a favor da luta dos trabalhadores e das nações oprimidas.



O resultado disso foi a criação da Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) em Londres, no St. Martin Hall, no ano de 1864. Naquele ano, um pouco antes da fundação da Internacional, em julho, houvera a morte de Ferdinand Lassalle, o líder dos socialistas alemães, fundador da primeira organização política de trabalhadores na Alemanha (a *Allgemeinen Deutschen Arbeitervereins*).



Em 1870 eclodiu a guerra franco-prussiana, que culminou, simultânea e paralelamente, com a criação formal da nação alemã, e a explosão da Comuna de Paris, que durou de março a maio de 1871, e foi "o primeiro governo operário" (ou ditadura do proletariado) da História, nas palavras de Marx. Em 1871, portanto, quando caíram os últimos *communards* transpassados pelas balas da reação francesa, encerrou-se um capítulo da história do movimento operário e socialista mundial. Uma cortina de violência desceu sobre o cenário político europeu. Liberais e conservadores, republicanos e monarquistas se uniram numa nova santa aliança contra o proletariado revolucionário e sua representante maior a Associação Internacional dos Trabalhadores, posteriormente conhecida como I Internacional.

No ano seguinte reuniu-se em Haia o último congresso da Internacional em solo europeu. Por proposta de Karl Marx, o seu conselho geral foi transferido para os Estados Unidos. Ele queria com isto protegê-lo dos ataques da reação e também da ação desagregadora dos anarquistas, que ameaçavam assaltar a direção da organização. A Internacional ainda viveu debilmente mais alguns anos; até que, em 1876, diante dos reveses sofridos pelo movimento operário e socialista, o Congresso de Filadélfia decidiu pela sua dissolução.

No entanto, profundas modificações já estavam se gestando no seio do capitalismo. Estas teriam importantes conseqüências para o movimento revolucionário em todo o mundo. O fim da década de 1870 e o início da década seguinte foram um período de rápido desenvolvimento econômico, em especial na Alemanha. A produção se concentrou cada vez



mais em grandes centros industriais. Forjou-se uma classe operária numerosa e com elevado espírito de organização e de luta. Somente na Fábrica Krupp, em Hessen, concentravam-se mais de 45 mil operários. As bases sociais para a construção de um amplo movimento de massas proletárias guiado pelas idéias socialistas já estavam dadas.

Neste período surgiram os primeiros partidos políticos independentes, e de massa, do proletariado. Em 1875, no Congresso de Gotha, as duas organizações políticas dos operários socialistas da Alemanha, os eichenianos (marxistas) e lassalianos, fundiram-se em um único partido. Nasceu assim o Partido Socialdemocrata da Alemanha. Apesar das críticas de Marx e Engels ao programa aprovado, no qual os socialistas internacionalistas haviam feito concessões injustificáveis às idéias de Lassalle, ele representou um importante acontecimento para o proletariado alemão. Este agora dispunha de um forte instrumento para se lançar mais decididamente à luta política.

Nos anos seguintes foram formados partidos socialistas, na França, Áustria, Espanha, Itália, EUA, Inglaterra e Rússia. A maioria dessas organizações nasceu sob o signo da teoria marxista. Pouco a pouco foi surgindo a necessidade de agrupar todos esses partidos em uma nova organização de caráter internacional, que pudesse unificar e direcionar as diversas lutas nacionais no sentido de superar a dominação e a exploração capitalista em escala mundial.

É nesse contexto do final do século XIX que a luta dos trabalhadores contra a exploração se materializa numa grande manifestação em Chicago (EUA), em 1886. Esta foi marcada para o 1º de maio de 1886. A polícia norte-americana, instrumento do patronato contra a organização dos trabalhadores, reprimiu brutalmente a manifestação; os trabalhadores se defenderam e atacaram os policiais, mas a força repressiva foi muito maior. O número de mortos nunca pôde ser apurado, muitos foram enterrados clandestinamente e inúmeras prisões foram efetuadas. Líderes como Albert Parsons, Georg Engel, Adolph Fischer, Louis Lingg e August Spies foram condenados à morte, outros foram condenados à prisão perpétua ou a penas de longos períodos.



A repressão ao 1º de Maio de 1886, em Chicago, foi o ponto alto de um processo

de ataques aos trabalhadores nos grandes centros da época. Se, por um lado, inexistiam leis de proteção ao trabalho, por outro, o capital contava com leis para impedir a organização dos trabalhadores. Em muitos países, sindicatos e partidos eram proibidos ou fortemente controlados, e quem tentasse organizar os trabalhadores era considerado criminoso. Na Alemanha, o partido socialista, sindicatos e a imprensa operária foram proibidos. Nos EUA, os sindicatos sofreram um duro golpe, que só foi superado no começo do século seguinte.

Na segunda metade do século XIX, a industrialização avançara enormemente na Europa Ocidental. Desenvolveram-se as indústrias de bens de capital, produzindo em larga escala equipamentos, máquinas, navios, produtos químicos etc., empregando uma grande massa de trabalhadores. Foi a chamada "segunda revolução industrial", que teve seu epicentro na Alemanha, não mais na Inglaterra, onde a primeira revolução industrial se desenvolvera após 1780. Os aperfeiçoamentos tecnológicos (aumento da composição orgânica do capital) trouxeram uma inédita concentração do capital, com o predomínio de poucas grandes empresas e bancos, ou seja, o surgimento do capitalismo monopolista.

O progresso econômico levou os países capitalistas a uma competição internacional por mercados cada vez mais escassos, se medidos em relação ao potencial produtivo acumulado, acentuando-se a rivalidade entre as nações européias na luta por mercados e áreas de investimento fora da Europa. Isso deu origem, a partir de 1870-75, à corrida imperialista que resultou na partilha da Ásia, África e América entre as potências imperialistas. O aumento da riqueza e o acentuado crescimento das organizações operárias, por outro lado, permitiram que a classe operária européia alcançasse melhores condições de vida, com elevação dos salários e do consumo e obtivesse maiores direitos políticos, como a extensão do direito de voto a praticamente todos os homens. O desenvolvimento econômico rápido criou condições favoráveis para a formação de uma camada de operários melhor remunerada e com maiores direitos sociais. Alguns autores definiram esta camada como "aristocracia operária". Esta, ao lado da pequena-burguesia urbana, foi a



base social onde se assentou o reformismo socialdemocrata.

No entanto, este desenvolvimento do capitalismo europeu só foi possível graças à super exploração das colônias e dos países capitalistas periféricos. A guerra colonial era justamente uma maneira de manter os privilégios das grandes burguesias nacionais e, por sua vez, era a condição para que se mantivesse o nível de vida de parcelas privilegiadas do proletariado.

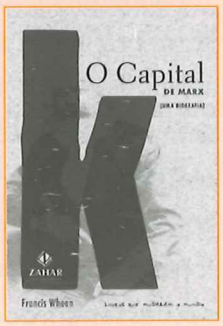
Essa situação modificou o movimento operário, dividindo-o em diversas tendências conflitantes. A própria derrota da Comuna de Paris, afogada em sangue, agia como um fator de moderação em alguns setores (em outros, ao contrário, produzira uma tendência para a radicalização política). Ao lado dos grupos de marxistas que insistiam na via revolucionária para o socialismo, surgiu outra tendência, que defendia uma posição mais moderada, afirmando que se poderia caminhar para o socialismo pela via parlamentar, utilizando-se das instituições democráticas para derrotar o capitalismo. Essa corrente moderada, que se posicionou também contra as greves gerais e as revoluções violentas, ganhou apoio entre os trabalhadores melhor posicionados no mercado de trabalho e a classe média.

O contato entre os movimentos operários dos diversos países europeus amadureceu a idéia da criação da II Associação Internacional de Trabalhadores. As questões das conquistas políticas e econômicas do proletariado e de como se posicionar frente ao imperialismo marcaram o funcionamento dessa Internacional. A expansão da organização operária não foi homogênea, acontecendo de forma diferente em cada região, dependendo da tradição sindical e partidária de cada país: na Inglaterra, os sindicatos dos trabalhadores fabris (*Trade Unions*) foram o veículo pelo qual o socialismo se implementou; na Alemanha, o partido socialdemocrata dirigia as organizações sindicais; ou na França, onde o socialismo e sindicalismo se desenvolveram paralelamente.

A partir de 1876 ressurgiu e se fortaleceu a idéia de ligações internacionais entre estas organizações nacionais. Em 1888, apesar da resistência da socialdemocracia alemã, e de Friedrich Engels, planejou-se a organização de um Congresso Internacional para o ano seguinte em Paris, comemorando o centenário da Queda da Bastilha. Houve dois congressos distintos, um predominantemente marxista e outro

sindicalista. O Congresso marxista foi organizado por Engels e pela socialdemocracia alemã, juntamente como o partido operário francês.

Engels foi o principal incentivador do conclave. Durante todo o primeiro semestre daquele ano ele se concentrou na tarefa de garantir uma maioria "marxista". Escreveu: "Este maldito congresso e tudo que a ele se relaciona já vem a três meses tomando todo o meu tempo: escrivinhaduras, correrias, um rebuliço dos diabos". Como propôs Engels, em 14 de julho (aniversário da Revolução Francesa) reuniu-se o Congresso Operário e Socialista Internacional. Este contou com a participação de 300 delegados, representando cerca de 20 países. Sem dúvida, foi o congresso internacional mais representativo já realizado pelo movimento socialista até então. Ali estavam presentes Augusto Bebel, Eduard Berstein, Jules Guesde, Clara Zetkin, Charles Longuet, Paul Lafargue, Plekhanov entre outros. Mas Engels, o principal expoente do movimento, não pode comparecer. Após ter garantido a participação de uma folgada maioria de delegados afinados com as teses marxistas, teve que se dedicar a outra importante tarefa: preparar para publicação os volumes restantes de *O Capital*, a *magnum opus* de Karl Marx.



No mesmo ano, pela primeira vez, o proletariado comemorou o 1º de maio, data do massacre dos trabalhadores de Chicago, como Dia Internacional dos Trabalhadores. Entre as resoluções práticas do congresso fundador da Internacional Socialista, estavam os apoios à iniciativa da *American Federation of Labour* (Federação Americana do Trabalho), a AFL, que pretendia realizar uma grande manifestação no 1º de Maio de 1890,












para lembrar a morte dos operários de Chicago. A Internacional Socialista aprovou a idéia e instituiu a data como Dia Internacional dos Trabalhadores, adotando como programa fundamental a luta pelas oito horas. Essa deveria ser uma grande manifestação internacional, com data fixa, de maneira que, em todos os países, e em todas as cidades, ao mesmo tempo, os trabalhadores se mobilizariam. No final, foi decidido que os trabalhadores das diversas nações teriam que "realizar esta manifestação nas condições que lhes são impostas pela situação especial de cada país". Nascia assim o 1º de Maio, como Dia Internacional de Luta dos Trabalhadores.

Engels, impressionado com a gigantesca manifestação realizada pelos operários ingleses escreveu: "Até onde meus olhos viam um mar de cabeças, 250 mil ou 300 mil pessoas, das quais três quartos eram operários. Foi a assembléia mais gigantesca de todas as que alguma vez se realizaram aqui. O que eu não daria para que Marx tivesse vivido ainda este despertar."

Na Alemanha o Partido Socialdemocrata da Alemanha (SDP), unia as diversas correntes do movimento operário alemão. Apesar das divergências internas e da forte repressão do governo do primeiro ministro Otto von Bismarck, o SDP conheceu um enorme avanço no campo eleitoral, chegando a obter mais de 500 mil votos nas eleições de 1877 e 1.427 mil votos nas de 1890, tornando-se o partido mais forte do país. O principal teórico da socialdemocracia alemã foi o marxista tcheco Karl Kautsky (1854/1938).

- Inglaterra: o movimento operário estava mais ligado aos sindicatos, os socialistas agruparam-se numa organização denominada "Sociedade Fabiana", que discordava de Marx em relação à natureza e ao papel do Estado
- Diferentes grupos compunham a IS: centristas, revisionistas e esquerdistas

Na Inglaterra, onde o movimento operário estava mais ligado aos sindicatos, os socialistas agruparam-se numa organização denominada "Sociedade Fabiana", que discordava de Marx em relação a natureza e ao papel do Estado. Eles acreditavam ser possível, numa democracia parlamentar baseada no sufrágio universal, chegar à igualdade social e talvez até à supressão da propriedade privada. O dramaturgo Bernard Shaw pertencia a essa sociedade, chefiada pelo casal composto por Sidney e Beatrice Webb.

Na década de 1890, ganhou corpo na Alemanha uma corrente política liderada por Eduard Bernstein (1850/1932), que propunha uma revisão minuciosa dos pontos básicos do marxismo. Ele afirmou que o avanço do capitalismo não estava levando a um aprofundamento das diferenças entre as classes; que o sistema capitalista não iria entrar nas crises sucessivas que o destruiriam e abririam caminho ao socialismo; e que a democracia burguesa permitiria que os partidos operários conseguissem todas as reformas necessárias para assegurar o bem-estar dos trabalhadores sem necessidade de uma ditadura do proletariado.

O rompimento com os anarquistas

- Na década de 1890 a Internacional decidiu a exclusão dos anarquistas, dadas as divergências ideológicas em relação à ação política, pois para eles a Internacional não deveria participar de eleições, nem participar de qualquer cargo dos aparelhos estatais
- 1893: foi aprovada uma resolução que praticamente excluiu da Internacional as organizações que não fossem partidárias da ação política visando à conquista do poder político pelo proletariado
- O marxismo consolida-se como principal força política no interior do movimento operário europeu

Na década de 1890 a Internacional decidiu a exclusão dos anarquistas, dadas as divergências ideológicas em relação à ação política, pois para eles a Internacional não deveria participar de eleições, nem participar em qualquer cargo dos aparelhos estatais. No Congresso de Zurich, em 1893, foi aprovada uma resolução que praticamente excluiu da Internacional as organizações que não fossem partidárias da ação política visando à conquista do poder político pelo proletariado. No congresso de Londres de 1896, por proposta de Liebknecht, os anarquistas foram definitivamente expulsos das fileiras da Internacional. Assim, no final do século XIX, o marxismo se consolidou como principal força política no interior do movimento operário europeu. Engels morreu em 1895.



No ano seguinte à morte de Engels realizou-se em Londres um congresso da Internacional Socialista, que consolidou, por



proposta de Liebknecht a expulsão dos anarquistas das fileiras daquela organização, consolidando o marxismo como principal força política no interior do movimento operário europeu. Esta resolução acentua o que se vinha esboçando desde o Congresso de Zurique, realizado três anos antes e que havia determinado a táctica que exigisse aos seus aderentes uma posição mais clara diante da luta política, inclusive parlamentar, que ia radicalmente contra os princípios dos anarquistas. Nesse congresso foi dito claramente que é necessário conquistar os poderes públicos para legislar e administrar a nova sociedade, resolução que excluía da Internacional as organizações que não fossem partidárias da ação política visando à conquista do poder político pelo proletariado.

Também ali foi reconhecido o direito das nações à autodeterminação, criticando os socialdemocratas das grandes potências colonizadoras, que não defendiam esse direito das colônias oprimidas pelos seus países. Azedo Gneco representou o Partido Socialista Português nesse congresso de Londres. Gneco era um operário e foi secretário-geral do Partido Socialista em substituição de José Fontana. Não aderiu inteiramente às teses deste congresso, recusando aceitar que o problema da classe operária passasse pela substituição da Monarquia pela República, nem aderindo às teses marxistas. Apenas no que a autodeterminação das colônias era mais flexível preconizando algumas "melhorias" na situação dos povos coloniais. Em 1897 haveria uma cisão dentro do Partido Socialista de Portugal, quando Ernesto Silva e Teodoro Ribeiro pretenderam uma aliança com o Partido Republicano, tendo surgido uma aliança republicano-socialista.

A Internacional era politicamente heterogênea. A presença da bancada da Sociedade Fabiana inglesa era um exemplo: eles defendiam não a mudança do regime pela força ou evolutivamente, mas a implantação de uma "democracia industrial", alcançada através de um "socialismo administrativo". No caso dos possibilistas franceses, isto é, da tendência de Paul Brousse, o que pretendem era a "nacionalização dos diversos serviços públicos pela Comuna". Os sindicalistas ingleses ou franceses, com Allemagne, têm algumas posições próximas às dos possibilistas, segundo os quais, além de defenderem a ação sindical, dão primazia à luta econômica sobre a luta política.

Edouard Vaillant, por sua vez, é partidário da ação direta blanquista. Muitos outros são a favor do "socialismo integral", "síntese de todas as atividades progressivas da humanidade, aspirante a se tornar um humanismo ético e social", como pensava Benoit Malon.

A diversidade de posições socialistas é fator que não pode ser menosprezado para a análise da classe operária no momento da II Internacional. Vários fatores ajudavam a compor as razões do comportamento particular de cada agremiação: os anos de existência de cada partido, o desenvolvimento industrial do país, o nível de concentração operária, a especificidade do regime público do país – democracia, regime autocrata –, a vontade revolucionária etc.

É necessário caracterizar as fases da II Internacional: 1) de 1889-1895, período de crescimento da burguesia européia, com a conseqüente ampliação numérica e organizativa do operariado; domina a idéia de que há mudança gradativa, "natural" do movimento operário, o que levará à extinção do regime da burguesia; 2) a crise de 1893 já está superada em 1895, a prosperidade econômica e a alta dos preços fazem pensar que a classe burguesa teria condições de sobreviver durante muito tempo; é o momento em que Bernstein formula a teoria revisionista; 3) a Revolução Russa de 1905 anuncia a nova fase revolucionária, e aparecem lideranças mais radicais na Alemanha (Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo), nos Países Baixos (Pannekoek), na Rússia (Lênin) e os anarcossindicalistas na França e Itália.

Os tipos de socialismo europeu

1) O *Partido Socialdemocrata Alemão* serve de modelo para os Países Baixos, Finlândia, Países Escandinavos, Áustria e tem modelo organizador bastante dinâmico: também se impõe pela disciplina e pelo progresso eleitoral
2) O *socialismo francês* era composto de linhas diversificadas. Suas origens vêm das correntes revolucionárias do século XIX, das correntes utópicas gaulesas, de uma superficial herança marxista, todas elas conflitantes entre si



3) O *socialismo inglês* está cronologicamente ligado a movimentos amplos e a uma tradição de luta operária: o marxismo é defendido por algumas correntes, mas encontra a oposição dos fabianos
4) Na *Rússia*, país onde é diminuta a classe operária, em que a classe camponesa é maioria, o operariado está ligado ao populismo e, depois, ao marxismo. Esses movimentos não impedem que surjam teorias que defendam a idéia de que na Rússia o movimento revolucionário será de origem componesa

Outro aspecto a ser levado em conta é a caracterização dos tipos de socialismo europeu. Esquematicamente existem quatro modalidades, se formos tomar por base as diversas posições:

1) O Partido Socialdemocrata Alemão serve de modelo para os Países Baixos, Finlândia, Países Escandinavos, Áustria e tem modelo organizador bastante dinâmico; também se impõe pela disciplina e pelo progresso eleitoral; é capaz de aceitar no seu quadro a corrente reformista de Bernstein e a revolucionária de Rosa Luxemburgo, impondo a mesma disciplina férrea ao seu quadro de militantes;
2) O socialismo francês era composto de linhas diversificadas. Suas origens vêm das correntes revolucionárias do século XIX, das correntes utópicas gaulesas, de uma superficial herança marxista, todas elas conflitantes entre si. Os revisionistas estão ligados à idéia de contínua progressão eleitoral e da ascensão ministerialista, como se dá com o caso Millerand, em 1899. O anarcossindicalismo até certo momento – década de 80 e 90 do século XIX – representa também importante força política;
3) O socialismo inglês está cronologicamente ligado a movimentos amplos e a uma tradição de luta operária; o marxismo é defendido por algumas correntes, mas encontra a oposição dos fabianos. E, ao lado da corrente sindicalista tradicional – *trade unions* –, surge, no fim do século XIX, movimento operário de caráter político – Partido Trabalhista –, que une ação reivindicatória tradicional – salários, melhor condição de trabalho – com medidas nacionalizantes;
4) Na Rússia, país onde é diminuta a classe operária, em que a classe camponesa é maioria, o operariado está ligado ao populismo e, depois, ao marxismo. Esses movimentos não impedem que surjam teorias que defendam a idéia de que na Rússia o

movimento revolucionário será de origem camponesa. Contra este pensamento levanta-se o marxismo nascente: Plekhanov, com o destaque que dá sobre a nascente classe operária; e Lênin, que diz ser necessário um partido forte e estruturado.

Nos anos de vida da II Internacional surgiram variadas correntes estratégicas, que caracterizam determinadas posições. Mesmo que todos os partidos se dissessem marxistas e que pretendessem transformar a sociedade capitalista e burguesa em uma sociedade socialista e proletária, e ainda que o vocabulário marxista seja empregado corriqueiramente, algumas das características do comportamento das lideranças permitem distinguir a essência conservadora da revolucionária, e também a centrista. Fazem parte da corrente centrista Kautsky e sua revista, a *NeueZeit*, os austro-marxistas vienenses que mantêm o vocabulário e a ortodoxia marxistas, especulam, porém, sobre o caráter inevitável da evolução histórica para predizer a revolução, e se limitam à prática de um quietismo de espera.

A tendência revisionista se desenvolve nos grandes partidos, na Alemanha sob forma teórica, na França e Itália pelo lado do ministerialismo, na Rússia através do marxismo legal e do economicismo; a corrente acredita que a prática da vida parlamentar poderia melhorar a situação material da classe operária; aceita manter compromisso com a ideologia nacionalista e com o imperialismo. Finalmente a tendência esquerdista é composta de grupos heterogêneos e dispersos, nos quais se destacam os partidários de Rosa Luxemburgo na Alemanha, de Lênin na Rússia, dos "tribunistas" na Holanda, dos "estreitos" na Bulgária; e fora do marxismo, os anarcossindicalistas na França.

Esta variedade de posições estratégicas e ideológicas naturalmente se evidenciava em todos os eventos e congressos, assim como nos organismos, da Internacional Socialista. Apesar do pluralismo doutrinal, a Internacional Socialista era bastante organizada, devido principalmente ao surgimento de instituições de caráter centralizador, como o "Escritório Socialista Internacional" (BSI) e a "Comissão Socialista Interparlamentar" (CIS). Na prática, já excluídos os anarquistas, a Internacional Socialista comportava três tendências básicas: à direita o grupo revisionista de Bernstein, no centro os marxistas moderados de Kautsky





e à esquerda os marxistas revolucionários liderados por Lênin e por Rosa Luxemburgo.

No início de século XX, agravaram-se as rivalidades entre os países industrializados europeus devido à competição imperialista e nacionalista, colocando-se cada vez mais real a possibilidade de uma guerra. Apesar disso, em 1899, o SPD foi palco da acirrada controvérsia política e teórica entre o revisionismo de Bernstein e a maioria do partido, liderado por Augusto Bebel. Bernstein apregoava que o desenvolvimento do capitalismo não levava a monopolização crescente da economia, como afirmava Marx, mas a sua democratização, através do aumento do número de proprietários, graças à introdução das sociedades por ações. Esta tendência levaria a um fortalecimento das classes médias e não à sua redução, eliminando assim as previsões "catastróficas" de Marx sobre o choque inevitável entre burgueses e proletários. O desenvolvimento do capitalismo não levaria à crise, pois ele mesmo desenvolveria meios de controle através da melhor organização da produção e do planejamento. O socialismo deixava de ser uma necessidade histórica para se transformar em uma possibilidade.

Este tipo de concepção levou Bernstein a elaborar uma nova tática, que privilegiava a luta parlamentar e sindical. Segundo ele, seria através do voto que o trabalhador se elevaria "da condição social de proletário para aquela de cidadão". A luta sindical por melhores condições de trabalho e salários seria o instrumento privilegiado para conduzir a sociedade capitalista, através das reformas econômicas, para o socialismo. Na verdade estas reformas já seriam a própria realização molecular da nova sociedade socialista. É de Bernstein a frase: "o movimento é tudo e o fim nada significa".

As teses revisionistas foram criticadas e condenadas nos congressos de Hannover (1899), de Lübeck (1901) e de Dresden (1903). O principal crítico foi Augusto Bebel, o principal expoente do socialismo alemão. "O congresso – afirmou a resolução proposta por Bebel – condena de maneira mais decidida o intento revisionista de alterar a nossa tática, posta a prova várias vezes e vitoriosa, baseada na luta de classes. Se adotarmos a política revisionista nos constituiríamos em um partido que se conformaria apenas com a reforma da sociedade burguesa. Condenamos qualquer tentativa de converter o nosso partido em um satélite dos partidos burgueses".

Após dez anos, a autoridade conquistada pelos congressos, a ressonância das suas deliberações, dissiparam quaisquer equívocos: a nova Internacional afirmava-se como uma organização universalmente reconhecida e devia, conseqüentemente, consolidar a sua força. No Congresso Internacional de Paris (1900), foi decidida a criação da Organização Socialista Internacional (OSL): composta por dois delegados por país, com sede em Bruxelas, dispõe de um secretariado permanente, enquanto a delegação belga – Vandervelde, Servy – funcionava como Comité Executivo. Em princípio, a OSL não foi mais do que um dente da roda, mas a seguir à nomeação de Camille Huysmans para o cargo de secretário (1905), este assegurou a continuidade das atividades da Internacional nos intervalos dos congressos; nas reuniões anuais participaram os maiores nomes do socialismo da época: Jaures, Vaillant, Guesde, pela França; Kautsky, P. Singer, H. Haase (Alemanha); Plekhanov, Lenine, pelos socialdemocratas russos, Roubanovitch, pelos socialistas-revolucionários da Rússia; Rosa Luxemburgo (Polónia); H. Branting (Suécia); C. Racovsky (Roménia); Keir-Hardie, Hyndman (Inglaterra); S. Katayama (Japão); V. Adler (Áustria); P. Knudsen, Th. Stauning (Dinamarca); F. Turati, Morgari (Itália); M. Hillquit (EUA) etc.

Efetivamente, a Internacional Socialista (ou Operária) entrava no segundo tempo da sua história: começando com a crise revisionista, foi a época em que a Internacional englobou grandes partidos nacionais, politicamente influentes, numericamente poderosos. Progresso que compensou o declínio do "messianismo" revolucionário e foi a origem de um otimismo exagerado: na prática, determinou mudanças profundas, ainda que inegáveis, na implantação, estrutura institucional e orientação da Internacional. Além disso, o socialismo saiu amplamente do Velho Continente; acentuou-se a sua penetração nas três Américas, na Austrália e mesmo na Ásia; contudo, continuava um fenômeno predominantemente europeu.

No plano institucional, o socialismo ultrapassou o estado declarativo. Disse o grande dirigente socialista francês Jean Jaurès, em 1902: "Quando o socialismo estava, sobretudo, preocupado em preparar as suas formas gerais, pôde ser útil ao fazer em qualquer espécie de congresso internacional uma revisão dos princípios. Porém, o socialismo já ultrapassou este





período... É necessário que ele proceda, para cada espécie de problema, à sua análise exata e minuciosa, à crítica precisa das idéias, à procura conscienciosa de soluções".

No Congresso da Internacional Socialista, realizado em Amsterdã em 1904, a polêmica alemã teve centralidade. Desta vez o revisionismo seria condenado num tribunal internacional. Mas Bernstein e os revisionistas permaneceram nos partidos socialistas e na Internacional, inclusive na sua direção. O congresso aprovou, por unanimidade, a proposta de que em todos os países deveria ser buscada a unidade dos partidos operários e socialistas em uma única organização "visto que existiria apenas um proletariado", mas aconselhava que esta unidade deveria se dar "sob as bases dos princípios estabelecidos pelo congresso da Internacional e nos interesses do proletariado mundial".

A perspectiva de uma guerra européia, e mundial, abriu-se lentamente. A revolução democrática que eclodiu na velha Rússia czarista em fevereiro de 1905, que teve como força dirigente o proletariado, reacendeu o debate sobre o problema do reformismo e da revolução no seio do movimento socialista internacional. A revolução de 1905 ajudou a demarcar mais claramente os campos em que se dividia o movimento. De um lado, os reformistas, porta-vozes da via parlamentar e, de outro, os revolucionários.

A revolução foi o sinal de que a era do desenvolvimento pacífico do capitalismo estava chegando ao fim e se fazia necessário preparar o proletariado para os novos tempos – que exigiam uma nova tática. A maioria dos socialistas não conseguiu compreender isso. Começou a se constituir lentamente uma ala esquerda da Internacional que seria encabeçada pelos bolcheviques e pela esquerda da socialdemocracia alemã, dirigida por Rosa Luxemburgo e Karl Liebcknech.

Em 1907, reuniu-se o congresso de Stuttgart no qual a frágil maioria anti-reformista começou a se desfazer. O problema da guerra iminente começou a tomar o centro da agenda da internacional do movimento socialista. A resolução sobre a guerra teve como base a moção apresentada por Bebel e afirmava que "as guerras eram próprias da essência do capitalismo e só cessariam com o seu fim" e que "os trabalhadores era as principais vítimas do conflito, portanto seus inimigos naturais". Mas,

como alertava Lênin, presente no congresso, "não continham qualquer indicação concreta sobre quais deveriam ser as tarefas da luta do proletariado". A esquerda socialista propôs uma emenda que afirmava: "Se apesar de todos os nossos esforços a guerra eclodir é dever intervir a fim de pôr-lhe fim, e com toda força utilizar as crises econômicas e políticas criadas pela guerra para agitar os estratos mais profundos do povo e precipitar a queda da dominação capitalista". No entanto, já se podia sentir neste congresso que eram poucos aqueles que estavam realmente dispostos a levar até as últimas conseqüências esta resolução.

No congresso seguinte em Copenhague (1910) reforçaram-se ainda mais as posições reformistas e o problema da manutenção da paz ficou quase reduzido às pressões parlamentares em detrimento da mobilização das massas e da preparação da luta revolucionária. O começo da década de 1910 vira agravada a situação internacional, alimentada pelas contradições interimperialistas através da crise marroquina (1911), que quase levou a uma guerra entre França e Alemanha, a guerra ítalo-turca (1911), a guerra balcânica (1912). Estas eram prenúncios da guerra mundial que se aproximava e que acabaria por varrer a Europa nos anos seguintes.



Em 1912, em meio ao clima pesado da guerra iminente, reuniu-se um congresso extraordinário na Basiléia, que tomou caráter de uma manifestação antibélica. Os discursos contra os preparativos da guerra eram tão eloqüentes quanto vazios de proposituras. Falava-se da utilização de "todos os meios apropriados" para conjuração do conflito e do pretenso "medo das classes governantes da revolução proletária, pois qualquer guerra pode tornar-se perigosa para elas. Que elas se lembrem de que a guerra franco-prussiana provocou a explosão revolucionária da Comuna".

No dia 28 de junho de 1914 foi assassinado o arque-duque Francisco Fernando, príncipe herdeiro do trono austro-húngaro. Seus assassinos eram dois nacionalistas sérvios. A Austro-Hungria declarou guerra a Sérvia. Era dia 28 de julho de 1914. Neste mesmo dia a Rússia entrou no conflito em defesa da Sérvia ameaçada. Em seguida foi a vez da França se colocar à favor da Rússia e da Alemanha se colocar ao lado da Austro-Hungria. No dia 4 de agosto a Inglaterra entrou no conflito declarando guerra à Alemanha e à Austro-Hungria. Este era o maior conflito bélico que a humanidade havia visto até então.

Neste período, em 29 de julho, reuniu-se extraordinariamente o Comitê Executivo da Internacional. Nele, o representante alemão ratificou as posições anteriores, de oposição à intervenção alemã e que o partido não votaria a favor dos créditos para a guerra imperialista. Ainda, mais uma vez, no dia 1º de agosto no congresso do Partido Socialista Francês, o representante alemão ratificou suas posições antibélicas. A realidade, porém, era bem outra. As massas operárias e o partido socialista vinham sendo, pouco a pouco, dominados pelo espírito chauvinista.

A III Internacional

- 1914: início da Primeira Guerra Mundial, os principais partidos filiados à II Internacional apoiaram seus respectivos governos e, em nome do nacionalismo, apoiaram a ofensiva bélica de cada país, provocando o *colapso da IS*
- Lênin taxou os socialdemocratas de "reformistas" e "revisionistas", anunciou a "falência da Internacional" e conclamou os revolucionários a se reunirem numa nova Internacional, a *Internacional Comunista*, ou *III Internacional* (fundada em 1919)

No dia 4 de agosto, para surpresa de muitos revolucionários, inclusive Lênin, os deputados socialistas do *Reichstag* votaram massivamente a favor da liberação dos créditos de guerra. Os socialistas alemães punham uma pedra sobre o seu passado revolucionário e internacionalista. Em 1914, a social democracia alemã era poderosa. Com um orçamento perto de 2 milhões de marcos, contava com mais de um milhão de filiados, mesmo tendo sofrido forte repressão no regime imperial alemão. Era a vitória do pragmatismo de direita, do oportunismo: "Desde 4 de agosto, afirmou Rosa Luxemburgo, a socialdemocracia alemã é um cadáver putrefato." Os socialistas franceses, por sua vez, uniram-se à burguesia francesa em defesa da pátria ameaçada. A mesma coisa fizeram os austro-húngaros, os belgas, os ingleses. Até Plekhanov, pai do marxismo russo, aderiu às teses social-patrióticas. Em diversos países, os socialistas formaram alianças políticas e blocos governamentais com suas respectivas burguesias imperialistas. Mas a guerra, por

outro lado, revelou para amplos setores do proletariado os limites das suas antigas direções. Abriu-se um novo período na história de luta da sua luta – o período da revolução proletária. "A II Internacional está morta, vencida pelos oportunistas", afirmou Lênin.

A orientação dos dirigentes da Internacional Socialista, nos congressos realizados a partir de 1907, era que os trabalhadores tentassem ao máximo, em seus países, evitar a deflagração do conflito. Caso isso não fosse possível, deveriam aproveitar o momento para precipitar a queda do capitalismo. Entretanto, como vemos, quando em 1914 teve início a Primeira Guerra Mundial, os principais partidos filiados à II Internacional apoiaram seus respectivos governos e, em nome do nacionalismo, apoiaram a ofensiva bélica de cada país, provocando o colapso da IS. Somente os partidos russo, sérvio e húngaro, além do Partido Socialista Italiano – justamente com pequenos grupos dentro de outros partidos – permaneceram fiéis aos princípios repetidamente enaltecidos pela Internacional. Lênin taxou os socialdemocratas de "reformistas" e "revisionistas", anunciou a "falência da Internacional" e conclamou os revolucionários a se reunirem numa nova Internacional, a Internacional Comunista, ou III Internacional.

Os povos, até então unidos no mesmo ideal, se chacinavam mutuamente nos campos de batalha. A linha divisória até ali estabelecida, baseada na luta de classes, foi deslocada, posta à mercê dos interesses dos imperialismos em luta. Ao receber tal choque, a Segunda Internacional desmoronou. Na verdade, ela nem sequer tentou lutar. O nacionalismo e o revisionismo que a infectavam, ligaram-na intimamente ao regime existente, atrelaram-na ao carro do capitalismo com o qual ela foi arrastada no túmulo da guerra.

Parte da Bélgica havia sido ocupada pelos exércitos alemães no mês da agosto de 1914 e, por isso, o Bureau socialista não podia continuar em Bruxelas. Seu secretário, Huysmans, partiu para Haia e lá reorganizou o Bureau com os membros dirigentes do Partido Socialista Holandês. Entretanto, Vandervelde entrava para o governo belga. Huysmans tentou convocar uma Conferência Internacional, mas sem resultado. A essa Conferência, que se reuniu em 1917, em Copenhague, só compareceram representantes dos países neutros; dirigiu aos socialistas dos países beligerantes um apelo a favor da paz. No dia 17 de fevereiro de 1918, os socialistas dos países "aliados" realizaram uma Conferência em Londres e exigiram a continuação da guerra.



Os bolcheviques e os mencheviques russos não participaram. Nos dias 12 e 13 de abril do mesmo ano, os socialistas alemães e austríacos reuniram-se, por sua vez, na Conferência de Viena. Mas, pouco a pouco, grande número de socialistas começaram a compreender que trilhavam por um caminho errado, que traíam as suas convicções, e, por isso, procuravam voltar a um ponto de vista internacionalista.

Os primeiros sintomas da cisão no campo socialista internacional foram as Conferências de Zimmerwald e de Kienthal. Em setembro de 1915, os socialistas revolucionários russo (Lênin, Trotsky, Zinoviev, Radek), alemães (Ledebour, Hoffmann), franceses (Blanc, Brizon, Loriot), italiano (Modigliani), búlgaros como Khristian Rakovski, assim como os representantes do movimento socialista de alguns países neutros, reuniram-se em Zimmerwald, na Suíça, denunciaram energicamente o caráter imperialista da guerra mundial, a traição dos "socialistas de guerra", e exigiram a aplicação prática das decisões dos congressos internacionais. Uma Conferência análoga reuniu-se em Kienthal (Suíça), no mês de abril de 1916. Esta Conferência lançou um apelo aos trabalhadores dos países beligerantes, convidando-os a lutar para pôr termo à guerra. Os delegados ingleses não compareceram a nenhuma dessas duas Conferências, porque o governo inglês lhes recusou os passaportes. Em março de 1917, quando a Revolução Russa estalou, Huysmans convidou a Segunda Internacional a se reunir em conferência na cidade de Estocolmo. Mas, como os governos franceses e ingleses não quiseram fornecer passaportes aos delegados, a Conferência não se realizou. Nesse ínterim, as correntes oposicionistas reforçavam-se cada vez mais nos países beligerantes. Na Alemanha, Karl Liebknecht e Otto Rühle foram os primeiros que se pronunciaram contra a "União Sagrada" (em dezembro de 1914) e que se ergueram contra a política guerreira do Partido Social-democrata.

Eram apoiados por Rosa Luxemburgo, Leo Joguiches e Franz Mehring, que, em março de 1915 fundaram a revista *A Internacional* e, pouco depois, a Liga Espártaco *(Spartakusbund)*. Um ano decorrido, o Partido Socialdemocrata alemão cindiu-se. Dezoito deputados da fração parlamentar, dirigidos por Haase, fundaram a Comunidade de Trabalho Socialista, que em abril de 1917 deu origem ao Partido Socialista Independente (USPD). Este, em colaboração com a Liga Espártaco, trabalhou para mobilizar as massas contra a política de guerra do velho Partido.

Na França, formou-se também uma oposição, sob a direção de Jean Longuet. Durante muito tempo, essa oposição lutou contra a maioria, até que um dia a minoria tornou-se maioria no Congresso de Paris (18 de outubro de 1918). Mas a oposição francesa era muito menos revolucionária que a do Partido Socialista Independente Alemão.

A nova Internacional seria finalmente fundada em 1919, em Moscou, como Internacional Comunista (IC). Os bolcheviques enfatizavam a significação internacional do poder soviético e dos fundamentos da teoria e da tática bolcheviques. Os comunistas dos outros países, como o italiano Gramsci, viam no *soviet* russo "um exemplo de valor universal".

Em dezembro de 1918 tomou-se a decisão de convocar uma "conferência socialista internacional". Ela reuniu-se finalmente em março de 1919 em Moscou: apesar de sua escassa representatividade, ela foi proclamada I Congresso da Internacional Comunista. No verão de 1920, a IC reuniu seu II Congresso, já com representantes do SPD Independente (cisão de esquerda do partido socialista alemão), da SFIO (partido socialista) francesa, dos *shop stewards* (delegados fabris) da Inglaterra, da anarcossindicalista CNT da Espanha.

A simpatia do operariado europeu pela revolução russa levou os dirigentes de organizações tão heterogêneas a aceitar as "21 condições", que procuravam disciplinar os aderentes ao bolchevismo afastando os dirigentes "oportunistas". Na Rússia e fora dela não se distinguia o interesse do Estado revolucionário da revolução mundial. Para os comunistas do período da guerra civil, o internacionalismo era menos servidor do Estado soviético do que o Estado soviético servidor do internacionalismo.

Os acontecimentos na Alemanha foram o centro da onda revolucionária européia de pós-guerra. Em novembro de 1918, o motim dos marinheiros de Kiel coincidiu com a decisão do Estado Maior do kaiser de pedir o armistício. Em poucos dias, a Alemanha ficou coberta de conselhos de operários e soldados: o novo chanceler do Reich, o socialista Friedrich Ebert, foi nomeado também presidente do Conselho dos Comissários



do Povo, no qual estavam representados os dois partidos socialistas: o "oficial" (SPD) e o "independente" (USPD), mais à esquerda.

A Liga Espártaco, de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, fazia parte do USPD: só se tornaria partido comunista (KPD) em dezembro desse ano. O SPD, majoritário nos conselhos e sustentado pela Entente e a burguesia alemã, estava vinculado em segredo à chefia das forças armadas. Fazendo concessões econômicas (jornada de trabalho de 8 horas) o governo socialista afastou o "perigo" do armamento do proletariado, e conseguiu isolar os espartacistas. Convocada uma Assembléia Constituinte, ela foi denunciada pelos comunistas como uma tentativa de desviar a revolução: o USPD se afastou então do governo. Em janeiro de 1919, a revogação do prefeito, da USPD, de Berlim provocou grandes manifestações: Liebknecht chamou a formar um governo revolucionário. O ministro de guerra do SPD, o socialdemocrata Noske, convocou a Berlim os Corpos Francos, treinados no combate de rua, que restabeleceram a "ordem" e assassinaram Liebknecht e Rosa Luxemburgo.



Mas, na Itália, já se mostrava também a força do movimento nacionalista, em especial do partido fascista de Benito Mussolini (ex-diretor do *Avanti!*, jornal socialista) que chegaria ao poder em 1923. Mobilizações revolucionárias também aconteceram na Inglaterra, com motins de soldados e marinheiros. Para quebrar a greve geral de janeiro de 1919 na Escócia (pelas 40 horas semanais), o governo, que já condenara o dirigente comunista Mac Lean a cinco anos de trabalhos forçados, aliou-se à direção reformista dos sindicatos ingleses. Na França, o governo concedeu a semana de 40 horas depois de uma onda de greves e da revolta da frota do Mar Negro, chefiada pelos comunistas André Marty e Charles Tillon.

Na Espanha, começou o "triênio bolchevique": em Barcelona, a CUT obteve aumentos salariais e a jornada de 8 horas. Mas a greve geral impulsionada pelos anarquistas fracassou: o governo retomou a iniciativa e impôs a lei marcial. Na Polônia, apareceram, desde novembro de 1918, conselhos operários, em Lublin e na efêmera "república vermelha de Dombrowa" no sul: tudo concluiu numa feroz repressão de um exército reequipado com ajuda externa.

Em toda a Europa, a finais de 1919, a revolução parecia contida, às vezes ao custo de

uma inédita repressão social. Confiada, em 1920, a extrema-direita alemã, chefiada por Kapp e apoiada nos Corpos Francos, deflagrou um golpe de estado, derrotado pela greve geral operária: os "conselhos" reapareceram. O USPD decidiu então aderir à Internacional Comunista: nascia um PC de massas na Alemanha que, em 1921, achou-se forte o suficiente para lançar uma insurreição própria (a "ação de março"), cujo fracasso não impediu o início de uma espécie de guerrilha urbana. Em agosto-setembro de 1920, também, se produziu a greve com ocupações de fábrica de Torino, na Itália, inspirada pelos comunistas de *L'Ordine Nuovo*, com Gramsci e Bordiga: o governo Giolitti só conteve o movimento aceitando o "controle operário" e aliando-se aos dirigentes sindicais moderados.

Algumas tentativas sem sucesso foram feitas durante a guerra mundial, particularmente por partidos de países neutros, para reviver a Segunda Internacional, cujo Bureau Internacional se transferira para a Holanda. Em 1919, porém, numa conferência em Berna, foi reconstituída uma pálida versão da antiga Segunda Internacional (a "Internacional de Berna"), que realizou seu primeiro congresso em Genebra, no ano seguinte, contando com a representação de 17 países. Em 1921, os socialistas de esquerda de dez partidos, inclusive o Partido Socialdemocrata Independente Alemão (USPD), o Partido Socialdemocrata Austríaco (SPÖ) e o ILP inglês, reuniram-se em Viena para constituir a União Internacional de Trabalhadores dos Partidos Socialistas (União de Viena), apelidada de Segunda e Meia Internacional (Internacional 2½, em relação à III Internacional, fundada logo após a Revolução Russa).

Essa associação considerava-se como o primeiro passo para uma Internacional ampla e, em 1923, num congresso realizado em Hamburgo, uniu-se à Segunda Internacional, revivida para formar a Internacional Trabalhista e Socialista.

Surgiram, então, novas formas políticas de contenção da revolução, ditaduras bonapartistas, com participação do exército, e os primeiros regimes fascistas, dos quais o italiano de Mussolini (1923) seria o modelo, com sua exaltação da "nação proletária", e do combate à "plutocracia" e ao parlamentarismo. Tratava-se de um novo tipo de reação política, combinando temas nacionalistas e "socializantes", que os marxistas terão dificuldades em analisar.



A outra arma decisiva do fascismo, os "grupos de combate" contra o movimento operário e a esquerda, contava com a cumplicidade do Estado, em especial do alto mando militar: bem sucedida na Itália, ela também foi usada em larga escala na Bulgária (onde em 1923 se instaurou um regime protofascista com o czar Boris III e o professor Cankov) e na Espanha, com o surgimento de milícias privadas e o assassinato de Salvador Segui, em 1923. Os governos "de esquerda", por sua vez, faziam concessões sociais (salário mínimo, nacionalizações, impostos sobre o capital) com o objetivo de isolar a "subversão" e o "comunismo".

Na Inglaterra, o governo *Lib-Lab* (os trabalhistas passaram de 69 deputados em 1918, para 142 em 1922) de Ramsay MacDonald chegou a reconhecer diplomaticamente a URSS. Na França, o Cartel das Esquerdas, promovido pela SFIO com os radicais, antecipou as futuras Frentes Populares, com concessões sociais (laicidade escolar, jornada de 8 horas), e também com uma campanha "antivermelha" (provocação contra o PC a partir de uma falsa "carta de Zinoviev", dirigente da IC, que supostamente proporia um plano insurrecional para a França).

Mobilizações revolucionárias pós década de 1930

- Década de 1930: depois da vitória do fascismo na Itália (1923) e do nazismo na Alemanha (1933), as mobilizações revolucionárias dos trabalhadores se concentraram no Sul da Europa
- Após a II Guerra mundial: a *luta do proletariado* e dos movimentos políticos que o representavam *passava a ser a luta contra o nazi-fascismo*. Desaparecem as preocupações teóricas mais elaboradas e os intelectuais se colocam a serviço dessa luta. Mais uma vez a força das armas substitui a força das idéias
- Os *Partidos Socialistas ou Trabalhistas* continuaram a atuar durante a II Guerra, abertamente ou na clandestinidade (casos da Alemanha, Itália, dos países fascistas ou ocupados pelas tropas do Eixo)
- Os *comunistas*, por sua vez, saem da guerra unificados e consolidados em torno do centro hegemônico soviético, e se transformam em meros apêndices da política estatal e nacional da União Soviética,

perdendo até mesmo a pouca originalidade que haviam tido nos anos de entreguerras

- Década de 1960: o papel central na Europa foi assumido pala Alemanha, e o governo da socialdemocracia (SPD) alemã tornou-se modelo mundial do *Welfare State* (Estado de Bem-Estar)
- Em meio a este cenário, deu-se a *refundação*, em 1951, *da atual Internacional Socialista* (com sede em Londres)

Na década de 1930, depois da vitória do fascismo na Itália (1923) e do nazismo na Alemanha (1933), as mobilizações revolucionárias dos trabalhadores se concentraram no Sul da Europa. Na Espanha, decretou-se a anistia dos presos políticos da revolução de outubro de 1934 e voltou à pauta imediata a reforma agrária. Também na Espanha a vitória eleitoral da Frente Popular deu lugar a ações espontâneas dos trabalhadores, mas era inevitável, que, nesse país, as polêmicas sociais e políticas teriam de assumir caráter bem mais duro do que na França. As revoltas dos camponeses, visando acelerar a reforma agrária, os movimentos grevistas dos trabalhadores industriais e rurais se alternavam com manifestações anticlericais no interior; as associações católicas e fascistas reagiam em contra-ações. O êxodo de capitais chegou a ser dos mais consideráveis. Os generais, as organizações fascistas, os partidos monarquistas – que desde as guerras carlistas da terceira década do século XIX estavam em desunião – os latifundiários aristocráticos, parte do alto clero e da burguesia-mor começaram a preparar uma nova ditadura militar. Em 17 de julho de 1936 as forças armadas deram um golpe de Estado, apoiados pela maioria dos quadros estatais, da gendarmeria e da maior parte da magistratura, todos unidos contra a República.

Os trabalhadores de todas as tendências políticas se uniram no país todo em defesa de suas liberdades. Na maior parte das cidades grandes e em muitas partes do interior conseguiram derrotar as forças armadas e a gendarmeria. Ali erigiram suas próprias administrações, pois se fragmentara totalmente o obsoleto mecanismo administrativo do poder público. Inicialmente os trabalhadores não possuíam nem armas nem organização militar



capaz de enfrentar um exército. Graças à ajuda recebida da Alemanha e da Itália, os generais sublevados lograram trazer da África para a Espanha tropas de sua confiança – a Legião Estrangeira espanhola e unidades marroquinas – para a reconquista do país numa luta contra a própria população.

Nessas circunstâncias, a subsistência da República espanhola dependia totalmente de saber se encontraria uma solidariedade por parte dos movimentos trabalhistas europeus e dos países democráticos igual àquela que os generais espanhóis haviam encontrado por parte de Berlim, de Roma e do Vaticano, cuja política exterior era determinada pelo Cardeal-Secretário de Estado que mais tarde viria a ser o Papa Pio XII.

Exigiam os trabalhadores franceses que o seu governo da Frente Popular liberasse a exportação de armamentos para a República espanhola. Mas os radical-socialistas franceses temiam essa medida; receavam virem a ser arrastados a uma guerra contra a Itália e a Alemanha. O governo conservador inglês de Baldwin, em 8 de agosto de 1936, exigiu peremptoriamente que a França proibisse quaisquer exportações de armas para o governo legal espanhol, sob pena de a Inglaterra denunciar as obrigações decorrentes dos acordos de Locarno, entre França e Inglaterra. Mesmo a URSS se manifestou dubiamente quanto à atitude que, em caso de uma guerra devido a fornecimentos de armamentos à Espanha, poderia vir a adotar. Foram suspensos os fornecimentos franceses de armas, o que deixou a República Espanhola em situação de inferioridade, vindo a ser derrotada pelos nacionalistas de Franco, em 1939. Uma nova guerra mundial amanhecia. O fascismo parecia tomar conta da Europa. A Internacional Socialista deixou de funcionar em 1940.

Na Escandinávia, entretanto, a socialdemocracia acedia ao governo e iniciava uma trajetória que se concretizaria no mais simbólico "Estado bem-feitor" do segundo pós-guerra. Muito antes de os sindicatos europeus e americanos terem se tornado reformista, a CGT sueca (em 1922) põe em guarda os trabalhadores contra todas as tácticas que terminariam por "reduzir a capacidade geral de produção das indústrias. Porque a condição primeira para que a situação econômica dos trabalhadores possa melhorar é que o trabalho tenha uma produtividade suficiente".

A "sabedoria" do sindicalismo operário corresponde à vontade construtiva do movimento cooperativo. De 250.000 aderentes em 1920, passa para 622.000 em 1937, para

741.000 em 1941, para 890.000 em 1945, o que corresponde à inscrição nas cooperativas de cerca de metade dos consumidores. Em 1899, foi constituído um armazém atacadista que possui entrepostos, uma fábrica de margarina, uma fábrica de moagem; uma das suas realizações mais úteis é a criação, pela União Cooperativa Sueca, de acordo com os armazéns atacadistas dos outros países escandinavos, da Sociedade Cooperativa de Lâmpadas Luma, quebrando o monopólio capitalista. A fábrica custou três milhões de coroas. Calcula-se que tenha permitido em dez anos ao consumo sueco uma economia de seis milhões de coroas. Em 1937, foi feito um acordo entre Phoebus e Luma. Esta aceita limitar as suas vendas no mercado privado, mas reserva a liberdade de desenvolvê-lo no mercado cooperativo baixando os preços. Phoebus compromete-se a não subir os seus preços, exceto por elevação de custo da matéria-prima.

Em ligação com as cooperativas trabalham assim uma caixa de crédito e várias companhias de seguros. Os laços estreitos que unem os sindicatos e as cooperativas contribuem não só para dar aos militantes sindicalistas uma certa formação econômica, como também para desenvolver o receio da inflação. Se sindicatos e cooperativas optaram assim por um reformismo construtivo, qual é o papel do Partido Socialdemocrata? Vizinhos da Alemanha, influenciados de origem pelo modelo alemão, os dirigentes socialistas da Suécia romperam com a ideologia marxista. Palme, que foi o verdadeiro introdutor do socialismo na Suécia, sofrera sobretudo a influência de Lassalle. Dizia-se de Hjalmar Branting (1860-1925), que lhe sucedeu à testa do partido, que era o "Jean Jaurès" sueco. Mas, já nessa época, surgem na socialdemocracia da Suécia e da Noruega (esta encabeçada por Trygve Lye, que seria um dos principais dirigentes da ONU no segundo pós-guerra) algumas interpretações – que em nossos dias tentam ser "originais e pioneiras", mas são bem mais velhas de que a sociedade atual que já não é mais capitalista.

A II Guerra Mundial deixou um lastro de sangue e morte maior do que a Primeira, num cenário mundial ampliado consideravelmente. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a luta do proletariado e dos movimentos políticos que o representavam passava a ser a luta contra o nazifascismo, Desaparecem as preocupações teóricas mais elaboradas e os intelectuais se colocam a serviço dessa luta. Mais uma vez a força das armas substitui a força das idéias.



Terminado o conflito, cujos resultados catastróficos foram ainda maiores do que os anteriores, emergiu uma nova situação na economia mundial. Contudo, do ponto de vista da economia política burguesa, há como que uma retomada de teorias que haviam despontado já nos anos vividos entre a crise de 1929 e a eclosão da guerra. Ressurgem, de forma retocada, as grandes linhas teóricas que irão embasar as novas políticas econômicas destinadas à reconstrução de todo o mundo capitalista.

Na Europa ocidental, com o Plano Marshall, os Estados Unidos promovem, através de grandes intervenções estatais (o Estado ainda como principal agente econômico) o redirecionamento das economias nacionais para novas formas de produção capitalista. No Japão, usando o Estado, controlado pela sua força militar de ocupação, os Estados Unidos promovem uma verdadeira revolução burguesa capitalista.

Os Partidos Socialistas ou Trabalhistas continuaram a atuar durante a II Guerra, abertamente ou na clandestinidade (casos da Alemanha, Itália, dos países fascistas ou ocupados pelas tropas do Eixo). Na Inglaterra, o *Labour Party* inglês, em 1940, depois da derrocada da França e da queda de Chamberlain, havia ingressado no gabinete de Churchill, onde chegou a iniciar, conjuntamente com intelectuais liberais, consideráveis reformas sociais. O *Plano Beveridge* foi elaborado em 1942 sob a égide do Ministro do Trabalho socialista Ernest Bevin; a reforma democrática do sistema de ensino começou em 1944 com a *Education Bill*.

Após o término da guerra, no entanto, o *Labour Party* não mais quis prosseguir na coligação. Nas eleições parlamentares de 5 de julho de 1945 logrou uma vitória espetacular. Com quase 12 milhões de votos, a sua posição havia melhorado por um total de 3,6 milhões de votos em relação às últimas eleições do ano de 1935, passando a dispor, pela primeira vez na história do partido, de uma maioria absoluta no Parlamento. O governo trabalhista chegou ao poder num momento em que a situação econômica do país cerceava grandemente a sua capacidade de atuação. Apesar de tudo isso pôde o Gabinete Attlee introduzir grandes reformas em matéria de política interna a favor da classe trabalhadora e em prol da democratização da Inglaterra. O serviço público de saúde sem caráter de seguro, criado pelo ministro da Saúde Ernest Bevin, foi uma medida tão exemplar em matéria de política

social, que, apesar da intensa oposição inicial ao mesmo por parte dos médicos e dos partidos burgueses, os conservadores não ousaram revogá-lo.

A estatização da mineração do carvão, em grande parte já tornada antieconômica devido às suas deficiências de ordem técnica, a estatização do Banco da Inglaterra, do sistema de transporte e da siderurgia constituíram outras tantas incursões de medidas socialistas na ordem econômica britânica. A *Educacion Bill* foi consideravelmente melhorada, abrindo-se a oportunidade do acesso às universidades aos filhos especialmente dotados de trabalhadores. Mas os governos trabalhistas de 1945-1951 ainda assim não lograram modificar basicamente a estrutura classista da sociedade britânica. A difícil situação econômica do país impôs o racionamento dos bens de consumo, devido a que o governo perdeu o apoio das classes médias, não ousando, por outra parte, entusiasmar a classe operária por uma política diretamente revolucionária, que em seu bojo teria que arrastar também os burocratas. É verdade que foi sob o governo trabalhista que a Inglaterra chegou a solucionar, até hoje como único país, sem maiores problemas, a questão da emancipação de grandes nações, até então subjugadas colonialmente. Em 15 de agosto de 1947, a Índia, o Paquistão e o Ceilão conquistaram a posição de membros soberanos integrais das Nações Unidas, e integrantes do *Commonwealth* britânico, em condições de igualdade com a própria Inglaterra.

A pressão em matéria de política exterior dos EUA, e a situação econômica da Inglaterra, contudo, condicionaram o gradativo esvaziamento da posição de independência do país, primeiramente, de sua política face à Alemanha, e, a seguir, em matéria de política do Leste europeu. O mesmo governo trabalhista, que na própria Inglaterra havia nacionalizado a produção de ferro, aço e carvão, se viu obrigado a ceder às pressões dos Estados Unidos e chegar a proibir à Assembléia Legislativa do Estado federado alemão da Renânia do Norte e Vestfália a concretização das medidas de socialização que ali vinham sendo exigidas, não só por parte dos dois partidos trabalhistas, mas até mesmo pela ala de empregados da União Democrática Cristã (CDU).

Os planos do chefe socialista do Escritório Econômico para a zona de ocupação britânica, Victor Agartz, finalmente caíram por terra, quando do enquadramento da zona nas "instâncias bizonais" sob a égide norte-americana. Passado mais algum tempo, viu-se também



a Inglaterra forçada a colaborar nas medidas militares dos americanos contra a União Soviética, a ingressar no Pacto de Bruxelas e a incorrer em elevados gastos armamentistas.

Seguiu-se a anuência, finalmente dada a instâncias americanas, à definitiva divisão da Alemanha mediante a criação da República Federal da Alemanha, deliberada na Conferência de Londres, realizada em fevereiro de 1948 com a exclusão da União Soviética, em flagrante contradição com o pactuado no Acordo de Potsdam e com as deliberações das quatro potências de ocupação, de junho de 1945. No dia 4 de abril de 1949 a Inglaterra ingressou na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico-Norte), passo esse caracterizado pelo ministro do Exterior Devin como "*resolute acceptance of American leadership*" ("decidida aceitação da liderança americana").

Não foi a menor das ironias o fato de figurar o Portugal fascista de Salazar entre os membros fundadores desse Pacto, que, segundo o seu Preâmbulo, deveria servir à "defesa dos princípios da democracia". Pelo menos teve o governo trabalhista inglês ainda coragem suficiente para aceitar o triunfo da Revolução chinesa e de reconhecer a República Popular da China. Nas eleições para a Câmara dos Comuns de 1950, ainda assim, o *Labour Party* conseguiu aumentar o seu número de votos para 13,3 milhões, contra 12,4 milhões de votos a favor dos conservadores. A fórmula aritmética do sistema eleitoral inglês da maioria relativa, afinal, limitou a maioria do Partido Trabalhista a apenas cinco mandatos. Não demorou até que os líderes socialistas Aneurin Devan e Harold Wilson se vissem compelidos a iniciar a luta contra o prosseguimento do armamentismo.

Os comunistas, por sua vez, saem da guerra unificados e consolidados em torno do centro hegemônico soviético, e se transformam em meros apêndices da política estatal e nacional da União Soviética, perdendo até mesmo a pouca originalidade que haviam tido nos anos de entreguerras. Evidentemente que, nessas circunstâncias, as forças – socialdemocratas e comunistas – que tinham saído da guerra como vitoriosas, embora aliadas. a setores da classe burguesa, com os quais haviam constituído a grande frente contra o nazifascismo, tivessem a pretensão de novamente propor alternativas não capitalistas para a sociedade humana. Assim, acreditando nessa grande frente político-democrática, nada mais natural que aspirassem alianças políticas que se encaminhassem para que fossem formados governos de coalizão entre facções da nova socialdemocracia e comunistas para superar os horrores deixados pela guerra.

Mas o que se colocava era restaurar e salvar a sociedade capitalista destruída pela guerra e, principalmente, evitar a ameaça provocada pela emergência dos comunistas, fortalecidos pelo fato de terem sido força saliente das resistências antinazista e antifascista, por isso reconhecidos por suas sociedades como libertadores e porta-vozes de uma alternativa para aquelas sociedades destruídas.

Na década de 1960, o papel central na Europa foi, por isso, assumido pela Alemanha, e o governo da socialdemocracia (SPD) alemã tornou-se modelo mundial do *Welfare State* (Estado de Bem-Estar). Previamente a isso, e como sua condição, o SPD, o partido que na polêmica sobre o revisionismo das décadas de 1890 e 1900 tinha apoiado Kautsky e condenado Bernstein, a social democracia, no Congresso de Bad Godesberg (13-15 de novembro de 1959), inverte a sua posição. Sem o declarar abertamente, torna-se revisionista. As teses revisionistas que, em maio de 1958, já triunfaram perante o Congresso do Partido Austríaco, foram aí apresentadas através dum relatório de Benedikt Kautsky, filho de Karl Kautsky: "Dum partido da classe operária, o SPD tornou-se um partido do povo".

A socialdemocracia renuncia a reclamar a socialização integral dos meios de produção e de colocação. O projeto do novo programa é devido a Erler. Sem dúvida, será necessário nacionalizar as indústrias de base, nomeadamente as da energia. Mas as pequenas e médias empresas devem ser mantidas e mesmo protegidas contra os cartéis. A livre escolha dos consumidores, a livre escolha do local de trabalho, a livre iniciativa dos empreiteiros, a livre concorrência devem ser considerados como fatores positivos que se devem encorajar: "O Estado tanto quanto necessário; a liberdade tanto quanto possível".

O Congresso considera que toda a economia concentrada entre as mãos do Estado destrói a liberdade. O que é preciso é edificar uma sociedade onde o indivíduo possa viver livre, consciente dos seus deveres para com a coletividade, mas capaz de influir sobre a evolução das comunidades a que pertence. Esta revisão fundamental arrasta conseqüências: o socialismo deve renunciar ao anticlericalismo de outrora, o que significava tornar-se potável para a Igreja protestante, majoritária na Alemanha. O SPD se alimentava do materialismo marxista; ele não procuraria agora, na nova etapa de "Bad Godesberg" propor verdades



últimas; respeita as convicções que a fé pode inspirar a cada um.

O socialismo mergulha nas suas raízes tanto na moral cristã como no humanismo do século XIV e na filosofia contemporânea: "O socialismo democrático que, na Europa, encontra as suas raízes na ética cristã, no humanismo e na filosofia clássica, não pretende proclamar verdades últimas, não por incompreensão ou por indiferença perante as filosofias ou as verdades religiosas, mas por respeito pelas decisões do homem em matéria de fé, decisões cujo conteúdo não deve ser determinado nem por um partido político, nem pelo Estado. O Partido Socialdemocrata da Alemanha é o partido da liberdade de espírito. É constituído por uma comunidade de homens que vêm de diferentes direções de crença e pensamento. O seu acordo repousa em valores morais comuns e em objetivos políticos idênticos. O Partido Socialdemocrata pretende estabelecer um sistema de vida dentro do espírito desses valores."

Assim, enquanto reclama um estatuto legal para o objetor de consciência, o Partido Socialista abandona a velha fórmula de Marx, condenada por Jaurès, nos termos da qual "os proletários não têm pátria". Admite a necessidade da defesa nacional e a sua ação indica que esta defesa nacional pode jogar contra a URSS, Estado pretensamente socialista. Reclama a interdição das armas nucleares em geral, mas prossegue a sua fabricação na Alemanha Federal. A seguir ao Congresso de 1954, o SPD adotou um projeto que dizia: "As idéias socialistas não constituem uma religião de substituição. O movimento socialista não tem as tarefas duma comunidade religiosa".

No meio de toda esta evolução, que teve na Europa ocidental seu teatro central, deu-se a refundação, em 1951, da atual Internacional Socialista, que é uma associação livre dos principais partidos socialistas e socialdemocratas em todo o mundo, com sede em Londres. A atual Internacional Socialista, portanto, foi fundada em 1951, na cidade de Frankfurt, Alemanha. Em sua declaração de princípios, a Internacional Socialista aderiu ao "socialismo democrático", reconhecendo as raízes da sua existência no movimento operário, as formas associativas de assistência mútua e de solidariedade que marcaram o início da organização dos trabalhadores e a diversas tradições humanistas. A Internacional Socialista não propõe um modelo político prático, mas, sim, uma forma de atuação que permita que cada partido político filiado encontre meios de contribuir para inúmeras questões que, no mundo contemporâneo, afligem a humanidade.

A Atual Internacional Socialista

- No Brasil o Partido Democrático Trabalhista é o único filiado
- A Internacional Socialista agrupa hoje *161 partidos e organizações políticas* de todos os continentes

No Brasil, o Partido Democrático Trabalhista é o único filiado a esta agremiação política, devido ao esforço de Leonel Brizola em 1978/79, ainda asilado no exterior, para juntar-se à Internacional Socialista na Europa. Com ousadia e persistência, aproximou-se dos expoentes socialistas europeus, particularmente de Mário Soares, do qual conquistou o apoio e a amizade. Miguel Arrais e Fernando Henrique tudo fizeram para neutralizar o ex-governador, inclusive com a elaboração de um dossiê depreciativo que FHC entregou a Mário Soares. Nada adiantou; na reunião da Internacional Socialista, em Viena (1979), a organização, por unanimidade, fez opção por Brizola. Segundo Luiz Mir, "na platéia, derrotados, Fernando Henrique Cardoso e Miguel Arraes assistiram ao vitorioso, discursando na condição de líder brasileiro da socialdemocracia e representante oficial da organização no Brasil".

No entanto, existe no Brasil o PSB (Partido Socialista Brasileiro). Em 1964, com a renúncia de Jânio Quadros e a tentativa dos militares de evitar a posse de João Goulart, o PSB ficou na linha de frente da defesa da legalidade. Com a posse e a implantação do parlamentarismo, figuras marcantes como Aurélio Viana, Barbosa Lima Sobrinho, Domingos Velasco, José Joffily, Jamil Haddad e Adalgisa Nery tornaram-se lideranças nacionalmente respeitadas. João Mangabeira, então presidente do PSB, foi ministro de Minas e Energia, no gabinete Brochado da Rocha, e ministro da Justiça, no gabinete Hermes Lima. No movimento estudantil, a maior liderança do PSB era Altino Dantas. No movimento sindical urbano, Remo Forli. Na luta pela reforma agrária, Francisco Julião.

Em 1965, o PSB foi extinto pela ditadura militar. Em nível partidário, os socialistas atuaram dentro do MDB e nos partidos de esquerda organizados na clandestinidade até o fim do regime ditatorial. Em 1985, um manifesto encabeçado por antigos fundadores da Esquerda Democrática, de 1945, e do PSB, de 1947, solicita o pedido de reorganização do Partido. Assinam o documento Evandro Lins e Silva, Jader Carvalho, Rubem Braga e Joel Silveira. Seu programa foi o mesmo tex-



to redigido por João Mangabeira em 1947. A primeira comissão provisória foi presidida por Antônio Houaiss. Em 1986, foi realizado o primeiro encontro nacional do partido, que elegeu Jamil Haddad, presidente, e Roberto Amaral, secretário-geral.

Em 1993, Miguel Arraes, que ingressou no PSB em 1990, foi eleito para presidir o Partido. Em 1993, Jamil Haddad integrou, por nove meses, o governo de Itamar Franco, como ministro da Saúde. Lutou pela universalização do serviço médico gratuito, público e eficiente, pela implantação do Sistema Único de Saúde, pelo fortalecimento dos laboratórios públicos. Demitiu-se por discordar da política trabalhista de Itamar, em conflito com o programa do PSB. Em 1996, o PSB emergiu das eleições municipais como o partido que obteve maior crescimento.

Em 2002, o PSB lançou o então governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, candidato à Presidência da República. O partido obteve 15 milhões de votos. Foram eleitos, no mesmo ano, quatro governadores, três senadores e 18 deputados federais. Em 2003, com a posse de Luís Inácio Lula da Silva na Presidência da República – com o apoio do PSB no segundo turno das eleições – Roberto Amaral assumiu o Ministério da Ciência e Tecnologia. Mais tarde, com a reforma ministerial, assumiu o Ministério o deputado federal pernambucano Eduardo Campos.

E o PT? O PT, com Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República, movimentou-se para se tornar membro efetivo da Internacional Socialista. Atualmente, o partido é membro observador. O PDT continua sendo a única agremiação brasileira que integra a entidade como membro efetivo (desde 1989). Mas já se falou até na possibilidade de Lula se tornar até mesmo presidente da Internacional. "A grande mudança no mundo, nos últimos tempos, foi a eleição do presidente Lula", afirmou o socialista Soares, que integra a Internacional Socialista como dirigente. São Paulo sediou o 22º Congresso da Internacional Socialista, realizado sob a égide do PT. O PT aproveitou o evento (para desgosto do finado Leonel Brizola, presidente do PDT), para apresentar a intenção de se fortalecer internacionalmente, inclusive se vinculando à IS e ao Partido Democrata dos EUA.

A Internacional Socialista agrupa hoje 161 partidos e organizações políticas de todos os continentes, 56 dos quais exercem funções governativas nos respectivos países. A 30 de janeiro de 2006, a liderança da Internacional passou do português Antônio Guterres para

o grego George Papandreou. Guterres, ex-líder do Partido Socialista português e antigo primeiro-ministro, foi presidente da Internacional Socialista entre 1999 e 2005, até ser eleito para Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Sua substituição foi o principal ponto da agenda do Conselho da Internacional Socialista, que decorreu em Atenas naquela data. George Papandreou, líder dos socialistas gregos (PASOK), foi o nome proposto pela própria organização e foi o único candidato à eleição para o cargo. O português José Sócrates tornou-se um dos 25 vice-presidentes da Internacional Socialista, ao lado de figuras como o inglês Tony Blair, o espanhol José Luís Rodriguez Zapatero, e o alemão Gerhard Schroeder.

A lista de partidos membros plenos da Internacional Socialista compreende:

- Albania – Partido Socialdemócrata, PSD
- Albania – Partido Socialista de Albania, SPA
- Alemania Partido Socialdemócrata de Alemania, SPD
- Andorra – Partido Socialdemócrata de Andorra, PS
- Angola – MPLA
- Argelia – Frente de las Fuerzas Socialistas, FFS
- Argentina – Partido Socialista, PS
- Argentina – Unión Cívica Radical, UCR
- Armenia FRA – Partido Socialista Armenio
- Aruba – Movimiento Electoral del Pueblo, MEP
- Australia – Partido Laborista Australiano, ALP
- Austria – Partido Socialdemócrata de Austria, SPÖ
- Barbados – Partido Laborista de Barbados
- Bélgica – Partido Socialista, PS
- Bélgica – Partido Socialista, SPA
- Benín – Partido Socialdemócrata, PSD
- Bosnia y Herzegovina – Partido Socialdemócrata de Bosnia y Herzegovina, SDP BiH
- Brasil – Partido Democrático Laborista, PDT
- Bulgaria – Partido Socialista Búlgaro, BSP



- Bulgaria – Socialdemócratas de Bulgaria
- Burkina Faso – Partido por la Democracia y el Progreso/Partido Socialista, PDP/PS
- Cabo Verde – Partido Africano de la Independencia de Cabo Verde, PAICV
- Camerún – Frente Socialdemócrata, SDF
- Canadá – Nuevo Partido Democrático, NDP/NPD
- Chile – Partido Por la Democracia, PPD
- Chile – Partido Radical Social Demócrata, PRSD
- Chile – Partido Socialista, PS
- Chipre – Movimiento de los Socialdemócratas EDEK
- Colombia – Partido Liberal Colombiano, PLC
- Costa Rica – Partido Liberación Nacional, PLN
- Côte d'Ivoire – Frente Popular de Côte d'Ivoire, FPI
- Croacia – Partido Socialdemócrata, SDP
- Curazao – MAN
- Dinamarca – Partido Socialdemócrata
- Ecuador – Partido Izquierda Democrática, PID
- Egipto – Partido Nacional Democrático, NDP
- Eslovaquia – SMER-Social Democracia
- Eslovenia – Social Demócratas, SD
- España – Partido Socialista Obrero Español, PSOE
- Estados Unidos – Socialistas Democráticos de América, DSA
- Estonia – Partido Socialdémocrata de Estonia
- Finlandia – Partido Socialdemócrata Finlandés, SDP
- Francia – Partido Socialista, PS
- Gran Bretaña – Partido Laborista
- Grecia – Movimiento Panhelénico Socialista, PASOK
- Guinea – Asamblea del Pueblo de Guinea, RPG
- Guinea Ecuatorial – Convergencia para la Democracia Social, CPDS
- Haití – Partido Fusión de los Socialdemócratas Haitianos
- Hungría – Partido Socialdemócrata Húngaro, MSzDP
- Hungría – Partido Socialista Húngaro, MSzP

- Irlanda – Partido Laborista
- Irlanda del Norte – Partido Socialdemócrata y Laborista, SDLP
- Islandia – Alianza Socialdemócrata de Islandia
- Israel – Partido Laborista de Israel
- Israel – Partido Yachad
- Italia – Demócratas de Izquierda, DS
- Italia – Socialistas Democráticos Italianos, SDI
- Jamaica – Partido Nacional del Pueblo, PNP
- Japón – Partido Socialdemócrata, SDP
- Letonia – Partido Obrero Socialdemócrata Letonés, LSDSP
- Líbano – Partido Socialista Progresista, PSP
- Lituania – Partido Socialdemócrata Lituano, LSDP
- Luxemburgo – Partido Obrero Socialista de Luxemburgo, LSAP/POSL
- Ex República Yugoslava de Macedonia – Unión Socialdemócrata de Macedonia
- Malasia – Partido Acción Democrática, DAP
- Mali – Partido Africano para la Solidaridad y la Justicia, ADEMA-PASJ
- Malta – Partido Laborista de Malta
- Marruecos – Unión Socialista de las Fuerzas Populares, USFP
- Mauricio – Movimiento Militante de Mauricio, MMM
- Mauricio – Partido Laborista de Mauricio
- México – Partido de la Revolución Democrática, PRD
- México – Partido Revolucionario Institucional, PRI
- Mongolia – Partido Revolucionario del Pueblo de Mongolia, MPRP
- Mozambique – Partido Frelimo
- Nepal – Partido Nepalí del Congreso
- Nicaragua – Frente Sandinista de Liberación Nacional, FSLN
- Níger – Partido para la Democracia y el Socialismo de Níger, PNDS
- Noruega – Partido Laborista Noruego, DNA
- Nueva Zelandia – Partido Laborista de Nueva Zelandia, NZLP
- Países Bajos – Partido Laborista, PvdA



- Pakistán – Partido del Pueblo Paquistaní, PPP
- Panamá – Partido Revolucionário Democrático, PRD
- Paraguai – Partido Revolucionário Febrerista, PRF
- Perú – Partido Aprista Peruano, PAP
- Polônia – Aliança da Esquerda Democrática, SLD
- Polônia – União Trabalhista, UP
- Portugal – Partido Socialista, PS
- Porto Rico – Partido Independentista Puertorriqueño, PIP
- República Tcheca – Partido Socialdemócrata Checo, CSSD
- República Dominicana – Partido Revolucionario Dominicano, PRD
- Romênia – Partido Socialdemocrata, PSD
- San Marino – Partido dos Socialistas e dos Democratas
- Senegal – Partido Socialista, PS
- Serbia e Montenegro – Partido Socialdemocrata de Montenegro, SDPM
- África do Sul – Congreso Nacional Africano, ANC
- Suécia – Partido Socialdemócrata Sueco, SAP
- Suíça – Partido Socialdemócrata Suizo
- Tunisia – Asamblea Constitucional Democrática, RCD
- Turquía – Partido Republicano del Pueblo, CHP
- Uruguai – Nuevo Espacio, NE
- Uruguai – Partido Socialista do Uruguai, PSU
- Venezuela – Acción Democrática, AD

Bibliografia básica

ABENDROTH, Wolfgang. *A História Social do Movimento Trabalhista Europeu*. Rio de Janeiro, 1977.

CARONE, Edgar. *A II Internacional (1189-1914)*. São Paulo: Edusp, 1993.

COLE, G.D.H. *Historia del Pensamiento Socialista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

DOLLEANS, Edouard. *Histoire du Mouvement Ouvrier*. Paris: Armand Colin, 1946.

DROZ, Jacques. *Histoire Générale du Socialisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.

KRIEGEL, Annie. *As Internacionais Operárias*. Amadora, Bertrand, 1974.

LEFRANC, Georges. *O Socialismo Reformista*. São Paulo: Difel, 1974.

LICHTEIM, George. *Breve Historia del Socialismo*. Madri: Alianza, 1979.

STURMTHAL, Adolf. *The Tragedy of European Labor*. Nova Iorque: Putnam, 1952.

CRÉDITO DAS IMAGENS

www.gutenberg.org/files/20743/20743-h/20743-h.htm

commons.wikimedia.org/wiki/Image:Internaciona...

www.fes.de/.../Service/ausstellungsdownload.htm

www.memoriaviva.net/.../La_comuna_de_Paris.jpg

www.spartacus.schoolnet.co.uk/USAhaymarket.htm

http://www.pco.org.br/causaoperaria/2004/388/bebel.jpg

http://www.culture.gouv.fr/culture/actualites/celebrations2005/sfio.htm

http://www.marxists.org/deutsch/archiv/bilder/zetkin2.jpg

http://www.marxists.org/history/france/archive/lissagaray/pics/longuet.jpg

http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/3/3c/Paul_Lafargue_profil.jpg/

http://www.zahar.com.br/doc/c1110.jpg

http://joaopoetadobrasil.wordpress.com/sobre-o-poeta-ii/

http://www.corecon-rj.org.br/UserFiles/Image/Luxemburg_Rosa.jpg

http://www.lepoint.fr/images/photos/presidentielles_2007/ps/Jaures.jpg

http://cache.eb.com/eb/image?id=9891&rendTypeId=4



Para Saber Mais Sobre o Tema

O objetivo deste suplemento é aprofundar o conhecimento dos conteúdos desenvolvidos em aula. Nele, você encontrará indicações e referências de materiais que possibilitam a discussão e oferecem elementos para a reflexão sobre os temas abordados. As obras e textos aqui listados são um complemento daqueles já citados no "Texto de Referência".

Livros

AARÃO REIS, F.D. *O manifesto 150 anos depois*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, e PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). *Dicionário de política,* v. 2. Brasília e São Paulo: Editora UnB/Imprensa Oficial, 2000.

BOBBIO, Norberto. "Marx, o Estado e os clássicos". In: *Teoria Geral da Política*, Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____. *Qual Socialismo?: discussão de uma alternativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BOTTOMORE, Tom (Org.). *A Dictionary of Marxist Thought.* Cambridge: Harvard University Press, 1983.

BUBER, Martin. *O socialismo utópico*. São Paulo: Perspectiva, 1971

CHAFAREVICH. *El fenómeno socialista.* Madrid: Ensayos Aldaba/Emesa, 1978.

COGGIOLA, Osvaldo. *Engels, o segundo violino.* São Paulo: Xamã, 1995.

_____. *Marx e Engels na história.* São Paulo: FFLCH/USP/Humanitas/Xamã, 1996.

_____. *Movimento e pensamento operários antes de Marx.* São Paulo: Brasiliense, 1992.

CHACON, V. *A história das idéias socialistas do Brasil.* Civilização Brasileira, 1981.

DEUTSCHER, Isaac. *Problemas e perspectivas do socialismo.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

DONGHI, Halperin. *História da América Latina*. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1975.

DRACHKOVITCH, Milorad. *O marxismo no mundo moderno.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

DROZ, Jacques. *História geral do socialismo*. Lisboa: Horizonte, 1976.

DULLES, John W.F. *Anarquistas e comunistas no Brasil.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FORNET-BETANCOURT, Raúl. *O marxismo na América Latina.* São Leopoldo: Unisinos, 1995.

FAUSTO, Boris, Trabalho Urbano e Conflito Social, São Paulo: Difel, 1978.

_____. *A revolução de 1930.* 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1970.

FREI BETO. *Nicarágua livre: o primeiro passo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GALEANO, Eduardo. *As Veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GORENDER, Jacob. *Marxismo sem utopia.* São Paulo: Editora Ática: 1999.

HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *A Era do Capital.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. *Mundos do trabalho.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

KONDER, Leandro. *História das idéias socialistas no Brasil*. Expressão Popular, 2003.

LÊNIN, V. I. *Tres fuentes y tres partes integrantes del marxismo.* Buenos Aires: Editorial Anteo, 1969.

MOITA, Paulo Roberto. *Movimentos Partidários no Brasil.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

MARX, Karl, e ENGELS, Friedrich. *The Communist Manifesto.* Londres: Penguin Books, 1985.

McLELLAN, David. *Engels.* Glasgow: Fontana, 1977.

MORE, Thomas. *Utopia*. Lisboa: Europa-América, 1995.

OELGART, Bernd. *Ideólogos e ideologias da nova esquerda.* Lisboa: Editorial Presença, s/d.

OLIC, Nelson Bacic. *Geopolítica da América Latina*. São Paulo: Moderna, 1993.

PERICÁS, Luiz Bernardo e BARSOTTI, Paulo (Orgs.). *América Latina: história, idéias e revolução.* São Paulo: Xamã, 1998.

PETRAS, James (Org.). *America Latina: economia y politica.* Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1972.



PEREIRA, A. Lutas *Operárias que antecederam a fundação do PCB*. In: Problemas nº 39, 1952.

PEREIRA, Astrojildo. *A formação do PCB.* Lisboa: Prelo, 1976.

REMOND, René. *O século XIX – 1815-1914*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1976.

_____. *O Século XX – De 1914 aos nossos dias*. São Paulo: Cultrix, 1993.

ROSSI, C. *Militarismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SALVADORI, Massimo. *Desenvolvimento do comunismo moderno.* Rio de Janeiro: Editora Ipanema, s/d.

SCALZARETTO, Reinaldo & MAGNOLI, Demétrio. *Atlas geopolítico*. São Paulo: Scipione, 1996.

SPINDEL, Arnaldo. *O que é Comunismo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____.*O que é Socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

TCHERKESOF, Varlan. *O marxismo antes e depois de Marx.* São Paulo: Biblioteca Prometeu, de 1935.

TEIXEIRA, A. *Utópicos, heréticos e malditos*. São Paulo: Record, 2002.

TELLES, Jover. O *Movimento Sindical no Brasil,* Rio de Janeiro, Vitória, 1962.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VIEIRA, Margarida Luiza M.V e GUSTIN, Miracy B.S. Barbosa de Sousa. *Semeando democracia. A trajetória do socialismo democrático no Brasil.* Contagem: Editora Palese, 1995.

WEFFORT, F. C. *Classes populares e política.* São Paulo: Fac. De Filosofia, Ciências e Letras, da USP, 1968.

Artigos

COELHO, Marco Antônio Tavares. *Memórias de um comunista*. In: Estud. av., dez. 1999, v. 13, n. 37. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000300003&lng=pt&nrm=iso>

FAUSTO, Ruy. *Acertos e dificuldades do Manifesto Comunista*. In: Estud. av., dez. 1998, v. 12, n. 34. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000300018&lng=pt&nrm=iso>

GUADARRAMA GONZÁLEZ, Pablo. *Humanismo y socialismo en la óptica del pensamiento marxista en América Latina*. In: Estud. av. , 1997, v. 11, n. 3. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000200021&nrm=iso&lng=pt>

PONTES, Heloisa. *Entrevista com Antonio Candido*. In: Rev. bras. Ci. Soc., out. 2001, v. 16, n.47. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092001000300001&lng=pt&nrm=iso>

RIDENTI, Marcelo. *Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960*. In: Tempo Soc., jun. 2005, v. 17, n. 1. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000100004&lng=pt&nrm=iso>

VIANNA, Luiz Werneck. *Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira*. In: Dados, 1996, v. 39, n. 3. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581996000300004&lng=pt&nrm=iso>

Sítios na internet

- Sítio oficial do TSE com a lista dos Partidos Políticos. Disponível em <http://www.tse.gov.br/partidos/partidos_politicos/historico.html>
- Sítio Oficial da Internacional Socialista (em espanhol). Disponível em <http://www.labour.org.nz/>
- Portal da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional. Disponível em <http://www.litci.org/Portugues/InicialPT.aspx>
- Portal co uma lista de partidos e Organizações trotskistas. Disponível em <http://www.broadleft.org/trotskyi.htm>
- Liga Bolchevique Internacionalista. Disponível em <http://www.geocities.com/lbi_br/>
- Associação Internacional dos Trabalhadores (em espanhol). Disponível em <http://iwa-ait.org/spanishindex.html>
- Referências sobre o Desenvolvimento da Internacional Socialista (sitio da Fundação Friedrich Ebert). Disponível em <http://library.fes.de/si-online/index-en.html>
- Secão em português sobre Leon TROTSKY no Marxists Internet Archive. Disponível em <http://www.marx.org/portugues/trotsky/index.htm>
- Enciclopédia Eletrônica Wikipedia – Verbete para Socialismo. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismo>
- Enciclopédia Eletrônica Wikipedia – Verbete para Terceiro Mundo. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Terceiro_Mundo>



- Sítio "Mundo do Socialismo". Disponível em <http://www.moreira.pro.br/pagcent.htm>
- Instituto Rosa Luxemburgo. Disponível em <http://www.insrolux.org/>
- Sítio "Gramsci e o Brasil". Disponível em <http://www.acessa.com/gramsci/>
- Sítio "comunismo.com.br". Disponível em <http://www.comunismo.com.br/>
- Biblioteca Virtual História do Marxismo no Brasil. Disponível em <http://www.fafich.ufmg.br/marxismo/index.htm>
- Sítio "comunism.org". Disponível em <http://www.communism.com/>
- Biblioteca Virtual de Autores Socialistas. Disponível em <http://www.ucm.es/info/bas/es/marx-eng/>
- Biblioteca Virtual Revolucionária. Disponível em <http://www.geocities.com/autonomiabvr/index.html>
- Sítio em inglês sobre a história do marxismo e dos movimentos operários "History Archive: a history of the revolutionary working class". Disponível em <http://marxists.org/history/>
- Sítio "World Socialist Movement". Disponível em <http://www.worldsocialism.org/index.php>
- Banco de Dados de Discursos de Fidel Castro organizado pela Universidade do Texas, EUA. Disponível em <http://www1.lanic.utexas.edu/la/cb/cuba/castro.html>

Partidos Políticos no Brasil

- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro. <http://www.pmdb.org.br/>
- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro. <http://www.ptb.org.br/>
- PDT – Partido Democrático Trabalhista. <http://www.pdt.org.br/>
- PT – Partido dos Trabalhadores. <http://www.pt.org.br>
- PFL – Partido da Frente Liberal. <http://www.pfl.org.br/democratas.asp>
- PCdoB – Partido Comunista do Brasil. <http://www.vermelho.org.br/pcdob/>
- PSB – Partido Socialista Brasileiro. <http://www.psb.org.br/>
- PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira. <http://www.psdb.org.br/>
- PTC – Partido Trabalhista Cristão. <www.ptc.org.br>
- PSC – Partido Social Cristão. <http://www.psc.org.br/>
- PMN – Partido da Mobilização Nacional. <http://www.pmn.org.br/>

- PRP – Partido Republicano Progressista. <http://www.prp.org.br/>
- PPS – Partido Popular Socialista. <http://www.pps.org.br>
- PV – Partido Verde. <http://www.pv.org.br/>
- PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil. <http://www.ptb.org.br/>
- PP – Partido Progressista. <http://www.pp.org.br/>
- PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. <http://www.pstu.org.br/>
- PCB – Partido Comunista Brasileiro. <http://www.pcb.org.br/>
- PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro. <http://www.prtb.org.br/>
- PHS – Partido Humanista da Solidariedade. <http://www.phs31.org.br/>
- PSCD – Partido Socialdemocrata Cristão. <http://www.psdc.org.br/>
- PCO – Partido da Causa Operária. <http://www.pco.org.br/>
- PTN – Partido Trabalhista Nacional. <http://www.ptnbrasil.com.br/>
- PAN – Partido dos Aposentados da Nação
- PSL – Partido Solcial Liberal. <http://www.pslnacional.org.br/>
- PRB – Partido Republicano Brasileiro. <http://www.prb.org.br/>
- PSOL – Partido Socialismo e Liberdade. <http://www.psol.org.br/>
- PR – Partido da República. <http://www.partidodarepublica.org.br/pr22/>

Alguns partidos trabalhistas ao redor do mundo

- Austrália – Partido Trabalhista da Austrália. <http://www.alp.org.au/>
- Brasil – Partido Trabalhista Brasileiro. <http://www.ptb.org.br/>
- Irlanda – Partido Trabalhista da Irlanda. <http://www.labour.ie/>
- Israel – Partido Trabalhista de Israel. <http://www.havoda.org.il/>
- Jamaica – Partido Trabalhista da Jamaica. <http://www.jlpteam.com/>
- Malta – Partido Trabalhista de Malta. <http://www.mlp.org.mt/>
- Noruega – Partido Trabalhista da Noruega. <http://www.dna.no/index.gan?id=71834>
- Nova Zelândia – Partido Trabalhista da Nova Zelândia. <http://www.labour.org.nz/>
- Reino Unido – Partido Trabalhista do Reino Unido. <http://www.labour.org.uk/>



Centros de Pesquisa

- Centro de Estudos Marxistas/Unicamp. Disponível em <http://www.unicamp.br/cemarx/>
- NEILS – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Socais da PUC-SP. Disponível em <http://www.pucsp.br/neils/>
- IEA USP (Instituto de Estudos Avançados). Disponível em <http://www.iea.usp.br/iea/>
- IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política. Disponível em <http://www.iuperj.br/>
- Grupos de Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em <http://www.propesq.ufpe.br/propesq/pesquisa/grupo.html>
- NEC – Núcleo de Estudos Contemporâneos da UFF. Disponível em <http://www.historia.uff.br/nec/>
- Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. Disponível em <http://www.cebela.org.br/>
- NU-SOL Núcleo de Sociabilidade Libertária/PUC-SP. Disponível em <http://www.nu-sol.org>
- Fundação Espanhola de Estudos Libertários Anselmo Lorenzo (*Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo*). Disponível em <http://www.cnt.es/fal/home.php>
- Fundação Espanhola de Estudos Marxistas (*Fundación de Investigaciones Marxistas*). Disponível em <http://www.fim.org.es/01_01.php>
- REDEM – Rede de Estudos de Economia Mundial (*Red de Estudios de la Economia Mundial*). Disponível em <http://www.redem.buap.mx/>
- Centro de Estudos em Economia e Sociedade da Universidade de Cornell, EUA (*Center for the Study of Economy and Society*). Disponível em <http://www.economyandsociety.org/contact.shtml>
- Centro de Estudos Cubanos da Universidade de Tulane, EUA (*Cuban Studies Institute, Tulane University*). Disponível em <http://cuba.tulane.edu>
- Centro de Estudos Latino Americanos da Universidade de Harvard, EUA (*David Rockefeller Center for Latin American Studies, Harvard University*). Disponível em <http://www.fas.harvard.edu/~drclas>
- Programa de Estudos Cubanos da Universidade de Georgetown (*Georgetown University Caribbean Project's Cuba Program*). Disponível em < http://www.georgetown.edu/sfs/programs/clas/Caribe/Cuba.htm>

- Casa de Estudos do Socialismo, Peru (*Casa de estudios del Socialismo*). Disponível em <http://www.yachay.com.pe/especiales/mariategui/SUR/index.htm>
- Centro de Estudos Chineses da Universidade de Berkeley, EUA (*Center for Chinese Studies, UC Berkeley*). Disponível em <http://ieas.berkeley.edu/ccs/>

Filmes

Título: Diários de Motocicleta
Título Original: The Motorcycle Diaries
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 128 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 2004
Direção: Walter Salles
Roteiro: Jose Rivera, baseado nos livros de Che Guevara e Alberto Granado
Sinopse: A viagem do jovem Che Guevara pela América do Sul, antes de se tornar um dos ícones da Revolução Cubana.
Che Guevara (Gael García Bernal) era um jovem estudante de Medicana que, em 1952, decide viajar pela América do Sul com seu amigo Alberto Granado (Rodrigo de la Serna). A viagem é realizada em uma moto, que acaba quebrando após 8 meses. Eles então passam a seguir viagem através de caronas e caminhadas, sempre conhecendo novos lugares. Porém, quando chegam a Machu Pichu, a dupla conhece uma colônia de leprosos e passam a questionar a validade do progresso econômico da região, que privilegia apenas uma pequena parte da população.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/diarios-de-motocicleta/diarios-de-motocicleta.asp)

Título Original: Olga
Gênero: Drama
Tempo de Duração:
Ano de Lançamento (Brasil): 2004
Roteiro: Rita Buzzar
Sinopse: Olga Benário (Camila Morgado) é uma militante comunista desde jovem, que é perseguida pela polícia e foge para Moscou, onde faz treinamento militar. Lá ela é encarregada de acompanhar Luís Carlos Prestes (Caco Ciocler) ao Brasil para liderar a Intentona Comunista de 1935, se apaixonando por ele na viagem. Com o fracasso da revolução, Olga é presa com Prestes. Grávida de 7 meses, é deportada pelo governo Vargas para a Alemanha nazista e tem sua filha Anita Leocádia na prisão. Afastada da filha, Olga é então enviada para o campo de concentração de Ravensbrück.
(Fonte: http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/olga/olga.asp)



Título Original: Cabra Cega
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 107 minutos
Ano de Lançamento (Brasil): 2005
Direção: Toni Venturi
Roteiro: Di Moretti, baseado em argumento de Fernando Bonassi, Roberto Moreira e Victor Navas
Sinopse: Thiago (Leonardo Medeiros) e Rosa (Débora Duboc) são dois jovens militantes da luta armada, que sonham com uma revolução social no Brasil. Após ser ferido por um tiro, em uma emboscada feita pela polícia, Thiago precisa se esconder na casa de Pedro (Michel Bercovitch), um arquiteto simpatizante da causa. Thiago é o comandante de um "grupo de ação" de uma organização de esquerda, que está no momento debilitada e estuda um retorno à luta política. Rosa é o contato de Thiago com o mundo, sendo agora ainda mais importante por estar ferido. Com o passar do tempo Pedro passa a ficar preocupado com a segurança deles, adotando um comportamento estranho e colocando dúvidas em Thiago se ele não seria um traidor.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/cabra-cega/cabra-cega.asp)

Título Original: A Terceira Morte de Joaquim Bolívar
Gênero: Drama Histórico
Tempo de Duração: 104 minutos
Ano de Lançamento (Brasil): 2000
Direção: Flávio Cândido
Roteiro: Flávio Cândido
Sinopse: Em meio aos acontecimentos políticos de 1964, o filme retrata a disputa ideológica entre Joaquim Bolívar (Sérgio Siviero), um jovem barbeiro integrante do Partido Comunista, e o poderoso Coronel Gaudêncio (Othon Bastos), um típico líder político de província. Os antagonistas se enfrentam ao longo de 35 anos, tendo como pano de fundo a construção de uma usina hidrelétrica, que pode ser a salvação da cidade.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/3-morte-de-joaquim-bolivar/3-morte-de-joaquim-bolivar.asp)

Título Original: Araguaya – Conspiração do Silêncio
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 105 minutos
Ano de Lançamento (Brasil): 2004
Direção: Ronaldo Duque
Roteiro: Ronaldo Duque, Guilherme Reis e Paula Simas
Sinopse: O exército brasileiro no auge da ideologia da segurança nacional, um partido de esquerda dissidente, militantes aguerridos (a maioria deles ainda jovens e inexperientes), inocentes camponeses e uma região onde a ambição e a miséria disputavam lugar palmo a palmo. É neste

cenário que está o Padre Chico (Stephane Brodt), um religioso francês que chegou à região do Araguaia no início dos anos 60. A profunda identidade de Padre Chico com as pessoas da região, associada ao seu sentimento religioso e dúvidas existenciais, fazem com que o religioso presencie os eventos ligados à formação da Guerrilha do Araguaia.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/araguaya/araguaya.asp)

Título Original: Zuzu Angel
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 110 minutos
Ano de Lançamento (Brasil): 2006
Direção: Sérgio Rezende
Roteiro: Marcos Bernstein e Sérgio Rezende
Sinopse: Brasil, anos 60. A ditadura militar faz o país mergulhar em um dos momentos mais negros de sua história. Alheia a tudo isto, Zuzu Angel (Patrícia Pillar), uma estilista de modas, fica cada vez mais famosa no Brasil e no exterior. O desfile da sua coleção em Nova York consolidou sua carreira, que estava em ascensão. Paralelamente seu filho, Stuart (Daniel de Oliveira), ingressa na luta armada, que combatia as arbitrariedades dos militares. Resumindo: as diferenças ideológicas entre mãe e filho eram profundas. Ela uma empresária, ele lutando pela revolução socialista e Sônia (Leandra Leal), sua mulher, partilha das mesmas idéias. Numa noite Zuzu recebe uma ligação, dizendo que "Paulo caiu", ou seja, Stuart tinha sido preso pelos militares. As forças armadas negam e Zuzu visita uma prisão militar e nada acha, mas viu que as celas estavam tão bem arrumadas que aquilo só podia ser um teatro de mau gosto, orquestrado pela ditadura. Pouco tempo depois ela recebe uma carta dizendo que Stuart foi torturado até a morte na aeronáutica. Então ela inicia uma batalha aparentemente simples: localizar o corpo do filho e enterrá-lo, mas os militares continuam fazendo seu patético teatro e até "inocentam" Stuart por falta de provas, apesar de já o terem executado. Zuzu vai se tornando uma figura cada vez mais incômoda para a ditadura e ela escreve que não descarta de forma nenhuma a chance de ser morta em um "acidente" ou "assalto".
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/zuzu-angel/zuzu-angel.asp)

Título Original: Contos de Resistência
Gênero: Documentário
Ano de Lançamento (Brasil): 2005
Direção: Getsemane Silva, Glória Varela, Marcya Reis, André Carvalheira, Guilherme Bacalhao.
Sinopse: Para marcar os 40 anos do golpe militar de 1964, a TV Câmara produziu a série Contos da Resistência, composta de quatro episódios. Cada um dos vídeos da série enfoca um aspecto da resistência à ditadura e como esses movimentos contribuíram para a construção da democracia que temos hoje no Brasil. As articulações em todos os segmentos da sociedade para se contrapor



ao governo autoritário; as organizações sociais de estudantes, trabalhadores e religiosos para lutar pela democracia e esclarecer a população; a resistência política no Congresso; a crítica inteligente e criativa das artes e da imprensa; a repressão e a tortura a representantes desses grupos; e o movimento social pelas eleições diretas em 1984. Todos os temas estão na série, abordados a partir da perspectiva de quem viveu esses tipos de resistência.
(Fonte: http://www2.camara.gov.br/homeagencia/materias.html?pk=57006)

Título: Missing – O Desaparecido
Título Original: Missing
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 122 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 1982
Direção: Costa-Gavras
Roteiro: Costa-Gavras, John Nichols, Donald Stewart, baseados em livro de Thomas Hauser
Sinopse: Após a Revolução Cubana em 1959, a guerra fria se radicalizou na América Latina, onde qualquer proposta política mais popular, democrática ou nacionalista, era tida como esquerdista e anti-capitalista, ou seja, anti-EUA.
Entre 1964 e 1970, o Chile conheceu alguns avanços sociais com o governo democrata-cristão de Eduardo Frei.
Em 1970 através de eleições, Salvador Allende, candidato da União Popular (frente progressista liderada por comunistas e socialistas), assumiu a presidência do país. Já nos primeiros meses, Allende nacionalizou as minas e os bancos e acelerou o processo de reforma agrária, iniciado no governo de Eduardo Frei. Essas medidas contrastavam-se cada vez mais com o contexto de radicalização da Guerra Fria, e Salvador Allende, começava a sofrer uma forte oposição por parte das oligarquias internas, temerosas com os avanços populares. Soma-se a essa oposição, o boicote norte-americano, que agravou a crise econômica do país, isolando ainda mais o governo socialista de Allende, que perdia o apoio dos democratas-cristãos e de representativos setores da classe média.
Nesse cenário, em 11 de setembro de 1973, Salvador Allende foi deposto e assassinado por um golpe militar. Iniciava-se no Chile uma das mais sangrentas ditaduras militares da América Latina, comandada pelo general Augusto Pinochet, proclamado no ano seguinte "Chefe Supremo da Nação".
Imediatamente após o golpe, o general inicia uma repressão cruel contra as oposições, proibindo qualquer atividade política e oprimindo os setores de esquerda com prisões, torturas e execuções em massa, espalhando o terror por todo país.
É este o pano de fundo para a história fimada por Costa-Gravas, um ícone do cinema político. Num restaurante em Santiago do Chile, um jovem jornalista norte-americano, residente nesse país, acaba escutando uma conversa na mesa ao lado, entre um agente da CIA e militares chilenos, que deixa clara a participação do governo norte-americano no golpe militar que depôs o governo socialista de Salvador Allende e inaugurou a ditadura do general Augusto Pinochet.

A obra de Costa-Gravas focaliza inicialmente o cotidiano do jornalista no Chile, até seu desaparecimento, dias após o golpe de Estado do general Pinochet. O filme prossegue até o final com a busca desesperada do pai e da mulher do jornalista, na tentativa de encontrá-lo.
O Chile pós-golpe de Estado, os primeiros dias da repressão e todo horror da ditadura chilena, considerada uma das mais violentas da América Latina, são fielmente retratados pelo filme, que venceu a Palma de Ouro e o prêmio de melhor ator no festival de Cannes, além do Oscar de melhor roteiro adaptado.
(Fonte: http://parceiros.cineclick.com.br/cinemateca/ficha_filme.php?id_cine=730)

Título: Memórias do Subdesenvolvimento
Título Original: Memorias Del Subdesarrollo
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 97 minutos
Ano de Lançamento (Cuba): 1968
Direção: Tomás Gutiérrez Alea
Sinopse: Retrato lúcido e poético de Cuba no começo dos anos 60, Memórias do Subdesenvolvimento é considerado um clássico do cinema latino-americano. Tomás Gutiérrez Alea (1928-1996) oferece um olhar ao mesmo tempo carinhoso e crítico sobre os rumos da revolução de Fidel Castro, narrado pelos olhos de Sérgio, um homem que aos 38 anos se descobre sozinho em Havana, depois que sua mulher e seus pais resolvem migrar para os Estados Unidos. Ao acompanhar Sérgio, o espectador é chamado a percorrer as ruas da capital cubana e a encontrar personagens reais, num filme que mistura com habilidade, recursos da ficção e do documentário.
(Fonte: http://www.videolar.com/ProdutoDVD.asp?ProductID=112738)

Título: Os Sobreviventes
Título Original: Los Sobrevivientes
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 130 minutos
Ano de Lançamento (Cuba): 1978
Direção: Tomás Gutiérrez Alea
Sinopse: Com o triunfo da revolução, uma família de descendência aristocrática, decide ficar isolada em sua mansão e ignorar as mudanças que acontecem no país. O tradicional talento satírico de Gutiérrez Alea faz desse filme uma das peças chaves na sua cinematografia. Com Jorge Alí, Leonor Borrero, Juanita Caldevilla, Elio Mesa, Reynaldo Miravalles, Carlos Monctezuma, Germán Pinelli, Lili Rentería.
(Fonte: http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/ctr/rptg/ReportagemDetalhe.jsp?Reportagem.codigo=3260)



Título: Antes do Anoitecer
Título Original: Before Night Falls
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 125 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 2000
Direção: Julian Schnabel
Roteiro: Lázaro Gómez Carriles, Cunningham O'Keefe e Julian Schnabel, baseado em livro de Reynaldo Arenas
Sinopse: O diretor Julian Schnabel (Basquiat) traz às telas a cinebiografia do escritor cubano Reynaldo Arenas, que foi perseguido em seu país natal e viveu anos exilado em Nova York. Após ser educado com a Revolução Cubana e premiado nacionalmente por seu trabalho, o escritor Reynaldo Arenas termina sendo preso e, posteriormente, exilado de seu país-natal. Conheça a vida de Reynaldo Arenas, desde sua infância pobre até seu exílio em Nova York, passando pelo horror e preconceito sofrido ainda em Cuba, pelo fato de ser homossexual.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/antes-do-anoitecer/antes-do-anoitecer.asp)

Título: De Certa Maneira
Título Original: De Cierta Manera
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 78 minutos
Ano de Lançamento (Cuba): 1974
Direção: Sara Gómez
Sinopse: O condomínio Miraflores, construído em 1962 pelas mesmas pessoas que iriam morar nele, é resultado dos primeiros esforços da Revolução para erradicar os bairros periféricos. Yolanda, a nova professora da comunidade, enfrenta as diferenças e os conflitos que surgem em sua relação amorosa com um operário da construção. A partir dessa história, se trata um tema inédito: a incorporação de homens e mulheres até agora marginais ao processo revolucionário.
(Fonte: http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/ctr/rptg/ReportagemDetalhe.jsp?Reportagem.codigo=3260)

Programas de TV

Programa Roda Viva – TV Cultura:

Entrevista com Bolivar Lamounier, cientista político brasileiro: 02/06/1997. Disponível em <http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=561.

Entrevista com Ricardo Alarcon, presidente da Assembléia Nacional de Cuba: 18/06/2001. Disponível em <http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=753>

Entrevista com Fidel Castro, presidente de Cuba: 19/03/1990. Disponível em <http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=187>

Entrevista com Jacob Gorender, historiador, militante histórico do comunismo no Brasil, dirigente político, intelectual estudioso do marxismo e da realidade do país: 16/01/2006. Disponível em <http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=988>

Entrevista com Luis Carlos Prestes, ex-secretário do Partido Comunista Brasileiro: 27/10/1986. Disponível em <http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=5>

Roda Viva com Francisco de Oliveira, sociólogo, economista e um dos mais respeitados intelectuais da esquerda brasileira: 01/12/2003. Disponível em <http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=877>

Série Alô Escola – TV Cultura:
Equipe de produção internacional:
Produzido por: Via Le Mond (D.B.) Inc. com a participação de: La Sept (France)
Concepção original: Daniel Bertolino e Catherine Viau
Roteiro: Catherine Viau
The Multimedia Group of Canada
Equipe de produção TV Cultura:
Roteiro: Fernando Navarro, Dora Karam

Episódios:

Cenas do Século XX: O Muro de Berlim. Disponível em <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/internacionais/murodeberlim.htm>

Guerra Fria. Disponível em <(http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/guerrafria/index.htm>



Linha do Tempo

Cronologia da Internacional Socialista

1864 – Fundação da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores), a I Internacional, com a participação de Marx e Engels.

1871 – Comuna de Paris.

1889 – Criada em Paris a II Internacional (ou Internacional Socialista).

1903 – O POSDR se dividiu em dois grupos, um ligado a Lênin, que levou o nome de **bolchevique** (maioria, por terem maioria de votos no congresso do Partido) e outro ligado aos dirigentes Martóv e Plekhanov, que ficou conhecido como **menchevique** (minoria).

1905 – Primeira onda da Revolução Russa.

1912 – Montenegro declara guerra à Turquia e torna guerra mundial iminente.

1914 – Explode a Primeira Guerra Mundial, como conseqüência da fase e das disputas imperialistas entre as potências capitalistas. Alemanha derrotada terá que pagar os prejuízos de guerra, pelo Tratado de Versalhes;

– Os partidos da II Internacional aprovam os créditos de guerra aos seus governos, negando as teses internacionalistas. Lênin e Rosa de Luxemburgo dizem que II Internacional faliu após isso. Ao final da guerra, a Alemanha, derrotada, terá que pagar os prejuízos de guerra, pelo Tratado de Versalhes.

1915 – setembro – Conferência de Zimmerwald, na Suíça.

1916 – Conferência em Kienthal. Essas duas conferências lançaram as bases do que seria depois a III Internacional, com Lênin, Rosa de Luxemburgo, Trotsky.

1917 – Revolução Russa.

1917 – Fevereiro – Revolução democrático-burguesa.

– Julho – O príncipe Lvov foi substituído por Kerensky.

1917 – Outubro – Revolução Socialista.

1918 – Março – Irrompe a Guerra Civil, que se estendeu até 1921. Durante este período predominou o regime do Comunismo de Guerra, baseado nas requisições da produção camponesa e no racionamento.

1919 – Março – Tratado de Brest- Litovsk, Rússia sai da guerra. Paz com a Alemanha.

– Março – Primeiro congresso da III Internacional, em Moscou.

1921 – Vitória do Exército Vermelho na Guerra Civil e Início à **Nova Política Econômica**, a **NEP**. Os demais partidos soviéticos foram banidos em 1921.

1922 – Fundação da União Soviética – URSS.

Final de 1922 – Afastamento de Lênin, por doença.

– Stalin assume a Secretaria Geral do Partido Comunista Russo.

1923-1924 – Debate entre Preobrajensky e Bukharin acerca dos caminhos para o avanço econômico.

1924 – Morte de Lênin abre caminho para Stalin. Trotsky organiza a Oposição de Esquerda. Stalin já tinha sob controle o aparato do partido.

1925 – Trotsky é destituído de seu cargo no Comissariado do Povo.

1926 – Zinoviev e Kamenev rompem com Stalin e junto com a Oposição de Esquerda compõem a Oposição Unida.

1927 – Stalin derrota definitivamente e massacra qualquer oposição.

1928 – Começam as medidas da Coletivização Forçada da terra.

1929 – Trotsky foi exilado;

– Início do Primeiro Plano Qüinqüenal (1929-1933) de industrialização acelerada. Na década de 30 foram desenvolvidos ouros três planos qüinqüenais.

1938 – Fundação da IV Internacional.

1940 – Início da Segunda Guerra Mundial;

– Assassinato de Trotsky.

1943 – A III Internacional foi dissolvida por Stalin.



Aula 6
Resenha

No século XX,o socialismo esteve presente na política nacional representando todas as mais expressivas correntes ideológicas internacionais. Nessa aula são apresentadas as mais relevantes vertentes socialistas organizadas que atuaram no Brasil, desde o anarcossindicalismo, passando pelas correntes leninistas, até a fundação das novas organização políticas do final do século XX.

Aula 6
História do socialismo no Brasil

Oswaldo Coggiola • Robério Paulino

Apresentação

No século XX, o socialismo esteve presente na política nacional representando todas as mais expressivas correntes ideológicas internacionais. Nessa aula serão apresentadas as mais relevantes vertentes socialistas organizadas que atuaram no Brasil, desde o anarco-sindicalismo, passando pelas correntes leninistas, até a fundação das novas organizações políticas do final do século XX.

Origens do movimento operário e do socialismo no Brasil

- O *movimento operário brasileiro teve um caráter "tardio"* (inclusive quando posto no marco histórico latino-americano)
- Tanto o *movimento operário brasileiro* quanto manifestações ideológicas modernas dos oprimidos, socialistas ou anarquistas, *começaram quando ainda vigorava no país a escravidão*, que só seria abolida em finais do século XIX
- Revoltas agrárias e urbanas (século XIX)



- A *Campanha Abolicionista* ("ala abolicionista radical", comícios abolicionistas, envolvimento de organizações feministas, ainda que incipientes etc.)

  Para Suely R. Reis de Queiroz:

  A luta contra a escravidão compreendia a obtenção de oportunidades de educação, participação política e melhoria de condições econômicas para os milhares de negros e mulatos, a fim de poderem alcançar a posição de igualdade a que tinham direito como seres humanos em tudo semelhantes aos demais. Compreendia ainda a democratização do solo como um dos meios de alcançar tais fins.
- Revolta de Canudos
- Processo de industrialização e o operariado

  A industrialização fez surgir no Brasil um novo perfil social com o surgimento do operário fabril
- Imigração

  Na medida em que a *imigração quebrava as velhas relações de trabalho*, mas não se produzia a quebra simultânea da velha estrutura da propriedade (pois o desenvolvimento industrial coexistia com ela), contribuiu muito menos ao movimento industrial propriamente dito, através de uma significativa ampliação do mercado interno (como se deu, por exemplo, nos EUA) e criando, por conseguinte, uma maior necessidade de mão-de-obra industrial
- Nas indústrias, era composta por estrangeiros:
  - 79% da força de trabalho nas manufaturas em São Paulo (em 1893), e
  - 39% da força de trabalho do Rio de Janeiro (em 1890)

O socialismo e o trabalhismo no Brasil

- As *primeiras expressões socialistas no Brasil* datam da década de 1840, e correspondem ao *socialismo filantrópico dos intelectuais éclairés*, que possuíam importante influência na Europa

- 1845: publicado *O Socialismo*, livro do general Abreu e Lima
- 1845: Eugene Tardonnet criava a *Revista Socialista*
- 1858: primeira greve no Rio de Janeiro (tipógrafos dos jornais: *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil* e *Jornal do Comércio)*
- Os tipógrafos, desde então, assumiram a vanguarda não só das lutas como também da organização da classe operária no Brasil
- Década de 1880: primeiras tentativas de se organizar um partido socialista (tentativas frágeis, temporárias e localizadas)
- As tentativas de se criar um partido socialista aumentaram nos primeiros anos da República
- Uma influência do "socialismo europeu" nas tentativas de formação dos partidos
- 1896: criação do Partido Operário Socialista
- 1902: cria-se o Partido Socialista Brasileiro
- 1908: Confederação Operária Brasileira

Brasil: Distribuição do capital investido por ramo de indústria

Ramo de Indústria	1889	1907	1920
Têxtil	60%	20,5%	27,5%
Alimentícia	15%	26,7%	40,2%
Produtos químicos	10%	9,4%	7,9%
Artigos de vestuário e toucador	3,5%	15,9%	8,2%
Outros	11,5%	27,5%	16,1%

(Fonte: Edgar Carone. *A República Velha – Instituições e classes sociais*. São Paulo, Difel, 1975)

Origens do movimento operário e do socialismo no Brasil

- Anarquismo e lutas operárias
- Crescimento do movimento operário nas duas primeiras décadas do século XX



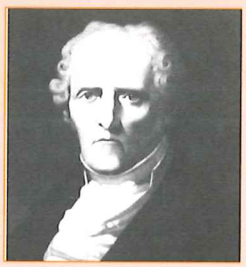
- A Greve Geral de 1917 em São Paulo (seguida pela greve de 1918 no Rio de Janeiro)
- 1900-1910: 11 greves operárias
- 1910-1920: 258 greves operárias

Origens do movimento operário e do socialismo no Brasil

- 1922: criação do Partido Comunista Brasileiro, o PCB
  - Com a participação de ex-integrantes do movimento anarquista que, influenciados pelo sucesso da Revolução Russa, decidiram fundar um partido semelhante ao bolchevique.

É comum afirmar que o movimento operário brasileiro teve um caráter "tardio" (inclusive quando posto no marco histórico latino-americano), tão tardio quanto o próprio capitalismo no país. Pois tanto o movimento operário brasileiro quanto manifestações ideológicas modernas dos oprimidos, socialistas ou anarquistas, começaram quando ainda vigorava no país a escravidão, que só seria abolida em finais do século XIX. Na Argentina, por exemplo, o ano de 1857 assinala o nascimento da "Sociedade Tipográfica Bonaerense". No Chile, a "*Sociedad de Artesanos*" foi fundada em 1858, em Valparaíso. Mas, também no Brasil, as primeiras notícias de lutas operárias remontam a 1858, quando tipógrafos do Rio de Janeiro entraram em greve reivindicando aumento de salários. Este fato invalida aquela percepção comum.

Na mesma época, também, no Brasil aconteceram experiências "comunitárias" socialistas, inspiradas no socialismo europeu da época, e curiosamente integradas ao sistema imperial vigente. Uma delas aconteceu nas margens da Baía de Babitonga, perto da cidade histórica de São Francisco do Sul. Em 1842, Benoit Jules Mure, inspirado nas teorias de Charles Fourier ("socialista utópico" francês), instalou o Falanstério do Saí ou Colônia Industrial do Saí, reunindo colonos vindos da França ao Rio de Janeiro em 1841.



Houve dissidências entre os colonos, e uma delas, à frente da qual estava Michel Derrion, constituiu outra colônia a algumas

léguas do Saí, num lugar chamado Palmital: a Colônia do Palmital. Benoit Jules Mure conseguiu apoio do coronel Oliveira Camacho e do presidente da Província de Santa Catarina, Antero Ferreira de Brito. Este apoio foi-lhe fundamental para posteriormente conseguir a ajuda financeira do Governo Imperial do Brasil para seu projeto.

Não foi uma experiência única, pois o governo imperial brasileiro persistiu nessa política até a sua derrubada. Durante o Império, ensejando uma política imigratória, D. Pedro II e os poderes estaduais estimularam a instalação de colônias e núcleos de imigrantes, auxiliando com recursos financeiros e materiais a formação de comunidades. Chegou-se ao ponto, por exemplo, de que pela Lei 3.396, de 24 de novembro de 1888, todas as dívidas dos colonos foram transferidas, no Paraná, para o Estado. Em 1889, Giovanni Rossi tentou fundar em Palmeira, no interior do Paraná, uma comunidade baseada no trabalho, na vida e na negação do reconhecimento civil e religioso do matrimônio, denominada Colônia Cecília.[1] A experiência teve curta duração.

O processo econômico nas últimas décadas do Império caracterizou-se pela paulatina penetração das relações capitalistas de produção, as quais, no entanto, não quebraram o quadro das atividades tradicionais (produção primária em grandes lavouras com vistas à exportação). Segundo Emília Viotti da Costa:



> Na segunda metade do século XIX, os empreendimentos empresariais seriam melhor vistos, à medida que os próprios fazendeiros se converteram, em certas áreas, numa espécie de empresários, introduzindo melhoramentos em suas fazendas, tentando substituir o escravo pelo trabalhador livre, aperfeiçoando os métodos de beneficiamento, associando-se a empresas industriais, investindo em ferrovias e organizações bancárias, assumindo atitudes progressistas em matéria de política, vendo com simpatia as idéias emancipadoras, e aderindo às idéias republicanas.

Esse processo acabaria gerando uma incompatibilidade progressiva com o sistema

1 Em 20 de fevereiro de 1890, zarparam em Gênova cerca de 150 anarquistas italianos. Chegando ao planalto dos campos gerais, instalaram-se no que seria o núcleo Cecília, em abril de 1890. Os anarquistas, concentrados uns na lavoura, outros em empreitadas contratadas junto ao governo para a construção da estrada de rodagem Serrinha-Santa Bárbara, recebiam salários semanais que auxiliavam os companheiros da Colônia.



social (escravocrata) e político (monárquico centralizado) vigente. No imediato, seus efeitos foram um certo crescimento das cidades e uma progressiva dissolução das velhas relações agrárias, assim como o aparecimento de uma classe média urbana. Os setores médios urbanos, segundo a autora citada, não "chegaram a assumir posição autônoma ou fundamentalmente renovadora, a despeito de suas vagas e contraditórias aspirações divergirem, às vezes, da visão do mundo característica das oligarquias. Seus representantes continuavam a preencher quadros burocráticos ou de serviços dentro de um regime de clientela. Dessa forma, assimilavam os valores dos grupos dominantes mais progressistas, agindo, freqüentemente, nos centros urbanos mais importantes, como suporte das reivindicações em favor da abolição, a República, a reforma de ensino, a separação da Igreja do Estado, e outras medidas progressistas".

Revoltas agrárias e urbanas

O clientelismo e a chamada "patronagem" (ou paternalismo), que não faziam senão acentuar as características já antidemocráticas do sistema político vigente (que, no seu setor "representativo" baseava-se no voto censitário, e em organismos políticos vitalícios), faziam também com que a grande maioria da população agrária (isto é, a grande maioria da população do país), sem contar os próprios escravos, se encontrasse marginalizada politicamente, sem canais de expressão e de pressão sobre as decisões políticas que lhes diziam respeito. O poder de fato exercido pelos chefes locais na maioria das regiões do país contribuía, aparentemente, para manter o equilíbrio social, mas em conjunturas de crise e mudança social via-se superado pela atuação do poder central, deixando as populações sem representação política ainda mais submetidas ao arbítrio governamental.

Nessas condições, a reação dos afetados pelo sistema não podia senão assumir traços de explosão e violência social. Foi o que aconteceu por ocasião de duas revoltas típicas dessa situação: a dos "quebra-quilos" (começada em Borborema – Alagoas – e que se estendeu para grande parte do Nordeste do país) em 1874, e a dos *muckers* no Rio Grande do Sul (entre 1868 e 1874). Existem pontos de semelhança entre ambas revoltas. Os "quebra-quilos", um movimento acerca do qual se coincide em assinalar o seu caráter popular e espontâneo, foi dirigido contra uma série de medidas do poder central da nação:

imposição de taxas e impostos, de listas do recrutamento para o exército, uniformização do sistema de medidas.

A identificação do governo central como o inimigo – foi chamada de "a revolta dos matutos contra os doutores" – resultou na adoção, pelos revoltados, da palavra-de-ordem "*abaixo os maçons*", em referência à organização (a maçonaria) identificada com os "bacharéis" que exerciam as responsabilidades governamentais centrais (ministros, deputados, senadores). As medidas governamentais estavam determinadas por necessidades decorrentes do processo econômico já descrito: aumentar os recursos financeiros do Estado para modernizar a infra-estrutura nacional (portos, estradas de ferro, correios), unificar o mercado interno (para o qual era necessária a unificação do sistema de pesos e medidas), recrutar soldados para o exército nacional (necessário para a Guerra da Tríplice Aliança – Brasil, Uruguai, Argentina – contra o Paraguai, a qual, sendo muito impopular, agravava o caráter arbitrário com que as medidas eram percebidas pela população agrária).



O governo central, sendo principalmente uma representação indireta dos proprietários de terras, não podia deixar de fazer recair os custos das mudanças necessárias sobre os setores "subalternos", sem representação nem força política. As medidas, por outro lado, serviriam para expandir a grande propriedade agrária. A unidade entre ambos processos não deixou de ser percebida pelos revoltosos, que destruíram os documentos oficiais de registro imobiliário. Segundo Roderick Barman: "A destruição dos cartórios tocava um ponto de conflito central entre os grandes proprietários e os camponeses, a questão dos títulos legais da posse da terra".

Em vários dos movimentos chamados "messiânicos", comumente considerados como arcaicos, encontramos elementos de conflito vinculados à passagem do Brasil para a "modernidade capitalista". Na revolta messiânica dos *muckers*, em Santa Catarina – tão ou mais violenta do que a dos "quebra-quilos" – interveio um processo de valorização das terras (vinculado à expansão econômica), ligado à extensão e ao aprofundamento das funções políticas do Estado.

A região de São Leopoldo, base geográfica da revolta, era municipalizada desde 1831. O grupo religioso que se revoltou,



do qual participava, sobretudo, o setor da população – de origem imigrante mais ou menos recente – crescentemente arruinado pela expansão das relações mercantis, foi constituído a partir de 1840. As formas que assumiu o movimento dependeram em boa parte da tradição cultural da comunidade de origem alemã que lhe deu origem, tradição que tinha firmado fortes raízes devido ao isolamento político e social – não excepcional no Brasil de então – em que fora mantida, durante longos anos.

Mas a recusa do dinheiro por parte dos *muckers* refletia a rejeição que os setores afetados experimentavam frente à crescente mercantilização das relações de produção, que fazia com que a nova riqueza de alguns se traduzisse em expropriação, e conseqüente exploração, de outros. No nível mais abstrato da análise, o ponto em comum nos *muckers* e os "quebra-quilos" foi a recusa à presença maior do Estado nas relações sociais, presença destinada a regulamentar, desfavorecendo os setores subalternos, a crescente mercantilização das atividades econômicas.

Essa recusa manifestou-se como uma rejeição da quebra pelo Estado dos "rituais" sociais tradicionais, os quais deviam ser desterrados pela força, sob pena de comprometerem o processo de valorização das terras e de unificação do mercado interno.

Outro ponto em comum é a repressão violenta e impiedosa de que foram objeto esses movimentos, que chegou a surpreender os contemporâneos. O jornalista Geraldo Joffily, por exemplo, criticou a "desnecessária atuação das tropas de linha" e a "crueldade dos métodos empregados", sendo que a revolta "quase extinta" não constituía "uma grave ameaça para a ordem social". Não relacionou a violência repressiva com a marginalização política à qual o próprio sistema político submetia os revoltosos efetivos ou potenciais.

A repressão era executada sem muito custo político, na medida em que não afetava a nenhum setor com representação política, beneficiando os setores representados politicamente (proprietários) no seu conjunto. Diferente natureza política – ainda que tivesse certa semelhança social com as mencionadas – teve a Revolta do Vintém, na cidade mais populosa do Brasil do século XIX, Rio de Janeiro. Desencadeada (em 1880) contra uma nova forma de imposto sobre a população despossuída (o "vintém" exigido para o uso dos bondes), ela deu lugar no inicio a um protesto encaminhado de modo ordeiro ao imperador. A intransigência deste motivou a convocação de manifestações populares de protesto, as primeiras dessa natureza em uma grande concentração urbana. Segundo Sandra Lauderdale Graham, "as demonstrações afetaram profundamente a vida política da

cidade e do Império, redefinindo os atores, a audiência, e o palco da cultura política".

A intransigência governamental e a repressão policial motivaram duas novas concentrações populares, com cinco mil e quatro mil participantes, a última das quais resultou em confrontos violentos com a policia, uso de armas de fogo e quebra-quebras generalizados na cidade. Cinco dias depois de começada, a revolta estava acabada. Para a autora mencionada, o "Vintém" significou "um novo estilo político", "novas formas de participação". Os "quebra-quebra", porém, só podiam ter sido novidade no Rio de Janeiro, pois já tinham acontecido em outras cidades. A "novidade", na "Revolta do Vintém", foi o elemento social participante: "pessoas de renda modesta, mas regular; burocratas assalariados ou vendedores".

O aumento de tarifas prejudicava os trabalhadores livres e, portanto, também os seus empregadores. O papel dirigente na revolta coube a setores com representação política, e temos dúvidas de que esses setores (republicanos e abolicionistas) não estabelecessem – como sustenta Graham – nenhuma relação entre essa participação e sua agitação política.

A recusa de Lopes Trovão, dirigente da revolta e auto-definido como "socialista", de comparecer à audiência com o imperador, concedida por este para tentar canalizar e resolver o conflito, foi uma clara atitude política, de ruptura com o sistema político vigente. Lopes Trovão autoproclamava-se "socialista" desde bem antes da revolta, sendo descrito por Vamireh Chacon como pertencente à "ala republicana radical – de Silva Jardim, Lopes Trovão, Benjamin Constant, Floriano Peixoto, Raul Pompéia". Foram as autoridades da época as que se empenharam em qualificar de "não política" a revolta. Mas a atitude do imperador perante a repressão foi diversa da adotada em ocasião das revoltas "agrárias" mencionadas acima.

A Campanha Abolicionista

A campanha pela Abolição contrastou, pela sua continuidade e organização, com as revoltas referidas, esporádicas, localizadas, e sem continuidade clara ou explícita. Levada adiante, a princípio por meios puramente legais (parlamentares), ela não demorou a percorrer vias "de fato" – mobilizações de rua, organização de fugas de escravos, confrontos



físicos com os *capitães-do-mato*, proteção dos quilombos – que significavam uma ruptura com o sistema político do Império.

Conformou-se uma "ala abolicionista radical", que rompeu com o sistema da patronagem, ainda que tendo às vezes sua origem nesse mesmo sistema. Os comícios abolicionistas reuniam milhares de pessoas nas ruas, incorporando à luta os setores mais humildes dentre os trabalhadores livres (moços de café, leiteiros, garçons etc.). A luta contra a escravidão, portanto, misturou-se com as primeiras manifestações de luta originadas pela introdução das relações capitalistas de produção.

Fato importante, as incipientes organizações feministas engajam-se plena e ativamente na campanha abolicionista. Na mesma época, na Argentina, grupos feministas se preparavam para ser um alicerce das agrupações socialistas e do próprio Partido Socialista da Argentina, fundado em 1892 (ou em 1896, segundo o marco cronológico de cada autor). No Brasil, a campanha popular pela Abolição começou em torno de 1880, após dois decênios de ação, sobretudo, parlamentar. O "Club do Cupim", no Recife. incitava e organizava fugas de escravos, e protegia os quilombolas. Em São Paulo, os *caifases* punham ao serviço da causa abolicionista uma organização digna de um verdadeiro partido clandestino: "Que os abolicionistas andem sempre armados, *vade in pace*, porque estão sempre em perigo de vida", dizia *A Redenção*, jornal dos *caifases*, a 2 de janeiro de 1887.

Em prol do seu objetivo, não vacilaram em fazer os apelos mais extremos: "A liberdade deve ser conseguida mesmo com uma revolução". A campanha dos *caifases* foi particularmente importante por produzir-se na região onde se situavam os setores proprietários mais dinâmicos da época (os cafeeiros paulistas). Era sustentada pelos setores urbanos novos, servidores, profissionais liberais não comprometidos com o sistema escravocrata. A participação dos setores urbanos foi, segundo Alice Barros Fontes, determinante da natureza do abolicionismo: "A aceleração do processo urbano explica o abolicionismo santista, que atingiu todas as formas do radicalismo emancipador".

Ora, era o próprio desenvolvimento econômico capitalista promovido dentro do sistema escravocrata que criara paulatinamente as bases para a sua destruição. A irracionalidade da produção cafeeira escravocrata, que

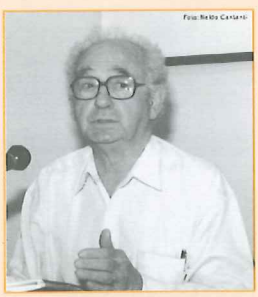
tentara impor a convivência da mão-de-obra escrava ao lado da livre e a transformação do fazendeiro em empresário, concluíra-se minando a ordem escravocrata. A atividade dos *caifases* tendeu não só a promover a fuga do negro (através da sua "conscientização", e da preparação da fuga propriamente dita), mas também a sua inserção no mercado de trabalho assalariado.

Para isso, combateram também contra o preconceito racial dos empregadores (com certo sucesso). À diferença dos ex-escravos concitados pelo Clube do Cupim (de Recife), os quilombolas de Jabaquara, por exemplo, sustentados pelos *caifases*, não tiveram poder de decisão sobre suas vidas, pois eram empurrados para o trabalho assalariado. Os *caifases* imaginavam este tipo de trabalho como portador de todas as virtudes da redenção social: "O trabalho livre produz a prosperidade e o bem-estar da sociedade onde ele é inserido", escrevia *A Redenção* a 1° de setembro de 1887.



Após a Lei Áurea, os *caifases*, e o seu chefe, Antônio Bento de Souza e Castro, foram gradualmente considerados como heróis. Eles continuaram, porém, a publicação do seu jornal durante um certo tempo, temerosos de um recuo da República no plano da abolição da escravidão. A campanha abolicionista foi bem sucedida, pois convergiu com as exigências urgentes do desenvolvimento econômico e social. Pode se dizer que a questão da Abolição dominava quase totalmente as lutas sociais; por isso, na sua etapa final, discutia-se cada vez menos a sua validade, e sim a maneira pela qual seria executada. "À medida que a ação dos *caifases* progredia, o abolicionismo legal se intensificara como forma de oposição a eles. A campanha abolicionista apareceu como reflexo de uma das questões prioritárias – mão-de-obra – para dar continuidade à organização da produção em crescimento", disse a já citada Alice Barros Fontes.

Assim, convergindo com as necessidades dos setores mais dinâmicos das classes dominantes, a campanha abolicionista foi uma das vanguardas da transformação capitalista do Brasil. "Com a organização do trabalho assalariado dos fugitivos, sob o patrocínio dos *caifases*, estes acabaram por provar que a emancipação era viável e praticável", insiste a autora citada. Para Octávio Ianni, a Abolição re-





sultou do surgimento nas cidades "de interesses autônomos e divergentes quanto aos interesses prevalecentes no escravismo".

Já para Suely R. Reis de Queiroz, essa afirmação sugere uma força e independência do grupo urbano que os fatos parecem negar. O abolicionismo foi um fenômeno das cidades, que só bem mais tarde apresentou conexões com o meio rural. A cidade dependia menos que a zona rural do trabalho escravo, mas não era possível desvinculá-los. A maioria dos habitantes das cidades dependia do governo ou de atividades ligadas à agricultura para seu sustento e segurança. Teoricamente, industriais e comerciantes defenderiam interesses opostos aos dos senhores rurais, mas os primeiros constituíam um grupo reduzido e incipiente, além de exercerem suas atividades justamente nas regiões onde a resistência escravista era mais tenaz. Eles e os comerciantes aliaram-se a fazendeiros em organizações pró-escravatura, como as Associações Comerciais e os Clubes da Lavoura e do Comércio.



Joaquim Nabuco chegou a falar "da cumplicidade dos setores comerciais e do monopólio que os senhores de escravos tinham do trabalho, das terras, do capital, das agências de aplicação da lei e das dependentes classes educadas". Foi também vítima dela ao ser derrotado nas eleições de 1881 por um escravocrata. Se o abolicionismo foi um fenômeno essencialmente urbano, é duvidoso pensar nele, entretanto, como característico de uma classe social ou de classes sociais em luta por interesses opostos aos dos grupos rurais. Intelectuais, operários, estudantes, militares, comerciantes, proprietários de terras, envolveram-se no movimento sem vincular-se aos interesses particulares de seu grupo social. Os abolicionistas também não exprimiram interesses partidários.

Para Suely R. Reis de Queiroz a luta contra a escravidão compreendia a obtenção de oportunidades de educação, participação política e melhoria de condições econômicas para os milhares de negros e mulatos, a fim de poderem alcançar a posição de igualdade a que tinham direito como seres humanos em tudo semelhantes aos demais. Compreendia ainda a democratização do solo como um dos meios de alcançar tais fins. A autora chega a afirmar que os abolicionistas perceberam, já naquela época, que só o desmantelamento do latifúndio poderia oferecer aos brasileiros pobres e aos escravos recém-libertados a possibilidade de possuírem alguma terra para trabalhar.

Por isso, não extinguiram a Confederação Abolicionista após o 13 de Maio.

Suas idéias, no entanto, estavam além do tempo. É verdade que muitos fazendeiros também defenderam a necessidade de educar o liberto, mas fizeram-no por julgar que, sem o seu concurso, não haveria mão-de-obra suficiente. Passando a primeiro plano a política imigratória, esqueceram-se do negro e consolidaram as disposições tradicionais. Prevaleceram, portanto, politicamente, os interesses dos fazendeiros, fortalecidos ainda mais com o golpe de Estado que iniciou a República. Para o negro, o 13 de Maio não traria alívio ao fardo da condição social e étnica.

O descompasso da "modernidade"

As revoltas sociais, urbanas e agrárias, que mencionamos inicialmente, não traziam no seu bojo uma transformação radical do sistema político e das práticas sociais vigentes, pois, bem que protagonizadas por classes sociais marginalizadas (ou semimarginalizadas) politicamente, elas estavam de algum modo integradas nas práticas sociais próprias do clientelismo.

De um ponto de vista mais geral pode-se dizer que eram classes sociais ligadas a formas pré ou semicapitalistas de produção, não interessadas numa transformação capitalista da sociedade, incapazes de superar o nível local e, portanto, também de apresentar seus interesses como *nacionais*, como sim era o caso dos abolicionistas. Isto devido ao fato de que eram as forças produtivas capitalistas as determinantes da dinâmica do mercado mundial e, em conseqüência, também as impulsoras da mudança social num país cada vez mais integrado a esse mercado.

A Abolição e a instauração da República não resolveram de vez os conflitos entre as diversas formas de produção social e a ausência de integração política dos setores pobres, como o mostra o fato de revoltas de cunho semelhante às mencionadas produzirem-se após aquelas mudanças políticas.

A "guerra do fim do mundo" (Canudos) foi a mais célebre delas, e pareceu uma radicalização, nas condições do sertão nordestino, das revoltas relatadas. Depois da proclamação da República, Antônio Conselheiro envolveu-se em incidentes de ruptura com a ordem

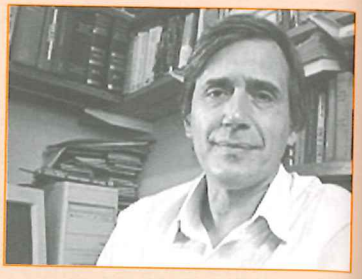


política vigente: liderou uma manifestação contra o pagamento de impostos, que terminou com a queima pública dos editais. O acontecimento repercutiu em Salvador e o governador da Bahia, Rodrigues Lima, enviou 35 soldados para prenderem Conselheiro. Os "conselheiristas" atacaram o contingente policial, derrotando-o. Em 1893, Conselheiro resolveu fundar uma povoação, numa antiga fazenda abandonada havia dois anos. A região era cercada pela caatinga, de solo pedregoso e de difícil acesso. A povoação ficou popularmente conhecida como Canudos devido à abundância dessa planta na região.

Os primeiros habitantes foram os acompanhantes de Antônio Conselheiro, mas logo se estabeleceu uma corrente migratória, principalmente dos estados de Pernambuco, Piauí, Ceará, Alagoas, Minas Gerais e até de São Paulo. Eram os deserdados da terra, em sua maioria, que migravam para Canudos.



Em 1897, os milhares de habitantes de Canudos foram, como se sabe, massacrados pelo exército regular, enviado pelo governo republicano. Marco Antonio Villa deixou claro que as raízes da conflagração de Canudos devem ser buscadas na estrutura econômico-social do sertão e nos mecanismos de dominação ideológica, sem excluir que os fatores conjunturais possam ter deflagrado o início do conflito. A importância dada a Antônio Conselheiro e a Canudos – em dezembro de 1896, Machado de Assis escrevia que "Antônio Conselheiro é o homem do dia" – foi produto de uma conjuntura histórica em que estavam se definindo os contornos do Estado burguês no Brasil. O domínio do aparelho estatal, pela burguesia cafeeira, necessitava como condição o fim de outras influências políticas, civis ou militares.



A possibilidade concreta da restauração monárquica, invocada para reprimir Canudos, nunca existiu. Os próprios militares, ainda em 1897, reconheceram que Canudos não tinha nenhuma ligação com os monarquistas. Tudo não passara de um artifício para justificar o esforço militar e fortalecer politicamente o Exército, considerado o salvador da República. A campanha de Canudos mostrou um Brasil desconhecido das elites. Os artigos dos jornais, os relatos de guerra e, principalmente,



a publicação de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, foram exemplos do choque representado pelo sertão: sua natureza, costumes, a fala peculiar e os homens – tudo parecia estranho e exótico. Era como se tivessem descoberto um mundo novo: a existência do "Brasil" era apenas política, não econômica nem cultural.

Industrialização e operariado

A possibilidade de uma convergência entre essas lutas agrárias, e a luta das novas camadas assalariadas urbanas, parece nunca ter existido. Pois, o que se pode dizer das classes sociais nascidas das novas forças produtivas, baseadas no trabalho livre (assalariado)? Edgard Carone deu a cifra de 54.164 operários para 1889. Na época, a população brasileira era de 14 milhões de pessoas, o que significa que o operário moderno era ainda uma minoria ínfima. Contrastando com sua exigüidade, em 1885, por exemplo, o número de escravos, só na região paulista, era ainda de 153.864.

A concentração social do operariado era, sem dúvida, também muito baixa. A "classe operária" era, pois, não só uma camada de peso social relativo muito baixo, mas também uma fração minoritária da força de trabalho. Só em 1910 atingiria, sempre segundo Carone, a cifra de 159.600 pessoas, embora outros autores apresentem, como veremos, cifras maiores.

Segundo Emília Viotti da Costa: "Sua insignificância numérica e estrutural no quadro geral da nação, e os obstáculos antepostos a sua organização, bem como a dificuldade em obter apoio de outros setores da população, reduziram a expressão dos movimentos operários de raízes essencialmente urbanas. Aos olhos da elite, a questão operária era uma questão de polícia e não de política. Sendo o movimento industrial pouco significativo e circunscrito a certas áreas, o movimento operário, ainda inorgânico e pouco expressivo, não chegava a representar uma força política de renovação, encontrando



escassa repercussão nas demais camadas da população".

Apesar dos obstáculos para o movimento industrial, houve, na etapa final do Império, um desenvolvimento industrial, que resiste a comparação com o de etapas ulteriores. Segundo Maria José Villaça, após a construção da primeira ferrovia brasileira, outras se desenvolveram rapidamente, acompanhando sempre a trilha do café. A construção de 57 estradas de ferro, até 1885; o progresso dos transportes terrestres, aliado ao grande desenvolvimento que experimentou a navegação a vapor; concorreram para a melhoria e o barateamento da distribuição dos produtos no mercado interno e, por conseguinte, para o estabelecimento de bases para o advento da indústria nacional. A partir de 1850, ponderáveis parcelas dos recursos provenientes da exportação foram mobilizadas como capitais para empreendimentos na indústria e no comércio. Entre 1850 e 1865 fundaram-se 180 sociedades comerciais e industriais no Brasil. A organização do crédito acompanhou a evolução do movimento financeiro e, em 1854, instalou-se um novo Banco do Brasil.

O movimento se aceleraria no último decênio do século XIX; enquanto, antes de 1880, havia apenas 200 estabelecimentos fabris no país, no último ano do Império seu número chegou a 636: o setor industrial do Brasil passou de 636 fábricas e um total de 54.169 operários em 1889 para 3.250 fábricas e um total de 150.841 operários em 1907. Em 1907, já se usava bastante o vapor e a eletricidade, afora a energia hidráulica. Conforme dados desse ano, 30% da produção industrial estava no Rio de Janeiro, 16% em São Paulo, 7% no Rio Grande do Sul e 4% em Minas Gerais. A hegemonia paulista teve que esperar o surto industrial da Primeira Guerra Mundial.

Analisando o surto industrial de 1880-1895, Maurício Vinhas de Queirós concluiu que mais do que a quarta parte dos capitais investidos no Brasil em atividades industriais (exatamente 26,2%) tinham sido investidos no período de 1880 a 1894, quando antes, desde o período da Colônia, só haviam sido aplicados 6,4%. O ritmo do desenvolvimento industrial, porém, não acompanhou a velocidade da dissolução das velhas relações sociais pré-capitalistas, o que informa a natureza da classe operária nesse período.

Estatísticas de 1882 mostram que em seis das maiores províncias do país – justamente naquelas em que mais estavam se desenvolvendo atividades manufatureiras – Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Ceará, mais de 50%

da população entre 13 e 45 anos de idade era constituída de desocupados. Essa percentagem aumentou ainda mais depois da Abolição. Viviam-se os tempos da "grande depressão" da economia mundial, com uma clara desaceleração do ritmo de crescimento do volume do comércio mundial (que tinha atingido seu auge na década de 1860), localizada no último quartel do século XIX.

Em 1888, a população escrava do Brasil (composta de 600 mil pessoas) constituía 4% da população total do país, enquanto que, em 1840, meio século antes, dois milhões de escravos eram 40% do total dos habitantes do Brasil. A massa de libertos, ou seja, desempregados, aumentou com os milhões de camponeses nordestinos deslocados pela grande seca de 1877-1880. Por outro lado, 200 mil imigrantes estrangeiros chegaram ao Brasil no decênio 1880-1889. O desemprego espetacular permitia pagar salários muito baixos, constituindo um enorme exército industrial de reserva.

Certas estatísticas indicam, para 1872, 282 mil pessoas ocupadas em "atividades industriais". A maioria, porém, deve tê-lo sido em ocupações artesanais, sequer permanentes, como o demonstra o fato de existirem em São Paulo (um dos pólos do desenvolvimento industrial), na última década do século XIX, só 52 estabelecimentos realmente industriais.



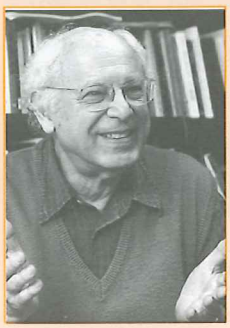
Referindo-se a São Paulo, constata Azis Simão:

> Já na década de 1870, a quilometragem de ferrovias abertas ao tráfego passou de quase 150 para cerca de 1200, subindo a 2239 na década seguinte e a 3507 em 1889 (...) Entre 1873 e 1890, a quantidade de artífices subiu, pelo menos, de 94 para 184; e de oficinas, sem especificação do número do pessoal ocupado, elevou-se de 13 para 164. Entre 1871 e 1875 se instalaram com êxito as cinco primeiras fábricas de tecidos de algodão, número que subiu a 13 em 1887. As estatísticas de 1872 e outras do fim do século não são utilizáveis por serem incompletas. Achava-se então instalada apenas uma fábrica de tecidos, com menos de 100 operários, o que justifica o citado reparo. O que importa destacar é o fato de que já no último quartel do século passado um proletariado urbano começava a diferenciar-se no quadro da economia regional.



Imigração

A importância da imigração na formação do operariado brasileiro não é exagerável.



Leôncio Martins Rodrigues calculou que, até 1920, os imigrantes constituíam 95% dos trabalhadores chegados ao estado de São Paulo. A imigração foi importante antes da República, e não foram poucos os imigrantes italianos que chegaram a trabalhar, nas fazendas de café, ao lado de trabalhadores negros escravizados. Um viajante chegado a São Paulo em 1900, depois de 30 anos de ausência (Alfredo Moreira Pinto, em *A Cidade de S.Paulo em 1900*) exclamava que "era então São Paulo uma cidade puramente paulista, hoje é uma cidade italiana".

Souza Martins enfatiza a importância da imigração na dissolução das velhas relações de



trabalho: "Sem ela, dificilmente correntes migratórias espontâneas teriam se estabelecido para o Brasil, já que sem elas teria sido impossível pôr fim à escravidão negra, como afinal se deu". Na medida em que a imigração quebrava as velhas relações de trabalho, mas não se produzia a quebra simultânea da velha estrutura da propriedade (pois o desenvolvimento industrial coexistia com ela), contribuiu muito menos ao movimento industrial propriamente dito, através de uma significativa ampliação do mercado interno (como se deu, por exemplo, nos EUA) e criando, por conseguinte, uma maior necessidade de mão-de-obra industrial.

Ora, no ano de 1850 foi promulgada uma lei, conhecida como Lei de Terras, que proibia outra forma de acesso à terra, inclusive às devolutas, que não fosse por meio da compra. Com isso se instituíam os critérios de absorção do trabalhador estrangeiro pela sociedade brasileira: sendo imigrante pobre, deveria trabalhar primeiro para os fazendeiros, para formar o seu pecúlio e comprar depois a terra, se quisesse se tornar um trabalhador autônomo. De certo modo, para tornar-se um camponês livre, o imigrante devia oferecer durante tempo indeterminado ao grande proprietário de terras, como uma espécie de tributo, o seu trabalho e o da sua família.

Quando foi proclamada a República funcionavam no Brasil 600 estabelecimentos industriais. O desenvolvimento do capitalismo trouxe consigo o surgimento e o desenvolvimento dos proletários, com um importante

grau de concentração, inclusive para os padrões mundiais da época. Em 222 fábricas de tecidos, encontravam-se 52.656 operários: mais de um terço dos operários industriais. O crescimento industrial acelerou-se no curso da guerra mundial de 1914/18. Reduziram-se drasticamente as possibilidades de importação e, conseqüentemente, o mercado interno insatisfeito determinou o aceleramento no ritmo da industrialização. O censo de 1920 acusou a existência de 13.336 estabelecimentos industriais, nos quais trabalhavam 275.512 operários.

Na medida em que o trabalhador estrangeiro era preferido ao nacional, em especial ao negro liberto, para os empregos industriais, em condições em que o desenvolvimento industrial não cobria oferta de força de trabalho libertada pela quebra das velhas relações escravocratas e patriarcais, isso criava um elemento fundamental da formação da classe operária brasileira. A imigração corria paralela aos primeiros surtos industriais. Colocava-se o problema da "nacionalização da classe operária", pois a condição estrangeira da maioria do operariado se apoiava na exclusão dos potenciais trabalhadores industriais nacionais, acirrando, de modo suplementar, a concorrência pelo emprego industrial, enfraquecendo a classe operária como um todo.

A industrialização fez surgir no Brasil um novo perfil social com o surgimento do operário fabril. As condições de vida dos trabalhadores estrangeiros estavam longe de ser invejáveis.

No relatório do cônsul italiano (de 1891) sobre as condições do trabalho de seus compatriotas imigrantes no meio rural, constatava-se que:

> (...) o colono que vive nas fazendas geralmente se encontra em más condições higiênicas no que concerne à habitação. Não ainda livre dos métodos usados durante séculos com os negros, não dão os fazendeiros nenhuma importância às providências educativas, higiênicas, humanitárias. Os gastos com médico e remédios, fantasticamente exagerados no interior, estão, bem entendido, todos a cargo do colono. Encontrei colonos que tiveram que pagar por uma visita ao médico até 50 mil-réis, isto é, o quanto ele ganha num ano tratando



mil pés de café. Em muitas fazendas há o padre, em poucas a escola. O padre, pago pelo fazendeiro pela missa, recebe também do colono uma taxa especial e arbitrária por cada ato do seu ministério exercido por via particular...

E continuava:

A causa principal da penúria freqüentemente contínua dos meios do colono é o sistema, seguido geralmente, de comprar, como se fora um tributo obrigatório, nas vendas, que geralmente são uma especulação pessoal do próprio fazendeiro, e nas quais os gêneros são vendidos a preços duplos e talvez triplos do preço na cidade ou no vilarejo mais próximo. Quantas vezes tive que me ocupar com as reclamações dos colonos que, no momento da colheita dos cereais, viam-se expulsos da fazenda, sob pretexto fútil, sem direito ao fruto do seu trabalho, sendo-lhes arbitrariamente vedada a colheita que era de sua propriedade, e ficando privados dos animais por eles criados... Os contratos entre fazendeiro e colono, ou o costume e o arbítrio na falta de contratos, impõem ao colono numerosas multas, que às vezes chegam a metade do lucro bruto anual do colono.

A mão-de-obra era abundante para uma capacidade produtiva restrita. Nas indústrias, 79% da força de trabalho ocupada nas manufaturas em São Paulo (em 1893), e 39% da força de trabalho do Rio de Janeiro (em 1890) eram constituídas por estrangeiros. Os lucros nessas indústrias semi-artesanais baseavam-se na intensificação da exploração da força de trabalho (mais-valia absoluta, nos termos de Marx). Estando a produção agrícola voltada para a exportação, era difícil introduzir um barateamento da reprodução da força de trabalho. Se os investimentos em maquinário (que aumentariam a produtividade do trabalho) eram poucos, os lucros provinham principalmente do rebaixamento do salário real, da exploração de mulheres e de crianças, da intensificação do ritmo de trabalho, da extensão da jornada de trabalho.

Se o nível da acumulação é também determinado pelas relações de força existentes entre patrões e operários, estes tiveram, nos primeiros estágios da industrialização brasileira, a desvantagem dada pela existência de um grande número de desempregados ou subempregados e, além disso, pela política estatal. Se o Estado não intervinha para proteger a simples reprodução da força de trabalho (ausência de salários mínimos legais, de férias remuneradas, péssimas condições

de trabalho em geral) sua polícia intervinha cada vez que um movimento grevista "perturbava" a "ordem pública".

Latifúndio agrário, "capitalismo (industrial) tardio", e Estado oligárquico (monárquico ou republicano) fechavam o círculo das condições dentro das quais se formava a classe operária brasileira. O círculo dentro do qual iriam esvaziar-se as esperanças dos abolicionistas radicais na "redenção através do trabalho livre". Nesse atraso geral, a política imigratória era também um aspecto. Cada elo ajudava a fechar a corrente.

Industriais e operários

Industriais e operários se posicionaram perante a situação econômica do Império. Em 1881, a Associação Industrial, presidida pelo deputado Antonio Felicio dos Santos, deu a conhecer um "Manifesto", no qual, além de denunciar a situação em que se encontravam as primeiras tentativas industriais do Brasil, se encaravam com rara clareza os problemas históricos da estrutura política e econômica do país, para sua transformação industrial.

O eixo do *Manifesto* era a demanda de proteção alfandegária para as indústrias brasileiras, contra a política livre-cambista praticada pelo governo:

> Chamão-se livre-cambistas os que assim se mostrão realmente proteccionistas... do estrangeiro: nessa frase encontrava-se o resumo do protesto dos industriais. Noutros trechos, dizia-se: Como todas os factores da riqueza pública, porém, muito mais do que qualquer outro, tem (a indústria) se desenvolvido quasi absolutamente sem direção nem auxílio do centro governativo, quasi ignorada e ás vezes até ridiculisada pelos homens políticos. Só se manifesta a acção do governo pelas pesadas contribuições a nós impostas para ocorrer ás despezas publicas distribuídas exclusivamente ás outras classes sociais. De tempos em tempos um acto desastrado dos altos poderes do Estado, com o fim de obter de prompto algumas migalhas para o Thesouro, vem ferir, talvez de morte, esta ou aquella indústria que prosperava.

Mas, por que os homens políticos agiam desse modo? O Manifesto dos Industriais ensaiava uma explicação:



> Os homens incumbidos há 50 anos da gestão dos negócios públicos no Brasil se tem ocupado de uma política partidária, estreita, esgotando as forças intellectuaes desta geração em estéreis discussões, em exclusivismos pessoaes sem objetivo ideal nobre nem resultados positivos de progresso. N'ellas consome-se a actividade nacional que devêra empregar-se na concorrencia industrial com outros paízes, creando as condições mais adequadas para a satisfação das necessidades e aspirações da humanidade no século presente (...) Tamanho erro provêm em linha recta da educação viciosa bebida nas Academias pelos diretores do paíz, theoricos puros, sem conhecimentos positivos, mais litteratos do que homens de sciencia.

Criticava o Manifesto às classes latifundiárias como beneficiárias da política governamental, mas o governo não era criticado como expressão dessas classes, mas como um governo incapaz, de "bacharéis" falsamente cultos, que agiam desse modo devido à sua condição intelectual e à sua formação. Notava-se como a monocultura e a ausência de imigração maciça possuíam as mesmas causas:

> O Brasil, a despeito de tantas vantagens naturaes e tantos recursos para o desenvolvimento progressivo de um grande povo, vê tristemente fugirem de suas plagas as levas espontaneas de homens laboriosos, transbordados continuamente da Europa. Por outro lado o absenteismo, a emigração dos capitaes, actuando como uma torrente esterilisadora que lava o humus do solo, prepara a consumpção lenta, cujos effeitos se farão sentir em todo o organismo social á menor perturbação econômica. Basta uma baixa no valor ou na producção do nosso quase único gênero de exportação, para determinar uma crise de consequencias incalculaveis.

Contrastava-se essa situação com o protecionismo adotado pela Inglaterra nas primeiras etapas do seu desenvolvimento industrial, e com o rumo adotado pelos EUA:

> Considera-se lá atrazados em civilisação os Estados Unidos da América do Norte que firmão sua riqueza no regimen protector, trilhando o caminho antigo da metropole e por isso attrahindo para seu seio e assimilando uma perenne immigração de operários e pequenos capitalistas (...) Ahi os productos induatriaes já excedem o consumo e exportão-se largamente.

A situação do Brasil era bem diversa daquela dos "modelos de industrialização":

> Não é o Brasil uma simples feitoria commercial e colonia explorada pelos traficantes europeus que com raras excepções nem se fixão em seu solo, nem se identificão com seus interesses? Só um parlamento como o do Brasil, sem representantes das classes productoras, poderia adoptar sem exame o aditivo, que transitou com a Lei do Orcamento no anno passado, mandando reformar a tarifa das alfandegas, alterando os valores officiaes dos objectos importados, prohibindo em todo caso o augmento (mas não a diminuição) na porcentagem ou razão dos direitos fiscaes! (...) Nos paízes novos não póde medrar a industria sem alento dos altos poderes do Estado. Todos os governos civilisados começarão assim, favorecendo o desenvolvimento do orgão industrial, cujos elementos as grandes cidades principalmente encerrarão em seu seio. A moralisação das classes pobres pelo trabalho é, quando mais não seja, uma questão de alta policia. A producção para o consumo, ao menos, é uma noção de economia elementar.

Pedia-se, portanto, uma política industrial nacionalista, ao mesmo tempo em que os pobres eram qualificados de "imorais", mas "moralizáveis" pela exploração fabril. As aspirações industrialistas, por outro lado, eram limitadas à indústria de consumo de bens-salário. O Manifesto agregava que a ausência de desenvolvimento industrial comprometia não só a soberania econômica, mas também a soberania nacional pura e simples. Punha como exemplo a falência da cabotagem nacional, "escola de marinha mercante", o que deixava o Brasil, em caso de guerra ou desastre naval, com o único "triste e perigoso recurso dos mercenários estrangeiros".

Na época, a escassa e raquítica representação operária, ainda transitando da fase corporativista para a fase de organização sindical, se posicionava, perante as grandes opções de política econômica do país, em termos semelhantes aos das associações industriais patronais, estabelecendo com elas uma espécie de "frente única pela industrialização do país", o que refletia uma escassa diferenciação social, e uma nula independência política, do operariado.

Na mesma época da movimentação industrialista, algumas das primeiras organizações operárias colocavam-se na perspectiva política dos industriais. Assim, em 1877, um "Manifesto dos operários chapeleiros", dirigido às autoridades imperiais, afirmava:



> Os abaixo assinados, artistas chapeleiros, sempre incansáveis no trabalho para o engrandecimento do país, promovendo e auxiliando os diversos ramos da indústria nacional, tomam a liberdade de expor-vos a decadência desta indústria (que) não provém da imperfeição com que porventura o chapéu seja acabado, senão dos insignificantes direitos a que está sujeito o que o mercador importa do estrangeiro (...) Os pêlos, as drogas para tintas, a gomalaca, os ferros e fitas tanto de lã como de seda, tudo ainda recebemos do estrangeiro, sujeitos a direitos mais ou menos pesados, que junto com a mão-de-obra e muitas outras despesas que demanda uma fábrica no Brasil, faz com que a fabricante não possa acabar o chapéu por preço, de modo a concorrer vantajosamente com o estrangeiro (...) Protegido deste modo o fabrico nacional, não será desarrazoado esperar que esta indústria crie outras, como seja a aclimação da lebre, do coelho, do carneiro e outros animais que nos forneçam os pêlos, e isto, de certo, trará por outro lado consigo resultados mui benéficos para o país. O fabrico do chapéu de lã e por ora diminuto, mas é de esperar que aumente, logo que cesse de vir do estrangeiro.

O "Manifesto do Corpo Coletivo União Operária", de 1885, referia-se a:

> (...) V.M. Imperial, Protetor da Classe Operária" (os industriais empregavam tom semelhante para referir-se ao Imperador), e pedia a aprovação de uma série de artigos para obter os fins seguintes: "centralização dos trabalhos de manufaturas para o Estado no país; auxílio ao desenvolvimento geral de manufaturas no Império... Banca Auxiliar da Indústria no Império do Brasil... Imposto adicional às manufaturas importadas dos portos estrangeiros, as quais são fabricadas no país... Estatística profissional.

As reivindicações operárias passavam a segundo plano nessas colocações. A situação da indústria no Império, a fraqueza da organização operária, contribuíam para abrir perspectiva a posicionamentos de unidade dos empresários industriais com os operários em torno de um programa de nacionalismo econômico e político, com o qual inaugurava-se uma das vertentes da política brasileira no século XX. Mas nem a difusão das idéias prevalecentes no operariado europeu (de onde provinha boa parte do operariado brasileiro), nem a própria situação social da classe operária brasileira, deixavam de colocar a necessidade de uma organização e de uma política independentes do movimento operário.

Socialismo

De modo diverso, essa necessidade expressou-se nas ideologias e pequenas organizações que se reclamavam do "socialismo" e do "trabalhismo". As primeiras expressões socialistas no Brasil datam da década de 1840,



e correspondem ao socialismo filantrópico dos intelectuais *éclairés*, que possuíam importante influência na Europa. Em 1845 foi publicado o *O Socialismo*, livro do general Abreu e Lima, em que o autor definia o socialismo como "um desígnio da Providência".

Em 1845, Eugene Tardonnet (discípulo de Saint-Simon, socialista utópico francês), temporariamente residente no Brasil, criava no Rio de Janeiro a *Revista Socialista*. M. G. de S. Rego começou no mesmo ano a publicação de *O Socialista de Rio de Janeiro*, tri-semanário que seria publicado até 1847. Nele, afirmava-se: "O vocábulo 'socialista', sob cuja denominação sai hoje a luz nossa folha, define exuberantemente o objeto principal com que ela é publicada: a conservação e melhoramento do pouco de bom que existe entre nós; a extirpação de abscessos e vícios provenientes da ignorância, da falsa educação e imitação sem critério; a introdução de novidades do progresso universal... *O Socialista* tratará de agronomia prática, de economia social, didática, política preventiva e medicina doméstica e, sobretudo, do socialismo, ciência novamente explorada, da qual basta dizer que seu fim é de ensinar aos homens a se amarem uns aos outros".



Logo depois, porém, um outro tipo de expressão dos trabalhadores, surgido dos próprios trabalhadores, faria sua estréia. O *Jornal dos Tipógrafos* foi criado em 1858, no mesmo ano em que os operários desse ramo se organizavam numa entidade própria e deflagravam a primeira greve do Rio de Janeiro, talvez do Brasil. A greve de 1858 uniu os tipógrafos dos jornais *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil* e *Jornal do Comércio*, que, insatisfeitos com os míseros salários que percebiam, declararam-se em greve, exigindo uma elevação de 10 tostões diários em seus vencimentos.

Essa greve durou vários dias. Os tipógrafos editaram seu próprio jornal, para o



qual, como contribuição, uma das primeiras organizações operárias surgidas no Brasil, a Imperial Associação Tipográfica Fluminense, deu onze contos de réis. A greve foi vitoriosa. Contou com a solidariedade dos tipógrafos da Imprensa Nacional que se negaram a furar a greve, como lhes exigia o governo. Os tipógrafos, desde então, assumiram a vanguarda não só das lutas como também da organização da classe operária no Brasil.

O movimento operário brasileiro manifestou-se inicialmente, portanto, na mesma época do argentino ou do chileno; outra coisa é que suas manifestações independentes foram ulteriormente abafadas no cenário geral do país, pela força e abrangência da campanha abolicionista, ela sim um fato único na América Latina da segunda metade do século XIX.

No n° 14 do *Jornal dos Tipógrafos* podia-se ler: "Já é tempo de acabarem as opressões de toda a casta; já é tempo e se guerrear por todos os meios legais toda exploração do homem pelo mesmo homem". Um movimento operário claramente classista, nascia.

As primeiras tentativas de se organizar um "partido socialista", como expressão política dos interesses independentes do proletariado, deveriam no entanto aguardar a década de 1880. Em geral, tratou-se de tentativas frágeis, temporárias e localizadas, que não atingiram abrangência nacional, mas deve-se se lembrar que isso acontecia com os partidos políticos em geral, inclusive os abertamente representantes das classes dominantes.

Ainda assim, um *Partido Operário* (do Brasil), dirigiu-se em 1890 à Internacional Socialista, mostrando a intenção de vincular o proletariado brasileiro ao processo de diferenciação política crescente que percorria então o movimento operário europeu. Dizem Leonardi e Hardman:

> Inúmeras dificuldades impediram a construção de um partido operário em nível nacional. Aliás, as classes dominantes também não conseguiram dar vida real senão a partidos republicanos estaduais (...) Ter em conta o minúsculo peso social específico do proletariado em relação ao conjunto da sociedade é fundamental para entendermos a situação concreta vivida por nossos primeiros socialistas. A estrutura e a composição étnica do proletariado na época, composto de trabalhadores das mais variadas nacionalidades e raças, falando diferentes idiomas, criaram dificuldades suplementares. Sem falar no fator geográfico, que impediu o contato freqüente, devido às grandes distâncias que separavam os pequenos núcleos,

> dispersos e fragmentados num território imenso. Acrescente-se o fato de a indústria em geral estar muito pouco desenvolvida, havendo um número reduzido de grandes fábricas e muitas pequenas oficinas, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo. Nos demais estados a indústria era ainda mais raquítica, não passando o movimento sindical e operário de uma vida molecular.

Na medida em que os "partidos socialistas" se propunham uma progressão no plano eleitoral como via para a sua implantação, não podiam superar por si sós a fragmentação geográfica da vida política brasileira. A implantação da República, com sua ênfase no federalismo, agravou este problema, em vez de aliviá-lo. De qualquer modo, as tentativas de se criar um Partido Socialista aumentaram nos primeiros anos da República.

No marco da República oligárquica, os socialistas se apresentavam menos como os portadores de um interesse de classe, e mais como os defensores da modernidade e da moralidade pública, o que evidencia a diferente função que um "PS" devia preencher, no Brasil ou no mundo periférico, em relação aos seus pares da Europa imperialista. No Brasil, sobrevivia a hegemonia do setor latifundiário, agora do Sudeste do país. Juridicamente, a inexistência da Justiça Eleitoral, o voto aberto e a falta de mecanismos eficazes de controle asseguravam a mais absoluta impunidade para a dominação política do latifundiário, invariavelmente o chefe da política local.

O jurista Evaristo de Moraes, membro da geração socialista das primeiras décadas do século XX, escrevia:

> Constituiria, sem dúvida, a realização deste propósito (a organização política do operariado) a única possibilidade de reerguimento de nossa suposta democracia, até agora entregue à dominação absoluta e interesseira de politicantes profissionais, sem programa e sem idéias (...) Só medraram, até o presente, com o nome de "partidos", as agremiações de interesses eleitorais e de apetites individuais que, em volta de um homem mais ou menos enérgico e maneiroso, souberam apoderar-se dos presidentes e souberam dobrá-los para sua serventia (...) De idéias, de princípios, nunca se cogitou seriamente. Tudo sempre foi questão de pessoas, de arranjos, de conluios ou de exibições de mandonismo despótico, para inutilizar adversários, ou convencer vacilantes.



O socialista italiano, residente no Brasil, Antonio Piccarollo, de quem voltaremos a falar, apontou uma diferença e uma dificuldade suplementares, de ordem subjetiva:

> A razão destes insucessos para o socialismo, e para a organização operária, deve-se procurar na natureza e no caráter anacrônico que se lhes quis impor. Esquecendo que viviam no Brasil, país saído havia pouco da escravidão, propagandistas e organizadores quiseram criar um socialismo e uma organização baseada nos moldes das existentes nos países economicamente mais adiantados. Os socialistas, em maioria italianos, no seu congresso aprovaram um magnífico programa de socialismo italiano. As organizações operárias, sob a influência de elementos generosos, mas com a cabeça nas nuvens, dirigiam a proa para a França, imitando os sindicalistas e traduzindo as obras de Sorel e de outros revolucionários. Os fatos, entretanto, na sua austeridade divina, vingaram-se do desprezo em que eram tidos condenando ao insucesso socialismo e organização operária.[3]

A tese do exotismo da ideologia socialista "européia" na fase inicial de formação da classe operária brasileira (e latino-americana) foi retomada, depois, por boa parte da historiografia, das mais diversas tendências. Insistindo no caráter "europeu" ou "europeizante" do velho socialismo, se pretendeu com isso explicar seu fracasso.

Essa explicação grassou inclusive entre os analistas marxistas, como é o caso de Michael Lowy:

> O problema não é tanto a origem européia dos precursores (alemães, italianos, espanhóis) mas sim o espelhismo, a assimilação mimética da experiência européia pelos primeiros dirigentes socialistas autóctones, que não perceberam as particularidades próprias das formações sociais do continente, enquanto países dependentes, explorados e dominados pelo imperialismo (...) Foi bem compreensível que – com a exceção da Argentina, o país mais "europeu" da América Latina – esse tipo de corrente socialdemocrata tenha tido pouca penetração

3 Victor Alba, tentando estabelecer uma "teoria geral" que pudesse compreender o conjunto da história do movimento operário latino-americano, distinguiu quatro etapas na formação das "ideologias operárias" em nosso continente: a) A *importação* (socialistas utópicos), b) A *imigração* (exilados das revoluções européias), c) A *naturalização* (*las distintas organizaciones obreras, aunque emplean la retórica importada por los exilados europeos aprendida en las obras de algunos liberales, adaptan esas ideas, en sus programas y en su acción, para utilizarlas en la realidad latino americana*), d) a *formação da doutrina própria* (*surge la necesidad de una interpretación propia de la realidad latinoamericana*). A teoria do "exotismo" do pensamento socialista na realidade latino-americana só pode ter uma validade limitada ao período no qual a difusão das idéias não ultrapassava o estreito círculo dos imigrantes europeus.

ao sul do Rio Grande, onde muito cedo a reivindicação nacional, em sua dimensão antiimperialista, tem sido um eixo essencial das lutas populares.



Diversa é a opinião de Evaristo de Moraes Filho:

Não concordamos com os que enxergam nos programas e manifestos socialistas reivindicações estranhas à realidade brasileira, como se fossem meras traduções ou ecos das exigências alienígenas. Inspirados, embora, nas doutrinas e nas teorias que se haviam formado nos países europeus com maior ou menor ênfase, jamais deixaram esses partidos de levar em conta as necessidades do trabalhador nacional. Mergulhados até o pescoço no dia-a-dia da vida miserável que levava o operário brasileiro, faziam-se porta-vozes das suas angústias e anseios. Reformistas em sua maioria, esperando que a conquista do poder se viesse a dar indiretamente, pela conquista do Congresso, pelo voto, pelas leis, pelas mudanças institucionais, pela pressão popular; nem por isso deixavam outros de chegar a apelos revolucionários ou à própria ação direta, pela greve e demais instrumentos de fato correlatos.

Não é de se estranhar que a insistência no caráter europeu e não adaptado à "realidade nacional" do socialismo da II Internacional, seja maior no caso de Brasil. Neste país, a base imigratória do operariado estendeu-se mais no tempo do que nos outros da América Latina, o que se refletiu no fato da imprensa operária em língua estrangeira abarcar um período maior no tempo. Mas essa imprensa, e inclusive as organizações operárias baseadas em minorias nacionais, cumpriam uma função claramente necessária: a de unir e defender uma comunidade que sofria uma dupla exploração: a "normal" do trabalho assalariado, e a exclusão dos direitos políticos e sociais devido a sua condição de estrangeiros – uma legislação especificamente discriminatória contra os estrangeiros foi usada no início do século contra os socialistas e os anarquistas, principalmente na Argentina e no Brasil. A diversidade "cultural" e de língua ao interior do operariado foram uma dificuldade suplementar para a organização política da classe operária.

Dos grupos do socialismo reformista no Brasil, o Centro Socialista de Santos, fundado em 1895, foi um dos primeiros. *A Questão Social*, seu órgão oficial de divulgação, era dirigido formalmente para a classe operária. Na prática, porém, parecia voltado para uma platéia



interessada apenas nas questões intelectuais do socialismo. Seu primeiro número divulgou os objetivos do Centro: promover a criação de cooperativas, organizar um partido operário e divulgar as idéias socialistas. Para Silvério Fontes, brasileiro, intelectual mais importante da organização, adepto do modelo marxista desde que despojado de sua intenção revolucionária, o proletariado deveria evitar a violência.

O Centro criou o Partido Operário Socialista em 1896, projetado, segundo seus fundadores, não para "provocar o ódio entre indivíduos", mas para mudar a instituição através de reformas. O partido conseguiu pouca influência junto à força de trabalho "imigrante" de Santos. Teve vida curta, mas seus fundadores continuaram ativos. O próprio Silvério Fontes foi um dos líderes do Congresso Socialista realizado em São Paulo de 28 de maio a 19 de junho de 1902. Ao Congresso compareceram 44 delegados que supostamente representavam os diversos grupos espalhados pelo Brasil. Na verdade, a grande maioria vinha de São Paulo. A capital federal nem se fez representar, embora Mariano Garcia, editor de *Gazeta Operária*, tivesse se aproveitado dos princípios estabelecidos no Congresso para tentar criar um partido no Rio de Janeiro.

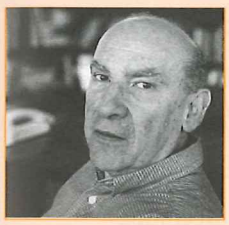
O Congresso criou o Partido Socialista Brasileiro, projetado nas bases do Partido Socialista Italiano (a maioria dos delegados paulistas era composta de italianos). Seu programa inicial preocupava-se particularmente com a ação dos sindicatos. Convocava seus membros a estimular a criação de Ligas de Resistência para apoiar greves e conseguir apoio de grupos externos ao Partido, e convidava-os a se envolverem diretamente na luta pela melhoria das condições de trabalho.

Durante o único ano de vida do partido seus organizadores (como Valentim Diego, gráfico nascido na Espanha) continuaram participando da liderança do movimento operário em São Paulo. As metas do Partido eram divulgadas no jornal socialista *Avanti*, fundado em 1900 e publicado em língua italiana. Mais ou menos sólidas, mais ou menos frágeis, todas estas tentativas socialistas tiveram um caráter local e efêmero.

Trabalhismo

A tentativa mais bem sucedida, ou pelo menos a mais espetacular, de se apoiar no nascente operariado brasileiro como base para uma ação política, foi a que Boris Fausto

chamou de "trabalhismo". Em 1890, o Centro Artístico de Rio de Janeiro transformou-se em *Partido Operário*, sob a Presidência do tenente da Marinha José Augusto Vinhaes. Sua ação "obreirista" obteve (graças às boas relações de Vinhaes com o general Deodoro da Fonseca) uma alteração de dispositivos do Código Penal de 1890, que definiam como crime a paralisação do trabalho. Mas também combateu as tentativas dos operários e de suas organizações de pôr em pé uma organização criada por eles mesmos, boicotando, por exemplo, o Congresso Operário de 1892.



Segundo Boris Fausto:

> O tenente deputado tratou de se ligar às lutas operárias nascentes, ao mesmo tempo em que buscava colocá-las ao serviço de determinadas frações políticas, em disputa nos primeiros e incertos anos da República (...) (O Partido Operário) expressou em embrião dois fenômenos significativos: a existência no interior do movimento operário de um núcleo disposto à colaboração de classes e a aceitar a dependência com relação ao Estado; a presença de setores sociais propensos a algum tipo de aliança com a classe operária. Por frágil que fosse o proletariado, por contaminado que estivesse pelas ideologias revolucionárias, era sempre possível tentar algum tipo de aliança 'para baixo', na busca de introduzir brechas no sistema (...) A heterogeneidade dos grupos em que Vinhaes se apoiava e a reduzida importância da classe operária impediram que sua política chegasse a frutificar.

Mas as tentativas de usar a organização operária para uma política de colaboração de classes, e ao mesmo tempo para opô-la ao setor mais clerical e reacionário da classe dominante, continuaram. O governo do Distrito Federal mantinha ligações estreitas e talvez até contribuído financeiramente com *O Operário*, jornal anticlerical, que em 1909 declaradamente apoiava os candidatos do Partido e defendia a candidatura de Hermes da Fonseca para a Presidência da República. O namoro com o operariado baseava-se no fato de que os trabalhadores careciam de musculatura política própria. Embora fosse o primeiro candidato à Presidência do Brasil a incluir o trabalho urbano em sua plataforma, a consideração de Hermes da Fonseca pelo operariado era vaga e genérica. Apenas reconhecia a existência dos seus problemas, mas não oferecia propostas concretas para sua solução. Chegou a iniciar um projeto de



construção de residências de baixo custo para os trabalhadores durante sua administração. Entretanto, apenas algumas dúzias foram efetivamente acabadas. Os presidentes que o sucederam negligenciaram a continuação do projeto e, por volta de 1921, a Vila Operária iniciada por Hermes apodrecia, e o governo da época já pensava em vendê-la.

Em 1912, o governo patrocinou a Liga do Operariado no Distrito Federal e auxiliou os preparativos do Quarto Congresso Operário. Embora o governo se dispusesse a pagar as despesas dos delegados, apenas alguns sindicatos importantes enviaram seus representantes ao Congresso realizado em novembro de 1912. Somente alguns poucos sindicatos sem importância de Rio de Janeiro compareceram. A única organização importante a enviar delegados foi a Federação Operária do Rio Grande do Sul, que logo se retirou alegando tratar-se o encontro de mera politicagem. Os sindicatos de São Paulo e Santos não compareceram; para eles, o Congresso não passava de manobra política.

Na convenção, os delegados aceitaram a formação de uma Confederação Brasileira do Trabalho, cujo programa incluía a formação de um partido operário com sede no Rio de Janeiro e representações locais espalhadas pelo Brasil, a naturalização de imigrantes, a jornada de trabalho de oito horas diárias, a obrigatoriedade de instrução primária, a elaboração de leis para melhorar as condições de trabalho na indústria privada e benefícios de aposentadoria para os funcionários públicos. Pinto Machado foi nomeado secretário-geral da nova organização, e Mário da Fonseca, filho do presidente e patrocinador do Congresso, foi nomeado seu Presidente Honorário. Ao encerrar-se o Congresso, os delegados realizaram uma passeata em homenagem a Mário e a Hermes. Mas como nenhum dos dois concedeu o que a recém-criada central operária necessitava para iniciar seu funcionamento, a Confederação morreu logo ao nascer.

> Um outro Partido Operário (aquele que se dirigira à Internacional Socialista) combateu o grupo colaboracionista de Vinhaes e os assemelhados: segundo Pinheiro e Hall "o Partido Operário não parou de combater essa astúcia e de orientar os trabalhadores para fora desse impasse sinuoso, mostrando-lhes o horizonte puro, o socialismo libertador dos oprimidos".

Retomava-se assim o caminho do socialismo como expressão autônoma de classe. Sem muito sucesso, aliás, pois não conseguiram superar a dispersão geográfica e a descontinui-

dade política, o que levou um dos criadores do Partido Socialista de 1902, o italiano Antonio Piccarollo, a escrever:

> Sendo o movimento atual da economia agrícola dirigido para a pequena propriedade, os socialistas favorecerão e propugnarão tudo o que sirva para aumentar o número destes trabalhadores independentes (...) Olhando com simpatia o desenvolvimento industrial que carrega nas suas entranhas o proletariado socialista, esforçar-se-ão para dar aos operários uma consciência clara e exata do que eles serão amanhã... Tudo isso não é rigorosamente socialismo, mas é tudo o que de bom e prático podem fazer aqui os socialistas, se não querem perder seu tempo em discussões teóricas, prematuras e de nenhum valor.

Novamente colocava-se perante os operários uma aliança de fato com o setor industrial. O que era mais duvidoso é que esse setor estivesse disposto, como aparentemente pensava Piccarollo, a favorecer o advento da pequena propriedade agrária (ou seja, a afetar a grande propriedade).

O *Manifesto do Partido Socialista Brasileiro*, de 1902, situava-se nessa linha:

> O Conselho Geral do Partido faz um apelo às duas diferentes classes, a dos possidentes e a dos despossuidos, em que a população deste país se acha dividida, como em toda parte, para que se compenetrem da urgente e indeclinável necessidade de atender ao que se passa nos outros países civilizados com referência à questão social (...) Aos dirigentes, aos que compõem a classe possidente e opressora, neste país, cumpre não cerrar os olhos à miséria, que transparece por toda parte, nem obturar os ouvidos ao clamor, que a toda parte se levanta.

Como se vê, mais de uma década depois de proclamada a República, não restava aparentemente outro recurso aos socialistas que o de apelar para o bom senso da classe dirigente. Se a República não tinha resolvido a "questão social", os socialistas, por sua vez, não pareciam poder elevar-se acima da fraqueza social da classe à qual pretendiam representar, nem se estruturar como expressão política estável. Piccarollo acertava no diagnóstico: a debilidade dos socialistas decorria do atraso social e político do país. O remédio que ele propunha para o socialismo brasileiro é outra história. O movimento operário e socialista brasileiro experimentava, portanto, no início do século passado, grandes dificuldades para superar social, sindical ou politicamente, o plano da colaboração de classes.



A Industrialização

O movimento operário brasileiro já tinha, portanto, um bom caminho percorrido no final do século XIX, mas foi com a industrialização acelerada de início do século XX que se transformou em uma força social e política. No Brasil, o movimento operário só passou a ser considerado enquanto tal, na historiografia corrente, a partir de 1888 ou de 1889 (datas da Abolição e da Proclamação da República, respectivamente), o que é um erro. Para Theotônio Júnior, por exemplo, a primeira fase do movimento operário no Brasil se estendeu de 1900 a 1930. Houve, porém, movimentos sociais dos trabalhadores assalariados na etapa final do Império. As aspirações republicanas, por sua vez, eram levadas adiante pelo seu suporte, por assim dizer, "natural", as classes médias urbanas. Mas o clientelismo e a "patronagem" vigentes excluíam da participação política a imensa maioria dos trabalhadores, não apenas os escravos.

O primeiro passo no sentido da industrialização brasileira foi dado com a substituição da pequena produção artesanal por unidades industriais maiores. Isso começou a acontecer no final da década de 1870, quando a abolição da escravatura encontrava-se na ordem do dia, e a solução pela imigração começou a ser considerada como alternativa. A partir da abolição da escravatura, em 1888, o desenvolvimento econômico do Brasil seguiu um padrão marcadamente capitalista, tanto no segmento agrícola (café) quanto no urbano (industrialização).

No bojo desse processo, alterou-se também a estrutura do mercado, com a gradual eliminação do "comissário", como intermediário no comércio exportador/importador: os exportadores (estrangeiros) passaram a se vincular diretamente com os produtores, e os importadores espalharam representantes pelo interior do país. Mas, até fins do século XIX, a economia brasileira era essencialmente agrária e exportadora. Na região amazônica, produzia-se e se exportava borracha. No Norte e no Nordeste, o açúcar, o algodão, o fumo e o cacau dominavam. No Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, o café ocupava o primeiro lugar. No Rio Grande do Sul produzia-se couro, peles, mate (chimarrão), e se exportava, para outras regiões do Brasil, o charque.

No final do século XIX, esse quadro dominado pela economia agroexportadora começou a se transformar. Entre 1886 e 1894, a

industrialização ganhou impulso, embora a sua origem fosse anterior a 1880. O surgimento e o desenvolvimento das indústrias estiveram intimamente relacionados ao desempenho da economia primário-exportadora, pelo menos até a crise de 1929.

A industrialização não ocorreu em todo o país, e com a mesma intensidade. O seu pólo dinâmico situava-se no sudeste, particularmente em São Paulo, onde se localizava a mais poderosa economia exportadora: a cafeicultura. A economia cafeeira paulista, desenvolvendo-se no contexto da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, e com ampla possibilidade de expansão nas terras férteis do Oeste, converteu-se na mais próspera das economias agroexportadoras: foi ali que a industrialização desenvolveu-se mais rapidamente.



De início, a industrialização paulista fazia parte da economia cafeeira, ou do "complexo cafeeiro", pois a produção e a exportação do café dependiam de uma complexa organização de fatores. Além da esfera propriamente de sua produção, o complexo incluía, ainda, o seu processamento, um sistema de transporte (ferrovias), comércio de importação e exportação, bancos e, por fim, indústrias.

O processo de industrialização, no entanto, acompanhou o ritmo do setor exportador, não apenas cafeeiro. Em momentos de expansão, os investimentos industriais aumentavam, e se contraíam em momentos de retração do mercado internacional. Resumindo suas conclusões acerca da industrialização brasileira anterior à crise de 1929, Wilson Suzigan aponta que no período anterior a 1914, e em menor grau até 1929, o desenvolvimento da indústria brasileira de transformação pode ser caracterizado como tendo sido induzido pela expansão do setor exportador, havendo uma clara distinção entre o crescimento industrial que ocorreu antes da Primeira Guerra Mundial e a partir desta.



O período anterior à Primeira Guerra Mundial, especialmente o século XIX, pode ser explicado, segundo Suzigan, nos termos da "teoria do crescimento econômico induzido





por produtos básicos". A expansão do setor exportador induziu investimentos não apenas nas indústrias de bens de consumo, mas também em indústrias produtoras de insumos, incluindo maquinário e peças, implementos e outros para o setor exportador; processamento ulterior de produtos de exportação (por exemplo, beneficiamento de café e refinação de açúcar); e outras atividades econômicas complementares ou subsidiárias, tais como transporte (principalmente ferrovias e navegação), bancos, comércio de importação e exportação, comércio interno etc.

Além disso, e com recursos indiretamente derivados das exportações de produtos básicos, o governo brasileiro financiou (ou garantiu juros sobre) investimentos em infra-estrutura (ferrovias, portos, linhas de navegação, melhoramentos urbanos etc.), na modernização da indústria do açúcar, na promoção da imigração etc. A penetração do capital financeiro (imperialista) externo, principalmente inglês, encontrou aí suas bases.



O Brasil, por exemplo, entrou na era das ferrovias nos anos 1850, com forte presença do Estado. Políticos imperiais preferiram mobilizar capitais privados garantindo retornos de 7% ao ano sobre o capital investido. Em 1893, todas as empresas estrangeiras com garantia de lucros, excetuando-se apenas a próspera *São Paulo Railroad*, obtiveram a média de rentabilidade de apenas 0,3% antes do subsídio.

A maioria das empresas não poderia ser construída se dependesse da própria rentabilidade, pois esta vinha exclusivamente das garantias de pagamento de taxas fixas. Em 1898, o peso destas garantias chegou a comprometer 1/3 do orçamento da União, motivando em 1901 o governo Campos Salles, a contragosto, à "expropriação" de doze companhias. Antes da Primeira Guerra Mundial as aquisições de ferrovias estrangeiras em dificuldades cresceram. Já em 1898, o governo detinha 34% das ferrovias diretamente e indiretamente bancava a rentabilidade das mesmas. Isto revela que essa "estatização" estava ligada à salvação do patrimônio privado.

Não havia países onde estas substanciais garantias não tenham sido oferecidas ao capital inglês. Nos Estados Unidos, suposto berço da livre iniciativa, o procedimento era mais sofisticado: o Estado comprava as ações das empresas ferroviárias mesmo sabendo da baixa rentabilidade. Através do exemplo dado é possível imaginar a importância desta política efetivada pelos Estados periféricos para

a segunda fase da revolução industrial (1840-72) e da grande expansão do setor ferroviário inglês. Por trás da exportação de capital para os países coloniais, estava, não a aventura de capitalistas "empreendedores", mas a certeza do risco zero.

Em um estágio posterior, especialmente durante as décadas de 1900 e 1910, o investimento na indústria de transformação, no Brasil, foi também induzido pelas necessidades de insumos para a própria incipiente indústria de transformação. Algumas indústrias "novas" começaram a se desenvolver para a fabricação desses insumos, tais como sacos de algodão para farinha de trigo e açúcar refinado, garrafas de vidro para cerveja e outras bebidas, latas para acondicionar fósforos, cigarros e alimentos, maquinaria industrial simples como tomos, equipamento têxtil e peças, pequenos motores etc.

A partir da Primeira Guerra Mundial, embora o investimento na indústria de transformação ainda fosse em grande parte induzido pela expansão do setor exportador, o padrão de desenvolvimento industrial tornou-se mais complexo. Isso foi explicado pelo fato de que durante a guerra a escassez de matérias-primas e insumos básicos, incluindo maquinaria e equipamento, tornou claro que a produção industrial interna teria que ser diversificada para abranger esses produtos.

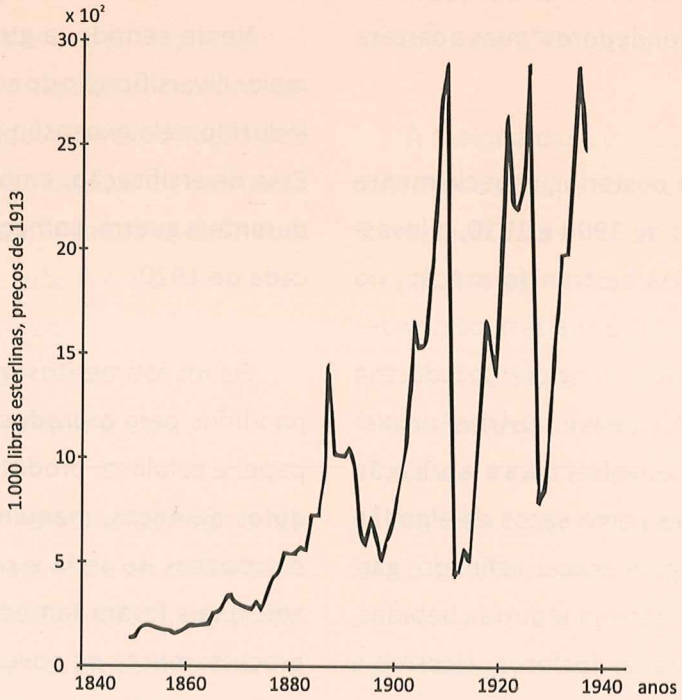
Nesse sentido, a guerra estimulou uma maior diversificação do crescimento industrial induzido pela expansão do setor exportador. Essa diversificação, embora tentada mesmo durante a guerra, começou realmente na década de 1920.

Os investimentos industriais foram expandidos para a produção de cimento, aço, papel e celulose, produtos de borracha, produtos químicos, maquinaria e equipamento e produtos de seda e raiom. Investimentos adicionais foram também realizados para o processamento de novos produtos de exportação, como óleo de caroço de algodão, carne resfriada e produtos derivados de carne, e para a modernização e expansão da capacidade de produção de algumas das indústrias tradicionais, como têxteis de algodão e de lã, açúcar, calçados, moagem de trigo e cervejarias.

O desenvolvimento industrial brasileiro se apresenta assim de modo convulsivo, como uma série de "saltos", induzidos mais por pressões externas, oriundas das conjunturas sucessivas do mercado mundial, do que por



fatores internos (crescimento sistemático da demanda interna de bens de consumo e de bens de capital), como se pode apreciar na figura que segue, que ilustra os surtos de investimento industrial:



Vejamos outras características dos primórdios do desenvolvimento industrial brasileiro, para termos uma idéia mais clara das bases econômicas do novo movimento social (o movimento operário) que a indústria fez nascer.

Brasil: Distribuição do capital investido por ramo de indústria

Ramo de indústria	1889	1907	1920
Têxtil	60%	20,5%	27,5%
Alimentícia	15%	26,7%	40,2%
Produtos químicos	10%	9,4%	7,9%
Artigos de vestuário e toucador	3,5%	15,9%	8,2%
Outros	11,5%	27,5%	16,1%

Fonte: Edgar Carone. *A República Velha – Instituições e classes sociais*. São Paulo, Difel, 1975

Brasil: Produção industrial por estado

ESTADOS	1907		1920	
	N° de estabelecimentos	N° de operários	N° de estabelecimentos	N° de operários
Distrito Federal	662	34.850	1.541	56.229
São Paulo	326	24.186	4.145	83.998
Rio Grande do Sul	314	15.426	1.773	24.661
Rio de Janeiro	207	13.632	454	16.796
Pernambuco	118	12.024	442	15.761
Paraná	297	4.724	623	7.295
Minas Gerais	529	9.405	1.243	18.522
Bahia	78	9.964	491	14.784
Pará	54	2.539	168	3.033
Sergipe	103	3.027	237	5.386
Santa Catarina	163	2.102	791	5.297
Amazonas	92	1.168	69	636
Alagoas	45	3.775	452	6.989
Maranhão	18	4.545	89	3.543
Mato Grosso	15	3.870	20	280
Paraíba	42	1.461	251	3.035
Ceará	18	1.207	194	4.702
Piauí	3	355	55	1.150
Rio Grande do Norte	14	560	197	2.146
Espírito Santo	4	90	75	1.005
Goiás	18	90	16	244
Acre	—	—	10	22
Totais	3.120	149.018	13.436	275.514

Fonte: Edgar Carone. A República Velha – Instituições e classes sociais. São Paulo, Difel, 1975



A indústria têxtil, primeira fase do novo processo industrial, foi decrescendo como base da industrialização, cedendo seu lugar à indústria alimentícia, na medida em que avançava a urbanização do país. A produção industrial, por outro lado, tendeu a se concentrar em alguns centros, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo. A Primeira Guerra Mundial, com seu surto industrial, foi o período em que a hegemonia industrial do país se deslocou, rapidamente, da capital federal para São Paulo.

São Paulo se transformou no centro industrial do Brasil, e também do próprio movimento operário. A respeito da concentração industrial paulista, seu principal estudioso, Wilson Cano, aponta que:

> (...) a economia cafeeira em São Paulo, exigiu, mais cedo, a instituição do regime de trabalho livre, a fim de que a acumulação cafeeira pudesse ter continuidade. A solução desse problema, pela imigração, não eliminava, apenas, aquele freio à expansão do plantio cafeeiro: fez muito mais do que isso, criando um mercado amplo para alimentos e produtos industriais de consumo corrente, abrindo, dessa forma, excelentes oportunidades de inversão, tanto para o desenvolvimento de uma agricultura mercantil quanto para a indústria. Essa imigração, constituindo uma superabundante oferta de força de trabalho, permitiu, ainda, a formação de um mercado de trabalho livre, que funcionou com baixas e flexíveis taxas de salários, resolvendo, precocemente, o problema do suprimento de força de trabalho à economia urbana que se desenvolve a partir da década de 1880. Portanto, a nascente indústria paulista, embora subordinada pelo capital cafeeiro, dele beneficiava-se duplamente: recebia o mercado criado pelo café, ao mesmo tempo em que dispunha de força de trabalho barata e abundante. Café, agricultura, transportes, indústria, comércio e finanças cresciam, assim, dinâmica e integradamente, ampliando consideravelmente o potencial de acumulação do complexo paulista. Dessa forma, a economia paulista contou com amplas condições para o seu desenvolvimento, ao contrário do que ocorria no restante do país.[4]

4 Wilson Cano aponta, como exemplos das dificuldades para a industrialização de outras regiões brasileiras, a Amazônia, com sua típica "economia do aviamento"; o Nordeste, por suas precárias relações capitalistas de produção, bem como por sua concentrada estrutura de propriedade e de renda; o extremo Sul, pela forma de produção da economia camponesa, que fragmentava o excedente e gerava uma indústria constituída, também, pela pequena e média empresa; a região do Rio de Janeiro, pela decadência cafeeira e pela precariedade de sua agricultura; Minas Gerais, por sua indústria dispersa e desconcentrada que, embora protegida por custos de transportes, sofria com limitação de seu próprio mercado.

Anarquismo e lutas operárias

Nos centros industriais, o anarquismo passou a ganhar força, com a grande imigração de trabalhadores europeus, entre fins do século XIX e início do século XX. Dentre os anarquistas mais importantes do país, cabe citar: José Oiticica (1882-1957), Maria Lacerda de Moura, anarquista e feminista (1887-1945), Domingos Passos, Florentino de Carvalho (1889-1947), Edgard Leuenroth (1888-1968). Através da organização de sindicatos, os anarquistas visavam obter o controle do mercado de trabalho. Se todos os membros de uma dada categoria profissional estivessem associados a um sindicato, os patrões não teriam alternativa senão procurar o sindicato da categoria para negociar a contratação de trabalhadores, e tudo que lhes dissesse respeito.



Na virada do século XIX para o século XX, o movimento operário brasileiro conheceu uma importante fase de lutas. Em 1886, verificou-se a greve dos caixeiros, no Rio, pela extinção do trabalho noturno e aos domingos. Em 1891, verificou-se uma greve dos ferroviários da Central, a qual paralisou todo o tráfego. Em 1900, houve a greve dos estivadores, no Rio, por aumento de salários, a qual foi organizada e dirigida pelo Grêmio Popular dos Estivadores. Nesse ano, verificou-se a greve dos sapateiros, por aumento de salários, com duração de dois meses. Em 1901, desencadeou-se a greve dos trabalhadores da fábrica Tabacow, em São Paulo, contra o atraso do pagamento. Segundo Hermínio Linhares: "Essa greve começara magnificamente, mas acabou mal, pela atitude pouco enérgica mantida pelos nossos companheiros dessa casa e pela falta de solidariedade entre eles existente". Ainda em 1901, realizaram-se as greves dos trabalhadores da fábrica Diodatto Leume & Cia, em São Paulo, pela regularização do pagamento dos salários e pela sua realização em dias fixos. Realizou-se também a greve dos trabalhadores em pedreiras, pela diminuição da jornada de trabalho de 12 para 10 horas.

Em 1903, verificou-se no Rio de Janeiro a maior greve até então havida: 25 mil trabalhadores têxteis declararam-se em greve e, durante 20 dias, permaneceram parados, exigindo a redução para 9½ horas da jornada de trabalho. Essa greve foi derrotada. Mas, ainda nesse ano, verificou-se nova greve que



abarcou a toda a corporação têxtil do Rio de Janeiro, que reduziu a jornada de trabalho para 9½ horas. Verificou-se também a greve dos sapateiros, no Rio, e uma série de outros movimentos grevistas em diversos Estados, a greve dos gráficos em São Paulo etc. Em 1905, foi deflagrada a greve dos ferroviários da Companhia Paulista, que contou com a solidariedade dos estudantes. Nessa greve houve manifestações de rua, e choques com a polícia. Nesse ano, no Rio de Janeiro, entraram em greve os trabalhadores em bondes, os chapeleiros, os sapateiros, os têxteis e os trabalhadores em pedreiras.

Em 1906, verificou-se a primeira greve geral em Porto Alegre. Saltaram na vanguarda dessa greve os marmoristas e a ela aderiram os têxteis, os pedreiros, os carpinteiros, os pintores, os alfaiates, os carroceiros, os marceneiros e outros setores operários. A greve durou 12 dias. Os patrões foram obrigados a reduzir a jornada de trabalho para 9 horas por dia. Em 1907 se declararam em greve e conquistaram a jornada de 8 horas de trabalho, em São Paulo, os pedreiros, os gráficos de diversas empresas, os pedreiros da cidade de Santos. Também conseguiram reduzir a jornada de trabalho para 9 horas os metalúrgicos da fábrica Ipiranga. Desde então, o movimento grevista foi num crescendo constante.

O socialismo, como vimos, iniciou-se já na primeira metade do século XIX, quando o desenvolvimento das idéias socialistas seguia os princípios liberais da Revolução Francesa. Em 1902, 1909, 1912 e 1925 foram criados, em diversos estados da União, partidos socialistas regionais, cujos programas refletiam uma mistura doutrinária, alternando conteúdos marxistas e humanitarismo. Nesse período, o anarquismo e o anarcossindicalismo eram as tendências majoritárias entre o operariado brasileiro, culminando com as grandes greves operárias de 1917, em São Paulo, e 1918-1919, no Rio de Janeiro. Escolas modernas foram abertas em várias cidades brasileiras, muitas delas a partir da iniciativa de agremiações operárias anarquistas. Os jornais anarquistas e anarcossindicalistas tentaram se sustentar apenas de contribuições, porém os militantes eram poucos e não possuíam muitos recursos econômicos. Poucos foram os jornais anarquistas que publicaram mais de cinco números. *A Terra Livre*, o jornal anarquista melhor sucedido antes da Primeira Guerra Mundial, publicou 75 números em cinco anos.

No processo de formação do operariado brasileiro foi significativo o papel dos imigrantes italianos e espanhóis (chamados de *artífices*), que traziam de seus países de origem a experiência sindical. Muitas publica-

ções operárias do começo do século XX foram feitas em italiano e espanhol, contribuindo, entre outras coisas, para valorizar a palavra "operário", que tinha no Brasil um sentido depreciativo. Os trabalhadores imigrantes formavam clubes, círculos, uniões e associações com o objetivo de unir os operários. O governo decretou então a lei Adolfo Gordo, em 1906, que previa a expulsão do operário estrangeiro envolvido nas lutas de sua classe (no ano de 1904 proclamava-se, na Argentina, a chamada "Lei de Residência", exatamente com os mesmos objetivos). Apesar disso, desde o ano de 1891 foram realizadas greves, que, mesmo não tendo proporções "ameaçadoras", foram duramente reprimidas.

O anarquismo e o movimento operário em geral, foram pior tratados pelo Estado com o advento da República oligárquica, do que no período precedente. De 1889 a 1919 a República foi expressão quase exclusiva do governo dos grandes fazendeiros de café e do predomínio dos dois estados mais poderosos da federação: São Paulo e Minas. A "política do café com leite" se manteve praticamente inabalável, mesmo na Presidência do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), quando dominou a figura de Pinheiro Machado, presidente do Senado e representante da oligarquia gaúcha. No mais, o PRP e o PRM (partidos republicanos, paulista e mineiro) se revezavam no poder, sem grandes transtornos.





O processo de industrialização ganhou uma nova direção a partir da Primeira Guerra Mundial. A produção, todavia, se expandiu em 1915-1916 com a utilização plena da capacidade instalada, mas começou a declinar em 1917 e o seu crescimento tornou-se negativo, no ano seguinte, pela falta de matérias-primas, máquinas e equipamentos importados. A crise econômica provocada pela Primeira Guerra Mundial acentuou a miséria social geral. A guerra de 19141918 desorganizou o mercado internacional, trazendo novas dificuldades para a exportação do café, que viu seu preço internacional declinar.

Nesse período, o movimento operário, ainda majoritariamente composto por estrangeiros, coexistiu com movimentos autóctones, situados nos locais mais longínquos da industrialização. A crise social e econômica que abalou o país era muito mais sensível nas regiões mais pobres da nação. O sertão nordestino em particular, com sua seca, com seus coronéis e seus respectivos latifúndios, sempre esteve

marcado pela tensão social. A diminuição das ações "fisiológicas" do Estado, provocada pela diminuição dos seus recursos financeiros, se refletiu nos bolsos dos "coronéis", chefes locais. O desemprego se acentuou muito. Tanto os camponeses quanto os capangas perdiam suas ocupações. Foi neste ambiente de extrema pobreza e violência que surgiram e se desenvolveram inúmeros *cangaços*. Durante a década de 1920 os cangaços atuaram por todo o interior do Nordeste. O poder público foi incapaz de contê-los, o que colaborou significativamente para a crise da República oligárquica (ou "República Velha").

Essa crise manifestou-se paulatinamente, e levaria depois para uma mudança no direcionamento do movimento operário e dos movimentos sociais em geral. A origem da crise situava-se na crescente insatisfação do Exército e das camadas médias urbanas, ao mesmo tempo em que surgiam tensões no próprio seio da camada dominante. Os militares que haviam se afastado da vida política depois do governo de Floriano Peixoto reapareceram na campanha presidencial de 1909. Nessa campanha, a cúpula militar aliou-se à oligarquia gaúcha. Manifestavam-se os primeiros abalos da política do "café com leite".



O Exército tinha reaparecido no cenário das disputas políticas em 1910, mas então o fizera subordinado às poderosas oligarquias de Minas e Rio Grande do Sul. Apoiado por essas forças, o marechal Hermes da Fonseca foi lançado como candidato à Presidência. Rui Barbosa, seu opositor, era apoiado por São Paulo e Bahia, e baseou toda a sua campanha na idéia "civilista", contra a ascensão militar, identificando Hermes da Fonseca ao militarismo Rui Barbosa foi derrotado, enquanto Hermes da Fonseca, depois de eleito, lançou-se à "política das salvações", que consistia na intervenção federal nos estados "indisciplinados".

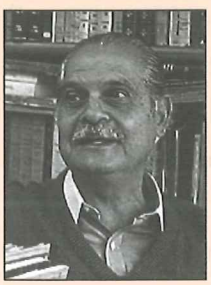


Apesar da eleição de Hermes da Fonseca e do papel de destaque exercido por Pinheiro Machado, presidente do Senado e chefe da oligarquia gaúcha, após o seu mandato a antiga política, que tinha Minas e São Paulo

como eixo, foi novamente retomada. A crise política reapareceria, entretanto, em 1922,[5] nas eleições para a sucessão de Epitácio Pessoa, quando Minas e São Paulo resolveram a questão indicando Artur Bernardes (político mineiro) para a presidência, e já acertando a candidatura de Washington Luís (paulista) como sucessor de Bernardes.

Diversamente das experiências comunitárias "toleradas" do Império, em relação ao movimento operário urbano, o Estado, nesse período, só aparecia para reprimir as greves: a questão social era "uma questão de polícia", nas célebres palavras de Washington Luis. A ordem estabelecida não reconhecia nenhum direito em relação ao seu trabalho. Os deputados e senadores, indiferentes aos problemas sociais, negavam projetos assistenciais e de proteção aos operários, solicitados por seus representantes. Como os novos operários eram na sua maioria estrangeiros, não tinham o direito de freqüentar escolas públicas, e ainda menos acesso à saúde pública ou saneamento básico. A Igreja Católica da época era extremamente conservadora e reproduzia o discurso das classes dominantes: o nascimento da fábrica, no Brasil, acompanhou-se de baixos salários e de miséria social sob todas as suas formas.

A Greve Geral



Nos primeiras duas décadas do século XX, o movimento operário brasileiro não fez senão crescer. Segundo Edgar Carone:

> Social e politicamente, o proletariado é uma força que se manifestou de modo lento. De origem agrária, logo se avoluma com a imigração e desenvolve uma consciência política de tradição européia. São anarcossindicalistas, socialistas, anticlericais, usando

5 O descontentamento contra a oligarquia dominante atingiu o auge com as revoltas tenentistas, que tiveram dois focos principais: o Rio Grande do Sul (1923) e São Paulo (1924). No Rio Grande do Sul, a revolta tenentista teve o imediato apoio da dissidência oligárquica da Aliança Libertadora e dirigiu-se para Santa Catarina e Paraná. Em São Paulo, a revolta foi desencadeada sob a chefia do general Isidoro Dias Lopes, que, não podendo suportar as pressões das tropas legalistas, dirigiu-se para o Sul, encontrando-se com as tropas gaúchas lideradas por Luís Carlos Prestes e Mário Fagundes Varela. Os principais nomes desse movimento foram: Juarez Távora, Miguel Costa, Siqueira Campos, Cordeiro de Farias e Luís Carlos Prestes. Este último, mais tarde, desligou-se do movimento para ingressar no Partido Comunista do Brasil, tornando-se o seu chefe principal. Formou-se assim, em 1925, a célebre Coluna Prestes, que durante dois anos percorreu cerca de 24.000 km, obtendo várias vitórias contra as forças legalistas. Inutilmente procurou sublevar as populações do interior contra Bernardes e a oligarquia dominante. Com o fim do mandato de Artur Bernardes, em 1926, a Coluna entrou na Bolívia e, finalmente, se dissolveu.



tática política dos movimentos italianos e espanhóis, onde então Bakunin predominava sobre Marx. As primeiras organizações, como o Partido Socialista Brasileiro (1902) e a Confederação Operária Brasileira (1908), refletem estas concepções. Os primeiros dez anos do século, além de mostrar certa maturidade organizadora no proletariado das grandes cidades (sindicatos, partidos e jornais), levam-no a exigências de classe contra os baixos salários.

Finalmente, a greve geral de 1917, em São Paulo, seguida pelas greves de 1918 no Rio de Janeiro, marcaram um momento em que a força do movimento operário se manifestou, com um impacto muito grande. Ela vinha sendo preparada por um *crescendo* importante do movimento operário: 111 greves operárias foram realizadas no Brasil, entre 1900-10; e 258 no período de 1910-20, excluindo a conjuntura 1917–18. Boris Fausto, pesquisando somente os anos 1917-1920, e com dados restritos a São Paulo e Rio de Janeiro, levantou a ocorrência de mais de 200 greves operárias, com participação direta de cerca de 300 mil trabalhadores.

A paralisação de 1917, iniciada no setor têxtil, propagou-se rapidamente e atingiu a área portuária e o interior, envolvendo cerca de 50 mil trabalhadores. As principais reivindicações eram aumento de salários, proibição do trabalho infantil, jornada de oito horas, garantia de emprego e direito de associação. O governo reprimiu o movimento com todos os recursos de que dispunha, mobilizando a polícia, tropas militares e até a Marinha de Guerra, mas teve finalmente de negociar, e algumas das reivindicações operárias foram atendidas.

A greve iniciou-se em junho de 1917 em São Paulo. As reivindicações da greve, publicadas em *A Plebe*, de 21 de julho desse ano, incluíam:

> (...) que sejam postas em liberdade todas as pessoas por motivo de greve; que seja respeitado do modo mais absoluto o direito de associação para os trabalhadores; que nenhum operário seja dispensado por haver participado ativa e ostensivamente no movimento grevista; que seja abolida de fato a exploração do trabalho dos menores de 14 anos nas fábricas, oficias etc.; que seja abolido o trabalho noturno das mulheres; aumento de 35% nos salários inferiores a 5$000 e de 25% para os mais elevados; que o pagamento dos salários seja efetuado pontualmente, cada 15 dias e, o mais tardar, cinco dias após o vencimento; que seja garantido aos operários

trabalho permanente; jornada de oito horas e semana inglesa.

O grito de guerra de "greve geral" se espalhou por todos os cantos. Durante a Primeira Guerra Mundial, a economia brasileira, que atendia apenas 5% das necessidades de consumo do país, teve que se enfrentar com a escassez e a carestia súbitas: a pressão da carestia de vida, e dos baixos salários, moldaram um cenário explosivo. Os trabalhadores têxteis, em especial as mulheres, foram protagonistas principais das greves. Frente ao endurecimento da política patronal, iniciaram um duro processo de luta; *lockout* patronal e repressão policial foram enfrentados nas ruas pelos trabalhadores organizados. A Liga Operária da Mooca, que participava da organização dos têxteis, respondeu negativamente, em maio de 1917, na véspera da greve geral, a um chamado de um centro socialista que pretendia "cuidar de questões organizatórias da ação operária, com o objetivo, se necessário, de preparar uma greve geral".

A expressão política das reivindicações operárias foi feita através do "Comitê de Defesa Proletária", liderado por figuras importantes do anarcossindicalismo, como Edgard Leuenroth e Gigi Damiani, e com a participação de socialistas favoráveis ao movimento, como o jornal *Avanti*. Afirmava o Comitê – no jornal *A Plebe*, de 21 de julho de 1917 – que "noutras partes, noutros países, o que pede o Comitê de Defesa Proletária – um comitê que se deve considerar subversivo – estaria já proposto pelas próprias classes conservadoras como medida de defesa dos próprios interesses.



Segundo Leonardi e Hardman:

> A burguesia industrial paulista, setor mais astuto das classes dominantes, percebeu logo que a pura repressão não daria conta do conflito. Formou-se, então, uma Comissão de Jornalistas (todos da grande imprensa) que serviria de mediadora entre operários e patrões. Os grandes empresários aceitaram uma série de reivindicações. O presidente do Estado e o prefeito de São Paulo prometeram, da parte do governo, fiscalizar as condições de trabalho de mulheres e menores, o preço e a qualidade dos gêneros alimentícios e libertar os operários presos. Os empresários concederam 20% de aumento salarial e a promessa de não dispensar os grevistas. No dia 15 de julho, em grandes comícios operários no Brás,



Lapa e Ipiranga, a massa grevista aceitou o compromisso patronal, a partir da proposta de volta ao trabalho levada pelo Comitê de Defesa Proletária.

Lia-se num editorial da época d'*O Estado de S.Paulo*:

> A torre dos privilégios desaba. Fê-la tremer em seus alicerces seculares a teoria socialista, a equivalência, ainda não reconhecida, mas já vitoriosa, do capital e do trabalho. Os capitalistas bem avisados não ignoram, os governos cautos estão fartos de o terem notado, e ambos os grupos se harmonizam e colaboram à procura de uma solução sem conflito violento com a nova força que se apresenta em campo revestida de uma pujança invencível.

No balanço da dispersão final do movimento de 1917-18, feito por Astrojildo Pereira, anarcossindicalista e futuro fundador do PCB, em *A Plebe*, de 4 de junho de 1921, dizia-se:

> A organização por ofício, localista e federalista forma uma verdadeira poeira de núcleos dispersos e dispersivos, onde as energias, ao invés de se concentrarem num bloco homogêneo, se desperdiçam infrutiferamente, e o que é mais grave, se amesquinham um estreito espírito corporativista. Temos visto os resultados de tal sistema: fraqueza particular de cada sindicato, fraqueza geral das federações, diante da força compacta e agressiva do inimigo. Os ataques fracionários das massas dispersas do proletariado contra esse bloco só servem para o aniquilamento fracionário, mas gradual e constante, do proletariado.

Apesar de limitada às regiões industrializadas, a greve, nos locais em que se efetivou, teve um impressionante grau de adesão. A resposta do Estado também foi impressionante. A legislação tratava como crime a ação anarquista. Estrangeiros envolvidos com essa ideologia eram extraditados. Brasileiros eram presos e humilhados em público. Durante o governo de Artur Bernardes a repressão geral se tornou aberta. Censura à imprensa, torturas, e assassinatos se tornaram condutas freqüentes. Mas a realidade social e política do país mudara, para sempre. Em 1918, a Câmara dos Deputados criou a Comissão de Legislação Social, encarregada de redigir leis específicas de "proteção" aos trabalhadores. Entre essas leis incluíam-se as de acidente de trabalho e de férias remuneradas. Os patrões resistiram à idéia dessas leis: para que férias aos trabalhadores? As leis de "proteção"

aos trabalhadores eram, na verdade, leis de proteção contra a revolução (ou contra seu "fantasma", que aparecera em 1917-18 em São Paulo e Rio de Janeiro,[6] ou sua realidade, na Revolução Russa do mesmo ano) e, portanto, de proteção ao direito dos patrões de continuarem com a exploração capitalista.

Conclusão

Afirmou-se durante longo tempo que a decadência do movimento anarquista se deveu ao fortalecimento das correntes do socialismo marxista, com a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922. Nela participaram, no entanto, ex-integrantes do movimento anarquista que, influenciados pelo sucesso da Revolução Russa, decidiram fundar um partido semelhante ao bolchevique. Pesquisas mais recentes indicam, ao contrário, que a influência anarquista no movimento operário cresceu depois de 1922: só a repressão do governo de Artur Bernardes diminuiria a influência das idéias anarquistas no movimento operário. O presidente Artur Bernardes foi responsável por campos de concentração e centros de tortura, nos quais morreram militantes libertários (um deles foi o de Clevelândia, localizado no Oiapoque). Foi durante o governo de Getúlio Vargas que o anarcossindicalismo recebeu seu golpe de morte, devido ao surgimento dos sindicatos controlados pelo Estado e as novas perseguições políticas. Até a primeira metade da década de 1930, o anarquismo permanecera uma ideologia influente entre os operários brasileiros.



Entre meados do século XIX e a crise de 1929/1930, durante três quartos de século, desenvolveu-se, no Brasil, um movimento operário cada vez mais forte e dinâmico, que abrigou em seu seio correntes socialistas e anarquistas (além de grupos nacionalistas proto-colaboracionistas). A sua peculiaridade, no marco latino-americano e mundial, foi atuar num quadro histórico que colocava, como problemas imediatos, a questão da democracia (perante a monarquia ou perante a República oligárquica e censitária), a questão da unidade nacional e, sobretudo, a questão da abolição da escravidão,

6 "Haveremos de mostrar que a revolução social não é uma utopia", disse Carlos Dias, membro da União Gráfica, em discurso no ato de 1º de maio de 1918.



questões todas que tenderam a subordinar a "questão social". Os seus dirigentes, os seus teóricos e correntes políticas, não deixaram de se colocar os problemas do direcionamento político do movimento operário em condições tão particulares.

Ao mesmo tempo, o movimento operário e socialista foi extremamente atuante, e criou tradições políticas e organizativas que obrigaram a sucessivas mudanças da política estatal diante da questão social. O desenvolvimento histórico ulterior do país, e do próprio movimento operário, é incompreensível senão à luz da atividade operária, assim como socialista e anarquista, na segunda metade do século XIX, e no primeiro quartel do século XX. Os problemas que se colocaram, nesse período, para o proletariado militante, não deixaram de se colocar, sob novas condições, mas guardando com aqueles uma profunda identidade, nas quase oito décadas posteriores, chegando até os dias atuais. Seu estudo e reestudo não são, por isso, um passatempo reservado a historiadores, mas uma fonte de reflexões e lições que conservam plena vigência até o presente.

A esquerda brasileira – período de 1922 a 1964

- Depois da Revolução Russa (1917), a história da esquerda brasileira costuma ser reduzida à *história do Partido Comunista do Brasil*
- Ignora-se a influência que o anarquismo conservou no movimento operário brasileiro até, pelo menos, meados da década de 1930
- 1922: criação do PCB
- 1923: iniciava-se a saga da Coluna Prestes
- O getulismo
- A revolução de 30
- 1935: Intentona Comunista
- 1937: O Estado Novo
- Com a maioria de seus dirigentes presos (inclusive Prestes, desde 1936), o PCB se desarticulara completamente, até que em fins de 1941, grupos isolados reorganizam o partido

- 1942-1945: rápido desenvolvimento do PCB (de 100 para quase 50 mil militantes da ativa)
- 1945: Prestes e outros dirigentes foram anistiados e o PCB retornou à legalidade, obtendo seu registro eleitoral (volta para a ilegalidade em 1947)
- 1947: cria-se o Partido Socialista Brasileiro
- 1950: Movimento de Ligas Camponesas
- 1964: golpe militar
- O regime militar instituído em abril de 1964 impôs ao PCB mais um longo período de clandestinidade. A repressão que se seguiu ao golpe, afetando o conjunto das forças democráticas, atingiu fortemente o PCB.

Depois da Revolução Russa (1917), a história da esquerda brasileira costuma ser reduzida à história do Partido Comunista do Brasil (ou Partido Comunista Brasileiro, PCB, como passou a se chamar depois da dissolução da Internacional Comunista). Ignora-se a influência que o anarquismo conservou no movimento operário brasileiro até, pelo menos, meados da década de 1930, assim como as diversas formações políticas socialistas, sem falar nas organizações trotskistas (como o Partido Socialista Revolucionário, na década de 1940, ou o POR, Partido Operário Revolucionário, nas décadas de 1950 e 1960), assim como a existência de diversas formações políticas socialistas. Sem dúvida, porém, o PCB foi a formação política de esquerda mais importante, entre 1922 e 1964. Em 1962, sofreu a ruptura do setor que conformou o atual PCdoB. Com o advento da ditadura militar, sofreria diversas cisões, que o levariam a praticamente desaparecer na década de 1980.

O PCB foi fundado na cidade de Niterói a 25 de março de 1922 por nove delegados representando 73 militantes de diferentes regiões do Brasil: Abílio de Nequete (barbeiro de origem libanesa), Astrojildo Pereira (jornalista do Rio de Janeiro), Cristiano Cordeiro (contador do Recife), Hermogênio da Silva Fernandes (eletricista da cidade de Cruzeiro), João da Costa Pimenta (gráfico paulista), Joaquim Barbosa (alfaiate



do Rio de Janeiro), José Elias da Silva (sapateiro do Rio de Janeiro), Luís Peres (vassoureiro do Rio de Janeiro) e Manuel Cendón (alfaiate espanhol). Já em junho do ano de fundação, o governo Epitácio Pessoa colocou o PCB na ilegalidade. Conquistou a legalidade em janeiro de 1927, quando elegeu Azevedo Lima para a Câmara dos Deputados. Mas, logo em agosto do mesmo ano, voltou a ser ilegal.

O PCB realizou às pressas seu primeiro congresso apenas para poder enviar delegados ao IV Congresso da Terceira Internacional, em Moscou. Os fundadores do PC brasileiro vinham em sua maioria do anarcossindicalismo, e levaram na Komintern uma existência marginal e insignificante até que Moscou começou a interessar-se pela América Latina, no final da década de 20. Nessa época, o líder do PCB, Astrojildo Pereira, permaneceu uma boa temporada na capital soviética, foi eleito para o EKKI (o Comitê Executivo da Komintern) e, em dezembro de 1929, participou de uma reunião dos PCs latino-americanos na capital soviética, durante a qual a seção brasileira foi objeto de críticas devastadoras. O partido vivia, sobretudo em torno de suas próprias querelas e disputas internas, e era facilmente neutralizado pela repressão policial. Astrojildo e outro intelectual de destaque nos anos 20, Octavio Brandão, estavam para ser afastados da liderança do PCB no final de 1929, quando, de Moscou, o EKKI mandou "parar com a limpeza nos partidos da Argentina e do Brasil" até que recebesse mais informações e pudesse "dar uma posição a respeito".



A trégua durou pouco tempo. Em 13 de janeiro de 1930, uma comissão presidida por Piatnitski (um dos três principais dirigentes do Komintem e chefe do OMS) apresentou ao Secretariado Político do EKKI um projeto de resolução sobre o Brasil de 37 páginas, com cópias em russo, alemão e francês. Era um texto de difícil digestão. Uma semana depois, o EKKI enviava a Buenos Aires – em telegrama cifrado, em alemão – uma versão resumida do documento, com instruções que deveriam ser transmitidas ao PCB. O texto exigia que os comunistas brasileiros, como sempre controlados com rédea curta, fossem "absolutamente independentes" na campanha eleitoral daquele ano, pedindo o fim de toda política de alianças: "Façam exigências genéricas sobre revolução brasileira, sobretudo luta contra imperialismo, confisco e repartição de terras estatais entre camponeses, a base de sovietes". Nas propostas de "sovietes no campo", havia uma óbvia transposição da

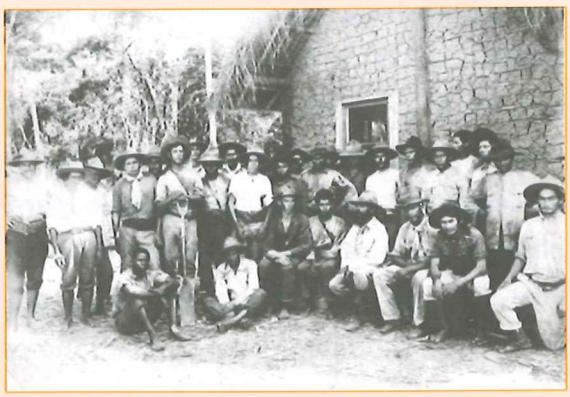
recente experiência na China. O PCB também devia propor formar grupos armados entre os operários.



No ano seguinte à fundação do PCB (1923), iniciava-se a saga da Coluna Prestes, que tentou se opor pela via armada ao regime oligárquico vigente, concluindo com a sua dispersão pouco menos de três anos depois de iniciada. O PCB considerou a Coluna como um movimento pequeno-burguês, incapaz de mobilizar revolucionariamente o proletariado ou o povo. Certamente, a Coluna Prestes, com a intenção de suscitar a mobilização popular imprimia, durante a sua passagem por diversos locais, *O Libertado*. Para galvanizar o povo os tenentes empreenderam uma guerra revolucionária de propaganda. Pela expectativa que tinham de obter apoio popular é que os tenentes tanto se surpreenderam e desiludiram com o repúdio manifestado pela população nordestina. A explicação encontrada pelos tenentes para a ausência de solidariedade das massas rurais nordestinas está sintetizada nas palavras do secretário da Coluna, Lourenço Moreira Lima:

> No interior, o povo é semibárbaro, não tendo noção nítida da pátria. Ainda está dominado pelo sentimento da escravidão e vive aterrorizado diante do senhor, que se lhe apresenta sob a forma da Justiça, que lhe toma os bens e o mete nas cadeias, e do governo que o escorcha de "direitos", o esbordoa e o chacina quando ele ousa esboçar o mais leve gesto de revolta contra as suas prepotências. Semelhante estado moral é que permite o fácil domínio dos chefetes do interior sobre os sertanejos, como se fossem senhores absolutos das suas vidas.

Além da subordinação econômica e política da massa rural às oligarquias, os tenentes responsabilizaram a propaganda governamental pelo insucesso de suas tentativas de mobilização popular. Se a Coluna buscava o





apoio popular, antes de mais nada contava com os tenentes revolucionários espalhados pelo Brasil para o seu sucesso. A sua passagem para uma segunda etapa da luta, dependia do sucesso de revoluções palacianas organizadas por eles, não de uma possível adesão maciça das populações sertanejas. A vitória prescindia da participação popular, e se os tenentes efetivamente se propuseram à revolução, não se propuseram a organizar o povo, através de formas concretas de participação no processo revolucionário. Com exceção da busca de elementos para se incorporarem diretamente à guerrilha, os tenentes não tentaram formar grupos de pressão, ou partidos políticos que pudessem apoiar a luta armada. Não viram a necessidade de organismos políticos, mediadores entre o povo que pretendiam representar, e eles mesmos.

Assim, embora empreendendo uma guerra revolucionária, os tenentes mantinham a concepção de que constituíam uma vanguarda que podia e devia substituir o povo brasileiro, incapaz de realizar a revolução. No decorrer da Coluna, por outro lado, os tenentes continuaram aliados a setores oposicionistas civis, dissidências da própria oligarquia. No Maranhão aliaram-se ao Partido Republicano e, no Rio Grande do Sul, tentaram nova revolução, em 1926, em conjunto com os Libertadores de Assis Brasil, que se manteve desde 1924 como chefe civil da revolução.

A Coluna era simultaneamente uma organização política e militar, e sua estratégia era derivada de seu objetivo político: a propaganda armada da revolução. Com esse objetivo e a forma de luta que desenvolveram para atingi-lo, Prestes e sua Coluna tornaram-se precursores da moderna guerra de guerrilhas. As características básicas dessa forma de luta foram empregadas pela Coluna: grande mobilidade e rapidez de movimentos, renovação constante de quadros, obtenção de armamento e munição do próprio inimigo, fuga dos combates convencionais e ataque através de pequenas investidas envolvendo apenas parcelas diminutas dos contingentes revolucionários, ampla utilização da retirada estratégica, descentralização relativa do comando (os quatro chefes de destacamentos tinham ampla margem de poder de decisão), decisões rápidas e distanciamento das concentrações urbanas.



Dizia, por exemplo, o tenente Italo Landucci:

> Cabia à vanguarda o reconhecimento do terreno e o levantamento topográfico da frente e dos flancos, sendo as suas informações pontos básicos para a direção da marcha. Os croquis que remetia para o QG continham todas as localidades, estradas e rios, com as respectivas distâncias em léguas, compreendidas numa faixa profunda e larga, considerada zona de temporária influência, através da qual a Coluna transitava em perfeita segurança. Tais elementos informativos eram obtidos dos moradores do lugar, interrogados hábil e pacientemente. Abrir caminho era missão da responsabilidade de um destacamento. O grosso ficava a duas ou três léguas da vanguarda e à mesma distância da retaguarda, ocupando a Coluna, de uma extremidade à outra, cerca de quarenta quilômetros. O serviço de vanguarda durava vinte e quatro horas e era rendido pela manhã. O destacamento terminava-o permanecendo acampado até a passagem da retaguarda.

O PCB editava a revista *Movimento Comunista* e dos jornais *A Classe Operária* e *A Nação*, realizou congressos em 1922, 1925 e 1928. Mas só depois de 1922 livros marxistas começaram a entrar no Brasil, vindos do Uruguai e da Argentina. O Partido só conheceu a legalidade, nessa fase inicial, entre 1922 e 1927, passando depois para a ação clandestina.

Em 1927, Astrojildo Pereira fez uma primeira visita e tentativa de aproximação com Luís Carlos Prestes, quando este estava no exílio. Em 1929, Leôncio Basbaum, também do PCB, tentou inutilmente conseguir a adesão de Juarez Távora e Siqueira Campos. Prestes quis substituir o programa do partido, baseado na jornada de 8 horas, legalidade do PCB, nacionalização das terras, abolição da dívida externa e direito de greve, por outro, mais moderado, baseado no voto secreto, alfabetização, liberdade de imprensa e melhoria de vida para os operários. De todos esses esforços e contatos resultou a adesão de Prestes ao PCB. Ele se tornaria não só o líder, mas a figura mais legendária do comunismo brasileiro. Em conseqüência dessa adesão, Prestes não apenas se afastou do "tenentismo" como também se recusou a participar da Revolução de 1930, quando o convidaram para a chefia das operações militares.

Nos finais da década de 1920, o Brasil vivia uma fase de intensa agitação política. Em São Paulo, por exemplo, setores da burguesia e alta classe média criaram, em 1926, o Partido

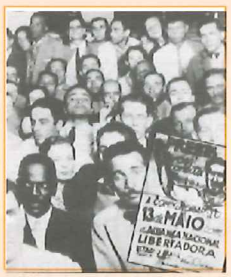


Democrático, fundamentado num programa de reformas liberais e atuando como um segmento de oposição "bem comportada". Com o advento do getulismo, a Revolução Constitucionalista de 1932 marcaria a oposição dos paulistas, mas foi derrotada. Mas Getúlio também teve que superar a oposição do PCB, que criou a Aliança Nacional Libertadora (ANL) no começo de 1934, com um programa bastante elástico para incorporar e unificar a pequena burguesia e os trabalhadores sob uma mesma bandeira.

Nesse mesmo ano, em São Paulo, houve a grande luta contra os integralistas, a 7 de outubro, na Praça da Sé. As esquerdas unidas convocaram uma contramanifestação em oposição a uma reunião convocada pelos integralistas na Praça da Sé. Fúlvio Abramo (então fazendo "entrismo" trotskista no PSB) foi o orador da esquerda: pouco pôde dizer, pois explodiu uma batalha campal, inclusive com o uso de armas de fogo. Um estudante comunista morreu, e Mário Pedrosa levou um tiro nas nádegas, mas os integralistas também sofreram perdas e se retiraram, semeando as ruas de São Paulo de camisas-verdes apavorados diante da reação antifascista das organizações operárias.

Getúlio Vargas representou, depois de 1930, o elemento catalisador das forças dispersas e heterogêneas vitoriosas sobre as oligarquias agrárias. Inteligente, perspicaz, oportunista, sem princípios ideológicos, pretendendo conservar-se no poder, sabendo ligar-se àqueles que o pudessem ajudar nos seus planos, nos 7 anos que transcorrem depois da revolução de 1930 faz um jogo de volteios, aproveitando-se das situações e circunstâncias históricas e orientando-se para a consolidação dos grupos e classes no poder; mas na verdade, para se preservar procura enfraquecer os vencedores, acenando com uma esperança para aqueles que no momento se encontravam em segundo plano. Quando os tenentistas ocupavam os estados, ele aproxima-se, promete e oferece, discretamente, posições às oligarquias citadinas das Frentes Únicas, logo depois recuando diante da reação que estas manobras suscitam. Depois de 1932, quando estas mesmas oligarquias se impõem, simula apoiá-las, quando na verdade continua a ligar-se discretamente aos tenentes e à oligarquia agrária vencida em 1930. Com a bandeira do anticomunismo, consegue a união de todas estas forças, que nele viam personagem essencial para o momento. A disputa eleitoral e a divisão das forças facultaram-lhe, com auxílio das armas legais fornecidas pela própria oligarquia, vagarosamente articular os grupos prejudicados pela situação e tentar o Estado Novo.

Assim, aproveita-se do descontentamento das Forças Armadas, que se viam anarquizadas e lutavam contra a indisciplina tenentista; dos elementos das oligarquias agrárias e citadinas, como o Partido Republicano Paulista, a Frente Única Gaúcha, o Partido Social Nacionalista, que não nutriam ilusões de vitória eleitoral; dos integralistas, que esperavam partilhar do poder e dominar mais facilmente com a ditadura; e de parte da classe média e burguesia, aterrorizadas ante a constante "ameaça" comunista de greves, de desassossego público e revoluções. Fácil tornou-se esmagar a União Democrática Brasileira, as forças tenentistas e populares de Flores da Cunha, Juraci Magalhães, Carlos de Lima Cavalcanti etc., pois o movimento operário estava controlado pelos "pelegos" ou esmagado pela reação posterior à revolução da Aliança Nacional Libertadora.



O programa da ANL, organizado pelo PCB em 1934, não era "comunista". Era um instrumento de ação política da esquerda, liderada pelos comunistas. Através da ANL, o PC aceitou sacrificar "seu" programa, pois não falava em coletivização ou formação de sovietes. Ficou cautelosamente dentro dos limites de um reformismo burguês, com conotações progressistas. Tratava-se de um programa nacionalista, antifascista e democrático. Prestes, o presidente de honra da ANL, foi claro em dizer que o Brasil se achava maduro para a instalação de um governo popular, mas não diretamente comunista.

O governo de Vargas chegou a saber da conspiração que levou à Intentona Comunista de 1935. Leôncio Basbaum chegou a dizer que Vargas sabia de tudo, e até estimulou a conspiração para se valer dos temores da classe dominante e continuar no poder. A pressão dos setores reacionários do getulismo levou Vargas a fechar a ANL em fins de 1934, antes que tivesse ocorrido uma real mobilização do operariado e da pequena burguesia. Como resultado, houve um esvaziamento da ANL e o PCB ficou sozinho, perdendo aquele que fora o seu elo de contato com as massas. Começou a preparar a insurreição armada em nome do povo e da ANL, sob a liderança de Prestes.

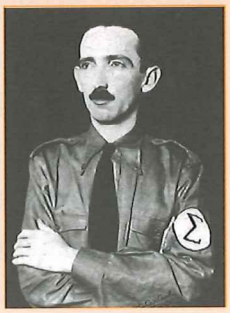
A Intentona Comunista aconteceu em novembro de 1935 em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Foi lançada através da ANL (Aliança Nacional Libertadora) como um *putsch* militar, a partir de Natal (Rio Grande do Norte). Não passou de um conjunto de rebeliões isoladas, sem maior coordenação e carente de cone-



xões internas, sem participação das massas, as quais, despreparadas, a tudo assistiram estupefatas. A intenção foi implantar um governo de transição: os revoltosos reduziram os acontecimentos revolucionários a quarteladas, tentativas fracassadas de golpe de Estado. O que pode ter sido uma seqüela do "tenentismo" e da sua visão elitista acerca da condução do processo revolucionário. Sintetizando, a Intentona foi uma revolta feita por comunistas, com finalidades populares e reformistas, e dentro de uma tática insurrecional típica do "tenentismo".

O resultado foi que aquilo que poderia ter sido um movimento de proporções acabou se reduzindo a um levante feito por militares e terminou servindo de pretexto para o fechamento político e para o início de uma era de repressão e violências praticadas pela polícia, sob a chefia de Felinto Müller. Os dois anos que se seguiram aos eventos de 1935 marcaram a transição para uma ditadura autoritária: temerosos do fantasma comunista, a classe dominante e o alto oficialato preferiram apoiar Getúlio Vargas e este implantou o Estado Novo em 1937.

O fracasso de *putsch* de 1935, em que o PCB pretendeu organizar um levante nacional com um programa burguês, deu um golpe mortal ao curso ascendente do movimento operário, cujo ponto mais alto tinha sido justamente a batalha antifascista protagonizada pelo operariado paulista na Praça da Sé, quando as colunas operárias transformaram a marcha triunfal do fascismo "camisa-verde" no que a imprensa chamou "a revoada das galinhas verdes": os pequeno-burgueses mussolinianos de Plínio Salgado abandonaram até as camisas na fuga.



No ano seguinte, os trotskistas, já expulsos do PCB, combateram o "aventureirismo" do PCB, o que não lhes poupou, da mesma maneira que ao resto da esquerda, a repressão consecutiva ao fracasso do levante da ANL: seus dirigentes foram parar na prisão da ilha Maria Zélia (onde morreu o dirigente operário trotskista Manuel Medeiros, em condições atrozes) ou no exílio (Mário Pedrosa conseguiu fugir do país, assim como Fúlvio Abramo, que se exilou na Bolívia). Sua batalha política, contudo, teria repercussões na posterior adesão de uma importante fração do PCB (a maioria do Comitê São Paulo, com Hermínio Sacchetta e a poetisa Pagu, Patrícia Galvão) ao trotskismo, o que garantiria a continuidade do trotskisrno sob o Estado Novo, com o Partido Socialista Revolucionário.

Depois da repressão de 1935, os quadros trotskistas remanescentes, buscando articular-se, fundaram, em 1936, no Rio de Janeiro, o Partido Operário Leninista (POL) que, no entanto, não se consolidaria. Ainda assim, em julho desse ano fizeram circular a revista *Sob Nova Bandeira*. Houve uma cisão política, em que alguns militantes (Aristides Lobo, a futura romancista cearense Rachel de Queiroz, Vítor de Azevedo) objetaram o "aventurismo" e o "militarismo". O POL, num documento público, tentou fazer um balanço rigoroso da derrota da ANL de 1935:

> O proletariado, que não chegou a tomar parte no golpe aliancista de novembro, sofreu porém todas as conseqüências da derrota. O movimento ascendente das massas trabalhadoras que se vinha assinalando desde 1934 (vaga de greves) foi quebrado. A pequena burguesia, que se vinha deixando arrastar à esquerda, recuou, voltando a abrigar-se sob as asas do governo, ou caindo no velho indiferentismo político, quando não correu simplesmente para o seio do integralismo. A derrota, porém, será apenas uma etapa do caminho – e uma etapa progressista – se a vanguarda revolucionária souber tirar todas as lições da mesma.
>
> Os acontecimentos de novembro deslocaram o debate sobre o caráter de classe da revolução no Brasil do campo abstrato da teoria para o terreno da prática. Nesse fato reside a sua grande importância histórica. Antes do golpe, o debate se travava entre duas concepções opostas: a da IC burocratizada e a dos marxistas revolucionários. Segundo a primeira, o caráter das revoluções nos países semicoloniais, coloniais, dependentes, se mede por uma escala muito complicada, em que cada um dos seus graus representa uma revolução diferente e separada da outra. O primeiro grau representa a 'revolução agrária e antiimperialista', o último a revolução proletária socialista. De cada vez só se pode andar um degrau. Desde a formação da ANL e das Frentes Populares (1935) o comunismo oficial achou acrescentar ainda um grau na extremidade inferior da escala, a 'revolução popular nacional', cujo caráter de classe é um mistério.

Com a derrota da ANL, é compreensível que a tentativa de integralistas e liberais para derrubar o governo em maio de 1938 dificilmente obteria êxito. Não propriamente pelo aspecto militar da questão, supondo-se, por exemplo, que Getúlio morresse, mas pela nova estruturação e composição social e política



dominantes e naturalmente pela intenção e representação dos elementos que buscavam o poder. A origem desta revolta é o inconformismo dos integralistas ao se verem preteridos por Getúlio, que, uma vez no poder, fechara o seu partido. O general Castro Júnior e os civis Belmiro Valverde e outros ligam-se a liberais da União Democrática Brasileira, como Euclides Figueiredo, Severo Fournier, Otávio Mangabeira etc. Prepara-se lentamente a revolta até que em 11 de maio, covardemente, a maioria dos integralistas que deveriam participar da revolução, assaltar o Palácio Guanabara, prender autoridades civis e militares, desertaram.



Com a maioria de seus dirigentes presos (inclusive Prestes, desde 1936), o PCB se desarticulara completamente, até que em fins de 1941, grupos isolados no Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia iniciaram a reorganização do partido, no que ficou conhecida como "Conferência da Mantiqueira", clandestina, conduzida, entre outros, pelo comunista baiano Milton Cayres de Brito.

O (ex) trotskista Mario Pedrosa, retornado do exílio, impulsionaria a fundação do periódico *Vanguarda Socialista* em 1945. O PSR, sob condução de Sachetta, por sua vez, estreitou relações com a Quarta Internacional a partir de 1943 (foi reconhecido como "seção brasileira" pelo II Congresso Mundial da IV Internacional, em 1948). Depois da queda de Vargas, o PSR criticou a posição do grupo de Pedrosa, defendida por Arnaldo Pedroso d'Horta, no sentido de apoiar a candidatura presidencial de Eduardo Gomes (o PSR defendia uma candidatura de classe ou o voto nulo). Em outubro de 1946, o PSR começou a publicar seu próprio jornal, *Orientação Socialista*, onde Sacchetta publicou uma série de artigos ("Prestes e o problema agrário") atacando a raiz da concepção "etapista" do PCB. O PSR tinha por centro São Paulo, onde chegou a controlar o Sindicato de Jornalistas, e também no Sindicato dos Vidreiros, onde seu militante; possuia, ainda, bases no Rio de Janeiro e no Paraná.

Em 1946, o problema político central era a passagem do regime ditatorial de Vargas para uma "democratização" que não provocasse um transbordamento revolucionário para os interesses das classes dominantes. O colaboracionismo classista rondava o projeto de "revolução democrática" defendido pelo PCB. Segundo escrevia o "Cavaleiro da Esperança", "para transformar a possibilidade em

uma realidade precisa-se de toda uma série de condições, entre as quais a linha do partido e sua justa aplicação não deixam de ser das menos importantes". E a linha justa passava por compreender que o Brasil padecia de "semifeudalismo". Para o PCB, a burguesia nacional-industrial estava interessada na derrocada dos representantes do semifeudalismo na formação social brasileira. Os grandes proprietários de terra representavam, segundo o partido, uma forma de realização do imperialismo em países como Brasil.

No final dos duros anos de repressão da ditadura varguista, que desorganizaram o movimento social e atingiram frontalmente as organizações de esquerda, o PCB (desde 1943 com a Conferência da Mantiqueira) propôs a "unidade nacional e a luta contra o fascismo" – unidade em torno de Vargas:

> Não há, pois, União Nacional, sem a contínua e permanente movimentação da opinião pública e das forças de todo o povo em torno dos problemas nacionais ligados hoje à guerra, da compreensão e solução desses problemas. Evidentemente, essa união há de realizar-se em torno do governo do presidente Vargas.

Com essa lógica, a linha justa que se opõe às deflagrações de greves do proletariado seria a que se afirmaria. O PCB arrolou a tese da pacificação nacional como condição de combate ao fascismo. Na visão dos pecebistas, o êxtase de um país em conciliação nacional devia ser vivido também pelo proletariado, principalmente por ele saber que qualquer esforço social da sua parte contribuía para a derrota do inimigo maior, o fascismo. Prestes chegou a dizer que, vencido o nazifascismo, o imperialismo desapareceria e, finalmente, o capital estrangeiro até poderia contribuir para com o desenvolvimento nacional, caso fossem observados os acordos internacionais (principalmente a Carta do Atlântico). Como seria possível? Vencendo o "feudalismo", desenvolvendo uma burguesia nacional, varrendo da cena política a aristocracia feudal. Ditada em momento de soma de esforços materiais e militares contra o fascismo, a anistia dos presos políticos e, conseqüentemente, dos comunistas, no final da ditadura varguista. A "linha justa" conduziu o PCB a fortalecer a luta pela sua legalidade e por algumas reformas burguesas. Propunham "a inserção na futura lei básica, vale dizer na Constituição, dos direitos fundamentais dos trabalhadores, em especial no âmbito político. E aos trabalhadores cabe fazer cumpri-los, por pressão contínua, com todos os recursos de que



dispõem... Por esse caminho, o povo deverá participar, por meio de seus representantes, da promulgação das leis e, por conseqüência, da condução dos negócios públicos".

O PCB, nos anos que vão de 1942 à 1945, teve um rápido desenvolvimento. De cem militantes na ativa em 1942 passa a quase três mil em 1942/43, indo para cinqüenta mil em 1945 e quase duzentos mil no ano seguinte.

Para um historiador do PCB:

> O rápido crescimento mostra a importância do movimento comunista e seu papel como oposição à política ditatorial do Estado Novo. Importa menos o fato da palavra de ordem de 'União Nacional' ser anunciada como política de apoio ao governo, o básico é que o Estado Novo não pode impedir a ação comunista nas manifestações de rua, a. favor da formação da FEB, dentro da Liga de Defesa Nacional e da Sociedade dos Amigos da América, entre os estudantes e, mais ainda, a favor do governo enquanto ele estiver contra o Eixo. Além de que, a partir de 1942 ressurge toda uma linha de publicações e de editoriais, e ao lado das publicações panfletárias ilegais aparecem livros e revistas de caráter permanente e legal. É natural que o processo seja lento, metódico e cauteloso, mas muitas das casas editoriais da época da legalidade do PCB (1945) nascem nestes anos obscuros e difíceis. A evolução política que se processava no governo de Getúlio Vargas facilitava e fortalecia a posição e a ação políticas do PCB. Evolução esta que se processou em função do avanço das forças de oposição, que iam ganhando cada vez mais força, obrigando o governo Vargas a fazer concessões.

Desde 1943, Vargas compreendera que se tornava necessário encaminhar manobras e soluções, para que se realizasse a redemocratização das instituições políticas brasileiras. Diante dessa situação, Vargas teve de agir com presteza. De fato, ele reagiu de modo politicamente hábil. Colocou-se como o 'juiz' do processo de reconversão política do País. Ao mesmo tempo mobilizou as massas urbanas, os 'trabalhadores do Brasil', na campanha em favor da 'Constituinte com Getúlio'; campanha essa também conhecida como 'movimento queremista'. Para Vargas, tratava-se de realizar a mudança do regime político apoiando-se nas mesmas forças políticas que estavam representadas no Estado Novo, para evitar que o poder político fosse para as mãos das oligarquias remanescentes e os seus aliados liberais e estrangeiros. Estavam em jogo, na

redemocratização do Brasil, tanto interesses de grupos conservadores brasileiros como interesses econômicos e políticos estrangeiros, principalmente norte-americanos.

No ano de 1945, o movimento democrático chega ao auge. Em 28 de fevereiro o governo decretou o Ato Adicional n. 9, fixando prazo de noventa dias para a marcação das eleições presidenciais, para os governos dos Estados e para as legislativas. Em 18 de abril é conquistada a anistia que, embora limitada, pois os anistiados não conseguiram ser reincorporados às suas antigas funções civis ou militares, libertou todos os presos políticos e possibilitou a volta dos que se encontravam no exílio; sendo conquistada plena liberdade de organização partidária, inclusive para o PCB.

Seu programa seria definido por Luís Carlos Prestes nos seguintes termos: "Na realização progressiva e pacífica, dentro da ordem e da lei, de um tal programa, está sem dúvida a única saída para a grande crise política, econômica e social .que atravessamos. E é por estarmos convencidos disto que, num gesto de lealdade e de superior patriotismo, estendemos a mão a todos os homens honestos, democratas e progressistas sinceros, seja qual for sua posição social, assim como seus pontos de vista ideológicos ou filosóficos e seus credos religiosos. Só assim avançaremos a verdadeira união nacional, sem a qual seremos presa fácil do fascismo e dos agentes do capital estrangeiro mais reacionário que, na defesa de seus interesses, fomenta a desordem e prega a desunião, geradora do caos e da guerra civil que precisamos a todo transe evitar. Esta a nossa posição política, a linha política de nosso Partido – unificação nacional para iniciar a solução dos graves problemas econômicos e sociais e chegarmos de maneira pacífica, através de eleições livres e honestas, à Assembléia Constituinte e à reconstitucionalização democrática que todos almejamos. Esta a nossa tarefa atual e urgente. Para levá-la a bom termo, de maneira ordeira e pacífica, é que precisamos da união mais firme e leal de todo o nosso povo, dos patriotas, democratas e progressistas de todas as classes. Contra uma unidade tão ampla só poderá ficar a minoria reacionária e fascista que ainda espera conseguir deter a avalanche democrática com golpes de estado e guerra civil. *Todos juntos porém, operários e patrões progressistas, camponeses e fazendeiros democratas, intelectuais e militares*, havemos de vencê-la, dirigir nossa Pátria pelo caminho do progresso e salvar nosso povo do aniquilamento físico, do atraso cultural e da decadência moral que o ameaça



(...) Estamos convencidos de que dentro de um Parlamento democrático livremente eleito, de que participem os genuínos representantes do povo, será possível e relativamente fácil encontrar a solução progressista de todos os nossos problemas" (grifo nosso).

Em 1945 Prestes e outros dirigentes foram anistiados e o PCB retornou à legalidade, obtendo seu registro eleitoral. Nas eleições presidenciais, realizadas em dezembro, o PCB



lançou a candidatura de Iedo Fiúza e obteve cerca de 10% do total de votos, tanto para o candidato apoiado como para a chapa do partido para a Assembléia Nacional Constituinte, elegendo 14 deputados federais, e um senador, o próprio Prestes. Com cerca de duzentos mil filiados em 1947, seu registro foi novamente cancelado em abril desse ano pelo Tribunal Superior Eleitoral, no governo do marechal Eurico Gaspar Dutra, e, no ano seguinte, seus parlamentares foram cassados.

Uma outra iniciativa reuniu os opositores socialistas ao regime do Estavo Novo, dando origem, em 1947, ao Partido Socialista Brasileiro. Quando da fundação da UDN, os líderes do partido quiseram manter unidos todos os opositores ao governo de Getúlio Vargas, entre os quais uma parte era composta de simpatizantes do socialismo e outras correntes de esquerda, muitos deles atingidos pela repressão do Estado Novo.

Estes militantes e correntes decidiram se organizar de modo independente. Para isso, foi constituída, em 25 de agosto de 1945, a Esquerda Democrática, como bloco autônomo dentro da UDN, concorrendo na mesma legenda para as eleições de 1945. Seu programa defendia o regime representativo, a liberdade sindical e de organização partidária, a saúde pública, o ensino gratuito, a reforma agrária, a industrialização e o divórcio.

No Rio de Janeiro, a Esquerda Democrática foi formada por lideranças como João Mangabeira, Domingos Velasco e Hermes Lima, os dois últimos eleitos deputados constituintes naquele ano. Em Pernambuco, seus principais líderes eram o sociólogo Gilberto Freyre, autor de *Casa-Grande e Senzala*, Ozório Borba e Mário Apolinário dos Santos; e na Paraíba, Aluísio Campos. Na Bahia, o advogado Nestor Duarte. Em Minas Gerais o principal nome do bloco eram os jornalistas Hélio Pellegrino e Roberto Gusmão, e no Rio Grande do Sul, Bruno de Mendonça Lima.



Em São Paulo, a Esquerda Democrática foi composta por membros da antiga União Democrática Socialista (UDS), como Paulo Emílio Salles Gomes, Antônio Cândido e Azis Simão. Inicialmente, também os comunistas Astrojildo Pereira e Caio Prado Júnior fizeram parte da Esquerda Democrática, mas retornaram ao PCB quando da legalização do partido. Em 1946, a Esquerda Democrática decidiu separar-se da UDN e constituir um partido próprio, e no ano seguinte, transformou-se no Partido Socialista Brasileiro.

Em 1953 e 1954, os socialistas e até mesmo trabalhistas mais identificados com a "esquerda" acreditavam que Jânio Quadros representava uma formidável renovação, indo ao encontro das aspirações populares. A transformação de Jânio e do janismo no que se reconhece como o pior do "populismo de direita" reacionário, autoritário, repressor, teatral e manipulador – causou nos antigos janistas da "esquerda" um trauma, quando avaliam aquele apoio como o pior erro político dos socialistas e dos verdadeiros trabalhistas. É preciso lembrar, no entanto, o perfil de "trabalhista radical" do jovem Jânio. O sucesso inicial com as esquerdas não deve ser creditado apenas ao êxito publicitário das campanhas da vassoura e do "tostão contra o milhão". A construção do "mito" começou, provavelmente, durante a atuação de Jânio como deputado estadual em 1951 e 1952. Eleito pelo PDC, torna-se logo líder da bancada, com grande influência sobre os trabalhistas, dos diversos partidos, assim como sobre os que se identificavam com a "esquerda democrática" (distante dos udenistas reacionários, mas também dos comunistas). O levantamento de suas intervenções nos Anais da Assembléia Legislativa revela sempre um veemente defensor dos trabalhadores, inclusive para exercerem "o sagrado direito da greve"; em 1952, por exemplo, defende exaustivamente a greve dos ferroviários e dos bancários.

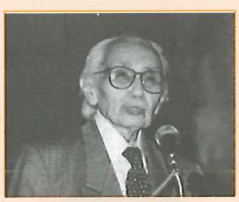
Jânio é sempre o mais freqüente crítico da "plutocracia danosa" e da "volúpia dos ricos", denunciando os "salários humilhantes dos trabalhadores". É igualmente o primeiro a denunciar aumentos extorsivos nas contas de água e de luz e nos transportes públicos, assim como defende o direito dos ambulantes e dos favelados contra remoção pelos poderes públicos. Uma de suas intervenções de cunho mais político refere-se à defesa da sindicalista Elisa Branco Batista, incursa na Lei de Segurança Nacional por ter participado de manifestações. Daí o apoio que recebeu de boa parte da esquerda.



O PCB atravessou na ilegalidade a década de 1950, inclusive sob o novo Governo Vargas. Como o PCB fora posto na ilegalidade em 1947, ele desenvolveu uma política cada vez mais sectária com declarações bombásticas de chamamento à luta armada, a qual estava inteiramente fora do contexto da época. Isso levou o PCB a tomar uma atitude de abstenção nas eleições de 1950, que foram essencialmente uma disputa entre os candidatos Getúlio Vargas, Cristiano Machado e Eduardo Gomes. Getúlio se elegeu e ficou o tempo todo de seu governo sob o ataque incessante do PCB. Quando a crise chegou ao seu auge em agosto de 1954, e Vargas estava sob o fogo cerrado da direita, o PCB não se deu conta de que a conjuntura sofrera uma mudança radical, permanecendo no ataque a Vargas. Somente alguns dias antes do suicídio de Vargas, Prestes conclamou o PCB, pela imprensa, a apoiar Getúlio.

O 4º Congresso do PCB teve lugar a partir de 7 de novembro de 1954, no Rio de Janeiro, novamente na clandestinidade – os mandatos dos parlamentares comunistas e o registro do Partido haviam sido cassados sob o governo do general Eurico Gaspar Dutra. Este Congresso aprovou o primeiro Programa do Partido Comunista do Brasil. Nele denunciava que "os imperialistas norte-americanos penetram em todos os poros da vida econômica, política, social e cultural do país, humilhando nosso povo, minando a independência e a soberania da nação, com o objetivo de reduzir o Brasil à situação de colônia dos EUA".

Com a crise na URSS após a morte de Stalin, houve uma série de crises no próprio PCB. Em 1956, sob o impacto do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), instauram-se divergências internas profundas, que fazem o partido perder um número expressivo de militantes, dirigentes e intelectuais. No Brasil, denunciou-se o culto à personalidade de Prestes, à falta de democracia interna, à política posta em prática, sobretudo depois de 1948. Diante do debate, a direção fez uma autocrítica, reconhecendo os erros cometidos e as deformações do passado. Mas, na medida em que os debates se intensificavam e as divergências se aguçavam, a direção, tendo Prestes à frente, interveio no sentido de "restabelecer a ordem", assegurar a "unidade partidária" e manter o debate sob controle. Alguns dos principais membros do Comitê Central foram afastados da direção, como Diógenes Arruda, João Amazonas, Orlando Pioto e Maurício Grabois que iniciaram um movimento junto às bases do partido, denunciando a nova direção de ter desviado para o "revisionismo"



e ter abandonado a luta revolucionária e a ideologia marxista-leninista.

Em meio à crise, o grupo de dirigentes e militantes que haviam iniciado o debate e que propugnavam por uma renovação drástica, tendo à frente Agildo Barata, foi colocado para fora do PCB. No outro extremo, um grupo se recusava a fazer autocrítica e resistia às mudanças reivindicadas (João Amazonas, Maurício Grabóis, Pedro Pomar e outros) foi isolado. E, no centro, uma maioria pragmática que absorve concepções do primeiro, mesclando e conservando algumas antigas, implementou as mudanças "renovadoras". As mudanças seriam consubstanciadas no documento denominado Declaração de Março de 1958 e consolidadas na Resolução do V Congresso em 1960.

Ao grupo original opositor liderado por Grabois, uniram-se posteriormente os militantes Pedro Pomar e Angelo Arroyo (também egressos do PCB), o que levou à "refundação" do partido em 18 de fevereiro de 1962, em São Paulo, restaurando a denominação de Partido Comunista do Brasil, e adotando a sigla PCdoB. Foi também reestabelecido o programa do 4º congresso (1954) e reativado o jornal *A Classe Operária* (que havia sido suprimido pelo PCB). Seus principais redutos de atuação eram então os estados de São Paulo, Guanabara, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.[7]

O PCB, por sua vez, considerando que o governo de JK apresentava a perspectiva de um desenvolvimento progressista do país, resolveu apoiá-lo condicionalmente. De acordo com a análise da direção do PCB, atuavam no governo de JK duas alas: uma nacionalista, outra entreguista. A ala nacionalista tinha o general Lott como seu representante, ao passo que o representante da entreguista era o ministro Lucas Lopes.

Se entre 1945/1956 o produto nacional bruto (PNB) cresceu 5,2% e a renda per capita 2,5% por ano, já no período 1957/1961 o PNB atingiu a cifra de 7% ao ano e a renda per

7 Em texto do atual PC do B, afirma-se: "Em 18 de fevereiro de 1962, sob a direção de João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Lincoln Oest, Carlos Danielli e Elza Monnerat, dentre outros, realizou-se a Conferência Extraordinária que reorganizou o Partido Comunista do Brasil. O rompimento com os seguidores do rumo que levou a URSS de volta ao capitalismo é um acontecimento de importância histórica. O jornal *A Classe Operária*, retomando as tradições comunistas, afirmou em editorial de agosto de 1962: "As forças revolucionárias, ao mesmo tempo em que lutam por um governo popular revolucionário, têm o dever de organizar a luta do povo, as ações de massas contra a carestia de vida, pela reforma agrária radical, pela solução dos problemas de abastecimento, pelas liberdades". Em julho de 1963 publicou o documento *Resposta a Kruschev*, onde desmascara o caminho de traição ao socialismo adotado pelos novos governantes soviéticos e seus seguidores e faz fundamentada defesa da reorganização do Partido Comunista do Brasil, que passou a ser conhecido pela sigla PCdoB".



capita, por sua vez, 3,8%. Já o crescimento da produção industrial (1955/1961) chegou a 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%) e indústrias de equipamentos de transportes (600%). Para a década de 1950 o crescimento per capita real do Brasil foi cerca de três vezes maior que o restante da América Latina.

Depois de pouco mais de dois anos após a realização da autocrítica e da elaboração de uma nova política, o PCB realizaria seu V Congresso. Nele seriam reafirmadas e desenvolvidas as concepções da "Declaração de Março" de 1958. No mês de abril de 1960, a direção da PCB lançou as Teses para Discussão. Durante quatro meses de intenso debate, elas foram discutidas de cima a baixo pelos comunistas. Na "Tribuna de Debates", do semanário *Novos Rumos*, foram travadas acaloradas polêmicas e uma grande luta político-ideológica. Finalmente, em setembro de 1960, realizava-se o V Congresso do PCB, no qual foram confirmadas, embora não aprofundadas, as linhas gerais da Declaração de Março de 1958, devido a resistências que acabaram levando à conciliação.

Na Resolução Política, aprovada pelo V Congresso do PCB, a etapa da revolução no Brasil é caracterizada como "antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática": "A sociedade brasileira encerra duas contradições fundamentais que exigem solução radical na atual etapa histórica de seu desenvolvimento. A primeira é a contradição entre a Nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, que se expressa, essencialmente, como contradição entre os latifundiários e as massas camponesas. A contradição antagônica entre o proletariado e a burguesia, inerente ao capitalismo, é também uma contradição fundamental da sociedade brasileira. Mas esta contradição não exige solução radical e completa na atual etapa da revolução, uma vez que, na presente situação do País, não há condições para transformações socialistas imediatas. Em sua atual etapa, a revolução brasileira é antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. São suas tarefas essenciais: – A completa libertação econômica e política da dependência em relação ao imperialismo, o que exige medidas radicais para eliminar a exploração dos monopólios estrangeiros que operam no país, principalmente os norte-americanos. – A transformação radical da estrutura agrária, com a eliminação do monopólio da propriedade da terra, das relações pré-capitalistas de trabalho e, conseqüentemente, dos

latifundiários como classe. - O desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, mediante a industrialização do País e a superação do atraso de nossa agricultura. – A elevação efetiva do nível de vida material e cultural dos operários, dos camponeses e de todo o povo. – A garantia real das liberdades democráticas e a conquista de novos direitos democráticos para as massas.

> A realização dessas tarefas implica em transformações revolucionárias na. sociedade brasileira. Exige uma profunda mudança na correlação de forças políticas e a passagem do poder estatal às mãos das forças antiimperialistas e antifeudais – a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia ligada aos interesses nacionais – entre as quais o proletariado, como a força revolucionária mais conseqüente, deverá ter o papel dirigente.

Isto, segundo a *Resolução*, significava que a luta pelo socialismo não poderia ser, ainda, direta e imediata nas condições históricas do Brasil. E significava, também, que as tarefas nacionais e democráticas levariam no sentido do socialismo, o qual, por sua vez, realizaria a completa emancipação nacional, a completa libertação social e criaria as mais amplas condições para a realização plena da democracia e do desenvolvimento das forças produtivas.

Ainda de acordo com a Resolução, a realização das tarefas da atual etapa da revolução brasileira teria que passar, necessariamente, pela organização de uma frente única' nacionalista e democrática:

> A fim de derrotar o inimigo comum, é necessária a frente única das várias forças interessadas na emancipação e no progresso do Brasil. A aliança dessas forças resulta de exigências da própria situação objetiva. Como o imperialismo norte-americano e seus agentes internos constituem o inimigo principal, a frente única é muito ampla do ponto de vista de sua composição de classe. Pelo conteúdo das modificações que se propõe introduzir na sociedade brasileira e pela natureza das forças que a integram, é uma frente nacionalista e democrática. Na fase atual do processo de sua formação, a frente única não se apresenta sob a forma de uma organização que abranja todas as forças antiimperialistas e democráticas, nem se propõe ainda a realização completa dos objetivos revolucionários. Desenvolve-se a luta por objetivos. nacionais e demo-



> críticos de caráter parcial. Manifesta-se em múltiplas formas concretas de unidade de ação.

Em setembro de 1960 o PCB decide instituir uma campanha para a conquista da legalidade, o que o faz, inclusive, adequar-se juridicamente, alterando sua denominação de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, mas mantendo a sigla PCB. Decidiu pelo abandono do programa e pela aprovação imediata de outro. Posteriormente, o nome Partido Comunista do Brasil, com a sigla PCdoB, foi restaurado pelo grupo que ao discordar fora expulso do partido. Reorganizaram-se, e em fevereiro de 1962, a organização política ficou alinhanda ao Partido Comunista Chinês e, posteriormente com a linha ideológica do regime da Albânia e de seu líder Enver Hoxha.

Quanto aos trotskistas, por volta de 1953/1954, havendo a IV Internacional praticamente desaparecido no Brasil, o BLA (Bureau Latino Americano) mandou militantes para tratar de reorganizá-la, o que foi feito com José Maria Crispim, que promovera uma dissidência no PCB, do qual fora expulso, em 1951-52. Foi organizado o POR: no início de 1956, foram presos no Rio de Janeiro, Leôncio Martins Rodrigues, José Barroso e outros militantes. Outros militantes, como Edmundo Moniz, Sacchetta, Alberto Luiz da Rocha Barros, criaram a Liga Socialista Independente. Os jovens organizaram a Juventude Socialista, no Rio de Janeiro e na Bahia. Nas reuniões estavam Almino Afonso, Paul Singer. A revista *Novos Tempos*, editada por Oswaldo Peralva e o grupo do Agildo Barata, dissidentes do PCB, no Rio de Janeiro, abriu suas páginas para esses jovens.

O POR teve influência nas lutas metalúrgicas e São Paulo e participou da organização dos sindicatos agrários do Noreste, onde um de seus militantes, "Jeremias" (codinome de Paulo Roberto) foi assassinado pelos jagunços dos latifundiários em 1963, quando organizava os trabalhadores agrários de També (no estado de Pernambuco). Já sob a ditadura militar, o POR sofreria o assassinato do metalúrgico Olavo Hansen, em 1970. Em janeiro de 1961, no Congresso de Jundiaí, reuniram-se os militantes da Juventude Socialista, Mocidade Trabalhista, juventude do PTB (Teotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini) de Minas Gerais, da Liga Socialista Independente e do POR. Foi nesse Congresso que se criou a Polop, Política Operária, mas o POR decidiu não integrar essa organização, assim como Sacchetta e mais uns dois ou três militantes da Liga Socialista Independente, que foi dissolvida. Os irmãos

Sader (Emir e Eder) e Michael Lowy eram muito jovens e haviam entrado na LSI muito tempo depois de sua fundação. Com o golpe militar de 1964 e a repressão militar, o POR foi perdendo expressão. Durante a ditadura foi mais notável a atuação do POC (Partido Operário Comunista). O POC surgiu em 1968, a partir do que restou de uma cisão da Polop, resto que se fundiu com uma dissidência do PCB, no Rio Grande do Sul. As outras organizações que emergiram do racha da Polop foram a VPR, Var-Palmares e Colina. Outros militantes entraram na ANL, de Marighella. Estas organizações também sofreriam desagregação durante a ditadura militar.

Durante mais de três décadas o trotskismo brasileiro envidou esforços para a construção de organizações revolucionárias, inclusive durante períodos políticos muito difíceis e repressivos. Os resultados obtidos atingiram alguma importância, mas sempre efêmera e, como corrente política, o trotskismo brasileiro se caracterizou pela descontinuidade, além das já conhecidas divisões, as mais das vezes refletindo debates internacionais (que provocavam divisões e cisões também nessa escala). O trotskismo, por outro lado, foi uma referência mais que notável para a intelectualidade revolucionária, a ponto de vários dos mais destacados intelectuais de esquerda dessas quatro décadas (de 1930 até 1960), como Mário Pedrosa, Hermínio Sacchetta, Pagu, Lívio Xavier, Rodolfo Coutinho, Florestan Fernandes, Moniz Bandeira, Edmundo Moniz e outros (inclusive Paulo Francis, que marcaria o jornalismo brasileiro nas quatro décadas finais do século XX, lembrou insistentemente seu passado de militante – ou, talvez, apenas simpatizante – trotskista), terem no trotskismo e na IV Internacional um quadro fundamental das suas experiências e elaborações teórico – políticas. Mas estas mal e mal conseguiram se estabelecer como uma "tradição teórica", provavelmente devido à própria descontinuidade político-organizativa do quadro partidário que lhe servia de referência estratégica. Essa tradição com certeza inclui boa parte do que de melhor produziu o pensamento marxista brasileiro.

Na década de 1950, se formou o movimento de Ligas Camponesas, sob a orientação de Francisco Julião. Na década de 1940, o PCB tentou a organização do campesinato, sobretudo no Nordeste. Sobre essa primeira tentativa de fundação de Ligas, alegam os comunistas que não deu certo porque o governo Dutra colocou o Exército em função de





sua dissolução. O argumento é fraco e parece-nos que apenas serve para confirmar a hipótese de que tal tentativa de organização não tinha bases sólidas e teria, necessariamente, de frustrar-se no nascedouro. Sobre o assunto não há, ao que se saiba, dados a partir dos quais se possa analisar a experiência. O movimento camponês propriamente dito surgiu em meados da década de 50, com a fundação da primeira Liga Camponesa, no Engenho da Galiléia, no Estado de Pernambuco.

Essa Liga, fundada pela própria iniciativa dos camponeses, tinha inicialmente um caráter de associação beneficente. Julião surgiu como o advogado e o deputado que daria cobertura jurídica e legislativa às pretensões dos camponeses. E quem era Julião? Um político, socialista honesto e sensível diante do problema camponês. Apresentou o projeto de entrega do Engenho Galiléia aos camponeses, e, sendo este aprovado, tornou-se um líder do campesinato nordestino, que passou a identificar, na figura tornada mística do deputado, o seu protetor. Com isso, Julião conseguiu juntar ao seu redor estudantes e intelectuais, que se entusiasmaram pela agitação no meio camponês.

O Primeiro Congresso Nacional de Camponeses, organizado praticamente pelo PCB, realizado em novembro de 1961, em Belo Horizonte, foi uma tentativa de unificação do movimento camponês, contando com a participação das Ligas. Esse trabalho, que serviu para assustar bastante as classes dominantes e para a radicalização de setores da intelectualidade pequeno-burguesa, não teve continuidade, uma vez que o Congresso da Aliança Operário-Estudantil-Camponesa não se efetivou, devido ao reformismo do PCB, que preferiu concentrar esforços na Frente de Libertação Nacional e no Congresso de Libertação Nacional

As organizações camponesas "cristãs" e "democráticas", dirigidas por padres católicos, o trabalho dessas organizações se intensificou, sobretudo no Nordeste. Seus objetivos eram os de "salvar o campesinato da influência subversiva das Ligas Camponesas", na medida em que estas se radicalizaram e passaram a levantar a bandeira da Reforma Agrária. Com a aprovação da lei de sindicalização rural, as associações "democráticas", tenderão à proliferação por todo o Brasil e encontrarão facilidade, devido aos métodos assistencialistas que empregam. Apenas para exemplificar a tendência à proliferação dessas Associações, até o início do ano de 1962 havia no Brasil apenas cinco sindicatos rurais. Com a aprovação da lei de sindicalização rural, foram imediatamente legalizados aproximadamente 25 sindicatos,

sendo 80% deles controlados pelos padres. Segundo o Ministro do Trabalho, em declaração divulgada pela imprensa, esse número já teria subido para 78, desconhecendo-se a orientação política dos novos. Torna-se, pois, absolutamente necessário que as esquerdas revolucionárias se empenhem também no trabalho da formação de sindicatos de trabalhadores rurais.

O fim do ano de 1962 marcou uma crise aguda no movimento camponês. Os germens da crise estavam na própria maneira pela qual os dirigentes das Ligas Camponesas concebiam a sua organização, tanto em nível regional como nacional. Devido à ausência de uma organização marxista-leninista que comandasse o trabalho de organização do campesinato, tal tarefa coube a Francisco Julião e seu grupo. Estes, em suas peregrinações pelo Centro e pelo Sul do país, levaram suas experiências e suas técnicas de atuação, que logo eram assimiladas por grupos de estudantes e intelectuais, profissionais liberais e antigos militantes do PCB, desgostos com ele. A justeza da causa, ajuntada com a mística do movimento e de seus líderes, entusiasmaram-nos, levando-os para o campo, em busca de arregimentação dos camponeses em associações. Com a fundação da primeira Liga Camponesa já se podia constituir um Conselho na cidade e manter contatos com o grupo de Julião. Assim, surgiram os movimentos de Ligas em São Paulo, Minas, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás etc.

Depois de já existir um Conselho em vários Estados, pensou-se em formar um Conselho Nacional de Ligas Camponesas. Este Conselho seria composto de todos os presidentes dos Conselhos estaduais. Praticamente foram realizadas duas reuniões nacionais, quando se discutiu a fundação oficial de Ligas em alguns. Estados, visando promover o movimento e seus líderes,. quando foi elaborado um documento sobre a Revolução Agrária e se tentou fazer uma distribuição de tarefas nacionais. Contudo, não se pensou então em traçar as diretrizes políticas para o movimento camponês, não se cogitou da elaboração de um regimento interno, em plano nacional, das Ligas, não existiu um programa de lutas a ser empreendido pelas Ligas. As experiências regionais eram trocadas, cada qual procurando, à custa de mentiras, superestimar as suas experiências. Até mesmo a convocação para a reunião desse Conselho, ficava entregue a uma ou duas pessoas, que faziam quando julgavam conveniente. Meses e meses se passaram sem que o Conselho Nacio-



nal se reunisse a fim de conhecer e de apreciar os problemas que surgiam nos Estados. Os movimentos estaduais eram encaminhados na base da improvisação.

O PSB (Partido Socialista Brasileiro), com forte influência nas Ligas Camponesas, aprovou em seu Congresso Nacional: "Dentro da realidade atual, reivindicações prioritárias reclamam também a imediata mobilização de todos os militantes de esquerda, tais como:

a) Reforma da Constituição da República, para eliminar-se a indenização prévia em dinheiro, como condição das desapropriações.
b) Redução dos prazos de usucapião e sua eficaz aplicação em favor do agricultor ocupante.
c) Levantamento do cadastro rural por comissões locais de camponeses, diretamente ou sob sua fiscalização, para que os pequenos proprietários fiquem aparelhados a defender-se da grilagem e obter crédito agrícola.
d) Garantia efetiva de preços mínimos para a comercialização dos produtos agrícolas, mediante um sistema de aquisição e armazenagem que elimine a exploração dos intermediários, açambarcadores, únicos que, em razão da mecânica administrativa vigente, se beneficiam dos referidos preços.
e) Adaptação ao meio rural, da legislação trabalhista e da legislação social.

Finalmente, o PSB recomenda todo o apoio às conclusões aprovadas pelo 1.° Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado de 15 a 17 de novembro de 1961, em Belo Horizonte, bem como às sugestões da tese do companheiro Paulo Singer, intitulada – "Questão Agrária no Brasil", que deve ser amplamente divulgada". (*Folha Socialista*, dezembro de 1961)

Com a intensificação da agitação golpista, que levaria ao golpe militar de abril de 1964, a principal força da esquerda, o PCB, demonstrou o limitado caráter de sua independência política em relação aos governos da época, em especial o de João Goulart.

Exemplifica-o uma resolução adotada menos de seis meses antes do golpe militar: "Existem todas as condições favoráveis a novos êxitos das forças antiimperialistas e democráticas. A unidade de ação dos trabalhadores, camponeses, estudantes, militares patriotas, de todo o povo brasileiro, é o fator decisivo para o esmagamento da conspiração reacionária, a derrota da política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio e a conquista de um governo nacionalista e democrático, que

realize as medidas reclamadas pelos interesses da Nação. Rio, outubro de 1963. (*Novos Rumos*, 11 de outubro de 1963)

E, dois meses depois, na resolução *Os comunistas e a recomposição do governo* (13/12/1963) lia-se:

> A anunciada reformulação do Ministério, do qual viria a participar, na pasta da Fazenda, o sr. Leonel Brizola, coloca com destaque na ordem do dia, para todas as correntes patrióticas e democráticas, o problema da composição e da política do governo. Os fatos se encarregam de provar, da maneira mais eloqüente, que a política até agora seguida pelo sr. João Goulart, conciliando com as forças do imperialismo e do latifúndio, não atende aos Interesses de nosso povo, cujos problemas fundamentais não são resolvidos e se agravam. No domínio imperialista e no monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários é que se encontram as raízes de nossos males. Somente atacando essas causas profundas encontraremos soluções eficazes para os problemas nacionais. Mas o que vem acontecendo é que o governo, constituído à base de compromissos com as forças reacionárias, leva à prática uma política de conciliação com essas forças, deixando, por isso mesmo, de atacar as causas dos males que afligem a Nação.

Como esperar reformas de base, soluções para os problemas do povo, de um governo que é produto da aliança com a cúpula retrógrada do PSD? Todos vimos o que ocorreu durante a votação, na Câmara, da emenda constitucional petebista que abolia a exigência de pagamento prévio em dinheiro nas desapropriações de terra. Embora aliado no PTB no governo, o PSD se uniu à UDN na defesa dos latifundiários. E até hoje prosseguem as já ridículas marchas e contramarchas dos entendimentos em torno de outro projeto de emenda que o PSD formula e reformula, sempre empenhado em manter o latifúndio intocável. E é bastante significativo, sem dúvida, o recente pronunciamento do sr. Juscelino Kubitschek – candidato pessedista à presidência da República já em plena campanha eleitoral – contrário à reforma agrária, procurando reduzir o problema a uma simples distribuição das terras do Estado.

Em documento divulgado no mês de outubro, analisando a crise do estado de sítio, os comunistas se manifestaram sobre



a necessidade premente de ser adotada uma nova política, que aplique medidas imediatas e concretas para enfrentar os problemas mais agudos do momento e que se encaminhe no sentido das reformas de base. Trata-se de medidas, da competência direta do poder executivo, contra a espoliação imperialista, pela solução das dificuldades existentes no setor do comércio exterior e do câmbio, contra o latifúndio, para melhorar o abastecimento de gêneros alimentícios à população e elevar o nível de vidá das massas rurais, contra a carestia e pela salvaguarda dos interesses das massas consumidoras, em defesa das liberdades e pela consolidação e ampliação da democracia. Dissemos ainda, nesse documento, que se impunha uma recomposição do sistema de forças que constitui o atual governo, com a substituição dos setores distanciados das aspirações do povo por representantes das correntes políticas e sociais que estejam dispostas, no Parlamento e nas ruas, a dar apoio a essa nova política.

Se o sr. João Goulart efetivamente empreender uma reformulação do Ministério que implique, não em simples troca de homens, mas no rompimento dos compromissos com as forças reacionárias e na constituição de outro sistema de forças, nacionalista e democrático, sua posição contará, sem dúvida, com o apoio das correntes progressistas e patrióticas. Este caminho, adotada uma política que dê solução às questões imediatas e se encaminhe no sentido das reformas de base, possibilitará enfrentar e derrotar a resistência da reação, inclusive dentro do Parlamento, e esmagar a conspiração entreguista. A justa solução do problema da composição e da política do governo dependerá, fundamentalmente, da unidade e coordenação das correntes populares, da ativa e vigilante participação das massas no processo político. O momento exige que essa participação seja intensificada, por todas as formas, de maneira a que a vontade do povo possa prevalecer sobre as resistências dos reacionários e as manobras dos conciliadores. Por outro lado, um novo governo que venha a ser conquistado, sejam quais forem os patriotas que dele participarem, só alcançará êxito na solução dos problemas nacionais, na aplicação de medidas contra a reação e o entreguismo, contra o imperialismo e o latifúndio, se sua política refletir realmente as aspirações dos trabalhadores e do povo e se sua ação apoiar-se na organização e na combatividade das massas. (*Novos Rumos*, 13 a 19/12/1963)

O regime militar instituído em abril de 1964 impôs ao PCB mais um longo período de clandestinidade. A repressão que se seguiu ao golpe, afetando o conjunto das forças democráticas, atingiu fortemente o PCB. A recusa às várias formas de intervenção armada propostas por diversos grupos de esquerda custou ao PCB a perda de importantes dirigentes, entre eles, Carlos Marighella, Mário Alves, Jacob Gorender, Jover Telles e Apolônio de Carvalho.

Dois anos após o golpe militar de 1964, o socialista Mário Pedrosa publicou dois livros (*A Opção Brasileira* e *A Opção Imperialista*) onde fez um estudo e análise daquele regime. Estes se concentram em explicar a situação brasileira contemporânea a partir do capitalismo internacional imperialista e, principalmente pelo papel da economia ianque. Analisa o caráter da burguesia brasileira e do capitalismo nacional em sua articulação com o capitalismo internacional para que se entendesse a vida política nacional durante a ditadura militar. Mário Pedrosa refutava a hipótese, dominante em amplos setores da esquerda, de que seria possível uma revolução burguesa no Brasil. No Brasil, afirmava Pedrosa, toda modernização se fez através do Estado. Contrapunham-se assim as teses de Celso Furtado e do PCB, negando que a modernização do país seria possível pelas instituições burguesas democráticas, sendo o golpe de 64 expressão disso.

Seria assim impossível a existência de uma burguesia industrial progressista em favor das instituições democráticas e, ao mesmo tempo, do desenvolvimento social. O setor agrário, vinculado ao capital externo devido às necessidades de exportação, era exatamente aquele que promovia a incipiente industrialização do país e, portanto, jamais se colocaria por uma política econômica que não fosse submissa aos interesses do capital internacional. Segundo Pedrosa as articulações da burguesia nacional com o capitalismo internacional foram fundamentais na deflagração do golpe militar de 1º de abril de 1964.

Uma nova etapa política, dura e difícil, para o pensamento e a ação política de esquerda, se iniciava com a ditadura militar, cuja vigência se estenderia por mais de duas décadas. A experiência política e o acúmulo teórico acumulados durante as quatro décadas precedentes seriam decisivos, embora nem sempre levados em conta.



História do socialismo no Brasil a partir da década de 60

Robério Paulino

A esquerda brasileira a partir da década de 60

- O Partido Comunista Brasileiro (depois Partido Comunista do Brasil)
- O PCB era alinhado ao PCUS da URSS e compartilhava da concepção stalinista de revolução por etapas nos países onde o capitalismo ainda não estava plenamente desenvolvido
- A Aliança Nacional Libertadora
- Organização Revolucionária Marxista (ou Política Operária-POLOP).
- As dissidências estudantis e o MR-8
- 1980: fundação do Partido dos Trabalhadores (PT)
- 1980: fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT)
- 1985: refundação do Partido Socialista Brasileiro
  - Embora o PSB (Partido Socialista Brasileiro) tenha sido fundado em 1947, ele foi extinto durante a ditadura militar e refundado somente em 1985
- 1992: fundação do Partido Popular Socialista (PPS)
- 1992: fundação do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU)
- 2005: criação do PSOL

Durante o século XX, o movimento socialista também esteve presente na política nacional, representando praticamente todas as mais expressivas correntes ideológicas internacionais. Os partidos ou organizações aqui existentes refletiam os movimentos de idéias nas organizações socialistas internacionais, como a II Internacional, conhecida como a socialdemocracia internacional, a III Internacional, que congregava os partidos comunistas, defensores do sistema soviético ou suas rupturas ou variantes críticas, como as correntes trotskistas, maoístas etc.

O Partido Comunista Brasileiro

Na década de 60 a maior organização da esquerda brasileira era o PCB (até 1961, denominou-se Partido Comunista do Brasil; após 1961 muda o nome para Partido Comunista Brasileiro). O PCB era alinhado ao PCUS da URSS e compartilhava da concepção stalinista de revolução por etapas nos países onde o capitalismo ainda não estava plenamente desenvolvido.

De acordo com essa visão, o Brasil ainda não tinha as forças produtivas desenvolvidas o suficiente para implementar o socialismo, pois não havia concluído a etapa da revolução democrático-burguesa, sendo ainda um país semifeudal e dependente da burguesia imperialista. Era necessário, portanto, num primeiro momento, fazer uma aliança com os setores da burguesia nacional considerados progressistas, para acelerar o progresso econômico, tornar o país independente do imperialismo e eliminar o latifúndio conservador. Isso levava a uma política de maior valorização das instituições da democracia parlamentar, de privilégio da luta eleitoral por meios pacíficos, deixando de lado temporariamente a via da luta revolucionária direta, ou seja, para o PCB, tratava-se de acumular forças dentro do capitalismo.

> A favor do progresso estavam todas as forças nacionais, e mesmo entre as elites era possível localizá-las: a burguesia nacional, setores de latifundiários e mesmo grupos da burguesia internacional que tivessem contradições com os monopólios norte-americanos. Era necessário uni-los com a classe operária, os camponeses e a pequena burguesia urbana numa ampla Frente Única contra as forças do atraso: o imperialismo norte-americano e as relações semi-feudais na agricultura. [8]

Esta postura não negava a continuidade da contradição entre a burguesia e o proletariado, porém esta questão seria resolvida apenas no futuro, num segundo momento e para isso era necessário cumprir a primeira etapa, a do desenvolvimento capitalista que se daria através de um governo nacional e democrático, legitimamente eleito como expressão da mobilização popular.

8 REIS Fº, Daniel A. *A Revolução faltou ao encontro.* SP: Brasiliense, 1990, pág. 24.



Esta posição do PCB ganhou força com a posse de João Goulart, à presidência da república, no início da década de 1960. A ascensão dos movimentos sociais e da luta pelas *Reformas de Base*, que marcaram o governo de Jango, parecia corresponder à política do PCB e a fortalecia.

Entretanto, após o impacto da revelação dos crimes de Stalin feita por Kruschev na URSS em 1956, as demais correntes marxistas que faziam oposição ao PCB também ganhavam força e disputavam espaço dentro da classe trabalhadora participando da luta pelas *Reformas de Base*.

Contudo, com o golpe militar reacionário de 1964, uma grande repressão se abate sobre o partido, o que vai levar ao esfacelamento do PCB, que de maior partido da classe trabalhadora no Brasil vai se transformar em um partido cada vez menor, chegando inclusive a ficar inativo por alguns anos. A partir daí, inúmeras rupturas do PCB darão origem a dezenas de novas organizações, grande parte tendo se orientado para a luta armada.

A Aliança Nacional Libertadora

Com o golpe militar de 1964, os conflitos internos no PCB ganharam força. Os setores divergentes consideraram passiva a postura do PCB em relação ao golpe, pois este manteve a política de unidade com a burguesia considerada progressista – que foi passiva ou apoiou o golpe – e de soluções pacíficas e, na medida do possível, institucionais.

O impacto da Revolução Cubana de 1959, dirigida por Fidel Castro, fazia crescer o movimento armado de esquerda em toda a América Latina. Depois da revolução comunista na China, em 1949, com participação essencial dos camponeses, o maoísmo também assumia um papel importante. O campesinato passou a ser visto por vários setores da esquerda como o verdadeiro agente histórico da revolução.

Muitos militantes rompiam com o PCB e formavam pequenos agrupamentos que se baseavam na necessidade de derrubar a ditadura por meio da luta armada; diversos deles se inspiravam na teoria do foquismo cubano. De acordo com a teoria foquista, uma revolução de caráter socialista seria possível na América Latina, pois acontecendo em toda região ela teria condições materiais para se manter. As condições subjetivas para essa revolução, ou seja, a mobilização popular se daria a partir

dos focos guerrilheiros que através do exemplo se alastrariam e estimulariam o povo a lutar.

No Brasil se organizaram outros coletivos semelhantes, mas a principal organização guerrilheira foi a ALN (Ação Libertadora Nacional), dirigida por Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira. Era a organização que mantinha mais relações com Cuba e de maior poder armado, sendo um referencial para as demais organizações que muitas vezes recorriam ao seu auxílio.

Marighella, que era dirigente do PCB em São Paulo, viajou em 1967 para Cuba sem autorização do partido para participar da Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) e após retornar ao Brasil foi expulso do partido.

A ANL conservou, no entanto, a concepção etapista do PCB. Se para o PCB o proletariado deveria apoiar a burguesia nacional na etapa democrático-burguesa da revolução, ou seja, a do desenvolvimento capitalista, para a ALN a burguesia é que tinha um caráter auxiliar nessa etapa, que seria hegemonizada pela classe trabalhadora urbana e o campesinato.

A ALN chegou a contar com um grupo que organizava ações de massa, mas este acabou desaparecendo, pois a prioridade para a organização era a luta armada. A ALN defendia a Frente Única entre os diversos grupos armados da esquerda, embora considerasse legítimo que houvessem diversos grupos. Devido às divergências e à impossibilidade de uma fusão, era necessário que os diversos grupos armados atuassem em conjunto, prestassem apoio uns aos outros e fizessem ações em conjunto. A ALN prestou apoio e ajudou a organizar diversas ações de outros grupos menores, o exemplo mais conhecido e mais importante é o do seqüestro do embaixador americano em 1969.

À guerrilha urbana cabia o papel de levantar recursos, através das expropriações bancárias, por exemplo, para manter a guerrilha rural. Esta, no entanto, que era a prioridade, só aconteceria numa segunda fase, depois que a guerrilha urbana tivesse cumprido o seu papel, só assim seria possível chegar à etapa final: a do exército revolucionário de libertação nacional. Embora tenha sido a organização guerrilheira de maior peso, a ALN nunca conseguiu chegou a desenvolver guerrilha rural.



O Partido Comunista *do Brasil* e suas dissidências



A única organização de esquerda brasileira que chegou a implementar um a guerrilha rural foi o Partido Comunista do Brasil – PCdoB.

As denúncias de Kruschev contra Stalin, em 1956, causaram enorme impacto na militância do PCB, que passava a questionar os modelos internacionais, a experiência soviética e a própria direção do Partido. Os dirigentes do partido, por sua vez, tentavam justificar o stalinismo com argumentos que já não convenciam mais. Foi então que Luis Carlos Prestes, então o máximo dirigente do grupo, introduziu mudanças na Comissão Executiva do partido, afastando os membros de posição assumidamente stalinista. A partir de então esse setor passou a ser marginalizado dentro do partido.

Contudo, é em 1961 que o conflito chega ao auge e acontece a ruptura do setor que continuava defendendo a visão stalinista. Nesse ano, o partido encaminhou ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) os novos estatutos e regimento do partido com o fim de obter a sua legalização. O nome do partido foi alterado de Partido Comunista *do Brasil* para Partido Comunista *Brasileiro,* mantendo-se a sigla PCB, pois um dos motivos da cassação foi que se alegava que o PCB, pelo que sugeria o nome, não era um partido brasileiro e sim uma seção soviética no Brasil.

O setor aferrado à ortodoxia stalinista revoltou-se, pois isto significava, segundo seu ponto de vista, o abandono dos princípios do partido fundado em 1922. Prestes e a direção majoritária do PCB haviam, portanto, segundo aquele setor, renegado o partido.

> Articulado por Amazonas, Grabois e Pomar, um protesto subscrito por uma centena de militantes encampou a argumentação e declarou a defesa do verdadeiro partido comunista. Em fevereiro de 1962, reuniu-se a chamada Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil, logo conhecido pela sigla PC do B. Consumava-se a cisão e formalizava-se a coexistência de dois partidos comunistas em nosso país. O PC do B se proclamou (e o faz até hoje) o mesmo partido comunista fundado em 1922 e 'reorganizado' em 1962. Eleva esta duvidosa versão historiográfica a questão de princípio, pois se trata de afastar toda

> dúvida acerca de qual é o partido do proletariado brasileiro. De acordo com o dogma stalinista, o proletariado não pode ter mais de um autêntico partido revolucionário.[9]

Tentando ser reconhecido como a seção brasileira do Comintern, mas sem sucesso, o PC do B voltou-se para um outro referencial: Mao Tse-Tung e o Partido Comunista Chinês. Assim, passou a organizar a luta armada no campo, baseando-se no exemplo do maoísmo, que fizera dessa forma a revolução chinesa. A experiência da guerrilha do Araguaia, praticada pelo PC do B, foi a única experiência de guerrilha rural ocorrida no Brasil. Todas as demais organizações guerrilheiras defendiam a guerrilha rural como passo fundamental para implementar o socialismo no Brasil, mas todas foram brutalmente reprimidas e desarticuladas pela ditadura durante a fase de guerrilha urbana.

A guerrilha do Araguaia foi organizada lenta e sigilosamente e só foi se dar em 1969. Esta demora levou a duas rupturas no PC do B, dos setores mais exaltados que queriam a luta armada imediata. O PCR (Partido Comunista Revolucionário) em 1966, no Nordeste do país e o PC do B – Ala Vermelha, em 1967. Este último setor adotava esse nome com a intenção da reivindicação histórica de verdadeiro partido do proletariado e para se contrapor ao primeiro PC do B, que seria a Ala Branca.

A ORM-POLOP

Como alternativa ao PCB, foi fundada em 1961 a Organização Revolucionária Marxista, que ficou conhecida entre a esquerda socialista pelo nome de seu jornal, Política Operária (Polop).

A POLOP não era exatamente uma organização trotskista, não estava vinculada a nenhuma organização internacional, mas reivindicavam as elaborações de Trotsky de maneira heterodoxa, sem dogmatismos e amparava-se também em outros teóricos do socialismo, como Rosa Luxemburgo e Bukharin, por exemplo.

A Polop surgiu nos meios intelectuais e se propagou no movimento universitário mais do que qualquer outra organização trotskista. Contudo, ficou isolada do movimento de massas, restrita à academia.

9 GORENDER, J. *Combate nas trevas*. SP: Ática, 1990. pág 31.



Isso decorria da sua recusa em lutar pelas reformas de base. Como era muito crítica da visão etapista e do nacionalismo do PCB, a POLOP propunha a luta imediata pela revolução socialista, a partir das reivindicações parciais dos trabalhadores, uma característica do trotskismo. Criticava o que os partidos comunistas chamavam de luta antiimperialista em aliança com setores burgueses nacionalistas, pois considerava que em escala mundial as condições objetivas para o socialismo já estavam dadas, não sendo necessário portanto, travar primeiro a luta nacional, para depois passar à luta pelo socialismo.

A Polop propunha uma frente de esquerda e questionava a luta pela Reforma Agrária como era concebida então, a qual, pensavam, levaria à consolidação de uma pequena-burguesia camponesa, conservadora e anti-socialista.

A Polop amparava-se bastante nas teses trotskistas e rejeitava a luta pelas reformas democráticas, o que levou a organização a se isolar da classe trabalhadora, e ficando restrita ao meio intelectual. O golpe militar de 1964 não alterou a postura da Polop:

As dissidências da POLOP

O golpe militar colocava para a Polop a questão de como se daria a revolução no Brasil, principalmente se tratando de uma organização sem nenhum vinculo com o movimento de massa.

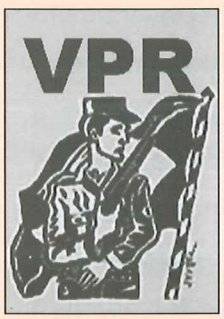
A alternativa para a maioria dos dirigentes da Polop seria a luta armada também baseada na visão foquista cubana. A primeira tentativa frustrada de implementação de um foco guerrilheiro em unidade com militares rebelados, deu origem à uma polêmica na Polop que culminaria em algumas rupturas.

Dos setores dissidentes da POLOP, uma parte, saída dos Estados de Minas Gerais, Guanabara e Rio Grande do Sul deu origem em 1968 ao COLINA (Comando de Libertação Nacional).

Ao contrário da Polop, o Colina se baseava na luta armada, na luta nacional antiimperialista e antilatifundiária, ou seja, acreditava que para se chegar a uma revolução de caráter socialista, não se podia prescindir das reivindicações democráticas.

> Do ponto de vista da tática, as lutas legais de massas são declaradas secundárias, incapazes de oferecer uma alternativa revolucionária. Esta só pode vir do foco guerrilheiro, cuja formação e deslanche independem do movimento de massas e se efetivam na clandestinidade. (...) À semelhança da ALN, o COLINA concebeu a guerrilha rural como força móvel que devia dispor de bases de apoio preparadas. As cidades servirão para fins logísticos, propaganda política, recrutamento de quadros, expropriação de fundos e ações de imobilização do inimigo (destruição de fontes de energia, de meios de comunicação e transporte etc.)[10]

Outro setor dissidente da Polop, este em São Paulo, uniu-se à ex-militares e fundaram, em 1968, a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária). A VPR, assim como o Colina, não tinha ligações com organizações socialistas internacionais e era crítica da URSS, da China e dos partidos brasileiros que abriam mão de sua autonomia para seguir orientações externas. Contudo, como grande parte da esquerda crítica aos modelos internacionais, a VPR incorporava os teóricos internacionais da revolução de maneira eclética.



> Assim, a VPR, de pronto, assumiria a sua condição de 'marxista-leninista, desmarcando-se do conjunto da esquerda, incapaz de assimilar o 'verdadeiro' leninismo. A regeneração da esquerda, deste ponto de vista, se faria por uma combinação peculiar de Marx, Lênin, Debray e Guevara. A síntese guerrilha-partido exprimiria o acasalamento entre Lênin e Guevara. O exército popular, sendo o destacamento mais avançado da luta de massas, seu 'núcleo organizador', era apresentado como o 'embrião do novo Partido' marxista-leninista.[11]

Em 1969 a VPR e o Colina se uniram formando a VAR – Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares. Contudo, no mesmo ano, um grupo rompeu reivindicando novamente o nome de VPR. A VAR – Palmares seguiu existindo até 1973; a nova VPR foi extinta em 1972.

10 GORENDER, J. *Combate nas trevas.* SP: Ática, 1990. pág 129.
11 REIS Fº, Daniel A. *A Revolução faltou ao encontro.* SP: brasiliense, 1990. pág 91.



As dissidências estudantis e o MR-8

No PCB houve rupturas no movimento estudantil que deram origem a pequenos grupos conhecidos com DIs ou dissidências. As dissidências tentaram uma unificação, mas não sendo possível cada uma tomou um caminho. A Dissidência de São Paulo (DI-SP) uniu-se à ALN.

A Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ) fundou uma organização própria, o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). Esta organização foi severamente perseguida e desarticulada pelo Centro de Informações da Marinha em 1969. A ditadura fez muita propaganda em torno disso.

Em 1966 surgiu a Dissidência da Guanabara (DI-GB), que defendia a construção de um partido revolucionário e a revolução de caráter socialista imediato para o Brasil. Em 1968, vários líderes estudantis foram presos durante o congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), entre eles Vladimir Palmeira, que era membro da DI-GB. Em 1969, a DI-GB pediu o apoio da ALN para efetuar a ação mais ousada da guerrilha brasileira: o seqüestro do embaixador americano, Charles Burke Elbrick.



A idéia era seqüestrar o embaixador e trocá-lo por um grupo de militantes presos, entre eles Vladimir Palmeira. A DI-GB tinha recursos financeiros suficientes para fazê-lo, mas não contava com o preparo militar da ALN, portanto, essa ação só poderia ser feita em conjunto. Os dois grupos escreveram um manifesto que seria divulgado pela imprensa. A DI-GB precisava de uma identidade para assinar o manifesto, pois não podia assiná-lo apenas com o nome de dissidência, surgiu então a idéia de adotar o nome do extinto MR-8, como uma forma de desmoralizar a ditadura que já havia anunciado a extinção do grupo. Surge assim , o segundo MR-8.

O PT e a chegada de Lula ao governo

O Partido dos Trabalhadores, hoje no governo federal, foi fundado em 1980 e oficialmente legalizado em 1982, como fruto das mesmas mobilizações operárias que deram origem à CUT (Central Única dos Trabalhadores) e como alternativa aos modelos socialistas tradicionais. Em poucos anos, passou a ser o maior partido de massas já organizado no país.

O PT surgiu como uma convergência de diversos agrupamentos de esquerda contrários ao modelo stalinista e à ortodoxia do PCB. Em seu início, o partido era extremamente heterogêneo. Dele faziam parte, além de um setor de sindicalistas oriundos das mobilizações operárias, como Lula, Olívio Dutra etc., muitos quadros oriundos das organizações construídas a partir das dissidências do PCB, como José Dirceu, várias correntes de orientação trotskista, como a Convergência Socialista, a OSI (Organização Socialista Internacionalista), que no movimento estudantil ficou conhecida como Liberdade e Luta, a DS (Democracia Socialista), conhecida pelo seu jornal Em Tempo, grupos ligados à teologia da libertação e outros grupos socialistas de orientação socialdemocrata.



Com a derrota da via da guerrilha armada no Brasil, o maior campo de contraposição à ditadura militar passou a ser o novo movimento operário, surgido do novo processo de industrialização e urbanização acelerada que viveu o Brasil, intensificado na década de 70. Como a maior parte do sindicalismo brasileiro no final da década de 70 estava submetido à ditadura e atrelado ao Estado, fenômeno que tomou o nome de peleguismo, o movimento que deu origem ao PT vai nascer levantando a necessidade de novas organizações da classe operária independentes do Estado, o que levou à fundação do PT e pouco depois da CUT.

O PT em sua origem, embora teoricamente heterogêneo, rejeitava a colaboração de classes, tinha um caráter classista bem definido e um programa socialista. Contudo, no início da década de 90, sob o impacto da queda do Muro de Berlim, em 1989, e do colapso da URSS, em 1991, os setores socialdemocratas que tinham uma orientação mais reformista em relação ao capitalismo, ganharam a hegemonia do partido, passaram a retirar os elementos socialistas do programa, a privilegiar a ação institucional e parlamentar e a colaboração de classes, deixando de lado a ação direta e o apelo à mobilização da classe trabalhadora, que fora

a marca inicial do PT. Durante as décadas de 80 e 90 o PT foi o principal e o maior partido da esquerda brasileira, seu maior referencial, exercendo influencia sobre milhares de militantes e sindicatos ligados à CUT e sobre movimentos sociais como o MST.

Na medida em que o PT foi abandonando seu caráter classista radical e socialista em troca de um maior peso institucional, os setores mais radicais do partido foram sendo expulsos, como a Convergência Socialista em 1992. Ao final da década de 90, o PT já tinha chegado a importantes prefeituras e governos estaduais, já tinha centenas de deputados e vereadores, já era um partido institucional, completamente despido de qualquer pretensão de chegar ao socialismo pela via revolucionária ou apelando à mobilização de massas, como pretendiam muitas das suas correntes internas em seu início.

Depois de diversas tentativas e derrotas, em 2002 o PT assume Presidência da República, através de Luís Inácio Lula da Silva, o que é um marco na história do partido e na história da esquerda. O PT passa a administrar o Estado dentro dos marcos estabelecidos pela democracia parlamentar capitalista, sem nenhum diferencial, a partir de alianças mesmo com partidos antes considerados por ele como burgueses, como o PMDB. Aplica a mesma orientação liberal dos governos anteriores na economia e adota medidas assistencialistas focadas para setores mais pobres da população, que não alteram substancialmente a estrutura perversa do sistema social vigente. Isso gerou revolta dos setores de esquerda do partido, que começaram a abandonar suas fileiras.

Além disso, o primeiro governo do PT também foi marcado por escândalos de corrupção como o "mensalão", tendo o partido perdido mesmo a bandeira da "ética na política" da qual se considerava um dos poucos portadores no país.

O Partido Socialista Brasileiro

Embora o PSB (Partido Socialista Brasileiro) tenha sido fundado em 1947, ele foi extinto durante a ditadura militar e refundado somente em 1985. Durante o período da ditadura, muitos membros do PSB participaram do MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

O partido surgiu como nova alternativa de esquerda com uma visão crítica do trabalhismo e do PCB, sem negar, no entanto, algumas afinidades com estes partidos. Para o PSB, a transformação da estrutura produtiva da sociedade, de capitalismo para socialismo, deve ocorrer de maneira gradual, por meio da democracia participativa, através do acúmulo de forças do movimento social e de reformas progressivas.

Em 1985, com a redemocratização do país, o PSB foi refundado de acordo com as bases do partido originalmente fundado em 1947. Já em 1989, o PSB irá coligar-se e apoiar a candidatura de Lula à presidência da República, política que irá manter até 2002 quando se dá a eleição de Lula, com quem foi junto para o governo federal.

No passado, o PSB teve marcante participação nos movimentos sociais e sindicais, como no caso de Francisco Julião na liderança das Ligas Camponesas, no Nordeste brasileiro. Recentemente, fundou e tenta construir, juntamente com o PC do B, uma nova organização ou central sindical nacional, como parte do processo de reorganização do movimento sindical brasileiro que se dá com o alinhamento da CUT com o governo de Lula

O Partido Democrático Trabalhista

O PDT foi fundado em 1980 obtendo seu registro eleitoral em 1981, tendo como principal dirigente e expoente público Leonel Brizola, que se exilou por ocasião do golpe militar em 1964, quando era governador do Rio Grande do Sul. Reivindicando uma tradição nacional-desenvolvimentista, o partido surgiu de uma cisão do getulismo. Os seguidores de Brizola tentaram recuperar a sigla PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, mas ao perderem adotaram o nome de PDT. Brizola e o PDT também governaram o Rio de Janeiro por dois mandatos durante a década de 90. O partido teve entre suas fileiras importantes intelectuais como Darcy Ribeiro, idealizador dos CIEPS, no Rio de Janeiro.

Junto com o PT, mas sem a mesma expressão, o PDT fez parte da oposição aos governos anteriores à Lula. Apoiou as candidaturas de Lula, inclusive em 2002. Chegou a participar do governo Lula, mas rompeu com o governo após alguns meses.

O PDT faz parte hoje do segundo governo de Lula, mudança de orientação ocorrida depois da morte de Leonel Bizola, seu líder desde a fundação a fundação do partido.



O Partido Popular Socialista

Após a queda do Muro de Berlim e o colapso da URSS, instalou-se uma crise generalizada no movimento socialista internacional, cresceu a descrença na possibilidade de uma sociedade socialista construída através de um processo revolucionário e ganhou força uma onda de pensamento que passou a defender uma nova concepção de chegada ao socialismo, conquistada através da institucionalidade, da luta parlamentar e da democracia liberal, processo que também influenciou o PT.

Diante disso, em 1992, a maioria da direção do PCB, em torno da figura do deputado pernambucano Roberto Freire, decidiu extinguir o partido e fundar outro, o PPS, em torno dessas novas bases. O novo partido foi fundado e atua até hoje no cenário nacional. O PPS lançou candidatura própria de Ciro Gomes em 2002, mas apoiou a candidatura de Lula no segundo turno, chegando a participar do governo. O PPS rompeu com o governo Lula e em 2006 apoiou a candidatura de José Serra. Uma minoria egressa do PCB recuperou o nome do partido e atua até hoje no movimento social sob essa bandeira.

O Partido da Causa Operária

O PCO é uma pequena organização de orientação trotskista, fundado a partir da expulsão da corrente Causa Operária, do PT, em 1991 e legalizado em 1997.

O PCO é um partido de extrema-esquerda e defende um programa revolucionário para o país. Lançou sempre candidaturas próprias à Presidência e aos governos dos Estados e é crítico das demais correntes da esquerda brasileira.

É oposição ao governo Lula, contudo, se resiste a atuar em unidade com as demais correntes de esquerda que também são oposição ao governo, pois considera os demais partidos de esquerda, como o PSOL e o PSTU, como partidos de orientação burguesa.

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

O PSTU, partido que se guia pelas idéias do revolucionário russo Leon Trotsky, surgiu em 1992, a partir da expulsão da corrente Convergência Socialista do PT, e foi oficialmente legalizado em 1995. No início, reuniu membros de várias correntes políticas de esquerda, em geral egressas e críticas do PT, mas acabou ficando exclusivamente sob a direção da Convergência Socialista e os demais setores posteriormente se retiraram.

É simpatizante das idéias de Nahuel Moreno, dirigente trotskista argentino, já falecido. O PSTU afirma se basear no princípio do centralismo democrático, elaborado por Lênin, e defende a idéia do socialismo com democracia, porém outros setores da esquerda o acusam de ser um partido com pouca democracia interna.

O PSTU reivindica uma orientação classista radical e socialista, baseada no internacionalismo militante. Em 2006, compôs a Frente de Esquerda com o PSOL e o PCB, para lançar a candidatura da senadora Heloísa Helena à presidência da República.

Em 2004, fez um chamado às demais correntes de esquerda para a construção da CONLUTAS (Coordenação Nacional de Lutas) em contraposição à CUT, pois considera que esta central é submissa e já não tem qualquer independência em relação ao governo Lula.

Embora orientada centralmente pelo PSTU, a Conlutas hoje conta com a adesão de diversos setores da esquerda e sindicatos, inclusive parte da militância do PSOL.

O Partido Socialismo e Liberdade

Com o PT no governo, aplicando uma política considerada por setores da esquerda partidária como de orientação capitalista liberal, parte da militância desse partido começou a discutir a necessidade a ruptura e a construção de uma nova sigla. Para alguns desses setores internos ao PT, críticos da transformação pela qual passou o partido, a gota d'água foi a votação da Reforma da Previdência em 2004, proposta pelo próprio PT, nos mesmos moldes dos governos anteriores, contra a qual se opuseram parlamentares da



esquerda da legenda, como a senadora Heloísa Helena e os deputados Luciana Genro e Babá, por exemplo.

Os parlamentares que votaram contra a reforma da previdência foram expulsos do partido. A partir daí, outros setores do partido, a maioria deles de orientação trotskista, também romperam com o PT, em solidariedade àqueles parlamentares expulsos, com o propósito de fundar um novo partido de esquerda.

A confluência dessas rupturas com dirigentes do funcionalismo público federal na greve contra a Reforma da Previdência assentaria as bases para a fundação de uma nova sigla no movimento socialista brasileiro, o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).

Pelo que diz o seu programa fundacional, o PSOL surge se propondo a repensar uma nova forma de socialismo, baseado no humanismo e na democracia, a partir do colapso das experiências socialistas do Leste Europeu. Também levanta a necessidade de reaglutinar a esquerda socialista depois da crise do PT e do que considera o abandono do socialismo por esse partido.

O registro oficial do Partido foi obtido em 2005. Nesse mesmo ano, o partido ganhou a adesão de uma segunda leva de rupturas do PT, como do deputado Ivan Valente e do ex-deputado constituinte Plínio de Arruda Sampaio, de orientações mais moderadas que a dos grupos fundadores, aumentando ainda mais a heterogeneidade do partido.

Em 2006, o partido lançou a candidatura da senadora Heloísa Helena à presidência da República, por uma Frente de Esquerda, composta pelo PSOL, PSTU e PCB, que contou também com o apoio de partidos menores, como o PH (Partido Humanista).

Embora o PSOL seja uma frente de inúmeras correntes, nesse partido se debatem atualmente basicamente duas concepções distintas do que deve ser um novo partido socialista democrático. De um lado, uma nova maioria, estabelecida no primeiro congresso do partido, em 2007 – distinta do bloco mais radical de correntes que permitiu a fundação do partido – defende uma concepção com prioridade à disputa parlamentar e a implementação de um programa democrático-popular, como etapa prévia ao socialismo.

De outro lado, outras correntes mais radicais defendem um programa de ruptura com

o capitalismo e a prioridade à mobilização direta de massas como meio de chegar ao socialismo.

O PSOL, um partido novo, já passa precocemente pelo mesmo dilema que passaram muitas das correntes socialistas nas últimas décadas: como combinar a luta pelo socialismo com as lutas imediatas e democráticas do povo dentro da institucionalidade capitalista, sem se deixar envolver pelo sistema do capital e esterilizar sua radicalidade, como aconteceu a muitos outros partidos socialistas.

Bibliografia

AGUIAR FONTES, Alice Barros de. A *Prática Abolicionista em São Paulo: os Caifases (1882-1888).* Tese de Doutoramento, Departamento de História, USP, 1976.

ALBA, Victor. *Historia del Movimiento Obrero en América Latina*. México: Libreros Mexicanos Unidos, 1964.

BANDEIRA, Moniz. *O Ano Vermelho. A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BARMAN, Roderick J. The Brazilian peasantry reexamined; the implication of the *Quebra-Quilo* revolt. *Hispanic American Historical Review*, v. 57, n. 3, ago. 1977.

CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CARONE, Edgar. *A República Velha. Instituições e classes sociais.* São Paulo: Difel, 1975.

_____. *Movimento Operário no Brasil (1877- 1944).* São Paulo: Difel 1979.

_____. *Revoluções no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Buriti, 1965.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A Influência das Idéias Socialistas no Pensamento Político Brasileiro.* São Paulo: Loyola, 1978.

CHACON, Vamireh. *História das Idéias Socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.



COGGIOLA, Osvaldo. Movimentos operários e socialistas na transição da Monarquia à República. *Estudos* n. 12, São Paulo: Centro de Estudos do Terceiro Mundo (FFLCH/USP), jul. 1989.

_____. *Sobre as Origens do Socialismo na Argentina, no Brasil e na Bolívia*. I Simpósio de Estudos Latino-americanos. São Carlos: UFSCar, 1982 (mim.).

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. São Paulo: DIFEL, 1979.

FONTES, Silvério. Manifesto do Partido Socialista Brasileiro (1902). *Temas de Ciências Humanas* n. 1, São Paulo, 1977.

FOOT, Francisco e LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.

GODIO, Julio. *Historia del Movimiento Obrero Latinoamericano*. Buenos Aires: El Cid Editor, 1979.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. The *vintem* riot and political culture. Rio de Janeiro: 1880. *Hispanic American Historical Review*, v. 60, n. 3, ago. 1980.

HALL, Michael e PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Classe Operária no Brasil 1889-1930*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

HAUPT, Georges. Militants sociaux-démocrates allemands au Brésil (1893-1896). *Le Mouvement Social* n. 84, Paris, jul. de 1973.

IANNI, Octávio. O processo econômico e o trabalhador livre. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, 3. v., São Paulo: Difel, 1976.

JOFFILY, Geraldo Ireneo. O Quebra-Quilo (a revolta dos matutos contra os doutores). *Revista de História* n. 107, São Paulo: FFLCH-USP, jul. de 1976.

JÚNIOR, Theotônio. O movimento operário no Brasil. *Revista Brasiliense* n. 39, São Paulo, jan. 1962.

LINHARES, Hermínio. *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

LOWY, Michael. *Le Marxisme em Amérique Latine*. Paris: François Maspéro, 1980.

_____. Trajetória da Internacional Socialista na América Latina. *Perspectiva Internacional* n. 1 , São Paulo, mar. de 1982.

MANIFESTO DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL. *Temas de Ciências Humanas* n. 1, São Paulo, 1977.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro 1890 -1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTINS RODRIGUES, Leôncio. *La Clase Obrera en el Brasil*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1969.

MORAES FILHO, Evaristo de. *O Problema do Sindicato Único no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

_____. *O Socialismo Brasileiro*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

PARIS, Robert. Socialisme et communisme en Amérique Latine. In: Jacques Droz (Org.). *Histoire Générale du Socialisme*. Paris: PUF, 1974.

PETRONE, Teresa Schorer. Imigração assalariada. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, 3. v., São Paulo: Difel, 1976.

PICCAROLLO, Antonio. *Il Socialismo nel Brasile*. Disegno d´un programma pratico di azione socialista. São Paulo: Centro Socialista Paulistano, sdp.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado industrial na Primeira República. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, 2, v., São Paulo: Difel, 1977.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *A Abolição da Escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SIMONSEN, Roberto C. *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

SOUZA MARTINS, José de. Empresários e trabalhadores de origem italiana no desenvolvimento industrial brasileiro entre 1880 e 1914. *Dados (Revista de Ciências Sociais)*, v. 24, n. 2. Rio de Janeiro: Iuperj, 1981.



RAMA, Carlos M. *Mouvements Ouvriers et Socialistes. L'Amérique Latine (1492 -1936)*. Paris: Les Editions Ouvrières, 1959.

RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.

_____. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

SADER, Eder et al. *Movimento Operário Brasileiro 1900/1979*. Belo Horizonte: Vega, 1980.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado. Suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1966.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira. Origem e desenvolvimento.* São Paulo: Brasiliense, 1986.

VILLA, Marco Antonio. *Canudos: o Campo em Chamas*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

VILLAÇA, Maria José. *A Força de Trabalho no Brasil*. São Paulo: Pioneira – Edusp, 1967.

VINHAS DE QUEIRÓS, Maurício. O surto industrial de 1880-1895. *Debate & Crítica* n. 6, São Paulo, jul. de 1975.

VIOTTI DA COSTA, Emilia. *Da Monarquia à República. Momentos decisivos.* São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

CRÉDITO DAS IMAGENS

www.canalacademie.com/Leopold-Sedar-Senghor.html

student.britannica.com/eb/art/print?id=73333...

hugo-ventura.blogs.sapo.pt/2007/10/09/

www.theage.com.au/.../08/01/1154198138978.html

foro.univision.com/univision/board/message?bo...

maltez.info/cosmopolis/anode1969/aabril.htm

boards4.melodysoft.com/app?ID=eurotheo.marxis...

cultureetloisirs.france3.fr/.../26838948-fr.php

http://www.vermelho.org.br/museu/classe/217/internacional-F1.jpg

http://www.gallerym.com/images/work/big/pulitzer_nick_ut_vietnam_napalm_kim_phuc_6872_L.jpg

http://brasil.indymedia.org/images/2006/07/358524.jpg

sti.br.inter.net/.../rev__nicaraguense.htm

www.libreria.com.br/paises.asp?id_pais=38

www.afritheatre.com/index.asp?navig=auteur...

Para Saber Mais Sobre o Tema

O objetivo deste suplemento é aprofundar o conhecimento dos conteúdos desenvolvidos em aula. Nele, você encontrará indicações e referências de materiais que possibilitam a discussão e oferecem elementos para a reflexão sobre os temas abordados. As obras e textos aqui listados são um complemento daqueles já citados no "Texto de Referência".

Livros

ADAS, Melhem. *Geografia da América: aspectos da geografia física e social*. São Paulo: Moderna, sd.

ARBEX JR, José. *Guerra fria: terror de Estado, política e cultura*. São Paulo: Moderna, 1997.

BABY, Jean. *As grandes divergências do mundo comunista*. São Paulo: Editora Senzala, s/d.

BANDEIRA, M.; MELO, C. & ANDRADE, A. T. *O ano vermelho – A Revolução Russa e seus Reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BEIGUELMAN, P.A. *Os Companheiros de São Paulo*. São Paulo: Símbolo, 1977.

BODEA, M. *A Greve Geral de 1917 e as Origens do Sindicalismo Gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, 1979.

BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BOBBIO, Norberto. *Qual Socialismo?: discussão de uma alternativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BORDA, Fals. *As revoluções fracassadas na América Latina*. São Paulo: Global, s/d.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário: o movimento operário nos anos de 1917 a 1921*. Campinas: EdUnicamp, 1988.



CANÊDO, Letícia Bicalho. *O Sindicalismo Bancário em São Paulo.* São Paulo: Edições Símbolo, 1978.

CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil: 1877-1944.* São Paulo: Difel, 1984.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi.* São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

CEBRAP. *Os Partidos e as Eleições no Brasil.* vários autores, Paz e Terra, 1975.

CEDEC, *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais.* In: vários autores, Paz e Terra, 1977.

CHACON, V. *A história das idéias socialistas do Brasil.* Civilização Brasileira, 1981.

CRIPPA, Adolpho. *As Idéias Filosóficas no Brasil.* 2 vols. São Paulo: Convívio, 1979.

DRACHKOVITCH, Milorad. *O marxismo no mundo moderno.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

DROZ, Jacques. *História geral do socialismo.* Lisboa: Horizonte, 1976.

DULLES, John W.F. *Anarquistas e comunistas no Brasil.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

FORNET-BETANCOURT, Raúl. *O marxismo na América Latina.* São Leopoldo: Unisinos, 1995.

FAUSTO, Boris, *Trabalho Urbano e Conflito Social.* São Paulo: Difel, 1978.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930.* 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1970.

FELIZARDO, Joaquim J. *Historia nova da República Velha: do manifesto de 1870 à Revolução de 1930.* Petrópolis: Vozes, 1980.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FILHO, José Candido. *O movimento operário: o sindicato, o partido.* Petrópolis: Vozes, 1982.

FRADI, José Reginaldo. *O trabalhador por contra própria sob capital.* Petrópolis: s.ed., 1973.

FRANCO, Virgílio de Mello. *Outubro, 1930.* Rio de Janeiro: Schmidt, Editor, 1931.

GALEANO, Eduardo. *As Veias abertas da América Latina.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas.* São Paulo: Ática, 1987.

HALL, Michel e PINHEIRO, P. S. *A classe trabalhadora no Brasil (1889-1930).* São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

HARDMAN, F. F "O Movimento Operário e a Revoluçao de 30". In: Mendes Jr., A. & Maranhão, R. (Orgs.): A Era de Vargas. São Paulo, Brasiliense, 1981, cap. LXXXVII.

HELENA, Pignatar Werner. *Raízes do movimento operário.* São Paulo: Cortez, 1981.

IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

JARDIM, R. *A aventura de outubro e a invasão de São Paulo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932. 3. ed.

KHOURY, Y. A. *As Greves de 1917 em São Paulo.* São Paulo: Cortez, 1981.

KONDER, Leandro. *História das idéias socialistas no Brasil.* Expressão Popular, 2003.

LACERDA, Mauricio de. *Entre duas revoluções.* Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, Freitas Bastos, Spicer & Cia., 1927.

LEFRANC, G. *O Sindicalismo no Mundo.* Lisboa: Publicações Europa-América, 1974.

LIMA, Lourenço Moreira. *A coluna Prestes: marchas e combates.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1945. 2. ed.

LINHARES, Hermínio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

LUXEMBURGO, R. *Greve de Massas, Partidos e Sindicatos.* São Paulo: Kairós, 1969.

MAGNANI, Silvia Lang. *O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917).* São Paulo: Brasiliense, 1982.

MALTA, Octávio. *Os tenentes na revolução brasileira.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

MARAM, Sheldon L. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro / 1890-1920.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Progresso, 1949.

OELGART, Bernd. *Ideólogos e ideologias da nova esquerda.* Lisboa: Editorial Presença, s/d.

OLIC, Nelson Bacic. *Geopolítica da América Latina*. São Paulo: Moderna, 1993.

PERICÁS, Luiz Bernardo e BARSOTTI, Paulo (Orgs.). *América Latina: história, idéias e revolução.* São Paulo: Xamã, 1998.

PETRAS, James (Org.). *America Latina: economia y politica.* Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1972.

PEREIRA, A. Lutas Operárias que antecederam a fundação do PCB. In: *Problemas* n. 39, 1952.

PEREIRA, Astrojildo. *A formação do PCB.* Lisboa: Prelo, 1976.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão; a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REMOND, René. *O século XIX – 1815-1914*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1976.

_____. *O século XX – De 1914 aos nossos dias*. São Paulo: Cultrix, 1993.

ROSSI, C. *Militarismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SALVADORI, Massimo. *Desenvolvimento do comunismo moderno.* Rio de Janeiro: Editora Ipanema, s/d.



SCALZARETTO, Reinaldo & MAGNOLI, Demétrio. *Atlas geopolítico*. São Paulo: Scipione, 1996.

SPINDEL, Arnaldo. *O que é Comunismo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____.*O que é Socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

TELLES, Jover. *O Movimento Sindical no Brasil,* Rio de Janeiro: Vitória, 1962.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicalismo no Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VIEIRA, Margarida Luiza M.V e GUSTIN, Miracy B.S. Barbosa de Sousa. *Semeando democracia. A trajetória do socialismo democrático no Brasil.* Contagem: Editora Palese, 1995.

WEFFORT, F. C. *Classes populares e política.* São Paulo: Fac. de Filosofia, Ciências e Letras, da USP, 1968.

WEIL, Simone. *A condição operária.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ZAIDAN FILHO, Michel. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional.* São Paulo: Global, 1985

Artigos

COELHO, Marco Antônio Tavares. *Memórias de um comunista*. In: Estud. av., dez. 1999, v. 13, n. 37, disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000300003&lng=pt&nrm=iso>

CALLAGE, Fernando. O progresso da legislação social no Brasil.Rev. Legislação do Trabalho. São Paulo, 2(17), 1938.

CARVALHO Franco,M. S. "O tempo das ilusões". Ideologias e Mobilização Popular. São Paulo, CEDEC/Paz e Terra, 1978:151-209.

FAUSTO, Ruy. *Acertos e dificuldades do Manifesto Comunista*. In: Estud. av., dez. 1998, v. 12, n. 34, disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000300018&lng=pt&nrm=iso>

FENELON, Déa. "Estado, poder e classes sociais", in: Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, março de 1984, n. 7.

GUADARRAMA GONZÁLEZ, Pablo. *Humanismo y socialismo en la óptica del pensamiento marxista en América Latina*. In: Estud. av. , 1997, v. 11, n. 3, disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000200021&nrm=iso&lng=pt>

HARDMAN,F.F. "Classe Operária, sistema político e Estado na Argentina: elementros para uma análise comparativa". Textos de Debate. UFPB/ MCS, (2), jul. 1982.

PONTES, Heloisa. *Entrevista com Antonio Candido*. In: Rev. bras. Ci. Soc., out. 2001, v. 16, n. 47, disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092001000300001&lng=pt&nrm=iso>

GUIMARÃES, Cesar. *A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo*. In: Estud. av., dez. 2002, v. 16, n. 46, disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000300005&lng=pt&nrm=iso>

RIDENTI, Marcelo. *Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960*. In: Tempo Soc., jun. 2005, v. 17, n. 1, disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000100004&lng=pt&nrm=iso>

VIANNA, Luiz Werneck. *Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira*. In: Dados, 1996, v. 39, n. 3, disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581996000300004&lng=pt&nrm=iso>

Sítios na internet

- Sítio oficial do TSE com a lista dos Partidos Políticos, disponível em: <http://www.tse.gov.br/partidos/partidos_politicos/historico.html>
- Enciclopédia Eletrônica Wikipedia – Verbete para Socialismo, disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismo>
- Enciclopédia Eletrônica Wikipedia – Verbete para Terceiro Mundo, disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Terceiro_Mundo>
- Sítio "Mundo do Socialismo", disponível em: <http://www.moreira.pro.br/pagcent.htm>
- Instituto Rosa Luxemburgo, disponível em: <http://www.insrolux.org/>
- Sítio "Gramsci e o Brasil", disponível em: <http://www.acessa.com/gramsci/>
- Sítio "comunismo.com.br", disponível em: <http://www.comunismo.com.br/>
- Biblioteca Virtual História do Marxismo no Brasil, disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/marxismo/index.htm>
- Sítio "comunism.org", disponível em: <http://www.communism.com/>



- Biblioteca Virtual de Autores Socialistas, disponível em: <http://www.ucm.es/info/bas/es/marx-eng/>
- Biblioteca Virtual Revolucionária, disponível em: <http://www.geocities.com/autonomiabvr/index.html>
- Sítio em inglês sobre a história do marxismo e dos movimentos operários "History Archive: a history of the revolutionary working class", disponível em: <http://marxists.org/history/>
- Sítio "World Socialist Movement", disponível em: <http://www.worldsocialism.org/index.php>
- Banco de Dados de Discursos de Fidel Castro organizado pela Universidade do Texas, EUA, disponível em: <http://www1.lanic.utexas.edu/la/cb/cuba/castro.html>

Partidos Políticos

- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, disponível em: <http://www.pmdb.org.br/>
- PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, disponível em: <http://www.ptb.org.br/>
- PDT – Partido Democrático Trabalhista, disponível em: <http://www.pdt.org.br/>
- PT – Partido dos Trabalhadores, disponível em: <http://www.pt.org.br>
- PFL – Partido da Frente Liberal, disponível em: <http://www.pfl.org.br/democratas.asp>
- PcdoB – Partido Comunista do Brasi, disponível em: <http://www.vermelho.org.br/pcdob/>
- PSB – Partido Socialista Brasileiro, disponível em: <http://www.psb.org.br/>
- PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, disponível em: <http://www.psdb.org.br/>
- PTC – Partido Trabalhista Cristão, disponível em: <http://www.ptc.org.br>
- PSC – Partido Social Cristão, disponível em: <http://www.psc.org.br/>
- PMN – Partido da Mobilização Nacional, disponível em: <http://www.pmn.org.br/>
- PRP – Partido Republicano Progressista, disponível em: <http://www.prp.org.br/>
- PPS – Partido Popular Socialista, disponível em: <http://www.pps.org.br>
- PV – Partido Verde, disponível em: <http://www.pv.org.br/>
- PT do B – Partido Trabalhista do Brasil, disponível em: <http://www.ptb.org.br/>
- PP – Partido Progressista, disponível em: <http://www.pp.org.br/>
- PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, disponível em: <http://www.pstu.org.br/>
- PCB – Partido Comunista Brasileiro, disponível em: <http://www.pcb.org.br/>

- PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro, disponível em: <http://www.prtb.org.br/>
- PHS – Partido Humanista da Solidariedade, disponível em: <http://www.phs31.org.br/>
- PSCD -Partido Socialdemocrata Cristão, disponível em: <http://www.psdc.org.br/>
- PCO – Partido da Causa Operária, disponível em: <http://www.pco.org.br/>
- PTN – Partido Trabalhista Nacional, disponível em: <http://www.ptnbrasil.com.br/>
- PAN – Partido dos Aposentados da Nação
- PSL – Partido Solcial Liberal, disponível em: <http://www.pslnacional.org.br/>
- PRB – Partido Republicano Brasileiro, disponível em: <http://www.prb.org.br/>
- PSOL –Partido Socialismo e Liberdade, disponível em: <http://www.psol.org.br/>
- PR –Partido da República, disponível em: <http://www.partidodarepublica.org.br/pr22/>

Centros de Pesquisa

- Centro de Estudos Marxistas/UNICAMP, disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/>
- NEILS – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Socais da PUC-SP, disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/>
- IEA USP (Instituto de Estudos Avançados), disponível em: <http://www.iea.usp.br/iea/>
- IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, disponível em: <http://www.iuperj.br/>
- Grupos de Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco, disponível em: <http://www.propesq.ufpe.br/propesq/pesquisa/grupo.html>
- NEC – Núcleo de Estudos Contemporâneos da UFF, disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/>
- Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, disponível em: <http://www.cebela.org.br/>
- NU-SOL Núcleo de Sociabilidade Libertária/PUC-SP, disponível em: <http://www.nu-sol.org>
- Fundação Espanhola de Estudos Libertários Anselmo Lorenzo (*Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo*), disponível em: <http://www.cnt.es/fal/home.php>
- Fundação Espanhola de Estudos Marxistas (*Fundación de Investigaciones Marxistas*), disponível em: <http://www.fim.org.es/01_01.php>



- REDEM – Rede de Estudos de Economia Mundial (*Red de Estudios de la Economia Mundial*), disponível em: <http://www.redem.buap.mx/>
- Centro de Estudos em Economia e Sociedade da Universidade de Cornell, EUA (*Center for the Study of Economy and Society*), disponível em: <http://www.economyandsociety.org/contact.shtml>
- Centro de Estudos Cubanos da Universidade de Tulane, EUA (*Cuban Studies Institute, Tulane University*), disponível em: <http://cuba.tulane.edu>
- Centro de Estudos Latino Americanos da Universidade de Harvard, EUA (*David Rockefeller Center for LatIn: American Studies, Harvard University*), disponível em: <http://www.fas.harvard.edu/~drclas>
- Programa de Estudos Cubanos da Universidade de Georgetown (*Georgetown University Caribbean Project's Cuba Program*), disponível em: <http://www.georgetown.edu/sfs/programs/clas/Caribe/Cuba.htm>
- Casa de Estudos do Socialismo, Peru (*Casa de estudios del Socialismo*), disponível em: <http://www.yachay.com.pe/especiales/mariategui/SUR/index.htm>
- Centro de Estudos Chineses da Universidade de Berkeley, EUA (*Center for Chinese Studies, UC Berkeley*), disponível em: <http://ieas.berkeley.edu/ccs/>

Filmes

Título: Diários de Motocicleta
Título Original: The Motorcycle Diaries
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 128 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 2004
Direção: Walter Salles
Roteiro: Jose Rivera, baseado nos livros de Che Guevara e Alberto Granado
Sinopse: A viagem do jovem Che Guevara pela América do Sul, antes de se tornar um dos ícones da Revolução Cubana.
Che Guevara (Gael García Bernal) era um jovem estudante de Medicana que, em 1952, decide viajar pela América do Sul com seu amigo Alberto Granado (Rodrigo de la Serna). A viagem é realizada em uma moto, que acaba quebrando após 8 meses. Eles então passam a seguir viagem através de caronas e caminhadas, sempre conhecendo novos lugares. Porém, quando chegam a Machu Pichu, a dupla conhece uma colônia de leprosos e passam a questionar a validade do

progresso econômico da região, que privilegia apenas uma pequena parte da população.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/diarios-de-motocicleta/diarios-de-motocicleta.asp)

Título Original: Olga
Gênero: Drama
Tempo de Duração:
Ano de Lançamento (Brasil): 2004
Roteiro: Rita Buzzar
Sinopse: Olga Benário (Camila Morgado) é uma militante comunista desde jovem, que é perseguida pela polícia e foge para Moscou, onde faz treinamento militar. Lá ela é encarregada de acompanhar Luís Carlos Prestes (Caco Ciocler) ao Brasil para liderar a Intentona Comunista de 1935, se apaixonando por ele na viagem. Com o fracasso da revolução, Olga é presa com Prestes. Grávida de 7 meses, é deportada pelo governo Vargas para a Alemanha nazista e tem sua filha Anita Leocádia na prisão. Afastada da filha, Olga é então enviada para o campo de concentração de Ravensbrück.
(Fonte: http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/olga/olga.asp)

Título Original: Cabra Cega
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 107 minutos
Ano de Lançamento (Brasil): 2005
Direção: Toni Venturi
Roteiro: Di Moretti, baseado em argumento de Fernando Bonassi, Roberto Moreira e Victor Navas
Sinopse: Thiago (Leonardo Medeiros) e Rosa (Débora Duboc) são dois jovens militantes da luta armada, que sonham com uma revolução social no Brasil. Após ser ferido por um tiro, em uma emboscada feita pela polícia, Thiago precisa se esconder na casa de Pedro (Michel Bercovitch), um arquiteto simpatizante da causa. Thiago é o comandante de um "grupo de ação" de uma organização de esquerda, que está no momento debilitada e estuda um retorno à luta política. Rosa é o contato de Thiago com o mundo, sendo agora ainda mais importante por estar ferido. Com o passar do tempo Pedro passa a ficar preocupado com a segurança deles, adotando um comportamento estranho e colocando dúvidas em Thiago se ele não seria um traidor.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/cabra-cega/cabra-cega.asp)

Título Original: A Terceira Morte de Joaquim Bolívar
Gênero: Drama Histórico
Tempo de Duração: 104 minutos
Ano de Lançamento (Brasil): 2000



Direção: Flávio Cândido
Roteiro: Flávio Cândido
Sinopse: Em meio aos acontecimentos políticos de 1964, o filme retrata a disputa ideológica entre Joaquim Bolívar (Sérgio Siviero), um jovem barbeiro integrante do Partido Comunista, e o poderoso Coronel Gaudêncio (Othon Bastos), um típico líder político de província. Os antagonistas se enfrentam ao longo de 35 anos, tendo como pano de fundo a construção de uma usina hidrelétrica, que pode ser a salvação da cidade.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/3-morte-de-joaquim-bolivar/3-morte-de-joaquim-bolivar.asp)

Título Original: Araguaya – Conspiração do Silêncio
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 105 minutos
Ano de Lançamento (Brasil): 2004
Direção: Ronaldo Duque
Roteiro: Ronaldo Duque, Guilherme Reis e Paula Simas
Sinopse: O exército brasileiro no auge da ideologia da segurança nacional, um partido de esquerda dissidente, militantes aguerridos (a maioria deles ainda jovens e inexperientes), inocentes camponeses e uma região onde a ambição e a miséria disputavam lugar palmo a palmo. É neste cenário que está o Padre Chico (Stephane Brodt), um religioso francês que chegou à região do Araguaia no início dos anos 60. A profunda identidade de Padre Chico com as pessoas da região, associada ao seu sentimento religioso e dúvidas existenciais, fazem com que o religioso presencie os eventos ligados à formação da Guerrilha do Araguaia.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/araguaya/araguaya.asp)

Título Original: Zuzu Angel
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 110 minutos
Ano de Lançamento (Brasil): 2006
Direção: Sérgio Rezende
Roteiro: Marcos Bernstein e Sérgio Rezende
Sinopse: Brasil, anos 60. A ditadura militar faz o país mergulhar em um dos momentos mais negros de sua história. Alheia a tudo isto, Zuzu Angel (Patrícia Pillar), uma estilista de modas, fica cada vez mais famosa no Brasil e no exterior. O desfile da sua coleção em Nova York consolidou sua carreira, que estava em ascensão. Paralelamente seu filho, Stuart (Daniel de Oliveira), ingressa na luta armada, que combatia as arbitrariedades dos militares. Resumindo: as diferenças ideológicas entre mãe e filho eram profundas. Ela uma empresária, ele lutando pela revolução socialista e Sônia (Leandra Leal), sua mulher, partilha das mesmas idéias. Numa noite Zuzu recebe uma ligação, dizendo que "Paulo caiu", ou seja, Stuart tinha sido preso pelos militares. As forças armadas negam e Zuzu visita uma prisão militar e nada acha, mas viu que as celas

estavam tão bem arrumadas que aquilo só podia ser um teatro de mau gosto, orquestrado pela ditadura. Pouco tempo depois ela recebe uma carta dizendo que Stuart foi torturado até a morte na aeronáutica. Então ela inicia uma batalha aparentemente simples: localizar o corpo do filho e enterrá-lo, mas os militares continuam fazendo seu patético teatro e até "inocentam" Stuart por falta de provas, apesar de já o terem executado. Zuzu vai se tornando uma figura cada vez mais incômoda para a ditadura e ela escreve que não descarta de forma nenhuma a chance de ser morta em um "acidente" ou "assalto".
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/zuzu-angel/zuzu-angel.asp)

Título Original: Contos de Resistência
Gênero: Documentário
Ano de Lançamento (Brasil): 2005
Direção: Getsemane Silva, Glória Varela, Marcya Reis, André Carvalheira, Guilherme Bacalhao.
Sinopse: Para marcar os 40 anos do golpe militar de 1964, a TV Câmara produziu a série Contos da Resistência, composta de quatro episódios. Cada um dos vídeos da série enfoca um aspecto da resistência à ditadura e como esses movimentos contribuíram para a construção da democracia que temos hoje no Brasil. As articulações em todos os segmentos da sociedade para se contrapor ao governo autoritário; as organizações sociais de estudantes, trabalhadores e religiosos para lutar pela democracia e esclarecer a população; a resistência política no Congresso; a crítica inteligente e criativa das artes e da imprensa; a repressão e a tortura a representantes desses grupos; e o movimento social pelas eleições diretas em 1984. Todos os temas estão na série, abordados a partir da perspectiva de quem viveu esses tipos de resistência.
(Fonte: http://www2.camara.gov.br/homeagencia/materias.html?pk=57006)

Título: Missing – O Desaparecido
Título Original: Missing
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 122 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 1982
Direção: Costa-Gavras
Roteiro: Costa-Gavras, John Nichols, Donald Stewart, baseados em livro de Thomas Hauser
Sinopse: Após a Revolução Cubana em 1959, a guerra fria se radicalizou na América Latina, onde qualquer proposta política mais popular, democrática ou nacionalista, era tida como esquerdista e anti-capitalista, ou seja, anti-EUA.
Entre 1964 e 1970, o Chile conheceu alguns avanços sociais com o governo democrata-cristão de Eduardo Frei.
Em 1970 através de eleições, Salvador Allende, candidato da União Popular (frente progressista liderada por comunistas e socialistas), assumiu a presidência do país. Já nos primeiros meses, Allende nacionalizou as minas e os bancos e acelerou o processo de reforma agrária, iniciado



no governo de Eduardo Frei. Essas medidas contrastavam-se cada vez mais com o contexto de radicalização da Guerra Fria, e Salvador Allende, começava a sofrer uma forte oposição por parte das oligarquias internas, temerosas com os avanços populares. Soma-se a essa oposição, o boicote norte-americano, que agravou a crise econômica do país, isolando ainda mais o governo socialista de Allende, que perdia o apoio dos democratas-cristãos e de representativos setores da classe média.

Nesse cenário, em 11 de setembro de 1973, Salvador Allende foi deposto e assassinado por um golpe militar. Iniciava-se no Chile uma das mais sangrentas ditaduras militares da América Latina, comandada pelo general Augusto Pinochet, proclamado no ano seguinte "Chefe Supremo da Nação".

Imediatamente após o golpe, o general inicia uma repressão cruel contra as oposições, proibindo qualquer atividade política e oprimindo os setores de esquerda com prisões, torturas e execuções em massa, espalhando o terror por todo país.

É este o pano de fundo para a história fimada por Costa-Gravs, um ícone do cinema político. Num restaurante em Santiago do Chile, um jovem jornalista norte-americano, residente nesse país, acaba escutando uma conversa na mesa ao lado, entre um agente da CIA e militares chilenos, que deixa clara a participação do governo norte-americano no golpe militar que depôs o governo socialista de Salvador Allende e inaugurou a ditadura do general Augusto Pinochet.

A obra de Costa Gavras focaliza inicialmente o cotidiano do jornalista no Chile, até seu desaparecimento, dias após o golpe de Estado do general Pinochet. O filme prossegue até o final com a busca desesperada do pai e da mulher do jornalista, na tentativa de encontrá-lo.

O Chile pós-golpe de Estado, os primeiros dias da repressão e todo horror da ditadura chilena, considerada uma das mais violentas da América Latina, são fielmente retratados pelo filme, que venceu a Palma de Ouro e o prêmio de melhor ator no festival de Cannes, além do Oscar de melhor roteiro adaptado. (Fonte: http://parceiros.cineclick.com.br/cinemateca/ficha_filme.php?id_cine=730)

Título: Memórias do Subdesenvolvimento
Título Original: Memorias Del Subdesarrollo
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 97 minutos
Ano de Lançamento (Cuba): 1968
Direção: Tomás Gutiérrez Alea
Sinopse: Retrato lúcido e poético de Cuba no começo dos anos 60, Memórias do Subdesenvolvimento é considerado um clássico do cinema latino-americano. Tomás Gutiérrez Alea (1928-1996) oferece um olhar ao mesmo tempo carinhoso e crítico sobre os rumos da revolução de Fidel Castro, narrado pelos olhos de Sérgio, um homem que aos 38 anos se descobre sozinho em Havana, depois que sua mulher e seus pais resolvem migrar para os Estados Unidos. Ao acompanhar Sérgio, o espectador é chamado a percorrer as ruas da capital cubana e a encontrar personagens reais, num filme que mistura com habilidade, recursos da ficção e do documentário.
(Fonte: http://www.videolar.com/ProdutoDVD.asp?ProductID=112738)

Título: Os Sobreviventes
Título Original: Los Sobrevivientes
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 130 minutos
Ano de Lançamento (Cuba): 1978
Direção: Tomás Gutiérrez Alea
Sinopse: Com o triunfo da revolução, uma família de descendência aristocrática, decide ficar isolada em sua mansão e ignorar as mudanças que acontecem no país. O tradicional talento satírico de Gutiérrez Alea faz desse filme uma das peças chaves na sua cinematografia. Com Jorge Alí, Leonor Borrero, Juanita Caldevilla, Elio Mesa, Reynaldo Miravalles, Carlos Monctezuma, Germán Pinelli, Lili Rentería.
(Fonte: http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/ctr/rptg/ReportagemDetalhe.jsp?Reportagem.codigo=3260)

Título: Antes do Anoitecer
Título Original: Before Night Falls
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 125 minutos
Ano de Lançamento (EUA): 2000
Direção: Julian Schnabel
Roteiro: Lázaro Gómez Carriles, Cunningham O'Keefe e Julian Schnabel, baseado em livro de Reynaldo Arenas
Sinopse: O diretor Julian Schnabel (Basquiat) traz às telas a cinebiografia do escritor cubano Reynaldo Arenas, que foi perseguido em seu país natal e viveu anos exilado em Nova York.
Após ser educado com a Revolução Cubana e premiado nacionalmente por seu trabalho, o escritor Reynaldo Arenas termina sendo preso e, posteriormente, exilado de seu país-natal. Conheça a vida de Reynaldo Arenas, desde sua infância pobre até seu exílio em Nova York, passando pelo horror e preconceito sofrido ainda em Cuba, pelo fato de ser homossexual.
(Fonte: http://adorocinema.cidadeinternet.com.br/filmes/antes-do-anoitecer/antes-do-anoitecer.asp)

Título: De Certa Maneira
Título Original: De Cierta Manera
Gênero: Drama
Tempo de Duração: 78 minutos
Ano de Lançamento (Cuba): 1974
Direção: Sara Gómez
Sinopse: O condomínio Miraflores, construído em 1962 pelas mesmas pessoas que iriam morar nele, é resultado dos primeiros esforços da Revolução para erradicar os bairros periféricos. Yolan-



da, a nova professora da comunidade, enfrenta as diferenças e os conflitos que surgem em sua relação amorosa com um operário da construção. A partir dessa história, se trata um tema inédito: a incorporação de homens e mulheres até agora marginais ao processo revolucionário. (Fonte: http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/ctr/rptg/ReportagemDetalhe.jsp?Reportagem.codigo=3260)

Programas de TV

Programa Roda Viva – TV Cultura:
Entrevista com Bolivar Lamounier, cientista político brasileiro: 02/06/1997, disponível em: <http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=561>

Entrevista com Ricardo Alarcon, Presidente da Assembléia Nacional de Cuba: 18/06/2001, disponível em: <http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=753>

Entrevista com Fidel Castro, Presidente de Cuba: 19/03/1990, disponível em: <http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=187>

Entrevista com Jacob Gorender, Historiador, militante histórico do comunismo no Brasil, dirigente político, intelectual estudioso do marxismo e da realidade do país: 16/01/2006, disponível em: <http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=988>

Entrevista com Luis Carlos Prestes, Ex-secretário do Partido Comunista Brasileiro: 27/10/1986, disponível em: <http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=5>

Roda Viva com Francisco de Oliveira, sociólogo, economista e um dos mais respeitados intelectuais da esquerda brasileira: 01/12/2003, disponível em: <http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/resultado.asp?programa=877>

Série Alô Escola – TV Cultura:
Equipe de produção internacional:
Produzido por: Via Le Mond (D.B.) Inc. com a participação de: La Sept (France)
Concepção original: Daniel Bertolino e Catherine Viau
Roteiro: Catherine Viau
The Multimedia Group of Canada
Equipe de produção TV Cultura:
Roteiro: Fernando Navarro, Dora Karam

Episódios:

Cenas do Século XX: O Muro de Berlim
(http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/internacionais/murodeberlim.htm)

Guerra Fria
(http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/guerrafria/index.htm)



Linha do Tempo

Cronologia do Socialismo no Brasil

SÉCULO XIX:

1839 – Aparecimento do jornal "O Socialista", no Rio de Janeiro.

1845 – Surgimento em Niterói do jornal "O Socialista da Província do Rio de Janeiro", editado por Manuel Gaspar de Siqueira Rego.

1855 – Publicação no Recife do livro "O Socialismo" de autoria do gen. José Ignácio de Abreu e Lima.

1878 – Surgem os semanários "O Internacional Socialista" em Salvador, "O Socialista" no Rio de Janeiro e "O Tribuno Socialista" em Pelotas.

1882 – Surgimento do semanário "O Socialista" em Salvador.

1885 – Surgimento do jornal "O Socialista" Paraisópolis, em Minas Gerais.

1889 – Fundado por Silvério Fontes, Sóter de Araujo e Carlos Escobar, o "Círculo Socialista de Santos". Esse grupo elaborou o "Manifesto Socialista ao Povo Brasileiro".

1892 – Realização do 1º Congresso Socialista Brasileiro, no Rio de Janeiro. – Em São Paulo realizou-se um outro 1º Congresso Socialista do Brasil. – Fundado no Rio de Janeiro o Partido Operário Socialista.

1895 – Silvério Fontes, considerado como um dos primeiros marxistas brasileiros, fundou em São Paulo o Centro Socialista de Santos. – Em São Paulo publicou-se o quinzenário "A Questão Social" órgão do Centro Socialista de Santos. – Fundou-se no Rio de Janeiro o Partido Socialista Operário.

1896 – Lançamento em São Paulo, pelo Centro Socialista, do jornal "O Socialista".

1899 – Publicação do "Decálogo dos Anarquistas" no Almanaque de Pernambuco de Júlio Pires Ferreira.

1900 – Aparecimento dos jornais "Avanti" e "La Bataglia", ambos em São Paulo. – No periódico "O Primeiro de Maio" aparecido no Recife neste mesmo ano, um artigo de Flaviano Martins conclui um artigo com a expressão "Proletários de todos os países, uní-vos".

SÉCULO XX:

1901 – Surgimento do jornal "A Lanterna" em São Paulo.

1902 – Aconteceu em São Paulo de 28/05 a 01/06 o II Congresso Socialista Brasileiro. Entre os 50 delegados presentes, registra-se o nome de Silvério Fontes. Nesse Congresso aprovou-se o Estatuto e o Programa de um novo Partido: o Partido Socialista Brasileiro.

1906 – Criação da Confederação Operária Brasileira de influência anarquista.

1907 – Durante as comemorações do 1o. de maio em Recife, no Teatro Santa Isabel, local das comemorações, aparece um grande retrato de Marx. – Publicou-se no Recife o jornal socialista "A Aurora Social".

1908 – Surgimento no Rio de Janeiro do Partido Operário Socialista.

1913 – Realizou-se o 2º Congresso Operário Brasileiro, sob a liderança anarco-sindicalista. Aconteceu no Rio de Janeiro. Considera-se que foi a partir desse Congresso que diversas associações operárias aderiram ao anarco-sindicalismo.

1915 – Realização do Congresso Anarquista Sul-Americano no Rio de Janeiro, de 18 a 20 de outubro.

1917 – Em várias manifestações operárias (greves, comícios, comemorações do 1o. de maio), ocorridas neste ano, os participantes cantam a Internacional, composta em 1871 para comemorar a Comuna de Paris.

1918 – Criada por Santos Soares a Liga Comunista de Livramento, no Rio Grande do Sul. – São fundados um Partido Comunista do Brasil, no Rio de Janeiro, e um Partido Comunista do Brasil em São Paulo, ambos anarquistas. – Anarquistas do Rio de Janeiro e São Paulo convocam a realização da Primeira Conferência Comunista do Brasil, que acontece nos dias 21 a 23 de junho, para a qual compareceram delegações de Alagoas, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. – Astrojildo



Pereira, usando o pseudônimo Alex Pavel, publica "A Revolução Russa e a Imprensa". – Fundado no Recife por Antonio Bernardes Canellas o semanário "Tribuna do Povo", órgão da Federação de Resistência das Classes Trabalhadoras de Pernambuco. Seu Diretor foi Cristiano Cordeiro. – Fundada em 1º de novembro a União Maximalista de Porto Alegre, considerada a primeira organização bolchevista no Brasil. Posteriormente passou a ser conhecida como Grupo Comunista de Porto Alegre.

1919 – É publicada a brochura "O Que é Maximismo ou Bolchevismo" da autoria de Hélio Negro e Edgad Leuenroth. É a organizado no Recife por Cristiano Cordeiro e Rodolfo Coutinho o "Círculo de Estudos Marxistas". Em Fortaleza foi lançado o jornal "O Ceará Socialista". Foi fundado o Partido Comunista de São Paulo. No Recife surgiu o semanário "A Hora Social", cujos diretores foram Cristiano Cordeiro, José Barcelos, Antonio Correia e Alcides Rosa. Realizou-se no Rio de Janeiro de 21 a 23 de junho, a I Conferência Comunista do Brasil. Participaram delegados que representaram grupos comunistas do Distrito Federal, Alagoas, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo. Essa Conferência foi convocada pelo Secretariado do Partido Comunista do Rio de Janeiro. Foi fundado no Rio de Janeiro em 9 de março o Partido Comunista do Rio de Janeiro. Admitia em suas fileiras anarquistas, socialistas e todos que defendessem "o comunismo social".

1920 – Fundou-se em Salvador o Partido Socialista Baiano, figurando como participantes da Comissão Operária Adriano Marques (metalúrgico), Guilherme Néri (pedreiro), Ângelo Barbosa (estucador), Ildefonso Soares (sapateiro), Cassiano José de Araujo (entalhador), José de Almeida e Ainal Lopes Pinho (marceneiros). – No Rio de Janeiro Afonso Schmidt lança um manifesto que irá constituir neste ano o Grupo Comunista Brasileiro "Zumbí", que se filia ao Grupo Clarté de Paris. – Afonso Schmidt, Evaristo de Moraes, Nicanor do Nascimento, Mauricio de Lacerda, Agripino Nazaré, Everardo Dias e Joaquim Pimenta, participam da fundação do Grupo Clarté no Brasil. – Ocorreu em abril o Terceiro Congresso Operário Brasileiro de tendência anarquista. Foi nomeada uma Comissão para coordenar o temário das sessões, ficando constituída por Edgard Leuenroth, José Elias da Silva, Alberto Lauro, José Alves Diniz e João da Costa Pimenta. No decorrer das discussões, Deoclécio Fagundes e Teófilo Ferreira, ambos da Liga Operária da Construção Civil de São Paulo, propõem a adesão do

Congresso à Internacional Comunista. Se posicionaram contra, Edgard Leuenroth, Astrojildo Pereira e José Elias.

1921 – Fundação no dia 7 de novembro do Grupo Comunista no Rio de Janeiro, em reunião no Centro Cosmopolita do Rio de Janeiro. De orientação bolchevista, tinha entre seus objetivos propagar e defender o programa da III Internacional. Entre seus fundadores encontravam-se Astrojildo Pereira, Antonio Branco, Antonio de Carvalho, Antonio Cruz Júnior, Aurélio Durães, Francisco Ferreira, João Valentim Argolo, José Alves Diniz, Luis Peres, Manuel Olgier Lacerda e Sebastião Figueiredo. O Grupo fez publicar a partir do mes de janeiro de 1922 o jornal "Movimento Comunista" que em março, após a fundação do PCB, passou a ser órgão oficial do novo partido.

1922 – Fundado no Recife no dia 1º de Janeiro em reunião ocorrida na Rua da Concórdia, residência de Cristiano Cordeiro, o Grupo Comunista do Recife. Dessa reunião participaram Cristiano Cordeiro (funcionário público), José Caetano Machado (padeiro), José Francisco de Oliveira (carvoeiro), José Amaro (pedreiro), Pedro Lira (estivador) e Pedro Coutinho (farmacêutico). – Nos dias 25, 26 e 27 de março realizou-se um Congresso na sede da União Operária do Rio de Janeiro, que fora acertado desde fevereiro desse ano por iniciativa do Grupo Comunista de Porto Alegre em contato com o Grupo Comunista do Rio de Janeiro. Outros Grupos Comunistas existentes no país – de Recife, de São Paulo, de Cruzeiro (SP), de Niterói – foram convocados para o Congresso que fundaria o Partido Comunista do Brasil (PCB). Entre os delegados que participaram da fundação do PCB, estavam Astrojildo Pereira, Cristiano Cordeiro, João da Costa Pimenta, José Elias da Silva, Joaquim Barbosa, Luis Peres, Hermogenio Silva, Abílio de Nequette, Manuel Cendon. Da pauta constava a discussão dos seguintes temas: – Exame das 21 condições para admissão na Internacional Comunista, – Estatutos do Partido, Eleição da Comissão Executiva Central, – Medidas em benefício dos flagelados russos do Volga. As 21 condições para adesão à IC foram aceitas. A Comissão Executiva Central ficou constituída por Abílio de Nequette, Astrojildo Pereira, Antonio Bernardo Canellas, Luis Peres, Antonio Gomes Cruz Junior; como suplentes foram escolhidos Cristiano Cordeiro, Rodolfo Coutinho, Antonio de Carvalho, Joaquim Barbosa e Manuel Cendon. O Di-



ário Oficial da União de 07.04.1922 publicou o registro e os Estatutos do Partido. O PCB realizou os seguintes Congressos: II (1925), III (1928), IV (1954), V (1960), VI (1967), VII (1984), VIII (1987), IX (1991) e X (1992).

1924 – O Partido Comunista do Brasil (PCB), foi aceito pela I.C. como Seção Brasileira da Terceira Internacional.

1925 – Realizou-se nos dias 16 a 18 de março no Rio de Janeiro o II Congresso do PCB. Participaram 6 membros da Comissão Central Executiva, 5 delegados do Rio de Janeiro e Niterói, 2 delegados de Pernambuco, 2 delegados de Santos, 1 delegado da cidade de São Paulo, 1 delegado da cidade de Cubatão. – Foi fundado no Rio de Janeiro no dia 1o. de maio, o Partido Socialista Brasileiro. No ato de sua fundação foi lançado um Manifesto elaborado por Evaristo de Moraes, no qual reivindicava: – reforma eleitoral, – reconhecimento da União Soviética, – limitação dos lucros, – instituição do salário mínimo, – instrução primária e profissional gratuita, – estatização de todos os serviços de transporte, energia elétrica e minas.

1926 – Acontece em 17 de fevereiro o chamado Levante do Recife, sob a liderança do tenente Cleto Campelo. Sua articulação no entanto ocorreu com a participação de membros do Partido Comunista local, entre eles Cristiano Cordeiro, Manuel de Souza Barros, Josias Carneiro Leão, José Caetano Machado, José Francisco de Barros e Sabino Cardoso da Silva, além de vários operários. O movimento foi denunciado, prisões foram efetuadas mas o confronto com as forças policiais ocorreu na capital pernambucana se propagando aos municípios de Jaboatão, Vitória de Santo e Gravatá. Nos combates faleceram o tenente Cleto Campelo e o padeiro comunista José Francisco de Barros. Embora com várias perdas o movimento continuou sob a liderança do ex-tenente Valdemar de Paula Lima que foi preso e assassinado na prisão. Os demais participantes foram deportados para a Ilha de Fernando de Noronha. Segundo alguns historiadores, o objetivo do Levante era o de juntar-se à Coluna Prestes.

1927 – Tendo sido tema das discussões do II Congresso do PCB realizado em 1925, o PCB cria a "Juventude Comunista", passando a editar o jornal "O Jovem Proletário". Foi criada uma Diretoria Provisória composta por Leôncio Basbaum, Manuel Karick e Francisco Mangabeira. Em agosto do mesmo ano, a Juventude Comunista Brasileira soliciou sua adesão à Internacional Comunista da Juventude com sede em Moscou, o que foi aceito.

1928 – Realizou-se de 29 de dezembro de 1928 até o dia 04 de janeiro de 1929, no Rio de Janeiro, o III Congresso do PCB. Participaram 10 membros da Comissão Central Executiva, 13 delegados de organizações regionais (Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal) e 2 representantes da Juventude Comunista. No lugar da Comissão Central Executiva, criou-se o Comitê Central, para o qual foram eleitos nesse Congresso Mário Grazini (gráfico), José Casini (metalúrgico), José Caetano Machado (padeiro) e Leôncio Basbaum (intelectual).

1931 – Considerada a primeira organização trotskista do Brasil, foi fundada em São Paulo em 21 de janeiro a Liga Comunista Internacionalista (LCI), com a participação de Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Aristides Lobo, Benjamin Peret e Salvador Pintaude. No Rio de Janeiro a Liga foi estruturada em torno de Rodolfo Coutinho, José Neves e Octaviano Du Pin Galvão.

1933 – Eleitos 20 deputados socialistas à Assembléia Nacional Constituinte, pelos Partidos Socialistas Estaduais.

1935 – Acontece Levante Comunista em Natal, Recife e Rio de Janeiro, que ficou conhecido como Intentona Comunista, liderada pela tendência comunista e militares nacionalistas da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização que congregava várias tendências políticas antifascistas (socialistas, comunistas, liberais progressistas), que fora fechada por Vargas. O movimento foi deflagrado no dia 23 de novembro em Natal, no dia 24 em Recife e Olinda e no dia 27 no Rio de Janeiro. Em Natal, os rebeldes chegaram a constituir uma Junta Governativa que permaneceu quatro dias no poder. A repressão ao levante ocasionou a prisão de comunistas e perseguições às forças populares de oposição.

1943 – Realizou-se no Rio de Janeiro (serra da Mantiqueira) a IIa. Conferência Nacional do PCB. Ficou conhecida no Partido como a Conferência da Mantiqueira. Nessa Conferência aprovou-se: – a cooperação com as forças armadas aliadas contra a guerra; – o envio de força militar brasileira para ação contra o nazi-fascismo; – intensificação da ação de massas pelo fim do Estado Novo; – libertação e anistia aos presos políticos; – reorganização do movimento sindical. Foi formado o novo Comitê Central do PCB constiuído por 14 membros e 7 suplentes. Luis Carlos Prestes, mesmo preso, foi



nomeado Secretário Geral do Partido, mas por esse impedimento assumiu provisoriamente como Secretario Geral, José Medina. Entre os membros do Comitê Central figuraram ainda Arruda Câmara, Mauricio Grabois, Pedro Pomar e Jorge Herlein.

1947 – Foi fundado o Partido Socialista Brasileiro, constituído na II Convenção do Partido da Esquerda Democrática.

1954 – Realizou-se o IV Congresso do PCB nos dias 7 a 11 de novembro. Inicialmente foi convocado para maio de 1947, mas durante as Conferências Estaduais preparatórias para aquele congresso, o PCB foi posto na ilegalidade impossibilitando sua realização na data marcada anteriormente. Nesse Congresso, com base no Manifesto de 1948 e no Manifesto de agosto de 1954, o PCB caracterizou a Revolução Brasileira como democrático-popular, de cunho antiimperialista e antifeudal. – Foi criada pelo PCB, durante a IIa. Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, organização de camponeses a nível nacional.

1958 – Foi aprovada pelo Comitê Central do PCB a "Declaração de Março" que preconizava a aceitação: – do potencial revolucionário da burguesia nacional; – o caminho pacífico da Revolução Socialista no Brasil. Publicada no jornal Voz Operária de 22 de março, sob o título "Declaração Sobre a Política do PCB", o documento foi redigido por Mário Alves, Giocondo Dias, Alberto Passos Guimarães, Jacob Gorender, Armênio Guedes, Dinarco Reis e Orestes Timbaúba.

1959 – Realizou-se em São Paulo uma Conferência Anarquista Nacional.

1960 – Num clima de semilegalidade, aconteceu em setembro no Rio de Janeiro o V Congresso do PCB. Sob influência das resoluções político-ideológicas do XXo. Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), ratificou-se a linha política aprovada pela "Declaração de Março" de 1958. A Revolução Brasileira era considerada de caráter antiimperialista, antifeudal, nacional e democrática. A linha política adotada nesse congresso, aceitava o potencial revolucionário da burguesia nacional e o caminho pacífico da revolução brasileira.

1961 – Realizou-se a Conferência Nacional Extraordinária do PCB na qual são aprovados os Novos Estatutos bem como a mudança do nome do Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro.

1962 – Em fevereiro os membros expulsos do PCB em 1961 em decorrência de divergências surgidas desde o V Congresso do PCB realizam a Conferência Nacional Extraordinária que defendem a continuidade do Partido Comunista do Brasil, passando a ser conhecido como PCdoB. Participam dessa Conferência João Amazonas, Maurício Grabois, Câmara Ferreira, Mário Alves, Jacob Gorender, Miguel Batista e Apolônio de Carvalho.

1965 – O Partido Socialista Brasileiro (PSB), foi extinto pela ditadura militar.

1966 – Em novembro inicia-se um movimento armado em torno do Movimento Nacional Revolucionário (MNR), que objetivando a derrubada da ditadura militar instituída com o golpe de 1964, se organiza na serra do Caparaó, divisa de Minas Gerais com Espírito Santo. Desencadeia-se a Guerrilha do Caparaó. Em março de 1967 a repressão militar põe fim ao movimento.

1967 – Realizou-se em dezembro em São Paulo o VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro. Esse Congresso ratifica a linha política adotada no V Congresso. O VI Congresso estava marcado inicialmente para acontecer em novembro de 1964, tendo o jornal "Novos Rumos", órgão do Partido, publicado em 27 de março daquele ano, as Teses para discussões para o VI Congresso. Com o golpe militar o Congresso foi adiado. Em 1966 as Teses para discussão são reelaboradas pelo Comitê Central, convocando-se novo Congresso para dezembro de 1967.

1968 – Dissidência do PCB, foi organizado o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

1971 – Funda-se a Ação Popular Marxista-Leninista (APML) em substituição à Ação Popular (AP). A APML opta pelo marxismo-leninismo como fundamento ideológico para sua prática política revolucionária. Recebe influência do maoísmo.

1972 – Iniciam-se ações da Guerrilha do Araguaia, assumidas pelo PCdoB. Atuaram na região Xambioá-Marabá nas selvas do Araguaia. Durou até 1974 como conseqüência das repressões militares aos grupos guerrilheiros.

1978 – Surge em São Paulo o movimento Convergência Socialista, com a proposta da criação de um Partido Socialista equidistante do "socialismo burocrático" e da socialdemocracia, considerada "reformista".



1979 – É criado o Partido dos Trabalhadores (PT), sob a liderança de Luís Inácio da Silva (Lula), que congregou várias tendências da esquerda brasileira.

1980 – Luís Carlos Prestes lança "Carta aos Comunistas" que reafirma suas divergências com a Direção do PCB, surgidas no seio do Comitê Central ainda quando a Direção Nacional se encontrava no exílio. Criado em maio o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola. O PDT atualmente é membro da Internacional Socialista.

1982 – Frustrada a realização do VII Congresso do PCB, uma vez que no dia de sua abertura (13.12.82), todos os participantes do Encontro foram presos pelas forças repressivas do governo militar.

1983 – Realização do VI Congresso do PCdoB.

1984 – Realiza-se o VII Congresso do PCB.

1985 – Reorganização do Partido Socialista Brasileiro (PSB) através de manifesto encabeçado por antigos fundadores da Esquerda Democrática.

1987 – São realizadas Conferências Municipais e Estaduais do PCB em todo o país, preparatórias para o VIII Congresso do Partido. Em julho realiza-se em Brasília, o VIII Congresso do PCB.

1988 – Realização do VII Congresso do PCdoB.

1989 – O Partido Democrático Trabalhista (PDT) foi aceito como membro da Internacional Socialista no Congresso de Estocolmo.

1990 – Em São Paulo nos dias 2, 3 e 4 de fevereiro realiza-se a Reunião da Direção Nacional do PCB. Da pauta para discussões constavam os seguintes pontos: – as mudanças em curso nos países socialistas; – a posição do PCB frente ao governo Collor; – a renovação do PCB; – abertura das discussões para o IX Congresso do Partido e prazo para sua realização.

1991 – Realiza-se o IX Congresso do PCB.

1992 – Realizou-se em São Paulo nos dias 25 e 26 de janeiro, o X Congresso do PCB. A maioria dos Congressistas ao X Congresso do PCB, optou pela formação do Partido Popular Socialista (PPS), autodenominando-se sucessor do Partido Comunista Brasileiro. – Realiza-se em São Paulo no Colégio Roosevelt a Conferência Nacional de Reorganização do PCB, cujos militantes se opondo à extinção do Partido, aprovaram

a manutenção do mesmo nome, da mesma sigla e do mesmo símbolo. – Realização do VIII Congresso do PCdoB

1997 – Realização do IX Congresso do PCdoB.

SÉCULO XXI:

2003 – Realizou-se no mês de outubro em São Paulo, o XXII Congresso da Internacional Socialista. Nos dias 3 a 07 de novembro, realizou-se no Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp – São Paulo, o 3º Colóquio Marx e Engels. O tema geral deste Colóquio: "Condições para a reorganização do movimento socialista internacional". Entre outros, participaram do Colóquio Gérard Duménil (Universidade Paris VIII), Reinaldo Carcanholo (Ufes), Jorge Miglioli (Unesp). Décio Saes (Unesp), Dermeval Saviani (Unicamp), Francisco de Oliveira (USP), Marcos Del Roio (Unesp), Antonio Rago (PUC-SP), Héctor Benoit (Unicamp) e João Quartim de Moraes (UNnicamp).



PRODUÇÃO EDITORIAL

Abaré

Produção e edição final
Tereza Vitale

Diagramação
Heonir S. Valentim

CLSW 302 – Bloco B – Sala 123 – Ed. Park Center
CEP 70673-612 – Setor Sudoeste – Cruzeiro, DF
Telefax: (61) **3033-3704 / 9986-3632**
e-mail: tereza@intertexto.net
editorial.abare@gmail.com

A publicação dos textos do **Curso de formação, atualização e capacitação política** abre uma nova fase da FJM na qual pretende-se, por meio da TV João Mangabeira, em curso on-line, proporcionar aos socialistas não só instrumentos de reflexão e formação pessoais, mas instrumentos para organizar grupos de estudo, formação e atuação política nos mais diversos segmentos da sociedade.

Em especial, esse primeiro curso, organizado em quatro módulos, visa abrir uma ampla discussão sobre o movimento socialista mundial e nacional, e seus atuais desafios. Pretende, de forma acadêmica, apresentar, histórica e conjunturalmente, elementos de discussão, desafios, interrogações, e não diretrizes ou soluções.

Dessa forma, a atual direção da FJM objetiva cumprir a missão dessa instituição de auxiliar o Partido Socialista Brasileiro na formação de seus quadros e de todos os que acreditam no socialismo, na liberdade e na democracia.

A Fundação João Mangabeira (FJM), criada em 1990, tem como meta colocar, na agenda política nacional, a discussão sobre o socialismo no Brasil, para todas as pessoas que sonham e lutam por uma sociedade de liberdade, justiça e paz, independentemente de suas filiações partidárias.

"O socialismo não é um dogma.
O socialismo é uma civilização, uma atitude em relação
às questões mais importantes de nossa vida.
Paz. Justiça. Igualdade. Humanismo".

ISBN 978-85-60441-09-9

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

Sede própria – SHIS QI 5 Conjunto 2 Casa 2
CEP 71615-020 – Lago Sul – Brasília, DF
Telefax: (61) 3365-4099/3365-5277/3365-5279
www.fjmangabeira.org.br
www.tvjoaomangabeira.com.br